GUIA
DO
ESTADO
DE
SANTA-CATARINA

Guia do Estado de Santa-Catarina

I VOLUME

3ª. edição atualizada
por
Alberto Entres

Revisão literária
de
Rafael G. Cruz Lima

„Valioso como elemento informativo do País em geral e de Santa-Catarina em particular".

Do parecer emitido pelo relator Cap. OLYMPIO DE SÁ TAVARES, membro do IX CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, realizado em FLORIANÓPOLIS, aprovado em sessão de 14-9-40

Impressão e Encadernação
da
Livraria Central de Alberto Entres
FLORIANÓPOLIS

Reservados todos os direitos de
tradução e de reprodução em lingua portuguêsa.
Registrado na Bibliotéca Nacional sob n. 4758
no livro n. 4 pag. 75 em 6 - V - 28
LIVRARIA CENTRAL de ALBERTO ENTRES
FLORIANÓPOLIS

PREFÁCIO

O "Guia do Estado de Santa-Catarina", pela 3ª. vez é dado à publicidade, em edição inteiramente reformada, animado com o bom acolhimento que lhe foi dispensado às suas 1ª. e 2ª. edições e, ainda, pelo recebimento de inúmeras cartas, de vários pontos do Brasil, pedindo informações diversas, sendo umas de consulta, outras de incitação a reproduzirmos a edição anterior, o que motiva voltarmos a apresentá-lo em nova edição.

A obra, que desta vez compreende dois volumes, como na 1ª. edição, é editada especialmente em homenagem à comemoração do 30º. jubileu da casa editora, tendo esta não medido esforços por melhor editá-la, organizando-a e ilustrando-a com especial carinho.

Não obstante propor-se o autor a fazer da presente publicação um estudo sinótico dos assuntos de diferentes sectores, cujas coleção e seleção encontraram grandes dificuldades, espera, contudo, ter solucionado o problema, esquematizando-os em quadro geral.

O 1º. volume da atual edição do "Guia do Estado de Santa-Catarina" destina-se, como o nome bem o diz, à apreciação dos assuntos relativos aos interêsses regionais do Estado, os quais foram ampliados nesta 3ª. edição além de novas ilustrações com breves esboços sobre as fases históricas, geográficas e econômicas, do País, com súmulas e tabelas estatísticas.

Apresentado o autor pelo ministro Bernardino de Sousa, por especial gentileza, aos membros da Comissão das Monografias do IX Congresso Geográfico e Histórico, realizado em Florianópolis no período de 7 - 16 de setembro de 1940, teve ocasião de explicar

o fim desta publicação aos ilustres congressistas, os quais, depois de examinarem um exemplar ainda incompleto, emitiram honroso parecer.

Ficaremos imensamente agradecidos a todos que se dignarem de apresentar os senões que porventura se encontrem neste trabalho, assim como críticas e sugestões, para que os levemos em consideração e, no futuro, em novas edições, possamos melhor apresentá-lo, contribuindo assim para o propósito, de que estamos imbuidos, em torná-lo cada vez mais prático e útil.

E'-nos grato, externar aqui o nosso reconhecimento aos Departamentos das Municipalidades e de Estatística e aos Srs. Prefeitos Municipais, pelo valioso apôio e contribuição que emprestaram a esta obra.

Um dever de reconhecimento e sincera gratidão nos obriga a deixar patenteado aqui nossos agradecimentos a todos que concorreram para o êxito desta publicação, especialmente ao Revmo. Pe. Geraldo J. Pauwels pela colaboração que nos vem prestando desde a 1ª. edição.

Entregando aos distintos leitores a presente edição do „Guia de Santa-Catarina", embora modesta, espera o autor que a mesma preencha os fins aos quais se destina e obtenha a apreciavel acolhida que lhe foi dispensada às edições precedentes.

Iª PARTE

CONSTITUIÇÃO

de 10 de Novembro de 1937

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil

Promulgada em 10 de Novembro de 1937

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Atendendo às legítimas aspirações do povo brasileiro, à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, a resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil;

Atendendo ao estado de apreensão creado no país pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda exigindo remédios de caráter radical e permanente;

Atendendo a que, sob as instituições anteriores, não dispunha o Estado de meios normais de preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem estar do povo;

Com o apoio das fôrças armadas e cedendo às inspirações da opinião nacional, umas e outra justificadamente apreensivas diante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando a decomposição das nossas instituições civis e políticas:

Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem estar e à sua prosperidade;

Decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o país:

Constituição dos Estados Unidos do Brasil

Da organização Nacional

Art. 1º. — O Brasil é uma República. O poder político emana do povo e é exercido em nome dêle e no interêsse do seu bem estar, da sua honra, da sua independência e da sua prosperidade.

Art. 2º. — A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o país. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas. A lei regulará o uso dos símbolos nacionais.

Art. 3º. — O Brasil é um Estado Federal, constituído pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. E' mantida a sua atual divisão política e territorial.

Art. 4º. — O território federal compreende os territórios dos Estados e os diretamente administrados pela União, podendo acrescer com novos territórios que a êle venham incorporar-se por aquisição, conforme as regras do direito internacional.

Art. 5º. — Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para anexar-se a outros, ou formar novos Estados, mediante a aquiescência das respectivas Assembléias Legislativas, em duas sessões anuais consecutivas, e aprovação do Parlamento Nacional.

Parágrafo único — A resolução do Parlamento poderá ser submetida, pelo Presidente da República, ao plebiscito das populações interessadas.

Art. 6º. — A União poderá crear, no interêsse da defesa nacional, com partes desmembradas dos Estados, territórios federais, cuja administração será regulada em lei especial.

Art. 7º. — O atual Distrito Federal, emquanto séde do Govêrno da República, será administrado pela União.

Art. 8º. — A cada Estado caberá organizar os serviços do seu peculiar interêsse e custeá-los com os seus próprios recursos.

Parágrafo único. — O Estado que, por tres anos consecutivos, não arrecadar receita suficiente à manutenção dos seus serviços, será transformado em território, até o restabelecimento de sua capacidade financeira.

Art. 9º. — O Govêrno Federal intervirá nos Estados, mediante a nomeação, pelo Presidente da República, de um Interventor, que assumirá no Estado as funções que pela sua Constituição competirem ao Poder Executivo ou as que, de acôrdo com as conveniências e necessidades de cada caso, lhe forem atribuídas pelo Presidente da República:

a) para impedir invasão iminente de um país estrangeiro no território nacional ou de um Estado em outro, bem como para repelir uma ou outra invasão;

b) para restabelecer a ordem gravemente alterada, nos casos em que o Estado não queira ou não possa fazê-lo;

c) para administrar o Estado, quando, por qualquer motivo, um dos seus poderes estiver impedido de funcionar;

d) para reorganizar as finanças do Estado que suspender, por mais de dois anos consecutivos, o serviço de sua dívida fundada ou que, passado um ano do vencimento, não houver resgatado empréstimo contraído com a União;

e) para assegurar a execução dos seguintes princípios constitucionais:

1 — forma republicana e representativa de govêrno;
2 — govêrno presidencial;
3 — direitos e garantias asseguradas na Constituição;

f) para assegurar a execução das leis e sentenças federais.

Parágrafo único — A competência para decretar a intervenção será do Presidente da República, nos casos das letras *a*, *b* e *c*; da Câmara dos Deputados, no caso das letras *d* e *e*; do Presidente da República, mediante requisição do Supremo Tribunal Federal, na caso da letra *f*.

Art. 10 — Os Estados teem a obrigação de providenciar, na esfera da sua competência, as medidas necessárias à execução dos tratados comerciais concluídos pela União. Se o não fizerem, em tempo útil, a competência legislativa para tais medidas se devolverá à União.

Art. 11. — A lei, quando de iniciativa do Parlamento, limitar-se-á a regular, de modo geral, dispondo apenas sôbre a substância e os princípios, a matéria que constitue e seu objeto. O Poder Executivo expedirá os regulamentos complementares.

Art. 12. — O Presidente da República pode ser autorizado pelo Parlamento a expedir decretos-leis, mediante as condições e nos limites fixados pelo ato de autorização.

Art. 13. — O Presidente da República, nos períodos de recesso do Parlamento ou de dissolução da Câmara dos Deputados, poderá, se o exigirem as necessidades do Estado, expedir decretos-leis sôbre as matérias de competência legislativa da União, excetuadas as seguintes:

a) modificações à Constituição;
b) legislação eleitoral;
c) orçamento;
d) impostos;
e) instituição de monopólios;
f) moeda;
g) empréstimos públicos;
h) alienação e oneração de bens imoveis da União.

Parágrafo único. — Os decretos-leis, para serem expedidos, dependem de parecer do Conselho da Economia Nacional, nas matérias da sua competência consultiva.

Art. 14. — O Presidente da República, observadas as disposições constitucionais, e nos limites das respectivas dotações orçamentárias, poderá expedir livremente decretos-lei sôbre a organização do Govêrno e da administração federal, o comando supremo e a organização das fôrças armadas.

Art. 15. — Compete privativamente à União:

I — manter relações com os Estados estrangeiros, nomear os membros do Corpo Diplomático e Consular, celebrar tratados e convenções internacionais;

II — declarar a guerra e fazer a paz;

III — resolver definitivamente sôbre os limites do território nacional;

IV — Organizar a defesa externa, as fôrças armadas, a polícia e segurança das fronteiras;

V — autorizar a produção e fiscalizar o comércio de material de guerra de qualquer natureza;

VI — manter o serviço de correios;

VII — explorar ou dar em concessão os serviços de telégrafos, rádio-comunicação e navegação aérea, inclusive as instalações de pouso, bem como as vias férreas que liguem diretamente portos marítimos e fronteiras nacionais ou transponham os limites de um Estado;

VIII — crear e manter alfândegas e entrepostos e prover os serviços da polícia marítima e portuária;

IX — fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude;

X — fazer o recenseamento geral da população;

XI — conceder anistia.

Art. 16 — Compete privativamente à União, o poder de legislar sôbre as seguintes matérias:

I — os limites dos Estados entre si, os do Distrito Federal e os do território nacional com as nações limítrofes;

II — a defesa externa, compreendidas a polícia e a segurança das fronteiras;

III — a naturalização, a entrada no território nacional e saída dêsse território, a emigração e imigração, os passaportes, a expulsão de estrangeiros do território nacional e proíbição de permanência ou de estada no mesmo, a extradição;

IV — a produção e o comércio de armas, munições e explosivos;

V — o bem estar, a ordem, a tranquilidade e a sugurança pública, quando o exigir a necessidade de uma regulamentação uniforme;

VI — as finanças federais, as questões de moeda, de crédito, de bolsa e de banco;

VII — comércio exterior e interestadual, câmbio e transferência de valores para fora do país;

VIII — os monopólios ou estadização de indústrias;

IX — os pesos e medidas, os modelos, tílulo e a garantia dos mentais preciosos;

X — correios, telégrafos e rádio-comunicação;

XI — as comunicações e os transportes por via férrea, via d'água, via aérea ou estradas de rodagem, desde que tenham caráter internacional ou interestadual;

XII — a navegação de cabotagem, só permitida esta, quanto a mercadorias, aos navios nacionais;

XIII — alfândegas e entrepostos; a polícia marítima, a portuária e a das vias fluviais;

XIV — os bens do domínio federal, minas, metalurgia, energia hidráulica; águas, florestas, caça e pesca e sua exploração;

XV — a unificação e estandardização dos estabelecimentos e instalações elétricas, bem como as medidas de segurança a serem adotadas nas indústrias de produção de energia elétrica, o regime das linhas para as correntes de alta tensão, quando as mesmas transponham os limites de um Estado;

XVI — o direito civil, o direito comercial, o direito aéreo, o direito operário, o direito penal e o direito processual;

XVII — o regime de seguros e sua fiscalização;

XVIII — o regime dos teatros e cinematógrafos;

XIX — As cooperativas e instituições destinadas a recolher e empregar a economia popular;

XX — direito de autor; imprensa; direito de associação, de reunião, de ir e vir; as questões de esta-

do civil inclusive o registro civil e as mudanças de nomes;

XXI — os privilégios de invento, assim como a proteção dos modelos, marcas e outras designações de mercadorias;

XXII — divisão judiciária do Distrito Federal e dos Territorios;

XXIII — matéria eleitoral da União, dos Eatados e dos Municipios;

XXIV — diretrizes da educação nacional;

XXV — anistia;

XXVI — organização, instrução, justiça e garantia das fôrças policiais dos Estados e sua utilização como reserva do Exército;

XXVII — normas fundamentais da defesa e proteção da saúde, especialmente da saúde da creança.

Art. 17 — Nas matérias de competência exclusiva da União, a lei poderá delegar, aos Estados, a faculdade de legislar, seja para regular a matéria, seja para suprir as lacunas da legislação federal quando se trate de questão de interêsse, de maneira predominante, a um ou alguns Estados. Nesse caso, a lei votada pela Assembléia Estadual só entrará em vigor mediante aprovação do Govêrno Federal.

Art. 18 — Independentemente de autorização, os Estados podem legislar no caso de haver lei federal sôbre a matéria para suprir-lhe as deficiências ou atender às peculiaridades locais, desde que não dispensem, ou diminuam as exigências da lei federal, ou, em havendo lei federal e até que esta os regule sôbre os seguintes assuntos;

a) — riqueza do sub-sólo, mineração, metalurgia, águas, energia hidro-elétrica, florestas, caças e pesca e sua exploração;

b) — rádio-comunicação; regime de eletricidade, salvo disposto no numero XV, do art. 16;

c) — assistnêcia pública, obra de higiene popular, casas de saúde, clínicas, estações de clima e fontes medicinais;

d) — organizações públicas, com o fim de conciliação extra-judiciária dos litígios ou sua decisão arbitral;

e) — medidas de polícia para proteção das plantas e dos rebanhos contra as moléstias ou agentes nocivos;

f) — crédito agrícola, incluídas as cooperativas entre agricultores;

g) processo judicial ou extra-judicial.

Parágrafo único. — Tanto nos casos dêste artigo, como no do artigo anterior, desde que o Poder Legislativo Federal ou o Presidente da República haja expedido lei ou regulamento sôbre a matéria, a lei estadual ter-se-á por derrogada nas partes em que fôr incompatível com a lei ou regulamento federal;

Art. 19 — A lei pode estabelecer que serviços de competência federal sejam de execução estadual; neste caso, ao Poder Executivo Federal caberá expedir regulamentos e instruções que os Estados devem observar na execução dos serviços.

Art. 20 — E' da competência privativa da União;

I — Decretar impostos;

a) — sôbre a importação de mercadorias de procedência estrangeira;

b) — de consumo de quaisquer mercadorias;

c) — de rendas e proventos de qualquer natureza;

d) — de transferência de fundos para o exterior;

e) — sôbre atos emanados do seu govêrno, negócios da sua economia e instrumentos ou contratos regulados por lei federal;

f) — nos Territórios os que a Constituição atribue aos Estados.

II — Cobrar taxas telegráficas, postais e de outros serviços federais; de entrada, saída e estada de navios e aeronaves, sendo livre o comércio de cabotagem às mercadorias nacionais e às estrangeiras que já tenham pago o imposto de importação.

Art. 21 — Compete privativamente aos Estados:

I — decretar a Constituição e as leis por que devem reger-se;

II — exercer todo e qualquer poder que lhes não fôr negado, expressa ou implìcitamente, por esta Constituição.

Art. 22 — Mediante acôrdo com o Govêrno Federal poderão os Estados delegar a funcionários da União a competência para a execução de leis, serviços, atos ou decisões de seu govêrno.

Art. 23 — E' da competência exclusiva dos Estados:

I) — a decretação de impostos sôbre:

a) — a propriedade territórial, excepto a urbana;

b) — transmissão de propriedade „causa mortis“;

c) — transmissão da propriedade imóvel „inter-vivos“ inclusive a sua incorporação ao capital da sociedade;

d) — vendas e consignações efetuadas por comerciantes e produtores, isenta a primeira operação do pequeno produtor, como tal definido em lei estadual;

e) — exportação de mercadoria de sua produção, até o máximo de 10% „ad valorem“, vedados quaisquer adicionais;

f) — indústrias e profissões;

g) — atos emanados do seu govêrno, negócios de sua economia, ou regulados por lei estadual;

II — Cobrar taxas de serviços estaduais.

§ 1°. — O imposto de vendas será uniforme, sem distinção de procedência, destino ou espécie de produto.

§ 2°. — O imposto de indústrias e profissões será lançado pelo Estado e arrecadado por êste e pelo Município, em partes iguais.

§ 3°. — Em casos excepcionais, e com o consentimento do Conselho Federal, o imposto de exportação poderá ser aumentado, temporariamente, além do limite de que trata a letra *e* do numero I.

§ 4°. — O imposto sôbre a transmissão de bens corpóreos cabe ao Estado, em cujo território se achem situados; e o de transmissão „causa mortis“ de bens in-

corpóreos, inclusive de títulos e créditos, ao Estado onde se tiver aberto a sucessão. Quando esta se haja aberto em outro Estado ou no estrangeiro, será devido o imposto ao Estado em cujo território os valores da herança forem liquidados ou transferidos aos herdeiros.

Art. 24 — Os Estados poderão crear outros impostos. E' vedada, entretanto, a bi-tributação, prevalecendo o imposto decretado pela União, quando a competência fôr concorrente. E' da competência do Conselho Federal, por iniciativa própria ou mediante representação do contribuinte, declarar a existência da bi-tributação, suspendendo a cobrança do tributo estadual.

Art. 25 — O território nacional constituirá uma unidade do ponto-de-vista alfandegário, econômico e comercial, não podendo, no seu interior estabelecer-se quaisquer barreiras alfandegárias ou outras limitações ao tráfego, vedado assim aos Estados como aos Municípios cobrar, sôb qualquer denominação impostos inter-estaduais, inter-municipais, de viação ou de transporte, que gravem ou perturbem a livre circulação de bens ou de pessôas e dos veículos que os transportarem.

Art. 26 — Os municípios serão organizados de fórma a ser-lhes assegurada a autonomia em tudo quanto respeite ao seu peculiar interêsse, e especialmente:

a) — à escolha dos vereadores pelo sufrágio direto dos muncipes alistados eleitores na fórma da lei;

b) — à decretação dos impostos e taxas atribuídas à sua competência por esta Constituição e pelas constituições e leis dos Estados;

c) — à organização de serviços públicos de caráter local;

Art. 27 — O prefeito será de livre nomeação do Governador do Estado.

Art. 28 — Além dos atribuídos a êles pelo art. 23, § 2º., desta Constituição e dos que lhes forem transferidos pelo Estado, pertencem aos Municípios:

I — o imposto de licenças;

II — o imposto predial e o territórial urbanos;

III — os impostos sôbre diversões públicas;

IV — as taxas sôbre serviços municipais.

Art. 29 — Os municípios da mesma região podem agrupar-se para a instalação, exploração e administração de serviços públicos comuns. O agrupamento assim constituído, será dotado de personalidade juridica limitada a seus fins.

Parágrafo único. — Caberá aos Estados regular as condições em que tais agrupamentos poderão constituir-se, bem como a forma de sua administração.

Art. 30 — O Distrito Federal será administrado por um Prefeito, de nomeação do Presidente da República, com a aprovação do Conselho Federal e demissível „ad nutum", cabendo as funções deliberativas ao Conselho Federal. As fontes de receita do Distrito Federal são as mesmas dos Estados e Municípios, cabendo-lhe todas as despesas de caráter local.

Art. 31 — A administração dos Territórios será regulada em lei especial.

Art. 32 — E' vedado à União, aos Estados e aos Municípios:

a) — crear distinções entre brasileiros natos ou discriminações e desigualdades entre os Estados e municípios;

b) — estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos;

c) — tributar bens, rendas e serviços uns dos outros.

Parágrafo único — Os serviços públicos concedidos não gozam de isenção tributária, salvo a que lhes fôr outorgada no interêsse comum, por lei especial.

Art. 33 — Nenhuma autoridade federal, estadual ou municipal recusará fé aos documentos emanados de qualquer delas.

Art. 34 — E' vedado à União decretar impostos que não sejam uniformes, em todo o território nacional, ou que importam discriminação em favor dos portos de uns contra os de outros Estados.

Art. 35 — E' defeso aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

a) — denegar uns aos outros ou aos Territórios, a extradição de criminosos, reclamada de acôrdo com as lei da União, pelas respectivas justiças;

b) — estabelecer discriminação tributária ou de qualquer outro tratamento entre bens ou mercadorias por motivo de sua procedência;

c) — contraír empréstimo externo sem prévia autorização do Conselho Federal.

Art. 36 — São do domínio federal:

a) — os bens que pertencerem à União, nos termos das leis atualmente em vigor;

b) — os lagos e quaisquer correntes, em terrenos do seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países ou se estendam a territórios estrangeiros;

c) — as ilhas fluviais e lacustres nas zonas fronteiriças.

Art. 37 — São do domínio dos Estados:

a) — Os bens de propriedade dêstes, nos termos da legislação em vigor, com as restrições do artigo antecedente;

b) — As margens dos rios e lagos navegaveis, destinadas ao uso público, se por algum título não forem do domínio federal, municipal ou particular.

Do Poder Legislativo

Art. 38 — O Poder Legislativo é exercido pelo Parlamento Nacional, com a colaboração do Conselho da Economia Nacional e do Presidente da República, daquele, mediante parecer nas matérias da sua competência consultiva, e dêste, pela iniciativa e sanção dos projetos de lei e promulgação dos decretos-leis autorizados nesta Constituição.

§ 1º. — O Parlamento Nacional compõe-se de duas Câmaras, a Câmara dos Deputados e o Conselho Federal.

§ 2º. — Ninguem pode pertencer ao mesmo tempo à Câmara dos Deputados e ao Conselho Federal.

Art. 39 — O Parlamento reunir-se-á na Capital Federal, independentemente de convocação, a 3 de maio

de cada ano, se a lei não designar outro dia e funcionará quatro mezes do dia da instalação, sòmente por iniciativa do Presidente da República, podendo ser prorrogado, adiado ou convocado extraordinàriamente.

§ 1º. — Nas prorrogações, assim como nas sessões extraordinárias, o Parlamento só pode deliberar sôbre as matérias indicadas pelo Presidente da República, no ato da prorrogação ou de convocação.

§ 2º. — Cada legislatura durará quatro anos.

§ 3º. — As vagas que ocorrerem serão preenchidas por eleição suplementar, se se tratar da Câmara dos Deputados, e por eleição ou nomeação, conforme o caso, em se tratando do Conselho Federal.

Art. 40 — A Câmara dos Deputados e o Conselho Federal funcionarão separadamente e, quando não se resolver o contrário, por maioria de votos, em sessões públicas. Em uma e outra Câmara, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos seus membros.

Art. 41 — A cada uma das Câmaras compete:
eleger a sua mesa;
organizar o seu regimento interno;
regular o serviço de sua polícia interna;
nomear os funcionários de sua secretaría.

Art. 42 — Durante o prazo em que estiver funcionando o Parlamento, nenhum dos seus membros poderá ser preso ou processado, criminalmente, sem licença da respectiva Câmara, salvo caso de flagrância, em crime inafiançável.

Art. 43 — Só perante a sua respectiva Câmara responderão os membros do Parlamento Nacional pelas opiniões e votos que emitirem, no exercício de suas funções; não estarão, porém, isentos de responsabilidade civil e criminal, por difamação, calúnia, injúria,ultraje à moral pública ou provocações públicas ao crime.

Parágrafo único. — Em caso de manifestação contrária à existência ou independência da nação ou incitamento à subversão violenta da ordem política ou social, pode qualquer das Câmaras, por maioria de votos, declarar vago o lugar do deputado ou membro do Conselho Federal, autor da manifestação ou incitamento.

Art. 44 — Aos membros do Parlamento Nacional é vedado:

a) celebrar contratos com a administração pública federal, estadual ou municipal;

b) aceitar ou exercer cargo, comissão ou emprêgo público remunerado, salvo missão diplomática de caráter extraordinário;

c) exercer qualquer lugar de administração ou consulta, ou ser proprietário ou sócio de emprêsa concessionária de serviços públicos ou de sociedade, emprêsa ou companhia que goze de favores, privilégios, isenções garantias de rendimento ou subsídios do poder público;

d) ocupar cargo público de que seja demissível „ad-nutum";

e) patrocinar causas contra a União, os Estados ou Municípios.

Parágrafo único. — No intervalo das sessões, o membro do Parlamento poderá reassumir o cargo público de que fôr titular.

Art. 45 — Qualquer das duas Câmaras ou algumas das suas comissões póde convocar ministro de Estado para prestar esclarecimentos sôbre matéria sujeita à sua deliberação. O Ministro independentemente de qualquer convocação, póde pedir a uma das Câmaras do Parlamento ou a qualquer de suas comissões dia e hora para ser ouvido sôbre questões sujeitas à deliberação do Poder Legislativo.

Da Câmara dos Deputados

Art. 46 — A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos mediante sufrágio indiréto.

Art. 47 — São eleitores os vereadores às Câmaras Municipais e, em cada município, 10 cidadãos eleitos por sufrágio diréto, no mesmo áto da eleição da Câmara Municipal.

Parágrafo único. — Cada Estado constituirá uma circunscrição eleitoral.

Art. 48 — O número de Deputados, por Estado, será proporcional à população e fixado por lei, não podendo ser superior a 10 nem inferior a 3 por Estado.

Art. 49 — Compete à Câmara dos Deputados iniciar a discussão e votação das leis de imposto e fixação das fôrças de terra e mar, bem como de todas as que importarem aumento de despesa.

Do Conselho Federal

Art. 50 — O Conselho Federal compõe-se de representantes dos Estados e 10 membros nomeados pelo Presidente da República. A duração do mandato é de 6 anos.

Parágrafo único. — Cada Estado, pela sua Assembléia Legislativa, elegerá, um representante. O Governador do Estado terá o direito de vetar o nome escolhido pela Assembléia; em caso de véto, o nome vetado só se terá por escolhido definitivamente se confirmada a eleição por 2 terços de votos da totalidade dos membros da Assembléia.

Art. 51 — Só podem ser eleitos representantes dos Estados os brasileiros natos, maiores de 35 anos, alistados eleitores e que hajam exercido, por espaço nunca menor de quatro anos, cargo de govêrno na União ou nos Estados.

Art. 52 — A nomeação feita pelo Presidente da República só póde recaír em brasileiro nato, maior de 35 anos e que se haja distinguido por sua atividade em alguns dos ramos da produção ou da cultura nacional.

Art. 53 — Ao Conselho Federal cabe legislar para o Distrito Federal e para os Territórios, no que se referir aos interêsses peculiares dos mesmos.

Art. 54 — Terá início, no Conselho Federal, a discussão e votação dos projetos de lei sôbre:

a) tratados e convenções internacionais;

b) comércio internacional e inter-estadual;

c) regime de portos e navegação de cabotagem;

Art. 55 — Compete, ainda, ao Conselho Federal:

a) aprovar as nomeações de ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas, dos representantes diplomáticos exceto os enviados em missão extraordinária;

b) aprovar os acôrdos concluídos entre os Estados.

Art. 56 — O Conselho Federal será presidido por um Ministro de Estado, designado pelo Presidente da República.

Do Conselho da Economia Nacional

Art. 57 — O Conselho da Economia Nacional compõe-se de representantes dos vários ramos da produção nacional designados, dentre pessôas qualificadas pela sua competência especial, pelas associações profissionais ou sindicatos reconhecidos em lei, garantida a igualdade de representação entre empregadores e empregados.

Parágrafo único. — O Conselho da Economia Nacional se devidirá em cinco secções:

a) secção de indústria e do Artezanato;
b) secção da agricultura;
c) secção do comércio;
d) secção dos transportes;
e) secção do crédito.

Art. 58 — A designação dos representantes das associações ou sindicatos é feita pelos respectivos órgãos colegiais deliberativos, de gráu superior.

Art. 59 — A presidência do Conselho da Economia Naciconal caberá a um Ministro de Estado desiignado pelo Presidente da República.

§ 1º. — Cabe, igualmente, ao Presidente da República designar, dentre pessôas qualificadas pela sua competência especial, até 3 membros para cada uma das secções do Conselho da Economia Nacional.

§ 2º. — Das reuniões das várias secções, órgãos, comissões ou Assembléia Geral do Conselho, poderão participar, sem direito a voto, mediante autorização do Presidente da República, os Ministros, Diretores de Ministério e representantes de govêrnos estaduais; igualmente, sem direito a voto, poderão participar das mesmas reuniões, representantes de sindicatos ou associações de categoria compreendida em algum dos ramos da produção nacional, quando se trate de seu especial interêsse.

Art. 60 — O Conselho da Economia Nacional organizará os seus conselhos técnicos permanentes, po-

dendo, ainda, contratar o auxílio de especialistas, para o estudo de determinadas questões sujeitas ao seu parecer ou inquéritos, recomendados pelo Govêrno ou necessários ao preparo de projetos de sua iniciativa.

Art. 61 — São atribuições do Conselho da Economia Nacional:

a) promover a organização cooperativa da economia nacional;

b) estabelecer normas relativas à assistência, prestada pelas associações, sindicatos ou institutos;

c) editar normas reguladoras dos contrátos coletivos de trabalho entre os sindicatos da mesma categoria da produção ou entre associações representativas de duas ou mais categorias;

d) emitir parecer sôbre todos os projetos, de iniciativa do Govêrno ou de qualquer das Câmaras, que interessem diretamente à produção nacional;

e) organizar, por iniciativa própria ou proposta do Govêrno, inquéritos sôbre as condições do trabalho, da agricultura, da indústria, do comércio, dos transportes e do crédito, com o fim de incrementar, coordenar e aperfeiçoar a produção nacional;

f) preparar as bases para a fundação de instituto de pesquisas que, atendendo à diversidade das condições econômicas, geográficas e sociais do país, tenham por objeto:

I — racionalizar a organização e administração da agricultura e da indústria;

II — estudar os problemas do crédito, da distribuição e da venda e os relativos à organização do trabalho;

g) emitir parecer sôbre todas as questões relativas à organização e reconhecimento dos sindicatos ou associações profissionais;

h) propôr ao Govêrno a creação de corporações de categoria.

Art 62 — As normas, a que se referem as letras *b* e *c* do artigo antecedente, só se tornarão obrigatorias mediante aprovação do Presidente da República.

Art. 63 — A todo tempo podem ser conferidos, ao Conselho da Economia Nacional, mediante plebiscito, a regular-se em lei, poderes de legislação sôbre algumas ou todas as matérias de sua competência.

Parágrafo único. — A iniciativa do plebiscito caberá ao Presidente da República, que especificará, no decreto respectivo, as condições em que e as matérias sôbre as quais poderá o Conselho da Economia Nacional exercer poderes de legislação.

Das leis e das resoluções

Art. 64 — A iniciativa dos projetos de lei cabe, em princípio, ao Govêrno. Em todo caso não serão admitidos, como objeto de deliberação projetos ou emendas de iniciativa de qualquer das Câmaras, desde que versem sôbre matéria tributária o que de uns ou de outros resulte aumento de despesa.

§ 1º. — A nenhum membro de qualquer das Câmaras caberá a iniciativa de projeto de lei. A iniciativa só poderá ser tomada por um têrço de Deputados ou de membros do Conselho Federal.

§ 2º. — Qualquer projeto iniciado em uma das Câmaras terá suspenso o seu andamento, desde que o Govêrno comunique o seu propósito de apresentar projeto que regule o mesmo assunto. Se dentro de 30 dias não chegar à Câmara, a que fôr feita esta comunicação o projeto do Govêrno, voltará a constituir objeto de deliberação o iniciado no Parlamento.

Art. 65 — Todos os projetos de lei que interessem à economia nacional, em qualquer dos seus ramos, antes de sujeitos à deliberação do Parlamento, serão remetidos à consulta do Conselho da Economia Nacional.

Parágrafo único — Os projetos de iniciativa do Govêrno, obtido parecer favorável do Conselho da Economia Nacional, serão submetidos a uma só discussão em cada uma das Câmaras. A Câmara, a que forem sujeitos, limitar-se-á a aceitá-los ou rejeitá-los. Antes da deliberação da Câmara Legislativa, o Govêrno poderá retirar os projetos ou emendá-los, ouvindo novamente o Conselho da Economia Nacional, se as modificações importarem alteração substâncial dos mesmos.

Art. 66 — O projeto de lei adotado numa das Câmaras, será submetido à outra; e esta, se o aprovar, enviá-lo-á ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará e promulgará.

§ 1º. — Quando o Presidente da República julgar um projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário aos interêsses nacionais, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de 30 dias úteis, a contar daquele em que o houver recebido, devolvendo, nesse prazo e com os motivos do véto, o projeto ou a parte vetada à Câmara onde êle se houver iniciado.

§ 2º. — O decurso do prazo de 30 dias, sem que o Presidente da República se haja manifestado, importa sanção.

§ 3º. — Devolvido o projeto à Câmara iniciadora, aí sujeitar-se-á a uma discussão e votação nominal, considerando-se aprovado se obtiver dois têrços dos sufrágios presentes. Nesse caso, o projeto será remetido à outra Câmara, que, se o aprovar pelos mesmos trâmites e maioria, o fará publicar como lei no jornal oficial.

Da elaboração orçamentária

Art. 67 — Haverá junto à Presidência da República, organizado por decreto do Presidente, um Departamento Administrativo, com as seguintes atribuições:

a) o estudo pormenorizado das repartições, departamentos e estabelecimentos públicos, com o fim de determinar, do ponto de vista da economia e eficiência, as modificações a serem feitas na organização dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processo de trabalho, relações de uns com os outros e com o público;

b) organizar, anualmente, de acôrdo com as instruções do Presidênte da República, a proposta orçamentária a ser enviada por êste à Câmara dos Deputados;

c) fiscalizar, por delegação do Presidênte da República, e na conformidade das suas instruções, a execução orçamentária.

Art. 68 — O orçamento será uno, incorporando-se, obrigatòriamente à receita todos os tributos, rendas e suprimentos de fundos, incluídas na despesa todas as dotações necessárias ao custeio dos serviços públicos.

Art. 69 — A discriminação ou especialização da despesa far-se-á por serviço, departamento, estabelecimento ou repartição.

§ 1º. — Por ocasião de formular a proposta orçamentária, o Departamento Administrativo organizará, para cada serviço, departamento, estabelecimento ou repartição, o quadro da discriminação ou especialização, por itens, da despesa que cada um deles é autorizado a realizar. Os quadros em questão devem ser enviados à Câmara dos Deputados, juntamente com a proposta orçamentária, a título meramente informativo ou como subsídio ao esclarecimento da Câmara, na votação das verbas globais.

§ 2º. — Depois de votado o orçamento, se alterada a proposta do Govêrno, serão, na conformidade do vencido, modificados os quadros a que se refere o parágrafo anterior; e, mediante proposta fundamentada do Departamento Administrativo, o Presidênte da República poderá autorizar, no decurso do ano, modificações nos quadros de discriminação ou especialização por itens, desde que para cada serviço não sejam excedidas as verbas globais votadas pelo Parlamento.

Art. 70 — A lei orçamentária não conterá dispositivo estranho à receita prevista e à despesa fixada, para os serviços anteriormente criados, excluídas de tal proíbição:

a) a autorização para a abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação de receita;

b) a aplicação do saldo ou o modo de cobrir o *deficit*.

Art. 71 — A Câmara dos Deputados dispõe do prazo de 45 dias para votar o orçamento, a partir do dia em que receber a proposta do Govêrno; o Conselho Federal, para o mesmo fim, do prazo de 25 dias, a contar da expiração do concedido à Câmara dos Deputados. O prazo para a Câmara dos Deputados pronunciar-se sôbre

as emendas do Conselho Federal será de 15 dias, contados a partir da expiração do prazo concedido ao Conselho Federal.

Art. 72 — O Presidente da República publicará o orçamento:

a) no texto que lhe fôr enviado pela Câmara dos Deputados, se ambas as Câmaras guardarem nas suas deliberações os prazos acima fixados;

b) no texto votado pela Câmara dos Deputados, se o Conselho Federal, no prazo prescrito, não deliberar sôbre o mesmo;

c) no texto votado pelo Conselho Federal, se a Câmara dos Deputados houver excedido os prazos que lhe são fixados para a votação da proposta do Govêrno ou das emendas do Conselho Federal;

d) no texto da proposta apresentada pelo govêrno, se ambas as Câmaras não houverem terminado, nos prazos prescritos, a votação do orçamento.

Do Presidente da República

Art. 73 — O Presidente da República, autoridade suprema do Estado, coordena a atividade dos órgãos representativos, de grau superior, dirige a política interna e externa, promove ou orienta a política legislativa de interêsse nacional, e superintende a administração do país.

Art. 74 — Compete, privativamente, ao Presidente da República:

a) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e expedir decretos e regulamentos para sua execução;

b) expedir decretos-leis nos têrmos dos arts. 12 e 13;

c) manter relações com os Estados estrangeiros;

d) celebrar convenções e tratados internacionais, *ad referendum* do Poder Legislativo;

e) exercer a chefia suprema das fôrças armadas da União, administrando-as por intermédio dos órgãos do alto comando;

f) decretar a mobilização das fôrças armadas;

g) declarar a guerra, depois de autorizado pelo Poder Legislativo, e, independentemente de autorização, em caso de invasão ou agressão estrangeira;

h) fazer a paz *ad referendum* do Poder Legislativo;

i) permitir, após autorização do Poder Legislativo, a passagem de fôrças estrangeiras pelo território nacional;

j) intervir nos Estados e neles executar a intervenção, nos termos constitucionais;

k) decretar o estado de emergência e o estado de guerra, nos termos do art. 166;

l) prover os cargos federais, salvo as exceções previstas na Constituição e nas leis;

m) autorizar brasileiros a aceitar pensão, emprêgo ou comissão de govêrno estrangeiro;

n) determinar que entrem provisòriamente em execução, antes de aprovados pelo Parlamento, os tratados ou convenções internacionais, se a isto o aconselharem os interêsses do país.

Art. 75 — São prerrogativas do Presidente da República:

a) indicar um dos candidatos à Presidencia da República;

b) dissolver a Câmara dos Deputados, no caso do parágrafo único do art. 167;

c) nomear os ministros de Estado;

d) designar os membros do Conselho Federal, reservados à sua escolha;

e) adiar, prorrogar e convocar o Parlamento;

f) exercer o direito de graça.

Art. 76 — Os atos oficiais do Presidente da República serão referendados pelos seus Ministros, salvo os expedidos no uso de suas prerrogativas, os quais não exigem *referenda*.

Art. 77 — Nos casos de impedimento temporário ou visitas oficiais a países estrangeiros, o Presidente da República designará, dentre os membros do Conselho Federal, o seu substituto.

Art. 78 — Vagando por qualquer motivo a Presidência da República, o Conselho Federal elegerá dentre os seus membros, no mesmo dia ou no dia imediato, o Presidente provisório, que convocará para o quadragéssimo dia, a contar da sua eleição, o Colégio eleitoral do Presidente da República.

Parágrafo 1º. — Caso a eleição do Presidente provisório não possa efetuar-se no prazo acima, o Presidente do Conselho Federal assumirá a Presidência da República, até à eleição, pelo Conselho Federal, do Presidente Provisório.

Parágrafo 2º. — O Presidente eleito começará novo periodo presidencial.

Parágrafo 3º. — O Presidente provisório não poderá usar da prerrogativa da letra *a*, do art. 75.

Art. 79 — Se, decorridos 60 dias da sua eleição, o Presidente da República não houver assumido o poder, o Conselho Federal decretará vaga a Presidência, procedendo-se a nova eleição.

Art. 80 — O periodo presidencial será de seis anos.

Art. 81 — São condições de elegibilidade à Presidência da República ser brasileiro nato e maior de 35 anos.

Art. 82 — O colégio eleitoral do Presidente da República compõe-se:

a) de eleitores designados pelas Câmaras Municipais, elegendo cada Estado um número de eleitores proporcional à sua população, não podendo, entretanto, o máximo dêsse número exceder de 25;

b) de 50 eleitores, designados pelo Conselho da Economia Nacional, dentre empregadores e empregados, em número igual;

c) de 25 eleitores, designados pela Câmara dos Deputados e de 25 designados pelo Conselho Federal, dentre cidadãos de notória reputação.

Parágrafo único. — Não poderá recaír em membros do Parlamento Nacional ou das Assembléias Legislativas dos Estados a designação para eleitor do Presidente da República.

Art. 83 — Noventa dias antes da expiração do período presidencial, será constituído o colégio eleitoral do Presidente da República.

Art. 84 — O colégio eleitoral reunir-se-á na Capital da República 20 dias antes da expiração do período presidencial e escolherá o seu candidato à Presidência da República. Se o Presidente da República não usar da prerrogativa de indicar candidato, será declarado eleito o escolhido pelo colégio eleitoral.

Parágrafo único. — Se o Presidente da República indicar candidato, a eleição será direta e por sufrágio universal entre os dois candidatos. Neste caso, o Presidente da República terá prorrogado o seu período até à conclusão das operações eleitorais e posse do Presidente eleito.

Da responsabilidade do Presidente da República

Art. 85 — São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República, definidos em lei, que atentarem contra:

a) a existencia da União;

b) a Constituição;

c) o livre exercício dos poderes políticos;

d) a probidade administrativa e a guarda e emprêgo dos dinheiros públicos;

e) a execução das decisões judiciárias.

Art. 86 — O Presidente da República será submetido a processo e julgamento perante o Conselho Federal, depois de declarada por dois terços de votos da Câmara dos Deputados a procedência da acusação.

§ 1º. — O Conselho Federal só poderá aplicar a pena de perda do cargo, com inhabilitação até o máximo de cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, sem prejuizo das ações civis e criminais cabiveis na espécie.

§ 2º. — Uma lei especial definirá os crimes de responsabilidade do Presidente da República e regulará a acusação, o processo e o julgamento.

Art. 87 — O Presidente da República não póde, durante o exercício de suas funções, ser responsabilizado por átos estranhos às mesmas.

Dos Ministros de Estado

Art. 88 — O Presidente da República é auxiliado pelos ministros de Estado, agentes de sua confiança, que lhe subscrevem os atos.

Parágrafo único. — Só o brasileiro nato, maior de 25 anos, poderá ser Ministro do Estado.

Art. 89 — Os Ministros de Estado não são responsaveis perante o Parlamento, ou perantes os tribunais, pelos conselhos dados ao Presidente da República.

§ 1°. — Respondem, porém, quanto aos seus atos, pelos crimes qualificados em lei.

§ 2°. — Nos crimes comuns e de responsabilidade, serão processados e julgados pelo Supremo Tribunal Federal, e, nos conexos com os do Presidente da República, pela autoridade competente para o julgamento dêste.

Do Poder Judiciário

Disposições preliminares

Art. 90 — São órgãos do Poder Judiciário:

a) o Supremo Tribunal Federal;

b) os juizes dos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

c) os juizes e tribunais militares.

Art. 91 — Salvas as restrições expressas na Constituição, os juizes gozam das garantias seguintes:

a) vitaliciedade, não podendo perder o cargo sinão em virtude de sentença judiciária, exoneração a pedido, ou aposentadoria, compulsória aos 68 anos de idade ou em razão de invalidez comprovada, e facultativa nos casos de serviços públicos, prestado por mais de 30 anos, na fórma da lei;

b) inamovibilidade, salvo por promoção aceita, remoção a pedido, ou pelo voto de dois terços dos juizes

efetivos do Tribunal Superior competente, em virtude de interêsse público;

c) irredutibilidade de vencimentos, que ficam, todavía, sujeitos a impostos.

Art. 92 — Os juizes, ainda que em disponibilidade, não podem exercer qualquer outra função pública. A violação dêste preceito importa a perda do cargo judiciário e de todas as vantagens correspondentes.

Art. 93 — Compete aos tribunais:

a) elaborar os regimentos internos, organizar as secretarias, os cartórios e mais serviços auxiliares, e propôr ao Poder Legislativo a creação ou supressão de empregos e a fixação dos vencimentos respectivos;

b) conceder licença, nos termos da lei, aos seus membros, aos juizes e serventuários, que lhes são imediatamente subordinados.

Art. 94 — E' vedado ao Poder Judiciário conhecer de questões exclusivamente políticas.

Art. 95 — Os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem em que forem apresentadas as precatórias e à conta dos créditos respectivos, vedada a designação de casos ou pessôas nas verbas orçamentárias ou créditos destinados àquele fim.

Parágrafo único. — As verbas orçamentárias e os créditos votados para os pagamentos devidos, em virtude de sentença judiciária, pela Fazenda Federal, serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias ao cofre dos depósitos públicos. Cabe ao Presidente do Supremo Tribunal Federal expedir as ordens de pagamentos, dentro das fôrças do depósito, e, a requerimento do credor preterido em seu direito de precedência, autorizar o sequestro da quantia necessária para satisfazê-lo, depois de ouvido o Procurador Geral da República.

Art. 96 — Só por maioria absoluta de votos da totalidade dos seus juizes, poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade da lei ou de áto do Presidente da República.

Parágrafo único. — No caso de ser declarada a inconstitucionalidade de uma lei que, a juízo do Presidente da República, seja necessária ao bem estar do povo, à promoção ou defesa de interêsse nacional de alta monta, poderá o Presidente da República submtê-la novamente, ao exame do Parlamento; se êste a confirmar por dois terços de votos em cada uma das Camaras, ficará sem efeito a decisão do Tribunal.

Do Supremo Tribunal Federal

Art. 97 — O Supremo Tribunal Federal, com séde na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de 11 Ministros.

Parágrafo único. — Sob proposta do Supremo Tribunal Federal, póde o número de Ministros ser elevado, por lei, até 16, vedada, em qualquer caso, a sua redução.

Art. 98 — Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Conselho Federal, dentre brasileiros natos de notável saber jurídico e de reputação ilibada, não devendo ter menos de trinta e cinco, nem mais de cincoenta e oito anos de idade.

Art. 99 — O Ministério Público Federal terá por chefe o Procurador Geral da República, que funcionará junto ao Supremo Tribunal Federal e será de livre nomeação e demissão do Presidente da República, devendo recaír a escolha em pessoa que reúna os requisitos exigidos para Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Art. 100 — Nos crimes de responsabilidade, os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão processados e julgados pelo Conselho Federal.

Art. 101 — Ao Supremo Tribunal Federal compete:

I — Processar e julgar originàriamente:

a) os Ministros do Supremo Tribunal;

b) os Ministros de Estado, o Procurador Geral da República, os juízes dos Tribunais de Apelação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, os Ministros do Tribunal de Contas e os Embaixadores e Ministros

diplomáticos, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, salvo, quanto aos Ministros de Estado e aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, o disposto no final do § 2º, do art. 89, e no art. 100;

c) as causas e os conflitos entre a União e os Estados ou entre êstes;

d) os litígios entre nações estrangeiras e a União ou os Estados;

e) os conflitos de jurisdição entre juízes ou tribunais de Estados diferentes, incluídos os do Distrito Federal e os dos Territórios;

f) a extradição de criminosos, requisitada por outras nações, e a homologação de sentenças estrangeiras;

g) o «habeas corpus», quando fôr paciente, ou coator, tribunal, funcionário ou autoridade, cujos atos estejam sujeitos imediatamente à jurisdição do Tribunal, ou quando se tratar de crime sujeito a essa mesma jurisdição em única instância; e, ainda, se houver perigo de consumar-se a violência antes que outro juiz ou tribunal possa conhecer do pedido;

h) a execução das sentenças, nas causas da sua competência originária, com a faculdade de delegar atos do processo a juiz inferior.

II — Julgar:

1, as ações rescisórias de seus acórdãos;

2, em recurso ordinário;

a) as causas em que a União fôr interessada, como autora ou ré, assistente ou opoente;

b) as decisões de última ou única instância denegatórias de «habeas-corpus»;

III — Julgar, em recurso extraordinário, as causas decididas pelas justiças locais em única ou última instância:

a) quando a decisão fôr contra a letra de tratado ou lei federal, sôbre cuja aplicação se haja questionado;

b) quando se questionar sôbre a vigência ou validade de lei federal em face da Constituição, e a decisão do tribunal local negar aplicação à lei impugnada;

c) quando se contestar a validade de lei ou ato dos govêrnos locais em face da Constituição, ou de lei federal, e a decisão do Tribunal local julgar válida a lei ou o ato impugnado;

d) quando decisões definitivas dos Tribunais de Apelação de Estados diferentes, inclusive do Distrito Federal ou dos Territórios, ou decisões definitivas de um dêstes Tribunais e do Supremo Tribunal Federal derem à mesma lei federal inteligência diversa.

Parágrafo único. — Nos casos do nº. II, nº. 2, letra *b*, poderá o recurso tambem ser interposto pelo Presidente de qualquer dos tribunais ou pelo Ministério Público.

Art. 102 — Compete ao Presidente do Supremo Tribunal Federal conceder «exequatur» às cartas rogatórias das justiças estrangeiras.

Da Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios

Art. 103 — Compete aos Estados legislar sôbre a sua divisão e organização judiciária e prover os respectivos cargos, observados os preceitos dos arts. 91 e 92 e mais os seguintes princípios:

a) a investidura nos primeiros graus far-se-á mediante concurso organizado pelo Tribunal de Apelação, que remeterá ao Governador do Estado a lista dos tres candidatos que houverem obtido a melhor classificação se os classificados atingirem ou excederem aquele número;

b) investidura nos graus superiores mediante promoção por antiguidade de classe e por merecimento, resalvado o disposto no art. 105;

c) o número de juizes do Tribunal de Apelação só poderá ser alterado por proposta motivada do Tribunal;

d) fixação dos vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Apelação em quantia não inferior à que percebam os secretarios de Estado; entre os vencimentos dos demais juizes não deverá haver diferença maior de 30 %, de uma para outra categoria, nem o

vencimento dos de categoria imediata à dos juizes do Tribunal de Apelação será inferior a dois terços do vencimento dêstes últimos;

e) competência privativa do Tribunal de Apelação para o processo e julgamento dos juizes inferiores, nos crimes comuns e de responsabilidade;

f) em caso de mudança da séde do juizo, é facultado ao juiz, que não quizer acompanhá-la, entrar em disponibilidade com vencimentos integrais.

Art. 104 — Os Estados poderão crear a justiça de paz eletiva, fixando-lhe a competência, com a resalva do recurso das suas decisões para a Justiça togada.

Art. 105 — Na composição dos tribunais superiores, um quinto dos logares será preenchido por advogados ou membros do Ministério Público, de notório merecimento e reputação ilibada, organizando o Tribunal de Apelação uma lista tríplice.

Art. 106 — Os Estados poderão crear juizes com investidura limitada no tempo e competência para julgamento das causas de pequeno valor, preparo das que excederem da sua alçada e substituição dos juizes vitalícios.

Art. 107 — Excetuadas as causas de competência do Supremo Tribunal Federal, todas as demais serão da competência da justiça dos Estados, do Distrito Federal ou dos Territórios.

Art. 108 — As causas propostas pela União ou contra ela serão aforadas em um dos juizos da Capital do Estado em que fôr domiciliado o réu ou o autor.

Parágrafo único. As causas propostas perante outros juizes, desde que a União nelas intervenha como assistente ou opoente, passarão a ser da competência de um dos juizes da Capital, perante êle continuando o seu processo.

Art. 109 — Das sentenças proferidas pelos juizes de primeira instância nas causas em que a União for interessada como autora ou ré, assistente ou opoente, haverá recurso diretamente para o Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. — A lei regulará a competência e os recursos nas ações para a cobrança da divida ativa da União, podendo cometer ao Ministério Público dos Estados a função de representar em juizo a Fazenda Federal.

Art. 110 — A lei poderá estabelecer para determinadas ações a competência originária dos Tribunais de Apelação.

Da Justiça Militar

Art. 111 — Os militares e as pessôas a êles assemelhadas terão foro especial nos delitos militares. Êste foro poderá estender-se aos civis, nos casos definidos em lei, para os crimes contra a segurança externa do país ou contra as instituições militares.

Art. 112 — São órgãos da Justiça Militar o Supremo Tribunal Militar e os tribunais e juizes inferiores, creados em lei.

Art. 113 — A inamovibilidade assegurada aos juizes militares não os exime da obrigação de acompanhar as fôrças junto às quais tenham de servir.

Parágrafo único. — Cabe ao Supremo Tribunal Militar determinar a remoção dos juizes militares, quanto o interêsse público o exigir.

Do Tribunal de Contas

Art. 114 — Para acompanhar, diretamente ou por delegações organizadas de acôrdo com a lei, a execução orçamentária, julgar das contas dos responsáveis por dinheiros ou bens públicos e da legalidade dos contratos celebrados pela União, é instituído um Tribunal de Contas, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da República, com a aprovação do Conselho Federal. Aos Ministros do Tribunal de Contas são asseguradas as mesmas garantias que aos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. — A organização do Tribunal de Contas será regulada em lei.

Da Nacionalidade e da Cidadania

Art. 115 — São brasileiros:

a) os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo êste a serviço do govêrno do seu país;

b) os filhos de brasileiro ou brasileira, nascidos em país estrangeiro, estando os pais ao serviço do Brasil e, fora dêste caso, se, atingida a maioridade, optarem pela nacionalidade brasileira;

c) os que adquiriram a nacionalidade brasileira nos termos do art. 69, ns. 4 e 5, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891:

d) os estrangeiros por outro modo naturalizados.

Art. 116 — Perde a nacionalidade o brasileiro:

a) que por naturalização voluntária adquirir outra nacionalidade;

b) que, sem licença do Presidente da República, aceitar do govêrno estrangeiro comissão ou emprêgo remunerado;

c) que, mediante processo adequado, tiver revogada a sua naturalização por exercer atividade política ou social nociva ao interêsse nacional.

Art. 117 — São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de dezoito anos, que se alistarem na forma da lei.

Parágrafo único. — Não podem alistar-se eleitores:

a) os analfabetos;

b) os militares em serviço ativo;

c) os mendigos;

d) os que estiverem privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos.

Art. 118 — Suspendem-se os direitos políticos:

a) por incapacidade civil;

b) por condenação criminal, enquanto durarem os seus efeitos.

Art. 119 — Perdem-se os direitos políticos:

a) nos casos do art. 116;

b) pela recusa, motivada por convicção religiosa, filosófica ou política, de encargo, serviço ou obrigação imposta por lei aos brasileiros;

c) pela aceitação do título nobiliárquico ou condecoração estrangeira, quando esta importe restrição de direitos assegurados nesta Constituição ou incompatibilidade com deveres impostos por lei.

Art. 120 — A lei estabelecerá as condições de reaquisição dos direitos políticos.

Art. 121 — São inelegiveis os inalistaveis, salvo os oficiais em serviço ativo das fôrças armadas, os quais, embora inalistaveis, são elegiveis.

Dos direitos e garantias individuais

Art. 122 — A Constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no país o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

1 — Todos são iguais perante a lei.

2 — Todos os brasileiros gozam do direito de livre circulação em todo o território nacional, podendo fixar-se em qualquer dos seus pontos, aí adquirir imoveis e exercer livremente a sua atividade.

3 — Os cargos públicos são igualmente accessiveis a todos os brasileiros, observadas as condições de capacidade prescritas nas leis e regulamentos.

4 — Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para êsse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum, as exigências da ordem pública e dos bons costumes.

5 — Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal.

6 — A inviolabilidade do domicílio e de correspondencia, salvas as exceções expressas em lei.

7 — O direito de representação ou petição perante as autoridades, em defesa de direitos ou do interêsse geral.

8 — A liberdade de escolha de profissão ou do gênero de trabalho, indústria ou comércio, observadas as condições de capacidade e as restrições impostas pelo bem público, nos termos da lei.

9 — A liberdade de associação, desde que os seus fins não sejam contrários à lei penal e aos bons costumes.

10 — Todos teem direito de reunir-se pacificamente e sem armas. As reuniões a céu aberto podem ser submetidas à formalidade de declaração, podendo ser interditas em caso de perigo imediato para a segurança pública.

11 — A exceção do flagrante delito, a prisão não poderá efetuar-se senão depois de pronúncia do indiciado, salvo os casos determinados em lei e mediante ordem escrita da autoridade competente. Ninguem poderá ser conservado em prisão sem culpa formada, senão pela autoridade competente, em virtude de lei e na forma por ela regulada; a instrução criminal será contraditória, asseguradas, antes e depois da formação da culpa, as necessárias garantias de defesa.

12 — Nenhum brasileiro poderá ser extraditado por govêrno estrangeiro.

13 — Não haverá penas corpóreas perpétuas. As penas estabelecidas ou agravadas na lei nova não se aplicam aos fatos anteriores. Além dos casos previstos na legislação militar para o tempo de guerra, a lei poderá prescrever a pena de morte para os seguintes crimes:

a) tentar submeter o território da Nação ou parte dele à soberania de Estado estrangeiro;

b) tentar, com auxílio ou subsídio de Estado estrangeiro ou organização de caráter internacional, contra a unidade da Nação, procurando desmembrar o território sujeito à sua soberania;

c) tentar por meio de movimento armado o desmembramento do território nacional, desde que para reprimi-lo se torne necessário proceder a operações de guerra;

d) tentar, com auxílio ou subsídio de Estado estrangeiro ou organização de caráter internacional, a mudança da ordem política ou social estabelecida na Constituição;

e) tentar subverter por meios violentos a ordem política e social, com o fim de apoderar-se do Estado para o estabelecimento da ditadura de uma classe social;

f) o homicídio cometido por motivo fútil e com extremos de perversidade.

14 — O direito de propriedade, salvo a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia. O seu conteúdo e os seus limites serão os definidos nas leis que lhe regularem o exercício.

15 — Todo cidadão tem o direito de manifestar o seu pensamento, oralmente, por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos em lei.

A lei pode prescrever:

a) com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da rádio-difusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação;

b) medidas para impedir as manifestações contrárias à moralidade pública e aos bons costumes, assim como as especialmente destinadas à proteção da infância e da juventude;

c) providências destinadas à proteção do interêsse público, bem estar do povo e segurança do Estado.

Na Const. de 34, havia a seguinte garantia: Art. 113, nº. 26. Ninguem será processado, nem sentenciado, senão pela autoridade competente, em virtude da lei anterior ao facto, e na forma por ele prescripta.

A imprensa regular-se-á por lei especial, de acôrdo com os seguintes princípios:

a) a imprensa exerce uma função de carater público;

b) nenhum jornal pode recusar a inserção de comunicados do Govêrno, nas dimensões taxadas em lei;

c) é assegurado a todo cidadão o direito de fazer inserir gratuitamente, nos jornais que o infamarem ou injuriarem, resposta, defesa ou retificação;

d) é proibido o anonimato;

e) a responsabilidade se tornará efetiva por pena de prisão contra o diretor responsável e pena pecuniária aplicada à emprêsa;

f) as máquinas, caracteres e outros objetos tipográficos utilizados na impressão do jornal constitúem garantia do pagamento da multa, reparação ou indenização, e das despesas com o processo nas condenações pronunciadas por delito de imprensa, excluídos os privilégios eventuais derivados do contrato de trabalho da emprêsa jornalística com os seus empregados. A garantia poderá ser substituída por uma caução depositada no princípio de cada ano e arbitrada pela autoridade competente, de acôrdo com a natureza, a importância e a circulação do jornal;

g) não podem ser proprietários de emprêsas jornalísticas as sociedades por ações ao portador e os estrangeiros, vedado tanto a êstes como às pessoas jurídicas participar de tais emprêsas como acionistas. A direção dos jornais, bem como a sua orientação intelectual, política e administrativa, só poderá ser exercida por brasileiros natos.

16 — Dar-se-á *habeas-corpus* sempre que alguem sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal, na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar.

17 — Os crimes que atentarem contra a existência, a segurança e a integridade do Estado, a guarda e o emprêgo da economia popular serão submetidos a processo e julgamento perante tribunal especial, na forma que a lei instituir.

Art. 123 — A especificação das garantias e direitos acima enumerados não exclue outras garantias e direitos, resultantes da forma de govêrno e dos princípios consignados na Constituição. O uso dêsses direitos e garantias terá por limite o bem público, as necessidades da defesa, do bem estar, da paz e da ordem

coletiva, bem como as exigências da segurança da Nação e do Estado em nome dela constituído e organizado nesta Constituição.

Da família

Art. 124 — A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado. As famílias numerosas serão atribuídas compensações na proporção dos seus encargos.

Art. 125 — A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a êsse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular.

Art. 126 — Aos filhos naturais, facilitando-lhes o reconhecimento, a lei assegurará igualdade com os legítimos, extensivos àqueles os direitos e deveres que em relação a êstes incumbem aos pais.

Art. 127 — A infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades.

O abandono moral, intelectual ou físico da infância e da juventude importará falta grave dos responsaveis por sua guarda e educação, e creia ao Estado o dever de provê-las de confôrto e dos cuidados indispensáveis à sua preservação física e moral.

Aos pais miseraveis assiste o direito de invocar o auxílio e proteção do Estado para a subsistência e educação da sua prole.

Da educação e da cultura

Art. 128 — A arte, a ciência e o seu ensino são livres à iniciativa individual e à de associações ou pessôas coletivas, públicas e particulares.

E' dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e

de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino.

Art. 129 — À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino prevocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a êsse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

E' dever das indústrias e dos sindicatos econômicos crear, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento dêsse dever e os poderes que caberão ao Estado sôbre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.

Art. 130 — O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclue o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notòriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar.

Art. 131 — A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer dêsses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.

Art. 132 — O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o

adestramento físico, de maneira a prepará-la, ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação.

Art. 133 — O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos.

Art. 134 — Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra êles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

Da ordem econômica

Art. 135 — Na iniciativa individual, no poder de creação, de organização e de invenção do indivíduo, exercido nos limites do bem público, funda-se a riqueza e a prosperidade nacional. A intervenção do Estado no domínio econômico só se legitima para suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores da produção, de maneira a evitar ou resolver os seus conflitos e introduzir no jogo das competições individuais o pensamento dos interêsses da Nação, representados pelo Estado.

A intervenção no domínio econômico poderá ser mediata ou imediata, revistindo a forma do contrôle, do estímulo ou da gestão direta.

Art. 136 — O trabalho é um dever social. O trabalho intelectual, técnico e manual tem direito à proteção e solicitude especiais do Estado.

A todos é garantido o direito de subsistir mediante o seu trabalho honesto e êste, como meio de subsistência do individuo, constitue um bem que é dever do Estado proteger, assegurando-lhe condições favoraveis e meios de defesa.

Art. 137 — A legislação do trabalho observará, além de outros, os seguintes preceitos:

a) os contratos coletivos de trabalho concluídos pelas associações, legalmente reconhecidas, de empregadores, trabalhadores, artistas e especialistas, serão aplicados a todos os empregados, trabalhadores, artistas e especialistas que elas representam;

b) os contratos coletivos de trabalho deverão estipular obrigatòriamente a sua duração, a importância e as modalidades do salário, a disciplina interior e o horário do trabalho;

c) a modalidade do salário será a mais apropriada às exigências do operário e da emprêsa;

d) o operário terá direito ao repouso semanal aos domingos e, nos limites das exigências técnicas da emprêsa, aos feriados civis e religiosos, de acôrdo com a tradição local;

e) depois de um ano de serviço ininterrupto em uma emprêsa de trabalho contínuo, o operário terá direito a uma licença anual remunerada;

f) nas emprêsas de trabalho contínno, a cessação das relações de trabalho, a que o trabalhador não haja dado motivo, e quando a lei não lhe garanta a estabilidade no emprêgo, creia-lhe o direito a uma indenização proporcional aos anos de serviço;

g) nas emprêsas de trabalho contínuo, a mudança de proprietário não recinde o contrato de trabalho, conservando os empregados, para com o novo empregador, os direitos que tinham em relação ao antigo:

h) salário mínimo, capaz de satisfazer, de acôrdo com as condições de cada região, as necessidades normais do trabalho;

i) dia de trabalho de oito horas, que poderá ser reduzido, e sòmente suscetível de aumento nos casos previstos em lei;

j) o trabalho à noite, a não ser nos casos em que é efetuado periòdicamente por turnos, será retribuido com remuneração superior à do diurno;

k) proibição de trabalho a menores de quatorze anos; de trabalho noturno a menores de dezesseis e, em indústrias insalubres, a menores de dezoito anos e a mulheres;

l) assistência médica e higiênica ao trabalhador e à gestante, assegurado a esta, sem prejuizo do salário, um periodo de repouso antes e depois do parto;

m) a instituição de seguros de velhice, de invalidez, de vida e para os casos de acidentes do trabalho;

n) as associações de trabalhadores têm o dever de prestar aos seus associados auxílio ou assistência, no referente às práticas administrativas ou judiciais relativas aos seguros de acidentes do trabalho e aos seguros sociais.

Art. 138 — A associação profissional ou sindical é livre. Sòmente, porém, o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participarem da categoria de produção para que foi constituído, e de defender-lhes os direitos perante o Estado e as outras associações profissionais, estipular contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os seus associados, impôr-lhes contribuições e exercer em relação a êles funções delegadas de poder público.

Art. 139 — Para derimir os conflitos oriundos das relações entre empregadores e empregados, reguladas na legislação social, é instituída a justiça do trabalho, que será regulada em lei e à qual não se aplicam as disposições desta Constituição relativas à competência, ao recrutamento e às prerrogativas da Justiça comum.

A gréve e o „lock-out" são declarados recursos anti-sociais, nocivos ao trabalho e ao capital e incompativeis com os superiores interêsses da produção nacional.

Art. 140 — A economia da produção será organizada em corporações, e estas, como entidades representativas das fôrças do trabalho nacional, colocadas sob a assistência e a proteção do Estado, são órgãos dêste e exercem funções delegadas de poder público.

Art. 141 — A lei fomentará a economia popular, assegurando-lhe garantias especiais. Os crimes contra a economia popular são equiparados aos crimes contra o Estado, devendo a lei cominar-lhes penas graves e

prescrever-lhes processo e julgamento adequados a sua pronta e segura punição.

Art. 142 — A usura será punida.

Art. 143 — As minas e demais riquezas do sub-solo, bem como as quédas dagua, constituem propriedade distinta da propriedade do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial. O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização federal.

§ 1º. A autorização só poderá ser concedida a brasileiros, ou emprêsas constituídas por acionistas brasileiros, reservada ao proprietário preferência na exploração, ou participação nos lucros.

§ 2º. O aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida e para o uso exclusivo do proprietário independe de autorização.

§ 3º. Satisfeitas as condições estabelecidas em lei, entre elas a de possuirem os necessários serviços técnicos e administrativos, os Estados passarão a exercer, dentro dos respectivos territórios, a atribuição constante dêste artigo.

§ 4º. Independe de autorização o aproveitamento das quédas dágua já utilizadas industrialmente na data desta Constituição, assim como, nas mesmas condições, a exploração das minas em lavra, ainda que transitòriamente suspensa.

Art. 144 — A lei regulará a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quédas dágua ou outras fontes de energia, assim como das indústrias consideradas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar da Nação.

Art. 145 — Só poderão funcionar no Brasil os bancos de depósito e as emprêsas de seguros, quando brasileiros os seus acionistas. Aos bancos de depósito e emprêsas de seguros atualmente autorizados a operar no país, a lei dará um prazo razoável para que se transformem de acôrdo com as exigências dêste artigo.

Art. 146 — As emprêsas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais ou municipais, deverão

constituir com maioria de brasileiros a sua administração ou delegar a brasileiros todos os poderes de gerência.

Art. 147 — A lei federal regulará á fiscalização e revisão das tarifas dos serviços públicos explorados por concessão para que, no interêsse coletivo, delas retire o capital uma retribuição justa ou adequada e sejam atendidas convenientemente as exigências de expansão e melhoramento dos serviços.

A lei se aplicará às concessões feitas no regime anterior de tarifas contratualmente estipuladas para todo o tempo de duração do contrato.

Art. 148 — Todo brasileiro que, não sendo proprietário rural ou urbano, ocupar, por dez anos contínuos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, um trecho de terra até dez hectares tornando-o produtivo com o seu trabalho e tendo nele a sua morada, adquirirá o domínio, mediante sentença declaratória devidamente transcrita.

Art. 149 — Os proprietários, armadores e comandantes de navios nacionais, bem como os tripulantes, na proporção de dois terços, devem ser brasileiros natos, reservando-se tambem a êstes a praticagem das barras, portos, rios e lagos.

Art. 150 — Só poderão exercer profissões liberais os brasileiros natos e os naturalizados que tenham prestado serviço militar no Brasil, excetuados os casos de exercício legítimo na data da Constituição e os de reciprocidade internacional admitidos em lei. Sòmente aos brasileiros natos será permitida a revalidação de diplomas profissionais expedidos por institutos estrangeiros de ensino.

Art. 151 — A entrada, distribuição e fixação de imigrantes no território nacional estará sujeita às exigências e condições que a lei determinar, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sôbre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cincoenta anos.

Art. 152 — A vocação para suceder em bens de estrangeiros situados no Brasil será regulada pela lei

nacional em benefício do cônjuge brasileiro e dos filhos do casal, sempre que lhes não seja mais favorável o estatuto do „de cujus".

Art. 153 — A lei determinará a percentagem de empregados brasileiros que devem ser mantidos obrigatòriamente nos serviços públicos dados em concessão e nas emprêsas e estabelecimentos de indústria e de comércio.

Art. 154 — Será respeitada aos selvícolas a posse das terras em que se achem localizados em caráter permanente, sendo-lhes, porém, vedada a alienação das mesmas.

Art. 155 — Nenhuma concessão de terras, de área superior a dez mil hectares, poderá ser feita sem que, em cada caso, preceda autorização do Conselho Federal.

Dos funcionários públicos

Art. 156 — O Poder Legislativo organizará o Estatuto dos Funcionários Públicos, obedecendo aos seguintes preceitos desde já em vigor:

a) o quadro dos funcionários públicos compreenderá todos os que exerçam cargos públicos creados em lei, seja qual fôr a forma de pagamento;

b) a primeira investidura nos cargos de carreira far-se-á mediante concurso de provas ou de títulos;

c) os funcionários públicos, depois de dois anos, quando nomeados em virtude de concurso de provas, e, em todos os casos, depois de dez anos de exercício, só poderão ser exonerados em virtude de sentença judiciária ou mediante processo administrativo, em que sejam ouvidos e possam defender-se;

d) serão aposentados compulsòriamente os funcionários que atingirem a idade de sessenta e oito anos; a lei poderá reduzir o limite de idade para categorias especiais de funcionários, de acôrdo com a natureza do serviço;

e) a invalidez para o exercício do cargo ou pôsto determinará a aposentadoria ou reforma, que será concedida com vencimentos integrais, se contar o funcio-

nário mais de trinta anos de serviço efetivo; o prazo para a concessão da aposentadoria ou reforma com vencimentos integrais, por invalidez, poderá ser excepcionalmente reduzido nos casos que a lei determinar;

f) o funcionário invalidado em consequência de acidente ocorrido no serviço será aposentado com vencimentos integrais, seja qual fôr o seu tempo de exercício;

g) as vantagens da inatividade não poderão, em caso algum, exceder as da atividade;

h) os funcionários terão direito a férias anuais, sem descontos, e a gestante a tres meses de licença com vencimentos integrais.

Art. 157 — Poderá ser posto em disponibilidade, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, desde que não caiba no caso a pena de exoneração, o funcionário civil que estiver no gozo das garantias de estabilidade, se, a juizo de uma comissão disciplinar nomeada pelo Ministro ou chefe de serviço, o seu afastamento do exercicio fôr considerado de conveniência ou de interêsse público.

Art. 158 — Os funcionários públicos são responsaveis solidariamente com a Fazenda Nacional, Estadual ou Municipal por quaisquer prejuizos decorrentes de negligência, omissão ou abuso no exercicio dos seus cargos.

Art. 159 — E' vedada a acumulação de cargos públicos remunerados da União, dos Estados e dos Municípios.

Dos militares de terra e mar

Art. 160 — A lei organizará o estatuto dos militares de terra e mar, obedecendo, entre outros, aos seguintes preceitos desde já em vigor;

a) será transferido para a reserva todo militar que, em serviço ativo das fôrças armadas, aceitar investidura eletiva ou qualquer cargo público permanente, estranho à sua carreira;

b) as patentes e postos são garantidos em toda a plenitude aos oficiais da ativa, da reserva e aos reformados do Exército e da Marinha;

Parágrafo único. O oficial das fôrças armadas, salvo o disposto no art. 172, § 2º., só perderá o seu pôsto e patente por condenação, passada em julgado, a pena restritiva da liberdade por tempo superior a dois anos, ou quando, por tribunal militar competente, fôr, nos casos definidos em lei, declarado indigno do oficialato ou com êle incompatível;

c) os títulos, postos e uniformes das fôrças armadas são privativos dos militares de carreira, em atividade, da reserva ou reformados.

Da segurança nacional

Art. 161 — As fôrças armadas são instituições nacionais permanentes, organizadas sôbre a base da disciplina hierárquica e da fiel obediência à autoridade do Presidente da República.

Art. 162 — Todas as questões relativas à segurança nacional serão estudadas pelo Conselho de Segurança Nacional e pelos órgãos especiais creados para atender à emergência da mobilização.

O Conselho de Segurança Nacional será presidido pelo Presidente da República e constituido pelos Ministros de Estado e pelos Chefes do Estado Maior do Exercito e da Marinha.

Art. 163 — Cabe ao Presidente da República a direção geral da guerra, sendo as operações militares da competência e da responsabilidade dos comandantes chefes, de sua livre escolha.

Art. 164 — Todos os brasileiros são obrigados, na forma da lei, ao serviço militar e a outros encargos necessários à defesa da pátria, nos termos e sob as penas da lei.

Parágrafo único. Nenhum brasileiro poderá exercer função pública, uma vez provado não haver cumprido as obrigações e os encargos que lhe incumbem para com a segurança nacional.

Art. 165 — Dentro de uma faixa de cento e cincoenta quilômetros ao longo das fronteiras, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação poderá efetivar-se sem audiência do Conselho Superior de Segurança Nacional, e a lei providenciará para que nas indústrias situadas no interior da referida faixa predominem os capitais e trabalhadores de origem nacional.

Parágrafo único. As indústrias que interessem à segurança nacional só poderão estabelecer-se na faixa de cento e cincoenta quilômetros ao longo das fronteiras, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, que organizará a relação das mesmas, podendo a todo o tempo revê-la e modificá-la.

Da defesa do Estado

Art. 166 — Em caso de ameaça externa ou iminência de perturbações internas, ou existência de concêrto, plano ou conspiração, tendente a perturbar a paz pública ou pôr em perigo a estrutura das instituições, a segurança do Estado ou dos cidadãos, poderá o Presidente da República declarar em todo o território do país, ou na porção do território particularmente ameaçada, o estado de emergência.

Desde que se torne necessário o emprêgo das fôrças armadas para a defesa do Estado, o Presidente da República declarará em todo o território nacional, ou em parte dele, o estado de guerra.

Parágrafo único. Para nenhum dêsses atos será necessária a autorização do Parlamento Nacional, nem êste poderá suspender o estado de guerra declarado pelo Presidente da República.

Art. 167 — Cessados os motivos que determinaram a declaração de estado de emergência ou do estado de guerra, comunicará o Presidente da República à Câmara dos Deputados as medidas tomadas durante o período de vigência de um ou de outro.

Parágrafo único. A Câmara dos Deputados, se não aprovar as medidas, promoverá a responsabilidade do Presidente da República, ficando a êste salvo o direito de apelar da deliberação da Câmara para o pronuncia-

mento do país, mediante a dissolução da mesma e a realização de novas eleições.

Art. 168 — Durante o estado de emergêneia as medidas que o Presidente da República é autorizado a tomar serão limitadas às seguintes:

a) detenção em edifício ou local não destinado a reus de crime comum; destêrro para outros pontos do território nacional ou residência forçada em determinadas localidades do mesmo território, com privação da liberdade de ir e vir;

b) censura da correspondência e de todas as comunicações orais e escritas;

c) suspensão da liberdade de reunião;

d) busca e apreensão em domicílio.

Art. 169 — O Presidente da República, durante o estado de emergência, e se o exigirem as circunstâncias, pedirá à Câmara ou ao Conselho Federal a suspensão das imunidades de qualquer dos seus membros que se haja envolvido no concêrto, plano ou conspiração contra a estrutura das instituições, a segurança do Estado ou dos cidadãos.

§ 1º. Caso a Câmara ou o Conselho Federal não resolva em doze horas ou recuse a licença, o Presidente, se, a seu juizo, se tornar indispensável a medida, poderá deter os membros de uma ou de outro, implicados no concêrto, plano ou conspiração, e poderá igualmente fazê-lo, sob a sua responsabilidade, e independentemente de comunicação a qualquer das Câmaras, se a detenção fôr de manifesta urgência.

§ 2º. Em todos êsses casos o pronunciamento da Câmara dos Deputados só se fará após a terminação do estado de emergência.

Art. 170 — Durante o estado de emergência ou o estado de guerra, dos atos praticados em virtude deles não poderão conhecer os juizes e tribunais.

Art. 171 — Na vigência do estado de guerra deixará de vigorar a Constituição nas partes indicadas pelo Presidente da República.

Art. 172 — Os crimes cometidos contra a segurança do Estado e a estrutura das instituições serão sujeitos a justiça e processo especiais, que a lei prescreverá.

§ 1º. A lei poderá determinar a aplicação das penas da legislação militar e a jurisdição dos tribunais militares na zona de operações durante grave comoção intestina.

§ 2º. O oficial da ativa, da reserva ou reformado, ou o funcionário público, que haja participado de crime contra a segurança do Estado ou a estrutura das instituições, ou influído em sua preparação intelectual ou material, perderá a sua patente, pôsto ou cargo, se condenado a qualquer pena pela decisão da justiça a que se refere êste artigo.

Art. 173 — O estado de guerra motivado por conflito com país estrangeiro se declarará no decreto de mobilização. Na sua vigência, o Presidente da República tem os poderes do artigo 166 e os crimes cometidos contra a estrutura das instituições, a segurança do Estado e dos cidadãos serão julgados por tribunais militares.

Das emendas à Constituição

Art. 174 — A Constituição pode ser emendada, modificada ou reformada por iniciativa do Presidente da República ou da Câmara dos Deputados.

§ 1º. O projeto de iniciativa do Presidente da República será votado em bloco, por maioria ordinária de votos da Câmara dos Deputados e do Conselho Federal, sem modificações ou com as propostas pelo Presidente da República, ou que tiverem a sua aquiescência, se sugeridas por qualquer das Câmaras.

§ 2º. O projeto de emenda, modificação ou reforma da Constituição, de iniciativa da Câmara dos Deputados, exige, para ser aprovado, o voto da maioria dos membros de uma e outra Câmara.

§ 3º. O projeto de emenda, modificação ou reforma da Constituição, quando de iniciativa da Câmara dos Deputados, uma vez aprovado mediante o voto da maioria dos membros de uma e outra Câmara, será enviado ao Presidente da República. Êste, dentro do prazo de trinta dias, poderá devolver à Câmara dos Deputados o projeto, pedindo que o mesmo seja submetido a

nova tramitação por ambas as Câmaras. A nova tramitação só poderá efetuar-se no curso da legislatura seguinte.

§ 4º. No caso de ser rejeitado o projeto de iniciativa do Presidente da República, ou no caso em que o Parlamento aprove definitivamente, apesar da oposição daquele, o projeto de iniciativa da Câmara dos Deputados, o Presidente da República poderá, dentro em trinta dias, resolver que um ou outro projeto seja submetido ao plebiscito nacional. O plebiscito realizar-se-á noventa dias depois de publicada a resolução presidencial. O projeto só se transformará em lei constitucional se lhe fôr favorável o plebiscito.

Disposições transitórias e finais

Art. 175 — O primeiro período presidencial começará na data desta Constituição. O atual Presidente da República tem renovado o seu mandato até à realização do plebiscito a que se refere o artigo 187, terminando o período presidencial fixado no art. 80, se o resultado do plebiscito fôr favorável à Constituição.

Art. 176 — O mandato dos atuais Governadores dos Estados, uma vez confirmado pelo Presidente da República dentro de trinta dias da data desta Constituição, se entende prorrogado para o primeiro período de govêrno a ser fixado nas Constituições estaduais. Êsse período se contará na data desta Constituição, não podendo em caso algum exceder o aqui fixado ao Presidente da República.

Parágrafo único. O Presidente da República decretará a intervenção nos Estados cujos Governadores não tiverem o seu mandato confirmado. A intervenção durará até a posse dos Governadores eleitos, que terminarão o primeiro período de govêrno fixado nas Constituições estaduais.

Art. 177 — Dentro do prazo de sessenta dias a contar da data desta Constituição, poderão ser aposentados ou reformados de acôrdo com a legislação em vigor os funcionários civis e militares cujo afastamento

se impuser, a juizo exclusivo do Govêrno, no interêsse do serviço público ou por conveniência do regime.

Art. 178 — São dissolvidos nesta data a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembléias Legislativas dos Estados e as Câmaras Municipais. As eleições ao Parlamento Nacional serão marcadas pelo Presidente da República, depois de realizado o plebiscito a que se refere o art. 187.

Art. 179 — O Conselho da Economia Nacional deverá ser constituído antes das eleições ao Parlamento Nacional.

Art. 180 — Emquanto não se reunir o Parlamento Nacional, o Presidente da República terá o poder de expedir decretos-leis sôbre todas as matérias da competência legislativa da União.

Art. 181 — As Constituições estaduais serão outorgadas pelos respectivos Governos, que exercerão, emquanto não se reunirem as Assembléias Legislativas, as funções destas nas matérias da competência dos Estados.

Art. 182 — Os funcionários da justiça federal, não admitidos na nova organização judiciária e que gozavam da garantia da vitaliciedade, serão aposentados com todos os vencimentos, se contarem mais de trinta anos de serviço, e se contarem menos ficarão em disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço até serem aproveitados em cargos de vantagens equivalentes.

Art. 183 — Continúam em vigor, emquanto não revogadas, as leis que, explícita ou implícitamente, não contrariem as disposições desta Constituição.

Art. 184 — Os Estados continuarão na posse dos territórios em que atualmente exercem a sua jurisdição, vedadas entre êles quaisquer reivindicações territoriais.

§ 1º. Ficam extintas, ainda que em andamento ou pendentes de sentença no Supremo Tribunal Federal ou em juizo arbitral, as questões de limites entre Estados.

§ 2º. O Serviço Geográfico do Exército procederá às diligências de reconhecimento e descrição dos li-

mites até aqui sujeitos a dúvidas ou litígios, e fará as necessárias demarcações.

Art. 185 — O julgamento das causas em curso na extinta justiça federal e no atual Supremo Tribunal Federal será regulado por decreto especial, que prescreverá, do modo mais conveniente ao rápido andamento dos processos, o regime transitório entre a antiga e a nova organização judiciária estabelecida nesta Constituição.

Art. 186 — E' declarado em todo o país o estado de emergência.

Art. 187 — Esta Constituição entrará em vigor na sua data e será submetida ao plebiscito nacional na forma regulada em decreto do Presidente da República.

Os oficiais em serviço ativo das fôrças armadas são considerados, independentemente de qualquer formalidade, alistados para os efeitos do plesbiscito.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1937.

GETULIO VARGAS.
Francisco Campos.
A. de Souza Costa.
Eurico G. Dutra.
Henrique A. Guilhem.
Marques dos Reis.
M. de Pimentel Brandão
Gustavo Capanema.
Agamemnon Magalhães.

IIª PARTE

BRASIL GEOGRÁFIGO E HISTÓRICO

BRASIL

RESUMO GEOGRÁFICO

P. Geraldo José Pauwels

Aspeto Geral

O Brasil, com a *área de uns bons oito milhões e meio de km²*, constitue a metade da America do Sul é o 5.º país do mundo inteiro. Limita com todos os paises sul-americanos, à exceção do Chile e do Equador.

Com *45 milhões de habitantes* (a metade da população sul-americana) é a maior nação néo-latina do mundo, e a única que dentro das zonas tropical e subtropical conseguiu construir uma cultura adiantada.

Quem, alcondorado nas alturas da estratosfera, pudesse abarcar numa só vista todo o conjunto do nosso país, notaria que 5/8 da sua área são ocupados por um vasto planalto, de 200—1.200 m. de altitude, chamado *planalto brasileiro,* ao N. do qual fica uma *vastíssima planície — a Amazônia* — que, principiando sôbre o Atlântico, se alarga mais e mais para o interior e é, por sua vez, limitada ao N. por outro, embora menor, *planalto*, a saber o *Guiano.*

Notaria ainda que a *maioria das serras* do planalto são apenas *bordas* de partes do mesmo. Assim a s. do *Mar* que, começando no vale do Paraíba, vae até o sul de S. Catarina, onde desaparece, para ressurgir nas vizinhanças de Porto Alegre; pertencem a ela as serras do Distrito Federal, e a Paranapiacaba em S. Paulo e Paraná. A alterosa *Mantiqueira* fica na borda do planalto sul-mineiro.

A s. *Geral* é a escarpa do chamado planalto triássico; flanqueia no sul os vales dos rios Ibicuí e Jacuí, em rumo W. — E, acompanha depois, no Rio Grande e no sul de S. Catarina, o litoral, continúa a W. da s. do Mar,

inflete, no N. de S. Catarina, para W. e, logo mais, para N. e NE, atravessando os estados de Paraná e S. Paulo.

Outra escarpa do planalto triássico são as serras do sul de Mato Grosso, sendo continuadas por outras, de rumo W. e NW., como a dos Parecís, que pertencem à parte diferente do planalto brasileiro.

A algumas das chapadas do Brasil central prende-se uma sequência de serras que começa no extremo SW. de Goiaz, rumando para NE. (como a s. dos Pireneos), e depois para N. com o nome de *Espigão Mestre*, entre as bacias do Tocantins e S. Francisco, até atingir a bacia do Parnaíba que limita pelos lados S e E, alcançando sua maior altitude na s. *Ibiapaba*, nas vizinhanças do Atlântico.

Outra serranía, entre os estados de Minas e Espírito Santo, ergue-se, na s. do *Caparaó*, às maiores altitudes observadas no Brasil. Ladeando pelo E. os vales do rio das Velhas e do S. Francisco, através dos estados de Minas e Baía, vemos a chamada s. do *Espinhaço*, uma sequência de acidentes que ora são escarpas de uma chapada do planalto brasileiro, ora elevações sobrepostas ao mesmo; as situadas na Baía central têm o nome comum de chapada Diamantina.

A s. da *Borborema* pertence a uma chapada que, acompanhando o litoral, atravessa os estados de Pernambuco e Paraíba, terminando no S. do Rio Grande do Norte. A esgalhos desta chapada prende-se a serra do Araripe que, como aqueles, limita ao N. a bacia do S. Francisco.

As serras do *planalto guiano*, com exceção da s. Paríma, mostram o rumo W. — E., ao passo que a grande maioria das do planalto brasileiro, acompanhando o litoral, se extendem no sentido N. S. ou NE. — SW.

Rios do Brasil

Longe a maior parte dos rios do Brasil pertencem a três bacias: do Amazonas-Tocantins (a mais extensa do mundo), do Paraná (a 4.ª do mundo), e do S. Francisco. Eles descendem de três grandes centros de dispersão: os Andes, e os dois planaltos brasileiro e guiano.

São em parte rios de baixada, em parte de planalto, descendo, neste caso, das terras altas em saltos e cachoeiras. Abstraindo dos cursos intermitentes do NE., os nossos rios são perenes, bem que seu regime mostre enchentes e vasantes periódicos.

O *Amazonas* nasce nos Andes peruanos, tem uns 6.150 km. de extensão (dos quais 3.450 km. no Brasil) 2—20 km. e mais de largura, e 8 a mais de 100 m. de profundidade. Não é rio no sentido comum da palavra — uma corrente dágua entre dois barrancos —, mas antes um emaranhado, um feixe de correntes, ora quasi paralelos, ora se cruzando, apresentando um cáos de inumeros paranás e igarapés (canais grandes e pequenos). O volume dágua que lança no oceano, varía de 80—180 mil m^3 por segundo, e apesar de nos 3.450 km. entre Tabatinga e a foz descer apenas uns 82 m., a sua correnteza é muito forte, devido àquela extraordinária massa de água, longe a maior do mundo.

Fenômenos notaveis são ainda as chamadas „terras caídas", desmoronamentos de às vezes enormes trechos dos barrancos, e a „pororoca", uma onda de 1—3,5 m. de altura que com a velocidade de 18—28 km. por hora avança em 3—4 rolos o estuário do rio acima. O Amazonas tem uns 20 tributários de 1.000 km. e mais de extensão.

O *Paraná* origina-se pela junção dos rios Paranaíba e Grande e desce do planalto por muitas cachoeiras, sendo as principais as de Urubupungá e das Sete Quedas; entre a nascente do rio Grande e a foz no golfo platino mede uns 4.200 km., dos quais 1.450 cabem ao mencionado galho gerador.

Seu afluente principal, o *Paraguai*, de uns 2.300 km. de comprimento, é um típico rio de baixada; nas enchentes espraia-se pela planície, formando a famosa lagoa Xaraes. Tambem o *Uruguai*, confluente do Paraná, possue uma extensão de uns 2.300 km.

O último dos três grandes troncos fluviais do Brasil é o *S. Francisco* que desde a nascente até a foz corre em terras brasileiras, ao contrário do que acontece com o Amazonas e o Paraná. Tem um compri-

mento de uns bons 3.000 km. e, por ser curso de planalto, é dividido em varias secções navegaveis por cachoeiras, das quais as mais importantes são as de Pirapora e de Paulo Afonso, sendo esta uma das mais imponentes do país.

Clima do Brasil

Possue o Brasil um clima muito variado, por causa da sua grande extensão no sentido N.—S. De acordo com a lei geral de em cada 200 m. de altitude a temperatura diminuir um gráu, o clima do nosso país — constituido por 5/8 partes de planaltos — é muito mais ameno do que corresponderia à respetiva latitude.

O clima *tropical* é caraterizado pela temperatura média anual de 20° e mais, pela ausência de temperaturas de 0°, e pela pequena diferença (1—5°) entre a temperatura média do verão e do inverno.

Ha, no Brasil, três modalidades principais deste clima: a) *o equatorial,* sempre úmido, na Amazônia e suas selvas; b) o *semi-árido,* com período de chuva *muito curto* e secas extraordinárias de anos em anos: no chamado „Nordeste" que abrange a maior parte do Piauí, Ceará, e o interior dos estados Rio Grande do Norte até Baía (exceto o litoral oriental) sendo zonas de transição o sul do Maranhão, centro de Goiaz e norte de Minas; e, finalmente, c) o clima de *período de chuva mais extenso* (durante o verão): sul de Mato Grosso, noroeste do Paraná, oeste de S. Paulo, centro e sul de Minas (fóra os planaltos meridionais), vale do Paraíba, e litoral até Iguape.

Em todo o resto do país domina o clima *sub-tropical,* embora no extremo sul bem como nas partes mais altas já se façam sentir elementos do clima temperado. São notas do clima sub-tropical a temperatura média de 18° no mês mais frio, a de 22° e mais no mais quente, e temperaturas mínimas de 0° e menos, sendo, além disso, o tempo muito mais inconstante que na região de clima tropical. As chuvas são mais abundantes que na zona do clima tropical, e mais igualmente distribuidas por todos os meses do ano, sobretudo no sul desta região.

Para quem vive conforme as regras da higiene, o Brasil é um dos paises mais *salubres* do mundo. A terrivel febre amarela está praticamente extinta graças ao genio de Osvaldo Cruz. A opilação, a sífilis, a tuberculose, a malária e a lepra que causam ainda muitas vítimas — em boa parte devido à ignorância e incúria do povo —, são enérgica e sistematicamente combatidas pelo governo do Estado Novo.

Flora e fauna do Brasil

A grande extensão de sua área e a variedade de climas do Brasil explicam ser sua *flora* uma das mais ricas no mundo; pois conta umas 60.000 espécies. Podemos dividir o país em quatro regiões géo-botanicas.

a) A hiléa (as „selvas") que é a mata mais bem regada do mundo, espessa e escura, com o „caá-igapó", ao longo dos rios (muitas palmeiras), e o „caá-êtê", nos terrenos não alcançados pelas enchentes (seringueira, castanheira do Pará, cacaueiro, guaraná).

b) A *zona litoral,* do Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul, coberta de uma mata virgem pujante e riquíssima em madeiras de lei (jacarandá, perobas, canelas, cedro, imbuia, louro, pau brasil, etc.), da qual, porem, ao N. do rio de Contas existem apenas míseros restos. — Na faixa litorânea propriamente dita encontram-se mangues extensos.

c) A zona do *nordeste,* de vegetação xerófila, isso é, adatada à mingua de água; são cactáceas, bromeliáceas, carnaubeira, maniçoba, joazeiro, umbú, imburana, gramíneas em tufos, arvores baixas e tortuosas e arbustos cobertos de espinhos, formando matas ralas e invadidas pelo sol (caatinga — mata clara).

d) A zona dos *campos*, quer „gerais" (no N.), com numerosos cerrados e cerradões, quer „limpos" (no S.). Os cerrados se transformam para o sul em matas extensas que ocupam 1/3 da zona. No meio dos campos existem matas menores, ou ao longo de rios (matas ciliares) ou em redór de pontos mais úmidos (capões — matas rodondas). Notaveis são no sul da zona os

pinheirais, (a única mata do Brasil formada por uma só espécie) e os *ervais.*

Tambem a *fauna* do Brasil distingue-se por uma extrema riqueza em espécies. Suas notas caraterísticas são as seguintes:

a) falta de mamíferos grandes, sendo os maiores o jaguar, o puma, o guará, a ariranha e a anta;

b) 57 espécies de símios de nariz chato;

c) quasi 90 espécies de quirópteros (morcegos);

d) 3 espécies de tamanduás, 5 de tatús, 4 de preguiças;

e) 136 espécies de roedores, com o maior de todos, a capivara;

f) muitos marsupiais (gambás, cuicas);

g) cerca de 1.620 espécies de aves (contra 312 em Portugal, 823 nos Estados Unidos);

h) 112 espécies de saurios, alcançando o jacaré-assú 7 m. de comprimento;

i) numerosas espécies de serpentes, sendo a maior de todas a sucurí, de 10 m. de cumprimento;

j) enorme quantidade de peixes, existindo 1.510 espécies só de água doce (contra 110 na Alemanha) com o pirarucú que atinge um peso de 100 kg., e o piratinga que com 3,5 m. é o maior peixe fluvial;

k) a estupenda riqueza em insetos: cerca de . . . 50.000 espécies! (60 espécies de abelhas, quasi todas aproveitaveis e sem ferrão);

l) o número consideravel de moluscos (584 espécies), miriápodes (260 espécies) aranhas (867 espécies), e anuros (200 espécies).

Etnográfia do Brasil

O povo brasileiro formou-se de quatro contigentes.

1 — Os *aborígenes* ou indios, outrora muito mais numerosos, mas dizimados por massacres, pela escravidão e por doenças contagiosas; uns 500.000 talvez existam ainda do norte ao sul do país, com exceção dos estados de Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Figueira em Sapucaia, Estado do Rio Grande do Sul

Agfa

Palmeiral em Maceió - Estado de Alagoas

Agfa

Dividem-se em quatro famílias principais (tupí-guaranís, gés, aruaks, caraíbas), quatro secundárias (kiriris, guaicurús, panos, goitacás), e vários grupos isolados (carajás, parecís, bororós, etc).

2 — Das populações *adventícias* primitivas a mais importante é a *portuguesa* que descobriu, ocupou, povoou e manteve estes oito milhões e meio de quilômetros quadrados de savanas e matas virgens que é o Brasil, e lhe comunicou sua alma e sua maviosa língua.

A segunda em importância é a *preta*, composta de descendentes de escravos vindos de todas as regiões da Africa; concentra-se sobretudo nos estados da Baía, Minas e Rio de Janeiro, ao passo que no norte e no sul do país sua percentagem é pequena.

3 — Das três populações precedentes provém as *mestiças*, como sejam caboclos (branco com índio), mulatos (branco com preto), e cafusos (índio com preto).

4 — Depois da proclamação da independência afluiram, além da ininterrupta corrente imigratória portuguesa, fortes contingentes de outros povos europeus: italianos (S. Paulo, S. Catarina e Rio Grande do Sul), alemães (nos três estados do sul), poloneses (Paraná e Rio Grande do Sul), espanhóis e outros. Nos últimos decênios imigraram cerca de 300.000 japoneses (São Paulo e Pará).

A *religião* da grande maioria dos brasileiros é a *católica*, estando a igreja do Brasil dividida em 17 arcebispados e 57 bispados.

Riquezas minerais do Brasil

Apesar de o sub-solo do Brasil ser ainda pouco conhecido, são tantas e tamanhas suas riquezas já arroladas que não é exagero afirmar ser nosso país neste respeito um dos mais bem aquinhoados do mundo inteiro.

São cinco os produtos que perfazem mais de 9/10 do valor total da nossa produção mineral: ouro, ferro, cimento, carvão, e sal.

O *ouro* encontra-se em quasi todos os estados, sendo as minas principais as do Morro Velho e da Passagem, em Minas Gerais.

Quanto ao *ferro* distingue-se o Brasil entre todos os paises do mundo, tanto pela quantidade (pertencendo-lhe quasi 1/4 de todas as existências conhecidas), como pela qualidade do minéreo, por conter na média, 50—70% de ferro. As ocorrências só do estado de Minas são avaliadas em mais de 11 bilhões de toneladas; encontram-se morros e serras constituidos quasi só ou, em grande parte de minéreo, permitindo a extração pelo simples desmonte.

A produção de *cimento* já supre 3/4 partes da quantidade necessária ao consumo do país. A matéria prima principal para sua fabricação são certos calcáreos que existem em quasi todos os nossos estados.

Sobretudo no Rio Grande do Sul e em S. Catarina ha grandes ocorrências de *carvão*, avaliadas em 5 bilhões de toneladas. Apesar de não ser de primeira qualidade, o nosso carvão é, no Rio Grande, empregado com resultado satisfatório em todos os meios de transporte e até nas indústrias que exigem as temperaturas mais altas.

Embora os tipos finos de *sal* de mesa sejam ainda importados, é longe a maior parte deste produto fornecida pelas salinas nacionais, principalmente pelas do Rio Grande do Norte e do Rio de Janeiro.

De suma importância para o país poderão ser as existências de *petroleo* verificadas já na Baía, e muito provaveis em Alagoas e no Acre.

Outras riquezas minerais na classe das pedras preciosas e semi-preciosas são o *diamante,* em Minas, Baía (onde se encontra tambem a qualidade preta, o carbonado), Goiaz, Mato Grosso e Paraná; a turmalina e água marinha (em Minas), e as ágatas (no Rio Grande do Sul). Na classe dos metais mencionamos ainda o manganez (Minas, Baía, Mato Grosso), niquel (Minas, Goiaz), areias monazíticas, contendo varios metais raros, etc.

Notaveis são ainda as numerosas *fontes termais e minerais* (umas 180 conhecidas, em Minas, S. Paulo, S. Catarina, Rio Grande do Sul, Estado do Rio, Baía, Mato Grosso), sendo algumas altamente radioativas.

Produtos vegetais

Primeiro os produtos provenientes da *indústria extrativa* que se limita a retirar da natureza o que ela produziu sem intervenção do homem.

Quanto à *madeiras* não ha país superior ao Brasil que as possue para todos os usos. Além do pinheiro do Paraná — que é a principal quanto ao volume da extração —, sejam citadas, das 4.000 espécies, apenas algumas das mais conhecidas, como sejam imbuia, peroba, cedro, jacarandá, louro, pau brasil, andiroba, sucupira, pau roxo, etc.

A cera de carnaúba, a borracha (sobretudo da seringueira), a erva mate, a castanha do Pará, o côco babassú, eis mais alguns produtos de alto valor ecônomico extraídos das nossas matas.

Acrescem as numerosas plantas fibrosas, taníferas, oleíferas, tintoriais, capazes de servir a inúmeras aplicações; as medicinais ainda mal estudadas e aproveitadas, as plantas de gozo e condimentais (guaraná, baunilha), e as decorativas (orquídeas, por ex.).

Muito mais importante que a extração de produtos vegetais é a *agricultura,* de todas as atividades ecônomicas a mais necessária e, quanto ao Brasil, a maior fonte de riqueza, apesar de aqui os processos empregados serem ainda em grande parte atrazados (sistema das queimadas; falta de adubação, de instrumentos adequados [1]), de seleção das sementes, de estandardização dos produtos).

Felizmente o costume pernicioso da monocultura (a de um só produto principal) está sendo substituido sempre mais pela policultura, isso é, a cultura de vários produtos básicos, para na falta de um, a ecônomia da respetiva região não sofrer tamanho abalo.

Da superfície do país eram, em 1920, cultivados cerca de 60.000 km², menos de 1% da área total! Ca-

1) Em 1920 em apenas 90.000 dos 648.000 estabelecimentos rurais era empregado o arado; dos 141.000 arados recenseados existiam pouco mais da metade no único estado do Rio Grande do Sul bem como 57% das grades apuradas!

biam a S. Paulo 19.800, a Minas 15.000, a Rio Grande do Sul 7.500, a Baía 4.200 km², e de 2 — 3.000 a cada um dos Estados de Rio de Janeiro, Pernambuco, Espírito Santo e Paraná.

Tratemos agora sucintamente das culturas mais importantes.

Em 1.º lugar está o *café*, do qual o Brasil fornece ainda uns 7/10 da produção mundial, apesar de o mesmo contribuír para o total da nossa produção agrícola com apenas 21 % (em 1937), contra 45 % nos anos de 1928 — 32. Vê-se, pois, que a absoluta predominância do café mais e mais tem sido limitada, para bem e segurança da nossa situação econômica.

Em 2.º lugar vem a cultura do *algodoeiro* que com os seus dois produtos, algodão e sementes —, já contribue com uns 19 % do valor total da produção agrícola. E' cultura tanto mais importante porque não só avulta na nossa exportação, mas fornece tambem a matéria prima para grandes indústrias nacionais.

O *milho* que segue em 3.º lugar, por responder por uns 15 % do valor total da referida produção, é pouco exportado, mas tem vasto consumo interno, sendo, por ex., a base principal da criação de gado suino.

A *cana* que já foi o esteio principal de econômia brasileira, fornece agora (1937) com os seus três produtos que são açucar, aguardente e alcool, apenas uns 9 % do valor da nossa produção agrícola; o que lhe confere grande importância nacional, é a produção de alcool anidro, destinado a substituir, em parte, a gazolina importada.

Muito futurosa é a cultura do *arroz*, por ser economicamente viavel em todas as regiões do país. Ao passo que, faz uns decênios, tinhamos que comprar ainda este cereal no estrangeiro, constitue o mesmo hoje artigo de larga exportação.

Segue, em importância do valor da produção, a *mandioca*, cujo preparo o colono português aprendeu do indígena. Fornece, além dum prato saboroso, farinha (tanto a chamada raspa, como a moída), tapioca e polvilho. Com a mandioca formam as numerosas varie-

dades de *feijão* parte integrante da alimentação do nosso povo.

A cultura do *fumo* é de grande interesse econômico, por fornecer tanto a matéria prima para uma das nossas indústrias mais espalhadas, como um produto desde seculos largamente exportado.

O *cacaueiro*, silvestre na Amazônia, é cultivado principalmente na Baía, donde vem 98% da nossa colheita, sendo o Brasil o 2.º produtor mundial. Na nossa exportação aparece no 3.º lugar, depois do café e do algodão.

Com mais de cem mil contos de réis figuram ainda (1937) na nossa produção agrícola a laranja e a banana. Menor que aquela importância foi o valor alcançado pela produção dos demais vegetais cultivados. São, entre as substâncias alimentícias, o trigo, a aveia, o centeio e a cevada; entre as frutas a uva, o abacaxi e o coco da Baía; entre as matérias primas a mamona e o amendoim.

Em suma, não haverá tão facilmente vegetal que no Brasil não encontrasse terras adatadas para o seu cultivo.

Produtos animais

Embora numerosas espécies da nossa fauna possam ser proveitosamente exploradas (couros e peles, por ex., para artigos de luxo), nenhuma delas oferece objeto para uma *indústria extrativa* de grande interesse econômico, com exceção apenas da realmente estupenda abundância de peixes, tanto fluviais como maritimos.

Mas o triste fato é que a nossa *pesca* é pessimamente explorada, não só quanto à quantidade extraida, mas tambem no que diz respeito aos métodos empregados. O que tiramos da água (peixes, camarões, ostras, etc.) não está em relação alguma nem com as nossas possibilidades nem com as nossas necessidades. Basta dizer que só para a compra de bacalhau enviámos para o exterior, em 1937, 50.000 contos.

A *criação de gado* sempre tem sido e sempre será uma das indústrias mais importantes do Brasil, devido

tanto à enorme extensão dos seus campos como às condições climatéricas excepcionalmente favoraveis do nosso país. Daí vem que o Brasil possue um dos maiores rebanhos do mundo, representando o valor dos seus produtos (em 1936) 26% da produção total do país (agrícola, animal e extrativa).

A estimativa oficial de 1935 apurou mais de 94 milhões de cabeças de gado, pertencendo quasi a metade aos dois estados do Rio Grande do Sul (27, 2%) e Minas (20, 9%).

Quanto ao gado *bovino* (41 milhões), os rebanhos maiores e mais finos encontram-se no Rio Grande do Sul (25% do total), cabendo aos municípios de Alegrete, Uruguaiana e Sant'Ana juntos mais cabeças que a qualquer estado brasileiro exceto Minas, Goiaz, Mato Grosso, Baía e S. Paulo.

Quasi a metade do gado *equino* (16 milhões de cabeças) pertenciam aos dois estados do Rio Grande do Sul (24, 5%) e Minas (22, 3%), assim como 3/5 dos *asininos* e *muares* (3.200.000 de cabeças) aos quatro estados de Minas, Baía, Rio Grande do Sul e S. Paulo.

A criação de gado *suino* (quasi 35 milhões de cabeças) é muito desenvolvida nos estados de Minas (30%), Rio Grande do Sul (21%) e S. Paulo (12%), a de *ovinos* no Rio Grande do Sul (65%) e Baía (10%). Devido à qualidade inferior dos campos nos estados do Nordeste, encontram-se nos mesmos 4/5 do rebanho *caprino* que é gado pouco exigente e, sendo preciso, alimenta-se com qualquer planta.

Em 1937 foram abatidos, nos matadouros municipais e estabelecimentos fiscalizados, 5.000.000 de bovinos, 2.800.000 suinos, 400.000 ovinos, 300.000 caprinos, fornecendo um total de 1.200.000 t. de carne.

Parte desta carne é transformada em xarque (sobretudo no Rio Grande do Sul), com outra parte são preparadas, as conservas de carne, das quais foram, em 1937, exportadas 24.500 t. no valor de 50.000 contos de réis; no mesmo ano remetemos para o estrangeiro 70.000 t. de carnes congeladas, no valor de 106.000 contos de reis.

Ainda em 1937 foram produzidos 96.000 t. de banha (192.000 contos), 30.000 t. de sebo (28.000 contos), 18.000 t. de lã (90.000 contos), 55.000 t. de couros (150.000 contos), e 3.000 t. de peles, sobretudo de cabras (25.000 contos).

Classe importantíssima de produtos animais são os chamados *laticínios*. Em 1937 foram produzidos 13.200 t. de manteiga, 4.500 t. de queijos, 126.000 t. de leite pasteurizado, tudo junto no valor de quasi um milhão de contos de reis. Os estados que mais desenvolveram esta indústria, são os de Minas, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, S. Catarina, S. Paulo e Paraná. Indústria derivada é a de *caseina* — fabricada com o soro do leite — que por sua vez é matéria prima para a de galalite e fibras artifíciais.

Do total das *aves domésticas*, cerca de 53 milhões em 1920, pertenciam 19 % a Minas, 17 % a Rio Grande do Sul, 17 % a Baía, e 5 % a S. Catarina.

Quanto à *apicultura*, apuraram-se, em 1920, umas 437.000 colmeias, das quais 41 % no Rio Grande do Sul, 10 % no Paraná, 9 % em S. Catarina, 7 % em S. Paulo. A produção de mél foi de 12.000 hl.

No que diz respeito às extraordinárias possibilidades da *sericicultura*, basta dizer que o nosso clima permite obter folhas da amoreira durante o ano inteiro. A safra de 1935 forneceu 650 t. de casulos, sendo o estado de S. Paulo, longe o maior produtor.

Indústria manufatureira

O Brasil, embora por força das suas condições particulares sempre será essencialmente agrícola, não deixa de ser tambem necessariamente industrial.

Já a própria abundância de certas matérias primas é forte incentivo para a criação de numerosas indústrias fabrís. Outras impõem-se quer por ocorrerem a necessidades imediatas da população (as de alimentos, bebidas, móveis, tecidos, etc.), quer por se tornar sempre mais dificil a importação de muitos artigos devido aos estorvos opostos ao comércio internacional.

Fortíssimo motivo para uma maior industrialização do país é o fato de no mercado mundial as nações industrializadas imporem geralmente o preço das matérias primas fornecidas por nações não industrializadas; *daí vem que o Brasil, vendendo sempre mais, está ganhando relativamente sempre menos.*

Infelizmente é muito deficiente a nossa estatística industrial. Só das indústrias sujeitas ao imposto sobre o consumo existiam, em 1936, quasi 57.000 estabelecimentos, dos quais uns 13.400 em S. Paulo, 8.800 no Rio Grande do Sul, 8.470 em Minas, 4.970 no Distrito Federal, e 3.000 em S. Catarina.

Destacamos apenas os ramos mais importantes da atividade industrial do Brasil. E' em primeiro lugar a indústria *textil* que sobresae, tanto pelo volume como pela qualidade dos seus produtos, sendo que os tecidos nacionais quer de lã, quer de algodão nada ficam a dever à média dos similares estrangeiros.

O mesmo vale dizer da indústria de *calçados,* cujos produtos primam não só pela elegância do seu feitio, mas tambem pela leveza exigida pelo clima do país. Igualmente notavel é a indústria de produtos *alimentícios* e de *bebidas* (biscoitos, conservas, doces, cerveja, vinhos, licores, etc.).

Digno de registo é tambem o surto realizado pela indústria *química,* ultrapassando dos 200.000 contos o valor só dos artigos farmacêuticos produzidos no país.

Indústria importante em si, e subsidiária indispensavel das demais, é a da *eletricidade.* Tendo principiado em 1883 com uma empresa que fornecia 52 KW, apresentava em 1937 um total de 1.179 empresas (648 hidro-elétricas), de um potencial de 834.000 KW (694.000 de origem hidraulica), sendo o número das localidades servidas de 1.993.

Para se avaliar as imensas possibilidades desta indústria, basta lembrar que as reservas mínimas de potencial hidraulico já arroladas (em 1937) ultrapassam os 19 milhões de c. v.; de fato; este potencial facilmente poderá ser dobrado tanto pelas cachoeiras ainda não arroladas, como pela exploração dos inúmeros des-

niveis existentes no relevo do nosso país. Haja vista o que se fez na s. do Cubatão, onde pelo represamento de vários pequenos cursos dágua se criou um potêncial de 320.000 c. v.

Transportes

A *navegação*, o meio de transporte mais antigo do país, é ainda hoje em dia de suma importância, devido à extensão extraordinária da sua costa e dos seus rios.

A navegação *marítima* de *longo curso* é exercida principalmente por companhias estrangeiras e pelo Loyd Brasileiro. A *cabotagem*, tanto a grande como a pequena, fica, pela Constituição, reservada à bandeira nacional. Praticam-na várias companhias, sendo as principais o Loyd Brasileiro, a Companhia Nacional de Navegação Costeira e o Loyd Nacional; a Empresa Nacional de Navegação Hoepcke é a oitava do país, quanto ao número dos navios e à tonelagem.

Em comparação com as imensas possibilidades oferecidas pelos 45.000 km. de cursos fluviais navegaveis, são ainda pouco numerosas as empresas que se dedicam à navegação *fluvial* e *lacustre*, sendo a mais importante a Amazon River Steam Navigation.

O número das embarcações da marinha mercante foi, em 1938, de 230, com a tonelagem bruta de 412.000 t. Dos 138 portos marítimos apenas 14 têm intalações modernas, estando mais 6 em construção. Os principais são os de Rio de Janeiro, Santos, Baía, Recife, Rio Grande. O movimento total dos nossos portos foi de cem milhões de toneladas em 1937, contra 79 milhões em 1927.

No que respeita à *viação terrestre*, possuimos (1936) 33.500 km. de *estradas de ferro* em tráfego (quasi 1.700 km. em construção), pertencendo 70% aos cinco estados de Minas (8.000 km.), S. Paulo (7.300 km.), Rio Grande do Sul (3.200 km.), Rio de Janeiro (2.700 km.), e Baía (2.100 km.). Quanto à densidade ferroviaria (metros por km^2) são os estados mais bem aquinhoados, depois do Distrito Federal: Rio de Janeiro, S. Paulo, Espírito Santo, Sergipe, Minas, S. Catarina; a do país inteiro é de apenas 3,9.

Todas as redes começaram como linhas de *penetração* (que servem principalmente ao comércio exterior), acrescendo só aos poucos as linhas *longitudinais*, como, por ex., a S. Paulo — Rio Grande. As redes principais, em extensão, são as seguintes: Rede Mineira de Viação Férrea (3.780 km.), Central do Brasil (3.168 km.), Viação Férrea do R. G. d. S. (3.087 km.), Leopoldina Railway (3.086 km.), Sorocabana (2.006 km.), Mogiana (1.959 km.), Leste Brasileira (1.797 km.), Great Western (1.741 km.), Paulista (1.497 km.), Noroeste (1.397 km.), Cearense (1.368 km.).

Dos vários grupos o riograndense, o paraná-catarinense, o paulista-matogrossense, e mineiro-fluninense já estão em comunicação entre si, estando ainda separados o baiano, o nortista (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte), e Cearense.

Em 1936 foram transportados nas nossas vias férreas 165 milhões de pessoas e 3.600.000 animais, 950.000 t. de bagagens e 28.600.000 t. de mercadorias.

Apesar de as *estradas de rodagem* serem indispensaveis para o povoamento e o comércio, são ainda em número muito reduzido as existentes; pois perfaziam, em 1932, um total de apenas 120.000 km. São, em parte, mal traçadas e, por serem na grande maioria de terra simples, de dificil conservação, causando nelas cada aguaceiro forte grandes estragos. Basta dizer que só uns 830 km. estavam macadamizados, mais uns 4.300 km. de leito preparado com pedra britada; e de concreto, eram apenas 164 km!

Os estados de maior quilometragem rodoviária são S. Paulo (28.000 km), Minas (21.000 km), Rio Grande do Sul (12.600 km), Paraná (8.500 km), S. Catarina (7.000 km), seguindo Mato Grosso, Pernambuco, Baía, Ceará, etc.

As principais rodovias são Rio — S. Paulo, Rio-Petrópolis (cimentada), S. Paulo — Curitiba, e a velha União e Indústria, entre Petrópolis e Juiz de Fóra.

Foi a introdução dos automoveis e caminhões que deu forte impulso à construção de estradas de rodagem. Em fins de 1937 existiam no país cerca de 160.000 carros de passageiros e caminhões, pertencendo 21, 7 %

ao Distrito Federal, 17, 4 % à capital de S. Paulo, 4, 2 % a Porto Alegre, 3, 6 % a Belo Horizonte, 2, 5 % Recife, e 2, 3 % a Santos; por outra, mais da metade cabiam àquelas seis cidades.

A *aviação comercial* é exercida por oito companhias, cinco nacionais (a primeira, a Varig do Rio Grande do Sul data de 1927) e três estrangeiras. Em 1937, nas 68.000 km. de linhas regulares, fizeram as 66 máquinas em tráfego 6 113.000 km. em 6.076 vôos, transportando quasi 62.000 passageiros, 796 t. de bagagem, 150 t. de correio e 235 t. de mercadorias.

Comércio

Até D. João VI, em 1808, abrir os portos do Brasil para todas as nações amigas, mantinhamos relações comerciais só com Portugal, com a agravante de o próprio comércio interno, entre as diferentes regiões do país, ser propositalmente dificultado pela metrópole.

O *comércio exterior* do Brasil forçosamente consiste em vendermos produtos da nossa agricultura, criação de gado e indústria extrativa, para comprarmos produtos da indústria fabríl.

A *exportação* total foi, em 1939, de 4.183.000 t. (contra 2.760.000 t. em 1935), no valor de 5.616.000 contos de réis (4.104.000 em 1935); a quantidade exportada cresceu, pois, de quasi 59 %, e o seu valor de apenas 36 %!

Os produtos que mais avultam na exportação de 1939 foram os seguintes: café, 2.234.000 contos (quasi 40 % do total); algodão, 1.159.000 contos (21 %); couros e peles, 246.000 contos (4, 4 %); cacáu, 235.000 contos (4, 1 %); laranjas, 120.000 contos (2, 1 %; cera de carnaúba, 120.000 contos (2, 1 %); carnes conservadas, 119.000 contos (2, 1 %); madeiras, 110.000 contos; carnes frigorificadas, 100.000 contos; de 50 — 100.000 contos apuraram: fumo, mamona, tortas oleoginosas, oleos vegetais, mate, côco, babassú, borracha, bananas; menos de 50.000 contos: manufaturas, arroz, pedras preciosas etc.

Destacam-se dois fatos na nossa exportação. Primeiro, 41, 4% do valor total cabem a matérias primas, 57, 7% a produtos alimentícios; segundo, dois produtos apenas, café e algodão, fornecem mais de 3/5 do valor total, de modo que uma crise de qualquer destes dois artigos deverá comprometer seriamente a balança comercial do Brasil.

Os postos alfandegários que, quanto ao valor, mais exportaram em 1939 foram os de Santos (54%), Rio de Janeiro (10, 9%), Salvador (6, 1%), Fortaleza (3, 4%), Rio Grande (2, 7%), Vitória (2, 1%), Sant'Ana do Livramento (2%); cabiam geralmente falando, 75% do valor total da exportação aos portos do Rio de Janeiro para o Sul.

Os paises que mais nos compraram, são: Estados Unidos (36, 3%), Alemanha (12%), Grã Bretanha (9, 6%), França (6, 3%), Argentina (5, 5%), Japão (5, 4%), Holanda (3, 8%), Suécia (3, 1%), Italia (2, 4%); quer dizer, apenas nove paises nos compraram quasi 85% de toda a nossa exportação.

O valor da nossa *importação*, em 1939, orçou em 4.984.000 contos de réis (4.104.000 em 1935), sendo os artigos principais os seguintes: máquinas, 990.000 contos (19, 8% do total); manufaturas de ferro e aço, 442.000 contos (8, 9%); trigo e farinha, 372.000 contos (7, 4%); produtos químicos, 291.000 contos (5, 8%); automoveis, 285.000 contos; carvão, 234.000 contos; gasolina, 168.000 contos; ferro e aço, 132.000 contos; óleo combustivel, 125.000 contos; papel, 108.000 contos; e outros na importância de menos de cem mil contos de réis, como pasta de madeira, frutas de mesa, pneumáticos, etc.

Os nossos principais fornecedores foram: Estados Unidos (33, 4% do valor total); Alemanha (19, 4%); Grã-Bretanha (9, 3%); Argentina (8, 4%); Belgica (4, 2%); França (2, 8%); Suécia (2, 3%).

Mais vultoso do que o comércio exterior, é o *interior*, de estado para estado, de município para município, embora atualmente seja impossivel precisar com exatidão seu valor.

Basta, porem, dizer que só o comércio realizado pela cabotagem (excluindo, pois, todos os outros meios de transporte) fica pouco abaixo de todo o comércio exterior; em 1938, por ex., foi seu valor de 4.100.000 contos de réis, contra 5.097.000 contos atingidos pelo comércio exterior.

O primeiro lugar, quanto à exportação, é ocupado pelo Distrito Federal, escoadouro de grande parte da produção dos estados do Rio e de Minas, seguindo Rio Grande do Sul, S. Paulo, Pernambuco, Baía, S. Catarina, etc.

RESUMO HISTÓRICO

I. Descobrimento — Primeiras explorações — Incursões de estrangeiros

A Terra de Santa Cruz — chamada depois Brasil, por nela se encontrar em grande quantidade a árvore deste nome — tinha sido descoberta, em 22 de abril de 1500, por Pedro Alvares de Cabral, quando de viagem para a Índia.

Como não se soubesse ao certo, se era ilha ou continente, mandaram algumas expedições, para lhe explorarem o litoral (1501 e 1503), acontecendo que logo a primeira descobrisse a baía do Rio de Janeiro (1/1/02). Constando das informações colhidas nestas viagens que a terra não possuia minas de metais preciosos, o governo arrendou-a a alguns cristãos novos, para explorarem o comércio do pau brasil, aproveitando no mais a nova descoberta como ponto de escala na derrota da Índia.

Mas não tardaram em aparecer navegantes estrangeiros, sobretudo franceses, para fazer concorrência neste comércio; já o primeiro destes, em 1504, tocou no porto de S. Francisco. Apesar de se mandarem expedições, para refrear as incursões extrangeiras, estas mais e mais se amiudavam, surgindo o perigo de o Brasil se perder para a nação que o tinha descoberto.

Foi só então que o governo tomou a iniciativa de povoar esta terra, afim de assim melhor garantir sua posse.

II. Tentativa de colonização por capitanias

Com a tarefa de expulsar invasores e, sobretudo, de verificar a possibilidade dum povoamento, zarpou em fins de 1530 do porto de Lisboa a expedição de Martim Afonso de Souza que extendeu sua atividade desde o Pará até o rio da Prata. Em princípios de 1532 Martim Afonso fundou a primeira colônia regular em S. Vicente, em cuja visinhança pouco depois surgiu a vila de Santos.

No mesmo ano o país foi dividido, por linhas paralelas ao equador, em quinze partes que para o interior se extendiam até o meridiano fixado pelo tratado de Tordesilhas (1494), o qual, indo da foz do Amazonas até o litoral meridional de S. Catarina, separava as possessões portuguesas das espanholas. Foram doadas estas quinze partes, como *capitanias* hereditárias, a fidalgos portugueses, com a obrigação de as povoar e defender dos estrangeiros.

Mas as ingentes dificuldades desta tarefa, dum lado, a falta de meios adequados e qualidades pessoais dos donatários, doutro lado, fizeram que estas capitanias não dessem resultado, com exceção de algumas poucas, como S. Vicente e Pernambuco, havendo se fundado nesta ultima, em 1535, a vila de Olinda. As incursões estrangeiras continuavam, tornando-se tanto mais perigosas que em toda a parte os franceses se aliavam com os indígenas contra os portugueses.

III. Governo central e ocupação do litoral

Para dar maior eficácia de ação ao governo do Brasil, a metrópole resolveu centralizar todo o poder em uma mão, instituindo governadores gerais. O primeiro foi *Tomé de Souza* que, acompanhado de Manoél da Nobrega e outros jesuitas, chegou em 1549 à baía

de Todos os Santos, onde fundou logo a cidade de S. Salvador, no lugar em que estava estabelecido o Caramurú. Ele promoveu a agricultura, rechassou os índios, visitou a baía do Rio de Janeiro e S. Vicente, onde aprovou a fundação da vila de Santos. Por este tempo chegou tambem o primeiro bispo do Brasil, D. Pedro Sardinha, trucidado alguns anos depois pelos índios caetés (Alagoas).

Com o segundo governador geral, Duarte da Costa (1553-57) chegou o grande apóstolo do Brasil, José de Anchieta que com o P. Manoél de Paiva funda a vila e hoje opulenta cidade de S. Paulo (25/1/54). Foi um tempo turbulento, em toda a parte os aborígenes reagindo contra o colono português, em Pernambuco, na Baía, em Espírito Santo.

Maior porem, e alarmante foi o perigo no sul, onde pouco faltou e teria terminado a dominação portuguesa; pois eis que uma numerosa e bem equipada expedição, sob o comando de Nicolau Villegaignou estabelecera-se na Guanabara, pretendendo fundar nesta região uma „França Antártica“ (1555).

Desesperada tornou-se a situação quando os invasores se aliaram com a chamada „confederação dos Tamoios“ que dominava desde S. Paulo até Rio de Janeiro. A salvação, pelo menos, momentânea, foi que Villegaignon, desavindo-se com os seus colonos, se retirasse para a Europa, e que o armistício de Iperoig, obtido por Anchieta, separasse numerosas tribus de S. Paulo da confederação.

Neste meio tempo tinha chegado o 3.º governador geral, *Mem de Sá* (1557-72), homem ativo, honesto e prudente. Depois de debelar as revoltas dos índios do Recôncavo, de Ilheus e Espírito Santo, meteu ombros à tarefa principal, que era assegurar a posse definitiva das terras da Guanabara e de S. Paulo, pela sujeição dos índios e a expulsão dos franceses.

Neste intuito enviou para o sul seu sobrinho Estácio de Sá que, depois de em Espírito Santo buscar o valente Martim Afonso Arariboia com seus Temininós e mais um notavel reforço de S. Vicente, acompanhado

este pelos dois apóstolos incançaveis Nobrega e Anchieta, rumou à Guanabara, onde na várzea situada entre os morros de S. João e Pão de Açucar fundou o acampamento de S. Sebastião (1565).

Durante dois anos Estácio de Sá esforçou-se inutílmente por dominar os tamoios e seus aliados os franceses. Assim o governador geral teve que acudir em pessoa com uma nova expedição. Logo que chegou ao Rio de Janeiro, resolveu atacar as duas fortificações principais dos inimigos, uma — Uruçú-mirim — no morro da Glória, e a outra na ilha do Governador; depois de renhidos combates caíu aquela em 20 de janeiro de 1567, esta uns dias mais tarde. Alcançada esta vitória notavel, Mem de Sá fundou a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, no morro do Castelo.

Estava expugnado o reduto principal dos estrangeiros, e poude afinal dar-se início à obra primordial para a formação da nação brasileira, a saber à construção de sua base material, pela *ocupação de toda aquela imensidão territorial que é o Brasil.* Esta ocupação operou-se em dois sentidos, *um ao longo do litoral* e devido principalmente aos esforços do governo, *o outro no rumo E — W* e realizado quasi exclusivamente pelo arrojo dos filhos do país.

Quanto à *situação do Brasil* naquele período pode-se dizer que entre S. Vicente e Itamaracá — que eram os extremos da ocupação portuguesa — existiam dois claros importantes dominados pelos índios e seus aliados, os franceses, ficando o primeiro entre o Rio e Espírito Santo, o segundo entre a Baía e o S. Francisco. O litoral ao N de Itamaracá continuava no poder dos índios que tambem aqui mantinham relações comerciais só com os já mencionados estrangeiros.

A população branca era, em 1585, de apenas umas 25.000 almas, distribuidas assim: Itamaracá 250, Pernambuco 8.000, Baía 12.000, Ilheus 750, Porto Seguro 750, Espírito Santo 750, Rio de Janeiro 750, S. Vicente 1.500. Acresciam ainda uns 18.000 índios civilizados e 14.000 africanos escravos, resultando uma população total de 57.000 almas (1/3 da população do Acre!).

Descoberta do Brasil em 22 de Abril de 1500
por Pedro Alvares Cabral. — (Pag. 81)

Elevação da Cruz em Porto Seguro - Estado da Baía
em 1 de Maio de 1500

O processo da ocupação foi sempre o mesmo. Aumentado demasiadamente a influência dos franceses num ponto vizinho duma colônia portuguesa, o governo respondia com uma ou várias expedições, até desalojá-los. O invasor estabelecia-se então no trecho seguinte do litoral, mas o governo repetia a reação.

Desta maneira foram sucessivamente ocupados o *Cabo Frio* (1574), *Sergipe* (1590), *Paraíba* (1585), em cooperação com o famoso guerreiro Piragibe), *Rio Grande do Norte* (1598 e 99, com auxílio do não menos famoso Potí), e *Ceará* (1611, sob o comando de Martim Soares Moreno).

Muito mais dificil foi a ocupação do litoral do *Maranhão*, onde já desde o último decênio do seculo, 16 franceses traficavam com os índios. Mas em 1612 apareceram com uma grande e bem organizada expedição, para fundar uma colônia de 100 leguas de litoral. Na ilha do Maranhão deram logo início a uma povoação, chamada S. Luiz, agora capital do estado.

O governo da metrópole, justamente alarmado com este acontecimento, mandou se expulsassem os invasores. Mas só dois anos depois fundeou na baía de S. José uma expedição portuguesa, chefiada por Jerônimo de Albuquerque. Este imediatamente ordenou assentar arraial em terra firme e construir um forte sobre uma pequena colina. O comandante francês sabedor do ocorrido, resolveu atacar os nossos; mas apesar da superioridade numérica de suas tropas, sofreu derrota tremenda. Seguiu um armistício que deveria durar até as respetivas cortes decidirem a respeito da contenda. Mas o comandante e chefe das forças portuguesas, Alexandre de Moura, que em fins de 1615 chegou com reforços, obrigou os franceses a se retirarem imediatamente para a Europa.

Assim a ocupação portuguesa atingira já os confins da Amazônia, pelos esforços conjugados dos portugueses e dos crioulos brasileiros, cujo legítimo representante era Jerônimo de Albuquerque (filho de mãe índia) que daquele tempo em diante acrescentou ao seu nome o de Maranhão.

Foi questão de poucos anos mais que tambem o litoral do *Pará* fosse incorporado ao domínio português. Distinguiram-se nesta conquista Francisco Caldeira de Castelo Branco que fundou a cidade de Belem (1616), Pedro Teixeira e Bento Maciel Parente que destroçaram várias tribus de índios, e finalmente Luiz Aranha, por expugnar vários fortes e feitorias dos holandeses que em número de 250 — 300 se tinham estabelecido sobre as margens do Amazonas.

Havia, assim, passado pouco mais de 80 anos depois do início da colonização do Brasil e estava ocupado todo o imenso litoral que de S. Vicente vae ao Amazonas, enxotando-se dum ponto para outro e expulsando-se por fim, totalmente, o invasor *estrangeiro*. Faltava apenas o trecho mais meridional, cuja ocupação só século e meio mais tarde se efetuaria.

Vale a pena salientar dos aspetos deste processo. Primeiro, a incrivel rapidez com que o mesmo se operou — em apenas poucos anos mais que os decorridos entre o começo da guerra do Paraguai e a época atual; segundo, o fato de esta ocupação ter sido realizada em contínuos combates com invasores europeus, ao passo que os outros povos colonizadores da América, o espanhól e o inglês, tiveram que lutar apenas contra indígenas para ocupar seus respetivos domínios.

IV. Invasão holandesa

Nada nos teria adiantado a ocupação de toda aquela imensidão de terras, se não tivessemos conseguido mantê-las. Do antigo império português na Índia, por ex., pouco mais resta do que a memória dos gloriosos feitos lusitanos em séculos passados.

Nem faltou quem cubiçasse a posse das opulentas terras do Brasil. Não falamos das incursões de piratas, sobretudo ingleses que apenas visavam o saque desta ou daquela vila do litoral, sem fazer perigar a integridade do domínio português, mas da grande *invasão holandesa* que por pouco — na melhor das hipóteses — teria deixado um Brasil recortado em duas partes, separadas por uma colônia de cultura e domínio estrangeiros.

A primeira tentativa foi dirigida contra a Baía (1624). Uma grande esquadra com mais de 3.000 homens conseguiu realmente tomar a cidade. A ação conjugada, porem, de uma armada vinda de Portugal e de forças terrestres procedentes de todas as capitanias obrigou os invasores, em menos dum ano depois, a se retirarem para a Europa.

Mas, este malogro não desanimou os holandeses. Quatro anos depois, em 1630, reapareceram com uma esquadra de 56 navios e ocuparam *Olinda e Recife.* Matias de Albuquerque, porem, auxiliado pelo índio Felipe Camarão (filho do já mencionado Potí) e o preto Henrique Dias, organizou rapidamente uma resistência tenaz, encurralando os invasores no Recife. Estes estariam perdidos, se não fôsse deserção do mestiço Calabar, cujos acertados conselhos conduziram os holandeses à ocupação do litoral desde o Rio Grande do Norte até Alagôas (1632 — 35).

Mas os brasileiros não desanimaram e auxiliados por reforços chegados da Europa, conseguiram inflingir ao inimigo várias derrotas.

Foi quando, em princípios de 1637, chegou ao Recife *Maurício de Nassau* que, depois de rapidamente recompôr as forças holandesas, iniciou nova ofensiva; derrotou os nossos em Porto Calvo, e mandou conquistar Sergipe e Ceará, sendo, porém. rechassado na tentativa de ocupar a Baía (1638). Durante todo este tempo como nos anos seguintes, Maurício de Nassau tratou de organizar solidamente a nova colonia holandesa, cujos limites ainda extendeu pela ocupação do Maranhão (1641).

Mas foi tambem aquí que princípiou a reação definitiva. Depois de renhidos combates o invasor teve que retirar-se de S. Luiz, e pouco depois do Ceará (1644). Este feliz resultado bem como o regresso de Maurício à Europa, animaram os nossos a sacudir o jugo estrangeiro, mesmo sem cooperação da metrópole, onde em 1640 D. João IV tinha sido aclamado rei de Portugal, terminando assim o domínio espanhól (1581 — 1640).

A insurreição, secretamente preparada por André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, rebentou

em 1645. Os brasileiros, mais uma vez auxiliados pelas hostes valentes de Camarão e Henrique Dias, alcançaram vitória sobre vitória. O próprio rei, apesar de num armistício ter cedido Pernambuco aos holandeses, enviou reforços da Europa.

Seguiram as duas vitórias dos Guárarapes (1648 e 49), ficando os invasores de novo encurralados no Recife. Quando, porem, em fins de 1653 apareceu diante deste porto uma frota portuguesa, cortando aos sitiados os recursos conseguidos até então por mar, e quando os nossos começaram a tomar por assalto os fortes do Recife, os holandeses pediram e obtiveram a capitulação chamada da Campina do Taborda (janeiro de 1654), em virtude da qual se retiraram para a Holanda. Logo em seguida as forças inimigas existentes nas capitanias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará parte fugiram parte se entregaram.

Assim o Brasil, depois de uma luta heróica de 30 anos, estava livre da mais perigosa de todas as invasões de que já tem sido *alvo*.

Mas é bom salientar que, se desta forma foi conseguida a manutenção do domínio português, ocorreu isso devido em grande, senão maior parte, aos esforços dos próprios brasileiros, inclusive a população índia e preta, e muitas vezes contra a vontade do governo português. *O Brasil continuou uno e indiviso graças ao sangue vertido pelos filhos do país.*

V. Devassamento do sertão e expulsão dos espanhóis

Se a ocupação do litoral é devida à ação principalmente do governo português assim como sua manutenção ao esforço do brasileiro, *a ocupação do país no sentido E—W, muito além da linha de Tordesilhas, foi obra quasi exclusiva do mesmo brasileiro, sobretudo do bandeirante paulista.*

Distinguimos na conquista do sertão *dois períodos*, tendo por resultado um o seu *devassamento*, o outro seu *povoamento*.

Desde os primeiros decênios do sêculo 16, mas sobretudo na sua segunda metade, partiram de vários

pontos do litoral expedições ou „entradas“ para o interior, com o fim de descobrir minas. A penetração, porem, principal do sertão saíu de S. Paulo. Seus habitantes, depois de por necessidade terem destroçado as tribus mais vizinhas, extendiam suas excursões ou „bandeiras“ sempre mais longe, dando caça aos índios.

Nos inícios do século 17 já penetraram em Minas e Goiaz; anos depois destruiram, chefiados por Antônio Raposo Tavares as florescentes missões do Guaira (no W do estado do Paraná, 1630 — 33), assim como as do Rio Grande do Sul (1636-38). Mas quando, reconstruidas as últimas, de novo fortes bandeiras se dirigem contra elas, sofrem derrota tremenda na *batalha naval de Mbororé* (nas aguas do Uruguai, em 1641).

Este revés foi acontecimento de consequências importantíssimas para a história do Brasil e de toda a América: *barrou aos bandeirantes definitivamente o caminho para o atual território argentino e desviou sua expansão para W e NW.*

Prelúdio significativo desta mudança de rumo no movimento bandeirante foi o inaudito *periplo de Antônio Raposo Tavares* (1648 — 51) que depois de chegar à região meridional de Mato Grosso, subiu o Paraguai, ganhou em seguida as águas do Guaporé, para, descendo o Madeira e o Amazonas, alcançar finalmente o porto de Belem, depois de inúmeros encontros com castelhanos e índios.

Seguiram bandeiras após bandeiras, inclusive umas chamadas para a Baía afim de guerrear os índios sublevados, a de Domingos Jorge Velho que foi ocupar o sul do Piauí (1670), e a famosíssima de Fernão Dias Paes Leme que explorou vasta zona do sertão mineiro.

VI. Povoamento do sertão

Com o *descobrimento de ricas minas de ouro começa o segundo período do bandeirismo* (1694), que daí em diante, em vez de só devassar o sertão, rechassando castelhanos e cativando índios, principia a povoar as zonas auríferas de Minas, Goiaz (os dois Anhangueras) e

Mato Grosso. Rapidamente surgiram povoações e vilas em todas estas regiões que não tardam em aparecer como novas capitanias (S. Paulo 1709, Minas 1720, Goiaz 1744, Mato Grosso 1748).

VII. Ocupação e povoamento do sul do país

Em fins do século 17 iniciou-se a ocupação definitiva do litoral meridional. Num rápido avanço fundaram-se, por iniciativa particular dos paulistas, Desterro (vila em 1726) e Laguna (vila em 1720), assim como por ordem do governo a famosa colônia do Sacramento sobre o rio da Prata (1680). As guerras desencadeadas em torno do último estabelecimento tiveram por consequência a fundação da povoação do *Rio Grande* (1737), mas tambem de Montevideo (1723), „célula mater" da futura república do Uruguai, que faria fracassar fatalmente as aspirações portuguesas à posse da margem esquerda do estuário da Prata.

***

Resumindo em poucas palavras o que até aqui deixamos escrito sobre a origem e evolução do nosso país, podemos dizer que pelos meiados do século 18 o Brasil alcançara a sua atual extensão, sendo que mais da metade do seu território ficava a W da linha de Tordesilhas, pertencendo, pois, teoricamente à Espanha.

Para legalizar a situação de fato existente, as cortes portuguesa e espanhola celebraram o famoso *tratado de Madrid* (1750), obra do grande estadista pátrio Alexandre de Gusmão; foram expressamente revogados os limites do tratado de Tordesilhas e reconhecidos os de fato existentes.

VIII. Defesa do sul do país

E' verdade que para normalizar de todo a situação no sul do país, foram precisas ainda várias guerras, como a dos Sete Anos (1755 — 63), terminada teoricamente pelo tratado de París; pois as hostilidades no sul continuaram ainda por muitos anos, embora no tratado de Santo Ildefonso (1777) se tentasse pôr-lhes fim.

As condições territoriais no sul só se estabilizaram nos primeiros anos do século 19, depois de uma campanha que teve por resultado os limites atuais.

IX. Origem da nacionalidade brasileira

O esforço do português e do natural do país tinha criado, em dois séculos de lutas quasi contínuas, a imensa base física que do Oiapoque vae ao Chuí, da ponta de Pedras às cabeceiras do Javarí. Resta agora ver como sobre esta base se originou e evoluiu o povo brasileiro, sempre mais diferençado do português, com cultura e econômia próprias.

O primeiro a surgir foi o *homem brasileiro.* Pois os descendentes dos portugueses e outros colonos europeus rapidamente, sob a influência do ambiente novo, diferençavam-se dos seus ascendentes, tanto no físico como no psíquico, fenômeno este que ainda hoje em dia se observa. Muitíssimo mais acentuada ainda foi naturalmente esta diferenciação em se tratando de mestiços do colono com o indígena e o africano.

Foi esta gente nova que nas bandeiras dilatou o país, e que, contra o holandês e não raro contra o próprio governo manteve intacto o território pátrio. Foi exatamente a luta contra o bátavo que fez eclosar nos crioulos do país a consciência de constituirem um povo diferente do reinol, uma sociedade a parte.

Pelo menos desde o início do século 18 esta diferenciação começou a manifestar-se por atritos mais ou menos violentos: no Rio de Janeiro nas eleições municipais; em Minas na guerra civil dos Emboabas (1708-09); na guerra dos Mascates (1710-11). Nos decênios seguintes houve tumultos em várias regiões, provocados por este antagonismo entre os naturais do país e os forasteiros, havendo finalmente nos próprios conventos distinção entre os dois partidos.

Quando à *atividade econômica,* foram as próprias especiarias do Brasil que desde início obrigaram seus habitantes a se dedicarem à agricultura. Mas como o país era colônia, quer dizer terra a ser explorada pela metrópole portuguesa, muito cedo entrou no regime

prejudicial da monocultura, cultivando-se em grande escala só aqueles produtos que, vendidos na Europa, davam alto lucro.

Eram, sobretudo, açucar do qual o Brasil se tornou o 1°. produtor —, aguardente, fumo e algodão. A necessidade de escoamento facil da produção agrícola foi uma das causas de a população branca se fixar nas proximidades do litoral.

Diferente era a situação da criação de gado, introduzida em grande escala no século 17, sobretudo nos sertões das capitanias da Baía para norte; pois o gado transportava-se a si próprio para os centros consumidores.

Em fins do mesmo século acresceu a mineração de ouro e, mais tarde (1729) a de diamantes. Se a mineração dum lado povoou os sertões, doutro lado prejudicou grandemente a agricultura, por lhe subtrair os braços necessários, fazendo que o Brasil perdesse o lugar de quasi único fornecedor de açucar nos mercados da Europa.

Uma incipiente e futurosa indústria manufatureira foi, na 2ª. metade do século 18, em grande parte estrangulada por decretos da metrópole, permitindo, por ex., a fabricação apenas de tecidos grossos e baratos de algodão. Emfim, de toda a produção do país o governo arrecadava pelo menos a quarta parte.

Cedo desenvolveu-se tambem a *vida cultural* do país. Foram sobretudo os jesuitas que em toda a parte abriram escolas, tendo sido exatamente uma das suas figuras mais gloriosas, José de Anchieta, que iniciou a nossa vida literária, tanto com suas obras poéticas como com sua gramática do tupí. Do século 17 em diante surgiram poetas (por ex. Gregório de Matos Guerra) e cronistas, como o baíano Frei Vicente do Salvador que escreveu uma „História do Brasil". Como brasileiro, apesar de nascido em Lisboa, deve ser considerado o grande jesuita Antônio Vieira, orador inexcidivel quanto à forma e quanto à essência.

No século 18 apareceram, além de várias academias literárias e científicas (na Baía e no Rio) nume-

Sob as palavras „Independência ou Morte“ foi proclamado por D. Pedro nas margens do rio Ipiranga - Estado de São Paulo - a 7 de setembro de 1822 a Independência do Brasil

Proclamação da República
pelo Marechal Manoel Deodoro da Fonseca
em 15 de Novembro de 1889

rosos poetas tanto líricos (por ex. Tomaz Gonzaga) como épicos (José Basílio da Gama e Frei José de S. Rita Durão) e alguns historiadores, como Pedro Taques. Ainda devem ser destacados dois brasileiros, notabilissimos ambos, embora em ramos científicos diferentes, a saber Bartolomeu Lourenço de Gusmão, precursor glorioso da aviação, e Antônio de Moraes e Silva que em fins do século 18 publicou seu „Dicionário da Língua Portuguesa", obra de mérito extraordinário.

Rude golpe, de consequências funestas para a vida cultural do Brasil, foi a supressão violenta da ordem dos jesuitas, maquinada e executada por Pombal (1759). Passaram-se muitos decênios até o ensino primário, secundário e superior se refazer sofrivelmente do baque experimentado com o afastamento repentino de tantos mestres, para os quais poucos substitutos havia.

X. Independência do Brasil

Sumariando o que até agora foi exposto, vemos que em fins do século 18, o Brasil já era um vasto país, habitado por um povo distinto dos outros, todos da mesma língua, da mesma religião, de gloriosas tradições próprias de vida cultural e econômica própria.

Que admira, pois, que à medida que crescia o sentimento do seu valor, comprovado em tantas lutas, e se acentuava a diferenciação entre o brasileiro e o reinol, sempre mais se tornasse insuportavel o governo nada brando de Portugal, exercido quasi exclusivamente em proveito da metrópole longinqua!

A idéa da independência política desabrochou e manifestou-se vaga e confusamente já nos princípios do século 18 (guerra dos Mascates e outros movimentos sediciosos). Cristalizou-se definitivamente, em fins do mesmo século devido a várias causas, como o governo tirânico de Pombal, o exemplo dos Estados Unidos, as publicações dos filósofos franceses.

Mas a primeira tentativa de obtê-la violentamente, a chamada „*Inconfidência Mineira*" fracassou e seu chefe, o heróico alferes *Joaquim da Silva Xavier, o Tira-*

dentes, teve que pagar com a vida o desejo de ver a pátria livre (1792).

Mas a idéia da independência não morreu. A ocasião propícia de sua execução progressiva apareceu com a chegada d'el rei D. João VI (1808) que se transportou para o Brasil acossado pelas tropas de Napoleão. O monarca, no correr de poucos anos, dotou o país de todos os orgãos duma administração própria e elevou-o à categoria de reino (1815).

Embora fracassasse mais uma tentativa de obter a independência de modo violento (revolução de Pernambuco, em 1817), era a situação do país tal que daí em diante só comportaria, quando muito, uma união pessoal com a metrópole, sendo o rei de Portugal tambem o do Brasil, mas com toda a administração própria em ambos os paises.

Depois, porém, de D. João VI se ter retirado para a Europa, deixando aqui como regente seu filho D. Pedro, as cortes portuguesas tencionaram reconduzir o Brasil à condição de colônia. Política inepta que para felicidade nossa, teve resultado inesperado.

Guiado pelos conselhos de brasileiros ilustres, como José Bonifácio de Andrada e Silva, e encorajado pelas palavras de D. Leopoldina, sua esposa, D. Pedro resolveu resistir: contra a ordem do governo de Lisboa, declara que fica no Brasil. E quando as cortes portuguesas não desistem das suas medidas anti-brasileiras, *proclama, em 7 de setembro de 1822, nas margens do Ipiranga, a liberdade política do país*, fazendo, com o grito „Independência ou Morte!“ os quatro milhões de brasileiros entrarem no ról das nações livres do mundo.

Por uma rápida e gloriosa campanha (1823) foi obrigado a se retirar para a Europa o que ainda existia de tropas portuguesas na Baía, no Maranhão e no Pará.

D. Pedro I, coroado e aclamado imperador do Brasil deu ao país uma constituição muito liberal (1824), e abdicou em 1831 a favor do seu filho, D. Pedro II, que deveria governar o Brasil até o advento da república em 1889.

XI. Consolidação da Nação Brasileira

A grande questão, obtida a independência, foi se o país, tendo vivido durante três séculos vida absolutamente tutelada, seria capaz de governar-se a si mesmo, usando e mantendo aquela independência intacta e sem prejuizo para o seu progresso. Ou por outra, *a grande tarefa do Brasil independente foi consolidar definitivamente sua vida política, econômica e social,* sem o qual pouco ou nada lhe adiantava sua independência.

Os acontecimentos provaram que o país soube satisfatoriamente resolver todos estes problemas mostrando-se digno de figurar entre os povos livres.

Em primeiro lugar vem a mais importante a que podemos chamar a *consolidação nacional.* Tratava-se de conservar uno e indiviso o vasto patrimonio territorial do Brasil, composto de províncias que como capitanias no período colonial, pela expressa vontade da metrópole, poucas relações diretas tinham mantido entre si, nem tão pouco tinham pertencido a uma única administração, senão aos dois estados do Brasil e do Maranhão. Para compreender o alcance deste problema, basta ver o esfacelamento que foi a sorte das antigas possessões espanholas na América do Sul.

De fato, não faltaram, já no tempo de D. Pedro I, tumultos populares e rebeliões militares (por ex. na Baía e em Pernambuco) que avultaram mais ainda quando depois da abdicação do imperador e durante a menoridade de D. Pedro II, regências governavam o país, rebentando revoltas em quasi todas as províncias. Mesmo depois da declaração da maioridade do jovem imperador (1840) estouraram movimentos sediciosos em S. Paulo e Minas, abafados pela ação de Luiz Alves de Lima e Silva, já então barão de Caxias, por ter dominado uma revolta do Maranhão pela conquista da cidade deste nome.

A revolução mais perigosa, porem, foi a dos *Farrapos* no Rio Grande do Sul (1835-45) que se extendeu tambem a S. Catarina e proclamou a república de Piratiní naquela província, e nesta a Juliana. Depois de muitas peripé-

cias e sorte diferente das armas, o gênio militar de Caxias mais uma vez decidiu o êxito a favor da unidade da monarquia brasileira.

Três anos mais tarde (1848) rebentou a chamada revolução praieira em Pernambuco que foi a última de todo o período da monarquia.

Assim em 25 anos de revoluções debeladas realizara-se a consolidação da unidade nacional, contra a qual desde então nunca mais se tem atentado.

XII. Consolidação internacional

Com igual feliz resultado o Brasil efetuou sua *consolidação internacional*, fazendo respeitar pelas demais nações o seu território, assim como sua autoridade contra intervenções indébitas de estrangeiros. A segurança do país, a vida e os bens dos seus cidadãos foram defendidos, em caso de necessidade, até por mão armada.

Se na guerra platina (1825-27) perdemos a província do Uruguai que durante seis anos tinha pertencido ao Brasil, conseguimos, para segurança dos nossos limites meridionais, garantir pelo menos sua independência contra as pretensões da Argentina. Para defender a mesma independência do Uruguai e manter o equilibrio na fronteira do sul, o Brasil teve que abater numa guerra (1851-52) o tirânico presidente da Argentina, João Manoél Rosas (batalha de Monte Caseros), assim como em 1865 se viu obrigado a intervir na república do Uruguai, para defender a vida e os bens dos brasileiros residentes na região limítrofe.

Insólitos atentados contra a nossa soberania, como entre outros foi a invasão do Mato Grosso, obrigaram o Brasil, aliado às republicas Argentina e do Uruguai, a sustentar uma longa guerra (1864-70) contra o despótico ditador do *Paraguai,* Solano Lopes. Este, no intuito de extender seu domínio até o Atlântico, tinha elevado a um grau muito alto o poder militar do seu país, de modo que pôde ser abatido só a custa de inúmeras e sangrentas batalhas (Riachuelo, Tuiutí, Itororó, Avaí, etc.), nas quais tanto os soldados brasileiros como seus

cnefes (Caxias, Osório, Tamandaré, e outros) obraram milagres de resistência e coragem.

O Brasil, 50 anos depois de sua independência, saiu desta guerra como primeira potência militar da América do Sul, tendo consolidado difinitivamente sua posição internacional. Daí em diante nunca mais precisou recorrer às armas para defender seus interesses. Pelo meio pacífico de arbitramentos e tratados, em que se revelou o gênio do imortal chanceler, *barão do Rio Branco*, conseguiu dirimir todas as pendencias.

Assim a da Guiana brasileira, depois da invasão do Amapá pelos franceses; da ilha da Trindade, ocupada clandestinamente pelos ingleses; do território das Missões; do Acre, depois da revolta dos acreanos contra os bolivianos; da Guiana inglesa, etc.

XIII. Consolidação econômica

Não menos importante foi a gradativa *consolidação econômica* do país. Ao lado dos nossos antigos produtos (açucar, fumo, algodão, couros), todos eles mal pagos pelos nossos fregueses já industrializados, apareceu o *café*. Partindo da província do Rio, conquistou rapidamente, pelo vale do Paraíba, a de S. Paulo, onde sua cultura se desenvolveu de forma extraordinária. Pois de 1850 em diante representou o principal produto brasileiro, fornecendo grandes lucros e saldos consideraveis em nossa balança comercial.

Surgiram ainda outros produtos importantes, como o mate, a borracha (que em fins do século 19 proporcionou à Amazônia notavel mas infelizmente efêmero surto econômico), o arroz que, outrora importado, passamos a vender nos mercados estrangeiros, óleos vegetais, e, no último decênio, o algodão, em novo e nunca visto desenvolvimento.

A *indústria fabril* evoluiu lentamente, no princípio por falta de capital e devido à livre entrada dos produtos estrangeiros, e depois tambem porque a cultura lucrativa do café absorvia todos os braços e todo o capital que já se tinha formado.

O primeiro surto apreciavel de certas indústrias que podemos chamar de primeira necessidade (de tecidos, por ex.) processou-se na década de 1880-90, quando a situação financeira do país era tal que o câmbio estava a par e o papel moeda valia mais que a moeda de ouro!

Outro e ainda mais notavel avanço foi provocado pela guerra mundial, surgindo numerosas indústrias novas (por ex., as chamadas de transformação, químicas, etc.), sobretudo nos três grandes centros que são o Distrito Federal e os estados de S. Paulo e Rio Grande do Sul.

Verdade é, absoluta e difinitiva consolidação econômica não foi possivel alcançar; pois não se conseguiu estabelecer a grande siderurgia que é a base de todo o parque industrial e prerequisito indispensavel para a independência econômica.

Notavel foi tambem o progresso realizado na *vida cultural* do país. Basta citar alguns nomes. Na literatura os poetas Gonçalves Dias, Castro Alves e Olavo Bilac, e os romancistas José de Alencar e o grande Machado de Assis; na oratória Frei Mont'alverne e Rui Barbosa; na historiografia Varnhagen; na pintura Vitor Meireles e Pedro Américo; na música o P. José Maurício e Carlos Gomes; nas ciências naturais e engenharia André Rebouças, Santos Dumont e Osvaldo Cruz.

XIV. Consolidação social

Importantíssima foi a consolidação da situação *social* do país. Este tinha herdado do período colonial a instituição insustentavel da *escravidão* que aviltava o trabalho do braço livre e entrava grandemente o aperfeiçoamento da atividade econômica do país.

As leis de 1850 e 52 acabaram com a importação de escravos; outra, de 1871, declarou livres todos que nascessem de escrava, e outra finalmente, de 1885, forrou os escravos sexagenarios; assim a extincção da escravidão era apenas questão de tempo. Mas a impaciência da grande massa do povo e do próprio imperador fez com que já em 1888 se decretasse a abolição imediata, sendo no mesmo dia ainda (13/5) sancionado a famosa „Lei Aurea" pela regente, a princesa Isabel.

XV. Consolidação política: Origem da República

Quanto à *consolidação política* o Brasil foi muito mais feliz que a maior parte das outras nações americanas que da condição de colonias passaram imediatamente ao regime republicano, para cuja prática faltava às populações a necessária educação. A consequência foi que durante muitos decênios não cessavam as perturbações políticas provocadas pelas ambições de chefes ou „caudilhos".

No Brasil, porém, estabeleceu-se um governo permanente e estavel, a saber uma *monarquia,* bastante forte para dominar disturbios e garantir a unidade nacional, e bastante democrática, para não ferir demasiadamente o sentimento de liberdade que é próprio do ambiente americano. Por outra, o sistema de governo adotado era a *monarquia liberal democrática.*

Só quando o povo brasileiro em meio século de vida independente tinha adquirido alguma educação política, surgiram e rapidamente avultaram tendências republicanas (manifesto de 1870), de modo que o regime monárquico mais e mais se tornasse instavel.

Assim bastaram alguns incidentes, em si despidos de importância („questões militares"), para que em 15 de novembro de 1889, o marechal *Deodoro da Fonseca* pudesse *proclamar a república,* sem que um cidadão siquer perdesse a vida. *Passamos, pois, da democracia liberal monárquica para a democracia liberal republicana.*

XVI. Consolidação política: Origem do Estado Novo

Pouco depois da proclamação da república apareceram as pertubações quasi inevitaveis no período de transição depois duma mudança de regime. Entre outras menores, citamos as revoltas da Armada de 1891 e 1893-94, e a chamada dos Federalistas do Rio Grande do Sul (1893-95) que se extendeu até o Paraná, sendo os dois últimos movimentos dirigidos contra Floriano Peixoto, que sucedera a Deodoro na presidência.

Mesmo depois foi raro o lustro que não registrasse disturbios e revoltas. Mencionamos a perturbações pro-

vocadas por „Antônio Conselheiro“ no sertão da Baía, a revolta militar de 1904, a de parte da Armada em 1910, a dos fanaticos do ex-contestado de (1912-15), as revoltas contínuas durante os governos de Epitácio Pessoa e, sobretudo, Artur Bernardes.

As últimas, principalmente, mantinham o país numa atmosfera de desassocego, obrigando o segundo daqueles presidentes a governar quasi todo o quatriênio com suspensão das garantias constitucionais.

Visivelmente o Brasil estava tomando um rumo errado, e isso devido a várias causas.

Em primeiro lugar a *constituição de 1891.* Esta, em vez de unicamente tomar em conta as condições especiais do Brasil, foi feita sobre o modelo da dos Estados Unidos da América, cujo organismo político, social e econômico é grandemente diferente do nosso. Daí veiu que a nossa *constituição sofresse de dois inconvenientes fundamentais.*

O *primeiro* estava na influência que no seu funcionamento exerciam os *partidos.* Estes não raro encaravam os problemas nacionais mais sérios sob o prisma da política partidária, não recuando nem de perturbar a ordem pública, com graves danos para o país, só para servir a interesses do partido.

O segundo inconveniente e muito mais pernicioso ainda, foi a *demasiada descentralização* do governo. Os *estados em vez de serem meras unidades administrativas, foram, pela constituição, erigidos em „entidades autonomas“*, possuindo cada um constituição própria, bandeira, armas e até hino próprios, código processual próprio, organização judiciária própria e, por cúmulo, exército próprio. Quasi todos eles tinham lítigios com os estados vizinhos, disputando com acrimônia e às vezes, até pelas armas territórios, como se fossem nações diferentes, e não irmãos de uma e a mesma pátria!

As *consequências* eram funestas. O país era em bôa parte governado de acordo apenas com os interesses dos grandes estados que dispunham da distribuição da verba orçamentária e exageravam assim sempre mais o

desenvolvimento já por si desigual das diferentes zonas do país.

Peior ainda foi o fortalecimento sempre mais pronunciado do *regionalismo* que fatalmente levaria ao esfacelamento a unidade nacional do Brasil. Por mais incrivel que possa parecer, em certos estados chegou-se a falar abertamente em separatismo!

Este dois males, a política partidária e o regionalismo entravavam enormemente a ação do governo nacional; criando dificuldades de todas as espécies quando quisesse tomar medidas de interesse geral, mas não do agrado de um dos partidos ou estados poderosos.

Outro grave erro dos nossos últimos governos foi *não tomarem na devida conta a radical mudança que desde a grande guerra se tinha operado na situação mundial, sob todos os pontos de vista, político econômico e social.* Os nossos governantes agiam como se o tratado de Versalhes tivesse reposto tudo no estado anterior a 1914. A consequência deste erro foi que o Brasil ia tomando um rumo completamente fóra da realidade mundial, sobretudo no que diz respeito à situação econômica e social.

XVII. Integração da Nação Brasileira pelo Estado Novo

Um vago e confuso sentimento de todos aqueles erros, um mal-estar geral, um estado por assim dizer febríl da nação, manifestado pelas revoluções quasi contínuas durante os governos de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, levaram ao grande movimento de 1930, chefiado por homens da têmpera de *Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha.*

É verdade, o mesmo tinha sido dirigido, aparentemente, apenas contra um dos abusos consequentes daqueles erros, a saber, as sistemáticas fraudes eleitorais que inutilizavam em grande parte o resultado das urnas.

Mas depois de o novo governo pela primeira vez ter proporcionado ao país a verdade eleitoral, ficou patente que não era este o problema básico; pois os gran-

des males, causados pela política dos partidos e dos grandes estados „autônomos", continuavam da mesma forma.

A falta, porém, de um modo brasileiro de adaptação à situação mundial manifestou-se pela ingerência violenta de ideologias estrangeiras e contrários à mentalidade brasileira (revolução comunista em 1935, e integralista em 1937).

Foi quando sobreveiu, provocada por estranho revigoramente do espírito partidário, uma apaixonada campanha eleitoral (1937), e tudo indicava que seriam inuteis todos os esforços despendidos pela regeneração do país.

Nesta hora suprema o chefe da nação, com perfeita compreensão da situação e das necessidades do Brasil, tomou a grave resolução de colocá-lo no rumo certo da missão que lhe foi confiada por Deus, com isso mesmo tambem lhe dando a atitude certa em frente da situação mundial.

Com a promulgação da constituição do „Estado Novo", em 10 de novembro de 1937, *começou para o país uma época nova, a da „Integração" da nação brasileira.*

Os partidos desapareceram, ou, melhor, foram substituidos pelo único da „nação brasileira". Em lugar de deputados e senadores que com discussões interminaveis não raro durante anos inteiros retardavam a execução de medidas urgentes, temos agora conselhos de tecnicos para todos os assuntos.

Os estados foram despidos da sua pretensão da serem uma espécie de nação à parte dentro da única nação brasileira, voltando a ser o que sempre deveriam ter sido, simples unidades administrativas.

O governo do „Estado Novo", apesar de ter substituido o parlamento de estilo antigo por conselhos tecnicos, é *democrático*, por respeitar em absoluto os direitos inherentes à pessoa húmana, por garantir a livre manifestação das idéias, e por facultar ampla discussão das leis propostas pelos conselhos; é *nacional*, por em tudo

visar os grandes interesses da nação inteira, e nunca os desta ou daquela região; é de cunho pronunciadamente *social*, por dedicar-se com afinco ao estabelecimento da justiça social, sempre de acordo com os ditames da filosofia cristã.

Por o „Estado Novo" assim ter dado ao Brasil um governo capaz de tomar decisões rápidas e de executar seus planos estudados apenas por tecnicos, um governo norteado por idéias nacionalistas e sociais, *realizou ao mesmo tempo a readaptação do país e seu governo à nova situação mundial,* nitidamente caraterizadas por aquelas três notas distintivas.

Enfim, o governo, livre das imposições regionais e partidárias, já póde agora dedicar-se com todas as veras à solução dos importantes problemas nacionais, e estabelecer planos maduramente estudados para a realização de obras de grande envergadura e dependentes dum esforço continuado durante varios anos.

Mas, sendo isso já da alçada da atualidade que não da história, damos por finda a nossa tarefa de em poucas linhas mostrar como se originou, desenvolveu, consolidou e integrou a nossa pátria, o BRASIL.

REGIÕES NATURAIS DO BRASIL

I. Brasil Setentrional. (Acre, estados do Amazonas e Pará).

E' a planície amazônica, superabundante de água e humidade, com as partes adjacentes dos planaltos guiano e brasileiro.

Temperatura média anual alta, com variação mínima entre o mês mais quente e mais frio; grande cópia de chuva.

Imensa vegetação florestal, existindo campos apenas no planalto guiano e ilha de Marajó.

O homem, lutando desesperadamente contra a vegetação prepotente, tem a vida econômica baseada na indústria extrativa (borracha, castanha, guaraná, madeiras, peixe), sendo insuficientes a agricultura e a criação de gado. — Probabilidade da existência de petróleo no Acre.

O transporte é realizado quasi só por vias fluviais.

II. Brasil Norte-Oriental (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Gr. do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Baía).

Antigo planalto, baixado pela erosão, restando geralmente entre as diversas bacias fluviais terras mais altas em forma de chapadas.

Temperatura média alta, com variação anual pequena. Chuvas mediocres até insuficientes, distribuidas sobre poucos meses e, além disso, sumamente irregulares; daí provém: rios intermitentes, flora xerofila de caátingas e cerradões, e o flagelo das secas periódicas. Só no litoral ha rios permanentes e, sobretudo, da ponta do Calcanhar para S. clima húmido, e por conseguinte, vegetação florestal.

O homem, com exclusão do da zona litoral, em luta constante com o clima impiedoso e traiçoeiro, baseando sua vida econômica em parte na indústria extrativa (carnaúba, babassú, sal), mas principalmente na criação de gado e na agricultura, sendo esta região, devido ao seu clima, a ideal para a cultura do algodão. Ha boas existências de minéreos (cobre, manganez, ouro), petróleo e diamantes.

O transporte é feito por estradas de rodagem e várias redes ferroviárias, sendo a navegação fluvial possivel em apenas poucos rios (S. Francisco, Parnaíba, Itapecurú e Mearim).

III. Brasil Oriental. (Minas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal).

E' um planalto que em sucessivas chapadas se ergue, para S. e SE., às terras mais altas do país, e em

parte é margeado, do lado do oceano, de baixadas estreitas.

A temperatura média é menos alta, a variação anual é maior, apresentando-se nitidamente distintos inverno e verão. As chuvas são regulares até abundantes. A vegetação predominante é constituida de campos entremeiados de cerrados („campos gerais"), aparecendo sobretudo para o S. e E. do planalto extensas matas ricas em madeiras de lei.

Ha imensas riquezas minerais, sobretudo de ferro, manganez, ouro e diamantes.

O homem muito mais livre da opressão do clima e da vegetação, dedica-se à agricultura (policultura), criação de gado, extração de minerais, e indústria fabríl.

O transporte é feito por estradas de rodagem, por várias redes ferroviárias desenvolvidas e convergentes e, em pequena escala, por navegação fluvial.

IV. Brasil Meridional. (S. Paulo, Paraná, S. Catarina, Rio Gr. do Sul).

E' planalto, formado de várias chapadas, limitadas a E. umas pela serra Geral, outras pela do Mar, encontrando-se terras baixas só no estreito litoral e no extremo sul, onde da invasão do pampa platino resulta a chamada Campanha.

A diferença entre verão e inverno já é muito sensivel, a chuva é abundante. A vegetação consiste de vastas matas (por ex. pinheirais e ervais) e extensos campos, estes no N. ainda com cerrados, no S. limpos.

Ha notaveis riquezas minerais, sobretudo de carvão.

O homem domina a natureza, aplicando-se à indústria extrativa (mate, madeiras), mas sobretudo a uma sempre mais desenvolvida e modernizada atividade de agricultor, criador e industrial.

O transporte é feito por redes muito desenvolvidas de vias férreas e estradas de rodagem, todas elas ligadas entre si; a navegação fluvial é de importância só no S. (Itajaí, Jacuí e afluentes).

V. Brasil Central. (Goiaz e Mato Grosso).

E' um planalto, flanqueado no W. pela baixada do Paraguai.

A temperatura média é relativamente elevada; as chuvas são mediocres (no NE. da região) até regulares, distinguindo-se nitidamente o período chuvoso do seco; os rios são perenes, embora sujeitos a grandes oscilações de nivel. A vegetação é de matas — principalmente no N. e no S. da região — e de campos gerais com cerrados.

Existem notaveis riquezas minerais (niquel, manganez, ouro, diamantes).

O homem, assoberbado pelas distâncias, dedica-se principalmente à criação de gado, à agricultura e à indústria extrativa.

O transporte, deficiente ainda, é realizado por via fluvial (Paraguai), estradas de rodagem e poucas vias férreas.

ESTADOS DO BRASIL

Prof. E. A. Ferreira

AMAZONAS

Resumo histórico — Data de 1542 a primeira exploração do rio Amazonas, feita pelo espanhol Francisco Orellana. Em 1637, Pedro Teixeira realizou nova exploração ao grande rio. Mais tarde foi feita a exploração do rio Madeira. A primeira sede do govêrno foi em Barcelos. Em 1804 a capital passou para onde hoje é a cidade de Manaus, e que se chamava então „Lugar da Barra".

Em 1822, após a Independência do Brasil, passou a constituir uma comarca da província do Grão Pará. Em 1850 passou a formar a província do Amazonas. Em 1867 a navegação do rio Amazonas foi aberta a todos os países. Com a proclamação da República constituiu-se no atual Estado do Amazonas.

Superfície — E' o maior Estado do Brasil, contando 1.825.000 Km².

População — 480.000 habitantes, reunidos nos grandes rios. Quanto à população relativa é o Estado de menor densidade (0,27).

Capital — Manaus, com 93.748 habitantes, à margem esquerda do rio Negro. Chamou-se primeiramente „Lugar da Barra".

Cidades mais importantes — Parintins, Itacoatiara, Tefé, Pôrto Velho, Labréia.

Aspecto — O território do Amazonas é montanhoso ao norte, onde correm as serras do sistema Parima. Possue grandes e ricas florestas e é cortado por inúmeros rios, afluentes do Amazonas.

Limites — Ao N. a república da Venezuela; a NE. a Guiana Inglêsa; a L. o Pará; ao S. Mato Grosso e a república da Bolívia; a SO. o Acre; a O. a república do Perú; a NO. a república da Colômbia.

Clima — Quente e muito húmido. A temperatura média é de 25 graus. Chove quasi todos os dias.

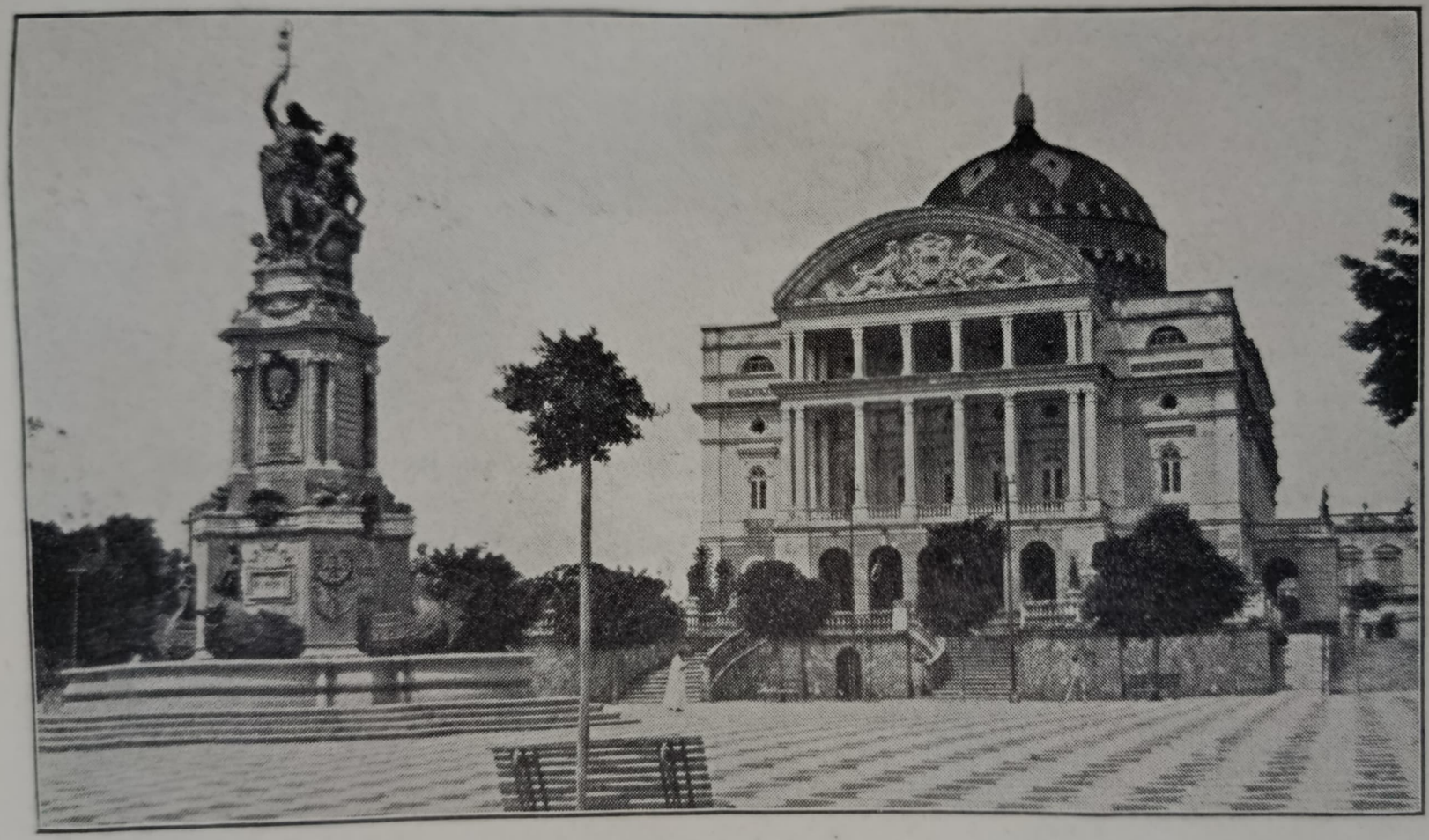
Rios — Possue o Estado do Amazonas o maior rio do mundo em volume de água. O seu curso é de 5.571 quilômetros. Os seus grandes afluentes cortam todo o território do Estado. É o rio Amazonas. Seus principais afluentes são: Na margem direita: Javarí, Jundiaí, Jutaí, Juruá, Tefé, Coarí, Purús, Madeira, Tapajóz, Xingú, Anapú. Na margem esquerda: Içá, Japurá, Negro, Atuman, Jamundá, Trombetas, Maicurú, Parú, Jarí, Maracá, Araguarí.

Ilhas — As ilhas do Estado do Amazonas são todas fluviais. As principais são: Tupinambarana, Ciganas, Eva, Pedro II, Maracá, Autaz.

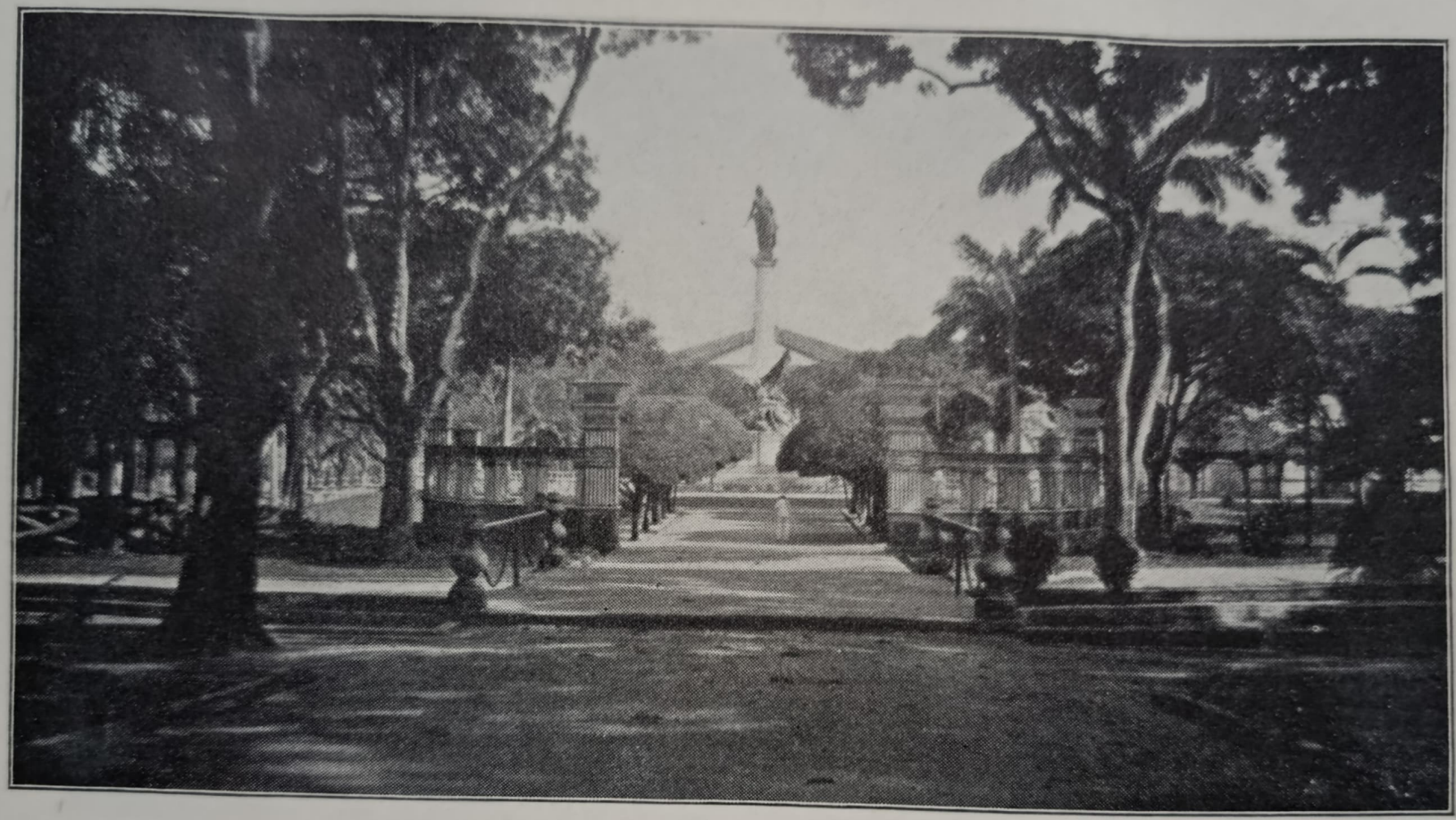
Lagos e Lagoas — O Estado conta com grande quantidade de lagos e lagoas, das quais as mais importantes são: Macaraí, Aiamacopéia, Matarí, Saracá, Anamá, Codajoz, Autaz.

Serras e Montanhas — As serras do Amazonas estão situadas ao norte do Estado, na fronteira do Brasil com a república de Venezuela e Guiana Inglêsa. São principais: Araraquára, Cupí, Tapirapecó, Parima, Paracaima.

Pitoresca paisagem do Amazonas

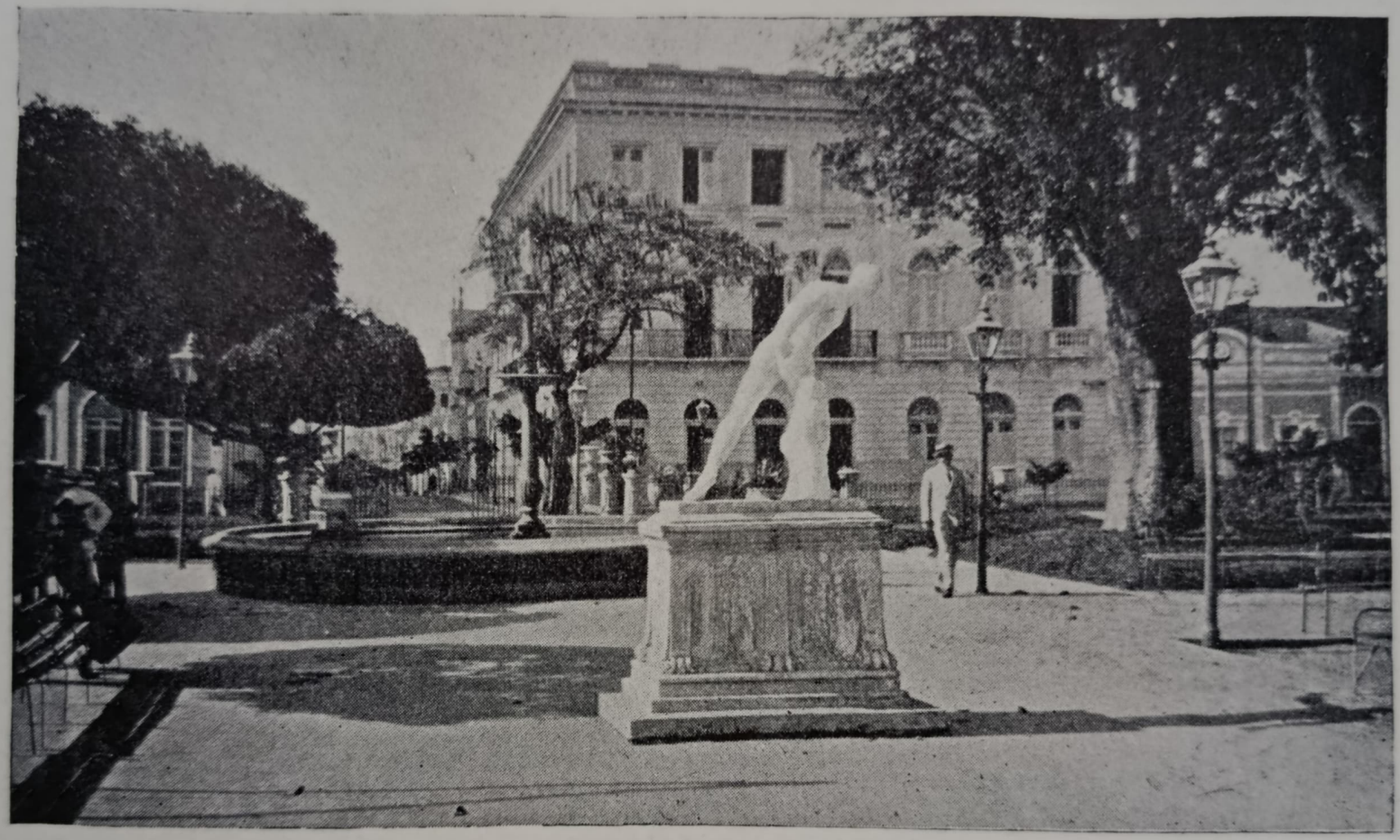


Monumento da Independência — Teatro "Amazonas" conhecido pelas suas obras de arte — Manáos — Amazonas



Praça Pública em Belém — Pará

Famoso "ver o peso", no porto de
Belém — Pará.

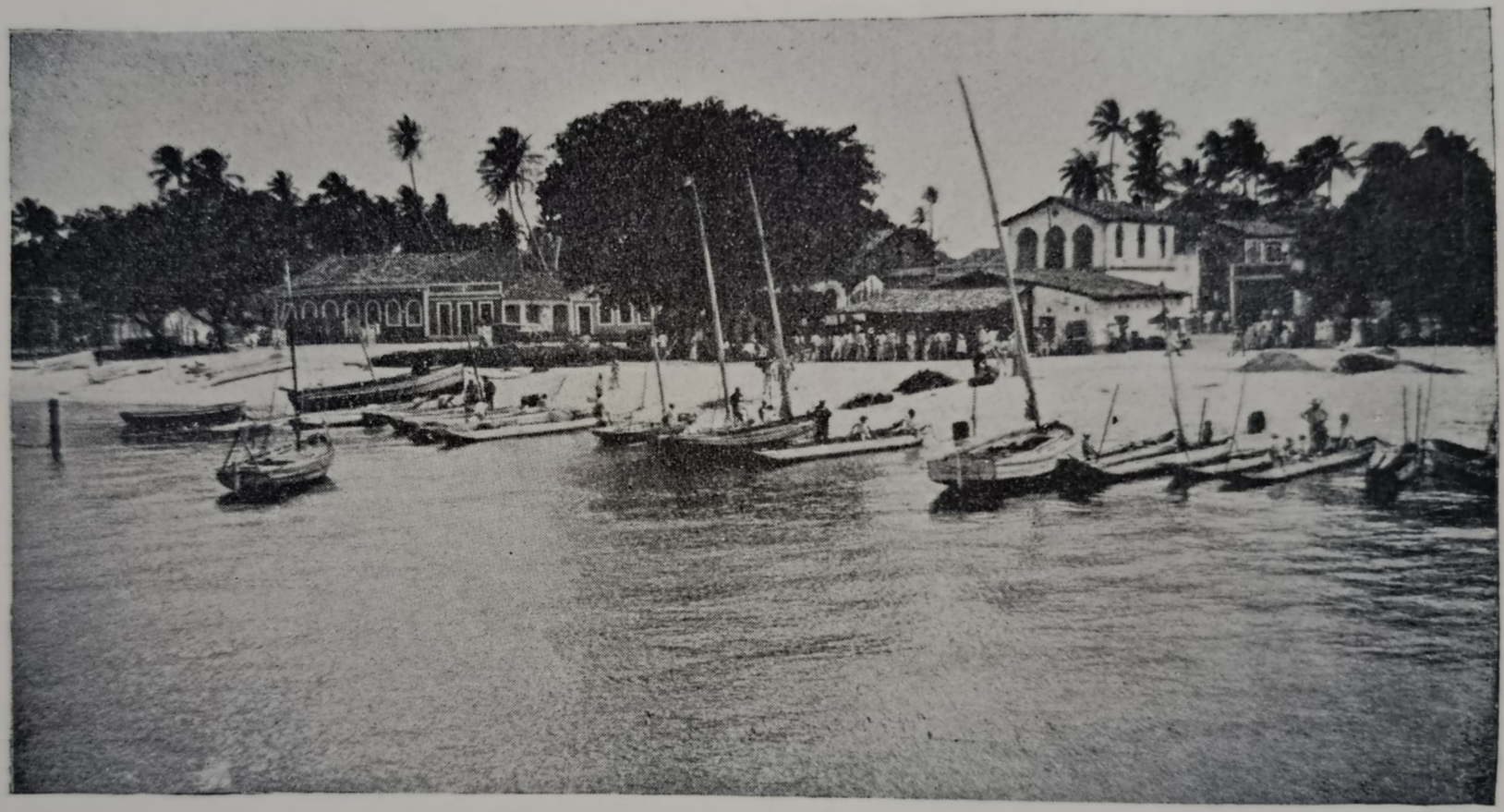


Vista do Passeio Público de Fortaleza — Ceará

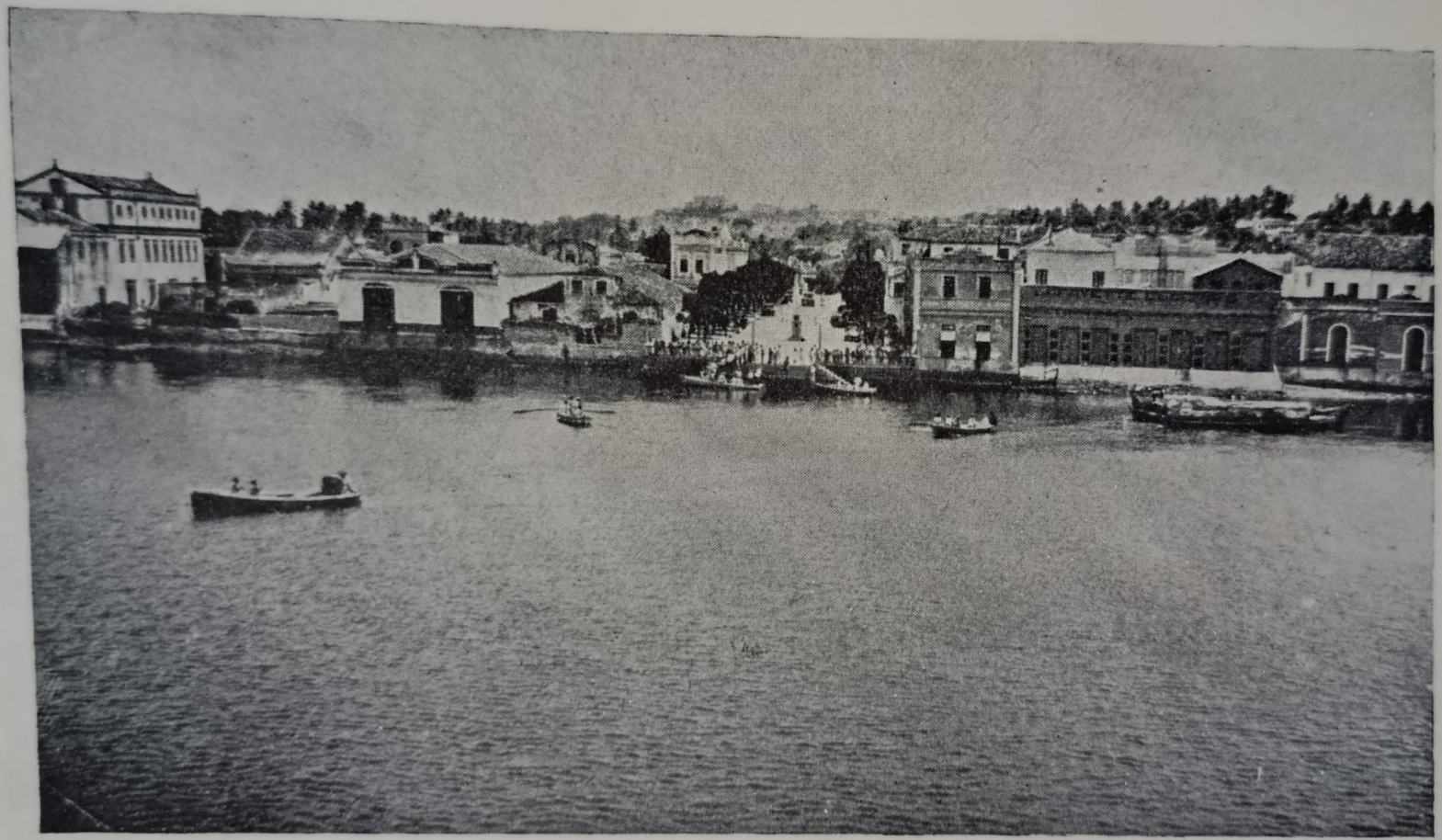
Chegada de uma jangada á praia de Iracema — Fortaleza — Ceará

Praia de Iracema — Fortaleza — Ceará

Praça do Ferreiro — Fortaleza — Ceará

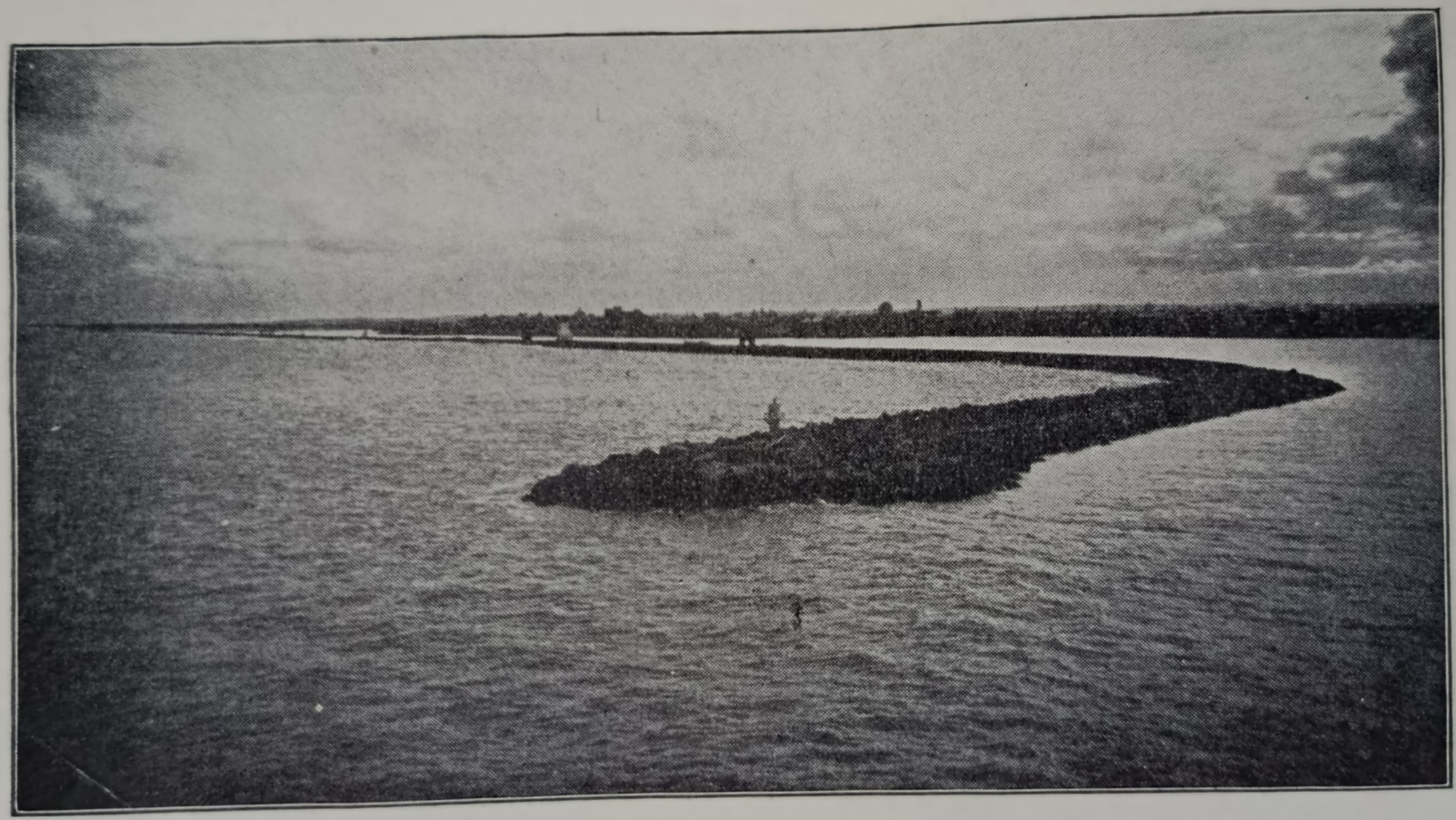


Vista do porto de Natal — Rio Gr. do Norte

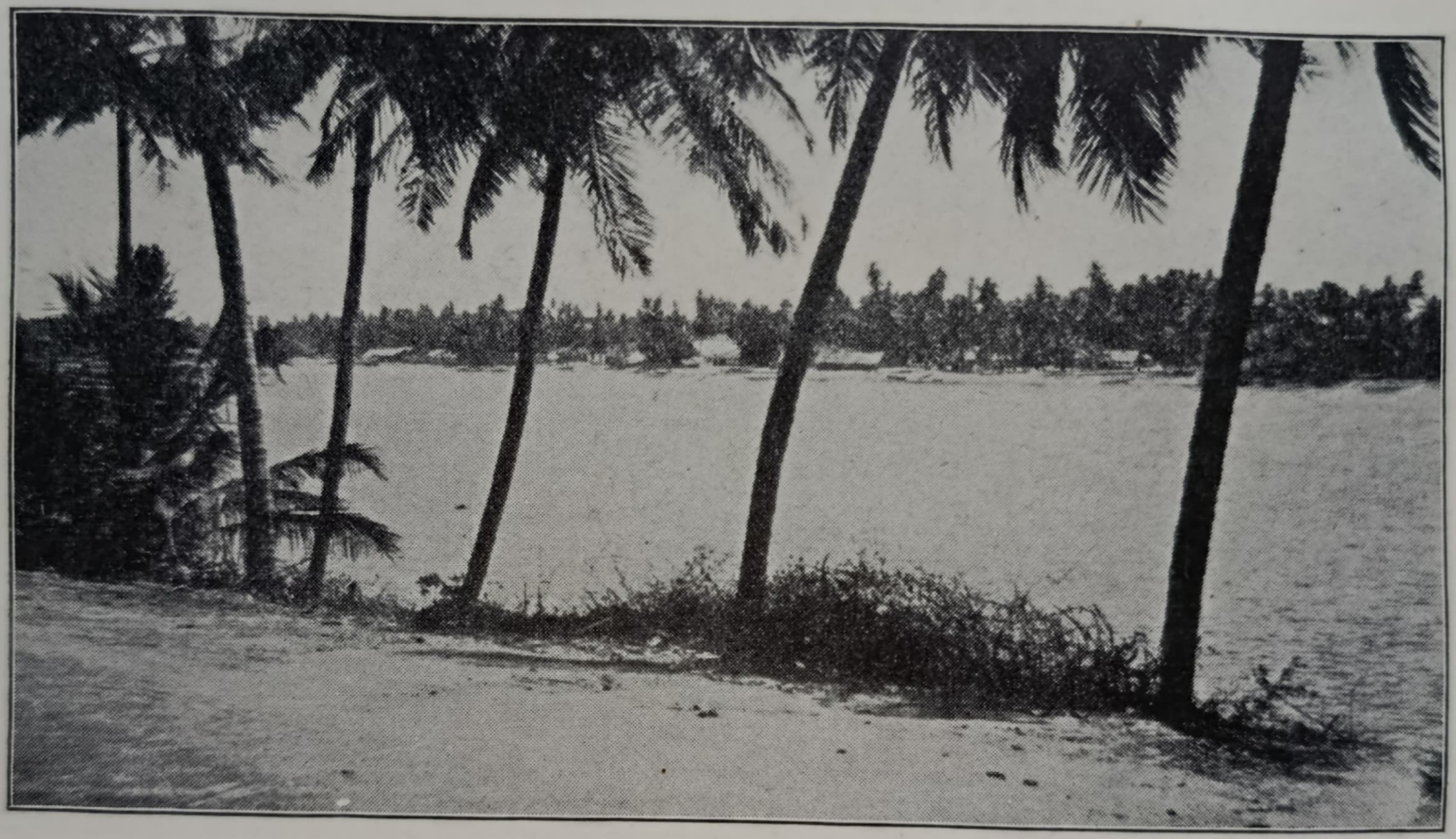


Cabedelo — Paraiba do Norte

Coqueiral na praia de Cabedelo — Paraiba do Norte

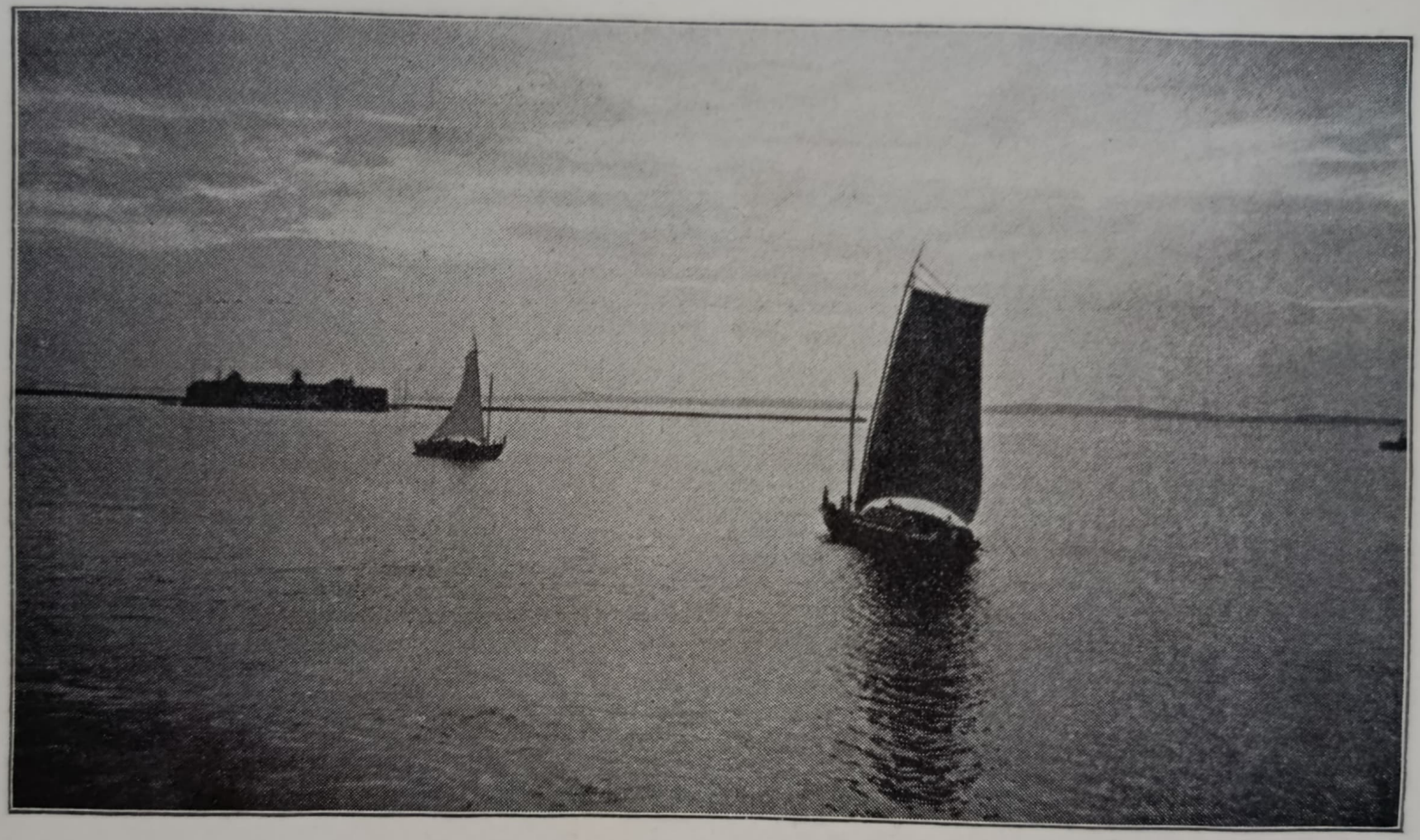


Pontal — Recife — Pernambuco



Barra de Santo Antônio — Maceió — Alagoas

Palácio do Governo — Aracaju' — Sergipe



Fortaleza "São Marcelo" ao anoitecer — S. Salvador — Baía

Porto dos Pescadores e aspecto da cidade — S. Salvador — Baía

PARÁ

Resumo histórico — Vicente Yanez Pinson, em sua viagem no começo de 1500, conheceu o território do atual Estado do Pará. Em 1615 Francisco Caldeira Castelo Branco lançou os fundamentos da vila de Nossa Senhora de Belém. Em 1624 foi incorporada à capitania do Maranhão, dela se emancipando em 1772. Com a proclamação da Independência do Brasil (1822), deram-se vários distúrbios provocados pelos portugueses, em grande número moradores no Pará. Em 1835 os franceses ocuparam o território paraense, lá permanecendo 6 anos. Proclamada a República (1889), constituiu-se em Estado do Brasil.

Superfície — O Estado do Pará ocupa o 3º. lugar entre os demais da Federação, quanto à superfície, que é de 1.360.000 Km².

População — 1.810.000 habitantes que se concentram ao sul do litoral e nas margens do rio Amazonas e seus afluentes. Densidade da população, 1,4.

Capital — Belém. Primeira cidade da região amazônica, relativamente à indústria e ao comércio, com cerca de 318.341 habitantes.

Cidades mais importantes — Bragança, Óbidos, Alemquer, Monte Alegre, Gurupá.

Aspecto — O litoral é baixo, com dunas ao sul. Para o interior é elevado. Ha no litoral vasta vegetação de mangues e, no interior, de plantas lacustres.

Limites — Ao N. as Guianas Inglêsa, Holandêsa e Francêsa; a NE. o Oceano Atlântico; a L. o Maranhão; a SE. Goiaz; ao S. Mato Grosso e a O. o Amazonas.

Clima — Quente e húmido. A temperatura pouco varia entre verão e inverno. As chuvas são quasi diárias.

Rios — O mais importante rio do Estado é o Amazonas. O território do Estado do Pará é atravessado por grande número de afluentes do Amazonas, entre os quais destacam-se o Tapajoz, o Xingú, o Jamundá, o Trombetas, o Maracá e o Araguarí. Conta ainda o Pará com o grande rio Tocantins.

Ilhas — Grande é o número de ilhas do Estado do Pará, sendo na grande maioria fluviais. Das marítimas são principais: a de Maracá, a Praia Grande, a Caeté, etc. Das situadas no rio Amazonas temos: Marajó, Caviana, Mexiana.

Lagos e Lagoas — Ha, no Estado, avultado número de lagos e lagoas. Os mais importantes são: Grande de Monte Alegre, Amapá, Jaca, Jamundá, Surubiú, Ararí, Piratuba, Novo ou Del-Rei.

Serras e montanhas — Acaraí, Tumucumaque, Lombard, Boa Vista, Santa Luzia, Carnaúba, Paracoára, Massaranduba e outras, pertencentes as Sistema Parima. Piroca, Capiranga, Jurara, Iriri, Roncador, Pacoval, Redonda, Desordem, etc, que fazem parte da Cadeia Central do Sistema Brasileiro.

ACRE

Resumo histórico — O Território do Acre pertenceu à República da Bolívia. Os seus habitantes eram, entretanto, em grande maioria, brasileiros. Em 1899 e em 1900, os brasileiros lá moradores movimentaram-se no sentido de anexar àquele território ao Brasil. A 17 de novembro de 1903, pelo Tratado de Petrópolis, o Território do Acre passou a fazer parte da República Brasileira, tendo sido a Bolívia devidamente indenizada. Assinaram êsse Tratado, por parte do Brasil, o Barão do Rio Branco e o dr. J. F. de Assiz Brasil. Presentemente o Território do Acre está dividido em 5 municípios: Rio Branco, Juruá, Purús, Xapurí, Tarauacá.

Superfície — 200.000 Km².

População — 130.000 habitantes, o que lhe dá uma densidade de 0,65.

Cidades mais importantes — Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Xapurí, Seabra, que são as sedes dos cinco municípios em que está dividido o Território.

Aspecto — O Território do Acre é plano, sendo montanhoso apenas a SO. É banhado por muitos rios e possue grandes florestas.

Limites — Ao N. o Amazonas; a L. e ao S. a Bolívia; ao S. e a O. a República do Perú.

Rios — Javarí, Juruá, Purús, Acre, Abunã, que fazem parte da Bacia Amazônica.

Lagos e Lagoas — Itabarana, Mariscador.

Clima — Tropical.

MARANHÃO

Resumo histórico — Doado o território do atual Estado do Maranhão a João de Barros, em 1534, nenhuma colonização nele intentou o seu donatário. Em 1594 os franceses Jaques Riffault e Charles de Vaux ocuparam o território e fundaram, em 1612, a cidade de São Luiz, em homenagem ao rei Luiz XIII, da França. Em 1615 os franceses foram expulsos do Maranhão. Em 1621 foi criada a capitania do Maranhão, abrangendo as capitanias do Ceará, Maranhão e Pará. Em 1772 foi desmembrado dos dois vizinhos. Em 1822, elevou-se à categoria de província. Durante o período da Regência surgiu no Maranhão a revolta da „Balaiada", sufocada por Luiz Alves de Lima e Silva, em 1841. Com o advento da República a província transformou-se no atual Estado do Maranhão.

Supefície — 345.000 Km².

População — 1.345.000 habitantes. Densidade da população — 3,9.

Capital — São Luiz, na ilha do mesmo nome. Teve o nome de Atenas Brasileira pelo desenvolvimento intelectual a que atingiu. Conta com 89.163 habitantes.

Cidades mais importantes — Caxias, Itapiçurú-mirim Turi-assú, Tutoia, Guimarães.

Aspecto — Montanhoso no interior e baixo e plano no litoral. A costa possue extensas praias arenosas.

Limites — Ao N. o Oceano Atlântico; a L. o Piauí; ao S. Goiaz; a O. Goiaz e Pará.

Clima — O clima do litoral é quente e húmido, emquanto o do interior é quente e sêco. Apenas duas es-

tações são conhecidas no Maranhão: A estação das chuvas e a estação sêca.

Rios — Os rios mais importantes são: Gurupí — com os seus afluentes Apuí e Itaquatiuna.

Turiassú — nasce na serra da Desordem. Mearim — nasce a 1.300 metros sôbre o nível do mar.

Itapicurú — E' o maior dos rios propriamente maranhenses.

Parnaíba — que separa Maranhão do Piauí.

Ilhas — Piriá, Dois Irmãos, São João, São Luiz, Medo, Redonda, etc.

Lagos e Lagoas — Morte, Viana, Jussara, Grande, Grajaú, Assú, Burigiativa.

Serras e montanhas — Piracambú, Desordem, Coroados, Cinta, Penitente, Gurupí, Itapicurú, todas pertencentes à Cadeia Central.

PIAUÍ

Resumo histórico — Fundado em 1674, por Domingos Afonso Mafrense. Esteve primeiramente sob a jurisdição da Baía e depois jurisdicionado ao Maranhão. Foi povoado inicialmente no interior, pelo que conta pouca extensão de litoral. Sua independência, como capitania, data de 1811. Em 1889 formou o atual Estado do Piauí.

Superfície — 245.000 Km².

População — 970.000 habitantes. Densidade da população 4,0.

Capital — Teresina, à margem direita do rio Parnaíba, com 53.684 habitantes.

Cidades mais importantes: Parnaíba, Amarração, Barros, Oeiras, União.

Aspecto — O litoral é baixo. O terreno, em geral, é acidentado, sendo montanhoso ao sul.

Limites — Ao N. o Oceano Atlântico; a L. o Ceará e Pernambuco; ao S. a Baía e Goiaz; a O. o Maranhão.

Clima — O clima do Piauí é quente e húmido no litoral e sêco no interior.

Rios — O Parnaíba é o principal rio do Estado, com os seus afluentes da margem direita.

Ilhas — As ilhas do Piauí são fluviais, localizadas no rio Parnaíba. As principais são: Grande de Santa Isabel, Cardoso, Leandra, São José, São Pedro.

Lagos e Lagoas — Parnaguá é a maior lagoa do Estado, muito abundante em peixes.

Serras e montanhas — As principais serras são: Ibiapaba, com o ponto mais alto do Estado, Cariris, Dois Irmãos, Gurgeia, Tabatinga.

CEARÁ

Resumo histórico — Foi Pero Coelho quem iniciou a colonização do Ceará, expulsando, com a ajuda de colonos e índios, os franceses lá estabelecidos. Em 1603, Pero Coelho fundou a colônia a que deu o nome de Nova Lusitânia. Os índios, entretanto, hostilizaram grandemente a nova colônia obrigando os povoadores a abandoná-la. Em 1607 os jesuitas Francisco Pinto e Luiz Figueira tentaram colonizar o Ceará, não o conseguindo, tal a animosidade do gentio, que os atacou cruelmente, tendo sido morto o padre Francisco Pinto. Em 1613 Jerônimo de Albuquerque fundou a povoação de Nossa Senhora do Rosário, na costa cearense. Em 1637 os holandeses ocuparam o Ceará, só o abandonando quando foram expulsos do Brasil. O Ceará pertenceu ao Maranhão e depois a Pernambuco, conseguindo a sua autonomia, como capitania, em 1799. O Ceará antecedeu-se à libertação dos escravos, que alí foi feita em 1884. Em 1889 constituiu-se em Estado.

Superfície — 150.000 Km².

População — 1.850.000 habitantes, com uma densidade de 12,3, observada em quasi todo o Estado.

Capital — Fortaleza. Conta com 153.644 habitantes.

Cidades mais importantes — Sobral, Camocim, Baturité, Quixadá, Aracatú.

Aspecto — O Estado do Ceará é muito montanhoso no interior e baixo no litoral. Crande parte de seu território pertence ao sertão, com flora própria.

Limites — Ao N. e a NE. o Oceano Atlântico; a L. o Rio Grande do Norte e a Paraíba; ao S. Pernambuco; a O. o Oceano Atlântico.

Clima — A costa conta com um clima quente e húmido, emquanto as serras têm temperatura agradável. No sertão é quente, com ausência de chuvas.

Rios — O rio mais importante do Estado é o Jaguaribe. Os demais rios não apresentam vulto digno de menção, sendo que a maioria deles desaparace na ausência das chuvas.

Ilhas — Bois, Vacas, Mangue Sêco, Rato, Corôa.

Lagos e Lagoas — Não ha nenhuma lagoa importante. Citaremos, entretanto, as de Iguatú e Barro-Alto.

Serras e montanhas — A principal serra do Estado é a do Ibiapaba. Conta ainda as serras de Mucuripe, Uruburetana, Maranguape, Baturité, etc, pertencentes à Cadeia Central e à Cadeia Oriental.

RIO GRANDE DO NORTE

Resumo histórico — Um ano após o descobrimento do Brasil, o atual Rio Grande do Norte foi visitado pela expedição de André Gonçalves. Em 1534, com a divisão do Brasil em capitanias, o território do Rio Grande do Norte foi anexado à capitania do Maranhão. Em 1598 Manoel de Mascarenhas Homem, auxiliado por Jerônimo de Albuquerque, fundou o povoado de Natal. Em 1632 os holandeses apoderaram-se da região, lá permanecendo 13 anos. O Rio Grande do Norte fez parte da capitania da Baía e depois pertenceu à de Pernambuco, da qual se emancipou em 1817, por ocasião da Revolução Pernambucana. Com a nossa Independência Política, constituiu-se em Província, e em Estado em 1889, com a proclamação da República.

Superfície — 52.000 Km².

População — 900.000 habitantes. Densidade da população — 17,3.

Capital — Natal, situada à margem direita do rio Potengí, com 58.047 habitantes.

Cidades mais importantes — Mossoró, Areia Branca, Macau, Assú.

Aspecto — O território do Rio Grande do Norte é plano no litoral, elevando-se para o interior. O mar, em grande parte de suas costas, é de acentuada salinidade.

Limites — Ao N. e a L. o Oceano Atlântico; ao S. a Paraíba; a O. o Ceará.

Clima — Ha, no Rio Grande do Norte, duas únicas estações: a sêca e a das chuvas. O clima é, em geral, quente e sêco. As chuvas caem no inverno (junho e julho).

Rios — Os mais importantes rios do Rio Grande do Norte são: O Apodí ou Mossoró, o das Piranhas ou Assú, o Ceará-mirim, o Potengí ou Rio Grande do Norte, etc.

Ilhas — Chiqueiro das Cabras, Cabeça de Negro, Areia Branca, Fanfa.

Lagos e Lagoas — Apodí, Piató, Ponta-Grossa, Escura, Bomfim.

Serras e montanhas — A serra principal do Estado do Rio Grande do Norte é a de Borborema, que penetra no Estado pelo sul. Outras serras: Apodí, São Miguel, Negra, Rajada, Salamandra. etc., todas petencentes à Serra do Mar,

PARAÍBA

Resumo histórico — Foi Frutuoso Barbosa quem iniciou a colonização da Paraíba. Grandes foram os obstáculos a vencer, dada a animosidade dos índios, animados pelos franceses. De 1634 a 1654, a Paraíba esteve sob a ocupação holandêsa. De 1755 a 1799 esteve anexada a Pernambuco, tendo tomado parte na Revolução Pernambucana de 1817. Como província do Império, após a nossa Independência Política, fez parte do movimento que deu lugar à Confederação do Equador. Em 1889 constituiu-se em Estado Brasileiro.

Superfície — 56.000 Km².

População — 1.610.000 habitantes. 29,0 de densidade.

Capital — João Pessoa, antiga Paraíba, situada no estuário do rio Paraíba, com 117.932 habitantes.

Cidades mais importantes — Campina Grande, Guarabira, Mamanguape, Cabedelo, Itabaiana.

Aspecto — O solo da Paraíba é impróprio ao desenvolvimento da agricultura, dadas as caatingas que possue.

Clima — Ha duas estações apenas: Chuvosa e Sêca. O clima é quente e sêco.

Limites — Ao N. o Rio Grande do Norte; a L. o Oceano Atlântico; ao S. Pernambuco; a O. o Ceará.

Rios — Os maiores rios do Estado são: Piranhas, Curimataú, Guajú, Mamanguape, Paraíba do Norte,

Ilhas — Restinga, Tiriri, Marques, todas no estuário do rio Paraíba.

Lagos e Lagoas — Quixerê, Salgada, Carnaúba, Escura, etc.

Serras e Montanhas — A mais importante serra da Paraíba é a da Borborema, com suas muitas ramificações e pertencente à Serra do Mar.

PERNAMBUCO

Resumo histórico — O cabo de Santo Agostinho foi o primeiro ponto descoberto do Estado de Pernambuco, em 1499, pelo espanhol Vicente Yanez Pinson, que o chamou Cabo de Santa Maria de la Consolacion. Em 1526, Cristovão Jaques iniciou a fundação de Itamaracá. Com a divisão do Brasil em capitanias hereditárias, Pernambuco constituiu uma capitania, doada a Duarte Coelho Pereira. O desenvolvimento da capitania fez-se logo notar. Em 1630 os holandeses apoderaram-se de Pernambuco, só o deixando em 1654. Na luta demorada contra os invasores, destacaram-se, entre muitos outros, Matias de Albuquerque, Antônio Felipe Camarão, Henrique Dias, André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira. Em 1710 irrompeu a guerra dos Mascates. Em

1817 a Revolução Pernambucana. Esta revolução tinha por objetivo a proclamação da república. Ainda depois da nossa Independência, Pernambuco se viu a braços com outro movimento armado, que alí proclamou a Confederação do Equador. Em 1831 nova agitação irrompeu em Pernambuco — A Setembrada —; em 1832, o levante que ficou conhecido com o nome de Abrilada; de 1831 a 1835, a Cabanada. Em 1848, já no segundo reinado do Brasil, deu-se ainda a Revolta Praieira. Vê-se, assim, que o Estado de Pernambuco foi fertil em movimentos tendentes à libertação. Nesses vários levantes, muitos foram os nomes valorosos que se bateram pelo ideal de independência. Entre muitos citaremos Domingos José Martins, padre Miguelinho (Miguel de Almeida e Castro), padre Roma (José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima), Manoel de Carvalho Pais de Andrade, frei Caneca (Joaquim do Amor Divino Rabelo e Caneca) Nunes Machado e Pedro Ivo. Com o advento da República Pernambuco constituiu-se em Estado Brasileiro.

Superfície — 100.000 Km².

População — 3.430.000 habitantes. Densidade — 34,3.

Capital — Récife. A mais importante cidade da região nordestina, sendo um dos principais portos do Brasil. Quanto à população, de 550.389 habitantes, é a terceira cidade brasileira.

Cidades mais importantes — Nazaré, Goiana, Limoeiro, Jaboatão, Bom Jardim

Aspecto — A costa pernambucana é baixa, coberta de florestas e cortada por muitos rios. O interior é montanhoso, possuindo bons campos. O centro do Estado presta-se à cultura do algodão.

Limites — Ao N. Paraíba e Ceará; a L. o Oceano Atlântico; ao S. Alagoas e Baía; a O. Piauí.

Clima. — Quente, sendo húmido no litoral e sêco no interior.

Rios — Os mais importantes rios de Permambuco são: Goiano; Capiberibe, que banha Recife, Ipojuca, Serinhaem, Una.

Ilhas — Cachorros, Itamaracá, Retiro, Suassuna, Maroím.

Lagos e Lagoas — Angú, Estaca, Torta, Puiú, Angú.

Serras e Montanhas — Carirís Velhos, Quilombos, Porteiras, Pau Darco, Branca, Borborema e muitas outras, todas pertencentes às cadeias Central e Oriental.

ALAGOAS

Resumo histórico — Foi no território do atual Estado de Alagoas que se desferiu a maior luta contra os holandeses. Em fins do século XVII, escravos fugidos das fazendas organizaram a República dos Palmares, na serra da Barriga, reagindo contra várias expedições de fôrças governamentais. Em 1695 os pretos dos Palmares (quilômbos) foram vencidos por fôrças sob o comando de Domingos Jorge Velho. Até 1817 o território de Alagoas fez parte da capitania de Pernambuco. Com a Independência Brasileira elevou-se a Província e a Estado em 1889.

Superfície — 29.000 Km².

População — 1.340.000 habitantes. Sua densidade de população é de 47,9.

Capital — Maceió, entre o Oceano Atlântico e a lagoa Mandaú. Conta com 149.192 habitantes.

Cidades mais importantes — Penedo, Pilar, Pôrto-Calvo, Atalaia, Viçosa.

Aspecto — O território alagoano tem grandes florestas no interior e muitas lagoas no litoral.

Limites — Ao N. Pernambuco; a L. o Oceano Atlântico; ao S. Sergipe; a O. a Baía.

Clima — Ha apenas duas estações: A sêca e a das chuvas. O clima é quente, sendo húmido no litoral e sêco no interior.

Rios — Os principais rios de Alagoas são: Persinunga, Manguaba ou Pôrto-Calvo, Camaragibe, Santo Antônio Grande, Santo Antônio-mirim.

Ilhas — Santa Rita, Pôrto, Frades, Cabras, Maranhão.

Lagos e Lagoas — Mandaú, Manguaba, Martins. Antas, Jiquiá, Norte.

Serras e Montanhas — As serras principais de Alagoas são: Pilões, Mariquita, Marabá, Pão de Açucar, etc. todas pertencentes à Serra do Mar.

SERGIPE

Resumo histórico — Sergipe teve sua povoação iniciada em 1590, por Cristovão de Barros. De 1637 a 1645 os holandeses ocuparam o território de Sergipe. Até 1696 fez parte da capitania da Baía, adquirindo a sua autonomia, como capitania, em 1820. Com a Independência do Brasil elevou-se a Província e a Estado em 1889, com a Proclamação da Repúbliea.

Superfície — E' o menor Estado do Brasil. Possue 22.000 Km².

População — 600.000 habitantes. Densidade da população — 27,3.

Capital — Aracajú. Conta com 65.692 habitantes.

Cidades mais importantes — Estância, Propriá, São Cristovão, Laranjeira, Itabaiana.

Aspecto — Plano no litoral e montanhoso no interior.

Limites — Ao N. e NE. Alagoas; a L. o Oceano Atlântico; ao S. e a O. a Baía.

Clima — O clima é quente, sendo húmido no litoral e sêco no interior.

Rios — O principal rio do Estado é o São Francisco, que serve de limíte entre Alagoas e Sergipe.

Ilhas — Arambipe, Coqueiros, Veiga.

Lagos e Lagoas — Jabotiana, Cedro, Sêca, Tamanduá, todas de pouca importância.

Serras e Montanhas — As serras de Sergipe pertencem à Serra do Mar. São principais: Itabaiana, Negra, Tamanduá, Campo Redondo, etc.

BAÍA

Resumo histórico — O território do atual Estado da Baía, foi o primeiro avistado por Pedro Álvares Cabral quando, em abril de 1.500, descobriu o Brasil. Foi tambem à Baía que aportou, em 1549, Tomé de Souza, primeiro Governador Geral do Brasil, trazendo em sua companhia o padre Nobrega e outros jesuitas que tamanhos e tão assinalados serviços prestaram à catequese dos índios e à colonização do Brasil. A cidade do Salvador, fundada por Tomé de Souza, foi a capital da Colônia, de 1549 a 1763. Em 1624 deu-se a invasão holandesa, permanecendo os holandeses pelo espaço de um ano no território baíano. Foi ainda à Baía onde primeiro aportou D. João VI, quando de sua vinda para o Brasil. Com a proclamação da República a Baía formou um Estado do Brasil. Já na fase republicana, teve êsse Estado o seu sertão revolucionado pelo fanatismo de sertanejos reunidos em tôrno de Antônio Conselheiro e que se concentraram no arraial de Canudos. Grande foi a luta travada contra êles, e que só terminou com o arrazamento de Canudos pelas forças do Govêrno, em 1897. Esta campanha está descrita nos „Sertões" de Euclides da Cunha.

Superfície — 530.000 Km².

População — 4.720.000 habitantes. Sua densidade de população é de 8,9.

Capital — Salvador, fundada por Tomé de Soúza, em 1549. Conta com 388.183 habitantes.

Cidades mais importantes — Feira de Santana, Santo Amaro, Cachoeira, São Felix, Maragogipe, Nazaré.

Aspecto — O solo baíano é baixo no litoral e montanhoso no interior. Cortado por muitos rios e coberto de grandes florestas.

Limites — Ao N. Pernambuco e Piauí; a NE. Alagoas e Sergipe; a L. o Oceano Atlântico; ao S. o Espírito Santo e Minas Gerais; a O. Goiaz.

Clima - Quente, sendo húmido no litoral e sêco no interior.

Rios — O Estado da Baía é cortado por avultado número de rios, dos quais é principal o São Francisco, que atravessa o Estado. Entre os principais afluentes do Rio São Francisco, em território baíano, citaremos o Carinhanha, o Corrente, o Grande, o Santo Onofre, o Xingú ete. Percorrem ainda o Estado da Baía os rios: Vasa-Barrís, Itapicurú, Paraguassú, Jaguaribe, Contas, Pardo, Jequitinhonha e muitos outros.

Ilhas — Ilhéos, Itapitanga, Abrolhos, Redonda, etc.

Lagos e Lagoas — Cravatá, Dourada, Itaparica, Araras, Grande, Pau de Espinho, Mar do Sertão, Varedão.

Serras e Montanhas — As serras principais da Baía são: Aracaí, Chapada Diamantina, Tromba, Conceição, Santo André, Malhada, Cocal, etc., pertencentes às Cadeias Oriental e Central.

MINAS GERAIS

Resumo histórico — Sebastião Fernandes Tourinho e Antônio Dias Adôrno foram os primeiros visitadores do território de Minas Gerais. Entretanto, a colonização só se iniciou muitos anos depois, pelas bandeiras paulistas. André de Leão, Fernão Dias Pais Leme, Antônio Rodrigues Arzão, Bartolomeu Bueno de Siqueira, foram os exploradores do rico território de Minas Gerais. A notícia das Minas seduziu grande quantidade de aventureiros. Surgiu logo a luta entre brasileiros e portugueses, originando-se a guerra dos Emboabas. Em 1709 o território foi constituido em capitania, conjuntamente com S. Paulo. Em 1720 constituiu-se em capitania, com capital em Vila Rica. As riquezas do solo (ouro e pedras preciosas) levaram o govêrno português a sobrecarregar de impostos o trabalho de mineração. Como consequência surgiu o descontentamento e a Conjuração Mineira, que visava separar o Brasil de Portugal (1789). Foi principal chefe do movimento Joaquim José da Silva Xavier, o „Tiradentes“, conjuntamente com Tomaz Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto, Freire de Andrade e outros. Fracassada a insurreição foram todos os conjurados condenados a de-

gredo perpétuo, e Tiradentes enforcado a 21 de abril de 1792. Com a Independência do Brasil, Minas passou a Província do Império, e a Estado com a Proclamação da República.

Superfície — 595.000 Km².

População — 8.600.000 habitantes, o que lhe dá uma densidade de 14,4.

Capital — Belo Horizonte. Foi construída sob traçado, pelo que apresenta grande simetria. Conta com 217.218 habitantes.

Cidades mais importantes — Juiz de Fóra, Ouro Preto, Uberaba, Uberlândia, Borborema, São João-del-Rei, Mariana, Diamantina, Poços de Caldas, Caxambú, São Lourenço.

Aspecto — O território mineiro é o mais montanhoso dos demais Estados Brasileiros, sendo regado por muitos rios.

Clima — O clima é temperado.

Limites — Ao N. e a NE. a Baía; a L. o Espírito Santo; ao S. o Rio de Janeiro e São Paulo; a O. Mato Grosso e Goiaz

Ilhas — Cascalho, Jatobá, Natividade, Goma, etc., todas fluviais, visto ser Minas Gerais um estado central.

Serras e Montanhas — Mantiqueira, Itacolomí, Espinhaço, Ouro Preto, Piedade, Itambé, Mundo-Novo, pertencentes à Serra do Mar.

Paranan, Arrependidos, Araras, Pilões, Canastra, Tigre, Dourada, Saudade, Passa Três, pertencentes à Cadeia Central. Entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, encontra-se o ponto culminante do Brasil — O Itatiaia.

Rios — Os principais rios de Minas Gerais são: Paraná, com os afluentes Dourado, Velhas e Grande, pertencentes à bacia do Prata. Pardo, Jequitinhonha, Mucurí, São Mateus, que correm para a bacia Oriental. São Franaisco, com os afluentes Pará, Velhas, Jequitaí, Abaeté, Paracatú e Carinhanha, que fazem parte da bacia do São Francisco.

Lagos e Lagoas — Santa Fé, Água Preta, Garças, Santa.

ESPÍRITO SANTO

Resumo histórico — Em 1535, Vasco Fernandes Coutinho, donatário da Capitania do Espírito Santo, fundou a vila do Espírito Santo. Em 1551, após a *vitória* obtida contra os Aimorés, foi fundada a vila de Vitória. Tornou-se capitania em 1799. Foi província com a nossa Independência (1822) e Estado com a República (1889).

Superfície — 45.000 Km².

População — 835.000 habitantes. Densidade da população — 18,6.

Capital — Vitória, na ilha do Espírito Santo. Conta com 39.932 habitantes.

Cidades mais importantes — Cachoeirado, Itapemirim, São Mateus, Espírito Santo, Anchieta, São Pedro.

Aspecto — Ha, no litoral, muitas lagoas, sendo o terreno arenoso. O interior é montanhoso.

Limites — Ao N. a Baía; a L. o Oceano Atlântico; ao S. o Rio de Janeiro; a O. Minas Gerais.

Clima — O clima do litoral é quente e húmido, emquanto no interior é sêco.

Rios — Doce, São Mateus, S. Domingos, Santa Maria, Benevente, Itapemerim, etc.

Ilhas — Espírito Santo, onde se acha a cidade de Vitória, capital do Estado; Frades, Andorinhas, Jucú, Rasa, etc.

Lagos e Lagoas — Juparanã, a maior do Estado. Juparanã-mirim, Pão doce, Chôro Dágua, Limão, Dourada.

Serras e Montanhas — A Serra dos Aimorés é, no Estado, a principal. Dela se ramificam as serras de Itaúna, Topásio, Pombal, Batatal, etc. Pertencem todas à Serra do Mar.

RIO DE JANEIRO

Resumo histórico — Em 1502 foi descoberto, por André Gonçalves, o ponto do território fluminense onde fica hoje Angra do Reis. Com a divisão do Brasil em capitanias o território do atual Estado do Rio de Janeiro pertenceu a duas capitanias: à da Paraíba do Sul doada a Pero Gois da Silveira e à de São Vicente, cujo donatário foi Martim Afonso de Souza. Em 1834 desmembrou-se da província o município Neutro, que compreende a cidade do Rio de Janeiro, capital da República. A capital do Estado do Rio passou então a ser Niteroi. Com a proclamação da República (1889) tornou-se um dos Estados Brasileiros.

Superfície — 42.000 Km^2.

População — 2.325.000 habitantes. Densidade de população — 55,4.

Capital — Niteroi, à margem da baía de Guanabara. Chamou-se antes Praia Grande. Conta com 138.054 habitantes.

Cidades mais importantes — Campos, Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo, Rezende.

Aspecto — O território do Estado do Rio é dividido pela Serra dos Orgãos, em duas zonas: a do litoral e a de serra acima. O litoral é alagadiço.

Limites — Ao N. Espírito Santo e Minas Gerais; a L. o Oceano Atlântico; ao S. o Oceano Atlântico e o Distrito Federal; a O. São Paulo.

Clima — O clima é quente e húmido no litoral e temperado na região de serra acima.

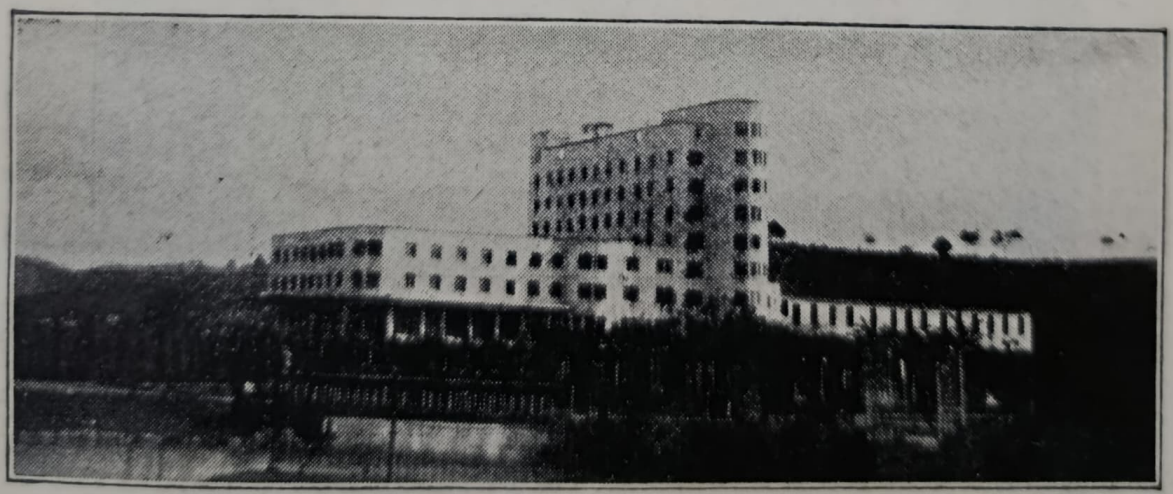
Rios — Paraíba do Sul, Itabapoana, Paraibuna, Paquequer.

Ilhas — Santana, Comprida, Papagaio, Cabo-Frio, Maricá, Marambaia, Grande.

Lagos e Lagoas — Saquarema, Tavares, Feia, Araruana, Maricá, Salgado.

Serras e Montanhas — A Serra do Mar atravessa o Estado do Rio, com muitas ramificações, cujas principais são: Paratí, Carioca, Fortaleza, Taquara, etc.

Antigo Palácio do Governo, hoje Escola de Minas
Ouro Preto — Minas Gerais



Bela construção — Minas Gerais

Tradicional Igreja N. S. do Carmo
Fundada em 1701
Ouro Preto — Minas Gerais

Igreja de São Francisco de Assiz
(Pórtico e escultura do Aleijadinho)
Ouro Preto — Minas Gerais

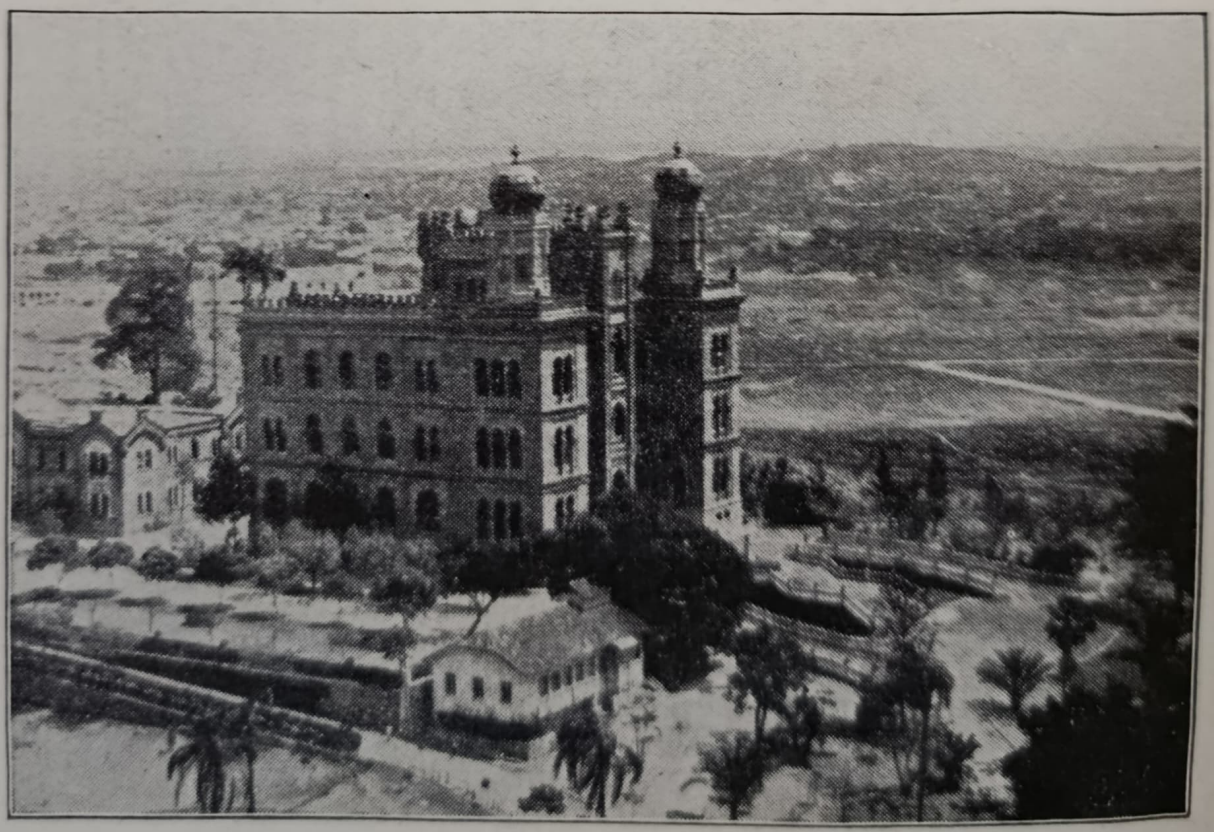
Vista parcial de Belo Horizonte — Minas Gerais

Ponte de Paraibuna — Estado do Rio

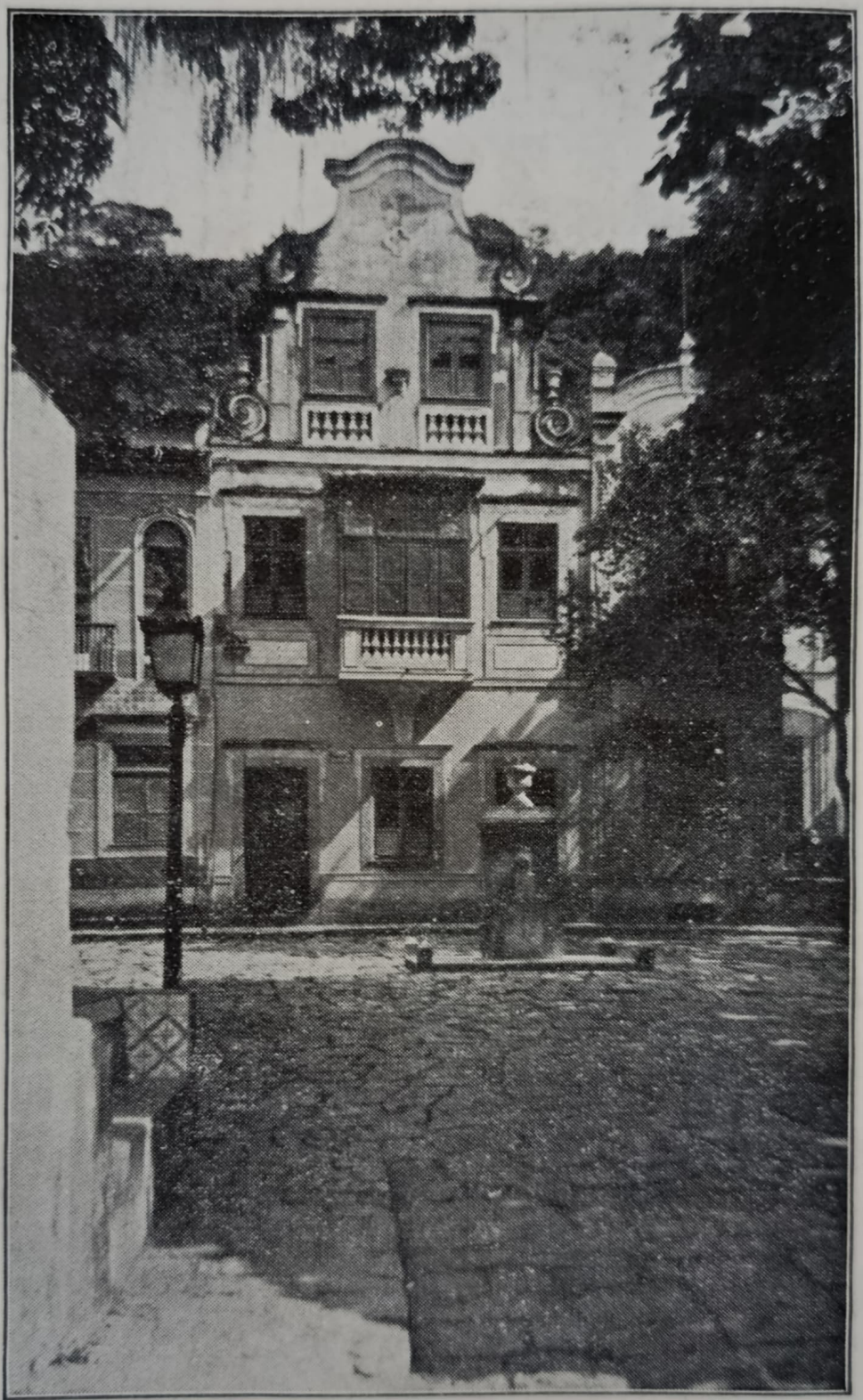
Rodovia que leva à Teresópolis — Estado do Rio

Praia de Botafogo — Rio de Janeiro

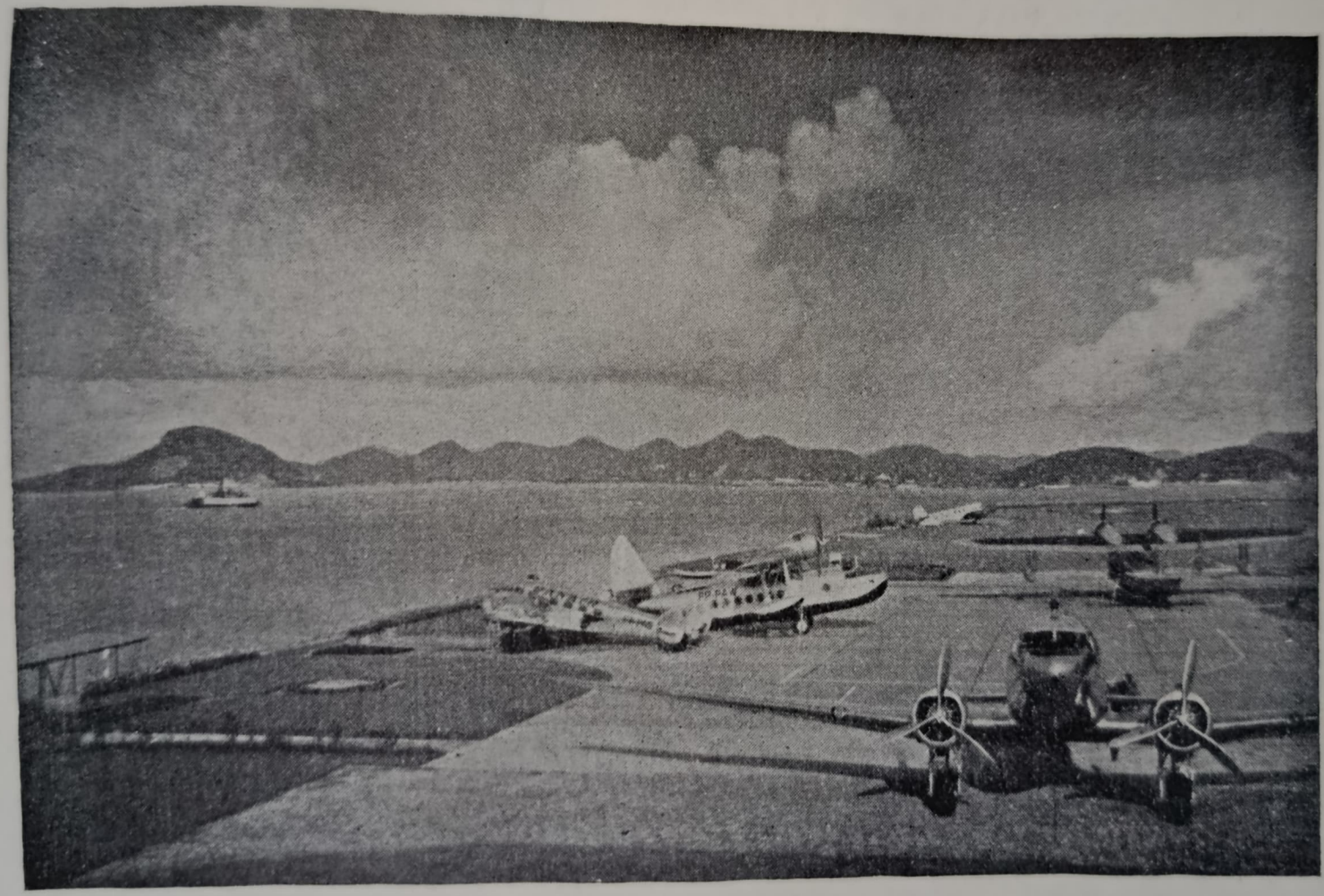
Páteo do Palácio do Itamarati — Rio de Janeiro



Instituto Oswaldo Cruz — Rio

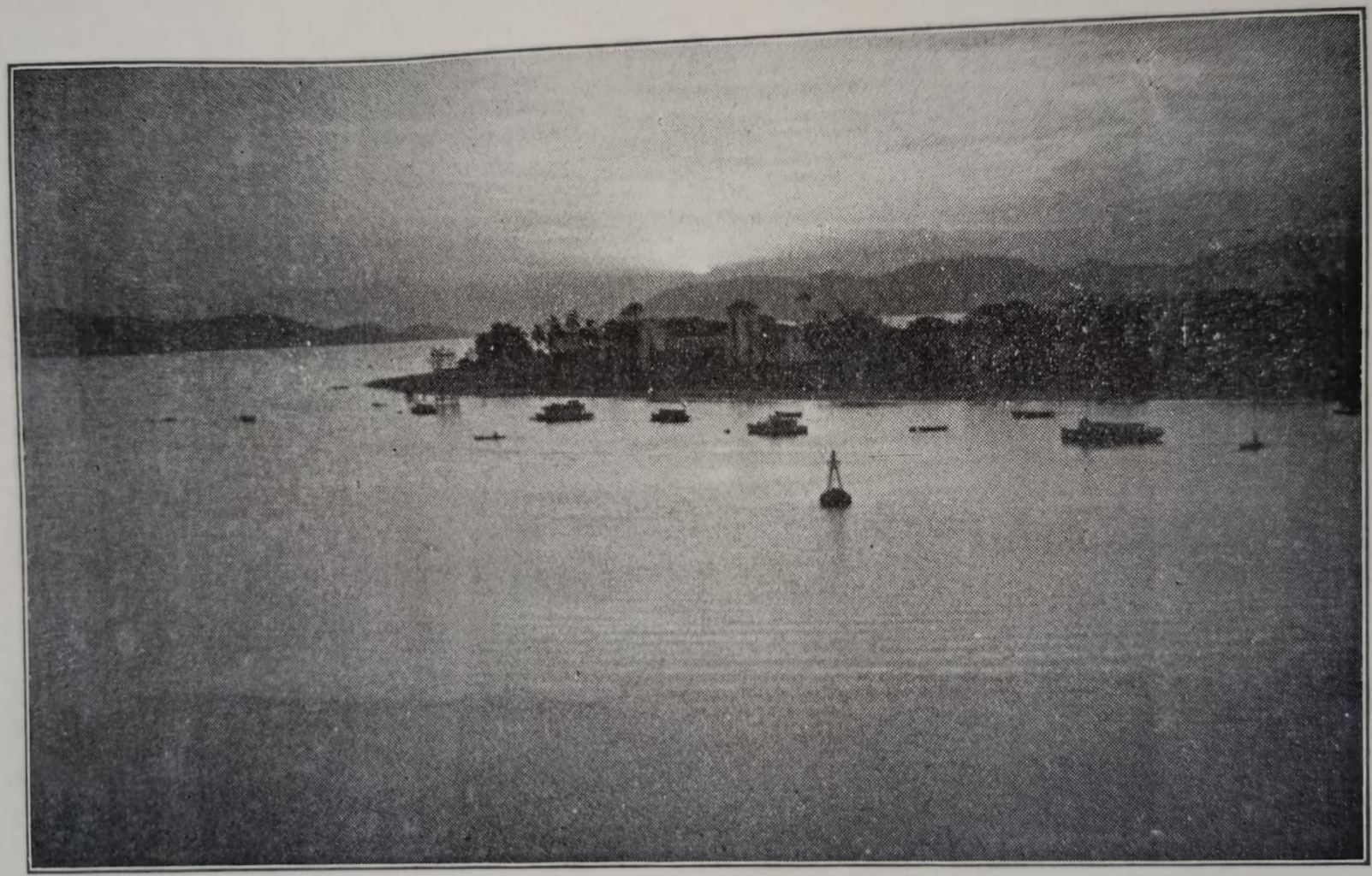


Pitoresca vista do Rio de Janeiro-colonial
o Largo do Boticário — Larangeiras.



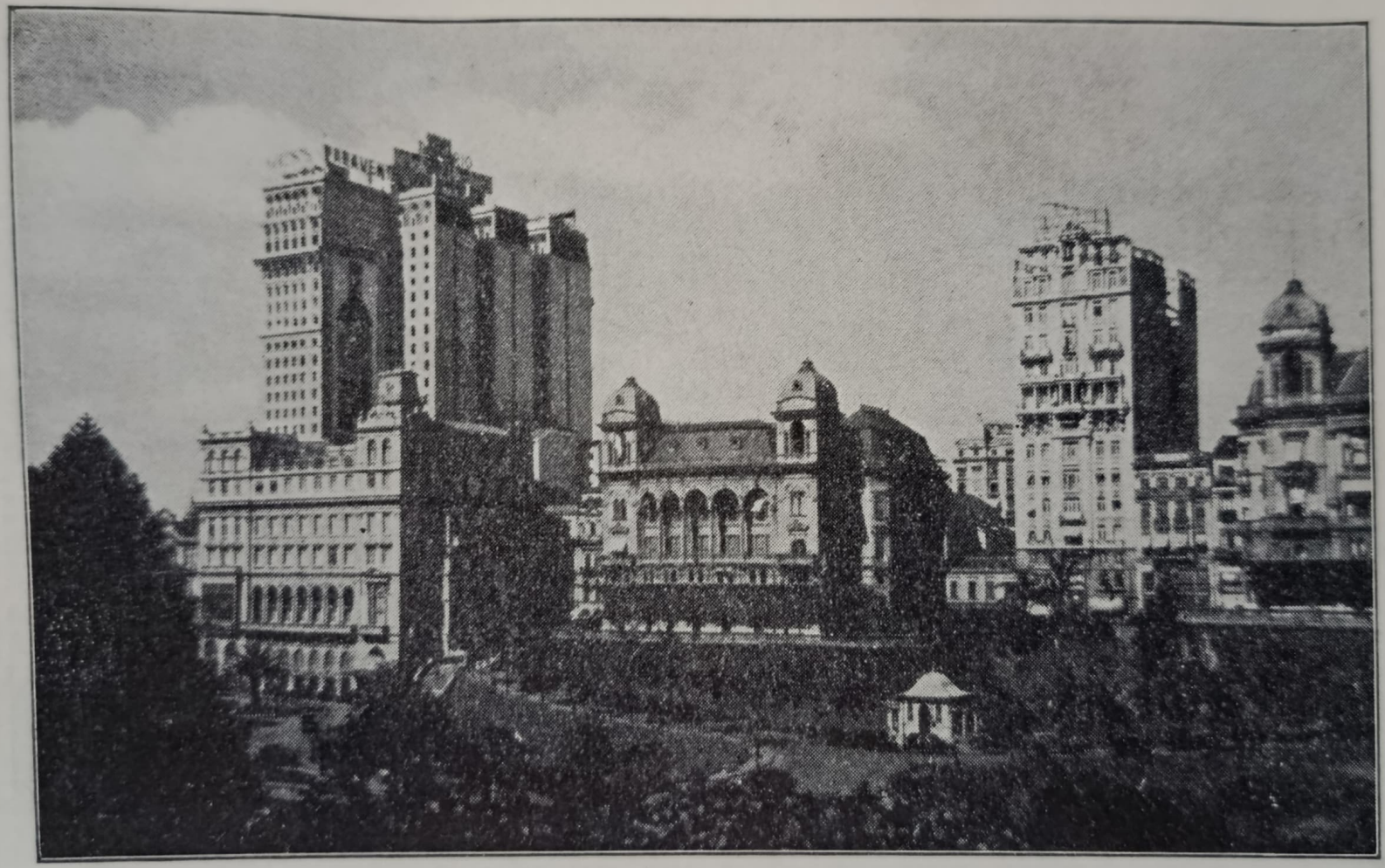
Aeroporto — Rio de Janeiro

O veraneio na Praia de Copacabana — Rio de Janeiro



Crepúsculo no Porto de Santos — São Paulo

Parque Balneário — Santos — São Paulo



São Paulo e seus arranha-céus

Vista parcial da cidade de Curitiba — Paraná

Praça Santos Andrade, vendo-se o monumento Santos Dumond e a Universidade — Curitiba — Paraná

DISTRITO FEDERAL

Resumo histórico — Em janeiro de 1502 chegou à baía de Guanabara a expedição comandada por André Gonçalves que, julgando ter encontrado a foz de um rio, chamou-o Rio de Janeiro. Em 1515 chegou ao mesmo sítio João Dias Solis. Em 1519, Fernão de Magalhães. Em 1531, Martim Afonso de Souza. Em 1555 os franceses, comandados por Nicolau Durand de Villegaignon, estabeleceram-se no Rio de Janeiro. Em 1560 Mem de Sá, terceiro governador Geral do Brasil, expulsou-os da baía de Guanabara. Voltaram, entretanto, os franceses, auxiliados pelos Tamoios. Mem de Sá manteve grande luta para expulsa-los definitivamente. A 20 de janeiro de 1565 Estácio de Sá, sobrinho do Governador Mem de Sá, fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em homenagem ao rei de Portugal, D. Sebastião. Em 1676 foi criado o Bispado do Rio de Janeiro, sendo seu primeiro bispo D. José de Barros Alarcão. Ainda uma vez tentaram os franceses, comandados por Duclerc e Duguay Trouin, apoderar-se da cidade do Rio de Janeiro, ocupando-a em 1711, e abandonando a após consideravəl resgate. Com a vinda de D. João VI para o Brasil (1808), o Rio de Janeiro teve grande desenvolvimento. A cidade do Rio de Janeiro é a capital do Brasil desde a nossa Independência, sendo que antes já era a sede do govêrno.

Superfície — O Distrito Federal tem apenas 1.167 Km².

População — 1.700.000 habitantes.

A cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil, foi fundada por Estácio de Sá.

Ilhas — As principais, dentre as muitas ilhas do Distrito Federal, são: Governador, Paquetá, Bom Jesus, Boqueirão, Enxadas, Villegaignon.

Rios — São João de Meritá, Irajá, Faria, Macaranã, Comprido.

Lagos e Lagoas — Rodrigo de Freitas, Jacarepaguá.

Clima — O clima do Distrito Federal é quente e húmido, suavisado por constantes brisas.

Aspecto — O território do Distrito Federal é baixo no litoral e montanhoso no interior.

Limites — Ao N. o Estado do Rio de Janeiro; a L., ao S. e a O. o Oceano Atlântico.

SÃO PAULO

Resumo histórico — Foi a expedição de André Gonçalves a primeira a conhecer o território do atual Estado de São Paulo (1502). Em 1532, Martim Afonso de Souza fundou São Vicente e Santo André da Borda do Campo. Com a divisão do Brasil em capitanias, o território paulista pertenceu a duas capitanias, das quais eram donatários, Martim Afonso de Souza e Pero Lopes de Souza. Em 1536 foi fundada a cidade de Santos, por Braz Cubas. Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, padres a quem deve o Brasil a melhor parte da sua colonização, no seu apostolado de catequizar os indígenas e de uni-los aos colonos, foram os pioneiros da fundação da atual cidade de São Paulo. De São Paulo partiram os bandeirantes intrépidos que avançaram pelo interior brasileiro, desbravando o sertão. Santa Catarina, Goiaz, Mato Grosso e Paraná pertenceram a São Paulo, do qual se desmembraram, respectivamente, em 1738, 1744, 1748 e 1853. A 7 de setembro de 1822, em território paulista, junto ao riacho Ipiranga, foi proclamada, por D. Pedro, a Independência do Brasil. Proclamada a República constituiu-se no atual Estado de São Paulo.

Superfície — 245.000 Km².

População — 7.870.000 habitantes. Densidade, 31,5.

Capital — São Paulo, situada em um planalto, a 800 metros de altitude. Pelo seu progresso é a 2ª. cidade brasileira. Conta com 1.322.643 habitantes.

Cidades mais importantes — Santos, Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba, Jundiaí, Piracicaba.

Aspecto — O litoral é arenoso e o interior elevado.

Clima — O litoral é quente e húmido, e temperado no interior. As chuvas são frequentes no litoral.

Limites — Ao N. e NE. Minas Gerais; a L. Rio de Janeiro; ao S. o Oceano Atlântico e Paraná; a O. Mato Grosso.

Rios — Dos rios de São Paulo, apenas dois pertencem à Bacia Oriental: O Ribeirão do Iguape e o Paraíba do Sul, êste com os afluentes Paraíbuna e Jaguarí. Dentre os outros rios paulistas, pertencentes à Bacia do Prata, temos como principais: O Paraná, o Grande, o Tieté, o Peixe, o Paranapanema, etc.

Ilhas — São Sebastião, Santo Amaro, S. Vicente, Cananéa, etc.

Lagos e Lagoas — Formosa, Feia, Veado, Crande, Terra Vermelha, Santo Antônio.

Serras e montanhas — A Serra do Mar, atavessando o Estado de São Paulo, toma os nomes de Agudos, Paranapiacaba, Queimada, Cubatão, Pouso Alto, Cadeado, Taquarí, etc.

PARANÁ

Resumo histórico — Em 1565 Heliodoro Ébano Pereira iniciou a colonização do litoral paranaense. Antes daquela data jesuitas hespanhoes, na contínua missão de catequese dos nossos índios, fundaram várias povoações no interior do território. Curitiba foi fundada em 1654, por Gabriel de Lara. Até 1853 o Paraná fez parte da província de São Paulo. Em 1889, com a proclamação da República, constituiu-se em Estado Brasileiro.

Superfície — 196 000 Km².

População — 1.210.000 habitantes. Densidade — 6,2.

Capital — Curitiba, situada a 900 metros de altitude. Conta com 139.182 habitantos.

Cidades mais importantes — Paranaguá, Ponta-Grossa, Castro, Guarapuava, Morretes.

Aspecto — O território do Paraná é coberto de ricas florestas, encontrando-se no interior grandes pinheirais. O litoral é baixo e o interior montanhoso.

Limties — A N. e NE. São Paulo; a L. o Oceano Atlântico; ao S. Santa Catarina e República Argentina; a O. Mato Grosso e República do Paraguai.

Clima — O clima é temperado. No inverno as geadas são abundantes na região do planalto paranaense.

Rios — Os rios do Paraná pertencem à Bacia Oriental e à Bacia do Prata. Os principais da Bacia Oriental são o Iguape e o Cubatão. À Bacia do Prata pertence o rio Paraná com os seus afluentes.

Ilhas — Itacolomí, Cotinga, Teixeira, Mel, Pilões.

Lagos e Lagoas — Divisa, Furta-Mar, Parada, etc.

Serras e Montanhas — As principais serras do Paraná são: São Miguel, Serra do Mar, Serra da Virgem Maria, e outras, todas pertencentes à Serra do Mar.

RIO GRANDE DO SUL

Resumo histórico — O interior do Estado do Rio Grande do Sul foi colonizado inicialmente pelos jesuitas hespanhoes. Em 1715 criadores de gado de Santa Catarina estabeleceram-se no Rio Grande do Sul. Fez parte da capitania de São Paulo até 1783. As lutas agitaram sempre o Rio Grande. A Colônia do Sacramento, os Sete Povos e as Missões foram motivos de episódios guerreiros. Em 1807 constituiu-se em capitania, unida a Santa Catarina. De 1816 a 1820 lutaram os gauchos contra o uruguaio José Artigas. Já depois da

A Esfinge no vale do
Rio Ipiranga (Serra do Mar).

Vila Velha — Ponta Grossa

Vila Velha — Ponta Grossa

Gruta Ermida de Campinhos

Monumento á Imigração Alemã em São Leopoldo
Rio Grande do Sul

Mercado e Porto de Porto Alegre
Rio Grande do Sul

nossa Independência, surgiu a luta na Província Cisplatina, que terminou com a separação daquele território do Brasil (1828). De 1835 a 1845 manteve-se a guerra dos Farrapos que proclamou a República de Piratiní. Foram seus principais chefes Daví Canabarro e Bento Gonçalves. Na guerra do Paraguai o Rio Grande do Sul teve o seu território invadido. Após a proclamação da República, quando já constituido em Estado da Federação Brasileira, de novo é agitado pela Revolução Federalista (1893), que teve como chefes principais Joca Tavares, Gumercindo Saraiva, Custódio José de Melo e Saldanha da Gama.

Superfície — 285.000 Km².

População — 3.575.000 habitantes. Densidade da população — 12,6.

Capital — Porto Alegre, à margem do Rio Guaíba. Conta com 385.389 habitantes.

Cidades mais importantes — Rio Grande, Pelotas, Santa Maria, Bagé, Cachoeira, São Leopoldo.

Aspecto — O território do Rio Grande é baixo no litoral, onde se encontram muitas lagoas. O interior é montanhoso, com grandes florestas e vastos campos de criação.

Limites — Ao N. Santa Catarina; a NO. e a O. a República Argentina; a L. o Oceano Atlântico; ao S. a República do Uruguai.

Clima — O clima é temperado, sendo as estações quente e fria bem acentuadas.

Rios — Entre os muitos rios que banham o Rio Grande do Sul, destaca-se o Uruguai, pertencente à bacia do Prata, com seus afluentes da margem esquerda. Pertencem à Bacia Oriental, entre outros: Mambituba, Tramandaí, Capivarí, Caí, Jacuí, Jaguarão, Chui, etc. Êste último serve de limite entre o Brasil e o Uruguai.

Ilhas — Marinheiros e Torotama, no canal Rio Grande; Barba-Negra e Saragonha, na lagoa dos Patos; e muitas outras fluviais.

Lagos e Lagoas — O litoral riograndense possue grande número de lagoas, sendo principais as seguintes: Patos, que é a maior do Brasil; Mirim, Mangueira, Quadros, Armazem, Fortaleza, Capão do Ponche, etc.

Serras e Montanhas — As montanhas do Rio Grande são todas ramificações da serra do Mar. São principais: Pinhal, Páscoa, Santa Cruz, São Pedro, Cangussú, Santa Tecla, Cochilha Grande, etc.

MATO GROSSO

Resumo histórico — Os primeiros povoadores de Mato Grosso foram os hespanhoes que ocuparam a parte sul do território, de onde foram mais tarde expulsos pelos paulistas. Em 1717 o paulista Paschoal Moreira Cabral fundou o povoado de Forquilha, que foi depois transferido para o local em que se encontra atualmente a cidade de Cuiabá. Em 1748 constituiu-se Mato Grosso em capitania, com capital em Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso. Em 1820 a capital passou a ser Cuiabá. Com a Independência do Brasil, Mato Grosso formou uma das províncias do Império. Por ocasião da guerra do Paraguai, Mato Grosso teve o seu território invadido pelos paraguaios, que ocuparam várias cidades matogrossenses. Com a Proclamação da República constituiu-se em Estado da Federação Brasileira.

Superfície — 1.480.000 Km².

População — 435.000 habitantes. É o estado menos populoso e de menor densidade de população — 0,29.

Capital — Cuiabá. Conta com 40.987 habitantes.

Cidades mais importantes — Corumbá, Campo-Grande, Panta-Porã, Mato Grosso, São Luiz de Cáceres.

Aspecto — O território de Mato Grosso tem uma parte baixa e alagada e outra montanhosa. Possue grandes matas e é banhado por muitos rios.

Clima — O clima é quente.

Limites — Ao N. o Amazonas e o Pará; a L. Goiaz; a SE. Minas Gerais e São Paulo; ao S. Paraná e a República do Paraguai; a O. a República da Bolívia.

Ilhas — Bananal ou Santana, na divisa com Goiaz; Santa Maria, Grande do Tapirapé, etc.

Serras e Montanhas — As principais serras do Estado são: Pacahás Novos, Parecís, Moreira, Roncador, Araporé, Tapirapuan, Araras, Chapada, etc. que pertencom à Cadeia Central.

Rios — Madeira, Mamoré, Guaporé, Tapajoz, Xingú, Araguaia, todos da Bacia Amazônica. Paraguai e Paraná que pertencem à Bacia do Prata.

Lagos e Lagoas — Xaraies, Mandioré, Uberaba.

GOIAZ

Resumo histórico — Os primeiros povoadores de Goiaz foram Manoel Correia e Bartelomeu Bueno de Siqueira, respectivamente em 1647 e 1676, e mais tarde, em 1682, Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido por Anhanguera. Em 1739 Goiaz foi anexado à capitania de São Paulo, desmembrando-se, como capitania autônoma, em 1744.

Com a nossa Independência Goiaz passou a Província e com a Proclamação da República constituiu-se em Estado.

Superfície — 660.000 Km².

População — 875.000 habitantes. Sua desidade de população é de 1,3.

Capital — Goiâna — Cidade de construção moderna. Conta com 42.139 habitantes.

Cidades mais importantes — Coiaz, antiga capital; Itapemerí, Catalão, Bomfim, Pirenópolis, Corumbá, Pôrto Nacional.

Aspecto — O território de Goiaz é elevado, coberto de campos e florestas, e cortado por muitos rios.

Limites — Ao N. e NE. o Maranhão; a L. o Piauí, Baía e Minas Gerais; ao S. Minas Gerais e Mato Grosso; a O. Mato Grosso e Pará.

Clima — O clima é quente e sêco sendo excessivamente quente em algumas localidades.

Rios — Os rios dêste Estado correm para três bacias: A Amazônica, a do São Francisco e a do Prata. O maior é o Tocantins, que nasce no próprio Estado de Goiaz, recebendo os afluentes: Araguaia, que forma entre dois braços a ilha de Bananal; Maranhão; Preto; Sono; Parnaíba, que ao sair de Goiz toma o nome de Paraná. O Torcantins pertence à Bacia Amazônica; o Preto à Bacia do São Francisco e o Parnaíba à Bacia do Prata.

Ilhas — A maior é a ilha do Bananal, formada por dois braços do rio Araguaia. Encontram-se muitas outras ilhas, entre as quais Santa Maria, Santana, Reinação, Santarêm, etc.

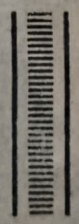
Lagos e Lagoas — Tigre, Botes, Tigrezinho, Cocal, Cocalzinho, Feia, Grande, etc.

Serras e Montanhas — As serras principais de Goiaz são: Pilões, Tiririca, Araras, Paranan, São Domingos, Figuras, e outras que formam a Cordilheira do Espigão Mestre e pertencem à Cadeia Central.

IIIª. PARTE

SANTA-CATARINA

HISTÓRICO, COROGRÁFICO E ECONÔMICO



Exmo. Sr. Dr. Hereu Ramos
Interventor Federal

Nasceu a 3 de Setembro de 1889 na cidade de Lajes e filho do Cel. Vidal José de Oliveira Ramos e D. Teresa Fiuza Ramos, onde fez o curso primário.

Deixou esta cidade para fazer os estudos secundários no Colégio dos Jesuitas em São Leopoldo no Estado do Rio-Grande-do-Sul.

Terminando seus estudos neste Colégio seguiu para São Paulo e matriculou-se na Faculdade de Direito, recebendo o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1909, regressando em seguida à sua terra natal, dedicando-se a advogacia.

Em 1910 foi eleito deputado à Assembléa Estadual, saindo em 1912 para ser nomeado Secretário da Embaixada Brasileira ao Congresso de Direito Marítimo em Haia e de Letras de Câmbio em Bruxelas, regressando da Europa em 1913.

De regresso ao Brasil e ao seu Estado foi nomeado oficial de gabinete do Governo do Estado, Cel. Vidal de Oliveira Ramos.

No ano de 1922 tomou parte na campanha da Reação Republicana.

Em 1930 dirigiu a campanha da Aliança Liberal, tendo sido eleito deputado federal.

Com a nova eleição, já na Nova Republica foi eleito deputado a constituinte federal em 1934 e reeleito em 1935.

Ainda em 1935 renunciando o mandato de deputado foi eleito Governador do Estado, cargo que exerceu até a promulgação da carta de 10 de Novembro de 1937 sendo nomeado Interventor Federal.

E'cos da visita do Exmo. Sr. Presidente da República
Dr. Getúlio Vargas, a Sta. Catarina
9 a 12 - 3 - 1940

O Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas plantando a árvore simbolica por ocasião da inauguração do Grupo Escolar „Dr. Getúlio Vargas“, em Saco-dos-Limões.—Florianópolis

O ESTADO DE SANTA CATARINA

(Síntese Histórica)

(Lucas Boiteux)

Descoberto o Brasil, (1500) rumava de Lisboa para as novas terras uma expedição encabeçada por André Gonçalves, trazendo como cosmógrafo o florentino Américo Vespucci. A ela devemos o desvendamento do ribamar catarineta e as denominações de alguns dos seus acidentes, como TERRA DE SANTA-ANA e SANTA-MARTA (Julho de 1502).

Em prosseguimento, vieram outras armadas lusas, mas sem o bafejo oficial, seguidas de perto de francesas e castelhanas.

Em 1504, o porto de S. Francisco foi visitado por um navio normando capitaneado por Binot P. de Gonneville, que nele fez levantar uma cruz; entre 1513 e 1514 d. Nuno Manoel perlongou a costa do Estado o tornou conhecido o PORTO DOS PATOS, hoje Massiambú: em 1515 o nauta J. Dias de Solis, ao serviço de Espanha reconhecia uma das baías do litoral, denominando-a dos PERDIDOS, e uma ilha que chamou da PRATA. Naufragos dessa malsinada empresa fixaram-se na contra-costa e na ilha de Santa Catarina, dando origem aos primeiros MAMELUCOS, os CARIJÓS.

Por 1521 uma esquadrilha chefiada por Cristovão Jaques, encontrando nestas plagas aqueles cristãos, serve-se de um deles para guiá-lo ao Rio da Prata: em 1525 arriba à Garopaba um galeão castelhano, comandado por d. Rodrigo de Acuna, ficando em terra 15 homens de sua guarnição.

No decorrer de 1526 Cristovão Jaques de novo inspeciona a nossa orla litórea ao serviço português e, em suas águas, demandam o Prata os nautas Sebastião Caboto e Diego Garcia: este fazendo conhecidos os selvícolas catarinenses, e aquele impondo à ilha dos Patos (a Meiembipe dos guaranís) o nome de SANTA CATARINA e os de S. Sebastião e D. Rodrigo a dois de seus portos.

Começaram, estão, os espanhois a vasculhar os mares austrais: em 1534 d. Pedro de Mendoza veio fundar no Prata um estabelecimento que se contrapusesse ao de S. Vicente: em 1537 Afonso Cabrera, que viera reforçar a expedição antecedente, deixou entre nós alguns homens e dois frades, encarregados estes de difundir a doutrina de Cristo: em 1541, a expedição do adiantado Alvar Nunez Cabeza de Vaca, tomou posse do território catarinense sob a denominação de PROVÍNCIA DE VERA e fez a segunda penetração do sertão catarinense, de Itapocú à Assunção do Paraguai. A primeira entrada, infrutífera aliás, fôra realizada em 1524 por Aleixo Garcia, companheiro de Solis.

Em 1549, Juan de Salazar, visitou a ilha de Santa Catarina e fundou um povoado em S. Francisco, que não vingou (1553); em 1572, Ortiz de Zárate, outro adiantado castelhano, esteve sete meses na ilha referida, atirando seus desgraçados companheiros a um inferno de sofrimentos.

E assim paulatinamente, essas expedições iam explorando, desbravando a zona costeira e deixando nela resíduos de civilização.

Entre 1532-35, com a divisão da costa brasileira em donatarias, ficou o território do litoral do atual Estado de Santa Catarina, na sua mór parte, compreendido no terceiro lote da doação de Pero Lopes de Souza, isto é nas 40 léguas de costa, que começavam doze léguas ao sul de Cananéa e acabavam na altura de 28 20 (perto de Itapirobá). Essa donataria, que foi conhecida pelo nome de SANTO-AMARO e TERRAS DE SANTA-ANA, permaneceu quasi em abandono.

Os portos mais amplos e abrigados da costa sul, como S. Francisco e, principalmente, Santa Catarina, serviam, apenas, desde os primeiros tempos, de refúgio e refrigério a naufragos, desertores e exilados voluntários, quasi todos de origem castelhana, que, aliando-se às mulheres guaranís, iam lançando os rudimentos de uma nova sub-raça, a dos CARIJÓS (mestiços), que viria sobremodo facilitar a conquista.

Senhores da lingua dos aborígenes iam escambiando os produtos de suas rudimentares indústrias e os frutos da terra com as armadas em derrota para o Prata e Pacífico. Uns exploravam a venda de escravos, outros o amanho e os produtos naturais da terra e, ainda outros, a praticagem dos naufragosos mares do sul.

Desse grupo de advenas, radicados em Santa Catarina, vemos saír a primeira lingua ou turgimão, Henrique Montes: o primeiro prático, Melchior Ramirez: o primeiro desbravador do sertão, Aleixo Garcia: e a primeira manifestação de repulsa entre castelhanos e lusos, com as escaramuças de Moschéra aliado aos Carijós, contra S. Vicente (1536). Esses íncolas passaram a ser as vítimas constantes do ataque de aventureiros portugueses que, a falsa fé, os cativavam e conduziam para as capitanias do norte, a trabalhar nas lavouras ou no serviço doméstico".

Com o estabelecimento do Governo-geral do Brasil e o início da catequese dos selvícolas pelos jesuitas (1551) foi que as terras catarinenses começaram a interessar os portugueses, dando-se a introdução em seus campos do primeiro gado vacum pelos irmãos Goes (1555) de onde passou ao Paraguai.

Caía Portugal em 1580 nas garras de Castella e, pouco depois, era o porto da futura capital do Estado escolhido para base da esquadra que vigiava os movimentos dos flibusteiros dos mares austrais e do Pacífico.

Ao alvorecer do século XVII irrompeu no sul do Brasil a auri sacra fames. As terras catarinenses passaram, então, a ser disputadas, a começar pelos herdei-

ros dos antigos donatários. Estimulados pela descoberta de minas de ouro nos aros de Paranaguá e São Francisco, puseram os vicentistas em agitação na ânsia expansionista, desde logo sopitada pelo Governador-geral.

Entre 1614 e 1620 medidas severas foram tomadas contra aqueles que se aventurassem ao comércio com os CARIJÓS DOS PATOS (Santa Catarina).

Os jesuitas, por sua vez, combatiam a escravidão dos nossos selvícolas e prosseguiam na difusão do catolicismo, fundando missões e residências.

Nessa árdua mas alevantada tarefa percorreram eles toda a costa sul do Estado desde Massiambú até Mampituba, passando pelo Tubarão.

No fim do referido século é que se inicia o povoamento, paulatino, regular e estavel da terra catarinense. Paulistas e vicentistas procuraram o litoral do Estado, fixando-se nos seus melhores portos. Ao mesmo tempo eram os sertões varejados por destemidos bandeirantes. Em 1642 já existia uma capela em S. Francisco sob o orago de N. S. da Graça, e em 1648 viviam na ilha de Santa Catarina dez ou doze habitantes.

Em 1660, ou pouco antes, o regimen municipal inaugurava-se em terras catarinenses com a elevação do povoado de N. S. da Graça do rio S. Francisco do Sul a categoria de vila.

Durante o ano de 1675 o paulista capitão Francisco Dias Velho, cujo pai fôra audaz desbravador dos nossos sertões, depois de ter mandado seus filhos explorarem as plagas catarinenses, procurou em companhia da família, agregados e índios domesticados a ilha de Santa Catarina nela fundando o povoado e a ermida de S. S. do Desterro.

No ano seguinte acompanhou-lhe as pégadas o vicentista Domingos de Brito Peixoto que, com dois filhos, dez homens brancos e 50 escravos, se encaminhou para as terras do sul, fundando a Laguna.

Com a resolução do governo português de assenhorear-se da margem esquerda do Rio da Prata e a fundação da Colônia do Sacramento (1679), a ilha de Santa Catarina, pela sua posição estratégica nos mares do sul, foi aproveitada para base de aparelhamento e refresco da projetada expedição.

Tomada a praça da nova Colônia pelos castelhanos de Buenos Aires, os adventícios que se encontravam em Santa Catarina retiraram-se, continuando Dias Velho com os seus a desenvolver as fazendas e culturas.

Em 1687 arribava à baía do norte do Desterro um patacho inglês, que se entregava à pirataria nos mares do sul. Dias Velho logrou capturá-lo, entregando-o com a equipagem às autoridades do porto de Santos. Esse ato de violência acarretou a incipiente vilório e seus habitantes a cólera dos entrelopos, que voltaram dois anos após, fundeando à barra do norte. Dias Velho foi, então, abandonado pela fortuna: os corsários invadem o povoado, sequeiam-no e matam o destemido paulista quando este procurava defender a honra de seu lar conspurcado pela maruja desbragada.

O tremendo desastre trouxe o desânimo à família do bravo bandeirante: pouco depois retirava-se para S. Paulo, ficando a póvoa do Desterro entregue a quasi total abandono.

A cata de ouro, no entanto, prosseguia pari-passo à fúria escravagista.

Em 1695 já vinham de Paranaguá vendedores ambulantes de fazendas, ferragens e armarinhos resgatar às minas de S. Francisco, Itapocú e Itajaí.

Por esse tempo aportava à ilha de Santa Catarina novo grupo de colonos, os chamados segundos povoadores. No ano seguinte os lagunenses erigiam uma capela sob o orago de Santo Antônio dos Anjos e, a mandado do governador do Rio de Janeiro, iniciavam o desbravamento das cochilhas rio-grandenses.

Com o desdobramento da ouvidoria de S. Paulo, creação da Capitania de S. Paulo e Minas e anexação da donataria de Santo-Amaro e Terras de Santa-Ana à coroa (1700-10) rasgaram-se novos e promissores horizontes às plagas catarinenses. Sua bela e entretalhada costa e seu admiravel clima atraiam ainda os fatigados piratas dos mares do sul, franceses, ingleses e flamengos: ali restauravam forças reparavam avarias, abasteciam-se de refrescos em troca de fazendas, ferragens, únicos gêneros de que careciam os escassos e assaz modestos habitantes ribeirinhos.

A população ia vagarosamente crescendo: em 1712 contava a ilha de Santa Catarina 147 brancos, negros forros e índios domesticados: no ano seguinte somava o povoado 22 casais. A Laguna, elevada à vila em 1714, contava 30 casais e S. Francisco pouco mais que isto. Dos três portos catarinenses fazia-se já regular exportação de farinha de mandioca, peixe seco, carnes salgadas, madeiras, cordoalhas de piaçaba e imbé e frutos da terra.

A creação da ouvidoria de Paranaguá trouxe em resultado a elevação da póvoa do Desterro a categoria de Vila (1726).

Devido a um desembarque de desertores espanhois, recebeu a ilha a primeira guarnição militar (1737) e com ela novos povoadores.

Em 1738 o governo português mandou fortificar a ilha de Santa Catarina creando nela um governo subordinado ao do Rio de Janeiro. Para dirigir as obras e comandar o novo presídio militar veio o Brigadeiro José da Siva Paes. Este fez levantar os fortes de Santa-Cruz, Ponta-Grossa, Ratones e Araçatuba, organizou a tropa, lançando as bases do futuro Regimento de Linha da terra, os afamados BARRIGAS-VERDES, creou várias repartições civis e militares, fez abrir vias de comunicação e iniciou os preparativos para receber os colonos açoritas e madeirenses destinados a povoar a ilha e o litoral de Santa Catarina. Aos primeiros colonos

chegados fez localizar na Trindade, Santo-Antônio, Ponta-Grossa, Canasvieira, Ribeirão e S. Miguel.

Sua proveitosa administração durou dez anos.

O segundo governador efetivo foi o coronel Manuel Escudeiro de Souza que continuou a localizar os colonos, fundando os povoados de S. José, Praia-Comprida, Lagôa, Rio-Vermelho, Enseada de Brito e Vila-Nova. Durante sua gestão foi creada a Ouvidoria de Santa Catarina e a vila de N. S. da Graça do Rio S. Francisco foi incorporada à Capitania.

Rendeu-o no cargo o enfatuado e descaroavel fidalgo d. José de Melo Manuel, que obrigou os lavradores ao plantio sistemático do algodão e ao trabalho das obras da atual catedral, vivendo em luta constante com o Senado da Câmara do Desterro.

Durante sua gestão foram expulsos os jesuitas, foi fundada a capela do Menino Deus pela beata Joana de Gusmão, foram erectos em freguesias vários povoados, e tomou grande incremento a pesca da baleia.

Esteve à testa do governo de 1762-65 o coronel A. Cardoso de Menezes e Souza que vexou o povo com contínuos exercícios militares agravados pelos castigos corporais e exaustivos trabalhos nas obras da matriz e de dois novos fortes que fisera levantar. Nessas condições a lavoura ficou em abandono e, para cúmulo das desgraças, raivou com intensidadə a febre maligna.

Substituiu-o o tenente F. de Souza Menezes, cuja administração não foi mais humana que a anterior. Começou por clamoroso recrutamento e fez levantar mais dois fortes na ilha.

Foi em seu tempo que o governador de S. Paulo, invadindo o território catarinense de oeste, mandou fundar Lajes pelo sertanista Corrêa Pinto (1767); que paulistas exploraram a zona do noroéste: que o capitão Silveira Peixoto fez conhecido o sítio do Porto-União à margem esquerda do Iguaçú: que se fixaram os limites, ao norte, pelo Saí-guaçú: que se estabeleceu a Armação de baleias da Lagoinha: que, finalmente, se deu início às comunicações entre Tubarão e a região serrana.

Continuando a Espanha a alimentar pretensões a posse do sul do Brasil enviou em 1777 formidavel esquadra aos mares do sul, alcançando assenhorear-se da ilha de Santa Catarina e suas fortificações, e, durante dezesete meses mantiveram sua posse. Feita a paz, voltou Portugal ao seu antigo domínio, cabendo aos governadores Veiga Cabral e Barros Omem a árdua tarefa de restaurar as forças economicas da Capitania. Nesse tempo foi iniciada a cultura do tabaco, do anil e do café. A florescente indústria da tecelagem sofreu, entretanto, profundo golpe com a sua proibição imposta pelo governo metropolitano.

Em 1786 assumiu o governo o Major Pereira Pinto cuja administração foi dedicada à incrementação da agricultura, ao desbravamento do sertão, à abertura de vias de comunicação e à construção naval.

Sucederam-no os militares Soares Coimbra e Miranda Ribeiro que, como é natural, preocuparam-se mais com as fortificações e eficiência da tropa do que com o desenvolvimento material da terra.

De 1805 a 1817 esteve à testa do governo o fidalgo tenente Luiz Maurício da Silveira. Nesse período governamental a Capitania de Santa Catarina foi subordinada à do Rio Grande do Sul (1807), passando a vila de Porto-Alegre à cabeça da Comarca: descobriram-se os campos de Palmas.

O tenente Luiz Maurício foi substituido pelo coronel João Vieira Tovar de Albuquerque, „soldado ignorante, estouvado e brutal". Durante sua administração creou-se o Hospital das Caldas do Cubatão, fundou-se uma colônia de pescadores em Porto-Belo, e a vila e distrito de Lajes foram incorporados à Capitania.

Em 1821 em vista da mudança do regimen operado em Portugal, assumiu a administração uma junta de seis membros. Foi jurada a Constituição e eleitos os representantes catarinenses às Cortes de Lisboa.

Ilha de Santa-Catarina, desenho de Hans Staden, (1549) que naufragou nas costas catarinenses ficando prisioneiro dos indios durante dois anos.

Hiate „Seival“, capitanea da esquadrilha
de José Garibaldi

Monumento a heroina catarinense Anita Garibaldi,
em Morrinhos, município de Tubarão

Em 1822 faziamos a nossa independência. Santa Catarina concorreu com suas fracas forças e com o nunca desmentido valor de seus filhos para a emancipação da Pátria. A capital da província foi elevada a cidade.

Até 1831 seguiram-se três administrações. Nesse tempo iniciou-se entre nós a colonização alemã.

O ilustrado catarinense Feliciano Nunes Pires foi o 4°. presidente da Província. Em sua ativa administração foram creadas as freguesias do Rio-Vermelho, Imaruí, Itajaí, e as vilas de Porto-Belo, S. José e S. Miguel. Organizou-se a Força Pública, a Chefia de Polícia e a Tesouraria da Fazenda: foi eleita a primeira assemblea provincial e iniciou-se na província a exploração do carvão de pedra.

Veio substitui-lo, J. Mariano de Albuquerque que creou as colonias Itajaí e Nova-Italia e teve que enfrentar as primeiras tentativas de invasão dos revolucionários rio-grandenses, os farrapos.

Foi seu sucessor o brigadeiro Machado de Oliveira que, embora preocupado com os movimentos revolucionários, teve tempo de crear a colônia da Vargem-Grande, impulsionar a agricultura e introduzir o cultivo da amoreira e a criação do bicho da seda.

O brigadeiro Pardal foi seu substituto. Notabilisou-se sua gestão pela invasão dos farrapos no sul da província, onde proclamaram a República Catarinense tendo como capital a cidade Juliana (Laguna), e pelos temporais que avultados danos causaram à lavoura e às vias de comunicação.

Afim de conter o avanço dos rebeldes veio governar a província o experimentado e severo general Soares de Andréa que congregou fortes elementos de mar e terra e alcançou em poucos meses expurgar a província das hostes adversas. Nessa luta, ao lado dos sublevados, destacou-se a heroina Anita Garibaldi pelos seus atos de abnegação e heroismo.

Após 3 apagados governos, gosou a província da longa e fecunda gestão do dr. João José Coutinho que,

além de outros benefícios, dotou a capital com a Biblioteca Pública, com o Liceu Provincial, com um Colégio de Jesuitas, com um Teatro e com a Escola de Aprendizes de Marinheiros. Creou ainda as colônias de Blumenau e Joinville, as freguesias do Saí, Paratí, Santo-Amaro e Campos-Novos, e estabeleceu o faról de Naufragados no extremo sul da ilha.

Depois da vice-presidência de E. Pimental veio o dr. Araujo Brusque (1859) em cuja gestão estabeleceram-se as colônias de Chapecó e Brusque, sendo Lajes elevada à cidade e Tijucas e Itajaí à categoria de vila.

Rompera a guerra contra o Paraguaí. Os catarinenses durante a longa e cruenta campanha não se mostraram de nenhum modo ávaros em derramar seu generoso sangue no altar da pátria. Os presidentes Rodrigues Chaves e Cavalcante de Albuquerque impulsionaram com vigor o movimento patriótico, mandando dois batalhões de voluntários para a campanha. Nesse tempo foi estabelecido na província o telégrafo elétrico.

Desde 1870 começou em Santa Catarina a propaganda republicana, intensificada mais tarde pela campanha abolicionista (1884).

Proclamada a Republica (1889) foi constituindo um Governo Provisório cuja presidência coube ao farmaceutico Raulino A. Horn. Pouco depois foi nomeado primeiro Governador do novo Estado o 2º tenente Lauro Müller.

Com a renúncia do Marechal Deodoro, presidente da República, e o abandono forçado do governador, constituiu-se no Desterro uma Junta governativa.

Esta foi substituida por um delegado do Governo federal que, por sua vez, fez entrega da administração ao coronel Elyseu Guilherme, eleito pelo Congresso estadual. Deposto por um movimento popular, foi esse governador reintegrado pelo governo do centro. Nesse tempo deu-se a Revolta da Armada (1893) e todo o Es-

tado foi envolvido nas malhas do movimento insurgente, passando sua capital a ser o centro do Governo revolucionário sob a presidencia do Capitão de mar e guerra Lorena.

Depois de várias invasões de tropas legais e federalistas conseguiu o governo do Marechal Floriano assenhorear-se da capital do Estado a impôr o coronel Moreira Cesar como governador militar.

De 1894 1898 ocupou a curral governamental o dr. Hercílio Luz que soube estimular as forças vivas do Estado relaxadas pelas terriveis vicissitudes da guerra civil, e dar relevo à sua administração com obras de utilidade.

O quatriênio seguinte foi preenchido pela não menos fecunda administração do então major Felipe Schmidt.

De 1902 a 1910 estiveram à testa do governo o dr. L. Müller e os coroneis Vidal Ramos e Pereira de Oliveira, o vice-governador Abdon Batista e o governador Gustavo Richard.

Deve o estado à esta laboriosa gestão varios melhoramentos de relevância. O coronel Vidal Ramos voltou a presidir os destinos de Santa Catarina de 1910 a 1914, destacando-se sua notavel gestão pelo grande incremento proporcionado à instrução e à viação.

Foi substituindo pelo coronel Felipe Schmidt que, apezar de terrivel luta contra o fanatismo em nosso sertão, alcançou impulsionar todos os ramos da administração. Embora com prejuizo moral e material não pequeno foi, afinal, resolvida a antiga e irritante questão de limites com o Paraná.

Como vice-governador do estado assumiu em 1918 as rédeas da administração o dr. Hercílio Luz e assim se manteve durante o quatriênio. Eleito governador presidiu os destinos da terra catarinense até sua morte.

Terminou o período governamental o coronel Pereira e Oliveira.

De 1926 1930, esteve a administração catarinense entregue a orientação moça do dr. Adolfo Konder. O sistema rodoviário do Estado foi impulsionado e a educação popular incrementada.

A 29 de setembro de 1930 assumiu as rédeas do governo o dr. Fúlvio Aducci que no cargo se manteve apenas até o dia 24 de outubro do mesmo ano, quando, com vitória do movimento revolucionário de 1930, por determinação do Novo Governo Federal foi investido nas funções de chefe do governo catarinense, como interventor, o general Ptolomeu de Assis Brasil.

De outubro de 1930, a 30 de abril de 1935, estiveram a frente do Governo do Estado, os interventores general Ptolomeu de Assis Brasil, coronel Luiz Carlos de Morais, Dr. Manoel Pedro da Silveira, Dr. Cândido Ramos, major Rui Zubaran e o coronel Aristiliano Ramos.

A 1°. de maio de 1935, foi eleito pela Assemblea Legislativa, Governador do Estado, o dr. Nereu Ramos, tendo assumido o governo no mesmo dia.

A 27 de novembro de 1937, com a instituição do Estado Novo, o Governador Nereu Ramos continuou a frente dos destinos catarinenses, como Interventor Federal, cargo em que ainda se acha. Neste último lustro de administração, grande incremento tem tido a rede redoviária do Estado, as obras de assistência social e a educação popular.

COROGRAFIA GERAL

DO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Situação — A situação do estado de S. Catarina é definida pelas coordenadas dos seguintes pontos: *no leste*, a barra do Saí, com 25° 57' 29" de latitude S. e 48° 38' 46" de longitude WGr; a barra do Mampituba, com 29° 19' 00",8 de latitude S. e 49° 42' 41',6 de longitude WGr; no *oeste*, a cabeceira principal do Peperí-Guaçú, com 26° 14' 58',2 de latitude S. e 53° 41' 18',4 de longitude WGr; e a barra do mesmo rio com 27° 09' 56',4 de longitude S. e 53° 50' 15" de longitude WGr.

Estas coordenadas correspondem, no hemisfério austral, mais ou menos às da parte meridional do Paraguai; no hemisfério boreal, às do norte do México ou da península de Flórida.

Rio Grande e S. Catarina são as únicas unidades dos E. U. do Brasil que ficam inteiramente fora dos trópicos, ocupando, o nosso estado, exatamente aquela parte do Brasil em que a figura deste mais se adelgaça e onde um invasor encontraria maior facilidade para isolar o estado gaucho. Decerto um problema que merece ser encarado com toda a atenção.

Limites — Ao *N.* o nosso estado extrema-se com o Paraná pelas divisas seguintes: parte do rio Saí, reta à nascente do rio Negro, este e depois o Iguaçú até a ponte da via férrea, esta, separando as cidades Porto-União

e União da Vitória, linha convencional ao lugar Jangada, o rio deste nome acima, e depois a divisa dáguas entre o Uruguai e Iguaçú; *a W.* nos espreita a grande república Argentina, cujo território Missiones se divide deste estado pelo rio Peperí-Guaçú, desde a nascente até a foz; *ao S.* fica o Rio Grande do Sul, separado de S. Catarina por esta linha: rio Uruguai, da foz do Peperí-Guaçú até a barra do rio Pelotas, este acima até o r. das Contas, este até a nascente, daí uma linha seca de poucas dezenas de metros até os „taimbés" do planalto, pela linha destes até o rio da Roça da Estância, este e depois o Glória e finalmente o Mampituba.

O desenvolvimento aproximado dos nossos limites será o seguinte: com o Paraná 1.011 km., com a Argentina 266 km. com Rio Grande uns 1.110 km. o que dá um total de 2.347 km.

Litígios — Não falta, infelizmente, uma divisa litigiosa. O laudo arbitral de Wenceslau Braz, de 1916 pôs termo ao ruinoso litígio com o Paraná, repartindo entre os estados litigantes o território contestado, à saber, todo o planalto situado entre os rios Uruguai, Canoas e Marombas dum lado, e Iguaçú, Negro e a Serra Geral doutro lado, sertão este que estava sob a administração paranaense, mas que era reclamado inteiro por S. Catarina; era uma questão deveras irritante que tinha sido uma das causas principais dos horrores do movimento fanático do famoso „monge" José Maria. Outro laudo arbitral, o de Cleveland, presidente dos E. U. A., já em 1895 solucionara a antiga pendência do Brasil com a Argentina que queria que os rios Chopim e Chapecó, fossem o S. Antônio e Peperí-Guaçú dos documentos e reclamava todo o território a oeste daqueles cursos.

Superfície — Ocupa S. Catarina uma área aproximada de 95.000 km². ou seja 1,1% da superfície do Brasil, figurando neste respeito no 14°. lugar entre os estados brasileiros. E' o duplo do Rio de Janeiro ou Espirito Santo, pouco menos que a área de Pernambuco, a metade da de Paraná e 1/3 da do Rio Grande; quanto a

paises europeus, S. Catarina iguala-se à Hungria, é pouco maior que Portugal, e supera 3 vezes a Holanda ou a Belgica.

A distância, em linha reta, da barra do Saí à do Mampituba é de uns 370 km. e da foz do Peperí-Guaçú à ponta das Palmeiras, a E. de Porto-Belo, de 615 km. aproximadamente.

População — Em fins de 1938 a população de S. Catarina era avaliada em 1.065.632 habitantes, ocupando o 13° lugar entre os estados brasileiros. Quanto à população relativa, que é 11,2 figura tambem no 13°, lugar, sendo o valor para o país inteiro apenas 5,2. Que, porém, aquele número não pode dar idéia exata do povoamento do nosso estado, não carece de prova. Pois aquela população está distribuida mui desigualmente sobre o seu território, cabendo ao litoral de fato muitíssimo mais do que corresponde à sua área, a saber uns 71,5 % da população total, de modo que sua densidade é de 23,8 contra apenas 4,8 no planalto. Vae sem dizer que mesmo nestas duas regiões a densidade não é igual em toda a extensão.

Quanto aos componentes *etnográficos* notamos na população catarinense uma preponderância absoluta da *raça branca* sobre a africana e a indígena. Por sua vez os lusos contribuem entre os povos arianos com a maior parte. Muitos deles são descendentes de paulistas e vicentistas que se estabeleceram não só em S. Francisco, na ilha de S. Catarina e Laguna, mas sobretudo no planalto. Outra parte da população luso-brasileira, provém imigrados nos meiados do século atrazado e em cujas veias rola por sua vez boa parte de sangue flamengo; ocupam principalmente o litoral.

Desde 1829 começaram a entrar colonos teutos que depois dos lusos formam sem dúvida a parte principal da população catarinense. Ao passo que o luso, no dizer de exímio historiador brasileiro, se aferrava qual caranguejo à praia, o novo colono penetrou no interior, desbravando a pujante mata virgem do litoral; os principais nucleos povoados por ele, situados quasi todos

no litoral, extendem-se sobretudo ao longo da via férrea de S. Francisco, na bacia do Itajaí, ao longo da estrada Florianópolis — Lajes e nas margens dos rios Capivarí e Braço do Norte.

De 1864 em deante se desenvolveu notavel imigração italiana que se estabeleceu igualmente no interior, principalmente na bacia do Tijucas e na do Araranguá. Bem menor em importância numérica, mas ainda notavel, é a população de origem poloneza que em massa compata se encontra no *NE.* do planalto. Não precisa ser dito, finalmente, que entre a população branca de S. Catarina aparecem representantes de todos os paises, desde a Noruega, até a Síria.

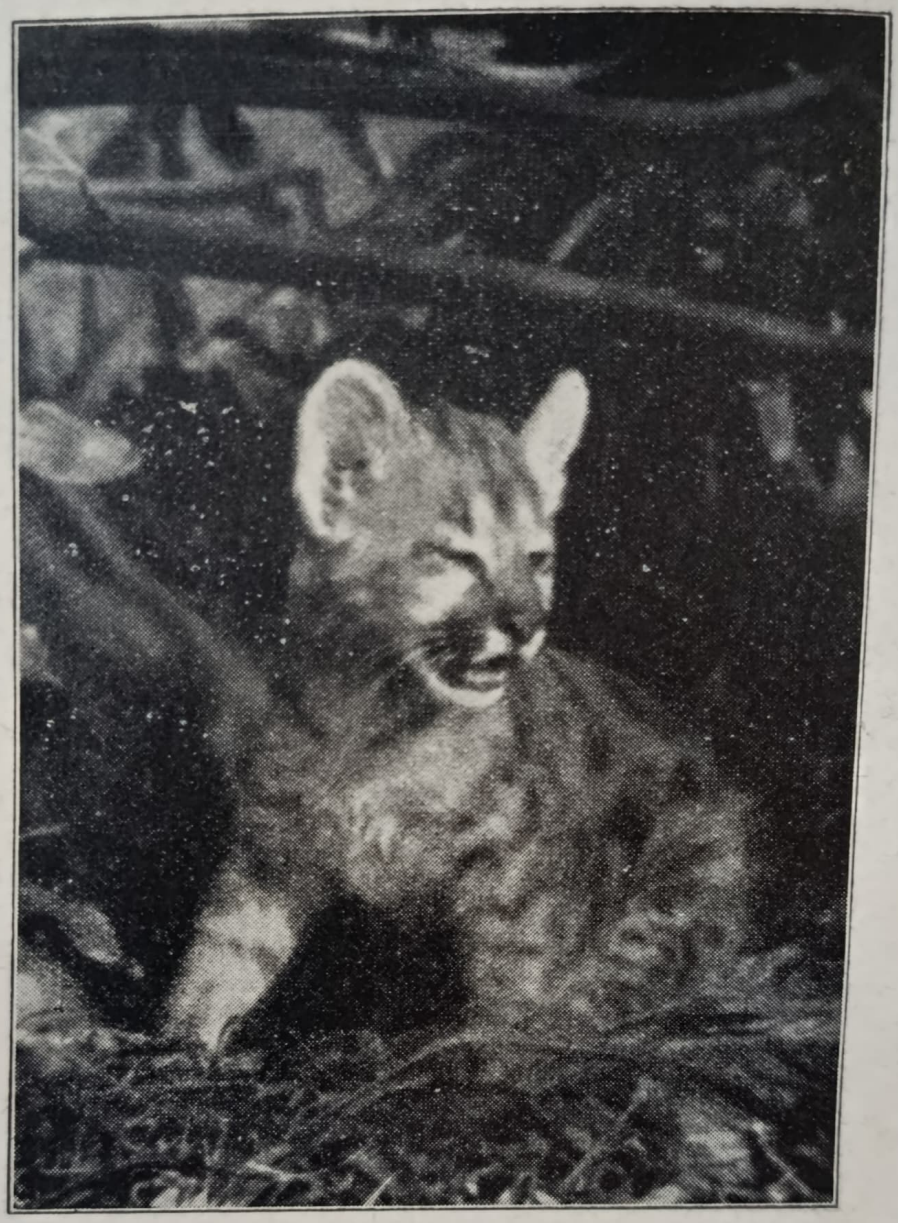
Digno de nota é ainda o povoamento rápido do oeste do estado que está sendo efetuado principalmente pela população excedente das colonias riograndenses, e isso não só ao longe da via férrea S. Paulo — Rio Grande, senão tambem nos nossos municípios mais occidentais.

Já dissemos que o *elemento africano* é pouco numeroso em S. Catarina. O censo de 1890 verificou ainda 4,8 %, porcentagem esta a menor de todos os estados brasileiros, exceção feita só do Amazonas. Desde então este coeficiente diminuiu ainda muito, não só devido à imigração branca, senão tambem por causa do menor aumento natural da raça africana, fato este comprovado pelos magnificos estudos de Oliveira Viana. Que S. Catarina desde o princípio contou poucos pretos, entende-se facilmente, se nos lembrarmos que aquele elemento etnográfico se aglomerou sobretudo nos estabelecimentos rurais latifundiários, como em Baía, Pernambuco e Rio de Janeiro, ou nas regiões de intensa mineração, como em Minas; S. Catarina, porém, nunca possuiu mineração industrial organizada, e seus latifundios eram e são ainda os estabelecimentos de creação no planalto, os quais por sua natureza necessitam de muito menos pessoal do que os de agricultura nos estados mencionados.

Muito menos importante ainda é o *elemento indígena*, outrora tão numeroso. As tribus tupís foram ex-

J. Fuhrmann

Gypagus Papa (Urubú branco)
em Rio do Sul



J. Fuhrmann

Filhote de Sussuarana ou Onça parda, conhecida na Europa sob a denominação de Puma

terminadas pelos corsários do sertão, os bandeirantes paulistas, ocupando o lugar deles grupos esparsos de caingangs, os chamados bugres que imigraram do norte. Tambem estes, que ainda 50 anos atraz impediam a colonização de boa parte do litoral, estão desaparecendo mais e mais; abaixo da Serra Geral restam umas centenas de individuos na bacia do Itajaí do Norte, e alguns na região do Capivarí, resto este dum bando que 30 anos atraz infestava toda a região dos campos desde Bom-Retiro até Bom-Jardim, assim como as matas correspondentes abaixo da serra. Tambem no oeste do estado encontram-se ainda grupos de bugres vagando pelas matas.

Tanto sobre a etnologia de S. Catarina.

Diga-se ainda que da população total em 1920, 95,2% eram cidadãos brasileiros e 4,8 % estrangeiros, ocupando o nosso estado o 5°. lugar quanto ao número dos estrangeiros, valor este nada espantoso em vista de a terra barriga-verde ser alvo duma ativa imigração — fonte esta principal de sua riqueza economica.

O que agora dizer sobre o *catarinense considerado em si*, não como parcela numérica da população. Principiemos com o homem da serra, a quem nos foi dado conhecer mais de perto por íntimo convívio nas nossas viagens pelo sertão catarinense.

Já o dissemos em outra ocasião que aí se não trata de „uma parte qualquer da população do Brasil, senão duma raça que nem nos seus mais humildes representantes se assemelha a esse caboclo de outras partes, anêmico, depauperado durante gerações pelas verminoses, pela malária e pela sífilis, sem energia nem vontade de trabalhar. Não, o serrano é uma raça fisicamente sadia, robusta e resistente, parecendo muitas vezes por seu tipo somático ter saido antes da brumosa Noruega do que da velha Lusitânia banhada de sol; um povo inteligente, a quem falta apenas instrução e direção; um povo visceralmente católico e religioso por instinto; um povo, afinal, sóbrio, em boa parte quasi abstêmio; hospitaleiro até o verdadeiro sacrifício".

Sobre o catarinense do litoral, o barriga-verde, autor eminente, o saudoso Crispim Mira escreveu: — O homem é apaixonado e romantico. Casa aos 24 anos, aos quarentas é avô. Da velha ascendência açoriana herdaram os habitantes do litoral a fala cantada que lhes é peculiar. Ao povo distingue-o, sobre tudo, o feitio poético que se manifesta no uso generalizado da viola dedilhada com tristes descantes e no amor das flores que contornam até mesmo os mais pobres casebres. — E ainda: — Na generalidade a mulher catarinense tem uma expressão casta de bondade e carinho que a não deixa confundir-se com nenhuma outra. Estatura média, rosto oval, faces pálido-rosadas, olhos castanhos ou pretos com longos cílios e olheiras arroxeadas. A sua palavra é sempre afetuosa e o som que a emite, repassado de imensa doçura. —

Vae sem dizer que a estes dois tipos luso-brasileiros correspondem duas atividades caraterísticas. O serrano lida com o gado, desde que como gurí foi capaz de alcançar o lombo do animal, fincando os dedos do pé esquerdo nos artelhos da mão do petiço, até que a morte lhe arranca das mãos o laço. O catarinense do litoral distingue-se por uma predileção decidida pela vida do mar.

— Pelo mistér da pesca no alto mar, assim diz o autor mencionado, familiarisou-se o catarinense com o fragor das ondas e do pescador surgiu o marinheiro. Ao princípio foram apenas as longas incursões à procura do pescado ou as viagens de porto a porto, em baleeiras ou iates, dentro do próprio estado, remando bravamente desde o romper da madrugada até alta noite, sem se alimentar e sem descançar, ou lutando furiosamente com a implacabilidade das tempestades... A cabotagem nacional está cheia de catarinenses, desde os mais modestos aos mais elevados postos, cabendo-lhes a reputação de hábeis e destemidos... Desse amor pelo mar nasceu tambem no barriga-verde o gosto pelas viagens e o feitio de tolerância que lhe é peculiar,

Religião — Quanto à religião a mór parte da população pertence à igreja católica, existindo ao lado

deles certo número de fieis de várias igrejas autocéfalas do oriente, cerca de 70.000 protestantes de diversas denominações e regular número de espiritistas.

Clima — A temperatura média nas várzeas e mais regiões baixas do litoral setentrional é de 20°, ao passo que no sul diminue para 18°. A média das máximas oscila entre 23 e 27°, alcançando a máxima absoluta, conforme a respetiva estação meteorológica, 34-41°; a média das mínimas é de 0-1° caindo em muitos pontos durante inverno perniciosas geadas, O planalto é ocupado, de *E.* para *W.* por faixas sucessivas de 15-19° de temperatura média, acusando o termômetro, durante o inverno, nos campos mais altos do leste, às vezes, 10-15° abaixo de zero e caindo na mesma região neve abundante. Nestes campos, o viajante, até em pleno verão, pode às vezes experimentar um frio tão intenso que o faz tiritar como num inverno siberiano.

A chuva é distribuida com bastante irregularidade sobre o ano inteiro. No litoral, sua altura média é de 1.500 mm; em Florianópolis, de 1.000 mm; no planalto aumenta, geralmente falando, de *E.* para *W.* alcançando nos municípios de Cruzeiro e Chapecó, 2.000 mm, altura pluviométrica esta que, aliás, deve ser atingida tambem nos campos elevadissimos que abrigam as nascentes dos rios Pelotas e Canoas.

Para quem gostar de classificações, digamos ainda que o nosso estado possue indubitavelmente *clima subtropical*, embora a temperatura observada, não reduzida ao nivel do mar, fique em 4/5 partes de sua área abaixo da média anual de 20°/₀.

Quanto à *salubridade* de nosso clima não pode haver dúvida alguma, pelo menos geralmente falando; tambem a este respeito o cognome de „paraiso do Brasil" é bem justificado. Naturalmente ha trechos, sobretudo na orla do litoral, em que pântanos e mosquitos causam febres, assim como o desleixo quanto às regras mais comezinhas de higiene podem ocasionar doenças nas regiões mais salubres do mundo.

Reino mineral — Embora seja por hora a *hulha* quasi o único mineral em exploração, bem poderia ser que num futuro não muito remoto tambem outros minerais entrassem no ról dos industrialmente aproveitados. Pois não pode haver dúvida de que S. Catarina possue não pequenas riquezas no que diz respeito ao terceiro reino da natureza.

As nossas serras oferecem como materiais de construção belissimos *granitos* em quasi todo o litoral, arenito, e *diabase* nas outras regiões. E si van Lede se tiver enganado, supondo a existência de diamantes no nosso território, não faltam *pedras semi-preciosas*, como ágatas e cristais de rocha de várias cores, que existem em grande quantidade em toda a parte, onde se conservou a capa diabásica do triássico. O quartzo róseo, encontrado em Nova-Trento em abundância, ultimamente tem sido exportado para o Rio de Janeiro.

De metais possuimos *chumbo e ferro*, para não falar do ouro que se encontra, nas rochas da serra do Mar, só em quantidades exíguas, para admitirem uma exploração industrial. De chumbo conhecem-se notaveis afloramentos no arroio da Prata, tributário da margem direita do Itajaí-Açú, no município de Blumenau. Quanto ao minério de *ferro*, descobriam-se jazidas importantes de magnetita no alto rio Pinheiros, afluente do Braço do Norte; o teor em ferro varia entre 34-67%. Tambem nas visinhanças de Joinville aflora *magnetita*, de 71% de ferro. O vale do Itajaí-Mirim parece encerrar importantes ocorrências minerais; pois apresenta afloramentos de *manganez*, *gesso e marmore*, estando as jazidas do último em exploração para o fabrico de cal.

Chistos betuminosos encontram-se em toda a parte onde existem as camadas pérmicas, de cujas rochas fazem parte integrante; a sua destilação poderá, no futuro, fornecer grande número de produtos quimicos. Provavel, embora ainda não definitivamente verificada, é finalmente a existência de *querosene*, mineral precioso este que hoje mais do que o ouro rege os destinos do mundo; ha indícios razoaveis da ocorrência no planalto,

por exemplo, em Rio-Bonito, estação da via férrea S. Paulo — Rio Grande.

Tratando-se de uma terra em que 80% de sua área está ainda por ser explorada no que toca ao seu subsolo, estas linhas forçosamente hão de ser muito deficientes quanto às existências reais.

Flora — Sendo dum lado as plantas muito mais ainda do que os animais creaturas do seu „habitat", e dada doutro lado a grande variedade da configuração topográfica e das condições climatéricas do nosso estado, não pode admirar que a nossa flora exiba um como resumo da flora brasileira,

Quasi todo o *litoral* ainda em princípios do século passado estava coberto duma vastíssima mata virgem que em pujança pouco ou nada cedia às congeneres do Rio de Janeiro e Espirito Santo. Nos nossos dias, embora a maior parte dela já tenha caido sob o machado do colono; restam ainda extensões consideraveis, sobretudo na bacia do alto Itajaí-Açú e Mirim, do Capivarí e ao longo da encosta do planalto, a chamada Serra Geral. Possuimos aí ainda riquezas incalculaveis em madeiras de lei das mais valiosas, como sejam angelim, várias espécies de canela, como a preta, de jacarandás, ipés, guamirins, araribás e louros, a cangerana, a imbuia, o cedro, a peroba, etc., sendo impossivel enumerar todas elas, visto nossas matas deverem contar mais de 200 espécies diferentes de madeiras. Assim, não admira que desde séculos S. Catarina tenha mantido regular exportação delas, sobretudo para Santos e Rio de Janeiro.

Esta flora espontânea encerra número elevado de *fruteiras* silvestres, como quaresmas, pitangueiras, araçás, cambucás, grumichamas, maracujás, baunilhas, muitas delas de frutas tão saborosas que não duvidamos de que no futuro serão objeto de rendosa cultura. Além disso, aclimatam-se, empregadas as necessárias providências, quasi todas as fruteiras de outras terras, desde as européas até as da Amazônia. Diga-se ainda que bons trechos da face litorânea estão cobertos de mangues, fornecendo lenha; possivelmente possuem tambem

valor industrial, podendo produzir casca para curtir couros. Alguns dos pontos mais elevados do litoral, parece, mostram uma espécie de flora xerófila, própria dos climas secos; pois fomos informados que o cume do Cambirela está coberto de uma extensa vegetação de gravatás.

Bem diferente da flora do litoral é a do *planalto*. Grandes áreas estão ocupados por campos nativos, sobretudo na parte leste e sul desta região. São de valor desigual, não só por causa de sua maior ou menor limpeza, senão tambem porque as gramíneas que os compõem se tornam bastante ásperas na faixa que acompanha a costa da serra. A mata virgem do litoral, produto de copiosa chuva e elevada temperatura, encontra-se ainda ao longo do Uruguai e no oeste, misturada, aliás, com as formas vegetativas mais fracas de catanduvas e faxinais. A madeira de maior valor econômico é o pinho, que cobre grandes extensões do planalto. Notaveis são ainda as consideraveis existências de *erva mate* que tornam o nosso estado um dos principais fornecedores do precioso produto da ilex paraguaiensis. Os cursos dágua por via de regra estão acompanhados por um mato de anteparo, ao passo que pelos campos disseminados inúmeros capões, E' fenômeno curioso que o Pelotas, em toda a sua extensão, exiba matas quasi só na margem direita.

Fauna — As 102 páginas que o mestre da geografia catarinense, o erudito general José Vieira da Rosa, dedica, na sua magnifica Corografia, à fauna do nosso estado, constituem prova suficiente da sua extraordinaria riqueza. Reproduzindo per suma capita o que aí o nosso eminente amigo expõe, oferecemos o seguinte inventário:

Temos 5 ou 6 espécies de símios, 11 de morcegos, a onça, a puma, jaguatirica, 2 ou 3 espécies de gatos do mato, o guará, o guaraxaim, a irara, o cachorrinho do mato, o zorrilho, 2 espécies de coatís e de ouriços caixeiros, a capivara, a paca, a cutia, o coelho do mato, a anta, a queixada, o caitetú, o cervo, o virá, os veados branco e pardo, os tamanduás bandeira e mirim, 7 ou

8 espécies de tatús, 13 espécies de gambás, além disso mais de mil espécies de aves, como gaviões; o urubú-rei, caracará e carancho, urubú, cricri, araponga, pavão do mato, gralha, 4 espécies de sabiás, canario de assobio, beija-flor, tangará, surucuás, tucanos, várias espécies de pombas, urú, jacutinga, socós e garças, cegonhas, tarrã, fragata, etc. Entre os reptis mencionamos: 2 variedades de jacarés, várias espécies de lagartos, idem de cobras (caninana, coral, cascavel, jararaca, urutú, etc.), e numerosas espécies de batraquios, como sapo-tigre, outanha, sapo-boi, sapo-martelo, rãs, etc. De peixes, tantas espécies ha que os próprios pescadores afirmam pegar todos os dias peixes nunca vistos, como diz o nosso autor. Citemos alguns. Encontram-se no mar: o mero, a garoupa, xernes, várias espécies de tubarões, a corvina, miragaia, pescada, enguia, enxova, tainha, robalo, badejo e linguado, entre os peixes fluviais: o cascudo, jundiá, cará, carimatã, piava, traira, dourado e o saboroso surubi.

E o exército inumeravel dos insetos! Se houvesse quem os conhecesse todos, poderia encher um livro só com os nomes deles, como sejam abelhas (mandaçaia, lixiguana, etc. todos sem ferrão), marimbondos (caboclo zangão, preto, etc. inimigos encarniçados das grandes aranhas), formigas (correção, sauva, uma das maiores pragas do país), as graciosas borboletas e multiformes besouros que para mais de um colono empreendedor e professor de picada constituem artigo de lucrativa exportação; os gafanhotos, grilos, louvadeus, os terriveis mosquitos, os maruins, borrachudos, os incômodos mosquitos-polvora as motucas, as muitas moscas (de casa, varejeiras, de berne), as feias aranhas (caranguejeira, pintada etc.), baratas, escorpiões, e as curiosas tananãs, imitando folhas verdes e secas.

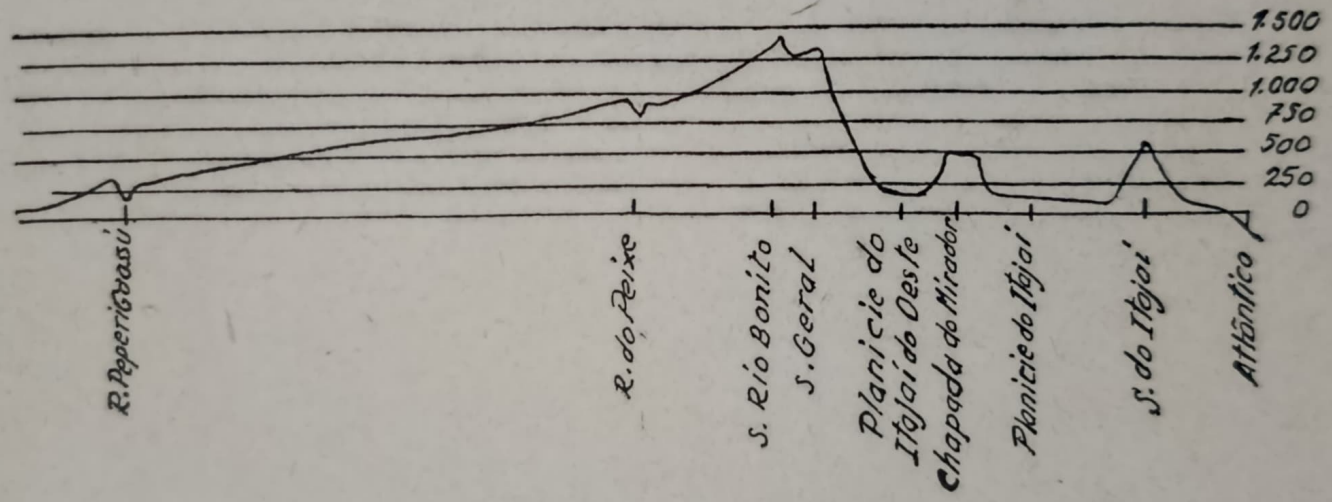
Formação vertical — Devido a razões tanto morfológicas como geológicas *dividimos o estado em duas regiões nitidamente distintas*, a saber: *o litoral e o planalto. A última região* é uma parte do grande planalto brasileiro e constituida pelas camadas permo-triássicas, isso é, arenitos („pedra-laje") e chistos (ar-

dósias) de todas as cores, de uma possança de 1.000-1.400 m., preciosas pela ocorrência de carvão mineral, capeadas por rochas diabásicas („pedra-ferro"), estas duma espessura que pode alcançar mais de 500 m., tudo isso descançando sobre o fundamento cristalino de granitos, gnaisses e rochas congêneres. Exibe o planalto distintamente uma inclinação para oeste, descendo desde a borda oriental da altitude de 1.200-1.800 m., para na Campanha riograndense e na Mesopotâmia argentina baixar para quasi o nivel do mar.

Quando se fala em planalto, de modo alguns se deve entender que aí exista uma única intérmina planura; pelo contrário, toda aquela vastidão de terras nem é nem jamais tem sido „plana como um prato". Pois as sucessivas efusões de lavas básicas que, resfriadas, forneceram a diabase ou „pedra-ferro", originaram já no triássico, um sem número de chapadas superpostas, e, depois, no correr dos períodos geológicos, a erosão da água corrente cortou em toda a parte vales profundos, ficando, por exemplo, o nivel do rio Pelotas em grandes trechos uns bons 400 m. abaixo do dos campos visinhos. Mais tarde a mesma erosão tornou mais suaves os taludes que no princípio eram tão íngremes como em parte ainda o são os do rio Pelotas, de modo que em muitos pontos da superfície do antigo manto diabásico ficou em pé apenas uma lombada, aparentando a forma duma serra, ou, se o trabalho da agua-corrente já está muito adeantada, duma coxilha. No leste, porém, por exemplo na famosa estrada S. Joaquim — Bom-Jardim, verificamos em muitas chapadas, apenas cortadas por cursos de fraco declive, serras em „embrião", as quais só em períodos futuros, sobretudo em virtude da erosão retrocessiva, hão de destacar-se alterosas como as congeneres situados mais para oeste.

O planalto divide-se em *dois* patamares. O *menor* fica ao *N.* ao longo dos rios Negro e Iguaçú até um pouco abaixo de Porto-União e é formado pelas rochas do pérmico e, no extremo leste, pelas do fundamento cristalino. Sobre este patamar menor levanta-se o segundo que ocupa a maior parte do planalto e se com-

ESTADO DO PARANÁ
REP. ARGENTINA
EST. DO RIO GRANDE DO SUL
OCEANO ATLANTICO
ESBOÇO OROGRAFICO
DO ESTADO
DE
SANTA CATARINA
LEGENDA
ESCARPA DUM TERRAÇO
SERRA
MORRO
Serra do Espigão
Chapada do Mirador
Morro do Tayó
Morro Azul
Morro do Funil
Serra da Bocaina
Serra Tranqua
Cox. Rica
Serra da Farofa
Morro da Farofa
Serra do Itajaí
Serra do Tijucas
Serra do Mar
Serra do Cubatão
Serra Geral
Chapada da Boa Vista
R. Canoas
R. Caveiras
R. Pelotas
R. Iraní
R. do Peixe
R. Chapecó
R. Itajaí do Norte
R. Itajaí do Oeste
R. Itajaí Assu
R. Tijucas
R. Cubatão
R. Tijucas
S. Francisco
S. Joaquim
S. Paulo
S. Bento
S. Mar Ingaçaba



Corte ideal no Paralelo 27° S

(veja pag. 159)

põe das rochas do triássico. A borda, principalmente a que dá para o litoral, é formada por um paredão gigantesco, os chamados „taimbés" ou „aparados", que terminam embaixo por uma rampa ainda bastante íngreme, de modo que a comunicação entre o planalto e o litoral é praticavel apenas pelas chamadas bocas da serra, isto é, os vales estreitos dos rios que nascem no planalto.

Esta borda do planalto é a chamada Serra Geral que, portanto, nada tem que ver com a serra do Mar, nem tão pouco é serra no sentido comum da palavra.

Ao contrário do que se afirma, a Serra Geral não é divisa dágua, sendo certo que os principais rios de S. Catarina possuem cabeceiras no planalto, formando alguns, ao cair dos taimbés, saltos grandiosos de cem e mais metros. Dos numerosos nomes locais da escarpa — aos quais corresponde sempre uma boca da serra — sejam mencionados as „serras" do Oratório, de S. Bento e do Rio do Rastro.

Da beira dos taimbés o viajante goza dum panorama tão grandioso que de pronto esquece as fadigas da penosíssima subida. Logo abaixo de si fica o precipício pavoroso, de centenas de metros, que lhe dá a sensação de pairar alto no oceano aéreo, longe dos mesquinhos cuidados do mundo que agora se lhe apresenta tão pequenino; mais adiante e em nivel mais baixo fragmentos do planalto, separados dele pela ação multimilenar da decomposição e erosão, cobertos de espessa mata e exibindo-se em aspétos tão fantasticos que na tela pareceriam impossiveis, ora imitando cones agudíssimos, ora tomando a forma duma faca e de dorso tão fino que se não entende, como poderia parar aí o pé dum gamo, ora oferecendo um conjunto de todas as linhas curvas e retas imaginaveis; mais adiante as verdejantes elevações da Serra do Mar, por entre as quais aqui e acolá uma leve fumaça denuncia a presença do homem; e, afinal, numa distância de uns 70 km., a fita branca das dunas, orlando o oceano que aparece como massa indistinta e escura no fim do horizonte.

De que o planalto catarinense primitivamente avançava muito mais para leste, alcançando o oceano, temos prova não só nos restos da capa permo-triássica nas maiores elevações da Serra do Mar, senão tambem em várias partes destacadas do próprio planalto, sendo as principais a *Serra do Mirador* com o lendário monte Taió, entre os rios Hercílio e Itajaí do Oeste a chapada da *Boa-Vista,* entre as bacias do Braço do Norte dum lado e do Itajaí do Sul e Tijucas doutro lado, e a chapada dos Faxinais, na margem direita do Itajaí do Sul.

A altitude da Serra Geral que perto das nascentes do rio das Contas é de uns 1.200 m., cresce para 1.400-1.500 nos Campos de S. Barbara (nas cabeceiras do Pelotas) que terminam no E. e NE. por renques de chapadões de 1.600-1.700 m. de altitude; é no extremo NE. desta região que se ergue majestoso o *morro da Igreja,* com 1.870 m. o ponto culminante do Brasil meridional. Da elevada borda septentrional dos referidos campos destaca-se a Serra da Farofa (1.600 m.), com um esgalho, a que pertence a Serra da Bocaina.

Depois duma região mais baixa segue, para N., outro bloco elevado, o chapadão do Campo dos Padres, da altitude média de uns 1.400 m., com o morro da Boa-Vista (1.810 m.); é aqui, dentro dum mato pantanoso de arbustos raquíticos, que nasce o Canoas.

Daí em diante a altitude da Serra Geral começa a diminuir. Destaca-se para E. a chapada da Boa-Vista, a que pertence, como esgalho septentrional, a chapada dos Faxinais que acompanha a margem direita do Itajaí do Sul. Da Boa-Vista em diante a Serra Geral vira para NNW., para depois descrever um arco dirigido para W. em redor da bacia do Itajaí do Oeste. Nas nascentes deste rio a borda do planalto eleva-se uns 1.250-1.300 m. no Campo-Alto, a W. do qual fica a Serra do Rio-Bonito, com mais uns 200 m. de altitude. Pouco mais ao N. destaca-se da Serra Geral, rumo SE., uma chapada, chamada Serra do Mirador, separando as bacias do Itajaí do Oeste e do Itajaí do Norte; entre o último rio e aquela serra ergue-se, completamente isolado, o lendário morro do Taió (1.066 m.).

Umas leguas ao N. do Campo-Alto a Serra Geral, isto é, a borda do planalto triássico, inflete bruscamente para W., na Serra do Espigão, para aqui em diante formar o degráu, de dimensões muito mais modestas, entre os planaltos triássico e pérmico; o último, descrevendo grande volta em redor das cabeceiras do Itajaí do Norte, vira depois para E. e NE., para reunir-se afinal com o rebordo do planalto cristalino.

A Serra Geral, porém antes de assim diminuido continuar seu trajeto, exibe ainda uma vez toda a sua grandiosidade na Serra do Espigão (1.250 m.). Pois diante do planalto, paralelos ao mesmo e em igual altura extendem-se três dorsos separados por vales profundos, mas ligados entre si e com o planalto por uma espécie de ponte ou dique natural no mesmo nivel e tão estreito que dá exatamente para a passagem apenas do caminho. E' fenômeno curiosíssimo e talvez único no Brasil.

No ponto em que a Serra Geral vira de novo para N. (a W. de Porto-União), envia um esgalho — a serra do Taquaral Verde — para S., por entre as cachoeiras do rio do Peixe e do Jangada; mais a W., na divisória das aguas do Uruguai e do Iguaçú, fica a Serra da Fartura (1.100 m.).

Acresce outra particularidade ainda, a saber, a existência das cadeias sucessivas do litoral que se interpõem entre o planalto e o oceano; do Itajaí até o Tubarão, qualquer traçado *E-O.* encontra pelo menos uma destas cadeias a galgar.

Para o que foi dito da formação vertical de S. Catarina, sirva de ilustração o corte ideal através do estado, na latitude de paralelo 27°. S. (*)

A *segunda região*, economicamente a mais importante, é a do *litoral.* E' montanhosa, possuindo planícies notaveis apenas no norte, em redor da baía de S. Francisco e no vale do baixo Itajaí e sobretudo, no sul, do rio Tubarão em diante. As elevações desta região

(*) Veja corte ideal do paralelo.

abstraindo as acima mencionadas, pertencem à Serra do Mar, composta de granitos, gnaisses, e rochas congêneres, e são ricas em tesouros minerais. Ao norte da estrada de Lajes quasi todas as cadeias mostram o rumo *SO-NE*, sendo as principais: serra de *Jaraguá*, situada entre as bacias do Itapocú e Itajaí-Açú, levantando-se num dos seus esgalhos o conhecido morro do *Baú*. Segue para sul a serra do *Itajaí*, entre o Itajaí-Açú e dito Mirim; a serra do *Tijucas*, entre a última e o curso do seu nome; serra do *Pinheiral*, entre o Alto Braço Tijucas e o rio Esperança. Ao sul da estrada de Lajes as cadeias da Serra do Mar mostram o rumo *N-S*. As mais importantes são a que se enfia entre os rios Braço do Norte e Capivarí e a do *Cubatão*, situada entre este rio e o Una. Da parte septentrional da última, o chamado Campo do Taboleiro (1.200 m.) desprende-se um terreno muito alto, ocupado pelo Campo de Fóra, o qual finda sobre a barra do sul da baía de Florianópolis com o imponente pico tripartido do *Cambirela*, de quasi 1.000 m. de altitude. *Ao contrário do que dizem livros e mapas, a Serra do Mar não continúa pelo litoral meridional do nosso estado, para entrar no Rio Grande;* pois ao sul do rio Tubarão a Serra do Mar é apenas representada ainda por algumas elevações mediocres que acabam completamento ao norte de Cresciuma.

Paremos aqui um instante, para dar lugar a algumas reflexões. Primeiro, ao envez do que acontece com o Paraná que é perfeito estado de planalto como S. Paulo, S. Catarina, até agora tem sido e ainda é estado de litoral, fato este que exerceu sobre a psicologia dos seus habitantes e sobre a sua evolução não pequena influência. Segundo, quando se fala em pôr o planalto, por vias de comunicação, em contacto com o litoral e o oceano, é imprescindivel ter uma nítida idéia da particular formação vertical do nosso estado, a qual cria para tais empresas dificuldades peculiares e bem mais sérias do que em outros estados da União; pois em parte alguma é preciso vencer tamanhas diferenças de nivel em tão pequena distância horizontal. Só quem já esteve ao pé ou em cima dos taimbés e já subiu al-

gumas dessas famosas bocas da serra, compreenderá de algum modo o que isso quer dizer.

Planícies — Como já dissemos, nem toda a região do litoral está ocupada por serras. Num período que, geologicamente falando, não fica muito remoto, o oceano alcançava nivel bem mais alto do que hoje, quebrando-se as suas ondas, ao sul da Laguna, imediatamente na morraria destacada do planalto. Mas um levantamento sobreveniente da terra firme fez recuar as águas marinhas, pondo em seco extensas planuras. Desta forma originaram-se não só as nossas duas grandes ilhas, coalescendo vários ilhotes por meio de várzeas, senão tambem as planícies baixas do norte, nos municípios de S. Francisco, Joinville e Itajaí, e, sobretudo, a mais importante de todas elas, ocupando todo o sul do litoral catarinense. Em certos trechos da última, por exemplo ao norte da lagoa do Sombrio, com as suas verdejantes campinas povoadas por gado bem nutrido, faltam apenas os competentes moinhos de vento, para o viajante se julgar transferido para as planuras intérminas da pacata Holanda. São estas planícies em parte duma fertilidade espantosa, como as famosas vargens do Itajaí e do Tubarão; em parte, como no sul do município de Araranguá, são muito arenosas e sem adubação conveniente esgotar-se-ão rapidamente.

Formação horizontal — A mesma história geológica do litoral explica tambem o modelamento da nossa costa. No seu traçado geral esta ficou determinada pelo rumo do fundamento cristalino, apresentando assim o tipo duma costa concordante; mas os seus pormenores são em grande parte ocasionados e moldados por contrafortes da Serra do Mar, oferecendo assim, desde Camboriú até Garoupaba, o tipo duma costa discordante, com numerosas entrâncias e saliências.

Enumeremos as *principais pontas e baías*. De norte para sul temos: a baía Itapocuroí, seguindo-lhe as pontas Vigia e Estrela; a ponta das Cabeçudas, ao sul da barra do Itajaí, com excelente praia balnearia; o promontório a leste de Camboriú finda com as pontas

Laranjeiras, Taquaras e Pescadores; ao norte de Porto-Belo extende-se a bela e mansa praia balnearia de Itapema; segue a baía de Porto-Belo, com o seu magnifico ancoradouro, sendo com toda a razão afamada uma parte dela, a chamada Caixa de Aço, na qual uma frota inteira de navios do maior calado pode achar refúgio seguro contra os furacões do oceano; a tripartida peninsula de Porto-Belo acaba nas pontas Garoupas, Palmeiras (ponto este mais oriental do continente catarinense) e Zimbros; ao sul da extensa baía de Tijucas fica outra peninsula com as pontas Ganchos e Armação; seguem, entre a ilha de S. Catarina e o continente, numerosas enseadas, das quais as mais importantes serão as de Tijuquinhas, S. José, Palhoça, do Brito e Massiambú.

Sendo ao sul da estrada de Lajes o rumo *SO-NE.* das serras graníticas substituido pelo de *N-S,* de modo que os traçados das cadeias já não corta o da costa, esta oferece daqui em deante desenvolvimento muito menos rico do que no trecho anterior. Os acidentes mais notaveis são: a enseada de Garoupaba, limitada a *SE.* pela ponta do mesmo nome; na ponta de Imbituba finda a enseada pouco pronunciada de idêntico apelido; os cabos S. Marta-Grande e S. Marta-Pequena, antigos ilhotes graníticos coalescidos com o continente por dunas, iniciam a costa quasi rectilinea e arenosa que acompanha o Atlântico daqui até o rio da Prata.

Ilhas — Quando, provavelmente em fins do período cretacéo, o terreno da nossa atual região do litoral desabou em gigantescas diaclases, da sua extrema faixa oriental ficaram no norte fóra das águas oceânicas apenas os píncaros mais altos das serras, constituindo as numerosas ilhas que aí orlam a nossa costa, ao passo que no sul, onde o desabamento tomou proporções enormes de todas estas serranias não ficou vestígio algum em forma duma ilha.

As principais destas ilhas são, de norte para sul: a de *S. Francisco,* [1]) a qual, porém, só em período

1) Propriamente deixou de ser „ilha" desde a construção do istmo, pelo qual passa agora a estrada de ferro.

bastante posterior ao da formação das outras ilhas foi separada do continente, rasgando-se sob o ímpeto das ondas do oceano o canal Araguarí, mede 27,5 kms. de comprimento sobre 12 na sua maior largura. Dos inumeros ilhotes que a rodeiam são os mais notaveis a ilha da Paz e os Tamboretes. Mais para sul fica a ilha do *Arvoredo*, ainda coberta de densa mata virgem e paradeiro de muitas cobras venenosas. A mais importante, porém, e uma das maiores de todo o litoral brasileiro, é a de *Santa Catarina* que, como já se disse, se originou pela coalescência de várias ilhas menores; pena mais abalizada tratará dela em outro lugar. Dos numerosos satélites da nossa linda Jurirê-Mirim merecem menção os dois Ratones (chamados assim já antes da invasão espanhola de 1777), a do Guaraz, com o lazareto de isolamento; os Moleques do Norte; a do Xavier, famosa pelo tesouro que dizem existir aí enterrado; a do Campeche e as Três-Irmãs. Pouco ao sul de Imbituba demora finalmente a das Araras.

Lagoas costeiras — Fenômeno interessante são as lagoas costeiras que acompanham a costa atlântica desde Garoupaba até o rio da Prata. Quasi todas elas, quer possuam ainda comunicação com o oceano quer não, são partes separadas dele pelo crescimento dum pontal, processo este que se pode observar na atualidade no pontal que da ilha de S. Catarina avança para os Ratones. As principais destas lagoas são: a magnifica baía da Laguna, a lagoa do Camacho, a do Caverá e a do Sombrio, estando as duas últimas em comunicação por canais naturais tanto com o Mampituba como com o Araranguá. Como tantas outras idéias boas, morreu logo no início de sua realização, a de aproveitar este rosário de lagoas para a construção dum canal que pusesse o sul do estado em comunicação barata com o porto da Laguna, tal qual se está fazendo no estado vizinho do Rio-Grande. A vantagem de tal obra, porém, é tão intuitiva que o plano forçosamente resurgirá em ocasião mais propícia.

Portos — No que toca a esta matéria, convem distinguir entre o que se chama porto natural e o que po-

demos designar porto efetivo. O primeiro é um ancoradouro que oferece abrigo seguro contra os ventos e permite facil comunicação com a terra; e quanto a isso devemos confessar que S. Catarina é um dos estados mais favorecidos do Brasil inteiro, possuindo numerosas baías que com relativamente exíguas obras de arte poderiam ser transformados em excelentes portos efetivos, sobresaindo entre elas a Babitonga, a de Porto-Belo e várias das da ilha de S. Catarina e do continente vizinho dela. No que toca aos portos de fatos utilizados para a comunicação entre a navegação e a viação terrestre, existem deles no nosso estado 5, a saber: S. Francisco, Itajaí, Florianópolis, Imbituba e Laguna.

O movimento deles, em 1938, consta do quadro que segue:

PORTOS	Embarcações (a motor e a vela)		Toneladas de registro	Passageiros	
	Nacionais	Estrageiras		Embarcados	Desembarc.
São Francisco . . .	830	93	548.984	1.778	2.215
Itajaí.	547	—	164.111	1.439	1.373
Florianópolis. . . .	638	54	526.127	3.674	3.675
Laguna	144	—	24.364	359	422
Imbituba	224	—	179.424	—	—
ESTADO	2.383	147	1.443.010	7.250	7.685

Nenhum, porém, de todos estes portos está provido de um caes de facil acesso e que permitisse a atracação de navios de longo curso, nem de meios adequados para um carregamento e descarregamento expedito, nem de armazens suficientes, nem finalmente de uma rápida comunicação com a região a servir; por outra, não possuimos nenhum porto moderno.

Faróis — Diga-se por fim que o nosso litoral conta os seguintes *faróis:* ilha da Paz, ponta do Sumidouro (ao norte da ilha de S. Francisco), outro no canal ao norte da cidade de S. Francisco, outros na ponta das Cabeçudas, na ilha do Arvoredo, ilha Anhato-Mirim, no ta-

boleiro da baía norte, ponta dos Naufragados, ponta de Imbituba, ilha das Araras, Laguna, cabo de S. Marta-Grande.

Potamografia — As condições climatéricas explicam serem perenes os nossos rios embora sujeitos a vasantes e enchentes periódicas, dependentes estas principalmente não da quantidade variavel das precipitações, senão do excesso da chuva sobre a evaporação. Quanto à densidade potamográfica o planalto fica bastante aquem do litoral, o que em parte se explica pelo maior declive dos cursos litorâneos.

Agrupam-se os rios catarinenses naturalmente em duas bacias; a atlântica e a platina, esta de uns 60.000 km²., aquela de 35.000 k². de superfície.

Bacia atlântica — Ao sul do Saí-Açú encontramos como primeiro rio notavel o *Itapocú,* que nasce nos campos do planalto no município de S. Bento, com o nome de rio Humboldt; depois dum percurso de uns bons 130 kms. e tendo banhado as terras da futurosa colônia de Hansa, lança-se no oceano, mostrando junto à barra em ambas as margens lagoas estreitas ao longo da praia, as quais são apenas trechos abandonados em direção a uma barra antiga.

Segue o curso mais notavel do litoral, o *Itajaí*-Açú, temido por suas repentinas e desastrosas enchentes. E' navegavel até Blumenau, sendo neste trecho a largura média de 250 m., e a profundidade mínima de 2 m. A história do Itajaí é a de muitas casas nobres principiou como salteador; pois, durante o recuo do planalto para Oeste, capturou mais e mais cursos da bacia platina. A mesma história, que levaria longe contar neste lugar, explica sua curiosissima configuração, estando ele composto, segundo a opinião corrente, de três galhos geradores, a saber, o Itajaí do Norte ou rio Hercílio, Itajaí do Oeste e o do Sul. Todos os três surdem nos campos do planalto. A região fertil que o Itajaí banha, já a mais importante do estado por seu adeantamento industrial e comercial, dará novo arranco na senda do progresso material, logo que se tornar realidade uma comunicação facil com o planalto e o porto de Itajaí. De entre os seus numerosos tributários mencionamos ape-

nas o rio Trombudo que se lança na margem direita do rio Oeste e ao longo do qual, respetivamente dum seu afluente, galgarão a Serra Geral tanto a estrada de auto como a projetada via férrea; o rio Benedito, o Luiz Alves e o Itajaí-Mirim, o mais importante de todos eles.

Seguem os rios *Tijucas, Biguassú e Cubatão;* o primeiro, com os seus três galhos, Alto Braço do Rio Tijucas, rio Garcia e rio do Engano, imita, em ponto pequeno, a interessante configuração do Itajaí-Açú.

Aos 160 kms. que seguramente medeiam entre Imbituba e a barra do Mampituba cabem menos de meia dúzia de cursos dágua, devido não só ao solo sumamente permeavel, pois é de areia, senão sobretudo à gênese curiosa destes rios.

Pois, como já dissemos, boa parte desta zona é obra do mar, cujas ondas, em períodos anteriores, embatiam imediatamente nas elevações rochosas, como ainda hoje acontece em largos trechos do litoral. Quando, depois, deante da costa rochosa, aos poucos se formou uma praia arenosa, todos os cursos oriundos das serras e cujos eixos prolongados se cortavam, reuniram-se num só; e mesmo que os eixos deles fossem paralelos entre si, bastava ser um obrigado pelas dunas a correr ao longo do praia, como acontece tantas vezes, para este capturar um ou mais dos cursos vizinhos.

Não ha dúvida de que desta forma se originaram os rios *Tubarão, Araranguá e Mampituba,* isto é, pela reunião de cursos outrora independentes, mas que agora aparecem como tributários dos rios mencionados. Pelo mesmo motivo é dificil senão impossivel determinar qual dos galhos competentes mereça o nome de curso principal.

Os braços principais do Tubarão são os que vêm de Oeste da Serra Geral, depois o Braço do Norte e o Capivarí; do Araranguá o galho meridional que traz o nome antigo de Itaupava, o Manoel Alves e a Mãe Luzia; do Mampituba, o Sertão e o Glória. Entre o Araranguá e o Tubarão é de notar ainda o *Urussanga,* cuja barra, com as dos Araranguá e Mampituba, muda de posição ao sabor dos ventos, e às vezes fecha completamente sob a invasão das dunas movediças.

Bacia platina — O rio principal desta bacia e um dos grandes do país inteiro, é o *Uruguai.* Forma-se pela junção dos rios Canoas e Pelotas, a não ser que, como é nossa opinião, aquele deve ser considerado como verdadeiro curso superior do nosso famoso „rio dos caramujos".

O *Pelotas* nasce nos campos de S. Barbara no flanco do morro da Igreja, a uns 1.750 m. de altitude a pouca distância dos taimbés da S. Geral, correndo seu alto curso numa fossa nitidamente escalonada. Corre primeiro, por uns 100 kms., para *SW*, até a barra do rio das Contas, voltando-se depois aos poucos, para *NW,* num percurso total de uns 400 kms.

O *Canoas* desce do Campo dos Padres, duma altitude aproximada de 1650 m; ao envez do que dizem livros e mapas, tambem ele corre primeiro para *SW,* seguindo a inclinação geral do planalto, para depois descrever um grande arco voltado para norte. Seu percurso total é de uns 545 kms.

O Uruguai mesmo, desde a barra do Pelotas até a do Peperi-Guaçú, mede ainda 530 kms, de modo que o rio, desde a nascente do Canoas até o limite com a Argentina, banha terra catarinense numa extensão de *pelo menos* 1.070 *kms.*, dum *curso total de 2 300 kms., sendo ele, pois, uns 700-900 kms. mais comprido do que admitem geralmente os nossos autores.*

Além de numerosas corredeiras e cachoeiras, o Uruguai possue ainda vários „estreitos". Um destes, chamado simplesmente *Estreito do Uruguai,* merece algumas observações; pois é um dos fenômenos mais curiosos do Brasil inteiro. Fica 22 kms. a jusante de Marcelino Ramos. Aí o rio que mede uns 400 m. de largura, de repente se contrae para as dimensões dum arroio e, como num funíl, se precipita por uma cachoeira para dentro dum canal profundissimo, talhado em rochas diabasicas, cuja largura varia de 10-20 m. e que mede 8 kms. de extensão.

Como que prorompendo numa fúria de gigante, as águas volumosas do rio, sentindo-se forçadas a se conterem neste escoadouro estreitissimo, e rugindo raivosas

ao encontro dos paredões alcantilados, precipitam-se por este descomunal sorvedouro, revoltas até o fundo, sob um fragor infernal o rugido do tigre, com enorme velocidade e força tal que o tronco mais possante que cai inteiro no Estreito, dele sai feito em pedaços; apenas os trilhos da ponte de Marcelino Ramos, que desabara numa enchente extraordinária, conseguiram atravessá-lo incolumes, dando logo abaixo dele na praia.

Num ponto o canal é duma largura tão diminuta que no verão, depois de não ter chovido durante quinze dias, fica reduzido a 60 cms, de modo que o viajante, tendo um pé em S. Catarina, outro no Rio Grande, pode gozar do prazer de deixar correr debaixo de si toda a massa de águas do Uruguai.

Durante o inverno não entra todo o caudal do rio pela cachoeira inicial, mas passa em parte ao lado dela, correndo ao longo do canal, para precipitar-se nele em diversos pontos. formando cachoeiras pinturescas. O potencial hidraulico do Estreito é avaliado em 70.000 C. V.

Entre os numerosissimos *afluentes* do Uruguai destacamos apenas os mais importantes. Entram no Pelotas o Lavatudo e o Pelotinhas, no Canoas o João Paulo e Marombas (m. d.) e o Caveiras (m. e.) com uma lindissima cachoeira de uns 30 m. de altura. Imediatamente no Uruguai fazem barra o rio do Peixe, o Iraní, o Chapecó com o Chapecózinho, o Antas e o Peperi-Guaçú.

Pertence igualmente à bacia platina o majestoso *Iguaçú* que recebe, na margem esquerda e de baixo para cima, os rios Jangada, formando parte da nossa divisa com vizinho septentrional; o Timbó, famoso pelas lutas fraticidas e inglórias da campanha contra os fanáticos, e o *Negro;* o último, que desde a nascente, situada perto da borda do planalto e numa altura de 1.400 m., até a barra divide os estados de S. Catarina e Paraná, acolhe ainda as águas do igualmente celebre *Canoinhas.*

Que os nossos rios em geral *não podem ser navegaveis*, tais quais se apresentam no seu estado natural, é facil de entender. A maior parte dos do litoral, porque são pequenos, e ainda os mesmos e os do planalto,

por estarem inçados de corredeiras e cachoeiras. Caindo de serras consideraveis, ou, então, de chapada, não admira que apresentem número extraordinário daqueles acidentes; alguns dos cursos que nascem nos campos do planalto e se precipitam taimbés abaixo, exibem, até, saltos de várias centenas de metros. Lembramo-nos, no momento, dos saltos magnificos do Amola-Faca (da bacia do Araranguá) e do Perdizes, tributário do Mampituba. No litoral, apenas o Itajaí, o Tubarão, o Araranguá e o Mampituba oferecem nos seus cursos inferiores certas condições de navegabilidade, sendo deles só o primeiro sulcado por embarcações superiores a lanchas; os outros precisam de melhoramentos, quer da barra, quer do leito. No planalto poderia ser aproveitado, feitas as obras necessárias, o trecho do Uruguai que fica abaixo do grande Estreito, e no qual algumas companhias de colonização já mantêm, aliás, um serviço de gasolinas.

Quem jamais teve ocasião de apreciar pessoalmente as dimensões dos rios Araranguá e Mampituba, de certo lamentará não terem eles uma barra que permita a entrada e saida franca de pequenos vapores costeiros. Mas, se melhoramentos de barras são obras muito custosas e de êxito duvidoso, porque, então, não dar-lhes, pelo menos, como barra comum, a da Laguna por meio do canal já mencionado? Ao sul do litoral não falta vontade de trabalhar e progredir, senão unicamente os meios precisos para exportar os produtos de sua atividade.

As mesmas corredeiras e cachoeiras, porém, que impossibilitam a navegação na mór parte dos nossos rios, representam, devidamente aproveitadas, *manancial riquíssimo de energias.* Nem pode haver dúvida de que no futuro esta fonte da „hulha branca" prestará notavel concurso para o desenvolvimento industrial do estado. Além de várias usinas elétricas, já exploram mais de 1.200 estabelecimentos rurais (eram 1.356 em 1920) as forças hidraulicas, ou sejam 4 % do total dos ditos estabelecimentos, proporção esta que coloca S. Catarina no 6°. lugar entre os estados do Brasil; entre os nossos municípios está, a este respeito, na vanguarda o de Brusque, com 236 instalações hidraulicas.

P. Geraldo José Pauwels

OS PRIMEIROS HABITANTES

O. C.

A terra que constitue hoje a costa catarinense foi primitivamente habitada por aborigenes pertencentes à nação *Carijó*, cujos domínios se estendiam „como por oitenta léguas", do sul de São Vicente às planicies sulinas, onde assistiam os *Tapes* e os *Minuanos*.

Eram de péle clara, não se davam a prática canibalescas e aceitavam com relativa facilidade aproximação do homem branco.

Quando em 1515 naufragou uma nau espanhola, que pertenceu à armada de Juan Dias de Solis, na costa catarinense, onze de seus tripulantes foram recolhidos por estes selvicolas, instalando-se entre eles e casando com filhas de suas tabas.

Onze anos mais tarde uma arribada, de um galeão comandado por D. Rodrigo de Acanã, fez com que aumentasse a população branca do litoral visinho à ilha que era conhecida entre os nativos pelo nome de *Meimbipe,* com a deserção de dezesete marujos, seduzidos pela vida paradisiaca que entre os nativos levavam os antigos companheiros de Solis.

Pouco tempo depois chegava a *Meimbipe* o navegador Sebastião Caboto, que a batisou de Santa Catarina e valeu-se dos homens brancos nela existentes para a realização de seus projetos. Entre eles o da obtenção de víveres frescos, obtendo-os entre os selvicolas, que foram pródigos ao socorrer os brancos amigos de seus amigos: — à expedição de Caboto concorreram com 247 veados, 398 galinhas, 2 antas, 80 patos, 6 porcos montezes, 200 perdizes grandes, 200 mãos de milho, 40 cestos de inhames, 50 cabaças de mél, 26 cargas de

ostras, 300 cargas de raizes de mandioca, 2 cargas de peixe moido, 5 cabaças de certa manteiga preparada com gordura de peixe, palmitos e muitas outrás cousas, a troco de bugigangas de nenhum valor. (Lucas A. Boiteux — Sebastião Labodo —).

Em troca, quando um ano depois voltava do sul aproveitou-se para roubar às tabas paternas alguns aborígenes, afim de podê-los mostrar na Europa, como curiosidade do novo e desconhecido mundo.

Gonsalo de Mendoza, que em 1534 tambem viera em busca de mantimentos para socorrer a seu tio D. Pedro de Mendoza, fundador de Buenos Aires, que alí se achava cercado pelos nativos, igualmente os obteve em abundância e igualmente em felonia os papou, carregando em sua nau àqueles que o haviam servido.

Não é de admirar que fossem assim os aborígenes suspeitando da maldade dos brancos e, quando os padres Alonso Lebron e Bernardo Armenta, que vieram com Cabeza de Vaca, em 1541, destuados à sua catequese, cometeram tambem duas injustiças e chegaram a mandar por fogo a algumas choças, demonstraram seus desejos de tomar vingança, com o que andaram assustados aqueles padres, a ponto de preferirem acompanhar Cabeza de Vaca em sua viajem para o Paraguai a permanecer entre os seus catequizados.

Mas alguns anos e chegou a vez de D. Pedro Ortiz de Zanete tratar pouco humanamente os selvícolas e estes, fartos de tantas injustiças, aguçaram suas flexas e floresta a dentro *caçavam* os infelizes soldados do terrivel e impiedoso capitão, que desertavam para a floresta em busca de abrigo.

Diego Mandieta, sobrinho de Zaneta e mais feroz de que este, depois do desbaratamento desta infeliz expedição nos mares do sul tornou a Santa Catarina.

Nele e em sete companheiros vingaram-se os aborígenes, que os trucidaram, chefiados por um mameluco a quem D. Diego havia pouco antes furtado a mulher.

Foram assim tornando-se ferozes a vingativos os selvícolas que dantes recebiam os navegantes com as canoas cheias de viveres e que lhes abriam com res-

peito as choças de suas virgens para a satisfação do branco forasteiro.

Meimbipe deixou aos poucos de ser hospitaleira e, aos perigos do golfo terrivel, passou a ajuntar-se o da terra inhóspita.

***

Entretanto, sobre eles tambem haviam lançado as vistas os catequistas da Companhia de Jesus, que pelo Brasil realizavam a obra duplamente santificada de catequizar os gentios e de conter os civilisados contra a ingenuidade daqueles.

Em 1553, havia estado em terra catarinense o lembrado Leonardo Nunes, o padre que vôa — o Aborébêbê — recolhendo senhoras que haviam acompanhado a expedição de Juan Salasar de Espindaes, o fundador de Assunção do Paraguai. E, em 1596, conta o Pe. Serafim Leite (História da Companhia de Jesus no Brasil) „sucedeu um caso grave que veio colocar os índios em contacto mais diréto com os Jesuitas, que os mesmos índios já conheciam, ou por ouvir falar ou pelas idas a São Vicente. Indo ao porto dos Carijós um navio, apanhou desprevenidos os índios e levantou ancora, trazendo a bordo uns 70, entre os quais *Caiobig,* irmão do principal Facaranha". O intento era escravizar os pobres aborígenes, mas em Santos não estiveram as autoridades — o capitão da terra e o Provedor — pelos fatos, chamaram o auxílio da justiça e foi o capitão do navio obrigado a trazer de volta às suas tabas os aborígenes furtados. Entretanto, teve medo o Capitão de fazê-lo e pediu o auxílio dos padres jesuitas, a cuja sombra se queria por a resguardo da vingança. Acenderam estes e, tocando a terra, levaram a Cruz e a Capela, junto à qual foram postos em liberdade os selvícolas, acorrendo estão muitos outros a verem os padres.

A estes pediram ficassem entre eles e destes nasceu sem dúvida a idéia de fundarem missões entre os carijós da região dos Patos — que era a da costa sul catarinense.

Estas missões, entretanto, foram do século XVII, instalando-se os primeiros catequistas — João Lobato e

Joaquim Rodrigues — na Laguna dos Patos a 11 de agosto de 1605, durando dois penosos anos sem duros trabalhos,

Findo esse tempo, cento e cincoenta catecumenos se encontravam prontos a receberem no Rio o batismo da Igreja. Para lá foram levados, mas tiveram a desgraça de serem obrigados a arribar em Santos.

O Capitão desta — os tempos eram outros — instigou a população a que não deixasse partir com os padres os indígenas. Por meio de forças e de embustes, acabou por distribuí-los entre os moradores.

Só então compreenderam dolorosamente os padres que a sua obra terminara no maior dos infortúnios: — os seus catecumenos haviam perdido a liberdade, os indígenas dos Patos haviam sido escravisados... (Serafim Leite — Op. cit.).

Apesar de todo este triste fim, não se desencorajaram os jesuitas e dez anos mais... João de Almeida e João Fernandes Gato voltaram aos Carijós para ensinarem o Evangelho.

Em 1622, os padres Antônio Araujo e João de Almeida montaram residência entre eles. Depois, chegou a vez dos bandeirantes paulistas e coube a Dias Velho fundar a póvoa de Nossa Senhora do Desterro.

Trouxe ele de Piratininga cerca de 500 índios domesticados e, pela sua bondade, soube atrair os selvícolas da terra, estabelecendo relações de boa vizinhança, com as quais foram os nativos afinal perdendo a minoria das atrocidades sofridas outrora.

A éra das fundações, entretanto raiára para as terras do sul, para a costa catarinense.

Vieram os paulistas semear de póvoas a orla do litoral. Novos tempos surgiram, novos habitantes vieram ocupar a terra que os gentios iriam abandonando à medida que a penetração se fazia.

Os primitivos habitantes cediam o lugar. Uma raça de titans avançava, conquistando, bandeirando, dilatando os limites da Pátria.

COLONIZAÇÃO

Dr. Vitor Peluzo Jor.

O processo colonizador, transformando, no interesse humano, regiões inexploradas e retardadas do território catarinense, apresentou, no Estado de Santa Catarina, características que o definiram com precisão nos três regimes que vigoraram no país: colonial, imperial e republicano.

Brasil colonial

Em direções paralelas, pelo litoral e pelo planalto, teve início o povoamento de Santa Catarina. Ainda que em épocas diferentes, os primeiros povoadores se dirigiram de São Paulo para o sul, organizando bandeiras colonizadoras que obedeceram às mesmas orientações: influência oficial junto aos grandes latifundiários para extensão do povoamento, descongestionando, assim, os domínios rurais paulistas de sua plétora de escravos e agregados (Osvaldo Cabral — Santa Catarina).

As bandeiras do século XVII fundaram, no litoral, S. Francisco, Florianópolis (Desterro) e Laguna. No planalto, a bandeira de Corrêa Pinto, no século XVIII, edificou Lajes. Aos povoadores paulistas do litoral catarinense juntaram-se no mesmo século XVIII, os açoritas e madeirenses, estendendo-se o povoamento através das comunicações abertas entre S. Francisco e Desterro, Laguna e Viamão, Araranguá e o planalto.

Sob o domínio português, a colonização se caracterizou pelo aproveitamento do próprio brasileiro na expansão bandeirante, e pela introdução de portugueses, ilhéus e reinóis.

Essa população pouco progrediu. Alem de não possuir o hábito do trabalho escravo (Osvaldo Gabral — Op. etc.), ao par de outras influências negativas, fizeram, no litoral, uma grande parte dedicar-se à pesca, enquanto grande contingente desbravava os sertões. No planalto, a criação absorveu os novos povoadores. A massa humilde que acompanhou os pontentados das bandeiras paulistas e que não constituiu fazenda, lançou-se, em parte, pela mataria, seguindo a mesma decadência da população litorânea, enquanto outra porção permaneceu nas propriedades constituindo o volume de agregados e peões que se encontram na zona pastoril.

Brasil império

Com a independência do país, o novo governo procurou incrementar o povoamento com a introdução de imigrantes europeus. Os núcleos coloniais então fundados, encontrando a barreira da Serra do Mar, foram localizados entre ela e a orla marítima, obedecendo, uns, à orientação oficial, e outros à particular.

As colônias fundadas por ordem do Governo Imperial foram: São Pedro de Alcântara (1829), Itajaí (1836), Piedade (1847), Santa Isabel (1847), Santa Teresa (1854), Teresópolis (1860), Brusque (1860), Angelina (1862), Azambuja (1877) e Luiz Alves (1877).

Dessas, fracassou inteiramente a Colônia Piedade, no município de Biguassú, devido à má qualidade das terras. A Colônia Santa Teresa, que constituiu uma população de soldados agricultores no caminho de Lajes, com o objeto de garantir as comunicações entre Lajes e a Capital, sempre ameaçadas pelos selvícolas, não teve progresso apreciavel.

As colônias S. Pedro de Alcântara, Piedade, Santa Isabel, Teresópolis e Brusque foram povoadas por imigrantes alemães. Itajaí, Angelina e Luiz Alves receberam colonos de diversas origens, enquanto o Núcleo Azambuja foi povoado por italianos. De todas essas colônias, Brusque foi a que teve progresso mais acentuado, que mais se acelerou com a instalação, em sua séde, de importantantes indústrias.

Da mesma forma que as colônias oficiais, as particulares apresentaram notavel desenvolvimento, sendo mesmo que algumas destas superaram aquelas.

Nova Italia (1836), Saí (1842), Flôr da Silva (1844), Belga (1845), Blumenau (1850), D. Francisca (1851), Leopoldina (1853) e Grão-Pará (1882) foram os núcleos fundados por iniciativa particular. As quatro primeiras não se destacaram, enquanto Blumenau mais tarde administrada polo Governo e D. Francisca foram as que mais progrediram no Estado. Ambas povoadas por imigrantes alemães, tiveram suas sédes convertidas nas cidades mais importantes de Santa Catarina: Blumenau e Joinville, os parques industriais que honram o Estado.

A colônia Leopoldina, com lavradores nacionais, belgas e alemães pouco avançou. Grão-Pará, no atual município de Orleans, foi povoada com imigrantes de diversas origens, onde se destacaram os italianos, alemães, hespanhóes, russos, polacos, franceses, íngleses e holandeses. A eles se uniram numerosos agricultores nacionais. Juntamente com a Colônia Azambuja, mais tarde dividida nos núcleos Presidente Rocha, Acióli de Vasconcelos, Urussanga e Azambuja, Grão-Pará é um dos centros agrícolas mais importantes de Santa Catarina.

Estas colônias, durante o Império, apresentaram notavel índice de aumento de população. A sua distribuição no litoral nesse regime, permaneceu a mesma. No planalto, as fazendas se sub-dividiam, e outras eram creadas com elementos de Paraná.

Brasil Republicano

Nos primeiros anos da República, o Governo Federal, prosseguindo a orientação anterior, procurou desenvolver a colonização. Sua ação, porém, tendia a se exgotar, pois a Constituição entregára as terras públicas aos Estados. Os empreendimentos federais, únicos partidos da esfera oficial, limitaram-se aos Burgos Agrícolas, entregues à administração particular, e ao estabelecimento dos núcleos Anitápolis, Senador Esteves Júnior e Rio Branco. O Estado limitou-se a vender as terras

que lhe foram entregues, vendendo-as em pequenas áreas ou em grandes glébas para colonização.

Nos primeiros anos da República o Governo Estadual iniciou as grandes concessões de terras. A Sociedade Colonizadora de 1849, que havia colonizado Joinville, adquiriu do Estado extensas áreas no vale do Itajaí do Norte e do Itapocú, para povoar com imigrantes alemães. Dessa colônia resultaram o próspero município de Hamonia, no vale do Itajaí, e ricas zonas coloniais em São Bento e Jaraguá. Em 1907 as concessões ao Coronel Carlos Napoleão Poeta, a quem sucedeu a Sociedade Colonizadora Catarinense, abrangeram as terras do Itajaí do sul, na mesma região de alguns Burgos Agrícolas, administrados então pela mesma sociedade.

Outras concessões se sucederam a estas, sem, porém, apresentarem resultados imediatos. E' que não havia corrente imigratória de vulto, e o excesso de população das antigas colônias povoava a periferia dos velhos núcleos. A tendência dos colônos era a de aproveitar o progresso das colônias que ainda possuiam terras, e não a de valorisar as regiões inhabitadas. Os núcleos federais dessa época lutaram contra essa tendência, mas grande parte de seus elementos foram aumentar as populações de Brusque e Blumenau. Os imigrantes italianos, especializados na cultura do arroz e do fumo, infiltraram-se nas regiões que os imigrantes teutos abandonavam por não apresentarem as condições necessárias à exploração de laticínios, a que se dedicavam.

O planalto, convulsionado pelos fanáticos e pela questão de limites, aumentava sua população sem novos elementos.

Resolvida a pendência com o Estado do Paraná e pacificada a rebelião o território do ex-Contestado, entregue a Santa Catarina, e quasi despovoada, esperava o trabalho fecundo do colono. Surgiu, nessa época o terceiro processo colonizador, radicalmente diferente dos anteriores, e que caracteriza a colonização no regime republicano.

Nas antigas colônias do litoral, o crescimento da população e a constante chegada de novos colonos, au-

mentando o valor das terras, fizeram a nova geração procurar lugar onde lhe fosse facil, adquirir propriedade. De Blumenau, subindo o curso do rio Itajaí-Açu, os colonos lançaram-se pelo rio Itajaí do Sul acima, alcançando as terras da Concessão Poeta, no início, e depois, pelo rio Itajaí do Oeste e seus afluentes, povoaram as terras das concessões Sindicato Agrícola de Blumenau, Gotlieb Reif, Salinger S. A. e Luiz Bertoli. Nasceu o município de Rio do Sul com sua importante séde, as vilas de Trombudo e Taió, e numerosas povoações nas confluências de rios e cruzamentos de estradas.

O excesso de população das colônias Santa Isabel e Teresópolis, no município de Palhóça, colonizou os Burgos Agrícolas do Vale do Itajaí, através da estrada Estreito-Lajes.

No sul, após o povoamento das concessões próximas às antigas colônias, formou-se importante corrente migratória para o rio Itajaí do Oeste (Concessão Luiz Bértolí), passando pelo rio Capivarí e atingindo aquele rio pela estrada Estreito-Lajes e o rio Itajaí do Sul. Essa estrada foi ainda o caminho que seguiu outra corrente, de origem alemã, que se originou de Braço do Norte, no município de Tubarão, com destino a Bom Retiro e Lajes (Distrito de Bocaina). Outros descendentes de italianos, com os que se dirigiram para a Concessão Bértolí, subiram, do sul do Estado, os antigos caminhos do planalto e povoaram as férteis terras do rio Canoas, em Bom-Retiro e Lajes, onde fizeram importantes culturas de trigo.

Finda a questão de limites, passou para a jurisdição catarinense a Colônia Lucena, com séde em Itaiópolis, povoada com imigrantes poloneses. A expansão desse núcleo limitou-se aos seus arredores, sendo sua população acrescida pela corrente que se originou de S. Bento. Tem-se a assinalar tambem, nessa região, a Colônia Rio-Negro, de imigrantes germânicos, de forte influência na zona norte do Estado.

Nos municípios limítrofes com o Estado do Paraná, outrora florescentes, não se observou o mesmo ritmo de progresso que nem outras zonas do território catarinense. O povoamento aí, pouco aumentou, devido à posição

geográfica da região. As colônias catarinenses de maior expansão demográfica estão situadas no sul do Estado, e seus elementos, antes de atingir o norte, tendem a povoar as regiões que lhes são vizinhas. Os colonos do Rio Grande do Sul vem povoando o oeste catarinense, não chegando, assim, ao norte. Por sua vez a população que sai das antigas colônias do Paraná procura as terras do norte do mesmo Estado e não desce.

O maior surto de progresso no Estado de Santa Catarina verificou-se no oeste. A Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande, atravessando o território catarinense, obteve a concessão de grandes glebas que começou a colonisar, em 1917, por intermédio da Brasil Development and Colonization Company. Constituiram-se desde logo, no Estado do Rio Grande do Sul, fortes firmas comerciais que adquiriram terras daquela companhia e passaram a fundar importantes núcleos no vale do rio Uruguai e seus afluentes. Dos municípios rio grandenses de São Sebastião do Caí, Montenegro, Lajeado, Estrela, Taquara, Santa Cruz, Caxias, Bento Gonçalves, Garibaldi, Antônio Prado, etc., correntes migratórias que vieram povoar o ex-Contestado. Subindo a linha férrea, colonizaram extensas regiões dos municípios de Caçador, Campos-Novos, Cruzeiro e Concórdia, nas terras administradas pelas firmas Teodore Capelle e Irmão, Albino Schmidt, Raimundo Piccoli, Groeff Selbach e Cia, Sociedade Territorial Mosele Eberle Ahrons e Cia. Vieram esses colonos dos antigo núcleos povoados por imigrantes alemães e italianos.

Outras correntes da mesma procedência igualmente se destacaram. Passando por José Bonifácio (antiga Bôa Vista do Erichim), entraram em Santa Catarina por Itá, colonizando as terras de Luce Rosa e Cia. na margem do rio Uruguai, e da Empreza Colonizadora Rio Branco Ltda., ambas no município de Concórdia. A primeira dessas colônias é povoada por descendentes de teutos e italianos, enquanto que na segunda estes últimos predominaram com pequena porção de poloneses.

De Passo-Fundo, ou de José Bonifácio, outras correntes se encontraram no Passo Gôio-En, do rio Uruguai, e se dirigiram para as terras da Companhia Territorial

Sul Brasil, da Companhia Chapecó-Peperí, da Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul, da Empreza Ernesto F. Bertaso e da Empreza Irmãos Lunardi. Excetando-se as duas últimas, que ficam no interior do município de Chapecó, as demais se acham no rio Uruguai, dominando aí descendentes de imigrantes alemães. A mais importante dessas emprezas colonizadoras é a Companhia Territorial Sul Brasil.

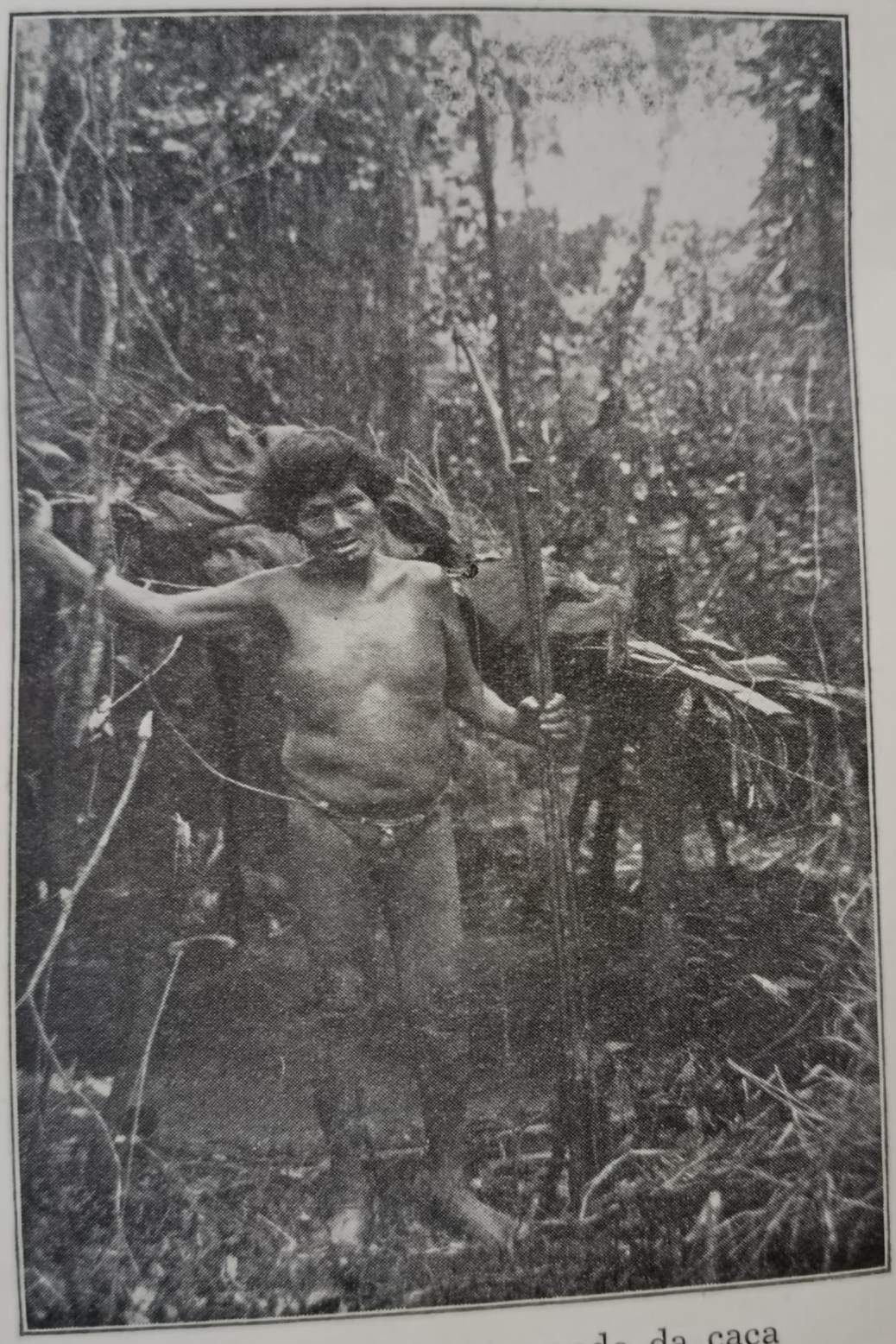
Das emprezas estabelecidas no interior de Chapecó, onde a maioria nos colonos é constituida de elementos dos antigos núcleos de origem italiana, a Ernesto F. Bertaso é a mais importante. A atual séde do município se encontra nas suas terras.

A par da exploração agrícola, algumas indústrias estabeleceram-se nas zonas rurais, cooperando na extensão do povoamento. Nos municípios do litoral, com boas estradas, a indústria de laticínios garante o progresso dos colonos. As fecularias, com o aproveitamento da mandioca, extendem a colonização até as terras fracas, que sem elas permaneceriam inexploradas. No oeste, onde as estradas não atingiram a perfeição das do litoral, a indústria da banha assegura aos colonos dos lugares afastados a renda das suas lavouras, empregadas na criação de suinos.

O elemento nacional, citado quando se tratou dos primeiros povoadores, constitue a massa em que se fundem as correntes que para Santa Catarina afluiram após a Independência.

A história de seus movimentos, cheia de heroismos, necessita estudo particularizado, que não cabe nas dimensões de um artigo. A grandiosidade da obra que em nosso Estado construiram os descendentes dos portugueses e bandeirantes ressalta quando se contempla a assimilação da nossa alienígena que há um século se dirigiu para Santa Catarina, assimilação que se processa patrióticamente no sentido da brasilidade.

Indios e suas usanças (seus usos) — Rio Plate



Indio Botocudo regressando da caça
Rio da Plata — Sta. Catarina

Indios — O apresto para a caça

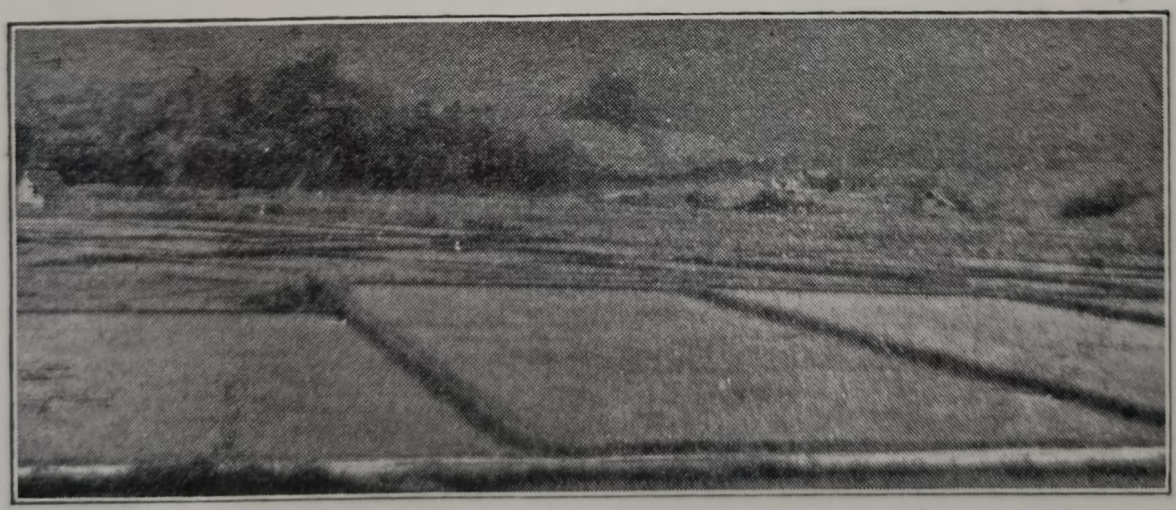
Colonizador em plena mata virgem depois de alguns anos de atividade

O desbravamento e o amanho das terras — principio de colonização

Medas para guardar a colheita

Criação de patos de raça em Imbituba

Transporte de alfafa — Cruzeiro — Sta. Catarina



Plantação de arroz — Brusque — Sta. Catarina

Cultura de leguminosas — Campo de sementes — Tubarão

A AGRICULTURA NO ESTADO

Lourival Câmara

Antes mesmo de o europeu, de Castela ou de Aviz, haver conhecido as terras hoje pertencentes a Santa Catarina, já aqui se exercia a agricultura, do mesmo jeito que neste ano de mil e novecentos e quarenta, da graça de Nosso Senhor. Fazia-se a derribada e tocava-se-lhe fogo, limpava-se o terreno, plantavam-se as sementes, carpia-se e colhia-se, tudo, quase exatamente, como na atualidade, nessa atualidade que tem a precedência e a experiência de centenas e centenas d'anos, durante os quais muitos progressos se apregoaram e muita vez se clarinou que o Brasil é um país essencialmente agrícola. O passado pré-cabralino continua, redivivo, no presente, até no respeitante às singularidades primitivas da cooperação. Há, no substratum, qualquer discrepância específica entre o moderno cooperativismo e o puxirão dos ameríndios de ontem?

A história cede à pré-história o direito de estabelecer a origem e a época do primeiro amanho da terra, no Brasil. F. C. Hoehne, ocupando-se da „Botânica e Agricultura no Brasil, no século XVI", afirma que, „remontando aos primórdios da descoberta, verificamos que os selvagens, que aqui habitavam, possuiam muitas espécies uteis em cultura, as quais, por sua natureza, demonstraram ser fruto de muitos séculos de seleção e aperfeiçoamento cultural".

Ao tempo da descoberta, a costa catarinense se povoava de gentios tupís-guaranís, „domésticos, pouco belicosos e de boa razão", no dizer de Gabriel Soares, caracterizados, no espaço, pela mobilidade paulatina e monolinear, marginal ao Atlântico e em direitura ao

norte. O resto do território constituia domínio dos gês, exceção feita a determinada superfície parabólica nas lindes de Chapecó com as missões argentinas, onde os cainguás, túpicos, (ainda tão pouco estudados, tão mal compreendidos e tidos à conta de caingangues...) viviam vida ripária, mas não divorciados, completamente, do labor agrícola.

O trato da terra não era comum aos gês, nômades e guerreiros, enquanto que os tupís-guaranís costeiros conheciam e praticavam, à similhança de hoje, o cultivo da mandioca, da batata doce, do aipí, do algodão e outras fibras, da banana, do milho, de tubérculos diversos, do fumo etc.

Ao fixar-se em costas catarinetas, esflorando-as em nome e para grandeza de tronos transatlânticos, o branco se „indianizou ao invés de o índio se europeizar", como tão bem observou a inteligência desanuviada de Pedro Calmon. Assimilado, paradoxalmente, teria o branco que imitar o silvícola brasiliano, na talassofilia, na habitação, na agricultura, na terapêutica, na alimentação, transfundindo, nas gerações posteriores, a somação dos atributos somáticos e psíquicos do íncola pacífico, cuja ancestralidade demoraria longe, em místicas plagas asiáticas...

O povoamento vicentista da costa aduziu às espécies cultivadas a cana-de-açucar, o trigo, a cevada, o marmeleiro, transplantando, naturalmente, as culturas que medravam nos „ares frios e temperados como em Espanha", de S. Vicente. E, possivelmente, tambem, a videira, de-vez-que a viticultura — dizem-no Gabriel Soares, frei Vicente do Salvador, Hoehne, Antonil, Taques etc. — se achava bem desenvolvida alí.

Povoamento, porêm, e re-povoamento, embora processados segundo orientação agrícola, fugiram, à vista de razões super-venientes, sobejamente conhecidas, ao vetor pré-traçado, convergindo o segundo, especialmente, em derrota aos campos sulinos, sob a atração da pecuária. Pesca e pecuária determinaram o abandono da agricultura, em fase de estagnação e lembrada, apenas, pela farinha de mandioca, que era o essencial à ali-

mentação, ou por um que outro produto necessário ao escambo com objetos manufaturados, trazidos pelos barcos de diferentes nacionalidades, aqui aportados para aguada.

À colonização açoreana, com seus milhares de braços, excedentes no Açores, se atribuiria o encargo de desenvolver a cultura da terra, já no espaço, já na variedade. „A vinda dos colonos açoreanos foi de grande proveito — dí-lo Fonseca Galvão, relativamente à Laguna e que pode ser generalizado ao litoral — para a povoação existente, quase que exclusivamente dedicada à pesca, ao cultivo da mandioca e de alguns legumes. Eles ensinaram a cultivar o trigo, o linho e a prepará-los para os mestéres da vida, alem de dar maior desenvolvimento àquelas indústrias".

Tendo o auxílio valioso do binômio edáfico-ecológico, os colonizadores insulares tentaram o estabelecimento duma civilização substancialmente agrícola, no que fracassaram, já pêla eclosão da tendência marítima, materializada na pesca, dos ilheus; já pêla falta de braços escravos, consequente ao pauperismo dos brancos; já pêlas facilidades mesológicas à alimentação, como, ainda, pelas resoluções drásticas e desconexas da administração, empenhada em bem servir a metrópole, sem preocupação de meios. D. José de Melo Manoel, por exemplo, obrigou os lavradores à plantação, em cada cem braças quadradas de terra cultivada, de 100 pés de algodão, muito embora se „produzisse linho três vezes no ano, com abundância". Na própria cultura do linho, ainda, exigia o govêrno a preferência ao cânhamo, a-pesar-de o donzela ser mais compensador. E' que, com o cânhamo, se tessiam cordas e amarras, justamente o de que careciam as náus metropolitanas. Mas, os agricultores, contrariados, contrariavam, fervendo as sementes da espécie bem-querida do govêrno...

Ainda ao govêrno se deve a plantação, indiretamente obrigatória, da cana-de-açucar, mercê de soldados licenciados para êsse fim. Processada por efeito de imitação ao nordeste, a cultura sacarífera logrou expandir-se, chegando a produzir, em certa safra, 41.129

quilos de açucar e 186.200 litros de aguardente, desperdiçados êstes, postos fora, „por falta de vasilhame". Anos depois, importava-se açucar para o consumo...

O imitativismo, corolário, aliás, da imprevidência, traumatizou o expansionismo agrícola de Santa Catarina. Bastava que certa cultura se desenvolvesse em qualquer província. para que se visse, paralelamente, iniciada e fomentada aqui, sem considerações quanto à exequibilidade da respectiva plantação. A cada iniciativa sobrepairou, sempre, o acaso, a displicência a confusão.

Quando a administração provincial incrementou a cultivação do café, fê-lo „tendo em vista a éra de prosperidade que desfrutavam as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais", à custa do grão rubiáceo. Somenos importância atribuiu, todavia, ao fato de que a cultura cafeeira é extensiva e requer, fundamentalmente, muitos braços e muita terra, além de condições básicas de compatibilidade agrária. E Santa Catarina não dispunha nem de uma nem de outra cousa. Aquí, a pequena propriedade surgiu muito cedo, partilhando em demasia o território, e o coeficiente da população escrava jamais alcançou expressão ponderavel.

Paulo José Miguel de Brito („Memória política") exprime, com fidelidade, a história da agricultura nas terras catarinenses, até 1810: „A massa total das produções, que, por êsse meio da agricultura, se poderia tirar do terreno da Capitania, seria imensa e de um extremo valor, se a esta vantagem ou vantagens não tivesse servido de obstáculo um mau sistema de administração desde o ano de 1753, ou, para melhor dizer, desde a sua colonização; e, ainda assim mesmo, a agricultura tem tido um progressivo aumento, porém vagaroso, e êste mesmo aumento se deve quase todo à natureza, bem pouco à arte e nada à administração".

*
* *

O abandono à terra, pelos colonizadores da faixa litorânea de Santa Catarina, não se viu concretizado em função, apenas, das influências sociais manifestadas

a-cima e às quais não conseguiam êles estabelecer reação. As de ordem biológica agiram em consonância àquelas, com intensidade igual ou maior, determinando aos açoreanos e madeirenses a integração no mar, que era o seu meio.

Saint-Hilaire observou bem o fenômeno, transfundido nos descendentes daqueles insulares: „acostumados, desde a infância, a expor-se em frágeis canoas, aos perigos do mar agitado, os habitantes da ilha de Santa Catarina têm, por assim dizer, o oceano como o seu elemento e são ótimos marinheiros".

A exiguidade de tempo e de espaço não nos permite maiores considerações sôbre o açoreano em Santa Catarina. Deixamos o assunto para melhor análise na „Monografia estatístico-descritiva de Florianópolis", ora em elaboração.

***

Reduzida a alimentação ao peixe e ao pirão de farinha de mandioca, exatamente como hoje, os descendentes dos primitivos colonos se viram contingenciados a plantar essa euforbiácea, de-vez-que, quanto à obtenção do primeiro elemento, tôdas as facilidades ocorriam, face à extrema piscosidade das águas catarinenses, piscosidade que arrancara interjeições de espanto a Lesson, Krusenstern, Langsdorff e quantos viajantes europeus por aqui passaram, em épocas diferentes.

Plantou-se, então, mandioca. A constituição silicosa do terreno favoreceu o desenvolvimento dos tubérculos, tanto bastando para que tivessemos, em plena expansão, um ciclo de monocultura que duraria avantajado número de lustros.

A mandioca constituiu um paradoxo em nossa economia agrária. Si, de uma parte, despertou a apatia das populações litorâneas, levando-as do caniço à enxada, evitou, de outro lado, o aparecimento e desenvolvimento de outras culturas necessárias. Farinhava-se para o gasto, para a exportação e „para a troca com os

poucos objetos de que cada um necessita", consoante o depoimento oficial do presidente Gama Rosa.

Em muito menor escala, apareceram as culturas da cana-de-açucar, do feijão, do milho, do arroz. Todas, porêm, processadas ao acaso, a jeito dos indígenas pré-cabralinos, porque „os nossos lavradores, aferrados ao que ao que viram praticar seus antepassados, não procuram, apartando-se da antiga rotina, bem amanhar o terreno, melhorar de sementes e ensaiar o cultivo de novas plantas, nem buscam por máquinas suprir a fôrça dos braços humanos, tanto que, (quem nô-lo afirma é o presidente Coutinho) apresentando-se um engenho de torrar farinha, não têm êles tratado de adquirir iguais, e êsse mesmo não consta que tenha trabalhado além dos dias de experiência".

***

A colonização alemã, a italiana e, mais tarde, a de outras etnias, transplantaram para aqui espécies nativas em seus respectivos céspedes, modificando, dessarte, no tocante à variedade, o panorama agrícola do Estado, e enriquecendo-o com novos métodos de cultura, com aplicações mecânicas. Nos lotes coloniais se firmou a policultura, que se não expandiu sinão lentamente, por efeito, principalmente, das dificuldades consequentes à ausência de vias de circulação e de crédito. Segregados em meio às matas, mal dispunham os colonos, para o transporte de suas produções, de escabrosas veredas onde mal transitavam muares.

A policultura, na pequena propriedade, se viu, paulatinamente, sucedida pêla especialização de culturas. Formaram-se, assim, regiões de tipicidade agrária ressaltante.

Na atualidade, cultivam-se, no Estado, diferentes espécies nativas e exóticas: A tabela a-baixo, fornecida pelo Departamento Estadual de Estatística, nos dá ciência da produção agrícola de Santa Catarina, em 1939 (dados sujeitos, todos, a retificações):

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
Banana	Cacho	3.605.640
Laranja	Cento	3.143.205
Limão	,,	148.944
Abacaxi	Fruto	867.110
Aguardente	Litro	2.189.635
Vinho de uva	,,	6.337.025
Aveia	Quilo	133.610
Centeio	,,	2.732.480
Cevada	,,	552.462
Trigo	,,	11.000.690
Uva	,,	12.342.420
Alfafa	,,	6.697.930
Amendoim	,,	613.734
Ervilha	,,	102.648
Favas	,,	27.383
Fumo em folha	,,	4.519.640
Alho	,,	252.372
Cebola	,,	1.475.280
Farinha de araruta	,,	510.480
Farinha de milho	,,	12.413.509
Farinha de trigo	,,	20.097.200
Fumo em rôlo	,,	302.430
Polvilho	,,	5.955.466
Arroz	Saca (60 Kg)	909.290
Milho	,,	4.204.324
Café (beneficiado)	,,	91.773
Feijão	,,	600.232
Açucar de usina	,,	63.259
Açucar de banguê	,,	223.704
Farinha de mandioca	,,	1.836.053
Batata doce	Tonelada	18.202
Batata inglesa	,,	101.483
Mandioca	,,	1.100.987
Cana-de-açucar	,,	1.050.221

Há de dizer-se que a apuração a-cima se acha incompleta, pois, à época da elaboração dêste comentário, faltavam, ainda, muitos dados numéricos referentes a diversos municípios. Mas, por aí, se vê que Santa Catarina é nitidamente policultor e que a agricultura se encontra, aquí, relativamente desenvolvida, muito aquem, todavia, de suas possibilidades e das necessidades do Estado.

Simples perpassar d'olhos na importação catarinense, em 1938, nos revela que, nesse ano, importámos nada menos que 17.341:254$000 de cereais (trigo, cevada, arroz etc.), 1.452:766$000 de frutas e 11.168:525$000 de diversos outros produtos vegetais (açucar, café etc.) Importámos, ainda, 14.129:524$000, de matérias primas textis, especialmente algodão.

Para todos êsses produtos, cuja importação tanto abala a nossa economia, Santa Catarina propícia habitat magnífico.

Resta o amparo direto e eficaz à agricultura, mercê da facilitação de transportes, de crédito e, sobretudo, de educação ao nosso homem do campo. Porque, como em 1500, como em 1810, o que se vê é devido muito pouco às artes, quase nada ao homem e quase tudo à terra...

Vê-se hoje, salvante exceções raríssimas, o que o presidente Araujo Brusque via em 1860: „A rotina com todo o frenesi de sua decrepitude"...

Principais culturas agrícolas do Estado

Mandioca — Influe na vida econômica do Estado a sua cultura. E' o mantimento generalizado na alimentação. Aplica-se a produção no preparo da farinha, em primeiro logar, depois da tapioca ou goma, tapioca e sagú, finalmente da dextrina e glucose.

Prefere-se cultivá-la nos terrenos mais pobres, esgotados, onde outras culturas não compensariam o trabalho.

Cana de açucar — Circunscreve-se a sua cultura à zona litorânea, na vizinhança do mar, onde as geadas

atuam menos. O sistema de cultura é tão rotineiro quanto o da mandioca, empregando-se, depois do terreno desbravado, a enxada. Raramente se emprega o arado no revolvimento do solo. Há bastante estabelecimentos para fabricação de açucar como de alcool e aguardente, consumidos quase totalmente dentro de Estado.

Cebola — Cultivada principalmente nos municípios de Florianópolis, distrito de Canasvieiras, como em menor escala em Biguassú e Jaguaruna.

Milho — E' a cultura praticada com o maior esmêro e figura como produto de pêso na economia estadual, tanto pelo consumo como pela exportação, principalmente nos municípios de colonização italiana e alemã.

O milho é aplicado na alimentação dos porcos, em grande escala, para a transformação dêstes em banha. Os demais empregos do milho estão no fabrico da farinha de milho, do fubá, da maisena, além do seu uso nas rações dos animais.

Feijão — Esta cultura é feita em todo o Estado, sem nenhum preparo do solo a não ser a enxada, aproveitando-se os terrenos de coivara, bons.

Alfafa — Cultiva-se no Estado, em larga escala, principalmente onde existem as melhores terras. Os municípios de Cruzeiro, São Bento e Campos Novos suplantam visivelmente os demais, nesse particular.

Arroz — Os terrenos banhados e várgeas são os preferidos para a cultura dêste cereal. Os terrenos planos ou várgeas aluvionais, de origem fluvial ou marítima, com sub-solo impermeavel, porém, mais altos que os banhados, de facil terraplenagem, são os que ostentam as belas e extensas culturas, criteriosamente executadas pelo sistema de sequeiro ou irrigação.

Trigo — E' cultivado cada vez em maior escala, em quase todos os municípios do planalto.

A produção de trigo catarinense é beneficiada em diversos moinhos do Estado. A farinha é exportada

em grande escala: em 1939, essa exportação constou de 3.636.270 quilos, no valor de 3.750:592$000.

O plantio do trigo é fomentado, paralelamente, pelos governos da União e do Estado.

Centeio — Bastante cultivado nos municípios de São-Bento, Itaiópolis, Canoinhas e Mafra, para produção de farinha escura, muito usada pelos habitantes dêsses municípios e, ainda, para exportação. Em 1939, foram exportados 162.504 quilos, no valor de 222:602$000.

Aveia — Cultivada especialmente para produção de forragem verde e sêca.

Café — Cultivado nos municípios da zona litorânea, sob abrigo de plantas diversas, como ingazeiro, bananeiras etc., que o protegem dos ventos frios e das geadas.

Tabaco — A cultura do tabaco é feita em Sta. Catarina desde longos anos.

A cultura mais extensa é a do tabaco para charutos. O plantio do tabaco é feito em terreno de barro vermelho, amarelo, silico-humifero. E' bem grande a exportação de fumo para o exterior, principalmente para a Alemanha e Holanda. Em 1939, foram exportados, para o exterior, 2.678.023 quilos (fumo em folha), no valor de 6.703:166$900.

Pomicultura

Resultante do regime de policultura, da variedade étnica de suas gentes, das suas admiraveis condições climáticas, Santa-Catarina tem, bem desenvolvida, no tocante à diversidade, a fruticultura, embora, economicamente, essa não signifique grande pêso. Encontram-se, aqui, frutos e frutas nativos como, a seu lado, as que nasceram do outro lado do Atlântico, na Europa ou na Ásia.

Em 1939, a produção catarinense, nesse gênero, foi a seguinte: 1.060.340 abacaxis, 3.605.640 cachos de bananas, 3.143.205 centos de laranjas, 1.678.761 tangerinas, 25.409.400 quilos de uvas e 6.500 quilos de espécies

diversas (abacates, marmelos, pêssegos, maçãs etc.). Conseguiu a estatística apurar os dados, acima citados, dos, apenas, principais produtos, não o fazendo, todavia, por deficiência natural de informações, dos demais, em número, por sinal apreciavel.

Cultivam-se, em Santa-Catarina, especialmente na região serrana do centro, saborosas maçãs e peras, como ameixas e marmelos e pêssegos. As frutas européias se desenvolvem tão bem ali com si, naquelas regiões, encontrassem seu verdadeiro *habitat*. Mas, a espécie mais disseminada em todo o território catarinense é, justamente, a banana, especialmente na zona litorânea. Durante longos anos a banana pontificou na escala de nossa exportação, notadamente para a Argentina, para, a final, desaparecer do comércio exterior e surgir, tão só, na exportação de cabotagem. Em 1939 sua exportação, com êsse destino consistiu em . . . . . 5.134.355 quilos, no valor de 450:914$100.

A produção de uvas, como vimos, é, tambem, grande, mas a sua quase totalidade é aproveitada para o fabrico do vinho, embora o seu consumo interno seja, de feito, ponderavel. A exportação desse fruto, em 1939, constou de 197.453 quilos, no valor de 65:271$600. Ainda na exportação ha registar que foram remetidos mais, em 1939, 224.567 quilos de frutas diversas (abacates, abacaxis, marmelos, etc.) no valor de 60:211$500.

Santa-Catarina oferece margens componsadoras ao incremento da pomicultura. Possivel é que, breve, tenhamos a registar o fomento respectivo.

Mél de Abelhas

Uma das riquezas do Estado de Santa-Catarina é sem dúvida a produção de mél e cera de abelhas.

Para o colono a apicultura é efetivamente uma boa fonte de renda; cuidando com dedicação das colmeias, e das abelhas, que são colaboradoras infatigáveis, o apicultor pode ganhar o pão de cada dia e assegurar o bem estar de sua família, perdendo pouco tempo e com pouco trabalho. A cera e o mél são de facil venda. A

fecundação das flores pelas abelhas é de valor incalculavel; porisso devia-se cuidar da *pomicultura* para se completar a exploração das riquezas da bondosa terra catarinense.

O clima e as matas favorecem a apicultura em nosso Estado.

O mél do Estado de Santa-Catarina é de qualidade tão excelente, que, sem exagero, pode ser classificado entre os melhores do mundo.

Desde que se cuide do tratamento na colheita e se observe a máxima limpeza em todas as operações na extração do mél, seu acondicionamento etc. é seguro o êxito da exportação e do consumo. — No ano de 1939 pode-se calcular a produção em 300.000 kgs. Os principais centros de produção são: Bom-Retiro, São Joaquim, Salto-Grande, Barracão, Tubarão, Braço-do-Norte e Urussanga. — Onde se encontre colonos alemães ou teutos, em nosso Estado, há tambem a cultura de abelhas e consequentemente do mél. „Mél em casa, substitue o médico" diz o provérbio...

Notas sobre a Viti-vinicultúra em Urussanga

José Caruso Macdonald

A cultura da parreira em Urussanga teve o seu começo na primeira época da colonização nesta zona (1878-1886). O colono italiano trazia consigo, da pátria abandonada, os hábitos agrícolas e os conhecimentos, embora empíricos, das culturas pátrias, entre as quais se distinguiam as da parreira.

Derrubadas suas matas, depois de cultivar os cereais e as leguminosas indispensaveis à sua alimentação, os nossos colonos trataram logo da plantação das videiras.

Não tendo porém dado boa prova os bacelos de videiras européias, que trouxeram de sua terra longinqua, em seus sacos de viagem, quiseram experimentar bacelos de parreira „Isabel" que obtiveram de antigos

agricultores destas vizinhanças. Os primeiros vinhos, produzidos por eles, em quantidade muito diminuta e obtidos por processos primitivos encontraram franca aceitação, nesta zona, embora o paladar fosse bem diferente do dos vinhos italianos. O sabor de avulpinado dos vinhos de „Isabel" e os defeitos inherentes ao seu processo de fabricação faziam com que o consumo fosse limitado a poucas famílias, tanto mais que estes vinhos mal se conservavam, deteriorando-se facilmente. De outro lado,os novos produtos vinícolas urussanguenses não teriam podido concorrer com os similares importados do Rio-Grande-do-Sul, já pela qualidade, como pelos preços. Ulteriormente foram experimentados mais alguns bacelos de videiras européias, de castas julgadas de mais facil aclimação, porém o resultado foi desanimador; pois não as tratando convenientemente foram atacadas pelas moléstias e destruidas. Em vista disto foi abandonada definitivamente a idéia de plantar parreiras européias, continuando com o cultivo de uva „Isabel".

Devemos retroceder a 1915 para constatar um fato novo. Um colono vindo do Rio-Grande-do-Sul e, trouxe alguns bacelos de uma parreira produtora de uvas rosadas de que desconhecia o nome, mas da qual elogiava as boas qualidades.

Mais tarde foi individualizada; era uma híbrida de nome „Goethe" cuja cultivação tinha-se extendido na zona de Caxias, no Rio-Grande-do-Sul. Aqui foi recebida com uma certa desconfiança, devido aos precedentes insucessos, porém tendo alguns colonos das imediações desta vila, tentado a sua cultura, depois de alguns anos de experiência, tiveram resultados bem satisfatórios. Na realidade, esta parreira demonstrou se muito rústica, bem produtiva e resistente às molestias. Os primeiros vinhos brancos obtidos destas uvas experimentados em importantes mercados de consumo foram muito apreciados, encorajando-se desta forma a constituição de novos parreirais de uvas rosadas e o maior desenvolvimento dos parrerais velhos. O vinho branco, produzido por um número limitado de vinicultores desta vila, foi adquirindo cada dia mais, nova fama, sendo no dia de hoje, bem aceito nos grandes merca-

dos de Rio-de-Janeiro, São-Paulo, Curitiba etc. Até em Porto-Alegre, que é o maior centro vinícola do sul do País, são muito apreciados os vinhos brancos de Urussanga, sendo bastante elogiados pelos gauchos.

Nestes últimos anos foram creados novos e extensos parrerais alguns dos quais com mais de 10.000 pés de uvas rosadas, próprias para o fabrico do vinho branco.

Outras castas de uvas foram experimentadas, entre as quais a „Gaillard 157" para fábrico de vinho branco, e a „Concord", „Tercy" e „Baco nº. 1" para vinho tinto, podem ser julgadas de experiência, não tendo se extendido o seu plantio.

Uvas de mesa, embora em pequena escala, estão sendo cultivadas; entre elas a „Delaware", a „Golden Queen", a „Chasselas doré" e a „Moscatel de Alexandria" mas a produção delas é muito diminuta.

Felizmente até hoje as molestias que atacam as parreiras, como: a „peronospora", a „antracnose" e o „oidium", poucos prejuizos tem causado; se o tempo correr úmido, durante a floração, não é raro que caiam ao solo, com abundância, as flores, como assim os cachinhos recem formados, reduzindo grandemente as colheitas. Parasitas animais, como o *cascudo* („Altica ampelophaga") atacam as folhas, com especialidade as das parreiras híbridas, causando grandes estragos, pela destruição quasi completa da folhagem. Da terrivel „philloxera" até hoje temos ficado imunes.

Devido às vicissitudes atmosféricas, apareceu nestes últimos anos, uma praga que está ameaçando os nossos parreirais e, si não for combatida eficazmente, poderá, dentro de 3 ou 4 anos, causar a completa destruição das nossas plantações. Trata-se de uma cochonilha (piolho) cujo nome cientifico é „Mesolecanium uvicola", que ataca os troncos e os galhos das parreiras e que determina um depauperamento progressivo da planta até secar.

As formigas tambem causam graves prejuizos aos parreirais na primeira época do seu ciclo vegetativo; os marimbondos e os pássaros atacam as uvas maduras reduzindo consideravelmente as colheitas; enfim os

viticultores não navegam em um mar de rosas e si não derem prova de muita atividade no combate às pragas acima indicadas, correm o risco de ver seus esforços completamente baldados.

São raras as cantinas construidas de conformidade com as exigências da técnica vinícola, embora sejam providas dos aparelhos indispensáveis para o fabrico do vinho de mesa, como assim de tanques e tinas-pipas em cimento armado, prensas, filtros, etc.

Ainda não se exportam uvas de mesa, devido não tanto à qualidade das uvas, pouco resistentes às longas viagens, como às dificuldades de transporte e à falta absoluta de ambientes frigoríficos, nos meios de transportes.

A Sericicultura em Santa-Catarina

Lourival Câmara

Introduzida, no Estado, pelos colonos italianos, originariamente familiarizados a esse gênero de atividade, a sericicultura não tomou, entre nós, até o instante o incremento desejado e, mesmo, reclamado pelas fábricas de fiação e tecelagem. A matéria prima exigida por êsses estabelecimentos continua a ser importada, quando, em verdade, o Estado oferece magníficas possibilidades ao cultivo e intensificação do bicho da seda.

Desenvolveu-se bem o ramo sericícola, em Nova-Trento, onde, até hoje, é olhado com otimismo. Possivel é que, com a criação pelo Governo do Estado, do Serviço de Sericicultura, tome esta fomento compativel. A produção vai aumentando auspiciosamente: em 1938, produziram-se 1.386 quilos de casulos, no valor de 8:036$500, e 139 quilos de fio, no valor de 20:850$000. Em 1939, a produção foi de 1.409 quilos de casulos, no valor de 6:489$800, e 141 quilos de fio, valorizados em 21:150$000. Em 1940 (não computada, ainda, parte da 3ª. criação), a produção foi de 3.273 quilos de casulos, no valor de 19:638$000, e 327 quilos de fio, no valor de 65:400$000.

Não temos dúvidas de que futuro radioso se reserva à sericicultura. E repetimos, por oportunas, as

palavras que, em 1903, o coronel Vidal Ramos, então governador, dirigiu, a respeito, ao Congresso do Estado: „Uma indústria que pode vir a ser, em Santa-Catarina, um importante elemento de riqueza, é a da seda, visto que, com ela, não se dá o que sucede em outras que têm de ir buscar no exterior a matéria prima. Entre nós, a amoreira pode dar até 8 colheitas anuais, ao passo que, na Europa, não alcança mais de duas. A produção da seda, pode, portanto, desenvolver-se com vantagens, especialmente, entre os nossos colonos italianos, que conhecem bastante essa indústria".

Repartições de Fomento Agrícola

A Agricultura está sob a jurisdição da Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura, a qual estão subordinadas as Diretorias de Sericultura, de Fomento de Produção Animal e de Fomento de Produção Vegetal.

O Fomento da Produção Vegetal, possue sob sua orientação, 10 campos de sementes, Lajes, Tubarão, Canoinhas, Poço-Preto (município de Porto-União) São Pedro, (município de São-José), Joinville, Cruzeiro, Mafra, e São-Bento.

O fim destas estações é selecionar sementes e distribuí-las aos agricultores inscritos, como tambem plantas, dar ensinamento prático do manejo das máquinas agrícolas, dando assim uma assistência técnica, e tudo isto gratuitamente.

Além disso dão instrução para o preparo da terra, plantio e desinfecções da cultura.

Tem para esse fim um técnico especialista que dá consultas gratuitas

Basta o interessado, se dirigir, por carta ao „Serviço de Defesa Sanitária Vegetal" Rua Conselheiro Mafra, 41 - B. Florianópolis.

Tambem possue o Estado em acordo com o Ministério da Agricultura, o serviço de Econômia Rural, que trata da organização de cooperativas, caixas Raiffesen, classificação de produtos agrícolas, etc. que se relacionem com a Econômia Agrícola.

Plantação de ananazes.

Balsa de cedros, saindo com a enchente do Rio Uruguai
para a Argentina. (Distrito de Itá).

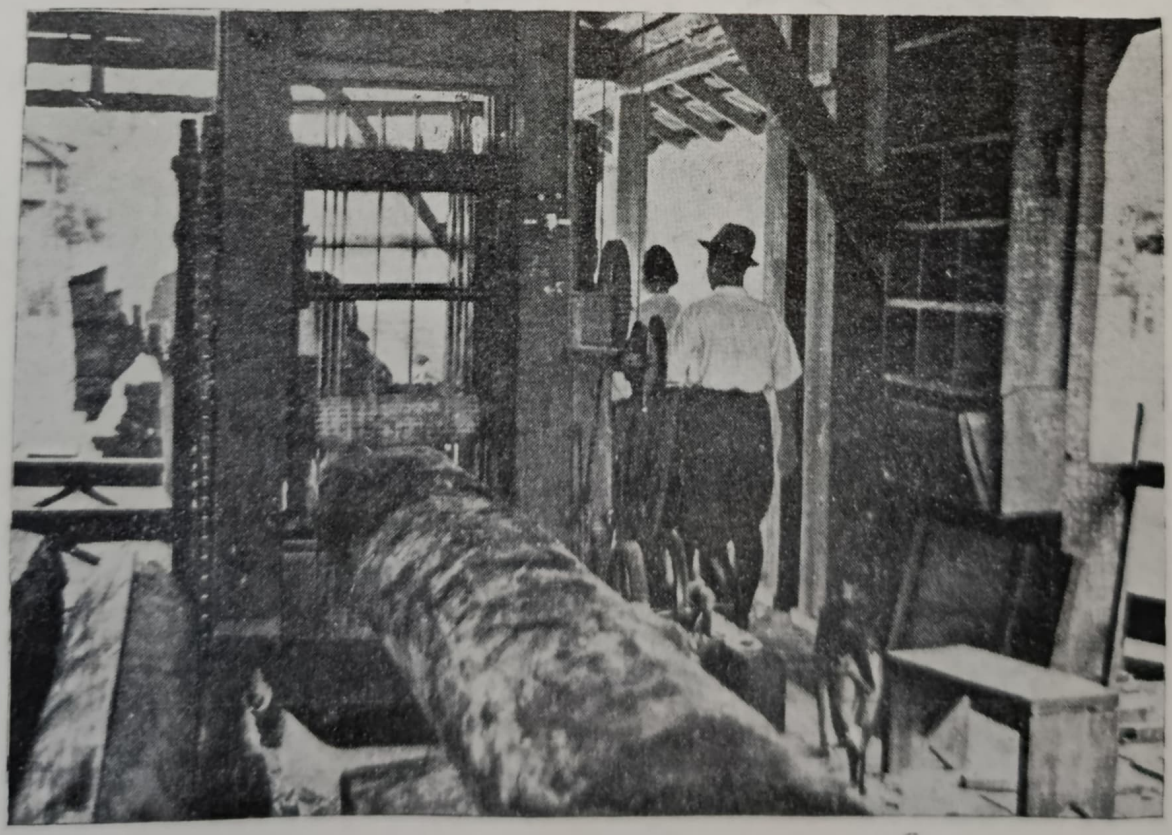
Transporte de madeira no Rio Uruguai — Porto-Feliz

Toras de madeiras prontas para transporte
Rio do Sul — Sta. Catarina

Transporte de toras — Rio do Sul — Sta. Catarina

Carregamento mecanico de toras
Brasilian Lumber Company incorporada ao Patrimonio Nacional
Canoinhas — Sta. Catarina

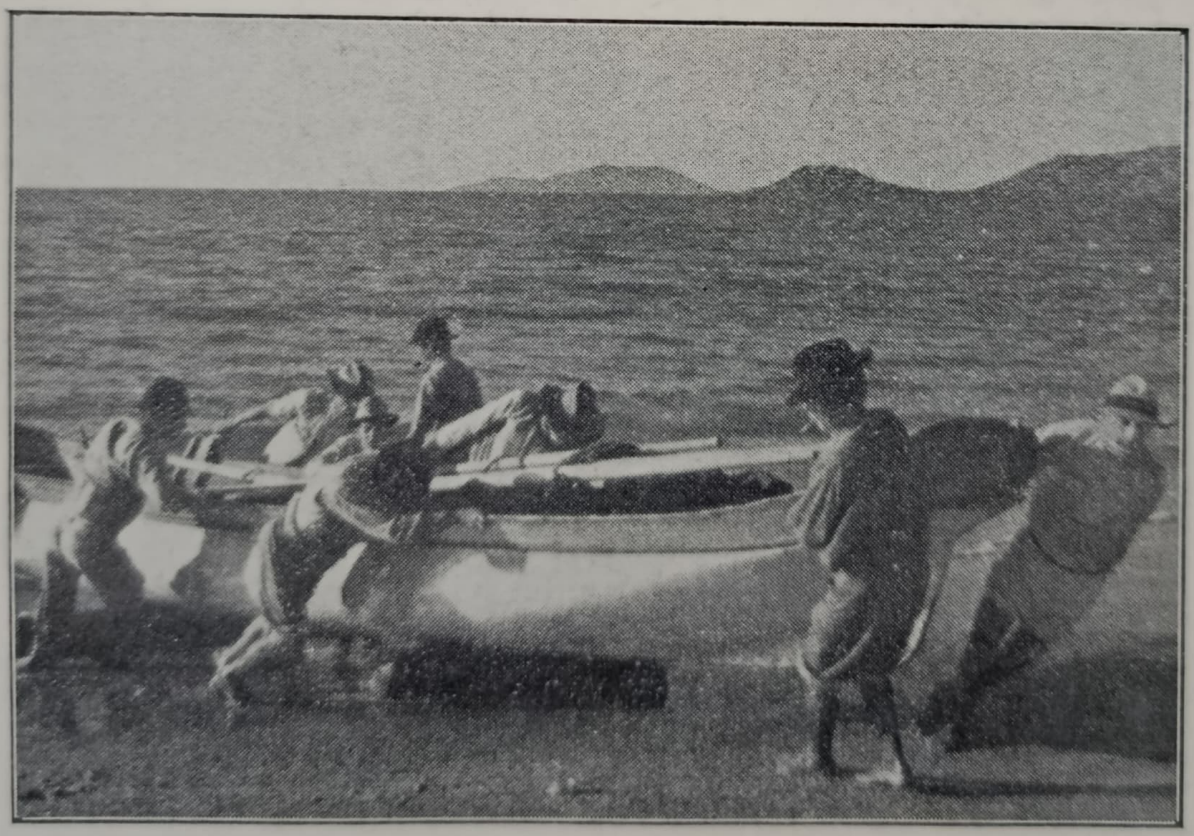
Serraria em Itapu'
Cruzeiro — Sta. Catarina



Vista interior da serraria

Moinho d'água
aproveitado para indústria

Recolha de rede
Praia de Camboriu' — Sta. Catarina

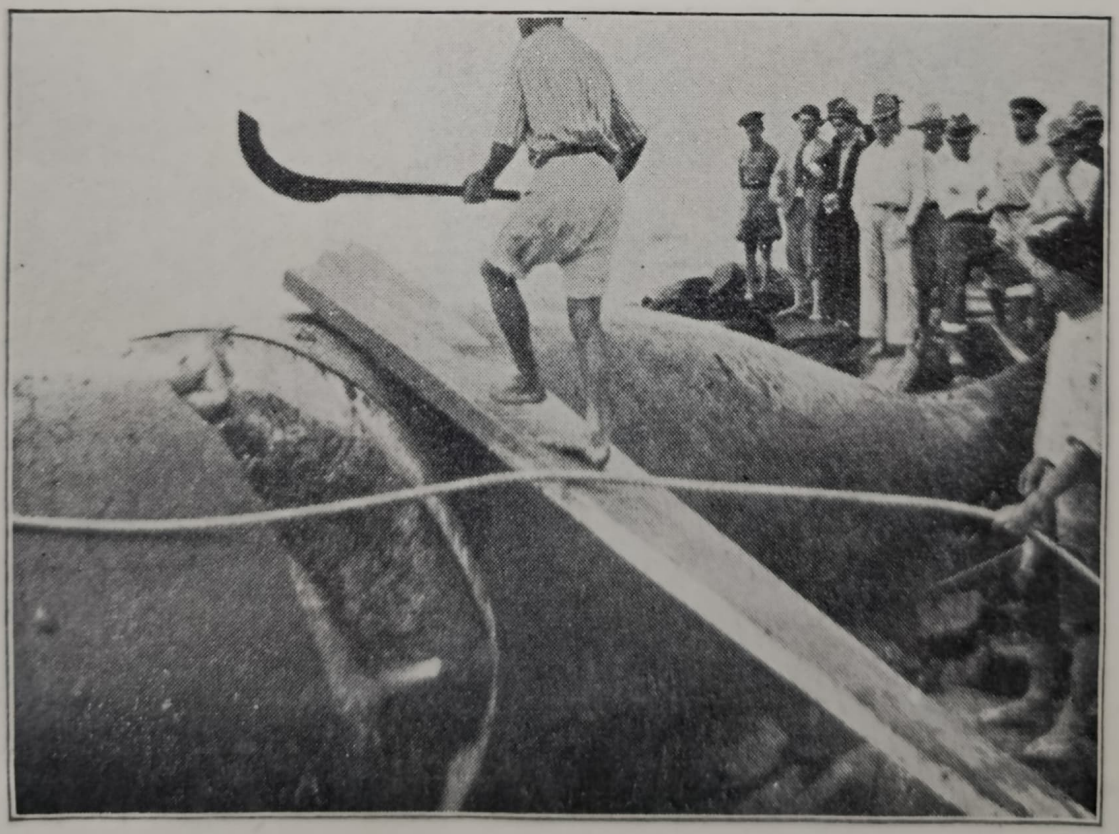


Volta da pescaria — Praia de Canasvieiras — Florianopolis

Lance de tarrafa — Florianópolis

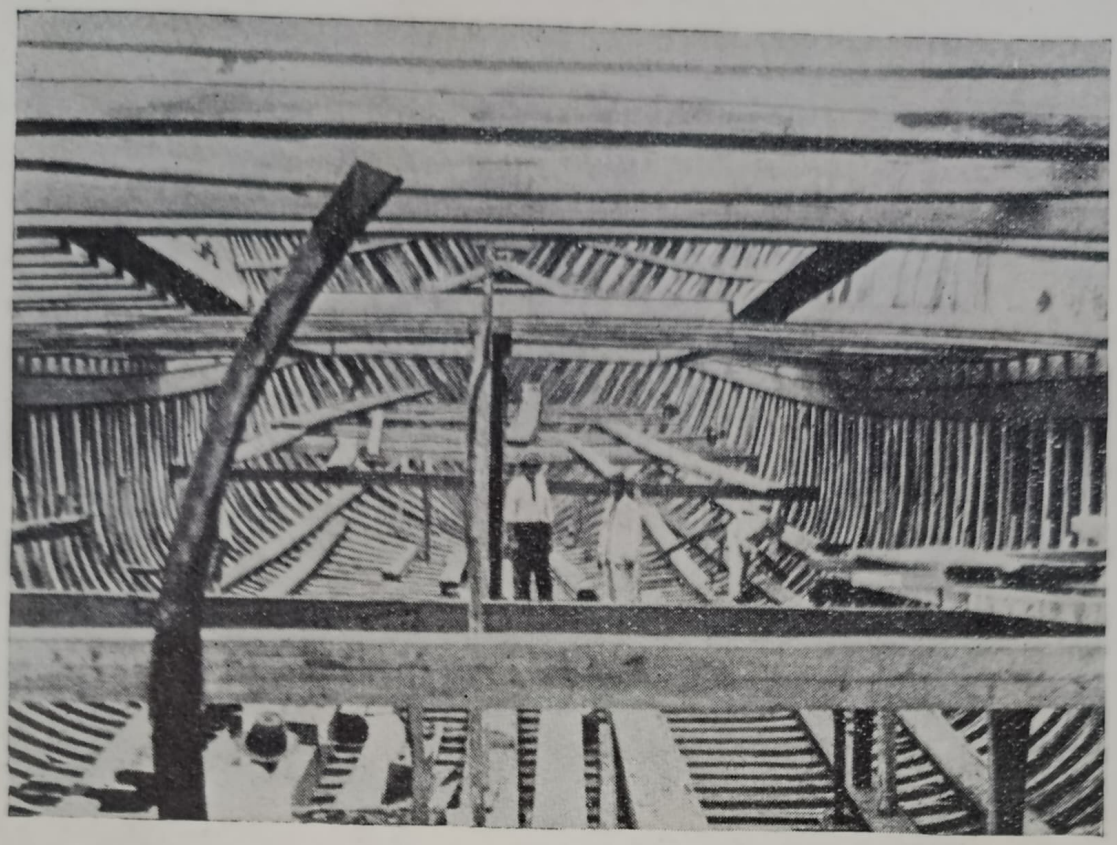
Recolha da tarrafa — Armação — Florianópolis

Pescaria de tainhas
Praia de Canasvieiras — Florianópolis



Retalhamento de uma baleia — Praia da Armação
(antiga estação de pesca da baleia) — Florianópolis

Antigo abrigo de pescadores em Imbituba

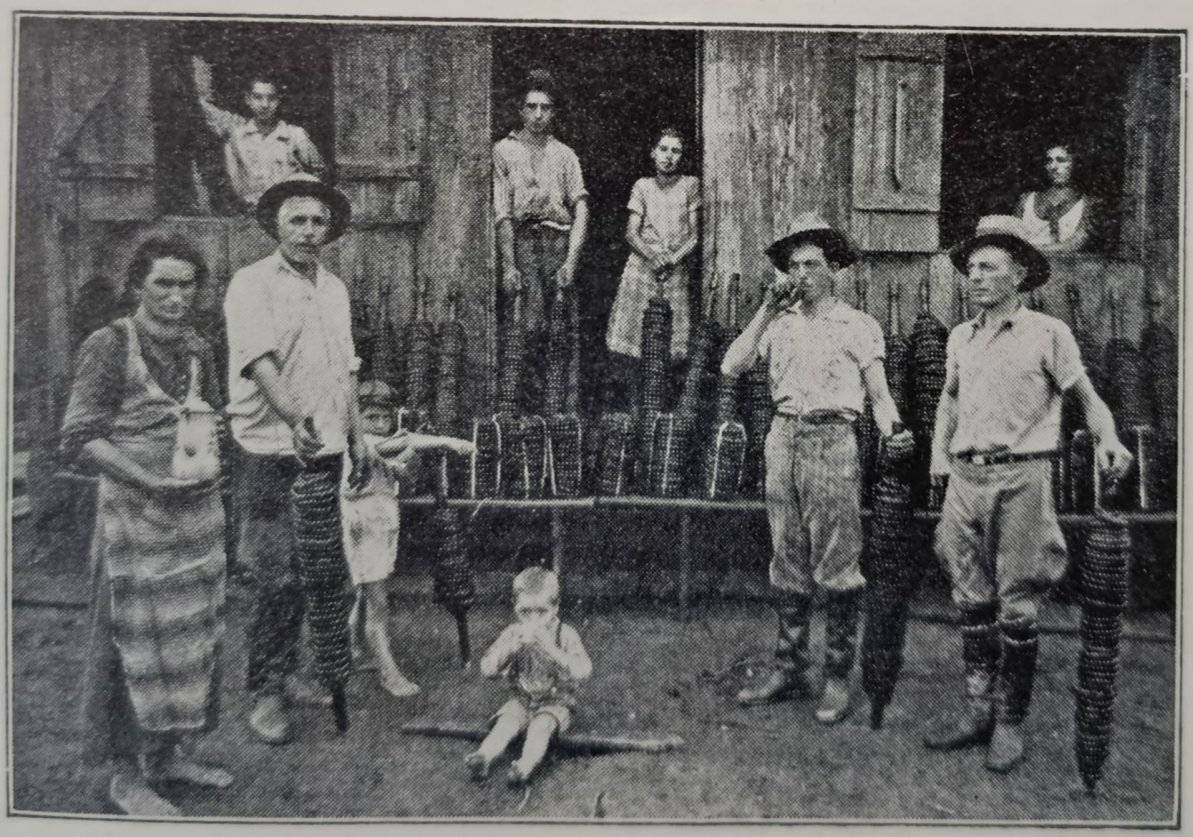


Barcos em construção nos conhecidos estaleiros da Laguna

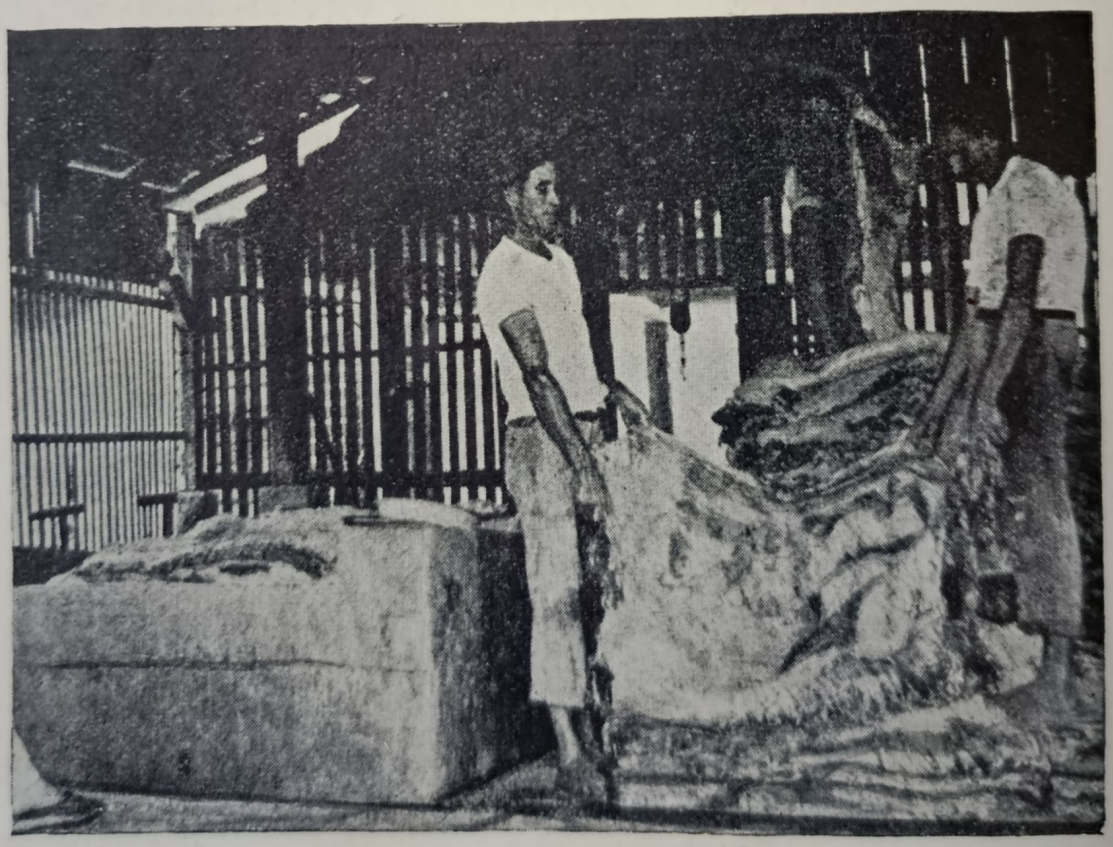
Vista da proa de uma barca em construção
nos estaleiros da Laguna

Fábrica de produtos suinos

Fábrica de Banha
Turvo — Araranguá — Sta. Catarina



Pequeno fabricante de fumo em corda
Cresciuma — Sta. Catarina



Salgação e preparo de couros — Gaspar

INDÚSTRIA EXTRATIVA

O Mate no plano econômico do Estado Novo

Carlos Gomes de Oliveira

As preocupações econômicas e sociais da política inaugurada no país, pelo Presidente Getúlio Vargas, e que constituem fundamento do Estado Novo, não podiam ter esquecido o Mate.

De fato, as atividades dedicadas ao mate abrangem cêrca de 20.000 produtores com mais de 100.000.000 de quilos de produção, e 30 firmas industriais representando um capital de 19.401:000$000, invertidos nas indústrias de beneficiamento, interessando vastas zonas do „hinterland" dos Estados do Paraná, de Santa-Catarina, do Rio-Grande, de Mato-Grosso e mesmo de São-Paulo.

A desorganização, porém, atropelava o esfôrço dos que se dedicam à extração e à indústria do mate.

Natural era, assim, que se criasse um órgão orientador das atividades ervateiras.

O Instituto Nacional do Mate é esse órgão.

E aí o temos, procurando organizar esse setor econômico, encarando, como encarou, os grandes problemas que há muito estavam esperando solução.

E, em um ano de existência, podemos contemplar já alguma coisa feita.

A exportação foi disciplinada de modo a tranquilizar os exportadores e defender a nossa economia, sempre a maior sacrificada nas especulações baixistas. Os resultados dessa orientação foram os mais satisfatórios.

Sem fazer política de valorização, que não se compreenderia nem se admitiria, fixaram-se preços que atendem à realidade do nosso comércio, sem inconvenientes para os importadores estrangeiros.

Passou-se, depois, a encarar o produtor. Era preciso defendê-lo das incertezas e das especulações de que tambem tem sido vítima.

Na base dos preços de exportação, estabeleceu-se tambem para ele um preço que remunera suficientemente o seu esfôrço.

Esses preços, porém, dificilmente serão mantidos se não se puder descongestionar os centros produtores, do afluxo de mate colhido nos dois meses de safra.

E um convênio já feito com a Carteira Agrícola do Banco do Brasil, proporcionará os meios financeiros necessários à manutenção dos preços, questão fundamental para o produtor.

A conquista de novos mercados está sendo encarada com o cuidado que uma propagada bem orientada exige.

No País, ao Norte e ao Sul, e nesta Capital, o nosso comparecimento às feiras tem permitido um contato direto do consumidor nacional com o mate.

Pela imprensa, com publicidade, tem-se procurado focalizá-lo.

E um plano de ação sistematizada foi elaborado e está em execução.

No estrangeiro, as feiras de Nova York e São-Francisco foram oportunidades magníficas para uma tentativa de propaganda no imenso mercado norte-americano. E as perspectivas que alí se nos oferecem, com as várias propostas apresentadas por organizações americanas, são as mais alviçareiras.

E, coroando já o esfôrço deste primeiro ano de esforços, o Presidente do Instituto, Sr. Diniz Júnior, leva a termo um convênio com a Argentina, que, desenvolvendo a nossa exportação, corrige erros passados e estreita relações com o país amigo.

Assim, vencendo dificuldades naturais num início de atividades, com assuntos complexos a atender, é certo que ao Instituto, a que está reservado uma grande e utilíssima função na nossa economia, há de cumprir no setor ervateiro as finalidades que o Estado Novo lhe determinou.

Indústria de Madeiras

Santa-Catarina tem, na extração de madeiras, um dos maiores sustentáculos de sua economia. No Brasil, aliás, nosso Estado ocupa o primeiro lugar relativamente à exportação de madeiras para o exterior. Mais da metade da madeira nacional, encaminhada para países europeus, procede de Santa-Catarina, de suas zonas fisiográficas serrana do centro e oeste, principalmente, dos municípios de Mafra, Caçador, Canoinhas, Xapecó e, ainda, Rio-do-Sul e Bom-Retiro.

A pesar das incessantes derribadas, encontram-se, ainda, nesses municípios, extensas áreas inatingidas, notadamente de Pinho do Brasil (Araucaria Brasiliana — Lam.). No intuito de avaliar a reserva catarinense dessa espécie, o Departamento Estadual de Estatística, em colaboração com o Sindicato Patronal de Madeireiros, de Joinville, lançou circunstanciado inquérito, colhendo, até julho de 1940, os seguintes dados: nos pinheirais de Rio-do-Sul, foi avaliada a existência de 673.000 pinheiros, cuja altura média é de 15 mts. e cujo caule

tem mais de 16 polegadas; em Bom-Retiro, 5.888.200 pinheiros; em Campo-Alegre, 240.200; em Canoinhas, 4.301:100; em Itaiópolis, 1.777.000; em Mafra, 1.666.550; em São-Bento, 644.400; em Curitibanos, 15.950.000; em Lajes, 31.800.000; em São-Joaquim, 10.970.000; em Caçador, 1.512.290; em Pôrto-União, 1.565.000; — pinheiros, todos êsses últimos com altura variavel, compreendida entre 13 e 16 metros.

Vê-se, dessarte, que é enorme a reserva catarinense de Pinho do Brasil. Santa-Catarina, porém, explora e exporta outras espécies, entre as quais cumpre ressaltar: canela, imbuia, cedro e peroba.

Em 1939, exportámos, para o exterior e interior, nada menos que 221.033 toneladas de madeiras, no valor comercial de 63.368:679$000, dos quais 251.835 metros cúbicos (avaliados em 34.734:101$500), para o exterior. Foram nossos principais compradores a Argentina, que absorveu cêrca de 90% do total para o exterior, Alemanha e União Sul Africana.

Os madeireiros não desenvolveram, ainda, adequadamente, sua indústria, devido à falta, premente, de transportes. Não raros milhares de metros cúbicos se têm perdido, por fôrça, justamente, desse fator.

Indústria da Pesca

As costas de Santa-Catarina são imensamente piscosas. Encontram-se em abundância as mais apreciadas espécies de peixes, moluscos e cetáceos.

Fazendo um retrospecto aos tempos coloniais, verificamos que havia no Estado seis grandes estabelecimentos para a *pesca de baleias* — pesca esta que se tornou famosa. A abundância do valioso cetáceo era tal que, anos houve, em que a pesca na Armação de Itapecoroi e da Graça atingiu, em cada uma, a 1.000 baleias.

No ano de 1774 fez o Govêrno Português um contrato de 12 anos com a firma portuguesa Inácio Pedro Quintella & Cia. Esta firma foi obrigada a pagar anual-

mente, durante a vigência desse contrato, 40 contos de réis, uma soma extraordinária nesse tempo.

A pesar disto ganhou esta firma, durante 12 anos, 4 milhões de cruzados, que deve ser um dos maiores lucros naquele tempo.

Esta firma fez a pesca da baleia nas costas catarinenses e erigia maiores instalações na Armação onde se encontra ainda hoje os grandes tanques utilizados para purificar o óleo da baleia.

Houve anos em que a renda da pesca foi de 200 a 300 mil cruzados para os contratantes e 10 mil ao govêrno. (Um cruzado correspondia a $400 reis).

A industrialização da baleia data de 1603 e, a pesar da utilização de processos antiquados, desenvolveu-se muito.

A falta de capitais para o seu desenvolvimento e de organização perfeita motivou o desinteresse de tão lucrativa indústria, começando a industrialização da baleia a decair no princípio do século XIX.

A época do aparecimento da baleia na costa catarinense está compreendida entre agosto e outubro.

Nos últimos dois anos, tanto na faixa litorânea de Florianópolis, como na de Imbituba, diversas pessoas se arrojaram à dificil empresa, sem contudo obter o resultado almejado, em vista de não se acharem as mesmas devidamente aparelhadas para pesca como para indústria do gigante dos mares, acontecendo, como consequência, o não aproveitamento de mais da metade das abatidas.

É de se lastimar que esta pesca em outros tempos tão desenvolvida esteja declinando cada vez mais em nossos dias, resultado das grandes pescas nos mares do Adriatico.

***

Da enorme variedade de pescados devem ser referidos como capazes de oferecer interesse comercial,

a anchova (peixe do corso), a tainha (idem), o bagre, a miraguaia, o cação, as tainhotas, as garoupas, as corvinas, o robalo, a pejareba, o polvo, o paratí, a corcoroca, o pampo, o peixe espada, o agulha, a savelha, o galo, o mero, o bacalhau, o caranha, o burriquete, a arraia, o badejo, o peixe porco, a sardinha, o linguado, a sororoca.

Os pescados de toda a costa catarinense são conhecidos pela sua excelência e é grande a sua procura.

Com a instalação do frigorífico no Mercado Público de Florianópolis, dotado dos mais modernos processos de refrigeração, ficarão desde logo amparados todos os pescadores, que fazem o seu comércio diário com esta Capital, como tambem os de zonas afastadas, pois terão agora, no frigorífico, o ponto de apôio seguro para a colocação de seu pescado.

O movimento pesqueiro em nosso Estado, na maioria sujeito a épocas determinadas, como vimos acima, é natural que nessas ocasiões, haja grande quantidade da variedade comum à época, superlotando os mercados e invariavelmente deteriorando centenas de milhares de espécimes, por haver falta da venda imediata.

Hoje, com a instalação do frigorífico para peixe, recem-construido para ser aproveitado o pescado, graças à fecunda administração do Interventor Nereu Ramos, está resolvido em grande parte este magno problema e o aproveitamento do trabalho dessa laboriosa gente.

A pesca da tainha, tão conhecida e falada na Ilha, é notavel nos meses de Abril, Maio e Junho quando enormes cardumes de tainhas do corso invadem o canal em direção à Lagoa da Conceição, que se acha situada horizontalmente com a costa oriental da Ilha de Santa Catarina, tendo a extensão de 7.500 braças e a largura de 1.600.

A Lagoa é procurada pelas tainhas que nela penetram por ser a sua água salobra mais propicia à criação.

Mapa estatistico de quantidade e valores de pescados que mais abundam em Colônias de Sta. Catarina — Ano 1937

Espécie (Nome)	Quant. (Quilos)	Produto da venda (Valor)	Época de pescaria	Aparêlho empregado	Espécie da embarcação
Anchova	225.000	225:000$000	De Julho a 31 de Outub.	Rêde malha — linha	Baleeira — canoa
Anchoveta	40.000	20:000$000	De Março a Maio	„ „ „	„ „
Arraia	35 000	7:500$000	Durante o ano	Espinhel — linha	„
Bagre	820.000	525:000$000	De Janeiro e Fevereiro	Rêde traineira — arrastão	„ „
Corvina	630.000	315:000$000	Julho, Agosto e Setemb.	Rêde malha — linha	„ „
Cação — diversos	930.000	744:000$000	De Outub. a Março, de Maio a Junho	Rêde caçoal grossa — espinhél	„ „
Corcoróca	60.000	18:000$000	De Julho a Agosto	Rêde arrastão — linha	„
Canhanha	5.000	4:000$000	Durante o ano	Tarrafa - linha	„
Garoupa	90.000	90:000$000	De Janeiro a Fevereiro	Espinhel — linha	„ „
Galo	9.000	3:600$000	De Janeiro a Março	Rêde arrastão	„
Gordinho	5.200	2:080$000	De Dezembro a Março	„ „	„
Linguado	15.000	15:000$000	Durante o ano	„ fisgas	„
Méro	10.000	9:000$000	Durante o ano	„ malha — espinhel	„
Miraguaia	40.000	28:000$000	De Setembro a Outubro	„ caceio „	„ „
Pescada--diversas	290.000	290:000$000	De Setembro a Fev.	„ espera — arrastão	„ „
Pescadinha	410.000	410:000$000	De Setembro a Fev.	„ arrastão — linha	„
Palombeta	5.200	2:060$000	De Janeiro a Março	„ tarrafa	„
Paratí	59.000	74:200$000	Durante o ano	„ arrastão — tarrafa	„
Robalo	25.000	25:000$000	Durante o ano	„ linha	„ „
Sardinha	650.000	58:000$000	De Janeiro a Março	„ arrastão	„ „
Sororoca	29.000	17:400$000	De Maio a Junho (Antes da Anchova)	„ fina — espera — malha	„
Savelha	29.000	8:700$000	Durante o ano	„ arrastão	„
Tainha	820.000	656:000$000	2ª. quinzena de Maio a 29 Junho	„ „	„
Tainha da Lagoa	280.000	17:400$000	Durante o ano, Só na Lagoa Conc.	„ „ — tarrafa	„
Tainhota	330.000	23:100$000	Durante o ano	„ „ „	„
Viola	3.000	2:100$000	Durante o ano	Espinhel — linha	„
Camarão	690.000	890:000$000	Maio e Junho, Lag. Conc. todo ano	Tarrafa	„
Sirís da Lagoa	140.000	28:000$000	Nov. a Janeiro, Lagoa Conceição	„	„

No período de Março a Abril é que se realizam as grandes pescarias de tainha na Lagoa. Nessa ocasião, justamente, da desova, é quando os pescadores realizam grandes pescarias.

Os camarões, ostras, mariscos, tartarugas e lagostas são igualmente abundantes. Especialmente os camarões que, nos meses de Maio e Junho, são de tamanho de pasmar e de gosto apreciavel, tornando-se assim muito procurados.

***

Encontram-se no Estado diversos estabelecimentos que se dedicam à industrialização do camarão, enlatando-se em conserva, processo simples e comum, ficando as principais situadas em S. Francisco e Laguna.

Tambem se exporta regular quantidade de camarões secos, sendo o nosso principal mercado a Capital Federal.

Ultimamente vem decaindo o aproveitamento das ovas de tainhas, outrora e ainda hoje tão apreciadas, pelo escasseamento das mesmas ou, talvez, pela diminuição dos lances de tainha, em outros tempos em número tão elevado.

***

Por toda costa catarinense encontram-se 40 colônias de pescadores fiscalizadas pela Capitania do Porto de Florianópolis, sendo: Florianópolis 9, S. Francisco 2, Laguna 1, S. José 3, Bíguassú 4, Palhoça 3, Paratí 1, Araranguá 1, Garopaba 1, Tijucas 2, Itajaí 3, Camboriú 1, Joinville 1, Porto-Belo 4 e Imbituba 1.

Existem matriculados na categoria de pescadores em Santa Catarina 9.080, sendo em Florianópolis 5.768, em São Francisco 1.791, em Itajaí 759, em Laguna 762.

O número de embarcações matriculadas em Santa Catarina é de 6.712, sendo em Florianópolis 3.833, em São Francisco 2.585, em Itajaí 282 e em Laguna 112.

NOTA — * Alguns dados foram aproveitados do opusculo: „Organização da pesca" de Mário Couto.
Veja-se „A Pesca em Santa Catarina" de Lucas Boiteux.

Indústria Mineral

FERRO: — Dos minérios que mais ocorrem no Estado são: a *hematita,* a *limonita* e a *magnetita,* representando esta apreciável valor econômico.

Encontram-se em diversos lugares de Joinville, jazidas de *magnetita,* que se apresenta em massas consideraveis.

Das jazidas de Joinville, se encontram alguns afloramentos conhecidos, porém, ainda por explorar, perdendo-se assim o mais rico minério de ferro.

Em Anitápolis, tambem se encontra uma grande jazida.

Entre todas as jazidas de magnetita brasileiras, as de Joinville se lhes avantajam, oferecendo muito maior teor de ferro metálico.

Elas se encontram em rochas graníticas e quartzozas. Acham-se ainda jazidas de ferro em S. Francisco-do-Sul, em Gaspar e Blumenau.

A Companhia Brasileira de Mineração e Metalúrgica, com séde em S. Paulo, tomou o encargo de explorar as jazidas de Joinville.

CARVÃO: — „No sub-solo de grande parte do Estado de Santa-Catarina, principalmente no Sul, existem cinco camadas carboníferas das quais apenas duas contêm carvão utilizável; as outras três são compostas de argilas pretas, contendo partículas minuscúlas de carvão na proporção de 5 a 10%, tornando-se completamente inaplicavel. Das duas camadas de carvão utilizável, sómente uma, do „Barro Branco", está sendo explorada. Ela aflora em diversos pontos nos municípios de: Orleans, Urussanga e Cresciuma e tem uma grossura média de 1,65 metros, subdividindo-se em cinco camadas superpostas de carvão de 6 a 25 cms. de grossura entre camadas de chisto, dando um total de 0,65 m. de carvão e 1,00 m. de chisto. A outra camada, a do „Bonito", extende-se a 65 metros abaixo da camada do Barro

Branco e tem uma grossura de cerca de 4,80 m. Ela está sub-dividida em inumeráveis camadas superpostas de carvão de menos de 1/2 m/m até 3 m/m de grossura, intercaladas por outras tantas de chisto, o que torna o carvão imprestavel em estado bruto e muito dificil o seu beneficiamento pelos meios até hoje conhecidos. Será a reserva do futuro, pois, tanto este como a do „Barro Branco" prestam-se para transformá-los em cóque siderúrgico.

A camada de carvão „Barro Branco" é, pois, a única que está sendo explorada, atingindo sua produção anual cerca de 150.000 toneladas. Tambem este carvão tem muitas impurezas, principalmente pirita de ferro que torna muito inconveniente a sua aplicação em estado bruto. O seu beneficiamento é porém bastante facil e pode ser feito à mão ou por máquinas, e consiste em quebrar o carvão em pedaços pequenos, separando depois as impurezas. Pelo beneficiamento obtem-se um carvão bastante puro, podendo reduzir o teor de cinzas para 18% e obtendo ainda a pirita de ferro a qual se pode transformar em enxofre e ácido sulfúrico. São principais exploradores:

Companhia Nacional Mineração de Carvão do „Barro Branco": — Possue minas em Lauro Mueller, município de Orleans, sucessora do Sr. Henrique Lage, que já em 1915 extraíu carvão e a quem a mineração da hulha de Santa-Catarina deve grande parte do seu desenvolvimento.

Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá: — Fundada em 1918 pelo dr. Paulo Frontin, tem minas em Cresciuma e extrae anualmente cerca de 60.000 toneladas de carvão.

Companhia Minas de Urussanga: — Fundada no ano de 1918 tem suas minas no município de Urussanga, nos lugares Rio-Deserto e Rio-Carvão. A produção anual é perto de 15.000 toneladas.

Alem destas três principais minas, ha diversas menores, quasi todas no município de Cresciuma, entre

elas a „Soc. Carbonífera Próspera", a „Soc. Carbonífera Progresso" e a „Cia. Metropolitana". A produção total delas é de mais ou menos 15.000 toneladas por ano. Todo o carvão produzido por esta últimas é beneficiado à mão, isto é, por escolha.

O carvão de Santa-Catarina, que se presta para o fabrico de cóque siderúrgico tem grande futuro e ainda será um grande fator na economia nacional, pois as suas reservas são enormes. Pelas pesquizas feitas pelo Governo Federal e pelas Cia. Nac. Mineração de Carvão do „Barro Branco" e Cia. Bras. Carb. de Araranguá, já se descobriu a existência de cerca de um e meio bilhão de toneladas. Essas pesquizas se estenderam sómente sobre uma pequena zona do sul do Estado e este numero se refere apenas à camada do Barro Branco que rende pouco mais de uma tonelada por metro quadrado de superfície. A camada do Bonito, uma vez encontrado os meios adequados para o seu beneficiamento, produziria na mesma área pesquizada cerca de quatro e meio bilhões de toneladas.

Ainda não aumentou a produção de carvão em Santa-Catarina por que os meios de transporte para levar o combustivel para os mercados consumidores são muito reduzidos. O porto de Laguna não dá entrada a navios de maior calado e mesmo a embarcações de pequena tonelagem, que receiam passar a barra. No porto de Imbituba, o sr. Henrique Lage tem feito grandes melhoramentos, tendo construido um caes de cem metros de comprimento, podendo atracar navios de 8 metros de calagem. Ele está atualmente construindo uma caixa com capacidade de 3.000 toneladas de carvão podendo um navio atracar no caes receber em poucas horas esta quantidade de carvão. Uma vez completa com os aparelhos auxiliares funcionando, poderá ser embarcado perto de um milhão de toneladas de carvão, anualmente.

O pôrto, porém, terá que sofrer grandes melhoramentos, pois a produção desta quantidade de carvão resultará em grande aumento de população em toda a

região mineira, criando outras indústrias e aumentando o comércio e consequentemente a importação.

Mas não é só o pôrto que é deficiente e para poder aumentar a produção de carvão precisa de grandes melhoramentos e ampliamentos a Estrada de Ferro D. Teresa Cristina, principalmente, a qual na atualidade, com muita dificuldade transporta a produção.

Uma vez solucionados estes dois problemas, não haverá mais obstaculos para que o Sul de Sta.-Catarina se transforme em grande centro de produção de carvão".

OURO: — O Estado é pobre em ouro. Ouro aluvionar está sendo explorado em vários pontos. De vez em quando aparecem faiscadores com a rocha matriz provavel para ser examinada, que em geral se revela ser pirita. No município de Brusque, em 1939, a produção foi de 9.961 gramas, no valor aproximado de 222.000$000.

O registo de jazidas e minas conhecidas durante o ano de 1936, publicado no Relatório da Diretoria do D. N. P. M. (S. F. P. M.) indica para dia 16 de Abril Harry Scheeffer — Ouro — Município de Brusque — Ilhota — Itajaí.

O Relatório de 1934/35 descreve a jazida mencionada concluindo: Devem estas formações ser exploradas por motivo da concentração de ouro. A exploração de toda a região seria muito vantajosa.

CHUMBO: — Encontra-se na jazida de Ribeirão-da-Prata, Blumenau, e em Garcia, Blumenau.

E' uma galena argentífera o minério. Tem relação genética com a erupção granítica.

„A galena está associada à blenda, calcopirita, pirita e baritina. Ocorre geralmente em veios irregulares de enriquecimento, variando em cspessura, em regra de

5 a 30 centímetros, porém, em diferentes lugares forma faixas de 1,50 a 2,50 m. de espessura. „(Williams)".

Galena se encontra nas cabeceiras do rio Gaspar. No Ribeirão do Ouro, Brusque. No Campo dos Frades, S. Joaquim.

PRATA: — Existe em pequena porcentagem nos minérios de galena, acima citados.

MOLIBDÊNIO: — No Brasil, apenas em S. Catarina ha molibênio capaz de atraír capitais. Ocorre em Baú, município de Itajaí, sob a forma de molibdenita.

MÁRMORES E CALCÁREOS: — Calcáreos cristalinos ou mármores aparecem sob a forma de „lentes" no município de Camboriú e Itajaí. Estão sendo explorados. Seria de vantagem para a nossa economia e o nosso progresso si fossem beneficiados no nosso Estado, mesmo. Rochas calcáreas acham-se espalhadas por todo o Estado prestando-se admiravelmente para o fabrico da cal!

MANGANÊS: — Em Joinville, Gaspar, Camboriú encontra-se o manganês, desconhecendo-se, no entanto, o valor econômico destas jazidas. Reinhardt Maack, na sua obra geológica sobre Santa-Catarina, localizou no município de Brusque uma possante jazida de minério de manganês, avaliada em mais de 7 milhões de toneladas.

Seria mais uma fonte de vida econômica e de progresso.

CHISTOS BITUMINOSOS: — Em nosso Estado temos muitos e bem ricos chistos bituminosos no grupo de Iratí, nas localidades de Cresciuma, Urussanga, Araranguá, Imaruí, Jaguaruna. E, tambem, ainda segundo White: „Na estrada de Lajes a Florianópolis".

Podem conter de 8 a 12 % de óleos.

No interior, onde o transporte encarece tanto os óleos estrangeiros, seria capital bem empregado aproveitar esta riqueza para a extração.

Águas Minerais e Termais

O Estado de Santa-Catarina é rico em fontes minerais e termais, nem todas, porem exploradas.

Em Valões, município de Porto-União, e em Perimbó, município de Bom-Retiro, há duas fontes de águas sulfurosas, inexploradas.

Em Xapecó, encontram-se diversas fontes: em Saltinho, Taquarissú, Prata, São-Domingos (no rio do mesmo nome), Ilha Redonda (no rio Uruguai), Aguinhas e Águas Maravilhosas, sendo estas últimas sulfurosas e localidadades no rio Xapecó.

As mais conhecidas e grandemente frequentadas pela excelência de suas águas são: *Caldas da Imperatriz*, sitas no município, da Palhoça, distantes da Capital 36 quilômetros, ligadas por ótima rodovia. Suas águas são fortemente radiotivas e toriativas sendo muito indicadas para a cura do reumatismo; as águas das fontes de Caldas de Imperatriz emanam no contacto do horizonte gneissico com o granítico, separadas por um veio de pegmatito.

„A origem das águas termais das Caldas da Imperatriz deve-se ligar ao grande derrame triássico que invadiu o sul do país e a cujo magma estão relacionados os basálticos que se encontram nas vizinhanças das fontes".

Outra fonte não menos importante é a do *Santo Anjo da Guarda,* vulgarmente conhecida por *Guarda*, a 12 quilômetros da cidade de Tubarão.

Guarda está ligada à cidade de Tubarão pela Estrada de Ferro Teresa Cristina, e por ótima estrada de rodagem recentemente construida, estando para breve a sua inauguração.

Guarda é, tambem, uma fonte termal semelhante à de Caldas da Imperatriz, apresentando, porém, muito maior radioatividade dissolvida, a pesar dos seus 37° c. de temperatura.

As moléstias que têm sido combatidas com maior eficácia são as das vias urinarias, nefrites e litíase.

Nas doenças da pele podemos destinguir: eczemas crônicas e as supurações dérmicas.

Os doentes cardiacos não devem fazer uso dessas águas.

Tanto as fontes da Guarda como as de Caldas da Imperatriz são grandemente procuradas pela excelência de suas águas, sendo grande a afluência a estes balneários: o segundo muito visitado pelos gaúchos.

Ambas estão providas de hoteis, havendo épocas que os mesmos são poucos para acolher a todos que as procuram, (em busca de tratamento). Quanto à exportação de águas minerais, esta se vem desenvolvendo gradativamente como se poderá verificar pelos dados colhidos pelo Departamento de Estatística e Publicidade, em 1936 — 9.504 garrafas no valor de 2:077$600 e 1937 — 75.216 garrafas no valor de 31:765$400.

Praias de banho

Lindas e muito visitadas no verão são as praias e os confortaveis hoteis existentes no Município de Laguna, Mar grosso e Imbituba; Município de Florianópolis, Canasvieira; Município de São José, Ponta do Leal e Coqueiros; Município de Camboriú, Camboriú; Município de Porto-Belo, Itapema e Município de Itajaí, Cabeçudas.

INDÚSTRIA PASTORIL

(Origem - Evolução - Atualidade)

Lourival Câmara

Historiógrafos desavisados emprestaram, à origem do rebanho vacum de Santa Catarina, excelente sabor anedótico, acreditando, piamente, na fabulação de Southey, segundo a qual as sôbre-naturais sete vacas de Gaeta teriam, em pouco tempo, partejado milhares de cabeças, a jeito dos protozoários... Fora de dúvida é que o gado bovino, primitivo povoador dos campos existentes em nossa zona fisiográfica serrana do centro, tem seus ancestrais naquelas rezes que se expandiram pelas duas Vacarias, tangidas das reduções jesuíticas.

Face, primeiramente, ao „ciclo do couro" e, posteriormente, ao apogeu da mineração, no centro, a pecuária, nos campos sulinos, se incrementou grandemente. Das pradarias gaúchas subiam, em derrota às alterosas, tropas e mais tropas, reunidas, a-final, em feiras de impressionante movimento, não sem antes estagiarem nos „pousos" de Araranguá, Laguna, São Joaquim, Lages, Curitibanos, Campos Novos. À margem dessas estações, maximé em Lages, se estabeleceu a criação, que se foi desdobrando, amplificando-se, até, mais tarde, converter-se tambem, em mercado abastecedor.

A pecuária teria que fracassar no litoral catarinense, para crescer, encorpada, promissora, no planalto. Fracasso, advindo da refratariedade mesológica e, mesmo, da incapacidade do homem a êsse mestér, propenso, como era, à pesca, à sedentariedade, à indolência. Crescimento, resultante do habitat magnífico na zona planaltina, latifundiária, e da ação do homem, com o „senso do infinito", „revivescência somática do bandeirante, do mamaluco".

Boi carreiro Zebu'-Holandez — Lages

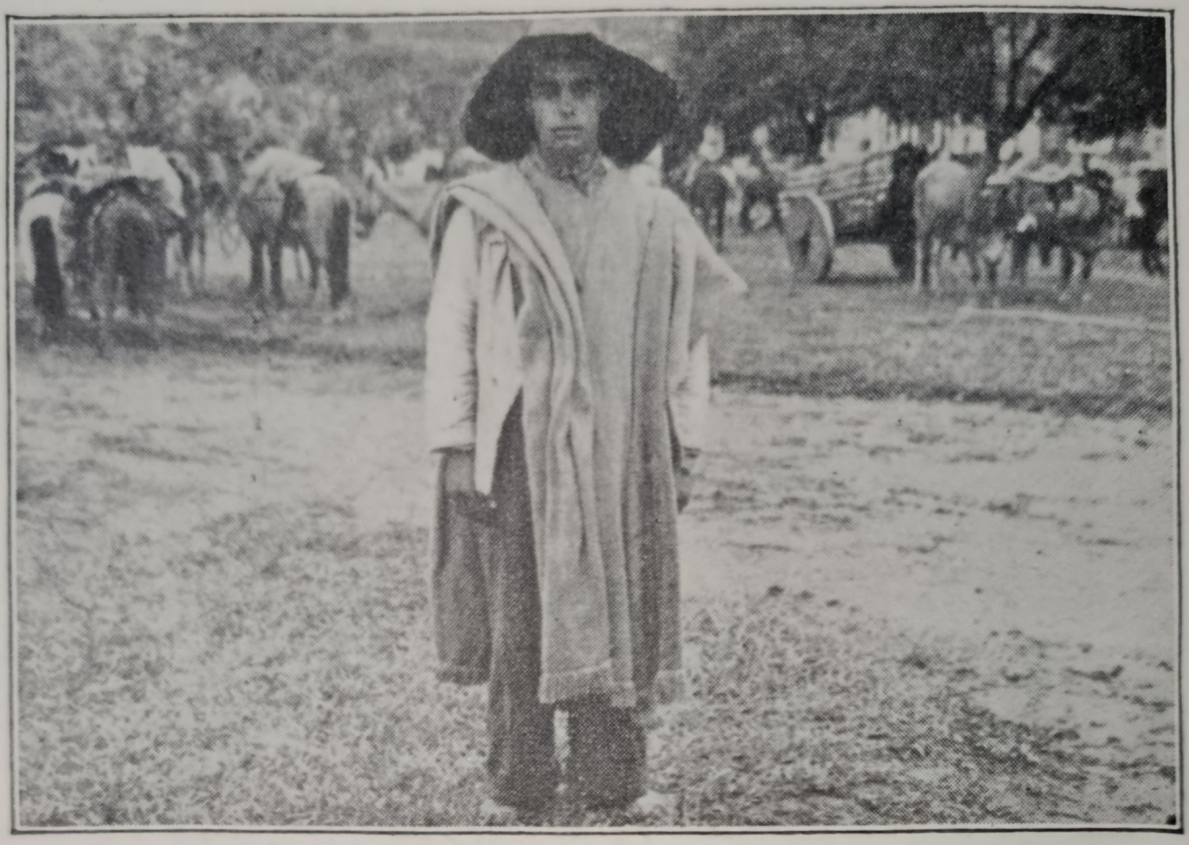
Vaca Charolis — Lages

Rodeio na região serrana

Marcação do gado

Vista de uma fazenda

Cavalos de raça criados em Lages



Tropeiro serrano — bravo condutor de tropas — Lages

Carroção de S. Bento

Acampamento de tropeiros

Carro de transporte entre pinheirais

Nos municípios planaltinos, a pecuária absorveu o homem, gerando um tipo específico de cultura. A economia dessas unidades administrativas se plintou sôbre os bovinos e em cima dêsses se desenvolveu. Não obstante, não se lhe deu, à pecuária, trato compativel no tocante ao cruzamento, à seleção. Em 1881, o presidente Rodrigues Chaves dizia à Assembléia Provincial: „Convem melhorar a raça do gado, de diferentes espécies, que se cria, em tão grande escala, nos vastos e férteis campos dos municípios de Lages e de Curitibanos. E', ainda, a mesma raça, já hoje degenerada, que, nos primeiros tempos, se recebeu e introduziu naqueles lugares". Não se cogitou, na sucessão dos anos, do estabelecimento do tipo conveniente, ou pela padronização racial, ou pela convergência de mistiçagem. Si predominam, na zona serrana, a Curraleira, a Caracú, a Franqueira, encontram-se comtudo, a Zebú, a Holandesa, a Normanda, a Schwiz, a Charolesa, a Flamenga, a Jersey, a Devon.

Só ultimamente e em escala pouco elevada, se vem tratando de imprimir cunho nacional e técnico à criação, ora por iniciativa particular, ora mercê de empreendimentos governamentais. O sr. Valmor Ribeiro, autoridade no assunto, reconhece e proclama: „Os processos de criação dêsse gado têm melhorado, sensivelmente, nos últimos anos, graças, em grande parte, à ação dos governos federal e estadual, por intermédio de postos zootécnicos e estações de monta, nos quais, alem de conselhos, exemplos, métodos de cultura forrageira, racionamento etc., são mantidos reprodutores destinados à padreação das fêmeas trazidas aos estabelecimentos".

As feiras e exposições vêm contribuindo, de outra parte, em prol da melhor compreensão do problema pecuário.

Estimativas processadas pelo Departamento Estadual de Estatística dizem que a população bovina do Estado, a 31 de dezembro de 1938, orçava em 910.574 cabeças, das quais 49% na zona serrana do centro, 35% no litoral e 16% nas zonas, reunidas, serrana do norte e oeste.

No litoral, como se observa pela expressão percentual acima, a população bovina é, tambem, grande. E' que, nas proximidades da Atlântico, aquem da serra

geral, se desenvolveu a colonização germânica. O colono alemão teve o boi a seu lado desde os primórdios da adaptação à terra, já porque o considerasse imprescindivel á agricultura, já porque visasse à industrialização dos laticínios. Ao desenvolver a criação vacum, o alienígena seguiu caminho oposto ao serrano, no caráter intensivo e na seleção, dando preferência às raças essencialmente leiteiras, entre as quais, principalmente, a Holandesa, a Jersey, a Schwiz etc.

Indústria de laticínios: — A industria de laticínios, a que nos referimos, é importante e se exerce, no Estado, repetimos, nas zonas de colonização alemã, notadamente Blumenau, Hamônia, Rio do Sul, Jaraguá, Indaial e Timbó. Inquérito realizado pelo Departamento Estadual de Estatística nos autoriza a assinalar que, em 1938, funcionaram, no Estado, 54 estabelecimentos industrializadores do leite, nos quais se achava empregado o capital de 5.633:035$300. Interessante é notar que, em Blumenau, havia 5 estabelecimentos, com o capital de 4.433:230$900, ou cêrca de 90% do total. A produção foi a seguinte: 1.081.684 quilos de manteiga (no valor de 6.445:251$200) e 736.669 quilos de queijos, valorizados em 3.194:266$200.

Flagrante expressivo do desenvolvimento tomado pela indústria de laticínios, nessa região, é atestado pelo fato de o capital empregado em 1938 ser o triplo do de 1936, isto é, 2 anos antes.

Cumpre evidenciar que a epizootia rábica dizimou, na região apontada, milhares de cabeças bovinas.

Xarque e couros: — A indústria do xarque, no Estado, se representava, em 1938, por 9 estabelecimentos, onde se achava empregado o capital de 1.061:502$000.

Durante êsse ano, abateram-se, nos 9 estabelecimentos referidos, 3.776 cabeças, sendo 1.022 de bois, 719 de vacas e 2.035 de vitelas.

A produção, em quilos, foi a seguinte: 363.503 quilos de xarque (no valor de 987:949$000), 100.404 quilos de couro (valorizados em 215:531$000), 13.826 de miudos (com o valor de 21:669$000), 2.008 de linguas (valorizados em 4:016$000), 24.042 de ossos (no valor de 7:203$000), 5.534 de unhas e chifres (no valor de 4:466$000), 47.650 de

sebo (no valor de 57:679$000), 60.610 de adubos (no valor de 18:173$000) e 5 de cedenho (com o valor de 15$000).

Não corresponde ao consumo, do Estado, todavia, a produção catarinense de xarque, tanto assim que, em 1938, importámos de outras unidades federativas (especialmente do Rio Grande do Sul), 1.594.253 quilogramas, no valor de 3.431:778$000, quantidade quádrupla da fabricada em Santa Catarina, no mesmo período.

Na exportação, o xarque sofreu tremendo colapso: em 1930, exportámos 133.234 Kg.; em 1938 e 1939, nem um quilo, siquer.

Os couros, de outra parte, continuam a oferecer números apreciaveis na exportação. A tabela abaixo discrimina as quantidades, em quilogramas, de couros exportados, em 1930, 1935 e 1939:

ANOS	COUROS (Kg)			
	Curtidos e solas	Salgados	Secos	Total
1930	127.381	223.214	260.453	611.048
1935	258.548	238.176	530.358	1.027.082
1939	293.201	177.978	306.975	778.154

A exportação catarinense de couros se dirigia, de proferência, quase na sua totalidade, até 1939, inclusive, a mercados estrangeiros, notadamente Holanda, Iugoslávia, Itália, Alemanha, Polônia, Suiça e Hungria. A guerra européia quebrou o ritmo dessa exportação, abalando-a fortemente. No primeiro semestre de 1940, exportámos, para o exterior, apenas 13 toneladas de couros salgados, contra 91, em igual período de 1938. Ainda no mesmo período do ano fluente, exportámos, para o destino referido, 53 toneladas de couros secos, quando, no 1°. semestre de 1939, para o exterior, exportáramos 140 toneladas do mesmo produto.

Curtumes: — Funcionaram, no Estado, em 1938, consoante cadastro organizado pelo Departamento Estadual de Estatística, 84 curtumes.

Suinos: — A população suina do Estado, a 31 de dezembro de 1938, contava 1.280.189 cabeças, dsemisinadas

pelos 44 municípios e entre os quais levava a primazia o de Tubarão, com 185.500, seguido de Xapecó (96.787).

A industrialização do suino constitue uma das principais fontes da economia catarinense, principalmente no tocante à banha, cuja produção, em 1939, foi de 11.882.662 quilos, destacando-se, aí, a contribuição de Campos-Novos (3.700.000 Kg) e Tubarão (1.861.500 Kg).

Na exportação geral de Santa-Catarina, em 1939, a banha ocupou o terceiro lugar (precedida de madeiras e tessidos tintos de algodão), com 7.906.303 quilos, no valor comercial de 23.895:775$100, dos quais 23.664:864$900 de banha refinada e o restante de banha bruta, 250:910$200. Tôda a nossa banha é consumida pelos mercados nacionais.

A indústria suina não se limitou, fruto que é da colonização alemã e italiana, à banha, mas, tambem, ao toucinho, chouriços, salame, mortadela, salchichas, linguiça, carnes frescas e salgadas, como fumadas ou congeladas, ou em conserva; couros, salgados e secos; presuntos, miúdos, línguas, torresmos, farinha de ossos, farinha de sangue. Todos êsses produtos ocupam, na exportação catarinense, papel saliente, não obstante o consumo interno ser bastante grande. Fábricas de produtos suinos, arrolavam-se, no Estado, 134 em 1938.

Ha consignar, finalmente, que, em 1939, Santa Catarina exportou, ainda, 12.390 cabeças de suinos procedentes, todos, de Campos Novos.

Caprinos e Lanígeros: — O rebanho caprino do Estado, em 1938, era de 37.758 cabeças. Têm os caprinos a dupla finalidade de corte e leite.

Lanígeros, contavam-se, nesse ano, em território catarinense, 92.205, verificando-se, o maior rebanho em Lages, com, aproximadamente, 25.000. O aproveitamento da lã é feito em pequena escala: a produção, em 1936 não possou de 55.920 quilos, chegando a 90.000 em 1938 Ha se cogitado da melhoria do rebanho lanígero, com a introdução de reprodutores uruguaios, especialmente Angorá. Merece desenvolvida essa indústria, de-vez-que lhe abre perspectivas animadoras a indústria de fiação e tesselagem em Santa Catarina.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Santa-Catarina em comparação com os pequenos Estados da União, é dos que possue maior indústria sendo esta multiforme e bem desenvolvida.

Esta multiformidade de indústrias, dá uma situação privilegiada ao Estado, situação de estabilidade, evitando assim as dificuldades das crises ocasionais.

Esquematizando-se as indústrias que se exploram no Estado, classificamos pela sua natureza em:

INDÚSTRIA TEXTIL é a mais importante do Estado, sendo seus principais centros: Blumenau, Brusque, Joinville e Florianópolis.

Os artigos principais desta indústria são: bordados, cortinas, tecidos de algodão e seda, camisas em geral, meias, colchas etc.

A obra prima empregada nesta indústria é na quasi totalidade nacional, com exceção das anilinas que são extrangeiras.

Os artigos da indústria textil catarinense são grandemente reputados pela excelência do seu artigo, quer no País, como até no extrangeiro, (isto é, paises Sul-Americanos).

Segue à indústria textil a *da madeira* que, nos últimos anos desenvolveu-se enormemente.

A exportação da madeira voltou a incrementar-se e, em consequência, novas e modernas serrarias foram instaladas na região marginada da Estrada de Ferro São-Paulo — Rio-Grande.

Especialmente São-Paulo e Rio são os nossos maiores consumidores, no extrangeiro a Argentina e, antes da conflagração na Europa, a Alemanha e a Africa do Sul.

Acha-se em Joinville a séde do Sindicato dos Madeireiros, organização de classe que fiscalisa e controla a produção e exportação da madeira.

A *indústria da madeira* está, em nosso Estado, muito variada, nela preparam-se táboas, pranchões, caibros, táboas para caixas, especialmente de charutos e laranjas, assoalhos, portas, janelas para contrução, venezianas, artigos para cozinha, camas, cabos de vassoura, brinquedos e muitos outros artigos.

Ultimamente vem despertando grande interesse pela indústria da madeira compensada, isto é, folha de madeira de lei, para fabricação de mobílias.

Para esta indústria já se encontram no Estado diversas fábricas dotadas do mais moderno aparelhamento.

No Estado encontram-se inúmeras fábricas de móveis, estando as principais em Rio-Negrinho, Rio-do-Sul, Joinville, São-Bento, Caçador, Tijucas e Itajaí.

Os móveis de fabricação catarinense são muito apreciados pela perfeita fabricação e selecionada escolha de madeira.

Neste ramo destacam-se os móveis de fabricação das Indústrias Reunidas Zipperer de Rio-Negrinho.

A *indústria extrativa* tambem é bastante desenvolvida no Estado, entre os seus produtos ocupa o 1°. lugar o carvão.

Grandes empresas exploram as minas situadas no Sul do Estado.

O carvão de Santa-Catarina é considerado dos melhores do País.

A exportação do carvão catarinense, ainda não atingiu a cifras muito maiores pela falta de aparelhagem moderna das empresas, como tambem, a dificuldade dos transportes; estamos certos que, desde que se re-

solva este particular, a exportação deste produto aumentará consideravelmente.

A indústria de conservas: Já de longa data que existem no Estado fábricas de conservas de: camarões, pepinos, tomates, palmitos etc.

Acham-se estas localizadas em Laguna, Brusque, Paratí e São-Francisco.

O beneficiamento de produtos: agrícola e pastoril é feito por numerosos estabelecimentos que se encontram por todo o Estado.

Toma maior vulto os produtos suinos, como banha, presuntos, salchichas etc.

Há, tambem, muitas fábricas e engenhos de: aguardente, maizena, polvilho, goma, araruta, dextrina, triguilho, farelo, sagú, fubá, etc.; engenhos para beneficiar arroz, café e farinha de mandioca.

Existem tambem moinhos para trigo e farinhas de diversas espécies.

De grande valor é tambem o preparo de couros, dos quais parte é exportada para Europa e outra é aqui industrializada.

Os produtos laticínios são de grande importância e bem conhecidos fóra do nosso Estado. Os municípios que mais se dedicam a laticínios são: Hamônia, Blumenau e Jaraguá.

Fora dos estabelecimentos citados existem ainda uma imensidade de outras fábricas e estabelecimentos, tais como fábricas de papel, papelão e cartão em Itajaí e Timbó, de pregos em Florianópolis e Joinville, fósforo em Itajaí, fundições e oficinas para máquinas de lavoura, prensas, bombas, tornos, fechaduras, caldeiras, torneiras, baldes, chapas para fogões, arame e telas de arame etc., como tambem fábricas de ladrilhos, telhas, tubos de cimento, velas de estearina, sabão, massa para rolo etc.

Em Imbituba, encontra-se importante estabelecimento cerâmico, há fábricas de artefatos de couro, chifre,

osso, celulóide, bacalite e tambem fábricas de gaitas, violões, escovas, pinceis, produtos farmaceuticos e artefatos de borracha.

A fabricação de conservas, bombons, chocolate, de cerveja e licores, tomam cada ano maior vulto.

Não se deve esquecer da fabricação de cigarrilhos e charutos, sendo esta geralmente, de indústria caseira como, tambem, as de rendas tão conhecidas pela sua perfeição e de custo diminuto,

As estatísticas mostram-nos claramente o aumento sensivel da indústria em nosso Estado.

Há esperanças de continuar este movimento progressista logo que diversos obstaculos atualmente existentes sejam remediados.

Exportação de 1938 e 1939

DESTINO	Peso liquido — tonelada		Valor com. — Contos de réis	
	1938	1939	1938	1939
Distrito Federal	175.313	196.670	86.941	89.687
Alagoas	590	596	1.088	1.054
Amazonas	67	133	505	479
Baía	3.750	3.226	4.336	3.622
Ceará	999	996	1.047	1.150
Espirito-Santo	1.078	765	576	618
Maranhão	281	408	446	773
Mato-Grosso	211	122	79	115
Minas-Gerais	2.021	1.372	1.108	855
Pará	80	684	756	970
Paraíba	574	333	605	514
Paraná	54.634	46.988	37.206	31.060
Pernambuco	9.139	9.800	7.365	8.051
Piauí	61	92	451	874
Rio-de-Janeiro	15.501	13.976	6.266	4.487
Rio-Grande-do-Norte	535	667	611	646
Rio-Grande-do-Sul	33.462	37.818	29.892	30.026
São-Paulo	89.493	94.843	58.451	58.607
Sergipe	794	792	586	633
TOTAL	388.563	410.281	237.865	234.221

Portão da entrada da Feira de Amostras

Stand da Companhia Fábrica de Papel Itajaí

Esta exposição, organi-
sada por iniciativa par-
ticular, faz, em alta me-
dida, uma impressão mui-
to lisonjeira da capaci-
dade de trabalho e dos
grandes possibilidades do
povo catarinense e do
seu território.

E 12-3-940

Getulio Vargas

Exportação de 1938 e 1939

DESTINO	Peso liquido — tonelada		Valor com. — Contos de réis	
	1938	1939	1938	1939
Albânia		112		43
Alemanha	19.316	29.836	8.532	12.502
Argentina	66.112	122.038	17.634	30.061
Chile	2.084	3.356	2.078	3.990
Estados-Unidos	105	586	332	823
França		553		79
Grã-Bretanha	554	495	263	63
Holanda	172	514	842	1.680
Hungria	6	9	29	47
Italia	68	24	60	186
Iugo-Slavia	12	30	84	232
Noruega		20		14
Polônia	6	18	46	151
Suiça	15	34	61	309
União-Belga	725	1.949	386	751
União-Sul-Africana	3.463	4.515	1.051	1.668
Uruguai	2.448	2.871	1.577	1.701
Diversos	20.443	10.794	2.129	1.288
TOTAL	115.529	177.754	35.104	55.588

Feira de Amostras de Santa-Catarina

Em março do corrente ano realizou-se sob o patrocinio do „Lira Tenis Clube" desta Capital, uma Feira de Amostras, na qual compareceram 142 expositores procedentes de todos os municípios do Estado.

Pelos resultados alcançados verifica-se o elevado grau de desenvolvimento da nossa indústria e comércio.

S. Excia. o Presidente da República, por ocasião de sua visita ao Estado, deixou lavrado no Livro de Ouro da Feira de Amostras, o termo que ao lado reproduzimos.

VIAS DE COMUNICAÇÕES

V. G.

I — Estradas de ferro

A 31 de dezembro de 1936, contava o Brasil 33.521 Kms. de estradas de ferro, figurando Santa-Catarina com 1.186, ou sejam, 3,54 %. Comparativamente à sua superfície, se verifica 12,5 metros por Km². enquanto que em relação à população há 1.172 metros por 1.000 habitantes. Distribuem-se esses quilômetros de ferrovias, por três estradas distintas, sem articulação entre si e apenas uma delas, articulada com as redes paranaenses e e rio-grandenses. A rede *Paraná — Santa-Catarina,* de 1ª. categoria, serve parte do norte e oeste do Estado e tem a extensão de 835 Kms., enquanto a *Teresa-Cristina,* construida para dar vasão à produção carbonífera do sul do Estado, tem a extensão de 244 Kms., aliás, em péssimo estado de corservação. A terceira estrada é a *Santa-Catarina,* construida talvez, com a finalidade de dar escoamento à produção agrícola do vale do Itajaí, parte de Blumenau até 107 Kms. no interior. E' bem „um monstro sem cabeça", porquanto — caso único no mundo — não tem princípio nem fim. Sendo a função da estrada de ferro aproximar os centros produtores dos consumidores, a *Santa-Catarina* devia estender-se até o porto de Itajaí o que se não verifica. Ela pára em Blumenau que não é, por sua vez, centro consumidor que justifique sua existência. Daí verificar-se o absurdo, de uma mercadoria embarcada em Rio-do-Sul e destinada aos centros consumidores dos produtos da região (São-Paulo, Distrito Federal, Paraná, Baía, Pernambuco), ter de baldear por duas vezes em Blumenau, de onde vai por péssima via fluvial, até Itajaí, e daí por via marítima até o destino...

Atualmente constróe-se, no Estado, o prolongamento da *Santa-Catarina* até a cidade de Gaspar e está ini-

ciada a *Mafra — Caxias,* que cortará o Estado de norte a sul, passando por Itaiópolis e Lajes.

Enquanto, porêm, não se articularem essas estradas, o Estado não estará bem servido de ferrovias, as quais, aliás, não se adaptaram, nos últimos anos, de forma a acompanhar a evolução econômica de Santa-Catarina.

II — Rodoviação

Deve-se, indubitavelmente, a Hercílio Luz, o incremento da rodoviação catarinense. A sua política rodoviária, caracterizada pelo binômio: rodoviação — colonização, bem poderia ser posta em prática, com proveito, pela maioria dos Estados brasileiros porque, sem dúvida, atenuaria o grande mal do Brasil que é a falta de transportes.

Os 15.581 Kms. de estradas de rodagem que hoje possue o Estado, foram, em sua maioria, construidos por esse sistema. Estado de pequenos recursos orçamentários, com receita que em 1920 andava pelos 8.000 contos de réis, não poderia ter escolhido melhor meio de incrementar o seu povoamento e a sua rodoviação, senão contratando, como fez Hercílio Luz, a construção de estradas de rodagem para pagamento em terras devolutas que, por sua vez, deveriam ser colonizadas dentro de prazos determinados e de forma que cada lote colonial ficasse servindo por novas estradas que o colonizador construiria por sua conta.

Foram essas estradas, que poderiamos chamar de *coloniais,* a base da rodoviação catarinense e que seriam consideradas pelo americano Roy Nash „tão boas como as melhores no gênero em qualquer parte do mundo“ (1).

Dentre os governantes que se lhe seguiram destacam se Adolfo Konder, Aristiliano Ramos e, principalmente Nereu Ramos, os quais melhoraram e ampliaram a rede assim iniciada e, num admiravel espírito de unidade governamental — muito pouco comum no Brasil — cuidaram de tal modo do assunto, que hoje Santa-Catarina possue rodovias que lhe asseguram logar destacado

(1) A Conquista do Brasil, pag. 297

na União, seja na quantidade (3º logar em números absolutos e 1º se relativo à sua superfície), seja na qualidade (2º lugar), pois unicamente São Paulo possue rede melhor e apenas as estradas construidas pelo Governo Federal, em outros Estados, lhe são tecnicamente superiores.

Eis, em números, o desenvolvimento da nossa rede rodoviária:

Data	Rede em tráfego (Km)	Acréscimos (Km)	
		No período	Média anual
31 — IX — 1918	3.700	—	—
31 — XII — 1926	7.049	4.749	593,3
31 — XII — 1937	15.581	8.532	775,6

Mas, esses 15.581 Km. de estradas por si só, pouco representam. „Na conservação reside o segredo das boas rodovias". Graças à assistência que lhe dispensam os poderes públicos, principalmente o Governo do Estado, pode-se hoje viajar comoda e confortavelmente em quasi toda a sua extensão. O dinheiro público carreado para esse serviço pode ser apreciado na tabela abaixo:

ANO	Despesa Global (Contos de réis)		
	Do Estado	Com serviços rodoviários	
		Absoluta	Relativa (%)
1927	16.804	1.879	11,18
1928	18.061	2.230	12,41
1929	17.799	2.630	14,77
1930	20.271	2.089	10,30
1931	17.379	1.442	8,29
1932	18.285	1.769	9,67
1933	20.094	1.805	8,98
1934	33.404	4.000	11,97
1935	25.113	4.904	19,52
1936	30.145	7.920	26,27
1937	37.273	9.335	25,04
1938	40.332	8.660	21,47
1939	39.772	7.328	18,43

Ressalta, desses números, o interesse do Governo Nereu Ramos, iniciado em 1935, em aparelhar Santa-Catarina de boas estradas. Atestam-no os depoimentos de todos os que por elas transitam e os reiterados votos congratulatórios dos Congressos técnicos que se têm reunido na Capital Federal.

As linhas regulares de auto-viação, ampliam os seus serviços e se multiplicam, unindo cidades e vilas do Estado, usufruindo, assim, as condições favoraveis que lhes oferecem as estradas catarinenses. Em 1938, eram estas as condições dessas empresas de transporte:

DISCRIMINAÇÃO	Dados numéricos
Número de empresas	79
Capital empregado (contos de réis)	3.379
Pessoal empregado:	
Total	303
Escritório	63
Motoristas	216
Mecânicos	24
Número de carros:	
Total	208
De passageiros	111
De carga	43
Mixtos	54
Transportes efetuados:	
Passageiros (milhares)	1.892
Carga (toneladas)	30.316
Receita arrecadada (contos de réis)	4.732
Localidades servidas:	
Total	189
Sedes municipais	36
Sedes distritais	69
Outras	84

A 31 de de 1926 e de 1938, existiam, no Estado, os seguintes veículos:

DISCRIMINAÇÃO	Dados numéricos	
	1926	1938
Veículos de auto-propulsão . . .	1.930	3.921
Para passageiros	—	2.715
„ cargas	—	1.206
Veículos à força animada . . .	30.334	58.671
Para passageiros	2.794 (1)	16.176 (2)
„ cargas	27.540	42.495
TOTAL	32.264	62.592

(1) — Inclusive 1.781 bicicletas.
(2) — Inclusive 14.558 bicicletas.

III — Navegação

1. Marítima

Muito embora Santa-Catarina seja o 5º Estado brasileiro quanto ao número de embarcações que lhe procuram os portos (2.600 em 1938), decái para o 8º lugar quanto à tonelagem total dessas embarcações (1.615.000 em 1938), em virtude da falta de organização dos mesmos, que só permite a entrada de embarcações de médio calado. Depois, sua costa de 531 quilômetros, rica em baías naturais, desviou o escoamento de sua produção para 6 portos diferentes (São-Francisco, Itajaí, Florianópolis, Tijucas, Imbituba e Laguna), de sorte que, assim divididos, não poude, nenhum deles, conseguir ainda o título de *grande porto*.

Florianópolis é séde da Empresa Nacional de Navegação Hoepcke, que possue uma frota de 3 embarcações (Carlos Hoepcke, Ana e Max), com a tonelagem líquida de 1.043 e bruta de 2.210. Durante o ano de 1936 esses três pequenos navios fizeram 111 viagens, tendo navegado 55.398 milhas. Nessas viagens, foram transportados 9.127 passageiros e 53.803 toneladas de mercadorias.

Eis o seu movimento durante o ano de 1938:

PORTOS	EMBARCAÇÕES				PASSAGEIROS	
	ENTRADAS		SAÍDAS			
	Número	Tonelagem	Número	Tonelagem	Entradas	Saídas
São-Francisco	941	592.000	936	589.000	3.674	3.675
Itajaí	557	193.000	254	192.000	1.778	2.215
Florianópolis	727	593.000	727	593.000	1.439	1.373
Laguna	155	28.000	155	28.000	359	422
Imbituba	220	212.000	220	213.000	—	—
TOTAL	2.600	1.618.000	2.592	1.615.000	7.250	7.685

2. Fluvial

A navegação fluvial, no Estado, é apreciavel, apenas no Rio Itajaí-açú (trecho entre Blumenau e Itajaí), no Rio Cachoeira (trecho Joinville — São-Francisco), nos rios Iguaçú e Negro (entre Porto-União e Mafra) e no Rio Uruguai (entre Goio-En e Itapiranga). A Estrada de Ferro Santa-Catarina explora a navegação entre Blumenau e Itajaí e o Loide Paranaense entre Mafra e Porto-União. Até Joinville (porto do Bucarein) sobem diversas embarcações de companhias várias, enquanto que no Rio Uruguai transitam embarcações e balsas de firmas comerciais e industriais locais.

3. Aérea

A navegação comercial aérea é explorada, no Estado, pelo Sindicato Condor Limitada, Panair do Brasil S. A. e Viação Aérea São-Paulo. Há, tambem, linhas dos Correios Aéreos Naval e Militar.

O aeroporto de Florianópolis é um dos mais movimentados do Brasil, situado, como está, em meio às rotas de navegação aérea para o sul da America.

Durante o ano de 1937 seu movimento foi o seguinte: aeronaves chegadas: 699; passageiros embarcados 765; idem desembarcados 765; idem em trânsito 5.349; bagagens carregadas 11.853 quilos; idem em trânsito: 90.042 quilos; correio descarregado: 1.096 quilos; idem em trânsito: 48.631; cargas carregadas: 5.545 quilos; idem em trânsito: 45.697 quilos.

Correios e telégrafos

Santa-Catarina conta com o serviço nacional de correio e telégrafos e com duas empresas particulares: Western Telegraph Company e C. Telefônica Catarinense, a última com serviço de fonogramas e a penúltima de cabograma.

O serviço oficial da União possuia, em 1936, no Estado, 220 estações, sendo 85 postais, 46 postais-telegráficas, 62 postais-telefônicas, 3 telegráficas, 7 telefônicas e mais 17 postos telefônicos. A rede postal tinha a extensão de 5.256 kms, enquanto a telegráfica alcançava 2.260 kms. de linhas e 5.369 no desenvolvimento dos fios. Em 1936 os catarinenses escreveram 2.500.000 cartas e receberam 2.900.000, ao mesmo tempo que transmitiam 330 mil telegramas com 6 milhões de palavras e recebiam 395 mil com 6.300.000 palavras. Todos os municípios estão, hoje, ligados por linhas postais e telegráficas.

O serviço de fonogramas da C. Telefônica Catarinense se extende a 41 localidades do Estado, enquanto a Western Telegraph Company despacha cabogramas para outros Estados da Federação e para o Exterior da República, por intermedio de sua estação em Florianópolis.

Pode afirmar-se que os trabalhos executados pelos dois serviços nacionais são bons, embora ainda não se possam comparar com aqueles da Western Telegraph, rápidos e perfeitos.

Telefones

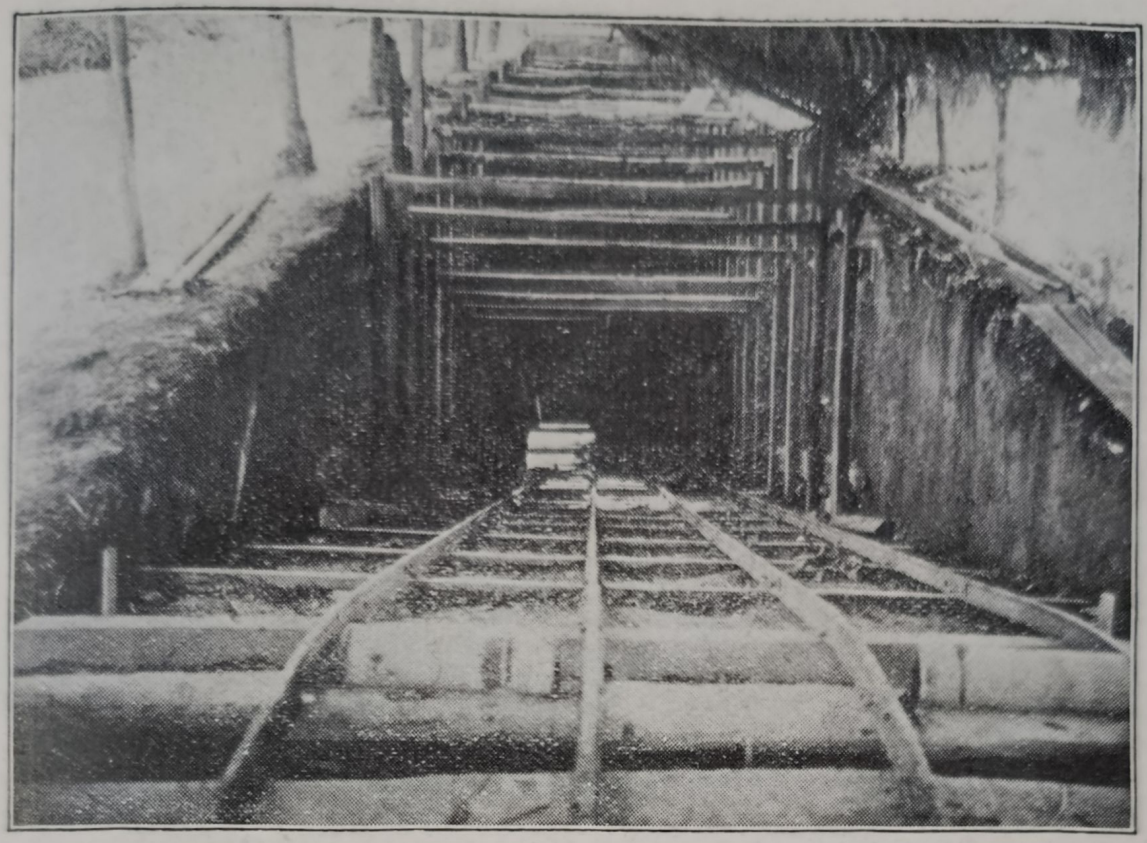
No Estado operam as seguintes companhias telefônicas de uso público:

C. Telefônica Catarinense, com sede em Florianópolis; Empresa Sul Brasileira de Eletricidade, com sede em Joinville; Alexandre Schlemm cediada em Porto-União e Empresa Telefônica Cruzeiro do Sul, com sede em Cruzeiro.

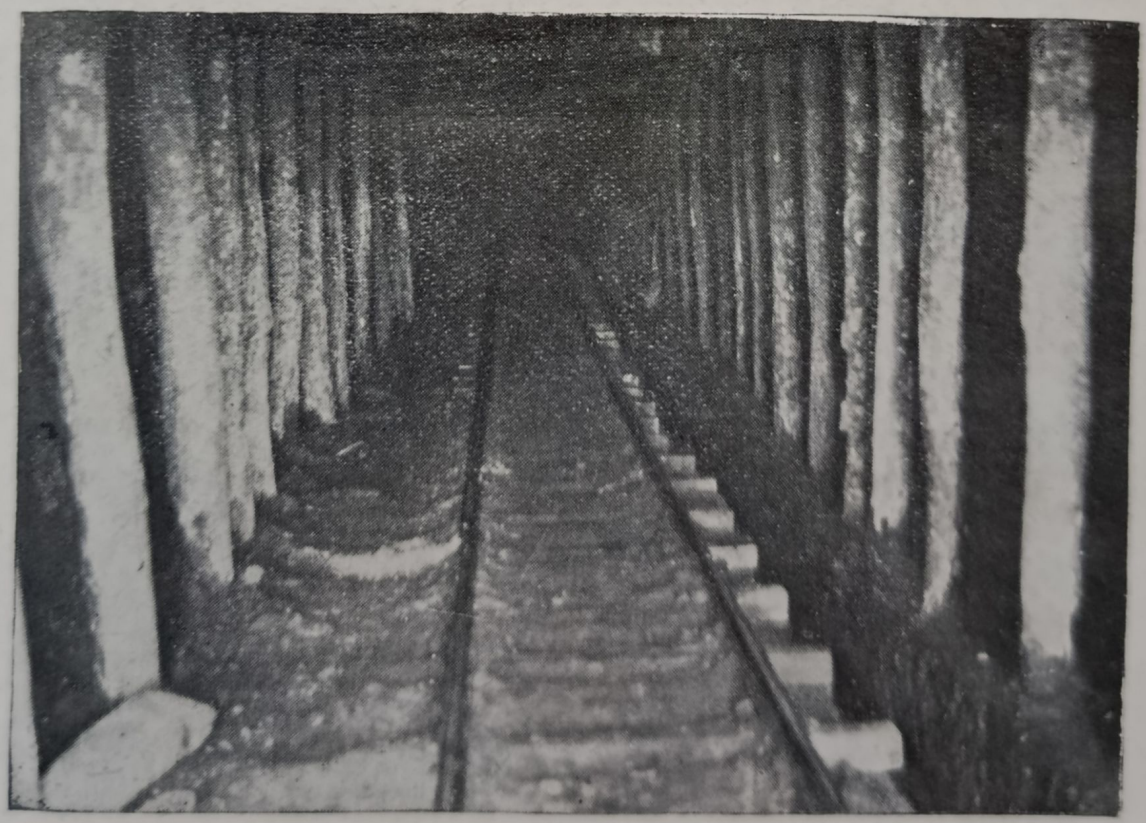
A C. Telefônica Catarinense tem contrato com o Estado para o serviço inter-urbano, extendendo-se a rede atual a 41 localidades do Estado, especialmente do litoral. Em 1936 haviam, no Estado, 2.663 aparelhos aparelhos telefônicos instalados.

Escafandro na mina de ouro, pronto para mergulhar
Ribeirão do Ouro — Brusque

Balsa para transportes de veículos



Entrada das Minas de Carvão da „Cia. Próspera“ - Cresciuma



Interior de uma das galerias das minas de carvão - Urussanga

Entrada das Minas de Carvão em Urussanga

Aspecto da mina de ouro em Ribeirão do Ouro — Brusque

Aguas Termais — Guarda Tubarão

Vista parcial da Guarda-Tubarão

Minas da „Carbonífera União Ltda.“ — Cresciuma

Recolhendo a rêde na praia de Camboriú

Balneario na praia de Camboriú

Balneario — Praia de Camboriú

Rua Porto Alegre — Guarda-Tubarão

Organização Política e Administrativa do Estado

Organização Política

A Constituição de 10 de Novembro de 1937 impôs novos rumos políticos e administrativos ao País, em acôrdo com as próprias realidades, capacitando-o de solucionar mais facilmente os seus grandes problemas vitais.

Assim, até que se verifiquem as providências constitucionais, no que se refere à composição do aparelho legislativo, como consequência da consulta plesbiscitária a ser feita oportunamente, os preceitos da Constituição do Estado continuam em vigor, desde que, implícita ou explícitamente, não contrariem as disposições da nova Carta Magna (art. 183).

Poder Executivo

O Poder Executivo é exercido, presentemente, no Estado, por um Interventor Federal, de nomeação do Presidente da República, assumindo as funções que, pela Constituição Estadual, competiam àquele Poder e ainda as que, de acôrdo com as conveniências e necessidades de cada caso, lhe forem atribuidas pelo Presidente da República.

Nos seus impedimentos ou ausências eventuais, o Interventor Federal é substituido pelo Secretário da Fazenda.

A Constituição de 1937 estabelece ainda que compete privativamente aos Estados: decretar a Constituição e as leis por que devem reger-se; exercer todo e qualquer poder que lhes não fôr negado, expressa ou

implícitamente, pela Constituição; sendo da competência exclusiva dos Estados: a decretação de impostos sobre — a propriedade territorial, exceto a urbana; transmissão de propriedade „causa mortis"; transmissão de propriedade imovel „inter-vivos", inclusive a sua incorporação ao capital de sociedade; vendas e consignações efetuadas por comerciantes e produtores, isenta a primeira operação do pequeno produtor, como tal definido em lei estadual; exportação de mercadoria de sua produção até o máximo de dez por cento „ad-valorem", vedados quaisquer adicionais; indústrias e profissões; atos emanados do seu governo e negócios da sua economia, ou regulados por lei estadual.

O governo do Estado conta, como órgãos auxiliares as seguintes Secretarias:

Secretaria do Interior e Justiça.
Secretaria da Fazenda e Agricultura.
Secretaria de Viação e Obras Públicas.
Secretaria de Segurança Pública.

Poder Legislativo

Extintas as Assembléias Legislativas em Novembro de 1937, passaram as funções das mesmas a ser exercidas pelos governos estaduais, na matéria da competência dos Estados (art. 181).

Têm os governos, como corporação consultiva, em determinadas matérias, os Departamentos Administrativos, a que são submetidos projetos de leis, os quais, após a aprovação dêstes, são transformados em decretos pelo Executivo.

O Departamento Administrativo de Santa-Catarina é constituido de quatro membros, nomeados pelo Presidente da República.

Poder Judiciário

O Poder Judiciário é exercido pelos seguintes órgãos: Tribunal de Apelação, juizes de primeira instância, juizes de paz, Tribunal do Júri, Júri de Imprensa e Auditoria e Conselho de Justiça da Força Policial do Estado (Decreto-lei 431).

Cada comarca tem um juiz, exceto a da Capital, onde há três: juiz da 1ª Vara, juiz da 2ª Vara e juiz de Menores. Para o efeito do exercício dos juizes-substitutos, o Estado foi dividido em circunscrições judiciárias, compreendendo cada uma delas uma ou mais comarcas.

As comarcas atuais estão assim classificadas:

1ª entrância — Bom-Retiro, Caçador, Concórdia, Hamônia, Orleans, São-Joaquim, Urussanga e Xapecó.

2ª entrância — São-Bento, Araranguá, Biguassú, Brusque, Campos-Novos, Cruzeiro, Curitibanos, Jaraguá, Palhoça, Rio-do-Sul e São-José.

3ª entrância — Canoinhas, Indaial, Itajaí, Laguna, Mafra, Porto-União, São-Francisco, Tijucas e Tubarão.

4ª entrância — Florianópolis, Blumenau, Joinville e Lajes.

São órgãos de colaboração com o Poder Judiciário: o Corregedor Geral, Juizo Arbitral, Ministério Público, Ordem dos Advogados, Conselho Penitenciário, Advogado do Juizo de Menores, na Capital. O Ministério Público é composto de um procurador geral do Estado e dos promotores públicos e seus adjuntos.

O Tribunal de Apelação compõe-se de nove desembargadores e de duas Câmaras, — a 1ª e a 2ª Câmaras — tendo cada uma destas quatro juizes, inclusive o seu presidente.

A nomeação dos juizes substitutos é feita mediante concurso de provas.

A nomeação de juiz de direito para as comarcas de primeira entrância é feita dentre os graduados em direito habilitados em concurso de provas e mediante inscrição incluidos em lista tríplice do Tribunal de Apelação. As nomeações para comarca de segunda, terceira e quarta entrâncias, são feitas por proposta do Tribunal, alternadamente, por antiguidade de classe e por merecimento.

Regimen Municipal

O Estado divide-se administrativamente em Municípios e estes em distritos, sendo condições essenciais para a criação de município: população mínima de 15.000

habitantes, renda anual mínima de 50 contos. (Const. Est. Art. 87).

Cada município é administrado por um Prefeito, nomeado pelo Interventor Federal, presentemente, tendo como substituto eventual, nos seus impedimentos e ausências, o Secretário municipal.

Todos os negócios públicos municipais estão sob o controle do Departamento de Administração Municipal, com séde em Florianópolis, a quem incumbe estudar os projetos de decretos e leis municipais, remetidos, em seguida, ao Departamento Administrativo para a competente aprovação.

Administração Municipal

Criado por decreto n. 31, de 13 de Janeiro de 1938, destina-se o Departamento de Administração Municipal a orientar os trabalho administrativos nos Municípios. Constitue-se de três Secções: Legal, Contabilidade e Engenharia.

A Secção Legal examina projetos de leis das Prefeituras, do ponto-de-vista jurídico, emitindo seu parecer sobre a exequibilidade dos mesmos, que, em seguida, passam ao estudo do Departamento Administrativo, que os aprova ou rejeita. Presta essa Secção, ainda, aos Municípios, assistência judiciária em todos os casos em que a exigirem os interesses das mesmas.

A Secção de Contabilidade tem um amplo trabalho, de reais vantagens, organizando o aparêlho contábil dos municípios, fiscalizando a arrecadação e o emprego das rendas, segundo o critério orçamentário estabelecido, padronizando os orçamentos municipais, de sorte a possibilitar aos administradores facilidades de minúcias e de conjunto quanto às despesas fixadas pelas dotações, e realizando serviços estatísticos que dão idéia segura da vida administrativa de cada município em particular, e de todos, em geral.

A Secção de Engenharia estuda e fixa os projetos de abastecimento d'água às cidades do interior, já se achando em execução o referente decreto à rede abastecedora de Lajes, terminados os estudos da adutora

auxiliar de Florianópolis, das redes de Blumenau, Joinville, Itajaí, Biguassú, Laguna e Tubarão, e em andamento os de outras cidades.

Presta essa Secção assistência aos municípios em tudo que se relaciona com assuntos técnicos, já no que diz respeito a construções particulares, para cujo fim organizou um projeto de Código adaptavel às necessidades locais de cada município, já no que se relaciona com a construção de edifícios públicos, fornecendo plantas e orçamentos, como, ainda, à aquisição de imóveis, por compra ou doação, sobre cuja proveniência emite parecer.

O Departamento de Administração Municipal é repartição autônoma, servindo de intermediária entre as Prefeituras e a Interventoria, subordinada, diretamente a esta, e entre as mesmas e o Departamento Administrativo do Estado.

Sua Secção de Publicidade edita duas publicações: um Boletim, copiosamente informativo e uma revista, „Santa Catarina", excelente propaganda ilustrada dos municípios.

Secretarias de Estado

Os serviços a cargo da Secretaria do Interior e Justiça são desempenhados pela Diretoria do Interior e Justiça, Departamento de Educação, Departamento de Saúde Pública, Bibliotéca Pública, Penitenciária do Estado, Manicômio Judiciário, Colônia Santa Teresa (Leprosário), Abrigo de Menores.

A Secretaria da Fazenda e Agricultura tem sob sua dependência os serviços fazendários, a cargo do Tesouro do Estado e suas mesas de rendas, exactorias e postos fiscais, Contadoria Geral, Diretoria de Terras e Colonização, Fazenda Modelo Assis Brasil, repartições agrícolas e Junta Comercial.

A Secretaria da Viação e Obras Públicas superintende os serviços de estradas de rodagem e minas, por intermédio da Diretoria de Estradas de Rodagem; os de Água e Esgotos e os de Luz e Força Elétricas da Capital, por meio da Diretoria de Obras Públicas, a cujo cargo estão tambem as construções.

A Diretoria de Estradas de Rodagem tem o Estado dividido em circunscrições, com as respectivas Residências, compreendendo aqueles vários municípios.

Existem, assim, as Residências de Florianópolis, Blumenau, Joinville, Lajes, Tubarão, Cruzeiro, Canoinhas tocando a cada uma quantitativo e Curitibanos, determinado com exatidão, destinado à conservacão e reconstrução das estradas. (Decrs. 57 e 58).

Á Secretaria de Segurança estão subordinados a Força Policial do Estado, a Polícia preventiva e de repressão, exercida por meio duma Delegacia da Ordem Política e Social, na Capital, Gabinete de Identificação, Serviço de Registro de Estrangeiros, Registro de Armas e Munições, Inspetoria de Trânsito e Polícia Marítima.

Para o efeito de policiamento, o Estado se acha dividido em regiões policiais (Decr. n. 20), que são as seguintes:

1ª. Região — Municípios de Florianópolis, São-José, Palhoça, Biguassú, Tijucas, Nova-Trento, Porto-Belo e Camboriú. Séde, a Capital.

2ª. Região — Itajaí, Gaspar, Brusque, Blumenau, Indaial, e Timbó. Séde, Blumenau.

3ª. Região — Rio-do-Sul, Hamônia, Rodeio e distritos de Salto-Grande e Alto-Perimbó, no município de Bom-Retiro. Séde, Rio-do-Sul.

4ª. Região — Jaraguá, Joinville, Paratí e São-Francisco. Séde, Joinville.

5ª. Região — Bom-Retiro, Lajes, São-Joaquim e Curitibanos. Séde, Lajes, exceção feita, com relação ao primeiro, do distritos de Salto-Grande e Alto-Perimbó.

6ª. Região — Laguna, Imaruí, Tubarão, Jaguaruna e Orleans. Séde, Tubarão.

7ª. Região — Cresciuma, Urussanga e Araraguá. Séde, Cresciuma.

8ª. Região — Mafra, São-Bento, Itaiópolis e Campo-Alegre. Séde, Mafra.

9ª. Região — Canoinhas, Porto-União e Caçador. Séde, Porto-União.

10ª. Região — Cruzeiro, Campos-Novos, Concórdia e Xapecó. Séde, Cruzeiro.

INSTRUÇÃO

Egídio Abade Ferreira

Data de 1910, quando governador do Estado o exmo. sr. coronel Vidal Ramos, o desenvolvimento do ensino em nosso Estado. A Orestes Guimarães, abalisado pedagogo patrício, coube substituir os antiquados métodos de ensino até então em uso. E o fez com grande felicidade e conhecimento do assunto, dotando-nos de um novo aparelhamento educativo consentâneo com os modernos ensinamentos pedagógicos da época. Foram criados os primeiros grupos escolares do Estado, as primeiras escolas complementares, reformados os programas de ensino e a organização das escolas isoladas e introduzido o método analítico. No governo do general Felipe Schmidt, Orestes Guimarães continuou a sua obra grandemente construtiva, instalando-se novos grupos escolares e criando-se as escolas reunidas. Ao governo do saudoso dr. Hercílio Luz não bastou a continuação, sem esmorecimento, do trabalho já em franco progresso. Além de avultado número de escolas isoladas, grupos escolares e escolas complementares, foi instalada a Escola Normal da Capital, em prédio próprio e com organização adequada às necessidades do ensino.

A matrícula das escolas foi duplicada, e as zonas rurais providas de escolas. Com a ascenção do dr. Adolfo Konder ao governo do Estado, não foram descurados os cuidados para com a educação popular. Muito pelo contrário. S. S. creou novos grupos escolares, escolas complementares e escolas isoladas e prosseguiu na campanha encetada da difusão progressiva do ensino. Após o movimento revolucionário de 1930, quando no governo do Estado o coronel Aristiliano Ramos, outros grupos escolares foram criados, outros cursos complementares e muitas escolas isoladas, e

criado e instalado confortavelmente o Instituto de Educação da cidade de Lajes. Presentemente, sob a Interventoria do exmo. sr. dr. Nereu Ramos, têm redobrado os cuidados para com o ensino público e particular. No intuito de reformar os métodos de aprendizagem, já necessitados de atualização, foi contratado no Estado de São-Paulo, o professor Sebastião de Oliveira Rocha que, em 1939, iniciou a nova reforma, com bases para regulamentação dos grupos e escolares e Institutos de Educação do Estado.

Os mais modernos métodos de ensino foram introduzidos e se acham em franca aplicação, com visivel aproveitamento dos alunos e mais eficaz proveito para o Estado. No quinquênio governamental do exmo, sr. dr. Nereu Ramos, foi aumentado de 39 para 60 o número de grupos escolares do Estado, não contando outros quatro que se acham em construção (Bananal, Santo Amaro, Hamônia (Getúlio Vargas) e Garcia). Nada há mais expressivo do que os números. 25 grupos escolares (contando os quatro em construção), em 5 anos de governo, mostram bem a disposição em que se funda o espírito clarividente do atual interventor catarinense, e a sua integral justeza ao regime que raiou ao Brasil com a aurora da sua nova organização político-social.

Ensino Primário

O ensino primário é ministrado no Estado pelas escolas e grupos escolares de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª classe, classificação esta feita conforme a matrícula, e consequente número de classes de cada estabelecimento. Na organização dos Institutos de Educação de Florianópolis e Lajes, há um curso de grupo escolar, considerado de 1ª. classe, como grupos modelos, para prática dos alunos-mestres dos cursos normais.

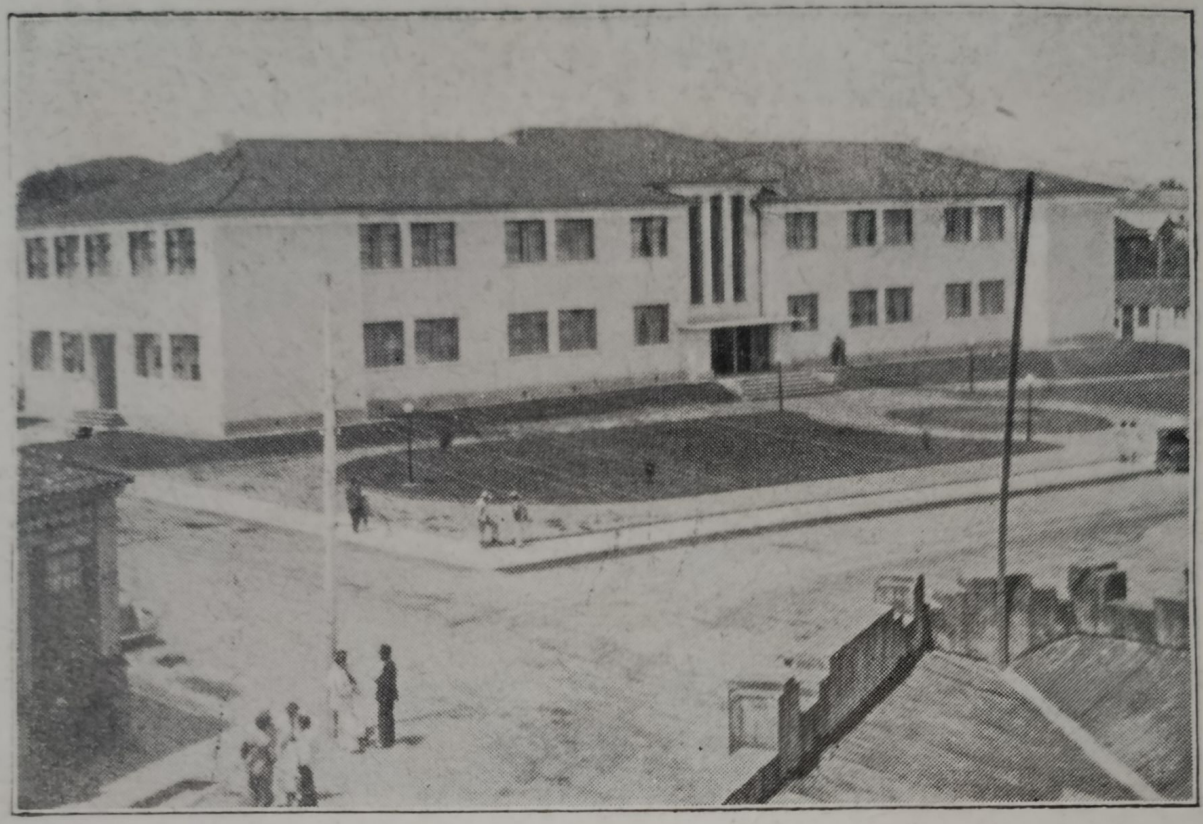
Relação dos grupos escolares segundo a classificação:

Grupos Modelos

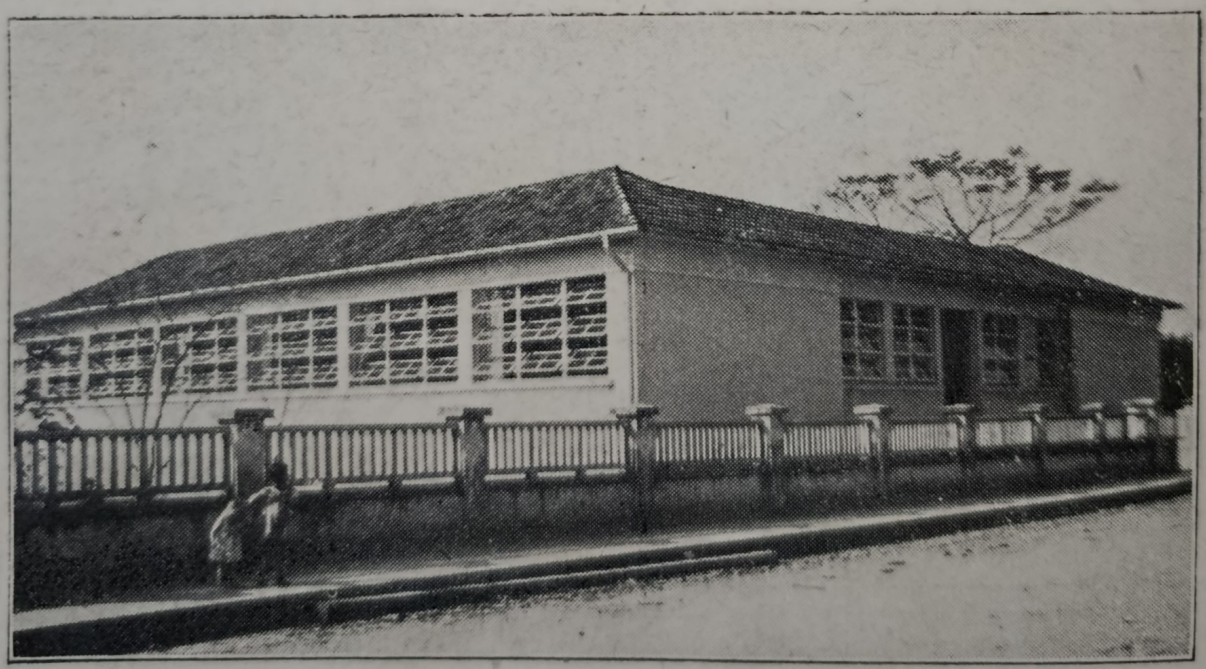
1 — „Dias Velho“ — do Instituto de Educação de Florianópolis.

2 — „Vidal Ramos“ — do Instituto de Educação de Lajes.

Novo pavilhão do Ginásio Catarinense — Florianopolis



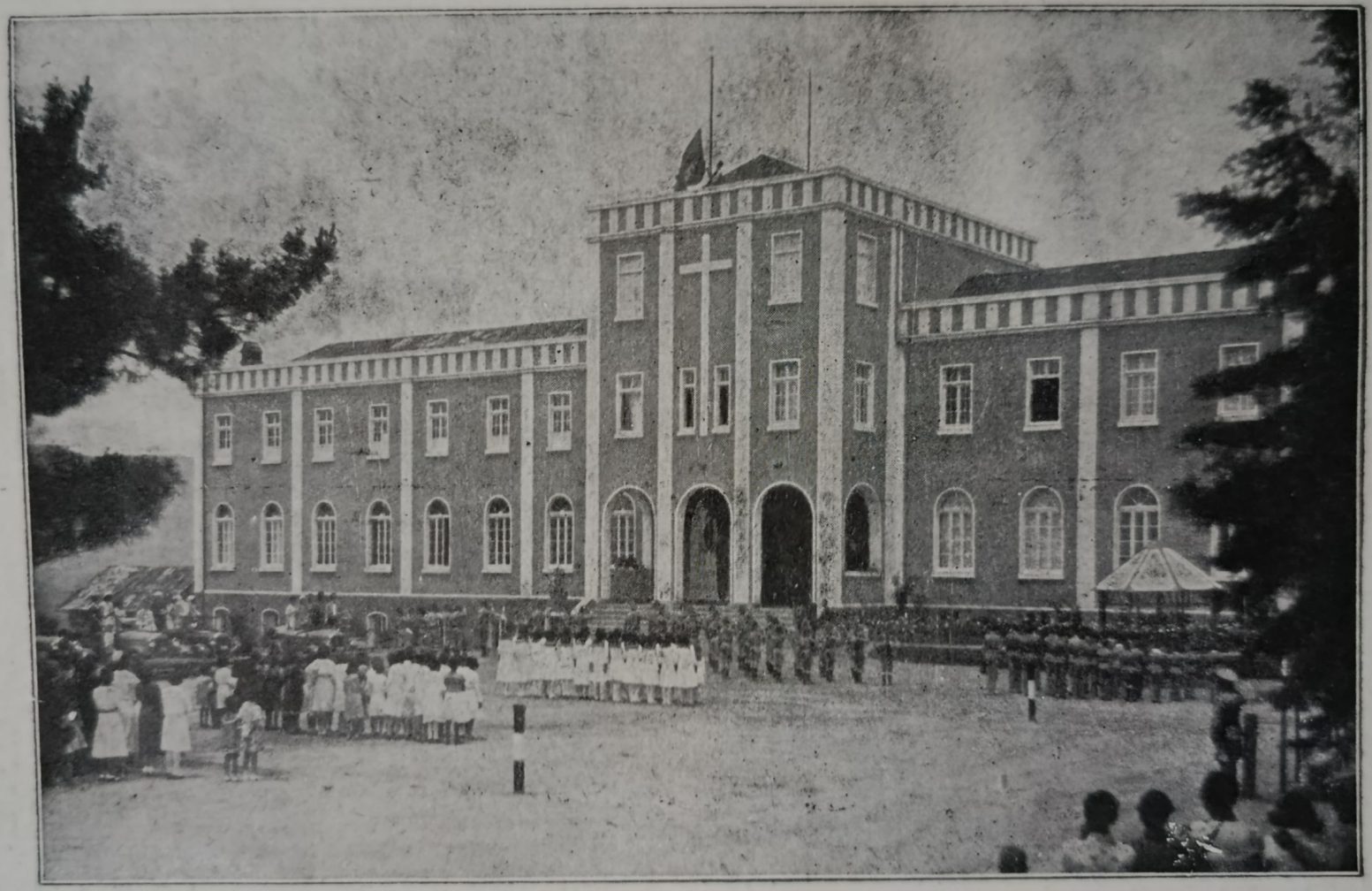
Instituto de Educação — Lajes



Grupo Modêlo — Camboriú

Desfile no dia da Bandeira pelo Colégio „Coração de Jesús“

Parada escolar no dia da Bandeira pelo G. E. „São José“

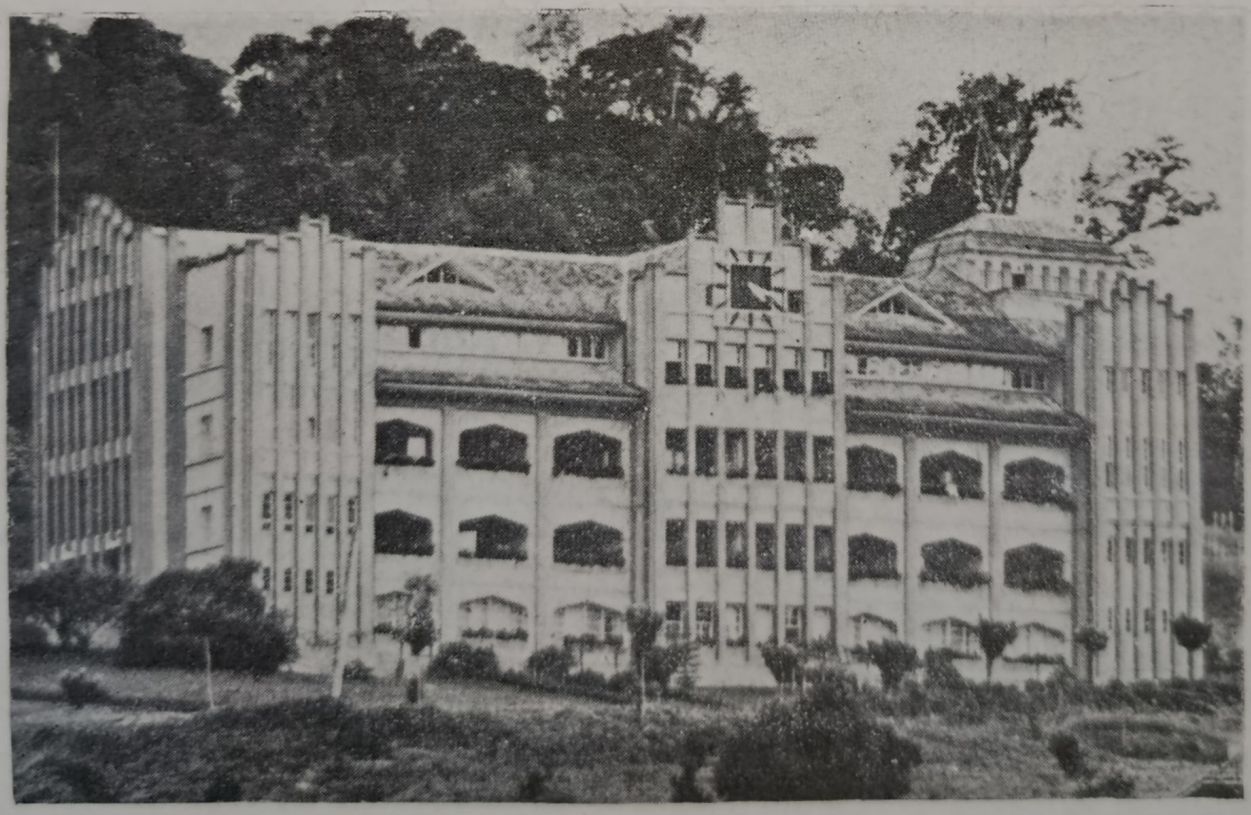


Ginásio Diocesano de Lajes

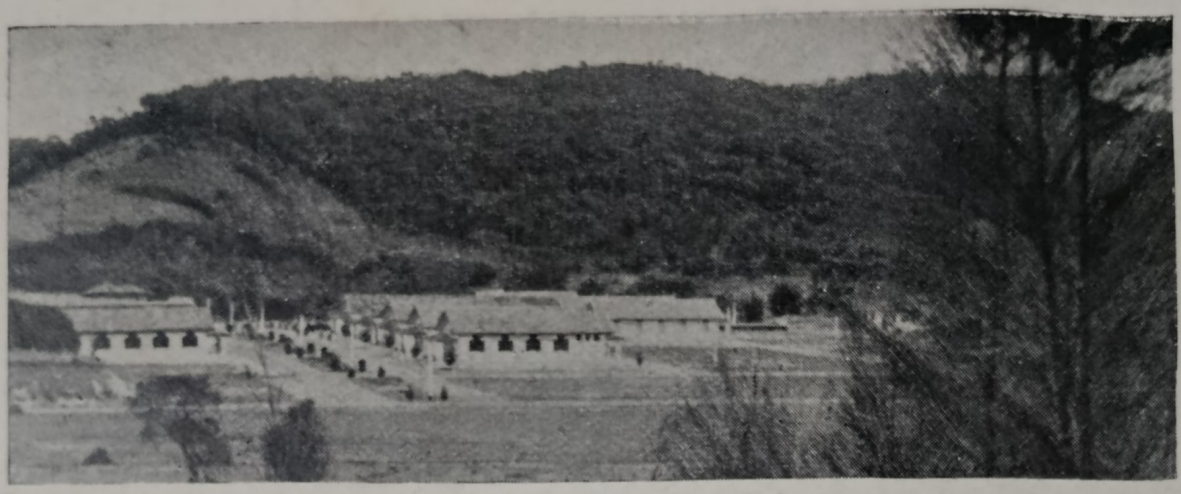
Colégio Sto. Antonio — Blumenau

Desfile dos alunos do Instituto Bom Jesús — Joinville

Ginásio Aurora — Caçador



Hospital Hamônia — Hamônia



Leprosário Santa Terêsa
Município de São José

Festa do Moínho realisada em Florianópolis
em beneficio do Preventório

Grupos Escolares

NOMES	LUGAR	Categoria	Classe	Curso Complementar	Alunos matriculados em 1940
Arquidiocesano „São José“	Florianópolis	1ª.	25	Tem	734
José Boiteux	João Pessôa, S. José	„	21	„	734
Prof. Daví do Amaral	Araranguá	2ª.	13	„	438
Prof. José Brasilício	Biguassú	„	14	„	423
Luiz Delfino	Blumenau	„	16	„	480
Lauro Müller	Florianópolis	„	15	„	502
Silveira de Souza	„	„	13	„	397
Vitor Meireles	Itajaí	„	17	„	514
Conselheiro Mafra	Joinville	„	15	„	475
Prof. Joaquim Santiago	„	„	13		—
Prof. Germano Timm	„	„	15	„	506
Jerônimo Coelho	Laguna	„	15	„	436
Henrique Lage	Imbituba, Laguna	„	13	„	442
Duque de Caxias	Mafra	„	15	„	498
Prof Balduino Cardoso	Porto-União	„	13	„	393
Felipe Schmidt	São-Francisco	„	16	„	531
Hercílio Luz	Tubarão	„	16	„	553
Feliciano Pires	Brusque	3ª.	10	„	345
Prof. Paulo Schieffler	Caçador	„	11	„	353
Prof. José Arantes	Camboriú	„	7		255
Gustavo Richard	Campos-Novos	„	8	„	243
Santa-Catarina	R. Capinzal, C. Novos	„	9	„	215
Profª. Adelina Régis	Perdizes, C. Novos	„	8	„	283
Almirante Barroso	Canoinhas	„	9	„	268
General Osório	Três-Barras, Canoinhas	„	10		366
Prof. Lapagésse	Cresciuma	„	9	„	290
Roberto Trompowski	Cruzeiro	„	8		279
Padre Anchieta	Florianópolis	„	8		288
Getúlio Vargas	Saco-dos-Limões, Fpolis.	„	10		397
Prof. Honório Miranda	Gaspar	„	9	„	232
Raulino Horn	Indaial	„	9	„	266
Abdon Batista	Jaraguá	„	9	„	283
Profª. Ana Gondin	Laguna	„	8		296
Costa Carneiro	Orleans	„	8	„	217
Horácio Nunes	Valões, Porto-União	„	7	„	174
Prof. Wenceslau Bueno	Palhoça	„	9	„	250
Paulo Zimmermann	Rio-do-Sul	„	10	„	265
Prof. Orestes Guimarães	São-Bento	„	7	„	181
Profª. Marta Tavares	Rio-Negrinho, S. Bento	„	9	„	292

Grupos Escolares: 1ª. categoria: 19 a 25 classes, 2ª. categ. 13 a 18 classes, 3ª. categ. 7 a 12, 4ª. categ. menos de 7 classes.

Grupos Escolares

NOMES	LUGAR	Categoria	Classe	Curso Complementar	Alunos matriculados em 1940
Prof. Manuel Cruz	São-Joaquim	3ª.	8	Tem	227
Francisco Tolentino	São-José	„	9	„	267
Polidoro Santiago	Timbó	„	9	„	262
Cruz e Souza	Tijucas	„	11	„	319
José Bonifácio	Rio-do-Testo, Blumenau	4ª.	4		136
Santo-Antônio	Salto-Grande, Bom-Retiro	„	5		191
Lebon Régis	Campo-Alegre	„	6	„	117
Prof. João Jorge de Campos	Rio-Bonito, C. Novos	„	4		119
Arcipreste Paiva	Curitibanos	„	5		172
Olivio Amorim	Trindade, Fpolis.	„	6		217
Eliseu Guilherme	Hamônia	„	6		236
Carlos Gomes	Imaruí	„	4		140
Lauro Müller	Itajaí	„	5		205
Teresa Ramos	Hansa, Jaraguá	„	5		202
Olavo Bilac	Pedreira, Joinville	„	3		109
Corrêa Pinto	Painél, Lajes	„	4		86
Dom Joaquim Domingues	Braço-do-Norte, Tubarão	„	5		208
Prof. Tibúrcio de Freitas	Urussanga	„	6	„	129
Prof. Padre Schuler	Cocal, Urussanga	„	6	„	123

Escolas isoladas

As escolas isoladas, são, no Estado, em número de 2.280, entre estaduais, municipais e particulares.

Escolas isoladas estaduais . . 1.120
Escolas isoladas municipais . . 1.076
Escolas isoladas particulares . 84

Ensino secundário equiparado ao Colégio D. Pedro II

O ensino secundário é ministrado unicamente por por colégios particulares. São estabelecimentos dessa natureza:

O Ginásio Catarinense, mantido pelos revdos. padres jesuitas.

O curso ginasial do Colégio Coração de Jesus, das Irmãs da Divina Providência, em Florianópolís.

O Ginásio Diocesano de Lajes, sob a direção dos padres franciscanos.

O Ginásio Bom Jesus, de Joinville, dirigido pela professora d. Ana Harger.

Os Ginásios de Laguna e Blumenau.

Ensino secundário não equiparado

O ensino secundário é ainda ministrado, com o mesmo programa do Colégio D. Pedro II, embora sem equiparação, pelos cursos fundamentais dos Institutos de Educação de Florianópolis e Lajes, e pelos mesmos cursos dos colégios seguintes:

Coração de Jesus, de Florianópolis, dirigido pelas Irmãs da Divina Providência.

Colégio São-José, de Tubarão, tambem sob a orientação das Irmãs da Divina Providência.

Colégio Sagrada Família, de Blumenau, ainda de direção das Irmãs da Divina Providência.

Colégio Santos Anjos, de Porto-União, das Irmãs Servas do Espírito-Santo.

Colégio Sagrado Coração de Jesus, de Canoinhas, das Irmãs Franciscanas.

Colégio das Irmãs Salesianas, de Rio-do-Sul.

Ensino Normal

Os cursos normais, destinados a formação de professores, são ministrados pelos Institutos de Educação oficiais, de Florianópolis, Lajes, e pelos Colégios:

Coração de Jesus, de Florianópolís,

Santos Anjos, de Porto-União e

Sagrado Coração de Jesus, de Canoinhas.

Os três últimos, tem seus cursos equiparados aos Institutos de Educação do Estado.

Ensino Comercial

O ensino comercial é ministrado pela Escola de Comércio, estabelecimento particular que mantem os cursos de Admissão, Propedêutico e de Contador.

Ensino Profissional

O Liceu de Artes Industriais (Escola de Artífices), mantido pelo Governo Federal, tem em funcionamento várias secções de ensinamentos profissionais, com oficinas montadas para prática e produção de trabalho.

Curso Pré-jurídico

Anexo ao Ginásio Catarinense funciona o Curso Pré-jurídico, preparador da mocidade que se destina ao curso superior de Direito.

Faculdade de Direito

Único estabelecimento de Ensino Superior do Estado, a nossa Faculdade de Direito muito nos honra e preenche com iniludivel eficiência o fim a que se destina.

Organização Sanitária Catarinense

J. Madeira Neves

O aparelhamento de vigilância e defesa das condições sanitárias da população catarinense é centralizado pelo Departamento de Saude Pública do Estado, oriundo de transformação sofrida pela antiga Diretoria de Higiene, com a lei nº. 138 de 14-XI-1936, e que teve assegurado o seu plano de reforma pela lei nº. 161 de 2-IX-1937.

Para que o Departamento de Saude pudesse cumprir uma ação eficiente em todos os pontos de nosso território, foi o Estado dividido em sete Distritos Sanitários, com séde nas cidades de Florianópolis, Joinville, Blumenau, Tubarão, Canoinhas, Lajes e Cruzeiro-do-Sul.

Cada Distrito Sanitário é composto pelo município da séde e seus circunvisinhos, tendo-se procurado, ao estabelecer a delimitação, fazer com que as condições étnicas, mesológicas e nosologicas fossem, no mais possivel, semelhantes, dentro de uma mesma unidade, para, desta forma, se tornarem afins os problemas de higiene a verificar, estudar e resolver.

Sediam os distritos, Centros de Saúde, constituidos por serviços especializados em todas as questões dominantes de higiene e de medicina coletiva, mas de ação única, supletiva, global, sob uma só orientação e direção, evitando-se, assim, a formação de serviços independentes, estanques, de ação paralela, muitas vezes improdutiva.

Já estão funcionando, em prédios construidos especialmente para tal fim os Centros de Saúde de Florianópolis, Joinville, Lages, e já em término sua instalação, apresentam-se os de Canoinhas e Tubarão.

Em torno aos Centros de Saúde, estabelecem-se, nas sédes municipais, Postos de Saúde, dos quais os de Laguna, Itajaí e São-Francisco adquirirão maior envergadura devido à importância dessas cidades, como portos marítimos, assemelhando-se quasi ao aparelhamentodas estruturas centrais; nos outros Postos, as instalações serão me-

nos complexas, mas se procurará sempre adaptá-las de modo a satisfazer plenamente qualquer necessidade local.

Os Postos de Laguna e Itajaí já estão funcionando, aquele em prédio proprio, este em edifício adaptado.

Nas outras localidades importantes dos municípios, pequenos postos e sub-postos de higiene, de estrutura mais simples, funcionarão como outras tantas células do trabalho sanitário produtivo, apreendendo os problemas que se lhes apresentarem, resolvendo-os, ou, à falta de recursos, encaminhando-os às sédes distritais e, ainda, caso preciso, à propria direção geral, para a solução devida.

A direção geral do Departamento de Saude Pública funciona em Florianópolis, em prédio para tal fim especialmente construido, compreendendo uma secção técnica e uma secção administrativa, ambas dirigidas pelo Superintendente Geral do Departamento. A secção técnica biparte-se em assistências técnicas de Estatística Vital, Epidemiologia e Educação Sanitária e de Engenharia Sanitária.

A secção administrativa conjuga os serviços de Secretaria, Portaria, Almoxarifado e Transporte. Assistem ainda diretamente ao Superintendente Geral, os serviços especiais de Profiláxia da Lepra e da Profiláxia da Malária e outras Endemias Rurais, e o Laboratório Central do Departamento, ao qual aflue de todo o Estado o material necessário às pesquizas mais delicadas, impossiveis de realizar nos pequenos laboratórios existentes nas unidades menores, destinados a exames mais simples e urgentes.

O Serviço de Profiláxia da Lepra, após levantar o cadastro de todos os doentes do Estado em rigoroso recenseamento, está procedendo à internação das formas contagiantes na Colônia Santa Teresa, ficando os casos não contagiantes sob fiscalisação e tratamento do dispensário central que funciona na séde do Departamento, ao qual cabem tambem as medidas de vigilância e educação sanitária referentes à molestia.

A Colônia situada em S. Pedro de Alcantara, Município de S. José tem capacidade para 420 doentes, já estando recolhidos 197 enfermos, após quatro meses de funcionamento.

No atinente à proteção da família do hanseniano, funciona um Preventorio de emergência para os filhos

sadios dos doentes, enquanto se ultimam as obras do Preventório definitivo, construido por iniciativa da Associação Catarinense de Assistência aos Lázaros com o auxílio do governo do Estado.

Os Centros de Saúde compreendem dispensários de Higiene Pré-natal, Higiene Infantil, Higiene Pré-escolar, com secções anexas de oftalmo-otorinologia e odontologia, de Sífilis e outras doenças venéreas, de Tuberculose, e serviços de Epidemiologia e Estatística Vital, Higiêne da Alimentação, da habitação e do Trabalho, Endemias Rurais, alem dos próprios serviços administrativos, em todo esse trabalho interessada tambem uma equipe de visitadoras sanitárias. A direção do Centro de Saude cabe ao chefe do respetivo Distrito Sanitário. Os Postos de Saúde abrangem em primeiro plano as preocupações de natureza sanitária, e se fortalecem ainda com as atividades que digam respeito à defesa da maternidade e da criança. Os pequenos Sub-Postos restrigem seus trabalhos aos cuidados de saneamento e da profiláxia das doenças transmissiveis.

Para possibilitar o desenvolvimento de um tão amplo plano de reforma, o governo estadual comissionou elementos locais para seguirem os cursos de especialização mantidos pelo governo federal. Conseguiu-se, desta forma, crear paulatinamente um núcleo de especialistas nas questões mais importantes do sanitarismo.

A creação de pequenos técnicos tambem preocupou os condutores da reforma sanitária, e cursos de Escreventes Microscopistas, Guardas Sanitários e Visitadoras Sanitárias, satisfatoriamente frequentados, foram realizados em 1938 e 1939.

Estão tambem em fase terminal as obras de construção de uma moderna colônia para Psicopatas, em Maruim, São-José, com capacidade para 300 doentes sendo todavia o Serviço de Assistência a Psicopatas completamente autonomo técnica e administrativamente do Departamento de Saude.

Nos ultimos três anos foram os seguintes dispendios governamentais em trabalhos sanitários, construções exclusive: 677:343$083 em 1937; 1.470.115.181 em 1938; 1.458.817.289 em 1939.

Para a História Literária Catarinense

Altino Flores

Das Letras

Cremos ser impossível assinalar os primeiros frutos da literatura catarinense, — se assim é lícito denominarmos o conjunto das manifestações literárias em nossa terra. A obra de Manuel Joaquim d'Almeida Coelho, *Memória histórica da Província de Sta. Catarina*, pelo seu indiscutível valor, constitue, por assim dizer, o marco inicial da nossa evolução literária próprìamente histórica. E' certo que a imprensa periódica, desde a sua instituição em terras catarinenses, por Jerônimo Coelho, favoreceu, de certo modo, essa evolução. Mas nós nos referimos à literatura em livros, e nesse sentido é que gabamos os méritos da *Memória Histórica*. Colocamo-la, até, acima da *Memória Histórica do Regimento de Linha de Santa Catarina*, do mesmo autor, aparecida em novembro de 1853, e acima, talvez, da biografia do Irmão Joaquim, que não sabemos quando foi publicada, mas, certamente, já estava impressa em 1854. Ninguem, de boa fé, acreditará seja uma obra rigorosamente científica. A „Advertência" do autor honestamente confessa que êle nada mais fez que „copiar o que outros escreveram". Mas, no fundo, encerra um filão de muitos fátos exatos, a que todos os historiógrafos catarinenses tem recorrido com grande confiança e pouca cerimônia...

Entre os homens de letras, que, aquí, agitaram o ambiente com as suas produções, vários deles não foram Catarinenses natos, como:

O autor da *Tupaneida*, por exemplo; José Elisiário da Silva Quintanilha, que publicou um livro de versos, *Lírios e Rosas;* e Horácio Nunes Pires, que poetou com facilidade e deixou nos *Bastidores* vários dramas e comédias.

O „Poeta do Brejo" (Marcelino Antônio Dutra), como os seus inimigos o cognominavam, é figura bastante original.

Outro poeta distintíssimo, pela vida proba e notável cultura, foi o dr. José Cândido de Lacerda Coutinho. Seu filho publicou-lhe, póstumamente, as *Ovidianas* (1910), as *Páginas sôltas* (1913) e as *Lendas escandinavas* (1917). O assunto dêste último volume há muito que desafiava a curiosidade e a paciência do erudito que era Lacerda Coutinho, e foi isso que o levou a elaborá-lo, formando-o de episódios compilados e traduzidos, com mais ou menos liberdade, da *Gesta Danorum*, de Saxo Gramático. As *Ovidianas*, pelo seu sabor jocosério e burlesco, não têm rivais na literatura portuguesa. Nas *Páginas sôltas* há sonetos de grande observação e sugestiva simplicidade, como, por exemplo, *Noite chuvosa*, *Saùdade do mar*, *A botica*, *O terreiro*, *As preguiçosas*, etc. São deliciosos os seus epigramas.

Não esqueceremos, todavia, Juvêncio Martins da Costa, temperamento sensível e delicado, imbuido do ingênuo lirismo casimireano, sob cujos moldes escreveu muitos versos das suas *Flores sem perfume*.

João da Cruz e Sousa é, de certo, a mais original das individualidades literárias de Santa Catarina. Filho de escravos, africanos puros, nasceu em casa do então coronel Guilherme Xavier de Sousa, no Destêrro (na propriedade conhecida por „Chácara do Espanha"). Hoje, uma placa de mármore sinala a casa onde nasceu. Araujo Figuerêdo, Virgílio Várzea, Horácio de Carvalho, Carlos de Farias e outros foram seus companheiros de boêmia literária Com êles funda o periódico de nome *Colombo*, que publicou o seu primeiro número a 7 de maio e o último a 24 de setembro de 1881. Ainda nesse ano, segue com a Companhia Dramática de Moreira de Vasconcelos até o Rio Grande, voltando de lá para, com a mesma Companhia, na qualidade de „ponto", percorrer o litoral brasileiro, até Manáus, donde regressou em 1883. De colaboração com Virgílio Várzea, publica em 1885 o opúsculo *Tropos e Fantasias*, e promove a impressão do jornal *O Moleque*, ilustrado litográficamente, e que teve curta duração. No ano se-

guinte, torna ao Rio Grande do Sul, onde, forçado pelas conjunturas, teve de trabalhar como tipógrafo em uma casa editora; e em 1888 vai ao Rio de Janeiro, donde volta no ano seguinte ao Destêrro. O Rio atraíu-o e prendeu-o, definitivamente, em 1890. Lá, sucessivamente, publicou o *Missal* e *Broquéis* (1893); *Evocações* e *Faróis* vieram depois. Cruz e Sousa não é tão insincero como o quís mostrar certa crítica. Como poeta e como prosador, é, sobretudo, a resultante do entrechoque e reação das suas origens étnicas, da sua cultura superficial e dispersiva, do seu orgulho tímido e dos preconceitos ambientes.

Poeta não menos complexo, porém, de feitio inteiramente diverso, foi o dr. Luiz Delfino dos Santos, que nasceu no Desterro a 25-8-1834 e faleceu no Rio de Janeiro a 30-1-1910. Na casa que lhe foi berço, à rua João Pinto n. 23 (antiga rua Augusta), há hoje uma lápida comemorativa. O poeta refere-se ao local do seu nascimento e a seu pai, no soneto *Ubi natus sum*. Coelho Neto considerava-o o maior lírico do Brasil, e, quiçá, da América.

Araujo Figuerêdo pendeu um pouco para simbolismo, outro tanto para o decadismo e soube fazer sonetos repassados de comunicativa ternura, em que cantou a alma saùdosa e boa dos nossos praianos. Até hoje não se tiveram notícias dos livros *Novenas de Maio* e *Praias,* que dizem ter deixado inéditos e que alguns admiradores um dia falaram em publicar.

A terra catarinense encontrou amoráveis estudiosos nos irmãos Boiteux — Henrique, Lucas e José, êste último já falecido e que deixou pela imprensa inumeráveis artigos, principalmente históricos; e, em volumes ou folhetos, um *Dicionário Geográfico de Santa Catarina* e valiosas informações sobre os nossos *Partidos Políticos.*

Henrique Boiteux, pela mesma trilha, tem-nos mostrado o papel dos catarinenses na marinha nacional. Lucas deu-nos uma preciosa *História de Santa Catarina,* depois das suas *Notas* ainda hoje valiosíssimas; e foi, cremos, o primeiro a realizar ensaios sobre o nosso

folclore, de que também nos deixou páginas interessantes o jornalista Crispim Mira, no volume *Terra Catarinense,* aliás, um tanto dispersivo, mas, inda assim, estimável.

Henrique da Silva Fontes é uma inteligência privilegiada, de larga cultura, sobretudo em matéria de linguagem e história. A sua monografia sobre o Conselheiro Mascarenhas é modelo de crítica e análise meticulosas.

Laércio Caldeira, que era uma sensibilidade de artista, em contacto com a vida desgastou-se. A sua *Introd. à Hist. do Comércio catarinense* ficou àquem da medida do seu talento. Outros assuntos históricos, dizem, hão-no tentado; acreditamos que, ventilando-os, volte a brilhar a inteligência vibrátil e gloriosa que tão distintamente serviu e dignificou as nossas letras regionais, nelas deixando inapagáveis traços.

Como escritor regionalista, avulta Tito Carvalho, que há pouco deu a lume a coleção de contos *Bulha d'arroio,* onde a crueza da psicologia rudimentar de certos personagens se funde com as graças transfiguradoras da natureza ambiente, lembrando, como técnica artística, certos processos de Fialho d'Almeida.

Entre os novos poetas, citaremos Mâncio Costa, que procura irmanar à idéia o sentimento; João Crespo, há algum tempo afastado da vida da capital; Otaviano Ramos, autor de vários sonetos de forte expressão lírica; Ogê Mannebach, o nosso Gregório de Matos, menos cruel e mais elegante; Barreiros Filho, incomparável parnasiano, cujos versos são finos lavores de arte requintada, e que, na prosa, simultâneamente, se revela um completo estilista, sem rival em toda a nossa evolução literária.

O nosso maior lírico, porém, é Oton d'Eça. Suas estrofes têm espontaneidade e comovem. Como prosador, devemos-lhe *Cinza e Bruma,* cheio da imperfeições, mas, tambem, digno de estima e que, ao aparecer, ocasionou polémicas tempestuosas — sinal de que algum valor tinha; e *...aos Espanhóis confinantes*, impressões de viagem, com alguma ironia, visível tendência apologética e vivo sentimento da paisagem.

Ainda no filão da história, vemos realizarem frutuosas buscas: Osvaldo Cabral, que já nos deu *Santa Catarina* e *Laguna e outros ensaios,* demonstrando brilhante vocação para tais estudos; Carlos da Costa Pereira, talento invulgar, tão subido quão modesto, dotado de aguda visão crítica, que êle aplica no discernir as fontes onde sua inteligência se abebera, para honra das letras catarinenses; Santos Saraiva, Renato Barbosa, Heitor Blum, Lupércio Lopes, Álvaro Tolentino e outros, que no Inst. Hist. e Geogr. muito têm trabalhado.

A estreiteza do espaço que nos foi dado impede-nos de justificar certos conceitos emitidos acima e de mencionar outras personalidades de valor cultural, não significando a sua omissão nenhum propósito de amesquinhamento.

Da Imprensa

Desde que Jerônimo Coelho, naquela frígida quinta-feira, 28 de julho de 1831, pôs em circulação o *Catarinense* (de que os habitantes do Desterro podiam tomar assinaturas, a 1$000 por trimestre, na casa do redator e nas boticas de José Caetano Pereira e Francisco de Paula Lage e nas lojas de José Maria da Luz e Joaquim Machado de Sousa), — desde então, dezenas e dezenas de jornais têm aparecido não só na capital como em todo o Estado, e cada qual contribuindo na medida da sua capacidade para estreitar os laços sociais e elevar o padrão cultural de Santa Catarina.

Quase todos os nossos homens-de-letras têm frequentado, com mais ou menos assiduidade, a imprensa, e é através dela, sobretudo, que têm firmado seus merecimentos literários.

Martinho Calado e Crispim Mira, já mortos, foram, até o primeiro quartel deste século, os nossos maiores jornalistas. Contemporâneos, vivos, são: Diniz Junior, temperamento de esteta; Jóe Colaço, também ator teatral; Abelardo da Fonseca, Ivo d'Aquino, Gustavo Neves, Jáu Guedes, Lourival Câmara, Osvaldo Melo, José Diniz, Romeu Ulisséia, Arnaldo Santiago, Menezes Filho, Batista Pereira, Jairo Calado, Hermínio Mílis, etc., etc.

Interior da Catedral de Florianópolis

Igreja

„São Pedro“

Concórdia

Residência da Diretoria de Estradas de Rodagem em Lajes

Theatro „Carlos Gomes“ — Blumenau

Festa do Esporte Clube de Canoinhas

Partida de Futebol entre catarinenses e gauchos em Araranguá

ARTES

Música

Em Blumenau e Joinville é onde mais se cultiva a música no Estado.

A Sociedade *Harmonia-Lyra* de Joinville possue uma orquestra composta de 50 músicos amadores e com seus grandes côros mostram sua capacidade pelas numerosas exhibições de operetas e concertos que comumente apresentam. Atualmente a Sra. Liselote Niemeyer dirige um grupo de dansarinas com grande êxito. Em julho deste ano o renomado maestro Francisco Mignone dirigiu a grande orquestra da Sociedade Harmonia-Lyra apresentado-a em concerto.

A Sociedade *„Carlos Gomes“,* em Blumenau, possue 30 músicos amadores e 80 cantores. Seu dirigente Heinz Geyer, compositor de diversas operas, destacando-se „Anita Garibaldi“, „Suit Brasil“ e outras mais, é um nome bem conhecido nos meios musicais de nosso Estado e do País.

Em Florianópolis o „Lyra Tenis Clube“ contrata de vez em quando músicos e companhias de valor, assim como Joinville e Blumenau por intermédio da *Pró-Arte,* tem realizado concertos proporcionando aos apreciadores da música, belas noites.

Arquitetura

O gosto arquitetônico em Santa-Catarina esmerou-se grandemente nos últimos anos.

Num movimento como que conjugado de particulares e do Governo, inumeros prédios foram construidos em obediência as mais requintadas linhas arquitetônicas.

Em construções particulares vemos, pelo Estado, belíssimas construções, as mais aprazíveis vivendas, cercadas dos mais lindos jardins é predominando o estilo do *„bungalow“ o de palacetes* e, ultimamente, o *„colonial português“.*

Pintura

Na pintura encontramos o renomado pintor catarinense *Vitor Meireles,* já falecido, conhecido autor da „Primeira Missa no Brasil".

Atualmente conhecemos os pintores: *Martinho de Haro,* que teve seus estudos subvencionados pelo Governo do Estado na Escola de Belas Artes no Rio, foi premiado pelo Governo Federal com uma viagem à Europa ganhou diversas medalhas de ouro e prata; *Gilberto Trompowsky,* residente no Rio, como pintor decorativo, o jovem *Agostinho Maliverni* que é uma grande esperança; o professor *Traple* do Instituto de Educação da Capital e outros mais que se dedicam à arte da pintura como os Srs. *Acary Margarida* e *Antônio Dias.*

O ESPORTE EM SANTA-CATARINA

O surto a que já atingiu o progresso do esporte catarinense, faz do nosso Estado, um dos maiores centros esportivos do sul do Brasil.

Existem, espalhados pelo Estado, inúmeros grêmios de futeból, remo, bola ao cesto, volei-ból, atletismo, ginástica, hipismo, tiro ao alvo e esgrima.

O futeból é orientado pela Federação Catarinense de Desportos, com séde em Florianópolis. À entidade máxima do „soccer" estão filiados as seguintes ligas regionais: Associação Catarinense de Desportos, Liga Florianópolitana de Futeból, Associação Esportiva Vale do Itajaí, Liga Catarinense de Desportos, Associação Esportiva S. Francisco, Associação Esportiva Sul do Estado e Liga Serrana de Esportes.

Dirige o esporte nautico, a Liga Nautica de Santa Catarina, que conta diversos clubes filiados.

O atletismo, basquete e volei, é orientado pela Liga Atlética Catarinense, com séde na Capital do Estado. Associação Atlética Barriga-Verde, em Florianópolis tem departamentos femininos de basquete, volei, atletismo e esgrima.

SERVIÇO MILITAR

Exército

Santa-Catarina pertence ao comando da 5ª. Região Militar e da 5ª. Divisão de Infantaria, sediada em Curitiba. Florianópolis é séde da 16ª. Circunscrição de Recrutamento Militar.

A Guarnição do Estado é composta das seguintes unidades:

14°. B. C. de Florianópolis
32°. B. C. de Blumenau
Cia. de Quadros 32° B. C. de Hamônia e mais um pelotão em Rio-do-Sul.
13°. B. C. de Joinville
2°. B. R. de Lajes
2°. B. Ferroviário — Mafra
6°. B. I. A. C. de São-Francisco

No Estado existem os seguintes Tiros de Guerra:

40	em Florianópolis	287	em Nova-Trento
112	„ Rodeio	301	„ Itajaí
137	„ Laguna	317	„ Brusque
174	„ Rio-do-Sul	406	„ Porto-União
226	„ Joinville	475	„ Blumenau
282	„ Bom-Retiro	568	„ Caçador

dirigidas por instrutores do exército.

O Forte Marechal Moura, é guarnecido por um contingente militar.

Há em Florianópolis um confortavel hospital militar.

O alistamento é procedido nas Juntas de Alistamento Militar nos meses de abril a junho de cada ano, sendo o sorteio efetuado na 16ª. C. R. no mês de dezembro e a incorporação no mês de fevereiro.

Afóra das unidades do Exército póde-se obter caderneta de reservista nos Tiros de Guerra e Cias. de Quadros, depois de um curso de 6 a 10 meses.

Marinha

A *Fortaleza* de Santa-Cruz ou Inhatomirim, está localizada na ilha deste nome na baía Norte, do porto de Florianópolis, atualmente guarnecida por um destacamento de Fuzileiros Navais.

A *Capitania dos Portos* está localizada em Florianópolis em próprio nacional no local da antiga Fortaleza de Santa-Bárbara.

Acha-se instalada no mesmo estabelecimento uma poderosa estação de *Rádio*.

São dependentes desta Capitania as Delegacias de São-Francisco e Itajaí e a Agência de Laguna.

Em Sambaquí e Cachoeira há o serviço de aguada para a esquadra e na ilha dos Ratos um depósito de carvão.

Aviação Naval

Há ao S. W. da Ilha de Santa-Catarina, o centro de *Aviação Naval,* dispondo de com grandes hangares e moderna aparelhagem.

Força Policial

A Força Policial do Estado, está aparelhada com armamentos os mais modernos, O quartel geral acha-se em Florianópolis, à praça Getúlio Vargas, onde está localizado igualmente um corpo de Bombeiros. Possue destacamentos em todos municípios do Estado.

Dispõem o Estado dos seguintes corpos militares:

1. Batalhão de Infantaria em Florianópolis
2. Cias. Isoladas, uma em Erval e outra em Curitibanos.

1. Pelotão de Cavalaria em Florianópolis.
1. Cia. Extra-numerária em Florianópolis.

Possue tambem enfermaria regimental, fármácia e gabinete dentário à rua Major Costa; alfaiataria, ferraria e oficina mecânica à rua Januário Côrtes, onde são executados todos os trabalhos necessarios para proporcionar conforto aos soldados.

FLORIANÓPOLIS

Histórico: — O munícipio de Florianópolis abrange a ilha, que primitivamente chamavam-na os carijós de Jureremirim.

Em 1515 foi descoberta a ilha, sendo o seu povoamento iniciado pelo paulista capitão Francisco Dias Velho em 1675. Segundo alguns historiadores, a vinda do primeiro colonizador tivera lugar em 1651, pois ainda existia em 1727 uma cruz no adro da ermida com a data acima. Depois do assassinio de Francisco Dias Velho por um pirata inglês em 1899 ficou a ilha algum tempo quasi ao abandono, só recebendo a povoação algum impulso em fins do século XVII.

Foi no governo do brigadeiro José da Silva Paes que teve início a colonização da ilha com colonos açorianos e madeirenses.

Superfície: — Tem a ilha de perimetro 176 quilômetros. O comprimento desde a ponta do Rapa até Naufragados é de 55 quilômetros. A sua maior largura a partir do Pontal do Morro dos Ingleses é de 18 quilômetros. A sua superfície total é de 504 quilômetros quadrados.

Limites: — Com o município de Palhoça: começa defronte a ponta dos Naufragados, na entrada da baía

sul de Santa Catarina, segue pela mesma até a foz do rio Maruim.

Com o município de São José: começa na foz do rio Maruim na baía sul de Santa Catarina, segue por esta e pela baía norte de Santa Catarina até a foz do rio Serraria.

Com o município de Biguassú: começa na foz do rio Serraria na baía norte de Santa Catarina segue por esta até defrontar a ponta do Rapa.

Com o Oceano Atlântico: começa defronte a ponta do Rapa, segue pelo mar até a entrada da baía sul de Santa Catarina defronte a ponta dos Naufragados.

Altitude: — O ponto mais alto da ilha é o morro do Ribeirão com 700 metros.

Clima: — O clima da ilha é sub-tropical.

Rios: — Os dois rios principais da ilha são o „Ratones" e o „Rio Tavares".

População: — Abrange a população cerca de 52.132 habitantes, na sua maioria de origem açoriano e madeirense. Tem grande fama de serem corajosos marinheiros e excelentes pescadores.

Agricultura: — A produção principal da ilha são o café, cana de açucar, cebolas e mandiocas. Ha grande variedade de frutas tropicais e europeas como peras, maçãs, caquis, ameixas, bananas, laranjas, framboesa, abacaxi e muitas variedades em uvas.

Exportação: — Exportam-se em pequena escala café, abacaxi, bananas, laranjas, farinha de mandioca e camarões.

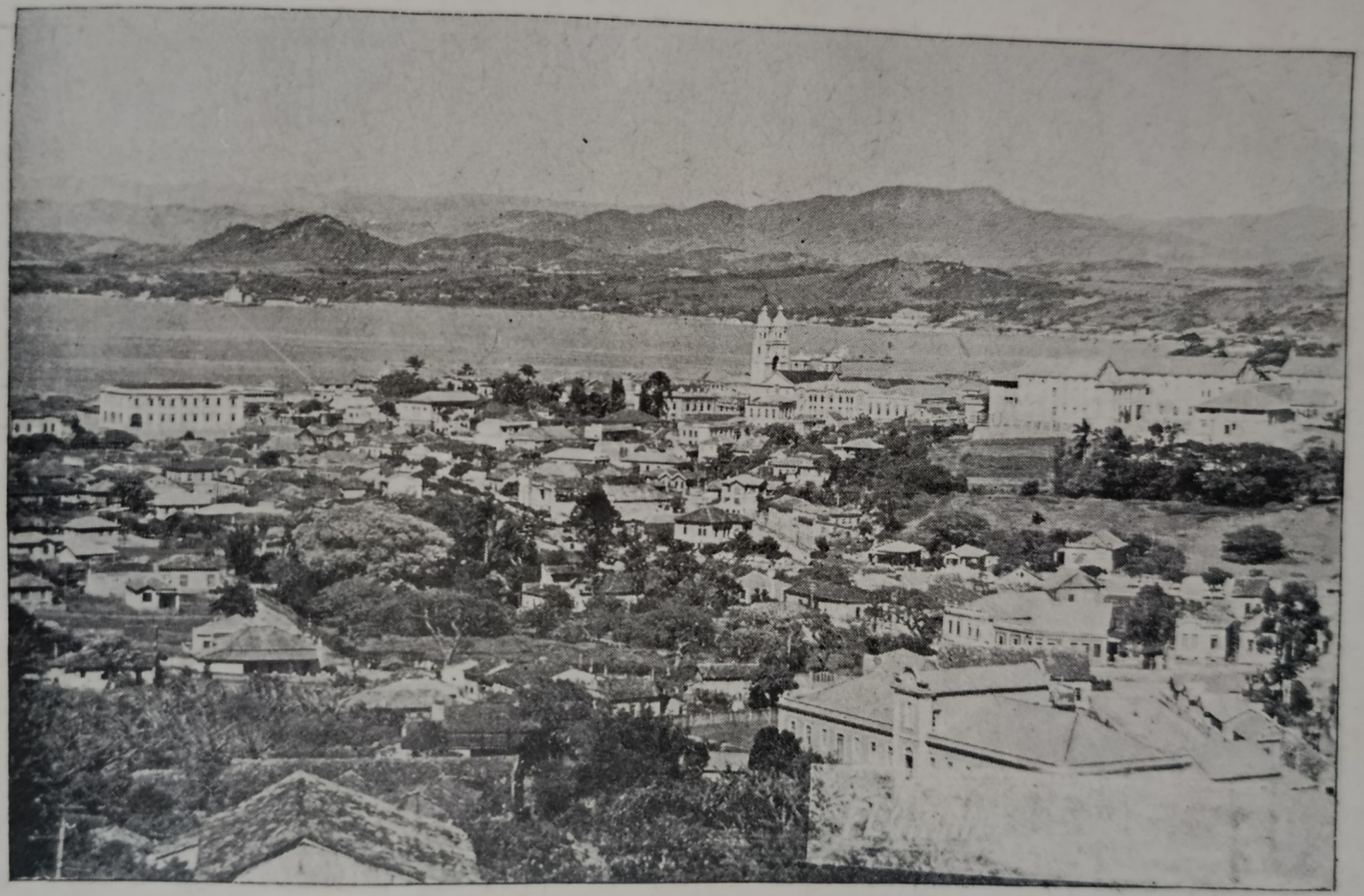
Fauna: — Encontram-se na ilha belos exemplares de aves, podendo-se citar os seguintes: Tucano do bico verde e do bico preto, Papagaio grande das várzeas, Gaturamos, Saíras, Sanhaçus, Canários de assobio, etc.

A maior e a mais perigosa serpente da ilha é a Jararaca-assú. Nota-se em quasi todo litoral da ilha

Solenidades do 1º Congresso Eucharistico
realizado em Florianópolis em Maio de 1939

Parada pela ocassião da chegada à Florianópolis do General Cte. da 5ª Região

Praça 15 de Novembro e a Catedral Metropolitana



Vista parcial de Florianópolis

Cais em Florianópolis
(Fundos do Mercado Municipal)

Vista de Florianópolis, vendo-se ao alto o Colégio
"Sagrado Coração de Jesus"

a Gaivota, Garça, Císne, Frango d'água, Biguás e muitos outros.

E' na pesca que a maioria da população litoreana têm os meios de subsistência. Entre a grande variedade de peixes que se encontra no litoral da ilha, citemos os seguintes: Mero, Garopa, Badejo, Miragaia, Pescada, Tainha, Anchova, Corvina, Camarão, etc.

Cidade: — A atual cidade de Florianópolis, capital do Estado, foi em 26 de março de 1726 elevada à categoria de vila com a denominação de N. S. do Desterro. No ano de 1823 foi elevada à cidade que, em homenagem a Floriano Peixoto passou a denominar-se Florianópolis.

A cidade de Florianópolis é uma das mais belas do Brasil, sendo chamada tambem o pequeno Rio de Janeiro. Apezar de não ser uma cidade de centenas de milhares de habitantes, apresenta um aspecto pitoresco e agradavel.

A cidade se eleva em forma de anfiteatro, que com os últimos melhoramentos do laborioso prefeito Sr. Mauro Ramos, tornando-a com um aspecto de cidade moderna, alargando e calçando todas as ruas, rasgando novas ruas e avenidas, construindo novos jardins, dando assim uma esplendida vista para a baía Sul e Norte.

A primeira impressão do viajante que desembarca em Florianópolis é agradavel. Prende logo a vista a majestosa Ponte „Hercílio Luz", que liga a ilha ao continente. A praça 15 de Novembro, apezar de pequena e modesta tem um aspecto muito agradavel. Florianópolis conta, além dos grandes edifícios estadoais como o Palácio do Governo, Congresso Estadoal, etc., com elevado número de novas edificações e bungalows, cercados de belos jardins,

Instrução: — Há na capital a Faculdade de Direito; o Ginásio Catarinense, equiparado ao Colégio Pedro II, sob a direção dos rev. Padres da Companhia de Jesus, com os cursos: pré-ginasial, ginasial e pré-jurídico; o Instituto de Educação, a Escola de Comércio com curso

de guarda-livros; a Escola de Aprendizes de Artifices; o Colégio Sagrado Coração de Jesus, instituição de ensino com curso ginasial, equiparado ao Instituto de Educação do Estado, sob a direção das Irmãs da Divina Providência; 5 grupos escolares, muitas escolas isoladas estadoais e municipais e varias escolas particulares.

Vida intelectual e social: — Florianópolis possue inumeros clubes de diversões. Há tambem sociedades literárias onde se reunem os que se dedicam às letras, e que realizam festivais de arte. A vida social é intensa e culta a sociedade Florianopolitana.

A música tem sido cultivada com especial carinho. Possue Florianópolis 3 cinemas que dão sessões diárias.

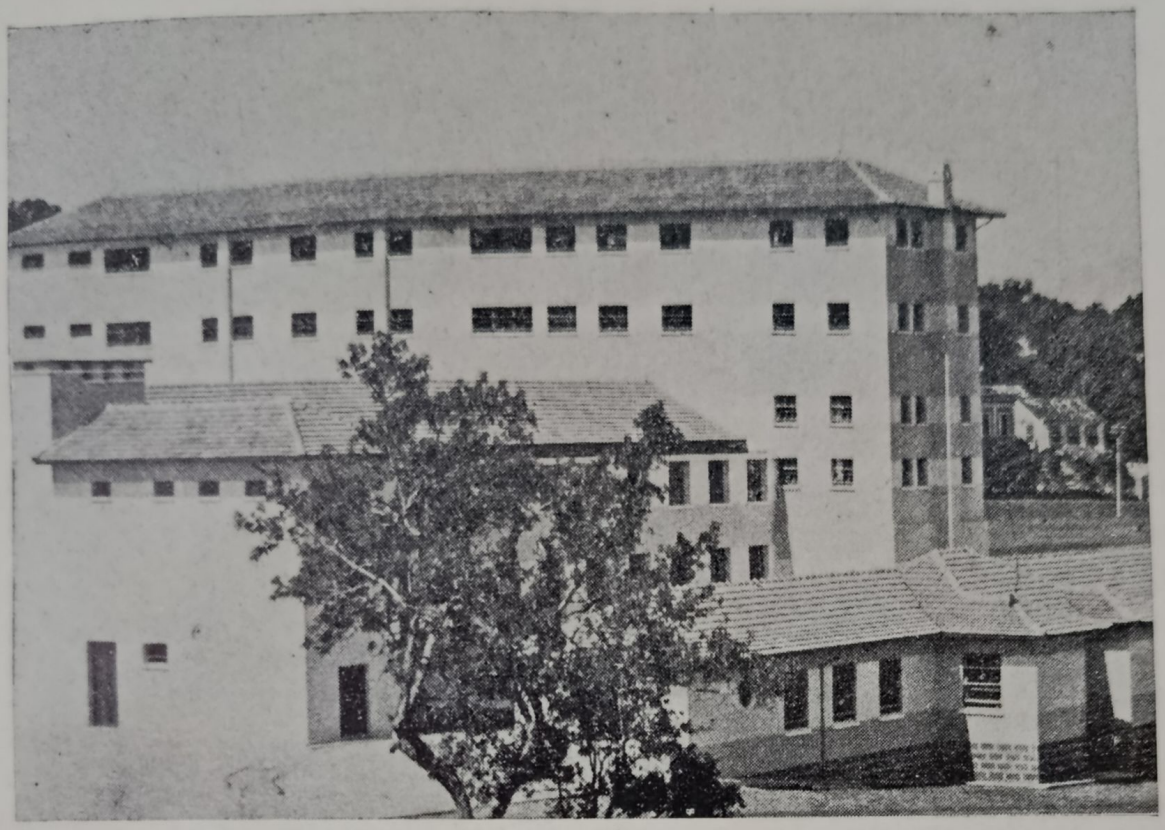
O esporte em Florianópolis é hoje cultivado com atenção, possuindo várias sociedades de atletismo, remo e futebol.

Predominando a religião católica, são as festividades religiosas concorridas, algumas das quais tradicionais como por exemplo as procissões de S. Sebastião, de N. S. dos Passos e de Corpus-Christi.

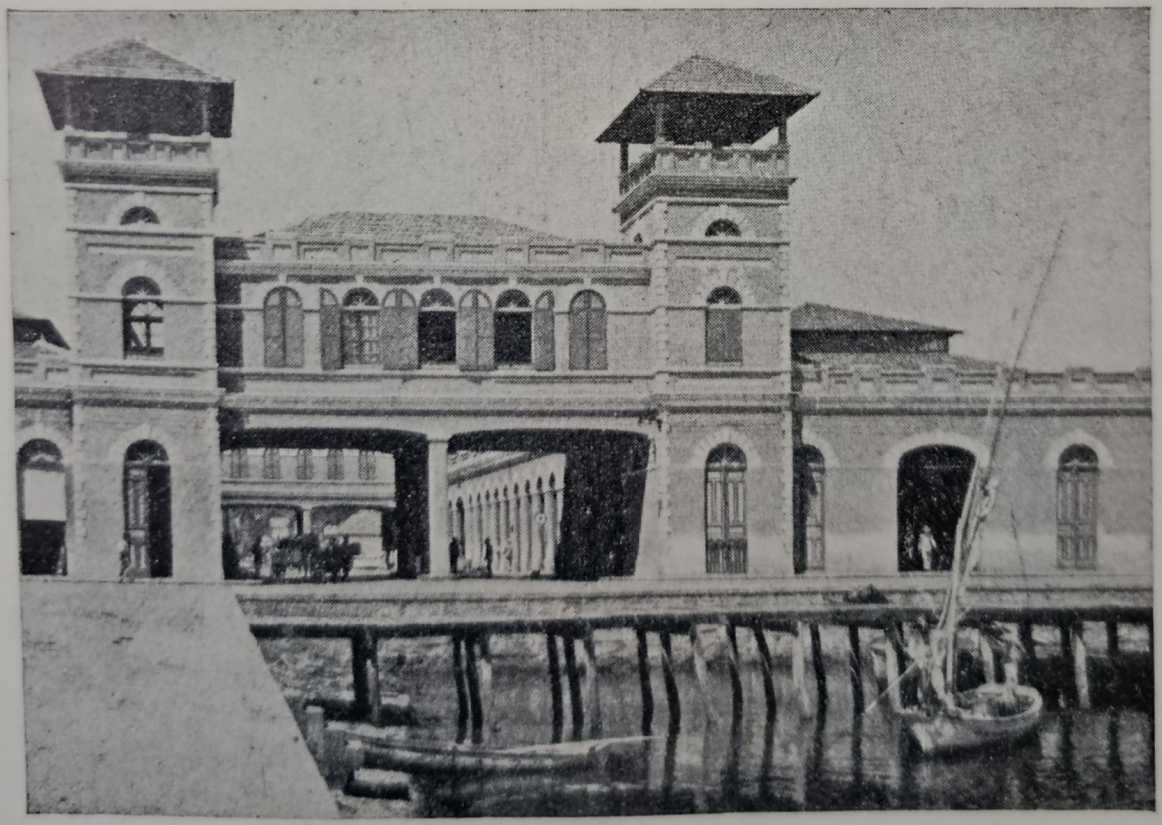
Comércio e Indústria: — Florianópolis tem casas comerciais importantes, entre elas a da firma Carlos Hoepcke S. A., uma das principais do Sul do Brasil, a qual possue empresa de navegação própria e extende seus negócios por todo o país, girando com capital avultado.

Realizam-se às quartas-feiras, no moderno edifício do mercado, as tradicionais feiras. Desde ao amanhecer nota-se um movimento extraordinário, trazendo os colonos seus produtos por carros, caminhões, lanchas, canoas, afluindo ao mercado a população à efetuar suas compras para a semana.

Na indústria, figura pequeno número de fábricas. As principais são a de rendas e bordados e a de pregos, ambas da firma Carlos Hoepcke S. A. Há tambem numerosas fábricas de moveis, de tijolos e muitas outras.

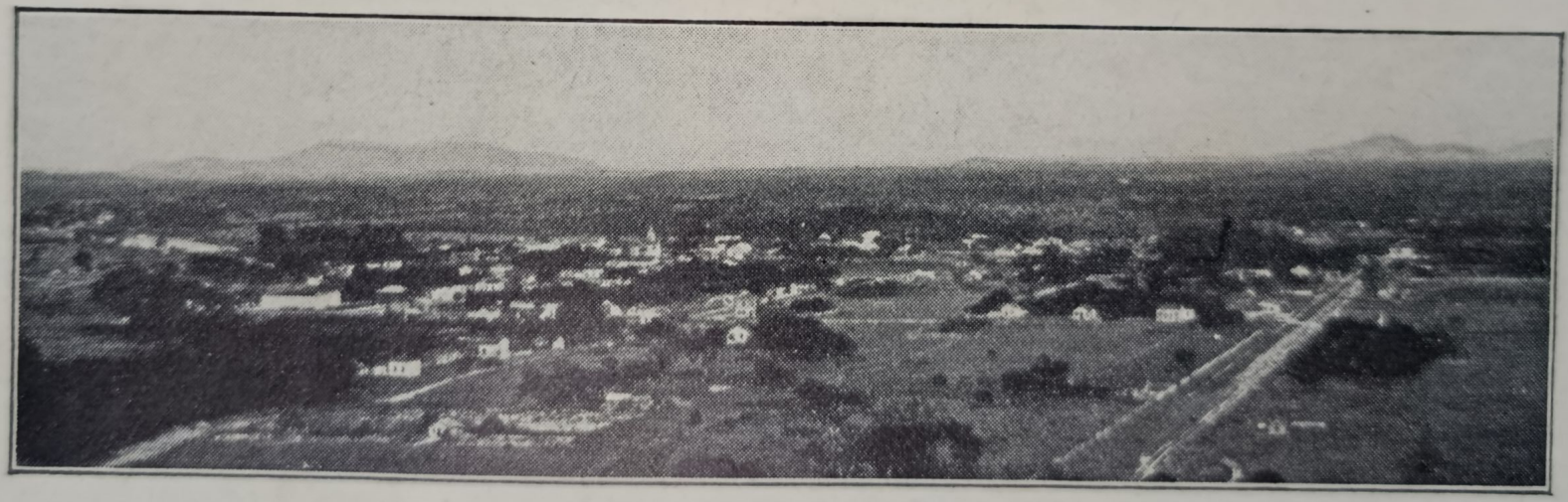


Abrigo de menores — Florianópolis



Mercado — Florianópolis

Vista parcial de Araranguá



Vista panorâmica de Araranguá

Meios de Transporte: — O transporte de passageiros é feito por automoveis, carros, auto-caminhões.

Uma empresa de auto-onibus mantem linha circular, com ponto inicial e terminal à praca 15 de Novembro, outras para Estação Agronômica, distritos de Trindade e Sacos dos Limões. Várias outras empresas mantem linhas de auto-onibus entre a praça 15 de Novembro e João Pessoa (Estreito), São José, Palhoça, Biguassú, pela ponte „Hercílio Luz". O porto de Florianópolis, riquíssimo em belezas a ponto de ser classificado, sem favor, como o mais encantador do Brasil, depois do Rio de Janeiro, não está ainda na altura de sua importância. A dragagem de suas baías é dificientíssima, obrigando os navios de grande calado a ancorar próximo à barra do norte, no logar denominado Ratones.

Suas duas baías muito calmas e amplas permitem, entretanto, a franca amerrisage de hidroplanos.

Povoados: — e suas distâncias quilométricas da Praça 15 de Novembro.

Sacos dos Limões 5, Cemitério das Três Pontes 7, Trindade 9, Saco-Grande 10, Lagoa 14, Rio-Tavares 14, Aéreo-Postal 15, Cacupé 16, Morro das Pedras 17, Santo Antônio 17, Sambaqui 20, Pântano-do-Sul 24, Aviação Naval 15, Ribeirão 23, Canasvieiras 30, Barra-da-Lagoa 30, Caiacanga-Açú 31, Ponta-Grossa 35, Ponta-das-canas 36, Ingleses 42, Naufragados 42, Rio Vermelho 40.

Lugares Pitorescos: — Si quiser viver momentos de indiscritivel prazer, é só percorrer a ilha e descobrir os encantos que as suas belezas naturais oferecem. Contornando a ilha, surgem lindíssimas praias de mar grosso, destacando-se: Canasvieiras — Praia-dos-Ingleses — Campeche — Morro-das-Pedras.

Lagoa, com os seus altos cômoros movediços que dão um panorama diferente cada dia numa mutação constante, é verdadeiramente encantador.

MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ

Histórico: — Em 1880 foi elevado a município o grande distrito de Laguna denominado Araranguá, tomando sua séde o nome de Campinas. No ano de 1890 foi creada a comarca e em 1921 foi elevada a vila de Araranguá a categoria de cidade. Possue o município uma superfície de 2.800 kms.², sendo o seu clima subtropical.

População: — Conta a população do município de Araranguá m/m com 45.409 habitantes, sendo grande parte descendentes de italianos, alemães, russos e polacos.

Limites: — Com o município de Cresciuma: Começa na mais alta nascente do rio Morto na Serra Geral, por ele abaixo até a foz do rio do Meio; daí segue por uma linha seca até a confluência do rio Braço do Cedro no rio Cedro; desce por este último até a sua foz no rio Mãe Luzia; sobe pelo rio Mãe Luzia até a foz do rio Sangão; daí segue por linha seca até a foz do rio Tranqueiras no rio dos Porcos; desse ponto continua por outra linha seca que, passando pela estremidade sul da lagoa Mãe Luzia, vai até o mar.

Com o Oceano Atlântico: Começa no ponto em que a linha seca que partindo da foz do rio Tranqueiras no rio dos Porcos e passando pela ponta sul da lagoa Mãe Luzia, alcança o mar; segue por este até a barra do do rio Mampituba.

Com o Est. do Rio Grande do Sul: Começa no Oceano, na barra do rio Mampituba, sobe pelo referido rio segundo o percurso identificado pelas designações locais de Mampituba, Glória, Verde, Praia-Grande, Roça da Estância e arroio Josafá até o ponto em que esse curso d'água cai dos taimbés da Serra Geral; segue a linha de taimbés da dita Serra até a mais alta nascente do rio Morto.

Rios: — O rio Araranguá que é navegavel em todo o seu percurso, tem a profundidade de 12 metros desde a confluência dos seus dois principais afluentes *Mãe Luzia* e *Itopaba*, até perto da barra. O rio Negro, outro grande afluente à margem direita, forma um como canal que liga o Araranguá ao Mampituba, que serve de limite entre o nosso estado e o Rio Grande do Sul.

Flora: — Araranguá é rico em plantas oleíferas, como a mamona ou rícino e o algodoeiro. Existem ainda outras plantas produtoras de fibras textis como a piteira, esfregão, etc.

Minerais: — Existem no município diversas minas de carvão, que são exploradas por diversas companhias.

Fauna: — Conta o município com grande variedade de aves. As abelhas, quer de origem européa quer nacionais, são mui cultivadas pelos colonos que exportam em grande escala o mel e a cera. As borboletas pela bizarria da forma e colorido das asas, fazem o encanto dos colecionadores.

Espalhados pelas florestas ha ainda os macacos, bugios, gambás, capivaras, lontras, coatís, veados, pacas, porco-do-mato, tamanduás-bandeiras, tatús, guarachains, etc.

Comércio: — Já está bem desenvolvido o comércio em todo o município, contando a praça de Araranguá com várias casas importantes.

Agricultura: — Em vista da fertilidade de seu solo, produz o município, em ambundância, feijão, ervilha, fava, arroz, trigo, milho, cana de açucar, batatas inglesas e doce, aipim, mandioca e diversas espécies de cereais e hortaliças.

Exportação: — Consiste a exportação em regular escala, de: farinha de mandioca, carne de porco, madeira, feijão, milho, aguardente, gasosa, açucar, café, cal, banha, cortume, olarias, marcenarias, selarias, tamancarias, serrarias, cerveja e carvão.

Cidade: — A cidade de Araranguá, tambem conhecida por *Campinas do Sul*, está situada numa planicie que, eleva-se a 6 metros do nivel do mar, ficando colocada à margem direita do mesmo nome.

MUNICÍPIO DE BIGUASSÚ

Histórico: — O município de Biguassú, a princípio denominado São Miguel, foi desmembrado do município de Desterro, hoje Capital do Estado, em 1°. de Março de 1883. Depois de 1747, começou a primeira colonização no município por açoristas chegados à São Miguel.

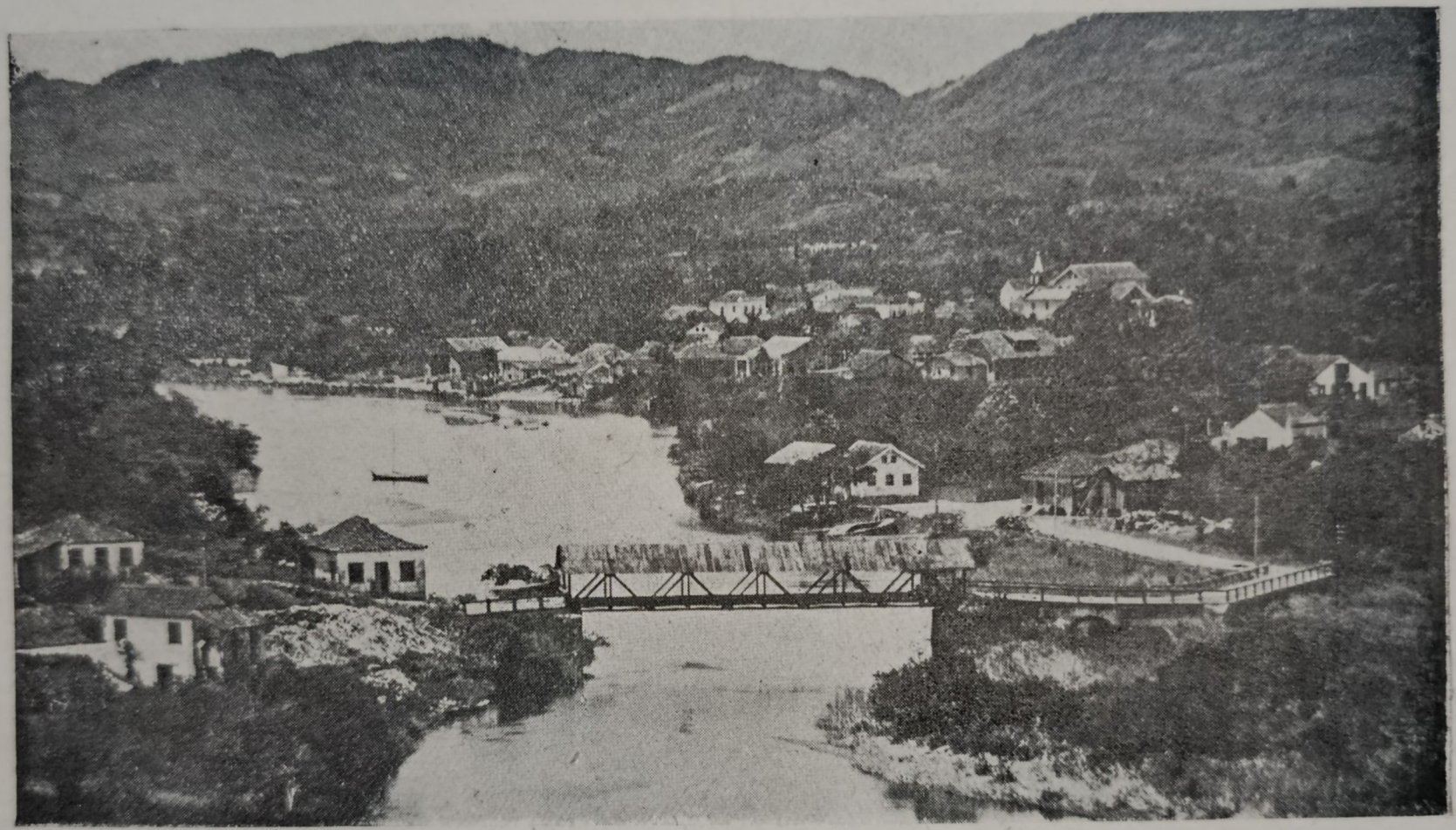
A séde do município foi em 1886, transferida da vila de São Miguel para Biguassú, voltando de 1888 até 1894 novamente para São Miguel. Foi elevado à comarca em 1864, sendo, porêm, suprimida em 1873, por uns 2 anos.

População: — Cerca de 30.553 habitantes. Grande parte da população do município é constituida por filhos de antigos colonos alemães.

Limites: — Com o município de Tijucas: Começa na mais alta nascente do rio Coqueiros, segue pelo divisor das águas entre os afluentes dos rios Tijucas e Biguassú, conhecido com os nomes de Serra do Major, Serra da Boa-Vista e Serra da Dona; daí continua pelo divisor das águas entre os rios Tijucas e Inferninho, conhecido pelos nomes de Serra do Itinga, morro do Timbé, morro do Cabo-Frio, morro da Palha até o pico do morro do Mafra; desse ponto segue por uma linha seca até a barra do rio Inferninho no Oceano Atlântico.

Com oceano Atlântico: Começa na barra do rio Inferninho, segue pelo mar até defrontar a ponta do Rapa.

Com o município de Florianópolis: Começa no mar, defronte à ponta do Rapa, segue pelo canal da baía norte de Santa Catarina até a foz do rio Serraria.



Vista parcial de Biguassú

Correios e Telegrafos de Blumenau

Com a município de São José: Começa na barra do Rio Serraria na baía Norte de Santa Catarina sobe por este rio até a sua mais alta nascente; daí continua pelo divisor das águas dos rios Biguassú e Maruim, conhecido com o nome de Serra Filomena até a Serra do Pai-João; daí pelo divisor das águas entre os rios Biguassú e das Congonhas ou Perdidas, conhecido pelo nome de serra das Congonhas, até alcançar a mais alta nascente do rio Coqueiros.

Altitude: — Poucos metros acima do nivel do mar.

Rios: — O rio principal é o *Biguassú,* navegavel por pequenas embarcações, numa extensão de 20 quilômetros. Seus afluentes são o rio do *Louro,* o *Faria,* o *Rachadel,* e o *Três-Riachos.* Muitas cachoeiras movem máquinas de pilar, serrar, etc.

Exportação: — Cadeiras, café, tamancos, couros, tijolos, madeira, vinagre.

Os produtos do município são, na maioria, semanalmente, conduzidos ao mercado de Florianópolis.

Agricultura: — A vida do município é essencialmente agrícola. Produz em regular quantidade: farinha, açucar, feijão, café, milho, arroz, batatas, bananas. Em Figueirinhas ha abundância de abacaxis e laranjas saborosas.

Povoados: — Alto-Biguassú, subdividindo-se em diversas povoações, com as denominações seguintes: Rachadel, Louro, Inglaterra, Egíto, etc.

Cidade: — A séde do municipio e comarca é a Vila de Biguassú, situada 15 quilômetros ao Norte de Florianópolis, sendo em maior parte bom o seu clima. E' banhada pelo rio do mesmo nome e possue regular comércio.

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

Histórico: — O dr. Hermann Blumenau, visitou em março de de 1847, a capital de Santa Catarina e a colônia de S. Pedro de Alcantara, fundada em 1829, donde seguiu a pé, para a então freguesia do SS. Sacramento do Itajaí, afim de observar as condições de terras para colonos alemães.

Achando de grande fertilidade csta última zona, resolveu a exploração da mesma, e, em 2 de maio de 1848 foi-lhe concedido pelo Governo Provincial, para realizar seus planos de crear uma nova côlonia, terras que abrangiam uma área de cerca de dez léguas quadradas, começando do ribeirão Garcia para o interior.

Em 2 de setembro de 1850 foi fundada a côlonia de Blumenau pelo dr. Blumenau. Com essa data coincide a da chegada dos primeiros 17 imigrantes (11 homens, 4 mulheres e 2 creanças) que depois de uma viagem de 84 dias, se estabeleceram nas imidiações da confluência do ribeirão da Velha com o Itajaí-açú.

Os terrenos concedidos pelo Governo Provincial ao dr. Blumenau para por em prática o plano magnífico que ideara, de uma colonização *sui generis* e de cujos resultados ele nunca descrera, foram divididos em lotes coloniais e urbanos, reservando a parte compreendida entre os ribeirões da Velha e Garcia para o centro, a futura cidade.

Os primeiros 10 lotes demarcados às margens do ribeirão Garcia foi distribuido em 28 de agosto de 1852 a igual número de familias pelo preço de 7$500 e 12$000 cada.

D. Pedro II, que sempre olhara com simpatia os projetos tendentes a povoar o imenso território do Brasil, deu acolhida às sugestões e propostas do dr. Blumenau e adquiriu para a fazenda nacional, em 13 de janeiro de 1860, os terrenos que o Governo Provincial havia concedido, indenizando-o com a quantia de 120 contos pelas despesas feitas até fins de 1859, dando ao mesmo cargo de diretor da colônia, com os vencimentos de 4:000$000 anuais.

Em 1873 a colônia, que até então pertencera a freguesia de S. Pedro Apóstolo de Gaspar, foi elevada à freguesia, tomando o nome de S. Paulo Apóstolo de Blumenau, subordinada ao município do SS. Sacramento de Itajaí.

Com a lei provincial nº. 860 de 4 de fevereiro de 1880, desmembrou, desse município, os territórios das duas freguesias, Gaspar e Blumenau, para formarem um município autonimo, com séde na povoação da colônia Blumenau, que foi elevada a categoria de vila, cuja inauguração deu-se, porém, só quasi 3 anos depois, em 10 de janeiro de 1883.

Em 1896, foi criada a comarca de Blumenau.

Possuia o município em 1930 11 distritos: Séde, Gaspar, Indaial Massaranduba, Timbó, Rodeio, Ascurra, Hamônia, Rio do Sul, Taió e Encruzilhada.

Em 1934, foram desmembrados do território de Blumenau os distritos de Rio do Sul, Indaial, Timbó, Gaspar e Hamônia, que passaram a formar municípios antonomos.

Ficou, assim, Blumenau com três distritos: séde, Massaranduba e Rio do Testo, este criado em 1933.

Superfície: — 1.160 Kms²

Limites — Com o município de Jaraguá: começa no ponto em que o divisor das águas dos rios Testo e dos Cedros encontra o divisor das águas entre os rios Jaraguá e do Testo, conhecido pelo nome de morro da

Luz; segue por este divisor, passa pelo morro do Cedro e em seguida pelo divisor das águas dos rios Jaraguá e Putanga até o ponto mais alto da linha que liga as cabeceiras dos rios Figueira e Tacú-açu.

Com o município de Joinville: começa no ponto mais alto da linha que liga as cabeceiras dos rios Figueira e Tacú-açú, desce por este último até a sua foz no rio Putanga; pelo Putanga abaixo, até sua coufluência no rio Itapocú; desce o Itapocú até a foz do rio do Salto.

Com o município de Paratí: começa na foz do rio do Salto no Itapocú, sobe o rio do Salto até sua nascente; daí segue pelo divisor das águas dos rios Itaperiú e Freimann até alcançar o divisor das águas entre os afluentes dos rios Itapocú e Luiz Alves, conhecido com o nome de morro do Itaperiú.

Com o município de Itajaí: começa no ponto em que o divisor das águas dos rios Itaperiú e Itapocú encontra o divisor das águas entre os afluentes dos rios Itapocú, e Luiz Alves, segue por este divisor e pelo que fica entre os rios Luiz Alves e Itoupava até o ponto mais alto do morro da Carolina.

Com o município de Gaspar: começa no ponto mais alto do morro da Carolina no divisor das águas dos rios Luiz Alves e Itoupava; segue por este e pelo divisor das águas entre os rios Fortaleza e Belchior até defrontar na margem direita do rio Itajaí-açú, a foz do ribeirão Elesbão; sobe o Elesbão até sua nascente; daí segue pelo divisor das águas dos rios Garcia e Gaspar Grande até a serra do Itajaí.

Com o município de Brusque: começa no ponto em que o divisor das águas dos rios Garcia e Gaspar Grande alcançar a serra do Itajaí; segue por esta até encontrar o divisor das águas entre os rios Encano e Garcia.

Com o município de Indaial: começa no ponto em que o divisor das águas entre os rios Encano e Garcia encontra a serra do Itajaí, segue pelo dito di-

Edifício da Prefeitura Municipal de Blumenau

Aspecto da rua 15 de Novembro, em Blumenau

visor e pelo que fica entre os rios Encano e da Velha até alcançar a nascente do ribeirão Passo Manso; desce o Passo Manso até a sua foz no rio Itajaí-açú, sobe o Itajaí-açú até a confluência do ribeirão Kellermann; por este último acima até a sua cabeceira.

Com o município de Timbó: começa na nascente do ribeirão Kellemann segue pelo divisor das águas dos rios do Testo e dos Cedros até encontrar o divisor das águas entre os rios Jaraguá e do Testo conhecido pelo nome de morro da Luz.

População: — 43.028 habitantes.

Rios: — O município de Blumenau é atravessado, de oeste a leste pelo maior rio do litoral catarinense, o Itajaí-açú, que com chuvas torrenciais tem provocado enchentes, este é formado pela junção de dois grandes rios, o Itajaí do Sul e o Itajaí do Oeste e, mais abaixo, do Itajaí do Norte, tambem conhecido como rio Hercílio, que nasce nos contrafortes da Serra do Espigão, e ainda os ribeirões, Passo-Manso, Branco, Tigres, Velha, Bom Retiro, Garcia, Aguada, Elesbão, Kellermann, Testo, Itoupava, Fidelis e Fortaleza.

Agricultura: — A maior riqueza do município, fóra a florescente indústria, consiste na sua agricultura. Quasi todo terreno, com exceção da séde, é dividido em pequenas colônias com ricas plantações. Produz arroz, feijão, milho, café, cana de açucar, batatas doces e inglesas.

Especialmente nos vales do Rio do Testo, do Itoupava, do Massaranduba e seus afluentes, os terrenos são de grande fecundidade, produzindo, com facilidade e abundância, toda sorte de cereais.

A zona rural de Blumenau, como já notámos, é toda ela dividida em pequenos lotes coloniais, dedicando-se, os seus proprietários, à pomicultura.

Não há fazendas nem latifúndios.

Foi a seguinte a produção agrícola do município, em 1938

DISCRIMINAÇÃO	PRODUÇÃO	UNIDADE
Arroz	92.145	saco
Milho	97.000	saco
Abacaxi	276.000	fruto
Bananas	207.600	cacho
Laranjas	1.565.000	fruto
Uvas	49.000	quilo
Mandioca	19.300	tonelada
Cana de açúcar	20.500	tonelada
Araruta	190	tonelada
Legumes	3.000	tonelada
Frutos diversos	50	tonelada

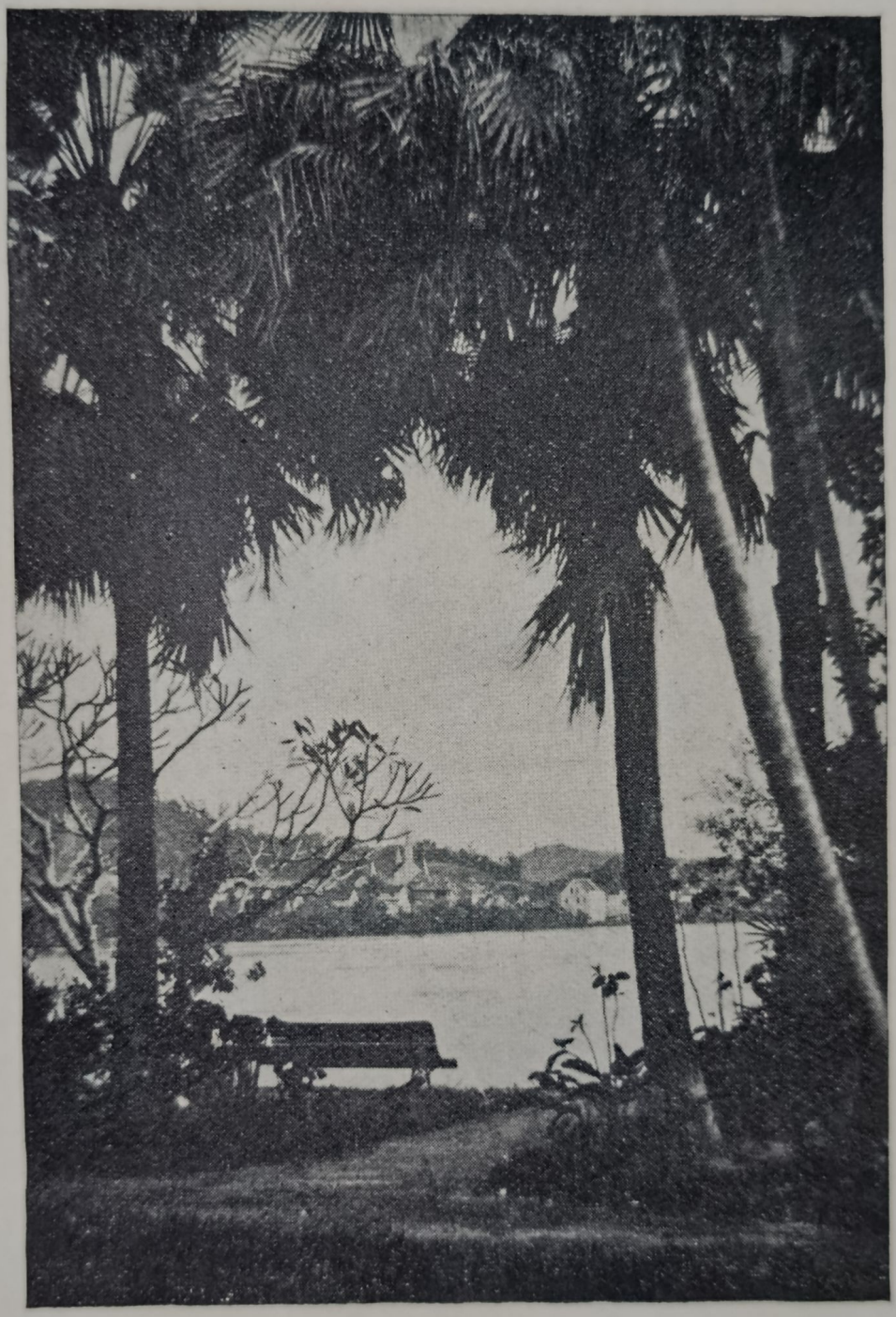
Dono de seu lote, geralmente o colono não possue agregados. Trabalha-o ele mesmo, com a mulher e os filhos. A criação do gado é feita em pequena escala no município.

Cada família de colono possue, em média de 2 a 3 vacas leiteiras. 10 a 20 suinos, regular número de aves domésticas, como galinhas, patos, marrecos e perús. Não são raros os que possuem colmeias, de que extraem o mél, as mais das vezes exclusivamente para o próprio consumo.

Últimos dados dos rebanhos no município.

ESPECICAÇÃO	TOTAL
Bovinos	11.600
Equinos	4.600
Suinos	18.000
Caprinos	300
Lanígeros	660
Muares	750
Asininos	—
Aves	67.000

A produção anual de leite é estimada em 12.098.316 litros.



Um recanto do rio Itajai, em Blumenau

Vista parcial de Blumenau e o porto

Indústria: — Bem desenvolvida é a indústria do município blumenauense, pelo seu grande número de fábricas. Pelos dados de exportação e pela parte indústria e comércio pode-se julgar a grande importância do município. E' enorme a quantidade de produtos que Blumenau fabrica em grande e pequena escala.

Resume-se, esta indústria, a 34 serrarias de madeira, espalhadas pelo interior do município, que produzem, apenas, para o consumo local, exceção feita a três fábricas que se exportam para outros estados e para o exterior, mas que, na maior parte, beneficiam produtos recebidos de outros municípios.

A indústria de eletricidade é explorada pela Empresa Força e Luz Santa Catarina S. A., incontestavelmente uma das mais importantes do Estado, e por particulares.

A Empresa Força e Luz Santa Catarina S. A., cuja usina fica situada 8 quilômetros da cidade de Blumenau, fornece luz e energia elétricas não só ao município de Blumenau como a todo o vale do Itajaí, às cidades de Itajaí, Brusque, Gaspar, Indaial, Timbó, Rodeio, Hamônia, Rio do Sul e Tijucas.

No que toca à indústria fabríl, Blumenau representa, como se disse, papel importantíssimo. Suas fábricas são em número de 297, ocupando cerca de 8.000 operários.

Os principais artigos fabricados são: tecidos, madeiras compensadas, laticínios, salchichas, conservas etc.

Comércio: — E' natural que, em zonas florescentes e produtoras como as que formam o município de Blumenau, o seu comércio seja dos mais importantes do Estado, não só no que se refere à própria comuna como às suas relações com os estados brasileiros e com o estrangeiro.

Exportação: — Exporta todos os produtos industriais, como tecidos, artefatos de madeira, azulejos,

vassouras, sabão, bebidas, olarias, produtos químicos, escovas, estaleiros, meias, motores, moveis de vime, e couro, marmorarias, chapéus, arroz, açucar, fumo, queijo, teite, conservas, frutas, banha, cereais, café, massas alimentícias, vinagre etc.

Cidade: — Blumenau é uma cidade movimentada, com grande comércio e com prédios belíssimos e caraterísticos, dando-lhe um aspecto moderno.

Instrução: — Além do Grupo Escolar „Luiz Delfino" e muitas outras escolas municipais, tem Blumenau o Colégio „Santo Antônio", com curso ginasial, dirigido pelos padres franciscanos, e o Colégio da „Sagrada Família" com curso normal primário, dirigido pelas Irmãs da Divina Providência, ambos, Institutos de grande progresso; a Escola Nova, com curso cormercial e a Escola para moças protestantes, com curso doméstico.

Vida intelectual e cultural: — E' intenso o movimento intelectual em Blumenau, onde ha homens de letras de grande valor.

Existem, no município, várias bibliotecas particulares, além das do „Colégio Santo Antônio", „Escola Pedro II" e outros estabelecimentos culturais tais como as do Rádio Clube de Blumenau, Sociedade de Atiradores etc.

No prédio em que, durante muitos anos, viveu o célebre naturalista Fritz Mueller, de universal renome, e que foi, em 1936, adquirido pela Prefeitura, o atual administrador organizou um museu, com parque zoológico anexo.

Entre os monumentos históricos encontram-se o marco comomerativo ao 50 aniversário da colônia na Praça Hercílio Luz e a estatua de Fritz Mueller.

Ao anoitecer no campo - Bom Retiro

Seminario, Hospital e Hospício de Azambuja - Brusque

MUNICÍPIO DE BOM-RETIRO

Histórico: — O Município de Bom-Retiro, foi creado pela Lei nº. 1408 de 4 de Outubro de 1922. Pela Lei nº. 157 de 19 de Setembro de 1931, passou à Comarca, sendo sua instalação em 24 de Outubro do mesmo ano.

A'rea: — 3.813 Kms.²

População: — cerca de 18.073 habitantes.

Limites: — *Com o município de Rio-do-Sul:* começa na nascente do rio Carrapatos na serra Geral, segue por uma linha seca até a mais alta nascente do rio A'guas-Negras, ou Dona Luiza; por este abaixo até desembocar no rio Itajaí do sul; desce por este até a foz do ribeirão Batalha ou Molha-Côco; por este acima até a sua nascente na serra do Mar.

Com o município de Brusque: começa na nascente do ribeirão Batalha ou Molha-Côco na Serra do Mar, segue por esta até encontrar o divisor das águas dos rios Alto-Braço e Itajaí-mirim, conhecido pelo nome de serra do Tijucas.

Com o município de Nova Trento: começa no ponto em que o divisor das águas dos rios Alto-Braço e Itajaí-Mirim, conhecido pelo nome de serra do Tijucas, encontra a Serra do Mar, continua por esta até encontrur o divisor das águas dos rios Alto-Braço e Engano.

Com o município de São José: começa no ponto em que o divisor das águas dos rios Alto-Braço e Engano encontra a Serra do Mar, segue por esta até a mais alta nascente do rio do Côcho.

Com o município de Palhoça: começa na mais alta nascente do rio do Côcho na Serra do Mar, segue por esta, pela Serra da Boa-Vista e Serra Geral até a nascente do rio dos Índios.

Com o município de Tubarão: começa na nascente do rio dos Índios na Serra Geral, segue por esta até alcançar a nascente do rio Pequeno.

Com o município de Orleans: começa na nascente do rio Pequeno na Serra Geral, segue por esta até o morro da Igreja, onde encontra o divisor das águas dos rios Canoas e Urubicí.

Com o município de São Joaquim: começa no morro da Igreja, no ponto em que o divisor das águas dos rios Canoas e Urubicí encontra a Serra Geral, segue pelo dito divisor até alcançar a nascente do arroio Santo Antônio; desce por este até desembocar no rio Canoas; por este abaixo até a foz do rio Rufino.

Com o município de Lajes: começa na foz do rio Rufino no rio Canoas, desce por este último até a foz do Invernadinha; sóbe por este até a sua nascente na Serra Geral, no morro do Campo de Dentro; segue pela Serra Geral até a mais alta nascente do rio Carrapatos.

Altitude e clima: — A sua séde está situada em um planalto de clima sulubérrimo a 940 metros acima do nivel do mar.

Serras: — O município é cortado pela Serra Geral, destacando-se o Campo dos Padres, ponto mais elevado do Estado de Santa-Catarina, com uma altitude de 1.650 metros.

Rios: — O seu rio principal é o Rio Itajaí do Sul com a maior quéda do município, denominada Salto-Grande, situada dentro da séde do distrito do mesmo nome.

Outros rios: Matador, Canoas, Barro-Branco, Santa-Clara, Campo-Novo, Bom-Retiro etc.

Flóra: — E' abundante em todas as madeiras que consideramos de lei, especialmente, o pinho, cédro, imbuia, etc.

Minerais: — Há vestígios de ardósia, carvão e gasolina.

Agricultura: — A agricultura consiste sobretudo na cultura do milho, feijão, mandioca, trigo, batatas, alfafa, cana de açucar e legumes em geral.

Pomicultura: — Devido sua altura há grande quantidade de frutas europeas como sejam: maçãs, peras, pêssegos, ameixas, uvas, e, algumas regiões de tropicais, como bananas e laranjas.

Exportação: — A exportação é feita especialmente para Florianópolis, constando de madeiras, xarque, banha, couro, milho e feijão, cereais.

Cidade: — A cidade de Bom-Retiro, situada no planalto, apresenta um belíssimo aspecto com suas casas bem cuidadas e simetricamente espalhadas pelo seu perimetro urbano constituido de diversas e bem feitas ruas cujas principais são: Rua 24 de Outubro, Rua 14 de Janeiro, Rua Dorval Ferreira de Macedo, Rua Anita Garibaldi, Rua Major Generoso, Rua Santa-Teresa, Rua Santa-Catarina, etc.

E' tambem dotada de uma belíssima praça, denominada Praça 7 de Setembro onde fica situado o bem traçado e elegante jardim denominado Jardim „Hercílio Luz".

Acha-se o edifício da Prefeitura, situado à Rua 14 de Janeiro em frente a Alameda Dr. Nereu Ramos. E' esta cidade tida como um ótimo ponto de recreio motivo pelo qual durante o verão para ela ocorrem de diversos pontos do Estado, muitíssimos veranistas.

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

Histórico: — O município e vila de Brusque, teve a sua origem em 4 de agosto de 1860 com a chegada de 54 imigrantes alemães, originários em maior parte de Baden, Oldenburg e do Rheno. Em 1867 vieram colonos americanos e irlandeses, fundando a colônia Principe D. Pedro (15-2-1867). A colonização italiana começou em 1874 e contribuiu muito para o progresso do município.

O município de Brusque foi creado pela Lei nº. 920 de 23 de março de 1881 e passou a ser comarca em 1891. Brusque foi elevado a cidade pela Lei nº. 1123 de 23-9-1916.

Foi diretor do primeiro núcleo colonial, denominado São Luiz Gonzaga, o engenheiro Barão de Schneeburg. Deu-se mais tarde o nome de „Brusque“ em homenagem a quem consolidou a fundação do núcleo, o então presidente da província de Santa-Catarina, Conselheiro Francisco Carlos de Araujo Brusque.

A'rea: — 1.621 Kms.²

População: — A população do município estava verificada no último recenseamento em 16.500 habitantes, presentemente este número está estimado em 21.062.

Limites: — *Com o município de Rio-do-Sul:* começa na mais alta cabeceira do ribeirão Batalha ou Molha-côco, na Serra do Mar, segue por esta até encontrar a Serra do Itajaí.

Com o município de Indaial: começa no ponto em que a Serra do Itajaí encontra a Serra do Mar, segue pela primeira até alcançar o divisor das águas dos rios Encano e Garcia.

Com o município de Blumenau: começa no ponto em que o divisor das águas dos rios Encano, e Garcia alcança a Serra do Itajaí, por esta até encontrar o divisor das águas dos rios Garcia e Gaspar-Grande.

Com o município de Gaspar: começa no ponto em que o divisor das águas dos rios Garcia e Gaspar-Grande encontra a Serra do Itajaí, segue pelo divisor das águas dos rios Itajaí-açú e Itajaí-mirim, conhecido pelos nomes de morros do Gaspar-Pequeno, da Bateia e do Barracão até alcançar a nascente do ribeirão Negro.

Com o município de Itajaí: começa na nascente do ribeirão Negro, desce por este, passando pelo centro da lagôa do Weirauth até desembocar no rio Itajaí-mirim; desce por este até a foz do ribeirão Sorocaba; sobe por ele até a Serra nascente; daí segue pelo divisor das águas dos rios Brilhante e Limeira até o morro do Gavião, no divisor das águas dos rios Itajaí-mirim e Camboriú.

Com o município de Camboriú: começa no ponto em que o divisor das águas dos rios Brilhante e Limeira encontra o morro do Gavião no divisor das águas dos rios Itajaí-mirim e Camboriú, segue por este último em rumo aproximado sul até encontrar o divisor das águas dos rios Tijucas e Camboriú.

Com o município de Tijucas: começa no ponto em que o divisor das águas dos rios Itajaí-mirim e Camboriú encontra o divisor das águas dos rios Tijucas e Camboriú, segue pelo divisor das águas entre os afluentes dos rios Tijucas e Itajaí-mirim até a mais alta nascente do ribeirão Indaiá.

Com o município de Nova-Trento: começa na mais alta nascente do ribeirão Indaiá, segue pelo divisor das águas dos rios Kreker e A'guas-Claras, pelo morro dos Polacos e pelo divisor de águas entre os afluentes dos rios Itajaí-mirim e Alto-Braço conhecido pelo nome de Serra do Tijucas, até encontrar a Serra do Mar.

Com o município de Bom-Retiro: começa no ponto em que o divisor das águas dos rios Itaja-Mirim e Alto-Braço, conhecido pelo nome de Serra do Tijucas, encontra a Serra do Mar, segue por esta até alcançar a mais alta nascente do ribeirão Batalha ou Molha-Côco.

Serras: — O município está encerrado entre 3 serras: A Serra do Mar ao oeste, a Serra do Itajaí ao norte e a Serra das Tijucas ao Sul, ficando livre a saída do vale somente pelo lado éste.

Rios: — O rio principal é o Itajaí-mirim com 38 ribeirões afluentes e grande número de ribeiros.

Indústria Pastoril: — Xarque, manteiga e queijo.

Indústria Extrativa: — Madeiras, pedra calcárea, ouro.

Lavoura: — Café, arroz, cereais, cana de açucar, mandioca, ramie, fumo, frutas.

Indústria fabril: — Tecidos de algodão, brins e madras, atoalhados, filó, mantilhas de seda. listas, fitas de seda e algodão, cadarços, fitas para chapéus, cordões de seda, tecidos de malha e artefatos, tinturaria, fiação, cortinas, bordados, moveis, camas, malas, pastas, cartapassos, bolas de futeból, colchões, acolchoados, couros diversos, massas alimentícias, conservas de frutas e legumes, cigarrilhos, produtos farmacêuticos, fécula, polvilho, vinagre, tijolos e telhas de diversos típos.

Exportação: — Toda a produção com exceção de uma pequena porcentagem é escoada pelo porto de Itajaí, o mais perto e acesivel pela sua relativa pequena distância, 32 quilômetros, e ótima estrada de rodagem.

Comércio: — A praça comercial de Brusque é movimentada. A exportação faz-se pelo porto de Itajaí, diretamente para as praças de Florianópolis, Paraná, Santos, Rio e Porto-Alegre.

A séde do município: — A cidade de Brusque é situada no largo vale do rio Itajaí-Mirim, numa altitude de 50 metros. As edificações são de estilo moderno e as ruas limpas e largas. Destacam-se os prédios do Grupo Escolar Feliciano Pires e do Palácio Municipal. Possue dois belos templos situados em elevadas colinas sendo um dedicado ao culto católico e o outro ao protestante.

A três quilômetros da cidade acha-se o moderno hospital e asílo de Azambuja, fundação do digníssimo Pe. Gabriel Luz e servindo tambem como séde do Seminário Episcopal.

Diversas sociedades recreativas e esportivas na séde do município apresentam uma vida muita ativa.

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Histórico: — O município de Caçador, creado pelo Decreto nº. 508 do Exmo. Sr. Coronel Interventor do Estado e instalado a 25 de março de 1934, está situado entre os municípios de Porto-União, Campos-Novos e Cruzeiro-do-Sul.

População: — O município de Caçador conta atualmente com 13.857 habitantes.

Altitude: — Eleva-se a 888 metros na séde de Caçador; a 900 metros de altitude, no distrito de Taquara Verde, séde da Vila.

Limites: — *Com o Estado do Paraná:* começa na cabeceira do rio Jangada, desce por este até encontrar sua margem direita a foz do lajeado Tigre.

Com o município de Porto-União: começa na foz do lajeado Tigre no rio Jangada, segue por uma linha seca até a nascente do rio do Bugre; desce por este até a sua foz no rio do Peixe; desce pelo rio do Peixe até a foz do arroio Tortato, defronte do quilômetro 641 + 780 metros da Estrada de Ferro S. Paulo — Rio Grande; sobe por este arroio até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a foz do arroio do Licindo no rio Caçador; sobe por este até a sua nascente; daí segue pelo divisor das águas dos rios Timbó e do Peixe, conhecido pelo nome de Serra do Espigão, até a nascente do arroio Três-Cerros.

Com o município de Curitibanos: começa na nascente do arroio Três-Cerros, segue pelo divisor das águas dos rios do Peixe e Timbó, conhecido pelo nome de Serra do Espigão, continua pelo divisor das águas dos rios do Peixe e dos Patos até a nascente do rio Papuã.

Com o município de Campos-Novos: começa na mais alta nascente no rio Papuã, desce por este até encontrar o lajeado do Salto, para formar o rio das Pedras;

desce por este até a foz do lajeado Chiquinho Gomes; daí segue uma linha seca até a nascente do lajeado Adelino Vicente; desce por este até a sua foz no rio Peixe, defronte ao quilômetro 695 + 300 metros da Estrada de Ferro S. Paulo — Rio Grande; pelo rio do Peixe abaixo até a foz do arroio Lucas.

Com o município de Cruzeiro: começa na foz do arroio Lucas no rio do Peixe, sobe pelo primeiro até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a nascente do arroio do Pereira; desce por este até a sua foz no rio São-Bento; sobe pelo rio São-Bento até a foz do rio São-Bentinho; por este acima até a sua nascente; daí continua por uma linha seca até a foz do lajeado do Potrilho no rio Santo Antônio; sobe por este até a foz do arroio Confusão; sobe por este até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a cabeceira do rio Jangada.

Rios: — Rio do Peixe com seus afluentes, rio Caçador, rio Castelhano, rio 15 de Novembro, rio Preto, rio Veado, rio Veloso, rio Gramado, rio São-Pedro, rio São Pedrinho, rio Candinho, Rio Santo-Antônio, rio São-Vicente, rio São-Domingos, rio 30 e rio São-Bento, divisor do município de Caçador com Cruzeiro-do-Sul. Existem importantes quedas dáguas, sobresaindo-se a de Bom-Sucesso distante 9 quilômetros da séde e Salto da Campina, distante 6 quilômetros tambem da séde, ambas, no rio do Peixe, além de muitas outras, com grandes especialidades em volumes dágua.

Flora: — O município é riquíssimo em pinheirais, imbuias, cédros, cabriúvas e outras madeiras de lei, estando em atividades 75 serrarias, existindo tambem grande quantidade de erva-mate que, não são fabricadas pelo precário preço da época.

Minerais: — Está definitivamente conhecida a existência de petróleo, e. já para isto os resultados das sondagens, demonstrou vivamente o puro óleo, sendo até agora a maior profundidade de 90 metros, onde encontrou grandes veios deste precioso minério.

A referida mina está situada no terreno do Patrimônio da Prefeitura Municipal.

Vista parcial de Caçador

Madeira pronta para embarcar — Caçador

Agricultura: — Está se desenvolvendo extrordinariamente a agricultura no município de Caçador, devido a fertilidade das terras consistindo na cultura do milho, feijão, batatas, cevada e com especialidade o trigo. Notando-se tambem grande interesse na vinicultura, podendo afirmar-se que a produção no ano de 1939, atingiu a importante soma de 2.300.000 quilos de uva; milho, 147.840 sacos; trigo. 38.200 sacos; feijão, 5.840 sacos, aliás muito prejudicado a sua safra, devido chuvas e geadas; arroz, 40 sacos; cevada, 2.350 sacos; amendoim, 80 sacos; batatinha, 6.470 sacos; batata doce, 1.400 sacos.

Pomicultura: — A pomicultura fornece maçãs, peras, pêssegos, ameixas etc.

Exportação: — Caçador tem a sua principal riqueza nas indústrias de madeiras, exportando esse produto para as Praças de São-Paulo, Rio-de-Janeiro, República Argentina e Alemanha, por via São-Francisco-do-Sul, Paranaguá e Porto D. Pedro II.

Comécio: — O comércio já muito desenvolvido, segue em franco progresso. A exportação aumenta diariamente e a vinicultura desenvolve-se a passos gigantescos.

Séde do município de Caçador: — Que tem a Estação do mesmo da Estrada de Ferro São-Paulo — Rio Grande, com povoados bem desenvolvidos em ambos os lados do rio do Peixe, com uma população de 3.000 habitantes, possuindo uma boa iluminação elétrica, duas pontes de madeira sobre o rio do Peixe, ligando as duas Cidades.

Contem 40 casas comerciais, 3 oficinas de marcenarias, 4 oficinas mecânicas, 1 fábrica de madeiras, 1 torrefação de café, 2 açougues, 7 bilhares, 4 fábricas de caixas, escritórios de representações e uma agência de Banco. O número de casas urbanas, atinge a 520, entre estas, muitas de materiais

As ruas principais então niveladas, e já em grande parte, com um bom calçamento. Isto, deve-se à boa administração do Sr. 1º. Tte. Mário Fernandes Guedes, operoso Prefeito desta Cidade.

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Histórico: — O município de Camboriú creado no ano de 1849, começou em 1758 pelo estabelecimento de alguns colonos vindos de Porto-Belo. Em 1884 foi a Freguesia da N. S. do Bom-Sucesso de Camboriú desmembrada do município de Itajaí e constituida em município autônomo, com séde no lugar denominado Barra. Em 1890 a séde foi transferida para o lugar Garcia, hoje cidade de Camboriú.

Superfície: — 315 Kms².

População: — 13.212 habitantes.

Limites: — *Com o município de Itajaí:* começa no ponto em que divisor das águas dos rios Limeira e Brilhante encontra o divisor das águas dos rios Itajaí-mirim e Camboriú, no morro do Gavião, segue pelo divisor das águas dos rios Itajaí-mirim e Camboriú até a nascente do ribeirão da Praia-Brava; desce por este até a sua foz no Oceano Atlântico.

Com o Oceano Atlântico: começa na foz do ribeirão da Praia-Brava e segue pela costa até a ponta da Malta.

Com o município de Porto-Belo: começa na ponta da Malta, no Oceano Atlântico, segue pelo divisor das águas dos rios Itapema e Areial, passando pelo morro do Encano, até a nascente do rio Areial; daí continua pelo divisor das águas dos rios Camboriú e Itapema e Perequê, conhecido pelos nomes de morro do Areial,

Cadeia, Várzea do Caeté, Sertão do Trombudo e Sertão de Miséria até alcançar a nascente do rio dos Bôbos, no morro Antônio Simas.

Com o município de Tijucas: começa na nascente do rio dos Bobos e segue pelo divisor das águas dos rios Tijucas e Camboriú até encontrar o divisor das águas dos rios Camboriú e Itajaí-mirim.

Com com o município de Brusque: começa no ponto em que o divisor das águas dos rios Tijucas e Camboriú, encontra o divisor das águas dos rios Camboriú e Itajaí-mirim; segue por este último até alcançar, no morro do Gavião, o divisor das águas dos rios Limeira e Brilhante.

Aspecto: — O município é em geral montanhoso no interior; no litoral se deparam extensas planícies.

Clima: — Bom.

Serras: — Valério, Caeté, Serra d'Anta, Areal e Alegre.

Rios: — O rio principal é o Camboriú que tem o seu curso dentro do perímetro da cidade. Outros são: seu afluente o rio Pequeno e o rio Conceição. Existem três saltos d'água com regular altura, com bastante força hidráulica

Flora: — Cedro, ariribá, canela, peroba, massaranduba, óleo, louro, sassafraz, etc.

Minérios: — O município é riquíssimo em minerais, possuindo em diversos pontos grandes jazidas de mármores de diversas qualidades e cores sendo exploradas com instalações modernas à vapor para serragem de blocos.

Encontra-se ainda ferro, manganez, grafite, cristal de rocha.

Agricultura: — O município é essencialmente agrícola e tem se desenvolvido especialmente com o plan-

tio de café sendo a sua colheita anual de 40 a 60 mil sacas em côco. A banana tambem é bastante cultivada, sendo exportado mensalmente para o Rio-Grande-do Sul, 8 a 10 mil cachos. Cultivam-se ainda com bastante animação: milho, arroz, cana de açucar, feijão, etc. Grande parte da população dedica-se à pesca.

Viação: — A comunicação marítima é feita pelo rio Camboriú por pequenas embarcações que navegam até os portos de S. Francisco e Florianópolis e a terrestre pela estrada de rodagem Florianópolis — Tijucas — Itajaí — Blumenau — Joinville.

Exportação: — E' feita para Itajaí, Florianópolis, Brusque, Joinville, Rio-do-Sul e outros pontos sendo os principais produtos exportados: café, madeiras, cal de pedra, óleo de nozes e mármore para o Rio-de Janeiro.

Indústria e Comércio: — 8 engenhos de serrar madeiras, movidos à força hidráulica; 180 engenhos de de fabricação de açucar; 170 engenhos de farinha, 5 olarias, 2 descascadores de café, 5 fábricas de cal de pedra sendo 1 à vapor de moagem de cal virgem, 2 fábricas de óleo de nozes.

Séde: — E' a cidade de Camboriú, situada no litoral em uma extensa planície a 5 metros acima do nível do mar.

MUNICÍPIO DE CAMPO-ALEGRE

Histórico: — O município de Campo-Alegre foi criado pela Lei nº. 244, de 17 de outubro de 1896, ficando, assim, desmembrado de São-Bento. Sua instalação deu-se a 10 de março de 1897.

Superfície: — 466 Kms².

População: 7.322 habitantes.

Limites: — *Com o Estado do Paraná:* começa na confluência do rio Negrinho no rio Negro, por este último acima até suas cabeceiras, conhecidas pelas denominações locais de rios Cachoeira e Campo-de-Cima.

Com o município de São-Francisco: começa na cabeceira do rio Campo-de-Cima, na Serra do Mar, segue por esta até a cabeceira do rio das A'guas-Claras.

Com o município de Joinville: começa na nascente do rio A'guas-Claras, segue pelo divisor das águas dos afluentes dos rios Negro e Cubatão até alcançar a nascente do rio Itapocuzinho.

Com o município de Jaraguá: começa na cabeceira do rio Itapocuzinho, segue pelo divisor das águas dos rios Turvo e Itapocuzinho até alcançar a nascente do rio Humboldt.

Com o município de São-Bento: começa na nascente do rio Humboldt, segue por uma linha seca até a nascente do rio Negrinho; desce por este até sua foz no rio Negro.

Altitude: — O município fica situado a quasi novecentos e sessenta metros de altitude na Serra do Espigão.

Clima: — O clima deste município é virtualmente saudável, quiçá o melhor do Estado, não só por ser muito seco, mas tambem pelo seu temperamento agradabilíssimo. A cidade é visitada todos os anos por elevado número de turistas procedentes de diversos pontos do Estado e do país, que aqui vêm aproveitar a supremacia deste clima salubérrimo e admiravel e contemplar as magníficas belezas naturais.

Serras: — Serras do Saltinho, do São-Miguel, do Quiririm, do Espigão.

Rios: — O rio principal é o Rio Negro, divisa norte do município. São seus afluentes: Turvo, São Miguel e outros, que possuem importantes e pitorescas cascatas.

Minerais: — Existem hulha, pórfiro, ferro e ouro.

Agricultura: — Agricultura é muito importante e apresenta constante incremento, principalmente no plantio de trigo, centeio, milho, feijão e batatas, porisso que as terras de Campo-Alegre são fertilissimas.

Flora: — A flora é riquíssima, constando de: pinheiros, imbuia, cedro e outras madeiras de lei.

Criação de gados: A criação de gados é bastante desenvolvida, maximé de bovino e vacum.

Exportação: — O escoamento dos produtos efetua-se pela estação Rio Vermelho e pela Estrada de Rodagem Dona Francisca. Exporta-se com abundância: cereais, mate e madeira.

MUNICÍPIO DE CAMPOS-NOVOS

Histórico: — O Distrito de Campos-Novos, já existente nos fins da primeira metade do século XIX e anexado ao município da vila de N. S. dos Prazeres de Lajes, foi desmembrado desta, pela Lei Provincial n.º 377 de 16 de junho de 1854. Pela Lei n.º 625 de 11 de junho de 1869, este distrito, Palmas e Curitibanos, constituiram o município de Curitibanos. Pela Lei Provincial n.º 923 de 30 de março de 1881, foi elevado a categoria de Município e a Freguesia de São João Batista dos Campos-Novos, à categoria de vila. Por Decreto Estadual expedido no ano de 1935 foi elevada a categoria de Cidade.

Superfície: — Aproximadamente 5.175 Kms.^{2}

População: — 27.958 habitantes.

Limites: — *Com o município de Cruzeiro:* começa na barra do rio do Peixe no rio Uruguai, pelo primeiro acima até a foz do arroio Lucas.

Com o município de Caçador: começa na foz do arroio Lucas no rio do Peixe, sobe por este último até a foz do lajeado Adelino Vicente, defronte do quilômetro 695 + 300 metros da Estrada de Ferro São Paulo — Rio Grande; sobe por este lajeado até a sua nascente daí segue por uma linha seca até a foz do lajeado Chiquinho Gomes no rio das Pedras; sobe por este até a confluência dos rios Papuã e do Salto; pelo Papuã acima até a sua mais alta nascente.

Com o município de Curitibanos: começa na mais alta nascente do rio Papuã, segue por uma linha seca até a mais alta nascente do rio Taquarussú; por este abaixo até desembocar no rio Marombas; desce por este até a sua foz no rio Canoas.

Com o município de Lajes: começa na foz do rio Marombas no rio Canoas, desce por este último até a sua foz no rio Uruguai.

Com o Estado do Rio-Grande-do-Sul: começa na foz do rio Canoas no rio Uruguai, por este abaixo até a barra do rio do Peixe.

Clima: — A Cidade de Campos-Novos, está situada a 900 metros de altitude, o seu clima na região da campanha, bem como, de diversos distritos do vale do rio do Peixe é salubérrimo.

O vale do rio do Peixe é na sua totalidade fertilíssimo e bem assim a margem do Canoas.

Frondosos pinheirais cobrem densamente diversas partes desta comuna.

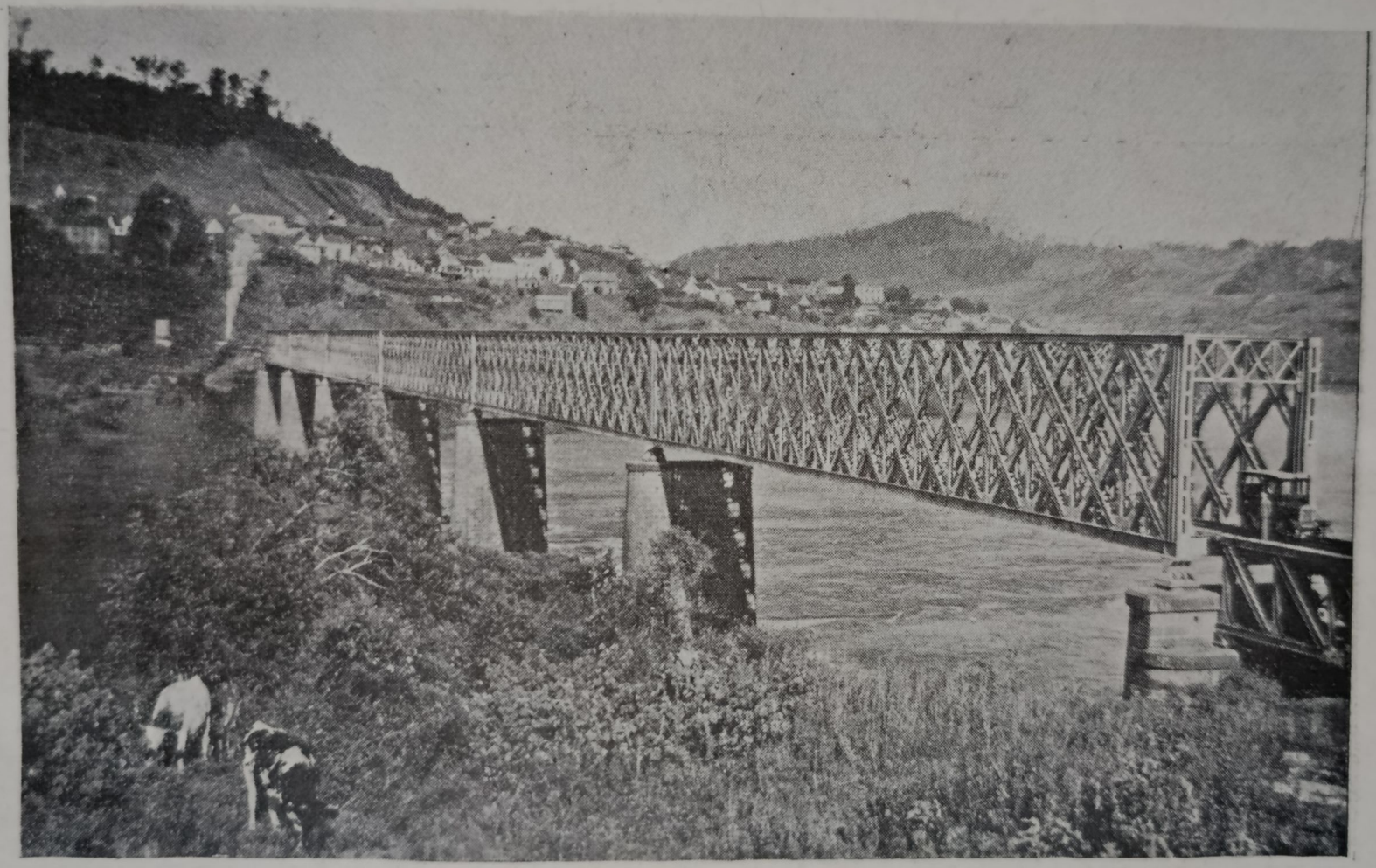
Exportação: — Campos-Novos é um município essencialmente exportador de inumeros produtos agrícolas, milho, alfafa, feijão, lentilha, uvas, e tambem, madeiras, suinos, cera, mel, banha, ovos, produtos suinos frigorificados, vinhos tintos, brancos e licorosos, aguardentes: de cana e bagaceira de uvas, gado em geral, erva mate e grande quantidade de trigo.

Rios: — E' notável o fato de Campos-Novos ser banhado por quasi todos os lados, de suas fronteiras pelos rios: Taquararussú, Marombas, Canoas, Pelotas e Peixe e totalmente cercado de serras e frondosas matarias descortinando-se depois vastos campos, sulcados de vales entrecortados de riachos magníficos.

Flora: — As espécies florestais mais abundantes e de maior valor econômico são os vastos pinheirais, cedros, cabriuvas, angicos, imbuias, canelas, louros, taromans, etc.

Minerais: — Existem nos distritos de Rio-Bonito, Barra-do-Leão vestigios de petróleo, no distrito de Umbú, carvão mineral e no interior do município, de outros minérios, porém inexplorados.

Perdizes — Campos Novos



Ponte sobre o Rio Uruguai
entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul

Agricultura: — Campos-Novos com seu sólo, ubérrimo, previligiado que, eleva-se de 400 a novecentos e cincoenta metros sobre o nivel do mar, produz quasi todos os produtos da zona temperada, como sejam: trigo, centeio, milho, feijão, cana, uva, alfafa, pêssegos, abacaxís, bananas e produtos leguminosos.

Pecuária: — Nos fertilíssimos campos, cria-se bastante gado vacum, muar, cavalar, lanígero, assinino, e na região colonial é devéras extensiva a criação de suinos e aves.

Estação Experimental de Viticultura, Enologia e Frutas de clima temperado: — Estabelecimento criado nos anos anteriores, pelo benemérito Presidente Getúlio Vargas, no distrito de Perdizes, está contribuindo inegavelmente na econômia desta futurosa comuna.

A referida Estação está localizada em prédios mandados construir pelo Eminente Interventor Federal Dr. Nereu Ramos, em terreno doado pelo Governo deste Município, ao Ministério da Agricultura. E' Diretor da Estação em apreço, o competente Agrônomo Zarathustra Sondahl, continuador dos trabalhos, iniciados pelo seu antecessor Dr. Joaquim Inácio Silveira da Mota. Grandes áreas de terras, estão completamente cultivadas com produtos padronizados, merecendo mais franco elogio, as brilhantes atuações das administrações procedidas pelos referidos agrônomos.

O município de Campos-Novos conta atualmente com 11 distritos: Cidade de Campos-Novos, distrito da séde; Vilas, sédes distritais: Abdon Batista, Arcoverde, Coração de Jesus, Erval, Perdizes, Rio-Bonito, Rio-Capinzal, Rio-do-Peixe, Umbú, Uruguai. Outras localidades: Pinheiro-Preto, Itapuí, Bom-Retiro, Bom-Princípio, Leão, Santo-Antônio, São-Roque, Capela-da-Lagoa, Colônia-Almeida, Barra-do-Leão, Barra-do-Pinheiro, Rio Lidemberg, Volta-Grande, Linha-Serraria, Arroio-Bonito, Séde Sarandí, Linha Caxias, Paraizo-Perdido, Barra-Fria, Vista-Alegre, Pontão.

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Histórico: — O município de Canoinhas começou a ser povoado mais ou menos no ano de 1890, época em que, em seu território, se fixaram os primeiros povoadores precedidos pelo saudoso brasileiro Francisco de Paula Pereira, primeiro habitante e fundador da atual cidade de Canoinhas e que aqui aportou, procedente do Paraná, pelo rio Canoinhas.

Entretanto, uma exígua parte da região canoinhense, aproximadamente desde 1800, era atravessada através de estreita picada na mata bruta, por fazendeiros gauchos que iam em demanda de São-Paulo. A maior parte do município só sentiu o contacto da civilização ao findar-se o século XIX.

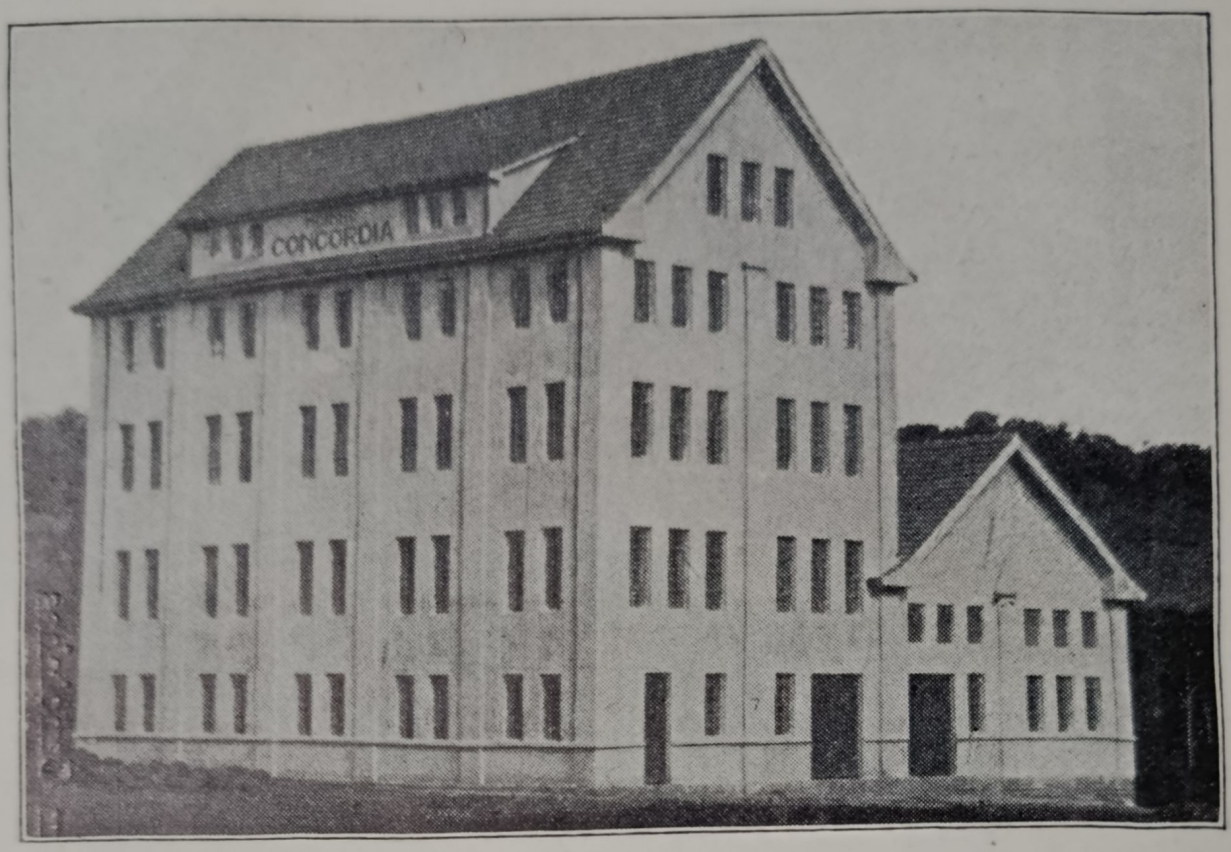
De 1900 em diante progrediu lentamente, sofrendo embora as consequências da luta de limites entre Santa Catarina e Paraná — pois era justamente a mais rica, e portanto a mais cubiçada região do território então contestado — e que só cessou depois de ter sido o município incorporado definitivamente ao Estado de Santa Catarina, em 20 de outubro de 1916.

A luta dos fanáticos ou jagunços que durou mais de três anos, terminando em 1918, destruiu a civilização nascente. Só em 1920 poude Canoinhas iniciar uma vida nova e reconquistar o progresso almejado.

Até 12 de setembro de 1911 era distrito do município de Curitibanos, sendo nessa data elevado à categoria de Município pelo decreto n.º 907 do Cel. Vidal Ramos, então Governador do Estado.

Seu primeiro Prefeito foi o saudoso brasileiro Major Manuel Tomaz Vieira. Foi elevado à Comarca a 2 de agosto de 1913.

Praça "Lauro Mueller" em Canoinhas



Moinho "Concordia"

Preparo de uma balsa de cedro no rio Uruguai — Concordia

Em 1923, tomou o nome de Ouro-Verde, em consideração à erva-mate que era a sua principal produção e riqueza. Contudo, em 1930, retomou o seu primitivo nome de Canoinhas, por decreto do snr. Interventor do Estado, Gal. Ptolomeu de Assis Brasil.

Superfície: — 4.375 Kms.²

População: — 33.116 habitantes.

Limites: — *Com o Estado do Paraná:* começa na foz do rio Preto no rio Iguaçú, por este acima até a barra do rio Negro; sobe por este até a foz do rio São João.

Com o município de Mafra: começa na barra do rio São-João no rio Negro, sobe pelo primeiro até a foz do rio Contagem.

Com o município de Itaiópolis: começa na foz do Contagem no São-João, sobe por este último até a foz do rio Fachinal; sobe o Fachinal até a sua nascente; daí segue por uma linha seca à nascente do rio Veado; desce por este até a sua foz no rio Hercílio ou Itajaí do Norte; sobe o Hercílio até a barra do rio Iraputã; sobe o Iraputã até a foz do rio São João; sobe por este até a sna mais alta nascente.

Com o município de Rio-do-Sul: começa na mais nascente do rio São-João, segue pelo divisor da serra do Mirador até alcançar, nas proximidades das cabeceiras do rio Itajaí do Oeste, a serra do Espigão; continua por esta até a mais alta nascente do rio Canoinhas.

Com o município de Curitibanos: começa na mais alta nascente do rio Canoinhas, segue pelo divisor das águas dos rios Timbó e Canoinhas, conhecido pelo nome de serra Preta, até alcançar a cabeceira do rio Tamanduá; desce por este até a foz do lajeado Santa-Cruz.

Com o município de Porto-União: começa na foz do lajeado Santa-Cruz no rio Tamanduá, segue por uma linha seca à foz do rio Barra-Mansa no Timbózinho; sobe por este último até a sua nascente; daí segue por uma linha seca à nascente do rio dos Porcos; desce por

ele até a sua foz no rio Pardo; desce por este até desembocar no rio Preto, desce o rio Preto até a sua foz no rio Iguaçú.

Clima: — Zona de clima invejavel, na média de 700 metros acima do nivel do mar.

Serras: — Espigão, Veado, Tamanduá, Avencal, Lucindo, Preta, Chata, etc.

Rios: — Iguaçú, Negro, Canoinhas, Itajaí do Norte (Hercílio), Paciência, São-João, Tamanduá, etc.

Flora: — Pinheiro, Imbúia, Cedro, Canela, Jacarandá, Gabiroba, Peroba, Erva-mate.

Agricultura: — Os produtos agrícolas são: feijão, milho, trigo, centeio, mandioca, batata inglesa, batata doce, arroz, aveia, cevada, alfafa, amendoím, ervilha, cebola, alho, fumo, hortaliças em geral, existindo pomares ameixas, maçãs, peras, pêcegos, marmelos, laranjas, figos e uvas.

Exportação e produção: — As riquezas naturais são: erva-mate e madeiras, sendo despachadas, mensalmente, centenas de vagões pela via férrea.

Séde: — A zona urbana e suburbana da séde municípal conta com 765 casas, e sua população é de 4.960 habitantes,

A cidade, situada à margem esquerda do rio Canoinhas, progride vertiginosamente. Estão sendo construidos meios-fios, sargetas, calçados os passeios e niveladas as ruas, estando quasi concluidos os trabalhos de embelezamento da principal praça Lauro Müller, como sejam: ajardinamento, calçamento, revestimento a areia e iluminação a luz elétrica. As velhas casas de madeira estão sendo substituidas por suntuosos prédios de alvenaria, e as cercas por fortes e bonitos muros de tijolos e pedras.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Histórico: — As terras que integram o atual município de Concórdia, estiveram até 1916, sob a jurisdição do Estado do Paraná e denominavam-se então a Região do Contestado.

Entregue ao Estado de Santa-Catarina, em virtude do acordo celebrado entre as partes litigantes, essa importante região, foi a zona Oeste da mesma dividida em dois grandes municípios Chapecó e Cruzeiro.

Deste último foram desmembrados os distritos de Bela-Vista (atual Esteves Junior), Ipira, Itá e Concórdia para a formação do município de Concórdia, creado pelo Decreto nº. 635, de 12 de junho 1934.

Foi o município instalado em 29 de julho do mesmo ano de 1934.

Por Decreto de 5 de novembro de 1934, que tomou o número 697, foi creada a Comarca de Concórdia, solenemente instalada em 24 de janeiro de 1935.

Os primeiros habitantes que se estabeleceram em terras do município de Concórdia, então parte integrante do município paranaense de Palmas, foram, segundo informações colhidas em diversas fontes, imigrados politicos paranaenses, pertencentes ao partido federalista em luta armada com os Republicanos em 1893.

Data de 1927 a entrada dos primeiros colonos em terras do distrito da séde do município, intensificada de ano para ano, tendo atingido o seu máximo desenvolvimento com a aquisição pela Empresa Mosele, das terras pertencentes a Brasil Development Colonization Company.

Superfície: — E' de mais ou 3.000 Kms², sendo a sua população de 20.665 habitantes, composta quasi que ex-

clusivamente de lavradores, de origem diversas, predominando os caboclos e os decendentes de alemães, italianos e poloneses, todos, ou quasi todos, emigrados do visinho Estado do Rio-Grande-do-Sul.

População: — 20.695 habitantes.

Limites: — *Com o município de Xapecó:* começa na foz do rio Iraní no Uruguai, sobe pelo Iraní até a confluência do rio Ressaca.

Com o município de Cruzeiro: começa na confluência do rio Ressaca no rio Iraní, sobe por este último até a foz do lajeado Joãozinho; por este acima até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a cabeceira do lajeado da Anta; desce este lajeado até a sua foz no rio do Engano; sobe por este até a confluência do lajeado da Serra; desse ponto segue por uma linha seca até a nascente do lajeado Cascalho; desce por este até a sua foz no rio Jacutinga; sobe por ele até a foz do lajeado Colônia; por este acima até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a nascente do lajeado dos Tatetes; desce por este até a sua foz no lajeado Bonito; por este acima até a foz do lajeado Elisiário; sobe por este até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a nascente do lajeado Emigra; desce por este até a sua foz no rio Rancho-Grande; daí segue por uma linha seca até a confluência do lajeado Mambuca no lajeado Caçador; por este abaixo até a sua foz no rio Pinheiro; desce por este até a sua foz no rio do Peixe.

Com o município de Campos-Novos: começa na foz do rio Pinheiro no rio do Peixe, por este último abaixo até a sua barra no rio Uruguai.

Com o Estado do Rio-Grande-do-Sul: começa na foz do rio do Peixe no Uruguai, por este último abaixo até a confluência do rio Iraní.

Clima: — E' temperado e saudavel, tendo a altitude média de 500 metros sobre o nivel do mar.

Aspecto: — O solo do município de Concórdia é coberto de densas matas virgens, encontrando-se nelas variadas essências florestais, tais como o angico, louro,

cabriuva, tarumã, grapia, canafístula, sassafraz e outros, sendo raros os pinhais.

Rios: — E' banhado pelo caudaloso rio Uruguai que lhe delimita ao Sul com o Estado do Rio-Grande-do-Sul, medindo aproximadamente 600 metros de largura, estando situado neste município o celebre acidente denominado „Estreito" onde esse imenso volume de água passa em um vão de um metro de largura aproximadamente.

Além desse rio é banhado por grande número de tribatários do mesmo, destacando-se o rio do Peixe, o Rancho-Grande, o Jacutinga, o Engano, o Iraní e outros de menor importância.

Agricultura: — Predomina no município o regime da pequena propriedade.

Exceção feita das Empresas Colonizadoras que possuem grandes áreas de terras, mas não as reteem e sim esforçam-se por vendê-las, os demais proprietários de terras possuem em média 25 hectares por família.

O município por assim dizer exclusivamente agrícola, é no entretanto, essa indústria mater, explorada pelos métodos os mais rotineiros possiveis podendo-se afirmar que são desconhecidos dos lavradores mesmo as mais rudimentares máquinas agrícolas, exceção feita de reduzido número de colonos que utilizam arados, muito imperfeitos em suas lavouras.

Nas suas lavouras ou roçadas são empregados apenas o machado, a foice e a enxada. Causas diversas influem para isso, salientando-se duas as mais importantes: a natureza acidentada do terreno, com a agravante de ser ainda pedregoso e a ignorância da maioria dos colonos e lavradores.

Produz o município: trigo, milho, feijão, aveia, cevada, batata, alfafa, amendoim, mandioca, cana de açucar, etc.

Divide-se o município em seis distritos, denominados Concórdia (séde), Esteves Junior, Ipira, Itá, Mauá e Rio-Branco.

MUNICÍPIO DE CRESCIUMA

Histórico: — Em 6 de janeiro de 1880 foi fundado Cresciuma como simples Colônia, chegando nesta data a primeira leva de imigrantes italianos. Em 1890 vieram famílias alemães, russas e polacas e em 1892 mais italianos. Tornou-se distrito em 1893, pertencente ao município de Araranguá. Pela lei nº. 1516 de 4 de novembro de 1925 foi o distrito de Cresciuma elevado a município autônomo.

Superfície: — 915 Kms.²

População: — O município de Cresciuma conta com 18.548 habitantes.

Limites: — Com o município de Urussanga: começa na mais alta nascente do rio Morto na Serra Geral, segue por uma linha seca até a nascente do rio Ronco-d'Água que fica mais ao Norte; por este abaixo até a sua foz no rio Pereira; por este abaixo até desembocar no rio Cocal-de-Baixo ou Cocalzinho; desce por este até a sua foz no rio Urussanga.

Com o município de Jaguaruna: começa na foz do rio Cocal-de-Baixo no rio Urussanga, por este abaixo até a sua barra no Oceano Atlântico.

Com o Oceano Atlântico: começa na barra do rio Urussanga no Oceano, segue pelo mar até o ponto em que encontra a linha seca que, partindo da foz do rio Tranqueiras no rio dos Porcos e passando pela extremidade sul da lagoa Mãe-Luzia, alcança o mar.

Com o município de Araranguá: começa no mar, segue por uma linha seca que passando pela extremidade sul da lagoa Mãe-Luzia, vai à confluência do rio

Matriz de São José - estilo colonial
Cresciuma - S. Catarina.

Vila Operária dos Mineiros
Cresciuma - S. Catarina

Rua Conselheiro João Zanetta
Cresciuma - S. Catarina

Tranqueiras, no rio dos Porcos; daí segue segue por uma linha seca até a foz do rio Sangão no rio Mãe-Luzia; desce pelo rio Mãe-Luzia até a foz do rio do Cedro; sobe por este até a foz do rio Braço-do-Cedro; daí segue por uma linha seca até a foz do rio do Meio no rio Morto; sobe por este último até a sua mais alta nascente na Serra Geral.

Aspecto: — A parte da costa é arenosa a do interior muito acidentada. A cidade de Cresciuma está colocada numa altitude de 42 metros.

Clima: — E' bom e saudavel, porem na zona litoral aparecem casos de mal da terra.

Serra: — São-Bento.

Rios: — Mãe-Luzia, Cresciuma, Sangão, Urussanga, São-Bento, Cedro e dos Porcos.

Lagoas: — Dos Esteves, Mãe-Luzia, Comprida e Urussanga.

Flora: — Encontram-se em abundância madeiras de lei como cedro, louro, canela e peroba.

Minerais: — A maior riqueza é o carvão de pedra explorado por diversas companhias.

Agricultura: — A lavoura do município está bem adiantada, destacando-se a cultura de fumo, arroz e milho.

Exportação: — A exportação do município é muito importante tendo muitas fábricas de banha e produtos suinos, fábricas de bebidas como cerveja, gasosa, licores, uma fábrica de canivetes, uma fábrica de balas. Exporta em grande escala farinha de mandioca, arroz, fumo em corda, banha e carvão.

A produção do ano 1939 foi a seguinte: Arroz 66.666 sacos, milho 118.581 sacos, farinha de mandioca 113.000 sacos, fumo 40.060 quilos, carvão de pedra 106.000 toneladas, banha 975.000 quilos, produtos suinos 216.000 quilos.

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO

Histórico: — O município de Cruzeiro foi creado pela lei estadoal n.º 1.147 de 25 de agosto de 1917.

Em 1934 foram desmembrados do município, diversos distritos, passando para os novos municípios de Caçador e Concórdia.

Superfície: — 4.920 Kms.²

População: — 15.110 habitantes.

Limites: — *Com o Estado do Paraná:* começa no divisor das águas dos afluentes dos rios Iguaçú e Uruguai, no ponto em que defronta a mais alta cabeceira do lajeado Aguapeí, segue pelo dito divisor até a cabeceira do rio Jangada.

Com o município de Caçador: começa na nascente do rio Jangada, segue por linha seca até a nascente do arroio Confusão; desce por este até a sua foz no rio Santo-Antônio; por este abaixo até a foz do lajeado do Potrilho; daí segue por uma linha seca até a nascente do rio São-Bentinho; desce por este até a sua foz no rio São-Bento; por este abaixo até a foz do arroio do Pereira; sobe por este até sua nascente; daí segue por uma linha seca até a nascente do arroio Lucas; desce por este até a sua foz no rio do Peixe.

Com o município de Campos-Novos: começa na foz do arroio Lucas no rio do Peixe, por este último abaixo até a foz do rio Pinheiro.

Com o município de Concordia: começa na foz do rio Pinheiro no rio do Peixe, sobe pelo primeiro até a foz do lajeado Caçador; por este acima até a foz do lajeado Mambuca; daí segue por uma linha seca até a foz do lajeado Emigra no rio Rancho-Grande; sobe pelo lajeado Emigra até a sua nascente; daí por uma linha seca até a nascente do lajeado Elisiário; desce por este até a sua foz no lajeado Bonito; por este abaixo até a foz do lajeado dos Tatetes; sobe por este até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a nascente do lajeado Colônia; desce por este até a sua foz no rio Jacutinga; por este abaixo até receber o lajeado Cascalho; sobe por este até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a foz do lajeado da serra no rio Engano; por este abaixo até a foz do lajeado da Anta; por este acima até a sua nascente; daí continua por uma linha seca até a nascente do lajeado Joãozinho; desce por este até desembocar no rio Iraní; por este abaixo até a foz do rio Ressaca.

Com o município de Xapecó: começa na foz do rio Ressaca no rio Iraní, sobe pelo primeiro até a foz do lajeado Torto; por este acima até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a nascente do lajeado do Paulo; desce por este até a sua foz no rio Xapecózinho; por este acima até a foz do lajeado Tigre; sobe por este até a sua nascente; daí continua por uma linha seca até a nascente do lajeado do Norte; desce por este até a sua foz no rio Xapecó; por este acima até a foz do lajeado Aguapeí; sobe por este até a sua nascente no divisor das águas dos afluentes dos rios Iguaçú e Uruguai.

Rios: — Os rios principais são: o Rio-do-Peixe, Iraní, Tigre, Xapecózinho e Rio-do-Mato.

Flora: — Erva-mate e pinheiro em abundância, cedro, embuia, louro, guajú-vira, anjico, canjarana, etc.

Indústrias: — Erva-mate, produtos suinos, fumo, queijo, manteiga, serrarias, olarias, cortumes, etc.

Conta muitos moinhos de trigo, sendo os maiores em Bom-Retiro, no primeiro distrito e outros em Jacutinga, distrito de Catanduvas. A indústria do vinho está tomando notavel incremento neste município e no distrito de Ouro, está em instalação uma impotante fábrica desse produto.

Culturas: — Na parte alta: trigo, centeio, aveia, alfafa, batatinhas; na parte baixa: cana de açucar, mandioca, milho, feijão, etc.

Há muitas plantações de trigo nos distritos de Cruzeiro, Itapuí, Catanduvas e Ouro. Todas pequenas, porém, suficientes para demonstrar a excelência das terras para essa cultura.

Exportação: — Alfafa, milho, feijão, erva-mate, madeiras de lei, pinho, suinos, banha e couros.

A séde do município é a vila de Cruzeiro, situada à margem direita do Rio-do-Peixe em frente a estação férrea de Erval.

Zonas pitorescas: — perto da séde são: o Morro do Pedroti, a Colônia Santa-Clara, em Bom-Retiro: a Linha Leãozinho e Estrada de Água-Doce com a povoação Veadas e linhas de colônias, onde se encontram as plantações de trigo etc., cortadas de rios e emolduradas de morros e serras.

E' Cruzeiro, um município de grandes possibilidades econômicas a quem está reservado um futuro magnifico.

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

Histórico: — A vila de Curitibanos, assente na depressão de uma risonha colina que se destaca ao lado de Leste, está situada quasi no centro do município e no cruzamento de importantíssimas estradas. Por ela passa o antigo e lendário caminho chamado de S. Paulo, transitado por paulistas desde 1749 e por onde se conduzem anualmente para este último Estado e do Paraná, milhares de muares, do Rio-Grande-do-Sul. A estrada que vem de Porto-União, com ramificações para diversas estações da Estrada de Ferro S. Paulo — Rio-Grande e Ouro-Verde, atravessa a vila de Curitibanos, bifurca-se no logar Ponte-Alta, indo um braço à Lajes e outro a Blumenau. Estas duas últimas estradas (de Lajes e Blumenau) são de rodagem, como tambem as que da séde conduzem a Campos-Novos e Caçador. Em 1800 foram construidos os primeiros ranchos no local onde hoje está localizada a vila de Curitibanos. Este nome proveio do fato de no dito local terem feito paragem, dando descanso a muares que traziam do Rio-Grande-do-Sul, uns viajeiros de Curitiba (curitibanos).

A freguesia foi creada em 1864 e consagrada à N. S. da Conceição. Pela Lei nº. 628, de 11 de junho de 1869, foi elevada à vila e designada para séde do município do mesmo nome então creado, a que se reuniram as freguesias de Campos-Novos e S. Cruz de Canoinhas. Em 1875, foi desmembrada de Lajes para formar uma comarca, Em 1881 foi desmembrada do seu território Campos-Novos, em 1911 o distrito de Sta. Cruz de Canoinhas, e em 1934 o distrito do Rio-Caçador para formar novos municípios.

Nas brenhas do município tiveram os fanáticos em 1913 e 1914 os temerosos e funestos redutos de Taquaruçú, Butiá-Verde e Perdizinhas.

Superfície: — 4.000 Km². aproximadamente.

População: — 19.303 habitantes.

Limites: — *Com o município de Caçador:* começa na mais alta nascente do rio-Papuã, segue pelo divisor das águas dos rios do Peixe e dos Patos e do Peixe e Timbó, conhecido pelo nome de Serra do Espigão até a nascente do arroio Três-Cerros.

Com o município de Porto-União: começa na nascente do arroio Três-Cerros, desce por ele até a sua foz no rio Cachoeira; desce por este até desembocar no rio Timbó; daí segue por uma linha seca até a foz do lajeado Santa-Cruz no rio Tamanduá.

Com o município de Canoinhas: começa na foz do lajeado Santa-Cruz no rio Tamanduá, sobe por este último até a sua nascente; daí continua pelo divisor das águas dos rios Timbó e Canoinhas conhecido pelo nome de serra Preta até a mais alta nascente do rio Canoinhas.

Com o município de Rio-do-Sul: começa na mais alta nascente do rio Canoinhas, segue pela Serra Geral até a mais alta nascente do rio Passo-Fundo.

Com o município de Lajes: começa na mais alta nascente do rio Passo-Fundo na Serra Geral, desce por ele até a sua foz no rio A'guas-Pretas; por este acima até desembocar no rio Canoas; desce pelo Canoas até a barra do Marombas.

Com o município de Campos-Novos: começa na barra do rio Marombas no rio Canoas, pelo primeiro acima até a foz do rio Taquaruçú; sobe por este até a sua mais alta nascente; daí segue por uma linha seca até a mais nascente do rio Papuã.

Clima: — Ameno e saudavel.

Enchente em Herval — Cruzeiro

Rua Dr. Getulio Vargas — Cruzeiro

Serras: — Espigão, Esperança, Corisco, Timbó, Sta. Maria, Perdizinhas, Pinhalzinho, e do Pires.

Rios: — Os rios principais, com importantes quedas d'água são: o rio Canoas e seus afluentes, Cachorros, Ponte-Alta, rio Verde, rio Marombas que recebe o Taquaruçú e Pedras e o rio Correntes com seus afluentes, rio dos Patos.

Flora: — Ha abudância em Araucária brasiliensis, canelas, cipó, gengibre, casca de anta, pinheiro, erva-mate e ervas medicinais, butiá.

Minerais: — Na serra do Espigão, cristais de rocha e quartzo. Na serra do Timbó: carvão, chumbo, cobre, ferro e cristal de rocha.

Agricultura: — Cereais, milho, cevada, trigo, centeio, aveia, arroz, batatas, uvas, fumo.

Pomicultura: — Maçãs e peras.

Exportação e importação: — Exporta-se em regular escala fumo, feijão, banha, trigo, xarque e erva-mate.

Povoados: — Campo-Alto, Passa-Dois, Corisco, Ponte-Alta, Capela, Caçador, Cerrado, Rio Bonito, Marombas e Passa-Dois.

MUNICÍPIO DE GASPAR

Histórico: — Os livros mais velhos existentes no arquivo da Paróquia de Gaspar, dizem que no ano de 1837, já existiam neste logar 65 famílias, sendo 48 brasileiras e 17 alemães, vindo estas da Alemanha.

As primeiras famílias brasileiras vieram de Camboriú, Itajaí e Porto-Belo, fugindo diversas vezes devido aos assaltos dos bugres.

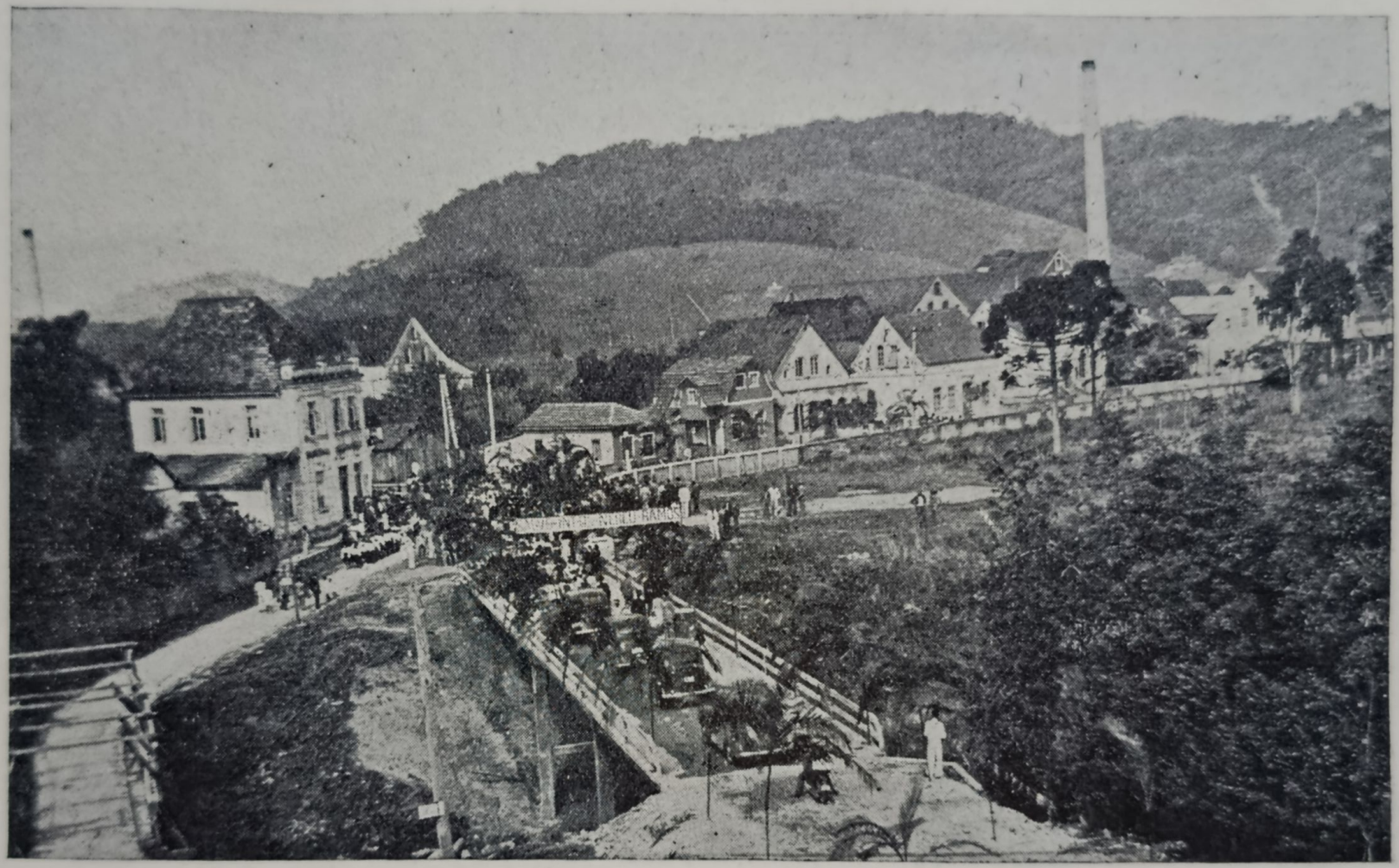
Em 1861 foi Gaspar declarado distrito municipal de Itajaí. Em 1848 começou o Dr. Hermann Blumenau a colonizar o lugar Blumenau, fazendo este, parte do distrito de Gaspar, já nesta época havia uma produção regular de cana, açucar e aguardente.

Mais tarde foram unidos os dois distritos de Gaspar e Blumenau para criação do Município de Blumenau, morando as primeiras autoridades em Gaspar.

O atual município, creado pelo Decreto nº. 499 de 17 de fevereiro de 1934, fez parte até aquela data do município de Blumenau como Distrito, naquela época rendia o distrito 61:000$000, pode-se verificar o aumento pois em 1939 rendeu 168:545$700.

População: — Conta o Município com 9.659 habitantes, a cidade com 1.000 habitantes e 220 casas, com o área total de 315 km², 300 kms. de estradas de rodagem municípais, 33 kms. estadoais e 15 particulares.

Limites: — Com o município de Itajaí: começa no morro da Carolina, no divisor das águas dos rios Itoupava e Luiz Alves, segue pelo divisor das águas dos rios Belchior e Luiz Alves, passando polo morro dos Cachorros; continua pelo divisor das águas dos afluentes dos



Ponte Dr. Nereu Ramos — Gaspar

Trecho da estrada de Gaspar na rodovia Florianópolis-Joinvile

rios Luiz Alves e Itajaí-açú até alcançar a nascente do ribeirão Pocinho; desce por este até a sua confluência no rio Itajaí-açú; desce o Itajaí-açú até a foz do ribeirão das Minas; sobe este ribeirão até a sua nascente; daí segue pelo divisor das águas dos rios Itajaí-açú e Itajaí-mirim até alcançar a nascente do ribeirão Negro.

Com o município de Brusque: começa na nascente do ribeirão Negro, segue pelo divisor das águas dos rios Itajaí-açú e Itajaí-mirim, passando pelos morros do Barracão, da Bateia e do Gaspar-Pequeno, até alcançar o divisor das águas dos rios Garcia e Gaspar-Grande.

Com o município de Blumenau: começa no ponto em que o divisor das águas dos rios Garcia e Gaspar-Grande encontra o divisor das águas dos rios Itajaí-mirim e Itajaí-açú, segue pelo divisor das águas dos rios Garcia e Gaspar-Grande até alcançar a nascente do ribeirão Elesbão; desce este ribeirão até a sua foz no rio Itajaí-açú; daí continua pelo divisor das águas dos rios Fortaleza e Belchior e Itoupava e Luiz-Alves até o morro da Carolina.

Rios: — São os seguintes rios que cortam o município: Itajaí-açú, Gaspar-Grande, Gaspar-Mirim, Belchior, Arraial, Poço-Grande, e Ribeirão-das-Canas.

Possue o município três quedas d'água, uma em Gasparinho com 300 H. P. em Belchior com 150 H. P. e a outra em Gaspar-Alto com 100 H. P.

Agricultura: — E' cultivado em grande escala: Arroz, cana e mandioca e em menor escala: feijão, milho etc.

Exportação: — A exportação do município consta de: arroz, açucar cristal e mascavo, polvilho, farinha panificavel, farinha de mandioca e aguardente.

Indústrias: — Entre outras pode-se nomear as seguintes: Empresa Industrial de Gaspar Ltda., com fábrica de alcool, usina de açucar, beneficiamento de arroz e de farinha panificavel.

MUNICÍPIO DE HAMÔNIA

Histórico: — O atual município de Hamônia foi creado pelo Decreto nº. 498, de 17 de fevereiro de 1934, e instalado no 11 de março do mesmo ano, sob o nome de „Dalbérgia“ cujo território fôra desmembrado do município de Blumenau, constituindo os distritos de Hamônia, Gustavo Richard e José Boiteux. A colonização da zona do atual município de Hamônia deve-se em maior parte à Sociedade Colonizadora Hanseatica fundada em 1897, que colocou até 1935 mais de 2.200 famílias nos terrenos da sua concessão.

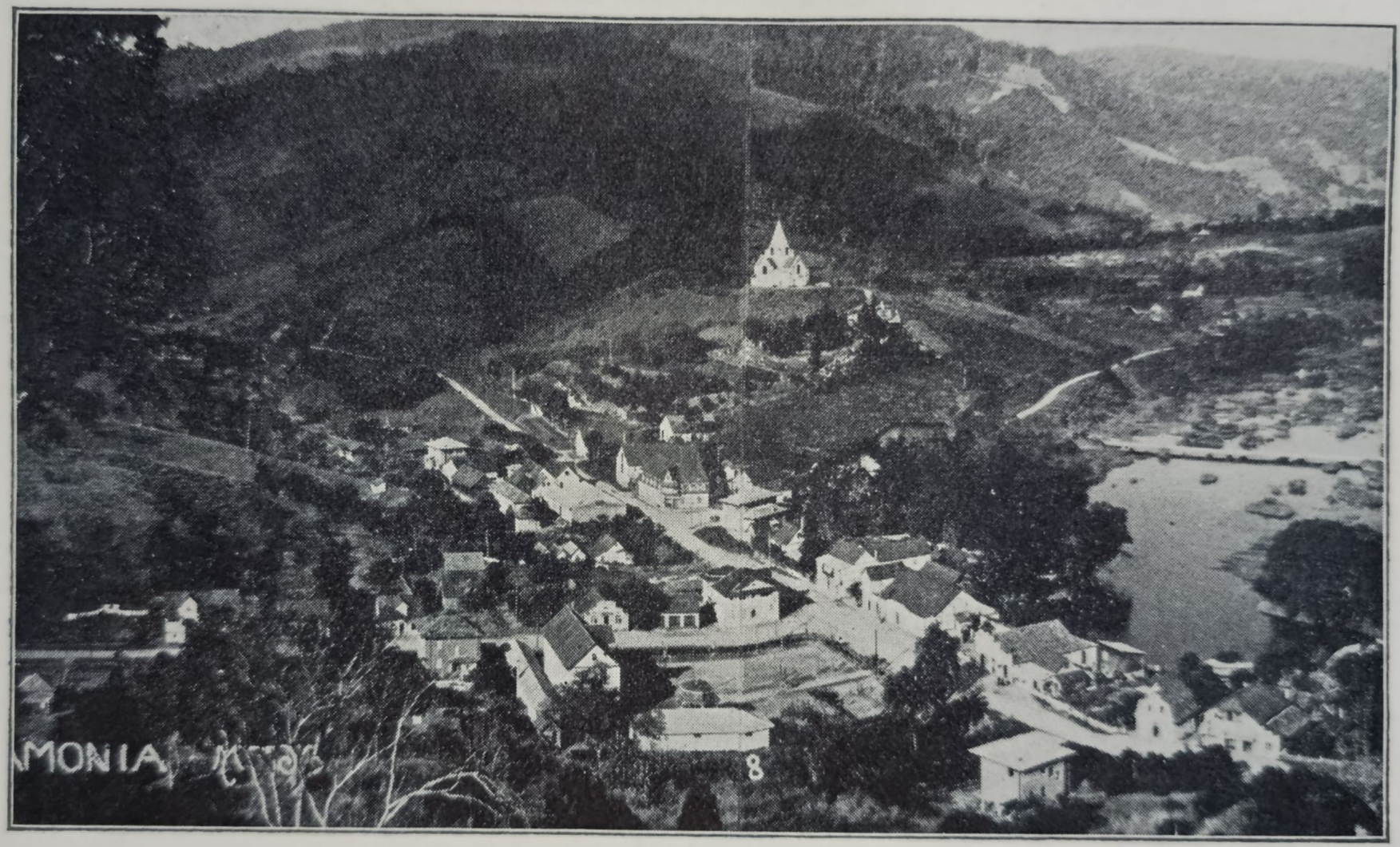
Superfície: — 1.700 Kms².

População: — 15.864 habitantes sendo dois terços da população de descendência teuta.

Limites: — *Com o município de Itaiópolis*: começa na nascente do rio da Prata, por este abaixo até sua foz no rio Hercílio; desce por este até a confluência do rio dos Toldos; sobe o rio dos Toldos até sua cabeceira.

Com o município de Rodeio: começa na nascente do rio dos Toldos, segue pela Serra do Mar até o divisor das águas entre os rios Liberdade e São-Paulo, no ponto em que defronta a cabeceira do rio dos Cedros.

Com o município de Indaial: começa no divisor das águas dos rios Liberdade e São-Paulo, no ponto em que defronta a nascente do rio dos Cedros, segue pela Serra do Mar até alcançar a cabeceira do rio Cocho; desce por este até a sua foz no rio Itajaí-açú; sobe o Itajaí-açú até a foz do ribeirão do Salto.



Vista parcial de Hamônia

Outra vista de Hamônia

Com o município de Rio-do-Sul: começa na foz do ribeirão do Salto no rio Itajaí-açú, pelo primeiro acima até a sua cabeceira na Serra do Mirador; desse ponto continua por esta até a nascente do rio da Prata.

Altura: — 110 a 750 metros acima do nivel do mar.

Clima: Agradavel e saudavel.

Rios: — O rio principal que atravessa o município é o Itajaí do Norte. Entre muitissimos outros rios tem o Rio Plate, Deneke, Encantilhado.

Serras: — A Oeste a Serra do Mar e a Leste a Serra do Mirador.

Flora: — Nas matas do interior abundam as madeiras de lei e de qualidade como cedro, canela, peroba, imbuia, etc.

Agricultura: — A agricultura consiste no plantio de: milho, aipim, mandioca, arroz, fumo. Há abundância tambem em frutas como sejam: laranjas, tangerinas, pêssegos, maçãs, peras, ameixas, bananas e uvas.

E' importante a criação de gado vacum e cavalar.

Indústria: — Está bem desenvolvida a indústria do novo município com as suas fábricas de banha, manteiga, queijo, conservas, bebidas, com casas comerciais, 1 fábrica de caixas, 48 serrarias, 22 moinhos de cereais, 17 olarias e 9 fábricas de tapioca.

Exportação: — Madeiras, banha, manteiga e queijo, conservas, fumo, salsichas, gosando especialmente a manteiga e o queijo „da Hansa“ de certa fama no país.

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

Histórico: — Imaruí, creada freguesia em 1833 foi, por Decreto nº. 22, de 27 de agosto de 1890, desmembrado do município de Laguna para formar um novo município.

Superfície: — 683 Kms².

População: — 18.603 habitantes.

Limites: — *Com o município de Palhoça*: começa na mais alta cabeceira do rio Sete, desce por este até a foz do ribeirão Ernesto; sobe por este até a sua nascente; segue por uma linha seca até a nascente do arroio Alberto; desce por este até desembocar no rio Capivarí; sobe por este até a foz do rio Lídio; sobe por este até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a nascente do rio Capivaras; daí segue por uma linha seca até a nascente do rio Chicão; desce por este até a sua foz no rio d'Una.

Com o município de Laguna: começa na foz do rio Chicão no rio d'Una, desce por este até desembocar na lagoa Mirim; segue por esta e pela lagoa de Imaruí, até o lugar denominado Samambaia; daí segue por uma linha seca até a nascente do rio das Antas.

Com o município de Tubarão: começa na nascente do rio das Antas, segue por uma linha seca até a cabeceira do rio dos Macacos; daí continua por outra linha seca até a nascente do rio Cachoeira do Gí; desce por este até a sua foz no rio Capivarí; sobe pelo

Capivarí até a foz do rio Gabiroba; sobe pelo Gabiroba até a foz do rio Capivara; continua por este até sua mais alta nascente; daí segue pelo divisor das águas entre os afluentes dos rios Braço-do-Norte e Capivarí até alcançar a mais alta cabeceira do rio Sete.

Clima: — Bom. Em algumas partes baixas entretanto, há casos de amarelão.

Serras: — Serra Geral.

Rios: — Una, Forquilha, Aratingaúba e Canguerí, todos navegaveis.

Flora: — Cedro, Canela, Peroba, Louro, Óleo e Sobragí.

Agricultura: — O município produz com abundância mandioca, feijão, arroz, milho, cana de açucar, amendoim, café, fumo e batatinhas.

Indústria: — Engenhos de fabricar açucar, farinha, de beneficiar arroz e café, olarias, serrarias, etc.

Exportação: — Madeiras de lei, farinha de mandioca, arroz, café, banha, ovos e milho. E' notavel a indústria de rendas de bilros e inhadutí, estimada por sua perfeição e delicadeza. A exportação é feita por via fluvial e lacustre por iates, lanchas e canoas para Laguna.

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Histórico: — O município de Indaial é formado pelos então distritos de Indaial e Ascurra, os quais pelo Decreto nº. 526 de 28 de fevereiro de 1934, foram desmembrados do município de Blumenau.

Superfície: — 914 Kms².

População: — 14.551 habitantes.

Limites: — *Com o município de Hamônia*: começa na foz do ribeirão do Salto, no rio Itajaí-açú, desce por este último até a foz do rio do Cocho; sobe o rio do Cocho até a sua nascente; daí segue pela serra do Mar até encontrar o divisor das águas dos rios Liberdade e São-Paulo defronte à nascente do rio dos Cedros.

Com o município de Rodeio: começa no ponto em que o divisor das águas dos rios Liberdade e São-Paulo encontra a serra do Mar, defronte à cabeceira do rio dos Cedros, segue pelo primeiro divisor até o pico do Montanhão; daí continua pelo divisor das águas dos rios São-Pedro e Vale-Novo até a nascente do riacho Marck; desce por este até a sua foz no rio São-Pedro; por este abaixo até desembocar no rio Itajaí-açú; desce por este até a foz do rio Warnow; desse ponto segue por uma linha seca até a nascente do rio Arapongas-Grande; daí continua por uma linha seca até a nascente do rio Belo.

Com o município de Timbó: começa na nascente do rio Belo, segue por uma linha seca até a nascente do ribeirão Kloehn; desce por este até a sua foz no rio Arapongas-Grande; por este abaixo até a sua foz no rio

Benedito; daí continua por uma linha seca até a nascente do ribeirão Kellermann.

Com o município de Blumenau: começa na nascente do Ribeirão Kellermann, desce por este até a sua foz no rio Itajaí-açú; desce por este último até a foz do ribeirão Passo-Manso; sobe por este até a sua nascente; daí segue pelo divisor das águas dos rios Encano e da Velha até a serra do Itajaí.

Com com o município de Brusque: começa no ponto em que o divisor das águas dos rios Encano e da Velha encontra a serra do Itajaí, segue por esta até alcançar a serra do Mar.

Com o município de Rio-do-Sul: começa no ponto em que a serra do Itajaí encontra a Serra do Mar, segue por esta última até encontrar, no rio Itajaí-açú, o ponto mais alto da corredeira de Hansa; desce pelo Itajaí-açú até a foz do ribeirão do Salto.

Serras: — Serra do Itajaí e Serra do Mar.

Rios: — Rio Itajaí, Subida, Neisse, Warnow, Benedito, Encano e muitos outros.

Agricultura: — Arroz, fumo, milho, aipim, mandioca, feijão, batatas, cana de açucar.

Produção Industrial: — Laticinios, cigarrilhos, charutos, farinha de mandioca, tapioca, araruta, polvilho, glucóse, cola à frio, fumo

MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS

Histórico: — O município originou-se da antiga colônia Federal „Lucena", fundada em 1890; em 1909 pela Lei 850 do Estado do Paraná foi creado município, desmembrado do município de Rio-Negro; em maio de 1917 foi suprimido por ter sido anexada esta região do Ex-contestado ao Estado de Santa-Catarina, em virtude do acordo de limites entre os dois Estados em 1916; em outubro de 1918, pela Lei 1.220, foi restaurado município, desmembrado do município de Mafra, e, sua instalação realizou-se em 1.º de janeiro de 1919.

Comarca: — Está seu termo Jurisdicionado à Comarca de Mafra.

Superfície: — A superfície é 1.814 Kms.²

População: — Estimada em 10.649 habitantes, composta grande parte de galicianos e rutenos.

Limites: — *Com o município de Canoinhas:* começa na mais alta nascente do rio São-João, por este abaixo até a sua foz no rio Iraputã; desce pelo Iraputã até desembocar no rio Hercílio ou Itajaí do Norte; desce por este até a foz do rio Veado; sobe pelo rio Veado até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a nascente do rio Fachinal; desce pelo Fachinal até a barra no rio São-João; desce por este até a foz do rio Contagem.

Com o município de Mafra: começa na foz do rio Contagem no São-João, pelo primeiro acima até a foz do rio Furquim; sobe por este até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a mais alta nascente do

Vista de Indaial

Pequena tropa de bois

Vista parcial de Itaiópolis

rio Butiá; desce por este até a foz do arroio Pedra-Fina; sobe por este até a sua nascente; daí por uma linha seca até a nascente do arroio João-Pedro; desce por este até desembocar no rio Butiazinho; sobe por ele até a foz do arroio Queimado-Novo; por este acima até a sua nascente; daí por uma linha seca até a nascente do arroio Passo-do-Palmito; desce por ele até desembocar no rio São-Lourenço; por este abaixo até a foz do arroio Cachoeira; sobe por este até a sua nascente; daí segue por outra linha seca até a nascente do arroio Pscheidt; desce por ele até a sua foz no rio Lança; desse por segue por uma linha seca até a foz do rio Poço-Claro, no rio Negrinho; sobe por este até a foz do rio Santo-Antônio; daí segue por uma linha seca até a nascente do rio do Conde; desse ponto continua por outra linha seca até a foz do arroio Tatú no rio da Areia; sobe pelo arroio Tatú até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a nascente do arroio da Anta; desce por ele até a sua foz no rio Bituva; por este abaixo até a foz do rio da Lagoa; sobe por este até a sua mais alta nascente; daí segue pelo divisor das águas dos afluentes dos rios Preto e Hercílio ou Itajaí do Norte, até alcançar a nascente do rio Preto.

Com o município de São-Bento: começa na nascente do rio Preto, segue pelo divisor das águas entre os afluentes deste e os do rio Hercílio ou Itajaí do Norte até a nascente do rio dos Toldos.

Com o município de Hamônia: começa na nascente do rio dos toldos, por este abaixo até a sua foz no rio Hercílio ou Itajaí do Norte; sobe por este até a foz do rio da Prata; sobe o rio da Prata até a sua mais alta nascente.

Com o município de Rio-do-Sul: começa na mais alta nascente do rio da Prata, segue por uma linha seca até a mais alta nascente do rio São-João.

Altitude e Aspecto: — As terras são ondulosas e cobertas de capoeiras e florestas. A altitude da Séde é 920 metros e no Povoado Paraguaçú que dista 7 kms. da séde, é de 1.010 metros.

Vias de comunição: — Da séde parte diversas estradas em direções diversas, marginando lotes coloniais, caivas e terras de pastagens, numa extenção de 650 kms. aproximadamente. Em geral, as moradias de colonos, são construções de casas de madeira. (Em construção a Estrada de Ferro Rio-Negro — Caxias.

Clima: — Salubérrimo.

Rios: — Afluentes do rio Itajaí do Norte e Rio-Negro.

Serras: — Serra Espigão, do Bugre e Serra do Mirador.

Minerais: — Cal, chisto betuminoso.

Produção: — Erva-mate, cereais em geral, como seja, trigo, centeio, batatas, feijão, cevada, aveia, fumo, linho, alfafa, hortaliças em geral, mel de abelhas, cera, etc. O município de Itaiópolis é o principal abastecedor de cereais ao município vizinho, de Mafra.

Indústrias: — Serrarias em número de 22; moinhos de cereais em número de 11, destacando-se 3 movidos a eletricidade, sendo, da firma Sternadt Irmãos na séde, e, Pasternak & Cia. e T. Landovski & Cia. no povoado Paraguaçú, os quais produzem farinha de trigo e centeio, fábrica de Capas de Palha para exportação de bananas em cacho, fábrica de beneficiar Cevada, fábrica de Fibras de linho.

Exportação: — O município exporta erva-mate, madeiras, fibras de linho, farinha de trigo e centeio, cereais, mel e cera, capas de palha para exportação de bananas, etc. sendo, toda exportação, via Mafra.

MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

Histórico: — Itajaí foi fundado em 1820 pelo português Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond. Em 1832 passou, até então dependente de S. Francisco, para o domínio da vila de Porto-Belo e a 13 de agosto de 1833 foi creada a freguesia do SS. Sacramento do Itajaí. Com a fundação da colônia Itajaí em 1836 nos arraiais do Pocinho e Belchior iniciou-se a fase colonizadora das terra marginais do vale do Itajaí, dando vida à mais prospera colonização do sul do Brasil — Blumenau.

A lei nº. 464 de 4 de abril de 1859 creava o município de Itajaí desmembrando-o de Porto-Belo. O novo município compreendia os territórios dos atuais municípios de Itajaí, Brusque, Gaspar, Blumenau, Indaial, Timbó, Hamônia e Camboriú, desmembrando-se Blumenau em 1880, Brusque em 1861 e Camboriú em 1884 como municípios autônomos.

Superfície: — 1.180 Kms².

População: — 39.938 habitantes.

Limites: — *Com o município de Blumenau:* começa no morro da Carolina, no divisor das águas dos rios Itoupava e Luiz-Aves; segue por este divisor e pelo que fica entre os afluentes dos rios Itapocú e Luiz-Alves até encontrar o divisor das águas entre os rios Freimann e Itaperiú, no ponto conhecido com o nome de morro do Itaperiú.

Com o município de Paratí: começa no morro do Itaperiú, no ponto em que o divisor das águas dos rios Freimann e Itaperiú encontra o divisor das águas entre os afluentes dos rios Itapocú e Luiz-Alves, segue por este divisor até alcançar a nascente do rio Bracinho;

desce por este até a sua foz no rio do Peixe ou Novo; daí segue por uma linha seca até a ponta do Jaques no Oceano Atlântico.

Com o Oceano Atlântico: começa na ponta do Jaques, segue pelo mar até a foz do ribeirão na Praia Brava.

Com o município de Camboriú: começa no Oceano Atlântico, na foz do ribeirão da Praia-Brava, sobe por este até a sua nascente; daí segue pelo divisor das águas dos rios Itajaí-mirim e Camboriú até encontrar, no morro do Gavião, o divisor das águas dos rios Limeira e Brilhante.

Com o município de Brusque: começa no morro do Gavião, no ponto em que o divisor das águas dos rios Itajaí-mirim e Camboriú encontra o divisor das águas entre os rios Limeira e Brilhante, segue por este até alcançar a nascente do rio Sorocaba; por este abaixo até desembocar no rio Itajaí-mirim; sobe por este até a foz do ribeirão Negro; por este acima, passando pelo centro da lagoa do Weirauh, até a sua nascente.

Com o município de Gaspar: começa na nascente do ribeirão Negro, segue pelo divisor das águas dos rios Itajai-mirim e Itajaí-açú até a nascente do ribeirão das Minas; desce pelo mesmo até a sua foz no rio Itajaí-açú; sobe por este, até a foz do ribeirão Pocinho; por este acima até a sua nascente; daí segue pelo divisor das águas entre os afluentes dos rios Itajaí-açú e Luiz-Alves, passando pelo morro dos Cachorros até alcançar, no morro da Carolina, divisor das água dos rios Itoupava e Luiz-Alves.

Clima: — Ameno, mas campeiando no litoral como na maior parte da orla maritima a verminose e impaludismo, combatidos eficazmente pelas medidas tomadas por parte da Prefeitura Municipal.

Rios: — Itajaí-açú, Mirim e Luiz-Alves, sendo o Itajaí-açú franco para a navegação de grandes embarcações até a foz do Mirim, e daí até Blumenau por embarcações pequenas, assim como o Mirim e Luiz-Alves.

Serras: — Serra do Itajaí com os morros do Cachorro, dos Curitibanos, do Baú (com 870 mts. de altura), dos Escavados, da Boa-Vista e do Itapocoroi.

Flora: — A caracteristica das regiões hidrófilas abundando, no interior, as madeiras de lei e de qualidade.

Fauna: — A da zona litoral, aparecendo à margem das lagoas e rios interiores alguns jacarés. Nos costões extraem-se a ostra e o berbigão, na Enseada-da-Armação apanha-se a lagosta.

Reino mineral: — Pedra calcárea nos morros do Ribeirão-do-Meio e dos Cunhas.

Produção, Indústria e Comércio: — As terras do município são ferteis, produzindo em abundância cana, milho, mandioca, feijão, batata e arroz.

Existem no município grande número de engenhos de açucar, de farinha, fubá e alambiques sendo a maioria em Luiz-Alves, assim como duas fecularias, uma com o consumo diário de 20 toneladas de raiz de mandioca e outra com o de 4 toneladas e uma usina no distrito da Séde com a produção anual de 30.000 sacos.

Tem vários estabelecimentos fabrís, como o de papel, vidro e teares, únicos no Estado, fósforo, tecidos, máquinas, fundição, 3 torrefações de café, 5 engenhos de beneficiar arroz, alem de várias serrarias e oficinas de móveis, uma fábrica de gelo e máquinas de aparelhar madeira para caixas de charutos.

A maior exportação é a madeira, proveniente do alto vale do Itajaí, açucar, arroz, papel, fósforo, vidros, farinha de mandioca.

A exportação para o exterior em 1939 foi de . . . . 15.231.560 quilos, no valor de 8.759:027$200 (valor oficial), e a importação foi de 2.876.058 quilos com o valor oficial de 6.552:806$600. A exportação e a importação para o interior representaram, no mesmo período, 51.583.728 quilos com o valor de 79.840:572$600 e 21.985.981 quilos no valor de 44.824:029$900. A exportação e importação dentro do Estado: 620.305 quilos no valor de 1.337:288$000 e 2.108.771 no valor de 3.652:659$900.

Itajaí serve de escoadouro comercial dos municípios de Blumenau, Brusque, Rio-do-Sul, Indaial e Camboriú.

Vias de comunicação: — O município é todo cortado por ótimas estradas de rodagem, acessiveis a qualquer espécie de veículos.

Entre os municípios limítrofes e Itajaí o serviço de locomoção é feito diariamente por várias linhas de onibus, sendo que com Blumenau tambem é feito por via fluvial.

Itajaí dista de Joinville, pela estrada do litoral, 99 kms. e por Blumenau 199; de Florianópolis, 104; de Blumenau, 58; de Gaspar, 40; de Brusque, 38; de Camboriú, 18 e dos distristos: Penha, 18; Luiz-Alves, 43 e de Ilhota, 24.

Porto: — Aportam mensalmente em Itajaí 44 vapores de cabotagem, ligando o N. e S. do país, afóra outras embarcações a vela e a motor que fazem o comércio maritimo entre Rio, Santos e os portos do Estado.

Itajaí, logo que estejam terminadas as obras de defesa da barra, ficará com ótimo porto e o canal poderá ser transposto por embarcações de 17 pés de calado, em maré mínima.

O litoral é franco para a navegação com ótimos fundeadouros, como Cabeçudas, Armação e Penha; tanto de noite como de dia esses ancoradouros são acessiveis a embarcações de grande calado e mui facilmente transpostos, dados os excelentes pontos de marcação, notadamente o faról de Cabeçudas.

Itajaí dista via maritima de Florianópolis 56' e de São-Francisco 63'.

Praias: — A costa do município é um rendilhado caprichoso e pitoresco de promontórios, enseadas e praias, destacando-se as encantadoras baías de Cabeçudas, Piçarras e Armação, frequentadas por veranistas e dotada a primeira de ótimo hotel balneário.

Itajai por ocasião da passagem do Presidente Getulio Vargas

Cabeçudas — Sta. Catarina.

Vista parcial de Jaguaruna

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

Histórico: — Creado por decreto estadual nº. 38, de 6 de janeiro de 1891. Desmembrado do município de Tubarão. Instalado em 2 de maio de 1891. Suprimido por lei estadual nº. 1451, de 30 de agosto de 1923, sendo seu território anexado ao município de Laguna. Restaurado por decreto estadual nº. 25, de 11 de dezembro de 1930. Reinstalado em 20 de dezembro do mesmo ano.

Superfície: — 415,4 Kms.²

População: 10.715 habitantes.

Limites: — Com o município de Tubarão: começa na foz do rio Ronco-d'Agua no rio Urussanga, segue por uma linha seca até a foz do rio Lajeado no rio Congonhas; desce por este até a sua foz na lagoa de Garopaba-do-Sul.

Com o município de Laguna: começa na foz do rio Congonhas na lagoa Garopaba-do-Sul, continua pela lagoa Garopaba-do-Sul e pela do Camacho até a barra do Camacho no Oceano.

Com o Oceano Atlântico: começa na barra do Camacho, no Oceano, segue por este até a foz do rio Urussanga.

Com o município de Cresciuma: começa no mar, na foz do rio Urussanga, por este acima até receber o rio Ronco-d'Água.

Aspecto: — O terreno é numa parte plano e arenoso e estende-se como um lençol da margem direita do rio Sangão até o Oceano, e noutra parte de terreno barrento, que da margem esquerda sobe para o centro e oeste, sempre com grandes depressões e elevações.

Lagoas: — Existem, no município, sete lagoas: Jaguaruna, Arroio-Corrente, Costa-da-Praia, Figueirinha, Encantada, Camacho e Garopaba, tendo as duas últimas abundância de peixe.

Rios: — O rio Sangão, que atravessa a séde do município, é o principal traço de união comercial com a cidade de Laguna.

Agricultura e exportação: — A principal produção do município é farinha de mandioca. Exporta anualmente mais ou menos 90.000 sacos. Em escala menor exporta-se polvilho, crina vegetal, açucar e feijão.

Povoados dentro do município: — Morro-Grande, 24 de Outubro, Garopaba, Arroio-Corrente, Jaguaruna na costa da lagoa do mesmo nome, Sanga-Grande, Olho-d'água, Morro-azul, Riachinho e Morro-Bonito. A séde do município é a vila de Jaguaruna com importantes casas exportadoras e grande Igreja católica no centro da vila.

Vista de Jaraguá

Vista de Jaraguá

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ

Histórico: — As terras hoje constituintes do município de Jaraguá, pertenciam antigamente ao município de Paratí, comarca de S. Francisco.

O Governo Federal em 1870 deu-as como patrimônio de família ao Conde e Condessa d'Eu.

Em 1883 o Dr. Teodorato Carlos de Faria Souto, então presidente da Província de Santa-Catarina, desmembrou essas terras do município de Paratí passando-as para o município de Joinville.

Em 22 de Abril de 1895, pela Lei nº. 7 do município de Joinville foi creado o Distrito; em 26 de Março de 1934, pelo Decreto 565 foi desmembrado do município de Joinville e creado o município de Jaraguá que foi instalado em 8 de Abril do mesmo ano.

População: — 23.109 habitantes.

Limites: — *Com o município de São-Bento:* começa no ponto em que o divisor das águas dos afluendos rios Negro e Itajaí encontra o divisor das águas dos rios Preto e Itapocú, segue por este último e pelo que fica entre os rios Negrinho e Novo até a mais alta nascente do rio Mandioca; desce por este até a sua foz no rio Humboldt; desce por este até a foz do ribeirão Bonito; daí segue por uma linha seca até a foz do ribeirão Cachoeira no rio Ano-Bom; sobe pelo Ano-Bom até a sua nascente; dai segue por uma linha seca até a nascente do rio Humboldt.

Com o município de Campo-Alegre: começa na nascente do rio Humboldt, segue pelo divisor das águas dos rios Turvo e Itapocuzinho até alcançar a mais alta cabeceira deste último.

Com o município de Joinville: começa na mais alta cachoeira do rio Itapocuzinho, desce por ele até a sua foz no rio Itapocú; sobe o Itapocú até a foz do rio Figueira; sobe o Figueira até a sua nascente; daí alcança o ponto mais alto da linha que liga as cabeceiras dos rios Figueira e Jacú-açú.

Com o município de Blumenau: começa no ponto mais alto da linha que liga as cabeceiras dos rios Figueira e Jucú-açú, segue pelo divisor das águas dos rios Jaraguá e Putanga, passando pelo morro do Cerro; continua pelo divisor das águas dos rios Jaraguá e do Testo até alcançar o divisor das águas dos rios do Testo e dos Cedros, conhecido com o nome de morro da Luz.

Com o município de Timbó: começa no ponto em que o divisor das águas dos rios do Testo e dos Cedros encontra o divisor das águas dos rios Jaraguá e do Testo, conhecido com o nome de morro da Luz; segue pelo divisor das águas dos rios Itajaí e Itapocú, passando pela serra Garibaldi, até o ponto em que encontra o divisor das águas entre os afluentes dos rios Negro e Itajaí.

Clima: — Saudavel.

Rios: — Banha o município o rio Itapocú com seus afluentes sendo o maior o Jaraguá.

Agricultura: — Aipim, batata doce, arroz, milho, feijão, batata inglesa, mandioca, fumo, banana, café, araruta e etc. etc.

Cidade: — A cidade de Jaraguá vem se desenvolvendo rapidamente graças a se achar situada no cruzamento das estradas de rodagem que ligam Joinville — São Bento, Blumenau — Joinville e ainda por ser o ponto

de embarque, em via férrea da produção do município de Blumenau destinada aos mercados de Curitiba, São Paulo e Rio.

Indústria e Comércio: — Entre as diversas pequenas fábricas em número de 98 destacam-se as de laticínios, as de banha, as de madeira compensadas e de essências voláteis.

Exportação: — Jaraguá exporta tecidos, essência, queijo, manteiga, arroz, couros, peles, fumo, frutas e outros artigos.

Aspecto: — Tanto Jaraguá como o distrito de Hansa oferecem ao turista um aspecto agradavel, não somente pelas suas lindas casas com jardins cuidadosamente tratados como ainda pelo asseio com que são mantidas as ruas avenidas e praças pela Administração Municipal.

E' mais que provavel o crescimento e progresso rápido do município de Jaraguá, não só por sua posição previlegiada como ponto convergente das grandes vias de comunicação inter-municipal e inter-estadual que permitem facil e permanente contato com os portos do Estado e com os grandes centros consumidores e exportadores do país como ainda pela grande divisibilidade de propriedade existente no município, o que permite a quasi todos os chefes de famílias em número de (pouco mais ou menos 4.000) a posse direta de uma pequena propriedade, onde podendo plantar e crear por conta própria lhes são facilmente possiveis as vendas diárias de leite, ovos, frutas, e em tempo, de lavouras, couros, peles e etc.

MUNICÍPIO DE JOINVILLE

Histórico: — A colônia Da. Francisca atual município de Joinville, foi fundada pela Cia. Colonizadora Hamburguesa, fato esse que se deu com a chegada dos primeiros 191 colonos (117 hamburgueses e 74 noruegueses) pela barca „Colon" que aportou a este rincão aos 9 de março de 1851.

A colônia desenvolveu-se rapidamente, formando hoje um município florescente e um grande centro industrial do Estado de Santa-Catarina.

Origem do nome: — O Principe de Joinville, esposo da princesa Da. Francisca, filha de D. Pedro I, a quem foi pelo Governo Imperial doada grande área de terra (46.582 hectares) no atual Estado de Santa-Carina, onde hoje está localizado o município de Joinville.

O município de Joinville foi criado por lei provincial nº. 566, de 15 de março de 1866, sob a denominação de São-Francisco-Xavier-de-Joinville. Foi desmembrado de São-Francisco-do-Sul, ao qual até então pertencia, e instalado a 7 de janeiro de 1869.

A comarca de Joinville foi criada pela lei provincial nº. 1.000, de 18 de abril de 1883, tambem desmembrada da comarca de São-Francisco-do-Sul. Foi instalada a 10 de fevereiro de 1890 De acordo com a lei nº. 60 de 10 de janeiro de 1936, é comarca de quarta entrância e séde da 3ª circunscrição judiciária.

Rua do Principe — Joinville

Séde da Sociedade „Harmonia-Lira“ — Joinville

Distritos: — O município de Joinville divide-se em quatro distritos: Joinville (séde do município), Bananal, Corveta e Pedreira.

Superfície: — A área do município de Joinville é de 1.527 Kms.², ou seja 1,61% da do Estado.

População: — A população do município é de 40.683 habitantes, sendo a percentagem de analfabetos diminuta.

Limites: — *Com o município de Campo-Alegre:* começa na nascente do rio Itapocuzinho, segue pelo divisor das águas entre os afluentes dos rios Negro e Cubatão, até alcançar a nascente do ribeirão Águas-Altas.

Com o município de São-Francisco: começa na nascente do ribeirão A'guas-Altas, segue por uma linha seca até o marco existente no ponto mais alto do morro do Quiriri; daí continua por outra linha seca até a nascente do rio Cascalho; desce por ele até a sua foz no canal das Três-Barras; desce por este até a foz do rio Pirabeiraba; por este acima até a foz do rio do Poço; daí segue por uma linha seca até a foz do rio do Braço no rio do Cubatão; desce por este até a sua barra no canal das Três-Barras; por este canal abaixo até a sua desembocadura na baía de São-Francisco ou Babitonga; segue por ela até alcançar a foz do rio Riacho.

Com o município de Paratí: começa na foz do rio Riacho na baía de São-Francisco ou Babitonga, segue por uma linha seca até o marco da pedra lavrada, do Domínio Dona Francisca, plantando na margem esquerda do rio Paranaguá-Mirim; daí, continua por outra linha seca até encontrar no morro Guamerim próximo à nascente do rio Morto, outro marco de pedra lavrada do mesmo Domínio; daí, continua pelo divisor das águas dos rios Piraí e Paratí até alcançar a nascente do rio Piraí-Mirim; daí, continua pelas cabeceiras dos afluentes da margem esquerda do rio Piraí, até a nascente do rio Cardoso; desce pelo Cardoso, até a sua foz no rio Itapocú; sobe pelo Itapocú, até a foz do rio do Salto.

Com o município de Blumenau: começa na foz do rio do Salto no Itapocú, sobe por este último até a confluência do rio Putanga; sobe pelo Putanga, até a foz do rio Jacú-açú; sobe pelo Jacú-açú, até a sua nascente; daí, alcança o ponto mais alto da linha seca que liga as cabeceiras dos rios Jacú-açú e Figueira.

Com o município de Jaraguá: começa no ponto mais alto da linha seca que liga as cabeceiras dos rios Jacú-açú e Figueira, alcança a nascente deste último e desce por ele até a sua foz no rio Itapocú; desce pelo Itapocú, até a confluência do rio Itapocuzinho; sobe por este último, até a sua nascente.

Clima e aspecto: — O clima do município é em geral muito variavel, porém, em geral saudavel. — „O aspecto assemelha-se a dos municípios litorais do Estado. O terreno vai aos poucos se elevando para o ocidente até a Serra do Mar. Salvo a O. os morros não apresentam alturas consideraveis: aqui e alí notam-se colinas com 300 a 400 ms. de elevação que se prestam à cultura devido à qualidade argilosa de suas terras. Duas planícies destacam-se: a primeira de forma triangular entre os rios A'guas-Vermelhas e Piraí e atravessa pelo Botucas, é um extenso banhado que, por ocasião das grandes chuvas apresenta a feição de um lago e a segunda na estrada da Ilha, entre os rios do Braço e Cubatão é dotada de terras fertilissímas, aptas à cultura, mormente a cana. O terreno é adequado geralmente à agricultura e o que se não adapta à lavoura tem no sub-sólo terra dura, própria para olaria, não sendo rara a existência de porcelana".

Serras: — As serras principais são as ramificações da Serra-do-Mar, a qual atravessa o município, têm os seguintes nomes: Quiriri, Tromba, Cubatão, Piraí, etc.

Rios: — O rio Itapocú, que é um dos maiores rios da zona septentrional do Estado, e que separa em parte Joinville do município de Blumenau. O Piraí-Piranga, afluente do Itapocú. O Piraí possue belo salto, apro-

veitado pela „Empresul“ para produção de energia elétrica. A água que abastece a cidade de Joinville provêm do rio Botucas. O rio Itapocuzinho, afluente do Itapocú, é seu principal afluente o rio Bracinho, no qual está situado o salto que fornece energia elétrica ao município. O rio Cubatão, com um curso de cerca de 8 kms. que termina na baía de São-Francisco. Esse rio devido as suas enchentes periódicas dá grande fertilidade aos terrenos que atravessa. A cidade de Joinville é banhada pelo rio Cachoeira, que tem um curso de cerca de 30 kms., e nasce num contraforte da serra da Tromba, denominado Caixão-de-Defunto. Esse rio liga esta cidade a S. Francisco e por ele escoam os principais produtos de exportação do município.

Flora: — E' riquíssima. Entre os principais vegetais notam-se o araribá, canela, cedro, garuba, ipé, jacarandá, louro, peroba e tantas outras. Entre as palmeiras notam-se indaiá, gerivá e palmito. Há bananas de diversas qualidades, abacaxís, laranjas, pêssegos, ameixas, jaboticabas, uvas, etc. (A este respeito o município é relativamente pobre).

Fauna: — Os pássaros estão representados por muitas espécies, como: colibrís, arapongas, bem-te-vis, sabiás, jacutingas, jacupemas, macucos e urús. Representam os roedores: a capivara, a cotia, a paca, o tatú, o tamanduá, porcos do mato e anta. Encontram-se monos e veados. Existem reptis e a lagoa Saguaçú abunda em peixes. Tornam-se notaveis as borboletas formosas pelo brilho de suas cores.

Minerais: — Existem no município de Joinville minas de ferro-manganez e de ferro. Esta está situada no quilômetro 25 da estrada do Sul, é de propriedade do Domínio Dona Francisca, está em período de exploração, serviço esse feito pela Cia. Brasileira de Mineração e Melurgia, com séde em São-Paulo. Tratando-se de um minério rico, em situação vantajosa, como seja a proximidade de uma via férrea e a vizinhança de um excelente porto de São-Francisco, seria natural a deligência dos interessados no sentido de conhecer a rique-

za desses depósitos, encarregando um profissional competente, dos indispensaveis estudos de prospeção.

Agricultura: — A principal cultura do município é o arroz, vindo depois a cana de açucar, o milho, a mandioca, a banana, o abacaxí, etc. No ano de 1939 a produção agrícola do município atingiu as seguintes cifras: arroz, 107.500 sacos de 60 quilos, milho, 10.300 sacos de 60 quilos, banana, 245.000 cachos, cana de açucar, 23.800 toneladas, fumo em folha, 7.000 quilos, mandioca, 1.030 toneladas, etc.

Indústria: — Joinville, em virtude de oferecer inegualaveis vantagens para o estabelecimento da indústria, como facilidades no escoamento da matéria fabricada e facil obtenção da matéria prima, é um dos maiores centros industriais do Estado de Santa-Catarina. Aliás, a indústria textil de fiação e tecelagem, que, pode-se dizer, nasceu com a cidade, tem alcançado franco êxito. As metalúrgicas, fábricas de máquinas, o moinho de trigo, os cortumes, as olarias, fábrica de pregos, etc., tambem encontram em Joinville campo aberto ao progresso. E' de 349 o número de fábricas, entre grandes e pequenas, existentes no ano de 1939 no município de Joinville. No referido ano a produção industrial no município atingiu a cifra de 47.442:320$940. Atualmente a maior indústria de Joinville é a fabricação de meias, camisas, camisetas, artefatos de jersei, ponto russo, fumo para luto, etc. Seguem-se-lhes a fabricação do trigo, da cerveja, de tanino, de artefatos de celulóide e ambalite, de máquinas, torneiras de metal, moveis de vime e madeira, sola, aguardente, açucar, farinha de mandioca, etc.

Criação: — A criação de gado no município é pequena. Criam-se em pequena escala os suinos e os bovinos. Aqueles para a fabricação de salames e banha e estes para extração do leite para consumo e tambem para a fabricação de manteiga e queijo. O gado para o corte é importado principalmente dos municípios de Lajes, S. Joaquim e outros do planalto catarinense. A criação de aves domésticas está bem desenvolvida.

Criam-se em grande escala as galinhas, gansos, marrecos, perús, patos.

Vias e comunicação: — O município de Joinville é servido pelo ramal da rede ferroviária Paraná — Sta. Catarina e, atravez do rio Cachoeira está ligado, por via marítima, ao porto de São-Francisco, por onde se escôa a maior parte dos produtos aqui fabricados e beneficiados. Além disso uma ótima estrada de rodagem federal liga Joinville à Curitiba, e várias estradas de rodagem estaduais permitem o intercâmbio rodoviário entre este Município à diversos municípios vizinhos bem como à Capital do Estado.

A cidade: — A cidade de Joinville possue cerca de 3.000 prédios, sendo muitos de estilo moderno; tem intenso movimento comercial e industrial. A cidade tem se modernizado, quer no que se refere a construções particulares ou comerciais, quer quanto a estabelecimentos públicos e fabrís, ou ainda, quanto às vias urbanas e logradouros públicos. A formosa cidade catarinense é um templo de trabalho pacífico e triunfante e um carinhoso berço de alegria e confraternização.

Iluminação e água: — O serviço de iluminação elétrica da cidade de Joinville foi perfeito e continua impecavel. Ruas, praças e avenidas ostentam ótima iluminação. A Empresa-Sul-Brasileira mantem um ótimo serviço de telefones automáticos dentro da cidade. O serviço de abastecimento d'água para a cidade é explorado pela própria Prefeitura Municipal.

MUNICÍPIO DE LAJES

Histórico: — Lajes foi fundada pelo bandeirante, mas português de nascensa Antônio Corrêa Pinto, que, agindo por ordem de D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, Governador e Capitão General da Capitanía de S. Paulo, aqui chegou „aos vinte e dois dias do mês de Novembro de mil setecentos e sessenta e seis a este sertão".

„No primeiro dia do ano de 1767, no local chamado „Taipas", deu princípio a formaliar hua capela de Madra. com a Invocasão de N. Sra. dos Prazeres pa. nella se administrarem todos os Sacramentos aos Povos q. vem concurrendo; e por não achar naquela parage metriais pa. a sua subsistencia", mudou „a da. Capela pa. a formar sobre o Rio das Canoas" retrocedendo 9 léguas sobre o mesmo rio."

Alí, trabalhando de seis para sete meses, „sobreveiu hua enxente que exsedendo aos limites daquelle Rio com bastantes prejuizos de hu e outro citio, ultimamente veio asentar a dita Puvoasão no lugar em q. se acha sobre o Rio das Caveiras", onde levantou „o templo pa. Matriz feita de Taipas, coberta de Telha a portas fexadas, como ela mesmo se mostra".

(Dados históricos do arquivo da Prefeitura fornecidos .)

Lajes passou à vila em 22 de maio de 1771 e à cidade em 25 de maio de 1866.

A descoberta dos campos de Lajes foi feita pelas bandeiras paulistas. O povoamento de tais campos, ordenado pelo Governador de S. Paulo, obedeceu ao pro-

pósito de alargar os domínios da sua capitania e de encurtar o caminho entre S. Paulo e a fronteira do Rio-Grande-do-Sul, — donde aquela capitania, com as suas já então famosas feiras de Sorocaba, recebia do sul grandes tropas de mulas e cavalos.

Superfície: — 10071 km².

População: — A população do município é de 51.445 habitantes.

Limites: — *Com o município de Campos-Novos:* começa na confluência dos rios Canoas e Pelotas, pelo primeiro acima até a barra do rio Marombas.

Com o município de Curitibanos: começa na barra do rio Marombas no rio Canoas, sobe por este último até a foz do rio A'guas-Pretas; por este acima até a foz do rio Passo-Fundo; sobe por ele até a sua mais alta nascente na Serra Geral.

Com o município de Rio-do-Sul: começa na mais alta nascente do rio Passo-Fundo na serra Geral segue por esta até a nascente do rio Carrapatos.

Com o município de Bom-Retiro: começa nascente do rio Carrapatos na Serra Geral, segue por esta até encontrar, no morro do Campo-de-Dentro, a nascente do rio Invernadinha; desce por este até desembocar no rio Canoas por ele acima até a foz do rio Rufino.

Com o município de São-Joaquim: começa na foz do rio Rufino no rio Canoas, sobe pelo primeiro até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a mais alta nascente do rio da Divisa; desce por ele até desembocar no rio Lavatudo; por este abaixo até a sua barra no rio Pelotas.

Com o Estado do Rio-Grande-do-Sul: começa na barra do rio Lavatudo no rio Pelotas, desce por este último até a sua confluência com o rio Canoas.

Clima: — É temperado e saudavel.

Allitude: — Minima é de 700 metros, tendo zonas de 1.000 e 1.200 metros (da cidade 990 m.)

Aspecto e geologia: — O município de Lajes é em geral de terrenos pouco acidentados, compostos de vastos campos nativos e extensas matas.

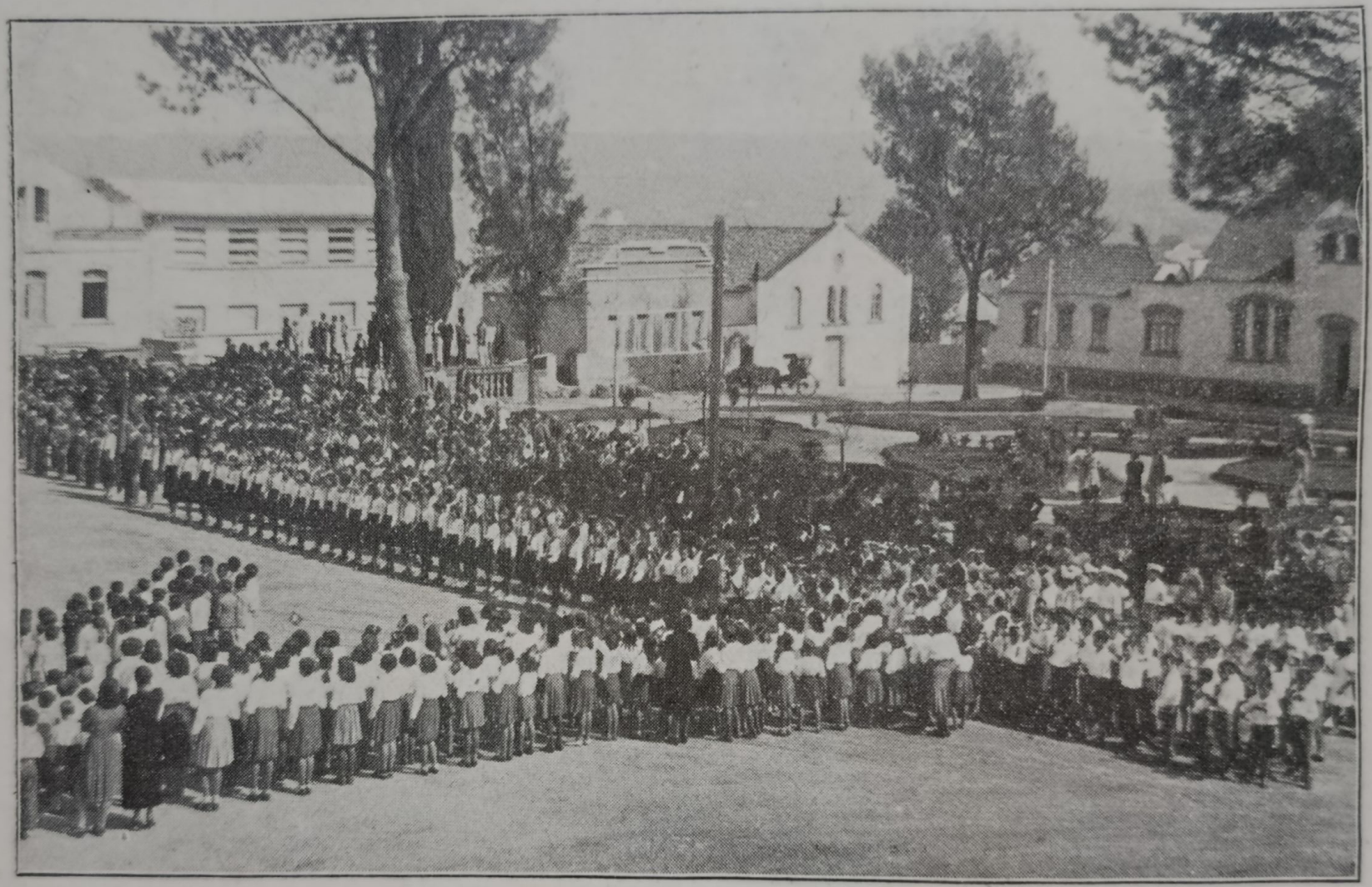
Serras: — A mais notavel é o contraforte que se destaca da Serra Geral, com os nomes de Serra do Bispo e Santa-Barbara, no município de S. Joaquim penetra em Lajes com os nomes de Farofa, Conta-Dinheiro, Araujo, Cajurú, Capão-Alto, formando um extenso *plateau* que separa as bacias do Pelotas, Lavatudo e Caveiras. Em diversos pontos há picos elevados como Tributo, João Tomaz, Guerreiro, Espia e outros.

Rios: — Além dos maiores que fazem limites do município, a saber: Pelotas, Canoas e Lavatudo, — o principal é o Caveiras que nasce na serra da Farofa e atravessa o município, lançando-se no Canoas depois de um percurso de cerca de 30 leguas. Outros mais notaveis são Pelotinhas, Vacas-Gordas, Índios, Tributo.

Cachoeiras: — São muitas, mas a principal é a do Salto, no rio Caveiras, que fornece luz e força elétrica para a cidade.

Fauna: — Com o povoamento das matas já não é tão rica e variada a fauna do município. Existem ainda onças, leões, antas, caitetús, queixadas, veados em abundância, quatís, pacas, tamanduás e outras espécies de pouco valor.

Flóra: — Predomina em todo o município o pinheiro produzindo abundante fruto, seguindo-se a imbuia, cédro, ipés, cambará, angico, cocão, bugre, gameleiro, taruman, coronilho, sobragí, para tratar sómente de madeiras de lei.



Parada escolar em comemoração ao „Dia da Pátria“ — Lajes

Salto do Caveiras — Lajes

Agricultura: — Milho, feijão, trigo, batatas, aveia, alfafa, hortaliças em geral, fumo, mate e frutas pomareiras próprias de zonas frias.

Pecuária: — A principal riqueza do município consiste na criação de gado. A exportação anual de gado bovino do município orça em mais de trinta mil cabeças de gado adulto e gordo para consumo imediato.

Além disso exporta muito gado novo destinado a criação para os municípios das antigas colônias, e para os Estados limítrofes. Tambem é numeroso o rebanho de equinos, ovinos e suinos.

Comércio e Indústria: — A cidade tem um comércio muito desenvolvido, com ricas lojas e grandes armazens. As principais indústrias são derivadas da pecuária, como sejam cortumes, xarqueadas, fábricas de queijo e manteiga, salsicharias, etc.

As serrarias e olarias produzem o necessário para o consumo do município. Na exportação predomina o gado em pé, de diversas espécies, e seus sub-produtos, como xarque, couros, sebo, crinas, toucinho, queijos, salsichas, e tambem vinho, maçãs, alfafa, farinha de trigo, feijão, pinhões, etc.

E' um dos município mais prósperos de S. Catarina. A sua séde tem passado, nos últimos anos, por uma verdadeira transformação, motivada em grande parte pela magnifica rede rodoviária que corta o Município em todas as direções.

MUNICÍPIO DE LAGUNA

Histórico: — Foi o vicentista Domingos de Brito Peixoto, quem primeiro demandou as paragens do sul de S. Catarina fundado a Nova Vila de Sant'Ana e mais tarde a de Santo-Antônio. Esta última passou a ser denominada Laguna de S. Antônio devido a localização à margem de uma grande lagoa, nome que foi posteriormente invertido para S. Antonio da Laguna. Em 1714 (confirmado por alvará de 20 de Janeiro de 1720), Laguna foi elevada à categoria de vila e primeiro em 22 de julho de 1839 a cidade com o nome de Juliana, figurando como séde da *República Juliana,* depois por decreto provincial de 15 de abril de 1841.

A creação do município data de 11 de novembro de 1797. Sua comarca foi constituida pela lei provincial nº. 411 de 17 de abril de 1856.

De 1923 até 1930 foi desmembrado o então município de Imbituba, fazendo hoje novamente parte do município de Laguna.

Superfície: 1.500 km².

População: 49.024 habitantes.

Limites: — Com o município de Palhoça: começa na foz do rio Chicão no rio d'Una, segue por uma linha seca até a parte sul da ponta do Ouvidor.

Com o Oceano Atlântico: começa na parte sul da ponta do Ouvidor e segue pelo mar até a barra do Camacho.

Com o município de Jaguaruna: começa no mar, na barra do Camacho, segue por esta, pela lagoa do Camacho e pela lagoa Garopaba-do-Sul até alcançar a foz do rio Congonhas.

Com o município de Tubarão: começa na foz do rio Congonhas na lagoa Garopaba-do-Sul, segue por linha seca até a confluência dos rios Madre, Tubarão e Tubarão-das-Conchas; alcança a foz rio Estiva-dos-Pregos e sobe por ele até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a mais alta nascente do rio das Antas.

Com o município de Imaruí: — começa na mais alta nascente do rio das Antas, segue por uma linha seca até o lugar denominado Samambaia; daí continua pela lagoa de Imaruí e pela do Mirim até alcançar a barra do rio d'Una; sobe por ele até a foz do rio Chicão.

Clima: — salubre.

Rios: — Tubarão, Una, Capivarí, Vargem-do-Cedro, Araçatuba, Forquilha.

Lagoas: — Mirim, Macacú, Ribeirão, Encantada, Doce, Ibiraquera, Garobaba-do-Sul.

Fauna: — Nas matas existem: capivaras, jaguatiricas, catetes, antas e pacas.

Flora: — No interior há abundância de madeiras de lei.

Agricultura: — Mandioca, cana de açucar, amendoim, café, milho, fumo.

Comércio: — Servindo os portos de Laguna e Imbituba como escoadouro da grande produção agrícola

da zona Sul do Estado é natural que o comércio seja bem notavel. A praça de Laguna é dotada de várias importantes casas comerciaes importadoras e exportadoras, emquanto em Imbituba se destaca a firma Laje Irmão.

Indústria: — Começa a desenvolver-se, constando de engenhos para fábrica dos sub-produtos da mandioca, de pequenas fábricas de gasosa, balas e café, fábrica de conservas, engenhos para beneficiamento de cereais, e em Imbituba de uma bem instalada fábrica de louças e ladrilhos.

Exportação: — A exportação pelos dois portos do município é importante constando principalmente de farinha de mandioca, feijão, banha, arroz, milho, carne de porco, carvão de pedra, madeiras couros secos e salgados, camarão seco, crina vegetal, cebolas, polvilho, amendoim, pluma, mel, cera, vinhos e aves domésticas.

Aspecto geral: — O panorama da cidade de Laguna, rodeiada por várias colinas é belissimo. Continuam com atividade as obras do porto para melhorar a barra, feitas por administração federal.

Destaca-se ainda pelo seu adeantamento a vila de Imbituba à margem do Atlântico com grandes e modernos edifícios e um magnifico hotel balneário.

Praia do Mar Grosso — Laguna

Vista parcial de Laguna

MUNICÍPIO DE MAFRA

Histórico: — Pela lei provincial do Paraná nº. 219, de 2 de abril de 1870, foi criado o município de Rio Negro, que abrangia ambas as margens do rio do mesmo nome. Pela lei paranaense nº. 216, de 1º. de dezembro de 1896, Rio-Negro foi elevado à categoria de cidade. A 28 de setembro de 1894 assumiu a administração do Estado de Santa-Catarina o dr. Hercílio Pedro da Luz, que nomeou o inolvidavel causídico catarinense Manuel da Silva Mafra, para advogar a causa das questões de limites entre Paraná e Santa-Catarina. Em 28 de setembro de 1898 assume pela 1ª. vez a direção do Estado de Santa-Catarina o dr. Felipe Schmidt, sendo a 28 de setembro de 1914 reeleito para o mesmo cargo. Foi nesta sua gestão que ficou resolvida a questão de limites entre os dois Estados, e chegou ao termo pelo acordo de 20 de outubro de 1916. Por força do convênio de limites celebrado entre os presidentes dos Estados litigantes, dr. Afonso Alves de Camargo e dr. Felipe Schmidt, e sob os auspícios do então presidente da República, dr. Wenceslau Braz, Santa-Catarina toma posse do território contestado, após a sentença favoravel do Supremo Tribunal Federal.

Pela lei catarinense nº. 1.147, de 22 de agosto de 1917, foi restaurado o município e demarcados seus limites, e a 8 de setembro de 1917 foi solenemente instalado o município, a margem esquerda do rio Negro, que passou a denominar-se Mafra, em honra e memória ao dinamismo do ilustre árbitro desta causa, dr. Manoel da Silva Mafra.

Pela lei estadual nº. 1.145 de 25 de agosto de 1917 foi criada a comarca e instalada a 8 de setembro do mesmo ano. De acordo com a lei nº. 60, de 10 de janeiro de 1936, é comarca de 3ª. entrância, pertencente

à 3ª. circunscrição judiciária, tendo jurisdição sobre o município de Itaiópolis. A 31 de dezembro de 1938 foi assinado o decreto-lei municipal nº. 14, que regulamenta a Agência de estatística deste município.

Superfície: — 1.774 Kms².

População: — 17.404 habitantes.

Limites: — *Com o Estado do Paraná:* começa na foz do rio São-João no rio Negro, por este último acima até a confluência do rio Preto.

Com o município de São-Bento: começa na foz do rio Preto no rio Negro, sobe pelo primeiro até a sua nascente.

Com o município de Itaiópolis: começa na nascente do rio Preto, segue pelo divisor das águas dos afluentes dos rios Preto e Hercílio ou Itajaí do Norte até alcançar a mais alta nascente do rio da Lagoa; desce por este até a sua foz no rio Bituva; sobe por este até a foz do arroio da Anta; por este acima até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a nascente do arroio Tatú; por este abaixo até desembocar no rio da Areia; daí segue por uma linha seca à nascente do rio Conde; desse ponto continua por outra linha seca até a foz do rio Santo-Antônio no rio Negrinho; desce por este último até a foz do rio Poço-Claro; daí segue por uma linha seca até a foz do arroio Pscheidt no rio da Lança; sobe pelo arroio Pscheidt até a sua nascente; segue por uma linha seca até a nascente do arroio Cachoeira; desce por este até desembocar no rio São-Lourenço; sobe por ele até a foz do arroio Passo-do-Palmito; por este acima até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a nascente do arroio Queimado-Novo; desce por ele até desembocar no rio Buatiázinho, por este abaixo até a foz do arroio João-Pedro; por este acima até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a nascente do arroio Pedra-Fina; desce por este até desembocar no rio Butiá; por este acima até a sua mais alta nascente; daí continua por uma linha seca até a nascente do rio Furquim; desce por este até desembocar no rio Contagem; por este abaixo até a sua foz no rio São-João.

Com o município de Canoinhas: começa na foz do rio Contagem no São-João, por este abaixo até a sua barra no rio Negro.

Clima: — Saudavel.

Temperatura: — Máxima 33 graus, média 16 e mínima já constatada 6 graus abaixo de zéro (0).

Aspecto geral: — Mafra oferece aos forasteiros panoramas magnificos e naturais. A cidade se acha edificada a 808 metros acima do nivel do mar. Além de possuir um bom clima, possue terrenos ferteis, pouco acidentados, cuja estrutura física nos demonstra com suas leves ondeações, e muito próprios para o desenvolvimento da erva mate — riquesa natural do lugar. A apicultura e fruticultura está bem desenvolvida.

Rios: — rio Negro, Negrinho, Bituva, da Areia, da Lança, São-Lourenço, Canivete, Butiá, Preto, das Pedras, São-João, Bonito, da Lagoa, Contagem, e ainda existem 21 ribeirões.

Quedas dágua: — Salto de São-Lourenço, altura 39 metros, Salto Bituva, altura 22 metros; Salto Ruthes, altura 25 metros e Salto do rio Bonito com 6 metros de altura.

Flóra: — Ha abundância de madeiras de lei e qualidade, principalmente de pinheiros, imbuia e cedro.

Principal Produção Agrícola: — Trigo, centeio, cevada, aveia, milho, feijão, batata inglesa, aipim, alho e cebola, etc

Principal Produção Extrativa Vegetal: — Madeira de pinho, imbuia, cedro e erva-mate.

Comércio de Exportação e indústria: — Mafra é um dos principais centros de comércio e de indústria ervateira, dispondo de cinco (5) grandes e bem aparelhados engenhos para o beneficiamento da erva-mate. A indústria ervateira é correlata tambem com a fabricação de barrís para o acondicionamento do mate, dando trabalho a centenas de famílias. Depois da erva-mate, é a madeira o principal fator da exportação, existindo 44 serrarias, com 234 operários. E' digna de nota, ainda, a fabricação de palhões para garrafas e canudos para refrescos, a exportação de rebolos, de cera e mél de abelhas.

MUNICÍPIO DE NOVA-TRENTO

Histórico: — A colônia de Nova-Trento, nas terras banhadas pelo „Rio-do-Braço", afluente do Rio Tijucas, começou a receber os primeiros colonos em 1876, sendo estes, em sua maioria, trentinos. Daí a proveniência do nome de Nova-Trento.

Os colonos foram chegando sucessivamente até o ano de 1880. A colônia progrediu e pela Leí nº. 36, de 3 de Agosto de 1892, foi creado o município de Nova-Trento, emancipando-o do de Tijucas.

Superfície: — 877 Kms².

População: — 10.306 habitantes.

Limites: — *Com o município Brusque:* começa no ponto em que o divisor das águas entre os afluentes dos rios Itajaí-mirim e Alto-Braço conhecido pelo nome de serra do Tijucas encontra a Serra do Mar, segue pelo dito divisor, passa pelo morro dos Polacos, divisor das águas dos rios Kreker, Aguas-Claras até alcançar a mais alta nascente do ribeirão Indaiá.

Com o município de Tijucas: começa na mais alta nascente do ribeirão Indaiá, segue pelo divisor das águas Kreker e Moura até a mais alta nascente do ribeirão Casaniga; desce por este até a sua foz no rio Kreker; sobe por este até a foz do ribeirão do Bado; por este acima até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a foz do ribeirão do Cedro no rio Alto-Braço; sobe pelo primeiro até a sua mais alta cabeceira; daí continua pelo divisor das águas dos rios Esperança e Alto-Braço até encontrar o divisor das águas entre os afluentes dos rios Esperança e Engano.

Com o município de São José: começa no ponto em que o divisor das águas dos rios Esperança e Alto-Braço encontra o divisor das águas entre os afluentes dos rios Esperança e Engano, segue pelo divisor das águas entre os rios Alto-Braço e Engano até a Serra do Mar.

Com o município de Bom-Retiro: começa no ponto em que o divisor das águas entre os rios Alto-Braço e Engano encontra a Serra do Mar, segue por esta até encontrar o divisor das águas entre os rios Iatajaí-mirim e Alto-Braço, conhecido pelo nome de serra do Tijucas.

Aspecto geral: — O município de Nova-Trento é, em geral, montanhoso, apertado de Este a Oeste entre serras.

Serras limítrofes: — Tijucas, ao Sul, Itajaí-Mirim, ao Norte e Serra Geral, a Oeste, entendendo ramificações com os nomes de Lajeado, Catinga, Capivara, Veado, Pinheiral e outras. Altura máxima 1.200 mts.

Rios: — Braço, Alferes, Velha, Espraiado, Krecher, Lombardia, Indaial, Frederico, Salto-Alto, Lajeado e Valsugana.

Cachoeiras: — As cachoeiras são inúmeras e sua força quasi toda aproveitada por engenhos. Uma delas, a mais importante, nas cabeceiras do Rio-do-Braço, onde o mesmo se canalisa, desaparecendo num „tunel-abismo", de uns 35 metros de altura. Outra a do Ribeirão do Alferes.

Flora: — Cedro, canelas de todas as espécies, peroba, araribá, taruman, massaranduba, pinheiro, pindabuna, baguassú, óleo, ipé, guarajuva, caxeta, etc.

Mineralogia: — Molibdeno, prata, carvão, cal, cristal de rocha e quartzo róseo.

Agricultura: — Mandioca, milho, feijão, café, cana de açucar, amendoim, batata inglesa e doce. — Laranjas, uvas, pêssegos, maçãs, caquí, etc.

Criação: — Bastante gado vacum, cavalar, muar, suino, caprino, perús, patos, marrecos, angolinhas, galinhas, cujos ovos se exportam em grandes quantidades para Tijucas, Brusque e mesmo à capital. Cultivava-se tambem as amoreiras, para os bichos de seda.

Indústria e Comércio: — O município dispõe de 2 fábricas de cortume, 8 olarias, 34 serrarias, 30 atafonas, 13 pequenas fábricas de vinho de uvas, 2 de vinho de laranjas, 10 de cadeiras comuns de palha e muitos engenhos de farinha de mandioca e de açucar.

Exportação: — Os principais produtos exportados são: taboados, farinha de mandioca, arroz, feijão, café, milho, açucar, amendoim, vinho e ovos.

A maior parte da exportação é feita pela via Tijucas para Rio e Santos, exportando tambem via terrestre para a Capital, Brusque, Blumenau e Itajaí

Os rios não permitem a navegação fluvial devido aos numerosos cascais. Só a exportação de madeira é feita, em parte, por via fluvial, em tempo de chuva.

Usos e costumes: — O município conta italianos, polacos, galicianos, alemães, etc., os quais trouxeram da pátria seus costumes, que ainda hoje conservam, como lembrança da pátria longinqua; mantêm, porém, com os nacionais, as mais cordeais relações de amizade. Em geral a população é de costumes simples e laboriosa.

A séde: — A vila de Nova-Trento acha-se situada em ponto acanhado entre morros. Altitude 80 mts. E' cortada de Norte a Sul, pelo „Ribeirão-do-Alferes".

MUNICÍPIO DE ORLEANS

Histórico: — Em 8 de junho de 1882 fundou-se a colônia „Grão-Pará", abrangendo principalmente terrenos do atual município de Orleans. Em „Grão-Pará" venderam-se os primeiros lotes, formou-se uma praça e construiram-se casas. Mais tarde transferiu-se a séde para Orleans, onde se construiram as primeiras casas em 1885.

A Lei Provincial nº. 1.218 de 2 de outubro de 1888 creou o distrito de Orleans passando a séde à freguesia. O nome „Orleans" foi dado pelo Conde d'Eu em lembrança da cidade Orleans em França. O município de Orleans fez por longos anos parte do município de Tubarão, do qual desmembrou-se em 11 de setembro de 1913.

Dada a facilidade de obter terras da „Empresa de Terras e Colonização Grão-Pará" (ex-patrimônio do Conde d'Eu) que oferecia então grandes vantagens, a colonização desenvolveu-se com muita intensidade, creando-se núcleos consideraveis hoje habitados por nacionais, italianos, alemães, russos e polacos.

Superfície: — 1.209 Kms².

População: — O município de Orleans tem 24.209 habitantes.

Limites: — Com o município de São-Joaquim: começa no ponto em que o divisor das águas entre os rios Tubarão e Mãe-Luzia encontra a Serra Geral, segue por esta até o morro da Igreja.

Com o município de Bom-Retiro: começa no morro da Igreja na Serra Geral segue por esta até a nascente do rio Pequeno na Serra Geral.

Com o município de Tubarão: começa na nascente do rio Pequeno na Serra Geral, desce por este até a sua foz no rio Braço-do-Norte; por este abaixo até a sua confluência no rio Tubarão; sobe por este até a foz do rio Salvador Miranda.

Com o município de Urussanga: começa na foz do rio Salvador Miranda no rio Tubarão, sobe por este último até a foz do rio Palmeiras; por este acima até a foz do rio Lajeado; sobe por este até a sua nascente; daí segue pelo das águas dos rios Tubarão e Mãe-Luzia até encontrar a Serra Geral.

Aspecto geral: — E' assás montanhoso o que contribue para várias quedas d'água que dão impulso a muitas pequenas indústrias.

Rios: — Atravessa todo o município o rio Tubarão com seus afluêntes rio Laranjeira, rio Pinheiro, rio Belo e rio Novo.

Flora: — A do município é riquíssima, encontrando-se muito cedro, louro, canelas de todas as espécies, peroba, óleo, ipê, cabriuna, pinheiro, etc.

Minerais: — Toda a região ocidental do município, nas visinhanças da Serra Geral, apresenta vestígios de jazidas de carvão mineral.

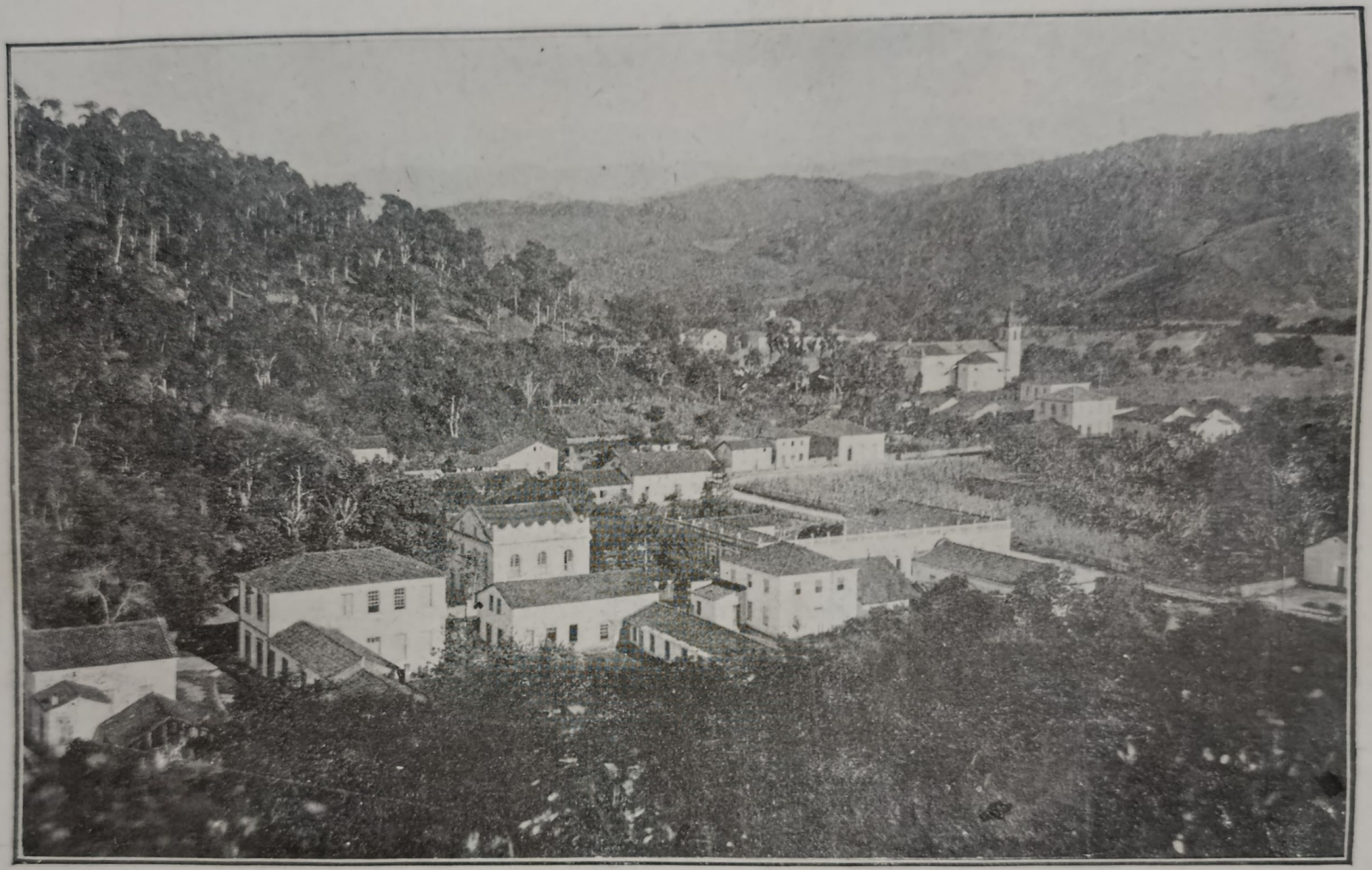
Indústria e Comércio: — O comércio, que é bastante desenvolvido, servido pela estrada de ferro D. Teresa Cristina, exporta diretamente para as principais praças do país.

Várias indústrias encontram-se no município, como sejam: marcenarias a vapor, oficinas mecânicas, serrarias, cortumes, olarias, fábricas de produtos suinos, etc.

Exportação: — São seus principais produtos de exportação: carvão, banha, carne de porco salgada, milho, feijão, farinha de mandioca, arroz, vinho de uvas, etc.

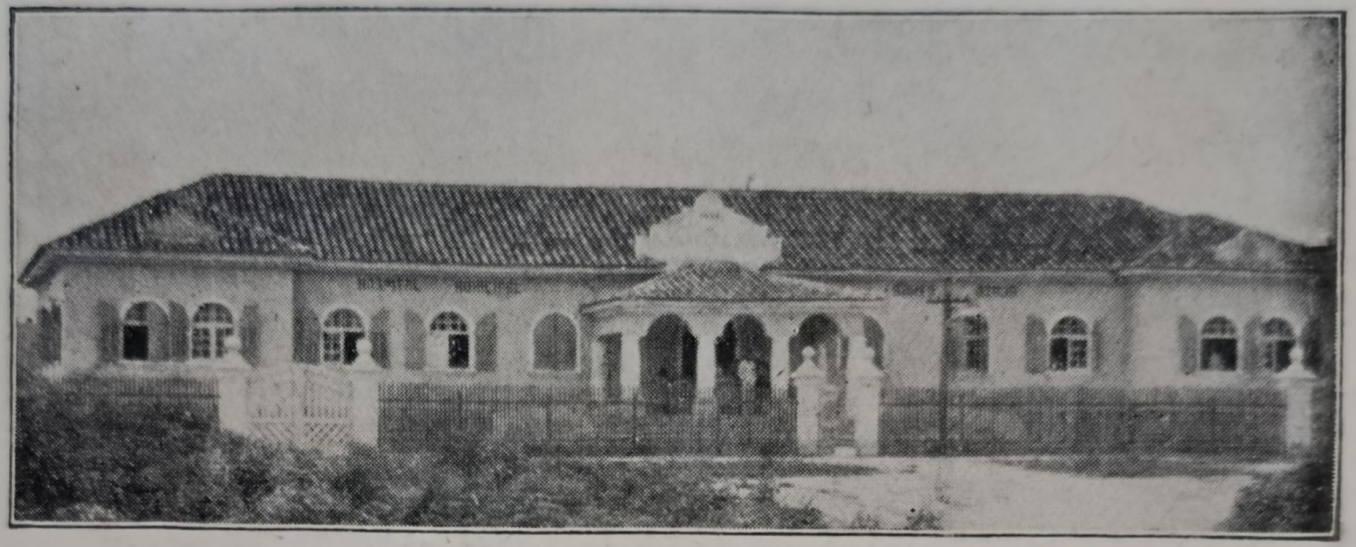
Lauro Müller é o ponto terminal da estrada de ferro D. Teresa Cristina, onde se acham localizadas as importantes jazidas carboníferas pertencentes a poderosa firma Lage Irmão, que as explora com ótimos resultados.

Além das indústruias carboníferas em Lauro Müller, encontram-se muitas outras pertencentes à mesma firma Lage Irmão, como sejam: uma serraria perfeitamente aparelhada e uma olaria fabricando tijolos refratários, tudo movido à força elétrica. Acha-se em construção uma grande usina hidraulica, nas visinhanças de Orleans.

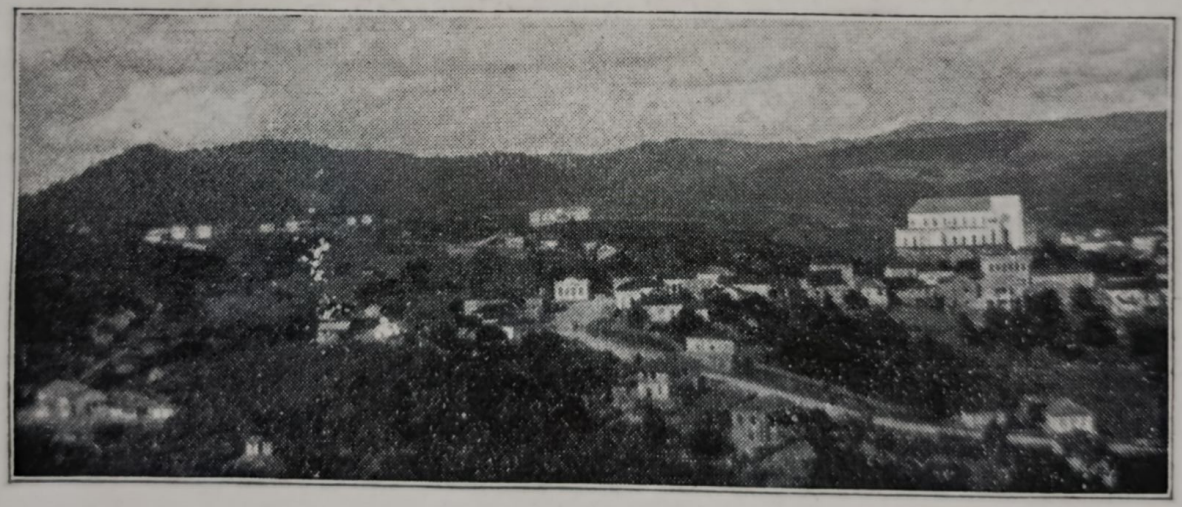


Vista parcial da cidade de Nova-Trento

Salto-do-Ribeirão-Alferes, altura 10 metros
Nova-Trento



Hospital Santa Otilia — Orleans



Vista parcial de Orleans

Praça — Palhoça

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

Histórico: — Em 1793 construiu Caetano Silveira de Matos, por ordem do então Governador, os primeiros dopósitos na atual Palhoça. O Município foi creado em 1894 e pela lei estadual nº. 693 de 19 outubro de 1906 a comarca. Em 1922 foi desmembrado o distrito de Santa-Teresa para fazer parte do Município de Bom-Retiro.

Superfície: — 3.500 Kms².

População: — 43.434 habitantes.

Limites: — *Com o município de São-José:* começa na mais alta nascente do rio do rio Côcho na Serra do Mar, desce por ele até a sua foz no rio Quebra-Dentes; daí segue por uma linha seca à nascente do rio São-Sebastião; desse ponto continua por outra linha seca até a foz do rio Taquaras no rio Bonito; daí segue por outra linha seca até o marco de pedra existente no alto do morro-das-Antas; desse ponto continua por outra linha seca até o marco de pedra existente no alto do morro Grande-da-Varginha; daí por outra linha seca até o pico da Pedra-Branca, d'onde continua por outra linha seca a foz do córrego-do-Carocho no rio Maruim; desce por este último até a sua barra no Oceano.

Com o município de Florianópolis: começa na barra do rio Maruim na baía sul de Santa-Catarina, segue por esta até defrontar a ponta dos Naufragados.

Com o Oceano Atlântico: começa defronte à ponta dos Naufragados, segue pelo mar até a parte sul da ponta do Ouvidor.

Com o município de Laguna: começa na parte do Ouvidor, segue por uma linha seca até a foz do rio Chicão no rio d'Una.

Com o município de Imaruí: começa na foz do rio Chicão no rio d'Una, sobe pelo primeiro até a sua nascen-

te; daí segue por uma linha seca a nascente do rio Capivaras; desse ponto segue por uma linha seca até a nascente do rio Lídio; desce por este até a sua foz no rio Capivarí; desce por este até a foz do arroio Alberto; sobe por este até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a nascente do ribeirão Ernesto; desce por este até a sua foz no rio Sete; por este acima até a sua mais alta nascente.

Com o município de Tubarão: começa na mais alta nascente do rio Sete, segue por uma linha seca até a cabeceira do rio Feliciã; desce por este até desembocar no rio Braço-do-Norte; por este abaixo até a foz do rio do Meio; sobe por este até receber o rio dos Índios, por este acima até a sua nascente na Serra Geral.

Com o município de Bom-Retiro: começa na nascente do rio dos índios na Serra Geral, segue por esta, pela serra da Boa-Vista e Serra do Mar até alcançar a a mais alta nascente do rio do Côcho.

Rios: — O Cubatão com seu afluente o Vargem-do-Braço, Massiambú, Cachoeira, Braço-do-Norte e Capivarí.

Serras: — Da Boa-Vista, do Taboleiro, do Una, Morro da Cambiréla.

Agricultura: — Mandioca, feijão, batatas, cana de açucar, café, milho e hortaliças. O município de Palhoça é um dos principais abastecedores do mercado de Florianópolis.

Comércio e Indústria: — O município e riquíssimo em terrenos de argila parda, ótima para confecção de telhas e tijólos.

Merecem menção as afamadas águas termais Caldas da Imperatriz e Santa-Catarina. No distrito de Anitápolis, existe ferro em grande quantidade.

Palhoça e Santa-Amaro são os principais pontos de partidas para toda zona serrana.

O município de Palhoça goza de um clima invejavel, pois os distritos que ficam na zona serrana são procuradissimos pelas pessoas abastadas que necessitam descanso.

MUNICÍPIO DE PARATÍ

Histórico: — O município foi creado pela lei nº. 797, de 5 de abril de 1876. A séde é a vila de Paratí, situada na margem direita do rio do mesmo nome.

O clima é pouco salubre. Os rios principais, todos navegaveis, são: — Paratí, Itapocú, Itaperiú e Paranaguá-mirim. As terras são ferteis. Cultiva-se arroz, farinha de mandioca, café, cana de açucar, feijão e bananas. O município é rico em madeiras de construção como araribá, peroba, canela preta, massaranduba, ipê e cedro.

Exportam-se principalmente produtos da lavoura, madeiras e conservas de peixes. A viação é fluvial, pelos rios Paratí e Itapocú, marítima pelo porto da Barra-Velha, terrestre pela estrada de ferro São-Paulo — Rio-Grande e Rodovia São-Francisco — Joinville — Itajaí.

Superfície: — 550 Kms^2.

População: — 21.973 habitantes.

Limites: — Com o município de Blumenau: começa no ponto em que o divisor das águas dos rios Freimann e Itaperiú encontra o divisor das águas dos rios Itapocú e Luiz Alves, conhecido com o nome de morro do Itaperiú; segue pelo primeiro divisor até alcançar a nascente do rio do Salto; desce por este rio até a sua confluência no Itapocú.

Com o município de Joinville: começa na foz do rio do Salto no rio Itapocú, desce por este último até a barra do rio Cardoso; sobe por este até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a nascente do rio Piraí-mirim; desse ponto segue pelo divisor das águas dos rios Piraí e Paratí até alcançar, no morro

Guamirim, a mais alta nascente do rio do Morro; daí segue por uma linha seca até a nascente do rio Paranaguá-mirim; desse ponto continua por outra linha seca até a foz do rio Riacho, no sul da baía de São-Francisco ou Babitonga.

Com o muuicípio de São-Francisco: começa na foz rio Riacho, no sul da baía de São-Francisco ou Babitonga, desce pelo canal do Araquarí atravessando o ramal da Estrada de Ferro Paraná-Santa-Catarina, no aterro do Linguado, até a sua barra no Oceano

Com o Oceano Atlântico: começa na barra do canal do Araquarí no Oceano, segue por este último ate a ponta-do-Jaques.

Com o município de Itajaí: começa no Oceano, na ponta-do-Jaques, segue por uma linha seca até a foz do rio do Bracinho no rio do Peixe ou Novo; sobe pelo rio do Bracinho até a sua nascente; daí segue pelo divisor das águas dos rios Itapocú e Luiz Alves até encontrar, no morro do Itaperiú o divisor das águas dos rios Freimann e Itaperiú.

MUNICÍPIO DE PORTO-BELO

Histórico: — Porto-Belo é uma das mais antigas povoações do Estado. Em 1753 começou a regular colonização com o estabelecimento de famílias vindas dos Açores. Não tendo tido, porém esta colônia, incremento algum, por ordens de El Rei D. João VI foram alí introduzidos 101 colonos vindos da Ericeira de Portugal no ano de 1819.

Por alvará de 18 de dezembro de 1824, a Porto-Belo foi conferido o título de paroquia e por Decreto de 13 de outubro de 1823 foi elevado à categoria de vila. Porto-Belo fez parte do município de Tijucas, do qual foi des-

membrado em 1895. Em 1923 o município foi suprimido, mas restabelecido em 1° de setembro de 1925 pela Lei n°. 1496.

„A vila de Porto-Belo, situada na enseada das Garoupas, tem um excelente porto, de grandes profundidades. Ao norte fica a Caixa de Aço, profundissimo ancoradouro, ao abrigo dos ventos de todos os quadrantes.

E estas qualidades estratégicas já foram postas à prova em 1777 quando a armada portuguesa, para fugir à caça que lhe dava a frota espanhola sob o mando de Cevallos, alí se refugiou, escapando à vista do inimigo".

Superfície: — 197 Km².

População: — 10.942 habitantes.

Limites: — Com o município de Camboriú: começa da nascente do rio dos Bobos, no morro Antônio Simas, segue pelo divisor das águas dos rios Camboriú e Perequê e Itapema, conhecidos pelos nomes de morros da Miréria, Sertão do Trombudo, Várzea do Caeté, Cadeia e do Areial, até a nascente do rio Areial; daí segue pelo divisor das águas dos rios Camboriú e Itapema, passando pelo morro do Encano até atingir a ponta da Malta no Oceano.

Com o Oceano Atlântico: começa na ponta da Malta e segue pelo mar até a barra do rio dos Bobos.

Com o município de Tijucas: começa na barra do rio dos Bobos no Oceano, sobe pelo referido rio até a sua nascente no morro Antônio-Simas.

Produção agrícola: — Café, cana de açucar, mandioca, arroz, milho, feijão, banana, etc.

Indústria: — Serragem de madeiras, fabricação de louças de barro, pesca.

MUNICÍPIO DE PORTO-UNIÃO

Histórico: — Em 1°. de Julho de 1881 chegaram, conduzidos pelo Cel. Amazonas de Araujo Marcondes e vindos de Joinville, depois de uma viagem de 5 dias em canoas desde Rio-Negro, os primeiros imigrantes alemães. Depois de 1884 tinham comissões estratégicas e de limites a sua séde em Porto-União. Porto-União-da-Vitória tornou-se nestes tempos freguesia e pertencia a Palmas. Em 1886 ficou elevado a município.

Antes da decisão da questão de limites em 1917, pertencia Porto-União-da-Vitória ao Estado do Paraná. Pelo acordo a cidade ficou dividida em duas partes, pelo leito da estrada de ferro São-Paulo — Rio-Grande e pela ponte da mesma estrada sobre o Rio Iguaçú, cabendo a parte sul, com o nome de Porto-União, ao Estado de Santa-Catarina. Pela lei n°. 1147 de 25-8-1917 foi creado o Município e comarca de Porto-União.

Data de 1912 a primeira colonização das terras concessionadas pela estrada de ferro São-Paulo — Rio-Grande entre as estações de Engenheiro Melo e Matos Costa, onde existe hoje a vila de Nova-Galícia, povoada em sua maioria por Ruthenos e Polacos, seguida em 1916 pela fundação das colonias particulares Santa-Cruz e São-Pedro no Rio Timbó, ao leste de Porto-União, povoados principalmente por Riograndenses e em 1919 pela fundação da colonia São-Miguel, entre Nova-Galícia e Santa-Cruz.

Superfície: — 2.660 Kms².

População: — 17.779 habitantes.

Limites: — Com o Estado-do-Paraná: começa na foz do lajeado Tigre no rio Jangada, desce por este último até encontrar o eixo da estrada de rodagem que liga a cidade de Porto-União à de Palmas; segue pelo eixo da referida estrada até o seu ponto de intersecção com o eixo da estrada de ferro São-Paulo — Rio-Grande; continua pelo eixo dessa estrada de ferro até o meio da ponte sôbre o rio Iguaçú; sobe por este até a foz do rio do Preto.

Com o município de Canoinhas: começa na foz do rio Preto no rio Iguaçú, sobe pelo primeiro até receber o rio Pardo; por este acima até a foz do rio dos Porcos; sobe por este até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a nascente do rio Timbózinho; desce pelo Timbózinho até receber o rio Barra-Mansa; daí segue por uma linha seca até a foz do lajeado Santa-Cruz no rio Tamanduá.

Com o município de Curitibanos: começa na foz do lajeado Santa-Cruz no rio Tamanduá, segue por uma linha seca até a foz do rio Cachoeira no rio Timbó; sobe pelo primeiro até a foz do arroio Tres-Cerros; por este acima até a sua nascente no divisor das águas dos rios do Peixe e Timbó, conhecido pelo nome de serra do Espigão.

Com o município de Caçador: começa na nascente do arroio Três-Cerros no divisor das águas dos rios do Peixe e Timbó conhecido pelo nome de serra do Espigão; segue por este divisor até a nascente do rio Caçador; desce por este a foz do arroio do Licindo; daí segue por uma linha seca até a nascente do arroio do Tortato que desemboca defronte ao km. 641 + 780 metros da Estrada de Ferro São-Paulo-Rio-Grande; desce por este arroio até a sua foz no rio do Peixe; por este acima até a foz no rio do Bugre; sobe por este até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a foz do lajeado Tigre no rio Jangada.

Clima: — O clima do município é muito saudavel, pois a maior parte dos lugares habitados está a mais de 1000 metros de altitude.

Rios: — Os rios principais do município são: — O rio Iguaçú, ao norte, que separa o município do Estado do Paraná, com os seus afluentes da margem esquerda: o rio Timbó, rio dos Pardos, rio Pintado e ao sul as cabeceiras e afluente do rio do Peixe. Os rios possuem varios saltos em condições de serem industrializados.

Aspecto geral: — Porto-União está colocado numa altitude de 753 metros. O município é atravessado pela estrada de ferro São-Paulo-Rio-Grande. A rede das estradas de rodagem é ainda insuficiente. São navegaveis o rio Iguaçú, de Porto-União até Porto-Amazonas perto de Curitiba e o rio Timbó até as colonias. Supõem-se jazidas de petróleo na visinhança de Porto-União. Os principais produtos são: erva-mate e madeira. As terras são ferteis, havendo tambem pastagens ótimas para criação.

Porto-União é o entreposto da região do Ex-Contestado.

Rua 15 de Novembro — Rio do Sul

Vista parcial de Porto-União

MUNICÍPIO DE RIO-DO-SUL

Histórico: — O Município e Comarca de Rio-do-Sul foram creados pela Lei Estadual nº. 1.708, de 10-10-30. A sua instalação se procedeu mais tarde em virtude dos Decretos nºs. 36 e 99, respectivamente de 30-12-30 e 6-4-31. Em primeiro lugar foi instalada a comarca, o que se deu a 20-1-31 e a seguir o Município no dia 15 de abril do mesmo ano.

Era, o atual Município de Rio-do-Sul, antes de sua emancipação política, um distrito do Município de Blumenau. Datam de 40 anos a sua colonização e povoamento. Pelos fins do século passado, na atual zona que compreende o Município de Rio do-Sul, existia apenas uma choupana de barro e palha, em plena mata-virgem.

Foram vigas mestras do desbravamento, colonização e povoamento desta rica parte do Vale do Rio Itajaí, as seguintes emprezas colonizadoras: „Zimmermann, Reif & Jensen", „Victor Gaertner" (extintas ou subdivididas), „Sindicato Agrícola de Blumenau", seguindo-se mais tarde outras da mesma natureza, denominadas „Luiz Bertolli Senior", „Willy Hering" e outras de menor capacidade e raio de ação.

O que foi do trabalho produtivo e intenso realizado pelos que aqui aportaram e trabalharam nestes últimos cincoenta anos, se traduz pela magnifica e deslumbrante visão de trabalho e progresso que aguarda os que visitam esta comuna modelo. Deve Rio-do-Sul grande e inestimavel parte de seu progresso a Estrada de Ferro Santa-Catarina cujos trilhos atravessam grande parte do Município, alcançando a localidade de Barro do Trombudo.

Superfície: — 3.639 Kms².

População: — 21.962 habitantes.

Limites: — *Com o município de Canoinhas:* começa na mais alta nascente do rio Canoinhas, segue pela Serra do Espigão até alcançar, nas proximidades das cabeceiras do rio Itajai do Oeste, a serra do Mirador; continua por esta até a mais alta nascente do rio São-João.

Com o município de Itaiópolis: começa na nascente do rio São-João, segue por uma linha seca à cabeceira do rio da Prata.

Com o município de Hamônia: começa na nascente do rio da Prata, segue pela Serra do Mirador até a nascente do ribeirão-do-Salto; desce por este até a sua foz no rio Itajaí-açú.

Com o município de Indaial: começa na foz do ribeirão do Salto no rio Itajaí-açú, segue por este até o ponto mais alto da corredeira de Hansa na Serra do Mar; segue por esta até encontrar a Serra do Itajaí.

Com o municipio de Brusque: começa no ponto em que a Serra do Itajaí encontra a serra do Mar e segue por esta última até a mais alta cabeceira do ribeirão da Batalha ou Molha Côco.

Com o município de Bom-Retiro: começa na mais alta cabeceira do ribeirão da Batalha ou Molha Côco, desce por este até a sua foz do rio Itajaí do Sul; sobe por este até a barra do rio Dona Luiza ou A'guas Negras; por este acima até a sua mais alta nascente; daí segue por uma linha seca até a nascente do rio Carrapatos na Serra Geral.

Com o município de Lajes: começa na nascente do rio Carrapatos, na Serra Geral, segue por esta até a mais alta nascente do rio Passo-Fundo.

Com o município de Curitibanos: começa na mais alta nascente do rio Passo-Fundo na Serra Geral, continua por esta até alcançar a mais alta nascente do rio Canoinhas.

Clima: — Temperado.

Flora: — O município é riquíssimo em madeiras de lei e qualidade e erva-mate, cuja produção atinge 35.000 arrobas anualmente.

Rios: — Cortam o município em vários sentidos os rios Trombudo, Itajaí-açú, Itajaí d'Oéste, Pombas e outros de menor volume, tributários dos primeiros.

Serras: — São as principais: Mirador e Serra Geral.

Agricultura: — São produtos de grande cultura no município, o milho, feijão, aipim, mandioca, arroz, fumo e batatas, que alcançaram no ano de 1939 as seguintes cifras em quilos: milho 500.000, feijão 200.000, aipim e mandioca 220.000.000, arroz 650.000, fumo 1.600.000, batatas 95.000.

Indústria extrativa: — Os principais produtos são o Calcáreo, palhas diversas e madeiras cuja produção alcançou aproximadamente 75.000 m³, na importância de 6.500$000.

Produção animal: — São criados neste município em grandes quantidades caprinos, bovinos, muares, cavalares, sendo de grande volume a criação de suinos e galináceos, com os seguintes produtos: banha, cera, couros, lã, leite, manteiga, queijo, mél de abelha, ovos, sebo, toucinhos e carnes preparadas.

Indústria manufatureira, fabril: — Existem fábricas de gravatas, cigarrilhos, charutos, malas, vassouras, cervejas, xaropes, gasosas e marcenarias que produzem móveis que rivalisam com os de melhor fabricação no Estado.

MUNICÍPIO DE RODEIO

Histórico : — Creado pela Lei nº. 104, de 22 de outubro de 1936, sendo desmembrado do município de Timbó.

Instalação : — Em 28 de fevereiro do corrente ano, (1937) procedeu-se às eleições municipais, e, após a apuração, proclamados os candidatos eleitos, em 14 de março deste ano foi solenemente instalado o Município de Rodeio, e empossados os membros da Câmara Municipal e o Prefeito.

Superfície — 769 Kms².

População : 11.120 habitantes.

Limites : — *Com o município de São-Bento :* começa na nascente do rio dos Toldos, segue pelo divisor das águas dos rios Preto e Benedito até encontrar o divisor das águas dos rios Benedito e Cedros.

Com o município de Timbó : começa no ponto em que o divisor das águas dos rios Benedito e dos Cedros encontra o divisor das águas dos rios Preto e Benedito, segue pelo primeiro divisor até a nascente do ribeirão Dona Clara; desce por este até a sua foz no rio Benedito; desce por este último até a foz do ribeirão Albrecht; sobe por ele até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a nascente do rio Belo.

Com o município de Indaial : começa na nascente do rio Belo, segue por uma linha seca até a nascente do rio Araponga-Grande; daí continua por outra linha seca até a foz do rio Warnow no rio Itajaí-açú; sobe por este até a foz do rio São-Pedro; sobe por este até a foz do riacho Marck; por este acima até a sua nas-

cente; daí segue pelo divisor das águas dos rios São-Pedro e Vale-Novo até alcançar o pico do Montanhão; desse ponto segue pelo divisor das águas dos rios Liberdade e São-Paulo até a Serra do Mar, no ponto em que defronta a cabeceira do rio dos Cedros.

Com o município de Hamônia: começa no ponto em que o divisor das águas dos rios Liderdade e São-Paulo encontra a Serra do Mar, defronte à nascente do rio dos Cedros, segue pela Serra do Mar até a nascente do rio dos Toldos.

Altitude: — A séde da vila do Rodeio, situada a cinco quilômetros de distância do rio Itajaí-açú, tem uma altitude de 90 metros, e a séde do distrito de Benedito-Novo, à margem do rio do mesmo nome, afluente do Itajaí, é situada a uma altitude de cerca de 200 metros. A maior parte do território do município está em altitude superior a 500 metros.

Clima: — Quente e úmido na zona baixa, moderado e fresco no planalto.

Rios: — O maior rio do município é o Benedito-Novo, cuja bacia hidrica é consideravel e, com os seus afluentes, forma a parte territorial mais extensa do município. Nessa parte existem importantes quedas d'água, que poderiam produzir grande quantidade de energia hidraulica.

Flora: — A maior porte do território municipal está ainda coberto de florestas, com grande variedade de madeira, que vem sendo explorada somente com engenhos de serra de limitada capacidade.

Minerais: — Há vestígios de vários minerais, mas ainda não existe no município nenhuma indústria extrativa.

Agricultura: — E' grande o desenvolvimento da lavoura no município; especialmente notavel é a produção do arroz, que vem sendo cultivado em arrozeiras irrigadas racionalmente. Produção importante é tambem a do tabaco, milho, café, etc. A maioria da população vive da agricultura.

Exportação: -- O principal produto de exportação do município de Rodeio é constituido pelo arroz, que vem beneficiado em cinco engenhos de regular produção, e mais outros pequenos debulhadores e pilões. Artigo importante de exportação é tambem o fumo, vindo, em seguida: banha, manteiga, queijos, madeira, tapioca, etc.

A Vila de Rodeio: — 114 famílias de emigrantes de origem italiana, vindas do Tirol, chegaram a Blumenau em 1875, e daí encaminhadas pelo rio Benedito-Novo acima. Encontrando aí um acampamento de indígenas, recuaram um pouco e descobriram uma nova valada, na qual entraram e a foram povoando. Avançando por aí chegaram, imprevistamente, às margens do rio Itajaí, que tinham deixado em Indaial. Então perceberam ter feito um rodeio, o que ocasionou o nome de Rodeio a essas terras.

Pertencendo ao município de Blumenau, foi Rodeio creado distrito em 1919. Em 1930 Rodeio e Ascurra fundiram-se num só distrito que recebeu o nome de Arrozal, separando-se novamente em 1934 e voltando cada um a ser distrito independente. Com o desmembramento de Blumenau em vários municípios, Rodeio passou a ser distrito do município de Timbó, até o seu atual desmembramento e a creação do município de Rodeio.

Povoados: — No município existem: a freguesia de Benedito-Novo, séde do distrito do mesmo nome, e mais: — No distrito da Séde, Diamante, São-Pedrinho-Velho, São-Virgílio, Santo-Antônio. — No distrito de Benedito-Novo, Santa-Maria, Liberdade, Forcação, Pinheiro, São-João, etc.

MUNICÍPIO DE SÃO-BENTO

Histórico: — O atual município de São-Bento, proveniente da colônia do mesmo nome, foi creado pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo, tendo sido o primeiro núcleo colonial fundado na região serrana, com a chegada da primeira leva de imigrantes austríacos, em 23 de setembro de 1873, iniciando logo derrubadas para construções de ranchos e plantações futuras.

Do desenvolvimento da antiga colônia falam com eloquência os seguintes dados históricos: em 1875, distrito policial; em 1876, elevada à Freguesia; em 1883, dez anos após a sua fundação, elevado à Vila; e um ano depois, em 1884, tornou-se município independente, visto estar filiado à Colônia D. Francisca, hoje município de Joinville; em 1891, pela lei de 12 de agosto, instalação da Comarca de São-Bento, que até então tinha Juiz Municipal e de Orfãos, à qual ainda pertence o município de Campo-Alegre; em 1896, ligação telegráfica; nos anos seguintes, incrementou continuadamente a vida produtiva dos seus intrépidos fundadores e de seus descendentes, para felicidade de nossa soberba terra-mãe, o Brasil.

Superfície: — 1.342 Kms^2.

População: — O município conta atualmente com 12.869 habitantes.

Limites: — *Com o município de Mafra:* começa na cabeceira do rio Preto e desce por ele até a sua barra no rio Negro.

Com o Estado do Paraná: começa na barra do rio Preto no rio Negro, por este último acima até a foz do rio Negrinho.

Com o município de Campo-Alegre: começa na foz do rio Negrinho no rio Negro, sobe pelo primeiro até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até alcançar a nascente do rio Humboldt.

Com o município de Jaraguá: começa na nascente do rio Humboldt, segue por uma linha seca até a cabeceira do rio Ano-Bom; desce por até a foz do ribeirão Cachoeira; daí segue por uma linha seca até a foz do ribeirão Bonito no rio Humboldt; sobe o Humboldt até a foz a foz do rio Mandioca; sobe por ele até a sua mais alta nascente; daí segue pelo divisor das águas entre os afluentes dos rios Novo e Negrinho e pelo que fica entre os afluentes dos rios Preto e Itapocú até encontrar o divisor das águas entre os afluentes do rios Negro e Itajaí.

Com o município de Timbó: começa no ponto em que o divisor das águas entre os afluentes dos rios Preto e Itapocú encontra o divisor das águas dos afluentes dos rios Negro e Itajaí, segue por este último até encontrar o divisor das águas entre os rios Benedito e Cedros.

Com o município de Rodeio: começa no ponto em que o divisor das águas dos rios Benedito e Cedros encontra o divisor das águas dos afluentes dos rios Itajaí e Negro, segue pelo divisor das águas entre os rios Preto e Benedito até a nascente do rio dos Toldos.

Com o município de Itaiópolis: começa na nascente do rio dos Toldos, segue pelo divisor das águas entre os afluentes dos rios Preto e Hercílio ou Itajaí do Norte até alcançar a nascente do rio Preto.

Altitude: — 817 metros acima do nível do mar, desfrutando-se no município duas zonas: a zona moderada e a sub-tropical.

Clima: — O município gosa de um clima salubérrimo, sendo conhecidíssimo como estação de ares e vilegiatura.

Serras: — Serra Geral ou do Mar e Serra do Espigão.

Vista de Rio-Negrinho — São-Bento

Porto de São-Francisco

Rios: — O principal rio do município é o Rio Negro, que faz a divisa do município com o Estado de Paraná. Os seus principais afluêntes, dentro do município, são: — Rio Negrinho, Rio Preto, Rio da Serra, Rio São Bento e Rio Corredeiras.

Flora: — As espécies florestais mais abundantes e de maior valor comercial são: Pinheiros, em grande profusão; cedro, imbúia, cabriuva, tarumã, araçá, sassafraz e erva-mate.

Minerais: — Há vestígios de ardósia, porfírio, ferro e jazidas de granito.

Agricultura: — A agricultura regride pela razão dos processos rotineiros de cultura e consequente esgotamento das terras. E' possivel, em virtude da creação pelo governo estadual coadjuvado pelo município, de uma estação experimental de sementes, etc., aliás, ainda em formação, é possivel, repito, se dê nova orientação do sistema até então empregado na agricultura, de tal sorte a melhorar o terreno. São-Bento exportou trigo, centeio, e bem acentuada exportação de batatas, artigos que hoje só tem para o consumo local.

Saltos e Corredeiras: — O principal salto do município é o de Rio Vermelho, situado na localidade do mesmo nome, a quatro quilômetros da séde municipal. E' aproveitada a sua força pela Empresa Sul-Brasileira de Eletricidade.

MUNICÍPIO DE SÃO-FRANCISCO

Histórico: — São-Francisco foi fundada em 1658 por Manoel Lourenço de Andrade, seu primeiro capitão mór, que aportou àquelas paragens em companhia de sua família, presumindo-se que tenha sido elevada à categoria de vila, dois anos após. Foi elevada à categoria de cidade por decreto da Assembléia Legislativa Provincial nº. 239, de 15 de abril de 1847.

A vila, quando recem fundada, fazia parte da capitania de S. Vicente, de onde vieram os seus primeiros povoadores, passando em 1738, com a separação do território de Santa-Catarina do de S. Paulo, a pertencer àquela nova Capitania.

A sua produção consistia, naquela época em farinha de mandioca, arroz, madeiras, cordoaria de cipó de umbú, peixe seco e outros gêneros. Mais adiante, em 1853, a Câmara Municipal comunicava ao governo da Província, que „a importância aproximada dos produtos, nos últimos 3 anos, podia ser calculada da maneira seguinte: farinha de mandioca, 300.000 alqueires: arroz em casca, 60.000; milho, 15.000; feijão, 3.000 e aguardente 300 pipas".

Com a extinção da escravatura, a lavoura declinou, até que, com a construção da linha de S. Francisco, da estrada de ferro S. Paulo — Rio-Grande, o seu magnífico porto se tornou o entre-posto do *hinterland* do norte catarinense, desviando o remanescente dos que ainda se dedicavam à agricultura, para os trabalhos da estiva.

A cidade, nestes últimos tempos, tem tido grandes surtos de progresso, sendo a única no Estado, com excepção da Capital, que tem quasi todas as suas ruas

calçadas a paralelepipedes. E' o ponto da partida da Estrada de Ferro São-Paulo — Rio-Grande.

Superfície: — 1.195 Kms².

População: — 22.947 habitantes.

Limites: — *Com o município de Campo-Alegre:* começa na cabeceira do ribeirão A'guas-Altas e segue pela Serra do Mar até a nascente do rio Campo-de-Cima.

Com o Estado do Paraná: começa na nascente do rio Campo-de-Cima, segue por uma reta de 1.614 metros em rumo noroeste verdadeiro até o divisor das águas da Serra do Mar; desse ponto continua por uma linha seca com rumo leste verdadeiro, com a extensão de 28.194 metros, passando entre os morros Araraquara e Iquirim e pelo morro de Dentro até encontrar o rio Saí-guaçú, nas proximidades da foz do ribeirão Grande e a 14.225 metros de sua barra; desce pelo Saí-guaçú até o Oceano.

Com o Oceano Atlântico: começa na barra do rio Saí-guaçú no Oceano, segue pelo mar até a barra do canal Araquarí.

Com o município de Paratí: começa na barra do canal Araquarí no Oceano, sobe por este canal, atravessa o ramal da Estrada de Ferro Paraná — Santa-Catarina no aterro do Linguado e vai até a foz do rio Riacho no sul da baía de São-Francisco ou Babitonga.

Com o município de Joinville: começa na foz do rio Riacho no sul da baía de São-Francisco ou Babitonga, segue por esta baía até a desembocadura do canal das Três-Barras; sobe por ele até a foz do rio Cubatão; por este acima até receber o rio do Braço; daí segue por uma linha seca até a foz do rio do Poço no rio Pirabeiraba; desce por este último até desembocar no canal das Três-Barras; por ele acima até a foz do rio Cascalho; sobe pelo Cascalho até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a nascente do rio Pirabeiraba; deste ponto continua por outra linha seca até a nascente do ribeirão Águas-Altas.

Aspecto físico: — A ilha em cuja parte ocidental está situada a cidade é baixa, e de forma oblonga, sendo separada do continente pela baía Babitonga. O interior da ilha é pouco acidentado, sendo o seu terreno geralmente plano, notando-se as maiores elevações em torno da ilha, — os morros de João Dias, Laranjeiras, Itamirim, Enseada, Pão-de-Açucar, Morretes e Monte-de-Trigo. Os terrenos situados no continente, distrito do Saí, vão até as fraldas dos diversos morros alí existentes e de onde descem abundantes cachoeiras, achando-se nessa parte os mais elevados acidentes orográficos do município.

Rios: — Os mais importantes são, na ilha: Monte-de-Trigo, Laranjeiras, Ribeira, Acaraí; e no continente: Cubatão, Lamin, Três-Barras, Saí-Grande, Saí-Pequeno.

Clima: — Geralmente bom e saudavel.

Produção: — Mandioca, feijão, milho, açucar, arroz. As costas são ricas em excelente pescado.

Indústria e Comércio: — Existem no município vários engenhos de beneficiar arroz e de fabricar farinha e aguardente, fábricas de camarões, peixes e mariscos em conserva, fábricas de cal, etc.

A excelência do seu porto, que é o escoadouro natural de toda a zona norte do Estado e parte da sul do Paraná, assegura a S. Francisco um lugar proeminente. O porto é capaz de conter todas as esquadras do mundo e é o mais amplo e seguro de todo o sul do Brasil. Já foram iniciados os trabalhos para o seu devido aparelhamento.

MUNICÍPIO DE SÃO-JOAQUIM

Histórico: — A 1°. de abril de 1870, uma comissão presidida por Manoel Joaquim Pinto escolhia o local para a fundação da freguesia de S. Joaquim-da-Costa-da-Serra e a 2 de maio de 1871, Joaquim Bandeira de Gouvêa, Presidente da então província de Santa-Catarina, sancionava a Lei n°. 645 que desmembrava da cidade de Lajes o distrito da Costa da Serra, para formar uma freguesia com a denominação que ainda conserva.

A comarca foi creada pela Lei n°. 16 de 3 de novembro de 1891. Elevada à categoria de cidade pela Lei n°. 1.465 de 11 de outubro de 1924.

Superfície: — 3.892 Kms².

População: — 20.007 habitantes.

Limites: — *Com o município de Lajes:* começa na barra do rio Lavatudo no rio Pelotas, sobe pelo primeiro até a foz do rio da Divisa; por este acima até a sua mais alta nascente; daí segue por uma linha seca até a nascente do rio Rufino; desce por este até desembocar no rio Canoas.

Com o município de Bom-Retiro: começa na foz do rio Rufino no rio Canoas, sobe por este último até a foz do arroio Santo-Antônio; por este acima até a sua nascente; daí segue pelo divisor das águas do rio Urubicí e Canoas até o morro da Igreja na Serra Geral.

Com o município de Orleans: começa no morro da Igreja, na Serra Geral, segue por esta até o ponto em que encontra o divisor das águas dos rios Tubarão e Mãe-Luzia.

Com o município de Urussanga: começa no ponto em que o divisor das águas dos rios Tubarão e Mãe-Luzia encontra a Serra Geral, segue por esta última até defrontar a mais alta nascente do rio Morto.

Com o Estado do Rio-Grande-do-Sul: começa na Serra Geral, no ponto em que defronta a mais alta nas-

cente do rio Morto, alcança a cabeceira mais ocidental do rio das Contas, desce por ele até desembocar no rio Pelotas; por este abaixo até a barra do rio Lavatudo.

Aspecto e clima: — O município de S. Joaquim é essencialmente montanhoso. As suas elevadas e penhascosas colinas, seus vales profundos, seus grotões abruptos, por onde se despenham encachoeirados e barulhentos inúmeros riachos, as suas cochilhas e lombas cobertas desse verde-pêssego incomparavel da pastagem; o seu ceu azul e límpido dos dias de verão, constelado e profundo nas noites de luar, nublado e proceloso nos temporais do inverno, tudo isso — esse conjunto singularmente belo — empresta a esse lindo recanto catarinense, um cunho profundamente impressionante.

Liga-se a este portentoso esplendor da natureza, a excelência e doçura do clima na estação calmosa.

No inverno, o contrário se dá, — nosso clima é rigoroso. A temperatura baixa consideravelmente: 3 a 5 gráus abaixo de zéro, comumente. Em 1918 registrou-se a temperatura excepcional de 14 gráus centígrados abaixo de zéro. Diariamente caem geadas, que rapidamente transformam nossos campos sempre verdes, em vastas superfícies crestadas. E' a desolação, em tudo a tristeza, a fome dos gados que emagrecidos, cortam os campos a procura da preciosa gramínea destruida pelo gelo. Mais inda assim a natureza previlegiada desta terra nos apresenta um espetaculo grandioso e belo — *A Neve!*

Todos os invernos cai a neve que se eleva a muitos centimetros de altura. E' então uma perspectiva soberba vêr-se S. Joaquim transformado, por muitos dias, nesse imenso, ondulado e lácteo lençól de neve.

As geadas começam a cair geralmente em meados de abril e se prolongam até primeiros de outubro.

Serras: — Principais: Serra Geral, de cuja cadeia principal se ramificam grandes serras que se elevam ao Norte e a Leste do Município. Entre outras destacam-se: Serra de Santa-Barbara; — aí fica o Morro da Igreja que o ponto mais elevado do Município uns bons 1.850 mts. de altitude. Serra da Farofa, dos Pintos, Espinilho, Mantiqueira, Urubicí, Canoas, etc. etc.

Cachoeiras: - Não há um dos nossos grandes rios em cujo percurso não se encontrem duas e mais cachoeiras consideraveis tanto em volume de água como em altura de quéda. Nenhuma dessas cachoeiras é aproveitada.

Rios: — Excetuando o Canoas e seus tributários, todos demais rios que banham S. Joaquim são afluentes e confluentes do Pelotas, o grande e majestoso rio, um dos principais formadores da grande bacia do Uruguai.

Fauna: — Encontram-se em nossas matas e pelos campos: leões (pequeno felino), jaguatiricas, gatos do mato, guarás e guaraxains, antas, capivaras, pacas, cotias, coelhos e preás, tatêtos, queixadas (porco do mato); tamanduás e tatús, raposas, zorrilhos, veados, branco do mato e pororóca.

Aves: — Perdizes (perdigão e codorna), jacús, nambús, marrecas, biguás, patos, (silvestre) carucacas (curricaca), cegonhas, (joão-grande), socós, quero-queros, papagaios, periquitos baitacas, maracanans, tirivas, picapaus, (muitas espécies), bico-xanxans, gavião de penacho, corvo branco (raro), caranchos.

Flora: — Vastas florestas cobrem mais de um terço da superfície do Município. Nas nossas terras ubérrimas, criptógamos e fanerógamos com o número infinito de suas espécies e gêneros, crescem e vicejam exuberantemente.

Madeiras de lei: — Cambarà, ipês, laranjeira, bugre preto, sobragí, cujos cernes poder-se-ia dizer eternos, tão resistentes se mostram, à ação destruidora do tempo, principalmente os dois primeiros. — Para carpintaria. — Em primeiro logar temos o pinheiro, depois: o cedro, o andrade e canelas de diferentes espécies.

Fruteiras Silvestres: — E' a família das Mirtáceas que fornece à nossa flora o maior número de arvores frutíferas: goiabeiras, guabirobeiras, guabijueiros, uvaieiras. O Pinheiro é ainda neste grupo de arvores frutíferas uma das maiores riquezas das nossas matas. O pinhão debulha precisamente nos meses rigorosos do inverno, quando o gelo já tem destruido as pastagens e os gados andam em correrias a cata de alimento.

Não só o gado vacum salva-se da miséria do inverno à custo do pinhão, como principalmente os porcos engordam prodigiosamente com esse alimento precioso. Ocorre, porém, um fenômeno interessante com o pinhão: — há 3 anos de farta abundância, e em seguida outros 3 de completa miséria.

Agricultura: — São fertilíssimas as terras de S. Joaquim. Feijão, milho, trigo, batata inglesa, batata doce, dão em larga escala. Começou a cultura do linho, que se adata admiravelmente ao nosso clima. E, se a sua produção inda se não intensificou deve-se a falta de vias de comunicação, pois que não teriamos meios de exportar esse e outros produtos.

Pomicultura: — Pêssegos, maçãs, peras, uvas, tudo se cultiva com facilidade e de superior qualidade. As maçãs e peras são de ótimo paladar.

Indústrias: — A principal indústria do município é, incontestavelmente a pastoril, que lhe dá, no Estado, o segundo lugar nesse importante e futuroso ramo, com um rebanho bovino superior a 80.000 cabeças.

Carecendo o município de S. Joaquim de boas estradas de rodagem é natural e lógico que, a despeito da capacidade de trabalho que nos oferece um povo robusto e forte, seja a indústria pastoril a única explorável com relativas probabilidades de lucros, visto como o boi se locomove por si mesmo, transpondo serras, vadeando rios vencendo distâncias em busca dos mercados consumidores.

O tipo predominante nos nossos campos é o *criolo*, notando-se, entretanto, entre os criadores o mais decidido empenho na aquisição de reprodutores, especialmente zebús, cujos produtos fornecem magnificos tipos para corte e até boas vacas leiteiras. A raça flamengo está sendo ultimamente introduzida, com resultados muito animadores, especialmente nas fazendas do Norte e Oeste, onde o clima é mais benigno. Em equinos, de puro sangue nacional (criolo), tem talvez o Município a melhor criação do Estado. Possue tambem boa criação de muares, assininos e ouvinos.

A indústria de laticinios é ainda incipiente.

Vista parcial de São Joaquim

Vista da Praça de São José

Vista da Igreja de S. Pedro de Alcantara — São José

MUNICÍPIO DE SÃO-JOSÉ

Histórico: — Os primeiros povoadores de S. José da terra firme foram 182 casais de colonos açoristas para aqui mandados estabelecer no ano de 1750, para cujo pasto espiritual se edificou logo uma igreja de madeira, dedicada a São-José, que mais tarde foi reconstruida a pedra e cal, erecta em freguesia por provisão da Mesa de Consciência e ordens, de 18 de fevereiro de 1755. A planície denominada Roçado, — nome que veio daqueles remotos tempos, — foi a escolhida para a cultura do linho e trigo, existindo ainda, em algumas casas daquelas redondesas, fragmentos de velhos teares e mós trituradoras do precioso grão. Em 1756, por provisão de 6 de outubro, foi a pequena povoação elevada à categoria de freguesia. Pela resolução do Conselho do Governo de 1º. de março do 1833, passou a freguesia de São-José a vila, e finalmente, pelo Decreto nº. 415, de 3 de maio de 1856, foi elevada a cidade. O Decreto nº. 1333 de fevereiro de 1920 estabeleceu os limites com o município de Palhoça, até então litigiosos.

Até os últimos dias do governo monárquico, foi a velha cidade o celeiro da região serrana, donde centenas de tropas vinham anualmente para se abastecerem de sal, café, ferragens, açucar, fazendas, etc. Importantes conchavos políticos, bailes e banquetes se realizaram na velha e tradicional cidade e, quasi sempre, com a presença dos presidentes da província.

Superfície: — 814 Kms².

População: — 29.782 habitantes. Nos distritos São Pedro d'Alcantara, Angelina e Garcia é, em maior parte, de origem alemã.

Limites: — Com o município de Nova-Trento: começa no ponto em que o divisor das águas dos rios Alto-Braço e Engano encontra a Serra do Mar, segue pelo dito divisor até alcançar o divisor das águas entre os afluentes dos rios Esperança e Engano.

Com o município de Tijucas: começa no ponto em que o divisor das águas dos rios Alto-Braço e Engano encontra o divisor das águas entre os afluentes dos rios Esperança e Engano, segue este último até a nascente do rio Jacú; daí continua por uma linha seca até a foz do arroio Fagundes no rio Garcia; sobe pelo arroio Fagundes até a sua nascente no morro do Descanso; daí continua por outra linha seca até a mais alta nascente do rio Coqueiros.

Com o município de Biguassú: começa na mais alta nascente do rio Coqueiros, segue pelo divisor das águas dos rios Biguassú e das Congonhas ou Perdidas, conhecido pelo nome de serra das Congonhas, até a serra do Pai-João; daí continua pelo divisor das águas dos rios Biguassú e Maruim, conhecido pelo nome de serra Santa-Filomena, até a mais alta nascente do rio Serraria; por este abaixo até a sua barra na baía norte de Santa-Catarina.

Com o município de Florianópolis: começa na barra do rio Serraria, na baía norte de Santa-Catarina, segue pelo canal desta e pelo da baía sul de Santa-Catarina até a foz do rio Maruim.

Com o município de Palhoça: começa na barra do rio Maruim, sobe por este até a foz do corrego Carocho; daí segue por uma linha seca até o pico da Pedra-Branca; desse ponto segue por uma linha seca até de pedra existente no alto do morro Grande da Varginha; daí continua por outra linha seca até o marco de pedra existente no alto do morro das Antas; desse ponto segue por outra linha seca até a foz do rio Taquaras no rio Bonito; daí, por uma linha seca alcança a nascente do rio São-Sebastião; desse ponto segue por outra linha seca até a foz do rio do Côcho no rio Quebra-Dentes; segue palo rio do Côcho até a sua mais alta nascente Serra do Mar.

Com o município de Bom-Retiro: começa na mais alta nascente do rio do Côcho, na Serra do Mar, segue por esta até encontrar o divisor das águas dos rios Alto-Braço e Engano.

Clima: — O seu clima é salubérrimo e reputado como um dos melhores de serra abaixo.

Orografia: — Entre os seus morros e serras notam-se os seguintes: Morro do Furtado, altitude, 700 metros; morros das 14 e 11 Voltas em Angelina, altitude 500 metros; morro do Espigão, na várzea dos pinheiros, (Angelina) altitude 900 metros aproximadamente, e d'onde, dizem, avista-se o mar; o da Demanda, nas Forquilhas, que separa o município de Biguassú, o do Major, etc. Os terrenos de origem diluvianas, nos Coqueiros, em Campinas e no Estreito, formam grandes curiosidades naturais, entre eles a „Furna", gigantesco *dolmen* natural.

Rios: — Os principais são: Maroin, Estanislau, Mundéos, Garcia, Linha da Chave, Perdidos, Engano, Capivara, Carolina, Forquilha.

Exportação: — Exporta o município, pelos portos da Capital e Estreito — couros, tapioca, chifres, sagú, farinha de mandioca, feijão, arroz, aguardente, café, milho, bananas, batatinhas, ovos, aves e frutos, abastecendo em grande parte o mercado da Capital. Merece menção a fabricação de louça de barro.

Aspecto: — O município é mais montanhoso que plano, porque está na faixa da terra entre a serra e o mar.

A cidade: — A cidade de S. José está colocada à beira mar e grande parte em pequenas elevações, numa extensão de 3 kms.

O Estreito: — hoje distrito de João Pessoa — colocado em frente à capital, onde a Ponte Hercílio Luz demanda o continente, mostra, ultimamente, grande desenvolvimento. Muitos empregados e operários da Capital alí residem. Para o 14º B. C. foi construido um amplo e moderno quartel. A Escola de Aprendizes Marinheiros funciona no Estreito em um excelente prédio. Coqueiros e Barreiros no distrito de João Pessoa possue lindas praias, muito procuradas no verão por veranistas, servidas por regular serviço de onibus.

Os distritos de S. Pedro d'Alcantara, Angelina e Garcia, formam importantes centros agrícolas.

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

Históricos: — Foi Sebastião Caboto, ilustre navegante, quem primeiramente aportou às plagas tijuquenses, quando a falta de víveres fê-lo arribar.

Não se pode precisar com documentos oficiais, a data exata da fundação de Tijucas. E' certo, porém, que tenha sido fundada a povoação por colonos imigrados de Porto-Belo e S. Miguel. E devia ter sido pouco depois de 1753.

Fundada a povoação, recebeu o nome de S. Sebastião de Tijucas. Data de 1848 a elevação à categoria de Freguesia. O seu território ficava então compreendido entre os rios dos Bobos e Tijucas.

Tijucas prosperou e, pela resolução nº. 464, de 4 de abril de 1859, foi a freguesia elevada à categoria de Vila, passando de Porto-Belo para alí, a séde do Município. Na mesma ocasião, era ao Novo Município anexada a Freguesia de S. João Batista, desmembrada de S. Miguel.

Em 1873, creou-se o termo de S. Sebastião de Tijucas. No mesmo ano, foi creada a comarca que, extinta, é restaurada em 1890. Em 1895, desmembra-se Porto-Belo. Em 1914, funde-se o Núcleo Senador Esteves Junior. Tijucas desenvolve-se e é a 23 de setembro de 1916, elevada à categoria de cidade.

O nome: — Tijucas, derivado de Tijuco, vem da palavra tupí-guaraní tuyucos que quer dizer pantano, brejo.

Superfície: — 877 Kms².

População: — A população é de 33.339 habitantes, na maior parte brasileira. Conta, porém, com duas colônias extrangeiras: Pinheiral (polacos) e Boiteuxburgo (alemães).

Rua Cel. Büchele em Tijucas

Vista parcial de Timbó

Limites : — Com o município de Nova-Trento : começa no ponto em que o divisor das águas entre os rios Engano e Esperança encontra o divisor das águas entre os afluentes dos rios Esperança e Alto-Braço, segue por este último divisor até a mais alta cabeceira do ribeirão do cedro; desce por este até a sua foz no rio Alto Braço; daí segue por uma linha seca até a nascente do Ribeirão-do-Bado; por este abaixo até a sua foz no rio Kreker; desce por este até a foz do ribeirão Casinga; sobe por este até a sua mais alta nascente; daí segue pelo divisor das águas dos rios Kreker e Moura até a mais alta nascente do ribeirão Indaiá.

Com o município de Brusque : começa na mais alta nascente do ribeirão Indaiá, segue pelo divisor das águas entre os afluentes dos rios Tijucas e Itajaí-mirim até encontrar o divisor das águas entre os rios Camboriú e Itajaí-mirim.

Com o município de Camboriú : começa no ponto em que o divisor das águas entre os rios Tijucas e Itajaí-mirim encontra o divisor das águas dos rios Itajaí-mirim e Camboriú segue pelo divisor das águas dos rios Camboriú e Tijucas até a mais alta nascente do rio dos Bôbos no morro Antônio-Simas.

Com o município de Porto-Belo: começa na mais alta nascente do rio dos Bôbos, no morro Antônio-Simas, desce por este até a sua barra no Oceano Atlântico.

Com o Oceano Atlântico : começa na barra do rio rio dos Bôbos, segue pelo mar, até a foz do rio Inferninho.

Com o município de Biguassú : começa no Oceano Atlântico, na foz do rio Inferninho, segue por uma linha seca até o pico do morro do Mafra; daí segue pelo divisor das águas dos rios Tijucas e Inferninho, conhecido pelos nomes da Palha, morro do Cabo-Frio, morro do Timbé, até a serra do Itinga; daí continua pelo divisor das águas entre os afluentes dos rios Tijucas e Biguassú, conhecido pelos nomes de serra da Dona, serra da Boa-Vista e serra do Major, até a mais alta nascente do rio Coqueiros.

Com o município de São-José: começa na mais alta nascente do rio Coqueiros, segue por uma linha seca até a nascente do arroio Fagundes no morro do Descanço; desce pelo arroio Fagundes até a sua foz no rio Garcia; daí segue por outra linha seca até a nascente do Jacú; desse ponto continua pelo divisor das águas entre os rios Engano e Esperança até encontrar o divisor das águas entre os afluentes dos rios Esperança e Alto-Braço.

Clima: — E' bastante salubre o clima de Tijucas, apezar das baixadas, no litoral, onde não há ainda um serviço regular de drenagem. No interior, há regiões salubérrimas, como Pinheiral e Boiteuxbugo. Boiteuxburgo fica numa altitude de 800 metros.

Porto: — E' porto natural de Tijucas, Porto-Belo. A falta, porém de uma boa estrada de rodagem não tem permitido o seu desenvolvimento. Serve de Porto de Tijucas, a enseada de Ganchos, ao sul da baía.

Tijucas tambem é porto fluvial, para pequenas embarcações, que fazem o comércio costeiro de Estado.

Produção Agrícola, Fauna e Flora: — Tijucas é um Município agrícola e a sua produção supre já um comércio bastante desenvolvido. Os terrenos são magnificos.

Produz cereais, tuberosas, leguminosas e toda sorte de hortaliças; ervas medicinais, café, açucar, mandioca, vinhos, os esplendidos vinhos do Pinheiral; frutas magnificas, em Boiteuxburgo. A indústria pastoril é fraca. Está em início nos fachinais de Pinheiral e Boiteuxburgo. A fabríl tambem se desenvolveu, depois de ter conseguido ligações à rede da Empresul. Há fábricas de louça, de telhas francesas, cerveja, carruagens, estaleiros, moinhos, serrarias, engenhos de arroz e de beneficiar café.

A indústria florestal é ativissima. Enorme quantidade de madeiras é extraída constantemente e de ricas qualidades: cedro, peroba, canela, ariribá, lucurana, guarajuba, louro, etc.

Nas extensas matas, há boa caça. E nas areias de Tijucas, ouro por explorar. Existe tambem no município, alguma pesca.

Exportação: — Os produtos principais da exportação são: arroz, farinha de mandioca, milho, açucar, feijão, café e madeiras.

Indústria e Comércio: — O comércio mantem dezenas de iates, pequenas embarcações que fazem a navegação entre os portos de Laguna e Cabo-Frio.

Aspecto Geral: — O Município de Tijucas é banhado, em toda a sua extensão, pelo Rio Tijucas e seus numerosos afluentes. No litoral, os terrenos são planos, na bacia do Tijucas. No interior, montanhosos, contando, porém, riquíssimas valadas de terrenos de varjedo e outros pouco acidentados.

Corre, a Oeste do Município, a Serra do Mar. São suas principais ramificações: a serra do Pinheral, a serra do Engano, a Bela-Vista e o Descanso.

Os rios do Município desaguam todos na baía de Tijucas. São o rio dos Bobos, o Tijucas, o rio da Quilha, o rio dos Morretes, e o do Inferninho. O Rio Grande banha Major e Boa-Vista. Em Major, tem um salto, com formidavel quéda d'agua, 88 metros e força de ... 30.000 cavalos. O Tijucas e o Rio Grande têm numerosos afluentes.

Cidade : — Tijucas é uma cidadezinha florescente á margem esquerda, perto da foz do rio Tijucas.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Histórico: -- O município de Timbó foi creado em 28 de fevereiro de 1934 e instalado a 25 de março do mesmo ano, sendo o seu território desmembrado do antigo município de Blumenau. Compõe-se o município dos distritos de Timbó e Encruzilhada. A sua séde, a cidade de Timbó, situada na confluência dos rios Benedito e dos Cedros, foi elevada à categoria de cidade em 1° de janeiro de 1939, em virtude da nova organização territorial do Brasil, passando a então povoação de Encruzilhada à categoria de Vila.

Superfície: — A superfície é de 513 Kms².

População: — A população é de 11.221 habitantes.

Limites: — *Com o município de São-Bento:* começa no ponto em que o divisor das águas entre os rios Benedito e dos Cedros encontra o divisor das águas entre os afluentes dos rios Negro e Itajaí; segue com rumo leste por este último até alcançar o divisor das água entre os rios Itapocú e dos Cedros.

Com o município de Jaraguá: começa no ponto em que o divisor das águas dos afluentes dos rios Negro e Itajaí encontra o divisor das águas entre os rios Itapocú e dos Cedros, segue por este último, passando pela serra Garibaldi até o ponto em que o divisor das das águas entre os rios Jaraguá e dos Cedros encontra o divisor das águas entre os rios Cedro e do Testo no morro da Luz.

Com o município de Blumenau: começa no morro da Luz, no ponto em que o divisor das águas entre os rios dos Cedros e do Testo encontra o divisor entre os rios Jaraguá e dos Cedros, segue pelo primeiro didivisor, passando pelo morro Azul até encontrar a nascente do ribeirão Kellermann.

Com o município de Indaial: começa na cabeceira do ribeirão Kellermann, segue por uma linha seca até a foz do rio Arapongas-Grande no rio Benedito; so-

be pelo primeiro até a foz do rio Kloehn; por este acima até a sua nascente; daí continua por uma linha seca até a nascente do rio Belo.

Com o município de Rodeio: começa na nascente do rio Belo, segue por uma linha sêca até a nascente do ribeirão Albrecht; desce por este até a sua foz no rio Benedito; por este acima até a foz do ribeirão Dona Clara; sobe por este até a sua nascente; daí continua pelo divisor das águas dos rios Benedito e dos Cedros até encontrar o divisor das águas entre os afluentes dos rios Negro e Itajaí.

Clima: — O clima é salubérrimo, subtropical, achando-se a maior parte do território municipal no litoral, com 70 a 100 metros de altitude, e uma pequena parte acima da Serra Geral, com 450 a 600 metros de altitude.

Serras: — A principal serra, que atravessa o município é a Serra do Mar, que é transportada pelas estradas Cedros-Alto, Palmeiras e Rio Ada Alto (Serra de Garibaldi), ligando o litoral ao Planalto.

Rios: — O rio mais importante do município é o Rio dos Cedros, que atravessa o município do norte ao sul, não sendo navegavel. Desemboca na cidade de Timbó no Rio Benedito, o qual, vindo do município de Rodeio atravessa parte do distrito de Timbó até a divisa com Indaial, onde desemboca no Rio Itajaí-açú.

Produção agrícola e exportação: — Os principais produtos agrícolas são: milho, aipim, araruta, arroz e tabaco. A exportação principal de produtos agrícolas é de arroz e fumo em folha. Produtos industrializados de exportação são: Produtos de laticínios e suinos, charutos e cigarrilhos, fécula de aipim e araruta, papelão de superior qualidades.

Indústrias: — Indústrias existentes no município são: fábrica de laticínios, de banha e produtos suinos, beneficiamento de arroz, de charutos e cigarrilhos, cervejaria e bebidas alcoólicas e sem alcool e vinagre. Cortume e diversas serrarias e marcenarias existem no interior do município. Exportação de madeiras quasi não tem, consumindo-se a maior parte das madeiras extraídas no próprio município.

MUNICÍPIO DE TUBARÃO

Histórico: — A Lei Provincial de nº. 635, de 27 de maio de 1870, desmembrou o distrito de paz de Tubarão, creado em 7 de maio de 1836, de Laguna, creando o município autonomo. A Lei Provincial nº. 745 de 19 de abril de 1875 creou a Comarca de Tubarão. O decreto nº. 33 de 7 de novembro de 1890, expedido pelo Governo Provisório do Estado, deu a Tubarão, fóros de cidade. Na zona de Braço-do-Norte começou a colonização em 1870, chegando aí uma leva de colonos alemães, na maioria westfalianos, vindos de Teresópolis, Salto e Capivarí, promovida pelo Padre Roher. Na zona do rio Pedras-Grandes e Cintra, começou a colonização italiana em 1877, segundo quartel do século XIX, pelo pelo engenheiro maranhense Joaquim Vieira Ferreira, que fundou a Colônia de Azambuja.

Superfície: — 1.292 Kms².

População: — 56.880 habitantes.

Limites: — *Com o município de Palhoça*: começa na nascente do rio dos Índios na Serra Geral, desce por este até a sua foz no rio do Meio; por este abaixo até desembocar no rio Braço-do-Norte; sobe por este até a foz do rio Feliciã; por este acima até a sua nascente; daí continua por uma linha seca até a mais alta nascente do rio Sete.

Com o município de Imaruí: começa na mais alta nascente do rio Sete, segue pelo divisor das águas dos rios Braço-do-Norte e Capivarí até a nascente do rio Capivara; este até a sua foz no rio Gabiroba; por este abaixo até desembocar no rio Capivarí; desce por este até a foz do rio Cachoeira no Gí; sobe por este até a sua nascente, daí segue por uma linha seca até a nascente

do rio dos Macacos; desse ponto continua por outra linha seca até a nascente do rio das Antas.

Com o município de Laguna: começa na nascente do rio das Antas, segue por uma linha seca até a nascente do rio Estiva dos Pregos; desce por este até a sua foz no rio Tubarão; segue por ele até a confluência dos rios Madre, Tubarão e Tubarão-das-Conchas; daí segue por uma linha seca até a foz do rio das Congonhas na lagoa de Garopaba-do-Sul.

Com o município de Jaguaruna: começa na foz do rio das Congonhas na lagoa de Garopaba-do-Sul, sobe por aquele rio até a foz do rio Lajeado; daí segue por uma linha seca até a foz do rio Varjeado no rio Urussanga.

Com o município de Urussanga: começa na foz do rio Varjeado no rio Urussanga, sobe por este último até a foz do rio Barro Vermelho; sobe por este a sua mais alta nascente; daí segue pelo divisor das águas dos rios Armazem e Pedras-Grandes até a nascente do rio Salvador-Miranda; por este abaixo até a sua foz no rio Tubarão.

Com o município de Orleans: começa na foz do rio Salvador-Miranda no rio Tubarão, desce por este último até a barra do rio Braço-do-Norte; por acima até a foz do rio Pequeno; sobe por este até a sua nascente na Serra Geral.

Com o município de Bom-Retiro: começa nascente do rio Pequeno na Serra Geral, segue por esta até a nascente do rio dos Índios.

Rios principais: — Tubarão, Braço-do-Norte, Capivarí, Pedras-Grandes, Caipora, do Pouso, dos Correias, Vargedo, Cintra.

Fontes Termais: — Guarda, com estação da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina e estrada de rodagem. Gravatá, na vila do mesmo nome e de propriedade do senhor Antônio Knabben (inexplorada). Rio-do-Pouso,

do senhor Camilo Valente, que aí vai inverter grandes capitais (princípio de exploração). Sanga-Morta, no distrito de Capivarí (inexplorada). Santa-Rosa, no distrito de Rio-Fortuna, (muito quente, princípios de exploração).

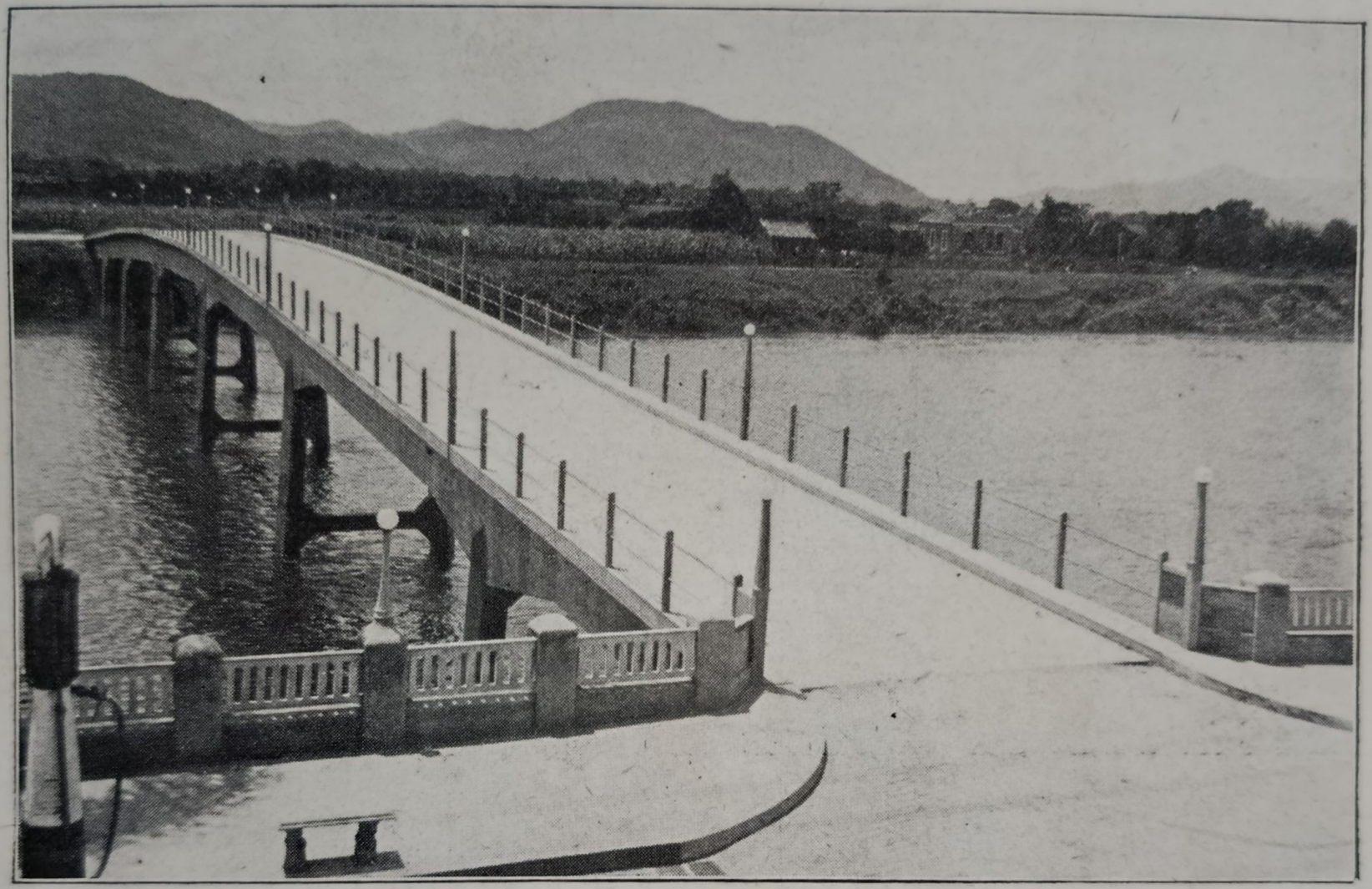
Agricultura: — A área cultivada é de 45%, sendo que os terrenos restantes são constituidos por campos de creação e banhados. Produz milho, feijão, cebola (muita incrementada), mandioca (em todo município) sorgo, café, arroz, cana, alfafa, algodão. O rebanho suino, vacum e cavalar é consideravel.

Indústrias: — A principal indústria do município é ainda a banha, si bem que a indústria do polvilho está se incrementando de uma maneira prodigiosa. Em dois anos, foram inauguradas quatro grandes fábricas de polvilho e uma de farinha de raspa panificavel em Pedras-Grandes. Revela notar que está edificada em Tubarão, a maior fecularia do Brasil, de propriedade da Cia. Itajaíense de Fósforos, com capacidade para uma produção diária (24 horas de serviço) de 50 toneladas.

Existe uma grande fábrica de calçados, pequenas fábricas de laticínios, vinagre, bebidas, alcool, móveis, torrefações de café, engenhos de fabricar farinha de mandioca (560) e de açucar (459), ferrarias, oficinas mecânicas, fábrica de vassouras, ladrilhos (grande saída).

Exportação: — Entre os produtos de exportação, figuram em primeiro plano: a banha, o polvilho, a cebola, o milho, o feijão, couro, salame, aguardente, madeiras de lei, sorgo, açucar grosso, farinha de raspa de mandioca panificavel.

Vias de comunicação: — O município é todo cortado por estradas de rodagens e caminhos vicinais, somando uns 950 quilômetros. A cidade de Tubarão é ligada à Capital por ótima estrada de rodagem e tem comunicação com todo sul do Estado. Tubarão é o ponto central da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, com ramais para Lauro Müller, Araranguá, Urussanga, Laguna e Imbituba. A cidade de Tubarão é o centro de todas as comunicações com o sul catarinense.



Ponte Dr. Nerêu Ramos — Tubarão

Vista parcial de Tubarão

Ponte sobre o rio Tubarão

Todos os sete distritos municipais são ligados à sede com estradas de rodagem acessivel a automóvel.

A séde: — A séde do município é a cidade de Tubarão, situada à margem direita do rio do mesmo nome, ocupando uma colina pitoresca (morro da Piçarra). E' ligada à margem esquerda por uma linda ponte de cimento armado de 140 metros de extensão e custou ao Estado a importância de rs. 685:300$000. A cidade tem 5.522 habitantes (resenceamento feito pela Prefeitura) e 852 casas (lançamento predial de 1940).

Além do belo e elegante prédio da Prefeitura Municipal, resaltam, o edifício do Colégio São José e do Hospital Nª. Sª. da Conceição, dirigidos pelas Irmãs da Divina Providência; o Grupo Escolar Hercílio Luz; o prédio paroquial Dom Joaquim; o magnifico Centro de Saude e a Estação da E. F. Dona Teresa Cristina.

Os distritos: — O mais adiantado distrito é o de Braço do Norte. contando com 160 casas de material e tem a mais linda e a maior igreja do sul do Estado; comércio bastante desenvolvido e a vila é toda cortada por avenidas de 20 e 25 metros de largo. As vilas de Gravatá, Capivarí, Pedras-Grandes, Treze de Maio, Azambuja e Rio Fortuna, são núcleos de povoação bastante desenvolvidos, mormente Gravatá.

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Histórico: — O município de Urussanga é constituido pelas antigas colônias de Urussanga, creada em 1878; Cocal ou Acioli de Vasconcelos em 1885; e uma grande parte da colônia „Nova-Veneza" fundada em 1891.— Urussanga foi elevada a Distrito de Paz em 1895, a Município em virtude da Lei Estadual nº. 474 de 6 de outubro de 1900, a Comarca pela Lei nº. 1.516 de 4 de novembro de 1925 e a Cidade pelo Decreto-Lei Estadual nº. 86 de 31 de março de 1938.

Superfície: — 903 Kms².

População: — A sua população é presentemente de 17.803 habitantes.

Limites: — *Com o município de São-Joaquim:* começa na mais alta nascente do rio Morto, na Serra Geral, segue por esta até alcançar o divisor das águas dos rios Tubarão e Mãe-Luiza.

Com o município de Orleans: começa no ponto em que o divisor das águas dos rios Tubarão e Mãe-Luiza encontra a Serra Geral, segue por aquele divisor até a mais alta nascente do rio Lajeado; desce por este até a sua foz no rio Palmeira; por este abaixo até a sua foz no rio Tubarão.

Com o município de Tubarão: começa na foz do rio Palmeira no rio Tubarão, por este abaixo até a foz do rio Salvador-Miranda; sobe por este até a sua nascente; daí segue pelo divisor das águas dos rios Armazem e Pedras Grandes até a nascente do rio Barro-Vermelho; desce por este até a sua foz no rio Urussanga; por este abaixo até a foz do rio Varjedo.

Com o município de Cresciuma: começa na foz do rio Ronco d'Agua no rio Urussanga, sobe pelo primeiro até a sua nascente mais ao norte; daí segue por uma linha seca até a mais alta nascente do rio Morto.

Com o município de Jaguaruna: começa na foz do rio Varjedo no Urussanga, desce por este último até a foz do rio Cocal de Baixo ou Cocalzinho.

Cidade: — A Cidade está situada numa baixada, na confluência dos rios Urussanga e América, tem umas 200 casas de tijólos. A iluminação é a eletricidade, sendo a luz fornecida por uma usina hidro-elétrica pouco distante da Cidade, cuja data que começou a funcionar foi a 7 de setembro de 1917.

A Cidade possue um Hospital de Caridade bem colocado e instalado e em via de construção o novo e moderno prédio para o mesmo Hospital.

O município é servido pela Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, havendo dentro do seu território, as estações de Urussanga, Estação Cocal, Morro da Fumaça, Caeté e Rio-Deserto. Há várias empresas de autoonibus que servem o município, sendo as principais: a Empresa „Viação-Urussanga", em combinação com a Empresa „Globo" de Porto-Alegre, que faz a linha de Araranguá a Florianópolis, todos os domingos e quintas-feiras, e todas as terças-feiras e todos os sábados de Florianópolis à Araranguá. A Empresa „Jaeger" que faz a Linha de Porto-Alegre a Florianópolis, todos os sábados e quartas-feiras de Porto-Alegre a Florianópolis e todos os sábados e terças-feiras de Florionópolis a Porto-Alegre. A Empresa „Zanelato" que faz a linha todas as segundas, quartas e sextas-feiras, ida e volta, de Urussanga à Cresciuma, saindo da Cidade às 8,30 horas e regressando às 4 horas. Além dessas Empresas há outras de transporte de carga. Tanto na Cidade como nas Vilas de Cocal e Morro da Fumaça, há automoveis. As estradas do município estão em ótimas condições para o trânsito de automoveis, em quasi todas.

Clima: — E' em todo o território excelente.

Aspecto Geral: — O território do município é muito acidentado, fazendo ele parte da faixa compreendida entre a zona litoreana e o planalto da Serra Geral. Não há extensas planícies, mas, aqui ou acolá, umas áreas de terreno plano que os colonos, quasi sempre destinam a pastagem. A formação do terreno pertence a época

„permocarbonifera“. O granito aflora em poucos lugagares, formando blocos que os geologos apelidam de „boulders“. Muito mais comuns são os paredões de grés amarelo ou rosado que aparecem a meia encosta nos morros e que formam como uma fita em torno do massiço de Belvedere e que ocupa uma parte consideravel deste território.

O massiço de Belvedere antige a sua máxima altura no cume de Santa-Lúcia quatrocentos metros (400 metros) acima do nivel do mar e fórma o planalto de Belvedere. Neste massiço tem suas nascentes os diversos confluentes do rio Urussanga: — Rios Deserto, Caeté, Salto, América, Carvão, assim como o Rio Mãe-Luzia que é um dos maiores afluentes do Araranguá.

O sub-solo de Urussanga, três quartas partes é carbonifero, e a qualidade do carvão até agora extraida é bastante boa. Fato interessante é que está em oposição com as teorias de ilustres geologos: nas proximidades de alguns afloramentos de carvão encontram-se vastos e compactos depósitos de calcáreo de muito boa qualidade e que, em certos pontos, formam verdadeiros paredões.

As terras são em grande parte argilosas (barro vermelho); nas baixadas, porém, são geralmente argillo-silicosas, devido aos sedimentos que alí se formaram. Em alguns pontos encontram-se pequenas faixas ou blocos isolados de mármore ou calcáreo semi-cristalino e outras rochas antigas superpostas ao granito ou encaixadas em suas dobras. Não é dificil encontrar-se debaixo das camadas carboníferas, rochas com fósseis „devonianos“ bem caracterisados.

Em toda a zona do Município, que é bastante pequena, não existem grandes banhados nem extensos pantanais. As inundações não são frequentes: pelas observações feitas pode-se calcular que a uma inundação em cada período de dez anos. Tem-se, porém observado que suas consequências tornaram-se cada vez mais graves, devido à violência, à impetuosidade e à rapidez com que se manifestam, fatos estes que dependem do tradicional desmatamento das colinas. E' sabido

Vista da praça de Urussanga

Festa de Corpus Cristi em Cocal — Urussanga

que nesta zona, intensamente colonizada, devido aos prejudiciais sistemas usados e à falta de fiscalização das florestas, muito pouco mato tem ficado em pé.

O terreno cultivavel e bastantemente profundo na maior parte do Município, variando sua composição e sua estrutura de um vale para outro. As principais culturas do Município são: milho, feijão, cana, arroz, farinha de mandioca, amendoin e uvas.

Um fato que impressiona é o de se encontrarem plantações de arroz (que, como é sabido, é planta cujo „habitat" são as baixadas, margens dos raios, etc.,) bem perto dos cumes dos morros. Trata-se de uma qualidade de arroz especial,

Insentiva-se cada vez mais a cultura da vinha, pela facilidade da venda dos ótimos vinhos que são produzidos. Está creada para este Município uma Sub-Estação Enológica, cuja instalação será em breve.

Agricultura e Indústria: — A produção anual do Município é calculada em:

Farinha de mandioca (60 Kg) 229.000 sacos, Farinha de milho (litro) 50.875 litros, Açucar de banguê (60 Kg) 2.210 sacos, Arroz em casca (60 Kg) 23.000 sacos, Milho (60 Kg) 94.000 sacos, Bananas 160.000 cachos, Uvas 2.450.000 quilos, Feijão 9.150 sacos, Fumo em folha 17.600 quilos, Vinho de uva 1.972.000 litros.

Em 1918 foi constituida a Companhia Garbonífera de Urussanga e posteriormente a Companhia Carbonífera Rio Carvão, perfazendo ambas um capital de 9.000:000$000 (nove mil contos de réis). Estas Companhias possuem uma instalação importantíssima e moderna para o beneficiamento do carvão, sendo consideradas umas das mais importantes do Brasil. Além destas Companhias existem as Companhias Brasileira Carbonífera „Visconde de Taunay" e a „Santa-Clara".

O município possue 5 distritos: Urussanga, Cocal, Nova-Beluno, Treviso, Morro da Fumaça.

MUNICÍPIO DE XAPECÓ

Histórico: — Creado por Lei nº. 1.147 em 25 de agosto de 1917 com séde em Passo-Bormann. A atual séde do município é Passo-dos Índios conforme decreto nº. 100 de 8 de abril de 1931. Xapecó é o maior de todos os municípios do Estado, mas pouco colonizado.

Superfície: — 13.719 Kms².

População: — 18.067 habitantes.

Limites: — *Com o Estado do Paraná:* começa na linha que pelo mais alto terreno liga as cabeceiras dos rios Peperi-guaçú e Santo-Antônio, no ponto em que ela corta o divisor das águas entre rios os Iguaçú e Uruguai; segue rigorosamente pelo dito divisor, na direção geral de leste até a mais alta cabeceira do lajeado Aguapeí.

Com o município de Cruzeiro: começa na mais alta cabeceira do lajeado Aguapeí, desce por ele até a sua foz no rio Xapecó; desce por este até a foz do lajeado do Norte; por este acima até a sua nascente; daí continua por uma linha seca até encontrar a nascente do lajeado do Tigre; desce por este até a sua foz no rio Xapecózinho; por este abaixo até a foz do lajeado do Paulo; sobe por este até a sua nascente; daí segue por uma linha seca até a nascente do lajeado Torto; desce por este até a sua foz no rio Ressaca; por este abaixo até desembocar no rio Iraní.

Com o município de Concórdia: começa na foz do rio Ressaca no rio Iraní por este abaixo até a sua confluência no rio Uruguai.

Com o Estado do Rio-Grande-do-Sul: começa na foz do rio Iraní, no rio Uruguai, desce por este último até a confluência do rio Peperí-guaçú.

Com a República Argentina: começa na foz do rio Peperí-Guaçú no Uruguai, sobe pelo primeiro até a sua

cabeceira; daí pelo mais alto terreno, por uma linha seca que demanda a cabeceira do rio Santo-Antônio até o divisor de águas entre os afluentes dos rios Iguaçú e Uruguai

Clima: — Ótimo em todo município

Serras: — Gregório, Antas e Capanema.

Rios: — O município é banhado pelos rios: Peperíguaçú, (fronteira Argentina) Antas, Iracema, São-Domingos, Xapecó-grande e Iraní que são os principais. Seguindo-se: Macaco-Branco, Macaco, Dourado, Taipas, Mondaí, Passarinhos, Lambedor, Chalana ou Tigre, Lajeado-Grande, Rio Carneiro D. José, todos pertencentes à bacia do Uruguai. São afluentes dos rios citados. Peperí-Mirim, Sargento, Parda, Burro-Branco, Saudade, Ouro, Xapecosinho e Xaxim.

Flóra: — Riquissima em Erva-mate, Plantas medicinais e madeiras de construção como segue: Pinho, Cedro, Imbuia, Cabriuva, Louro, Taruman, Angico, Guajuvira, Canafistula, Canjarana, Caróba, Sassafraz, Canela-Preta e Crespa etc. etc.

Minerais: — Existe no município vastas jazidas de cristais e outras pedras preciosas ainda não exploradas.

Aguas Termais: — São conhecidas no município diversas fontes sendo as principais: Aguas termais em Caxambú, (Balneario: Ilha Redonda) Passarinhos (balneario) Aguas de Prata em São-Carlos, Aguinhas idem Taguarassú em São-Domingos. São conhecidas mais duas fontes no distrito de Campo-Erê, margem direita do Rio Xapecó, ainda não exploradas.

Agricultura: — O Município produz em grande escala: Milho, feijão, batata inglesa, farinha de mandioca, cana de açucar, fumo, erva-mate e vinho de uva. A cultura de trigo, centeio, cevada e alfafa está vantajosamente desenvolvendo.

Exportação: — Os principais mercados importadores dos produtos do município são: O mercado Argentino para madeiras, Rio-Grande-do-Sul para fumo cereais e frutas e estação de Erval para banha e tambem outros produtos.

INDICE

Pags.

3 — Prefácio

I PARTE

7 — Bandeira
8 — Hino Nacinal

Constituição da República

9 — Decreto
10 — Organização Nacional
20 — Poder Legislativo
22 — Câmara dos Deputados
23 — Conselho Federal
24 — Conselho de Economia Nacional
26 — Leis das Resoluções
27 — Elaboração Orçamentária
29 — Do Presidente da República
30 — Da responsabilidade do Presidente da República
33 — Ministro do Estado
33 — Poder Judiciário
35 — Supremo Tribunal Federal
37 — Justiças dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios
39 — Justiça Militar
39 — Tribunal de Contas
40 — Nacionalidade e cidadania
41 — Direitos e Garantias individuais
45 — Da família, da educação e da cultúra
47 — Ordem econômica
52 — Funcionários Públicos
53 — Militares de terra e mar
54 — Segurança Nacional
55 — Defesa do Estado
57 — Das emendas a constituição
58 — Disposições transitórias e finais

Pags.

II PARTE

Brasil Geográfico

63 — Aspeto Geral
64 — Rios do Brasil
66 — Clima
67 — Flora e fauna
68 — Etnografia
69 — Riquezas minerais
71 — Produtos vegetais
73 — „ animais
75 — Indústria manufatureira
77 — Transporte
79 — Comércio

Brasil Histórico

81 — Descobrimento, primeiras explorações incurções, de estrangeiros
82 — Tentativa de colonização por capitanias
82 — Governo central e ocupação do litoral
86 — Invasão holandesa
88 — Devassamento do sertão e expulsão dos espanhóis
89 — Povoamento do sertão
90 — Ocupação e povoamento do sul do país
90 — Defesa do sul do país
91 — Origem da nacionalidade brasileira
93 — Independência do Brasil
95 — Consolidação da nação brasileira
96 — Consolidação internacional
97 — „ econômica
98 — „ social
99 — Consolidação política — Origem da República
99 — Consolidação política — Origem do Estado Novo
100 — Integração da nação brasileira pelo Estado Novo

Regiões naturais do Brasil

103 — Brasil setentrional
104 — „ Norte-Oriental

Pags.

104 — Brasil Oriental
105 — „ Meridional
106 — „ Central
107 — Amazonas
109 — Pará
110 — Acre
111 — Maranhão
112 — Piauí
113 — Ceará
114 — Rio-Grande-do-Norte
115 — Paraíba
116 — Pernambuco
118 — Alagoas
119 — Sergipe
120 — Baía
121 — Minas-Gerais
123 — Espirito-Santo
124 — Rio-de-Janeiro
125 — Distrito Federal
126 — São-Paulo
127 — Paraná
128 — Rio-Grande-do-Sul
130 — Mato-Grosso
131 — Goiaz

III PARTE

Estado de Santa-Catarina

e seus Municípios

133 — Síntese histórica do Estado de Santa-Catarina
145 — Corografia geral do Estado Santa-Catarina
170 — Os primeiros habitantes
174 — Colonização — Brasil Colonial
175 — „ „ Império
176 — „ „ Republicano
181 — A agricultura no Estado

Pags.

Principais culturas agrícolas

190 — Pomicultura
191 Mél de Abelhas
192 — Vinicultura
195 — Sericicultura

Indústria Extrativa

197 — O Mate no plano econômico do Estado Novo
196 — Indústria de madeira
200 — „ de pesca
205 — „ mineral
210 — Águas minerais

Praias de banho

211 — Praias de banho

Indústria pastoril

212 — Origem — Evolução — Atualidade
217 — Indústria e Comércio
221 — Feira de amostras de Santa-Catarina

Vias de comunicações

222 — Estradas de ferro
223 — Estradas de Rodagem

Navegação

226 — Marítima
227 — Fluvial
227 — Aérea

Correios e Telégrafos

228 — Correios e telégrafos
228 — Telefones

Pags.

Organização Política e Administrativa do Estado

229 — Poder executivo
230 — „ legislativo
230 — „ judiciário
131 — Regimem municipal
232 — Administração municipal
233 — Secretarias do Estado

Instrução (Ensino primário)

236 — Grupos modelos
237 — Grupos escolares
738 — Escolas isoladas
238 — Ensino secundário equiparado ao Col. D. Pedro II
239 — „ „ não equiparado
239 — „ normal
240 — „ comercial
240 — „ profissional
240 — Curso pré-jurídico
240 — Faculdade de Direito
241 — **Organização sanitária** (do Estado de S. Catarina)
244 — **História Literaria Catarinense**
(das letras)
(da imprensa)

Artes

249 — Música (em S.Catarina)
249 — Arquitetura
250 — Pintura
250 — Esporte

Serviço Militar

251 — Exército
252 — Marinha
252 — Aviação Naval
252 — Força Policial

Pags.

Municípios

253 — Florianópolis
258 — Araranguá
260 — Biguassú
262 — Blumenau
269 — Bom-Retiro
272 — Brusque
275 — Caçador
278 — Camboriú
281 — Campo-Alegre
283 — Campos-Novos
286 — Canoinhas
289 — Concórdia
293 — Cresciuma
294 — Cruzeiro
297 — Curitibanos
300 — Gaspar
302 — Hamônia
304 — Imaruí
306 — Indaíal
308 — Itaiópolis
311 — Itajaí
315 — Jaguaruna
317 — Jaraguá
320 — Joinville
326 — Lajes
330 — Laguna
333 — Mafra
336 — Nova-Trento
339 — Orleans
341 — Palhoça
343 — Paratí
344 — Porto-Belo

II ÍNDICE ALFABÉTICO

A

110 — Acre (estado)
232 — Administração Municipal de Santa-Catarina
181 — Agricultura do Estado de " "
118 — Alagoas (estado)
107 — Amazonas (estado)
258 — Araranguá (município)
249 — Arquitetura em
249 — Artes " "
63 — Aspecto geral do Brasil " "
252 — Aviação Naval

B

120 — Baía (estado)
7 — Bandeira Nacional
260 — Biguassú (município)
262 — Blumenau (município)
6 — Biografia do Presidente
133 — " do Interventor
269 — Bom-Retiro (município)
63 — Brasil geográfico, aspecto geral etc.
81 — " histórico, descobrimento etc.
272 — Brusque (município)

C

275 — Caçador (município)
22 — Câmara dos Deputados
278 — Camboriú (município)
211 — Campo-Alegre "
283 — Campos-Novos "
286 — Canoinhas "
113 — Ceará (estado)
40 — Cidadania no Brasil
66 — Clima do Brasil

Pags.

82 — Colonização no Brasil
174 — „ de Santa-Catarina
174 — „ Brasil Colonial
175 — „ „ Império
176 — „ „ República
79 — Comércio
217 — „ de Santa-Catarina
289 — Concórdia (município)
23 — Conselho federal
24 — „ econômico
82 — Consolidação
95 — „ da nação brasileira
96 — „ internacional do Brasil
97 — „ econômica do Brasil
98 — „ social
99 — „ política, origem da República e origem do Estado Novo
9 — Constituição da República
145 — Corografia de Santa-Catarina
228 — Correios
229 — Cresciuma (município)
294 — Cruzeiro „
188 — Culturas Agrícolas
45 — Cultura no Estado Novo
297 — Curitibanos (município)
240 — Curso Pré-Jurídico

D

57 — Das emendas a Constituição
81 — Descobrimento do Brasil
9 — Decreto da Constituição de 10-11-37
55 — Defesa do Estado Novo
90 — Defesa do sul do Brasil
41 — Direitos e garantias individuais
125 — Distrito Federal (Estado do Rio)
58 — Disposições transitórias e finais

E

45 — Educação no Estado Novo
27 — Elaboração Orçamentária

Pags.

236 — Ensino Primário de Santa-Catarina
238 — Ensino Secundário equiparado ao Colegio Pedro II
239 — „ „ não equiparado
239 — „ Normal
240 — „ Comercial
240 — „ Profissional
238 — Escolas isoladas
250 — Esporte em Santa-Catarina
123 — Espirito-Santo (estado)
107 — Estados do Brasil (veja os diversos estados)
68 — Etnografia do Brasil
88 — Expulsão dos hespanhóis
251 — Exército

F

240 — Faculdade de Direito
98 — Fauna do Brasil
221 — Feira de amostras em Florianópolis
67 — Flora do Brasil
253 — Florianópolis (município)
252 — Força Policial
52 — Funcionários Públicos

G

45 — Garantia da família
41 — Garantias individuais
300 — Gaspar (município)
131 — Goiaz (estado)
237 — Grupos Escolares

H

302 — Hamônia (município)
1 — Hino nacional
133 — História de Santa-Catarina
244 — História Literária Catarinense

I

304 — Imaruí (município)
248 — Imprensa

Pags.

306 — Indaíal (município)
93 — Independência do Brasil
75 — Indústria Manufatureira do Brasil
197 — Indústria extrativa do mate em S. Catarina
199 — „ „ da madeira „
200 — „ „ „ pesca „
205 — „ „ do mineral „
210 — „ „ de águas minerais „
212 — Indústria pastoril — origem, evolução, atualidade
217 — „ no Estado de Santa-Catarina
235 — Instrução no „ „ „ „
101 — Integração da nação brasileira no Estado Novo
86 — Invasão holandesa no Brasil
308 — Itaiópolis (município)
311 — Itajaí („)

J

315 — Jaguaruna (município)
317 — Jaraguá „
320 — Joinville „
37 — Justiça dos Estados, do Distr. Federal e Territórios
39 — Justiça Militar

L

326 — Lajes (município)
330 — Laguna „
26 — Leis e resoluções do Estado Novo
384 — Literatura sobre S. Catarina

M

333 — Mafra (município)
111 — Maranhão (estado)
130 — Mato-Grosso („)
191 — Mél de abelhas em Santa-Catarina
53 — Militares de Terra e Mar
121 — Minas Gerais (estado)

Pags.

69 — Minerais do Brasil
33 — Ministro de Estado
249 — Música

N

40 — Nacionalidade
226 — Navegação marítima em S. Catarina
227 — „ fluvial
227 — „ aérea
336 — Nova-Trento (município)

O

82 — Ocupação do Brasil
90 — „ do sul do Brasil
47 — Ordem econômica
10 — Organização nacional
229 — Organização do Estado de Santa-Catarina
229 — „ Política de Santa-Catarina
241 — „ Sanitária de Santa-Catarina
91 — Origem da nacionalidade brasileira
99 — „ „ república
99 — „ „ Estado Novo
339 — Orleans (município)

P

341 — Palhoça (município)
109 — Pará (estado)
115 — Paraiba („)
127 — Paraná („)
343 — Paratí (município)
116 — Pernambuco (estado)
112 — Piauí („)
350 — Pintura
20 — Poder Legislativo do Brasil
33 — „ Judiciário do Brasil
229 — „ Executivo de Santa-Catarina
220 — „ Legislativo de Santa-Catarina
230 — „ Judiciário de Santa-Catarina

Pags.

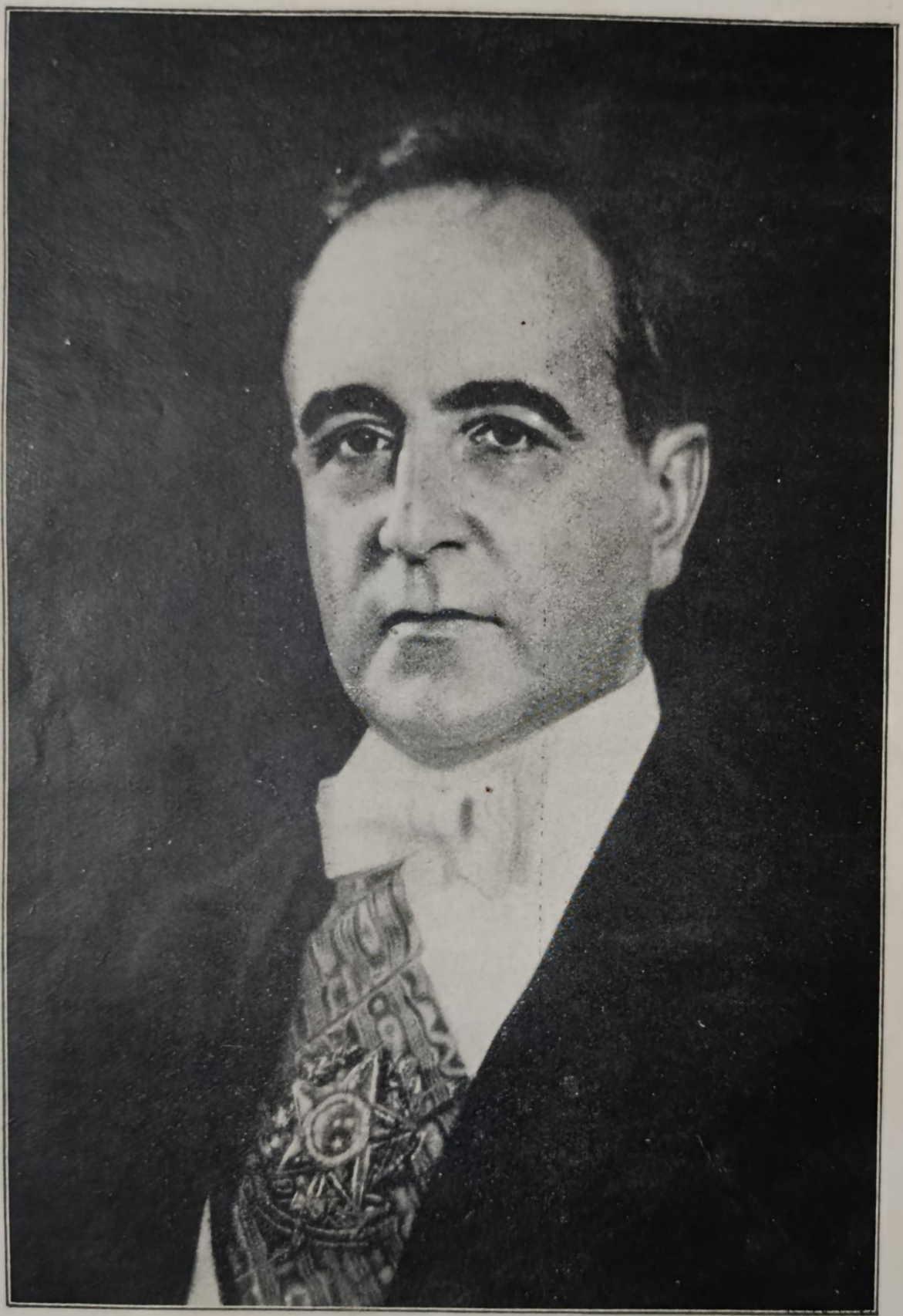
390 — Pomicultura de Santa-Catarina
344 — Porto-Belo (município)
46 — Porto-União („)
89 — Povoamento do sertão do Brasil
211 — Praias de banho
3 — Prefácio
29 — Presidente da República
170 — Primeiros habitantes do Estado de S. Catarina
71 — Produtos vegetais do Brasil
73 — „ animais do Brasil

R

231 — Regime Municipal
103 — Regiões naturais do Brasil — Brasil setentrional
104 — „ norte-oriental
104 — „ oriental
105 — „ meridional
106 — „ central
196 — Repartições de Fomento agrícola do Estado de Santa-Catarina
32 — Responsabilidade do Presidente da República
69 — Riquezas minerais do Brasil
114 — Rio-Grande-do-Norte (estado)
124 — Rio-de-Janeiro („)
128 — Rio-Grande-do-Sul („)
349 — Rio-do-Sul (município)
352 — Rodeio („)

S

355 — São-Bento (município)
358 — „ Francisco („)
361 — „ Joaquim („)
365 — „ José („)
126 — „ Paulo (estado)
233 — Secretarias do Estado de Santa-Catarina
54 — Segurança Nacional
119 — Sergipe (estado)
195 — Sericicultura em Santa-Catarina



Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas
Presidente da República

Nascido a 19 de Abril de 1883 em São Borja, Estado do Rio-Grande-do-Sul, filho do General honorário Manoel do Nascimento Vargas.

No ano de 1900 matriculou-se na Escola Militar de Passo-Fundo, sendo desligado em 1902 e incorporado ao 25º. Batalhão de Infantaria.

Em 1903 integrando uma coluna militar foi a Corumbá com o posto de sargento.

Regressando desta jornada e sendo desincorporado do serviço militar, ingressou na Faculdade de Direito de Porto-Alegre afim de concluir os seus estudos de onde saíu para instalar-se com escritório de advogacia em São-Borja.

Eleito Deputado Estadual pelo Partido Republicano Rio-Grandense, cumpriu o mandado com notavel eficiência.

Com a revolução de 1923 organizou e comandou o 7º. corpo Auxiliar da Brigada Militar do Rio G. do Sul ao lado da legalidade.

Por tal feito foi pelo seu partido eleito deputado Federal de onde saiu para assumir em 1926 a Pasta de Ministro da Fazenda no Governo do Dr. Washington Luiz.

A 25 de Janeiro de 1928 assumiu o governo do Rio-Grande-do-Sul. E em 1930 renunciando a direção do Rio G. do Sul assumiu o governo provisório da República, para ser em julho de 1934, depois de votada a Constituição da República Nova, aclamado pelo Congresso a presidente legal do Brasil.

A 10 de Novembro de 1937 depois de destituir a Câmara e o Senado Federal decretou a Nova Constituição que rege atualmente os destinos do País.

Esta bandeira foi creada
em 19 de Novembro de 1889 como
Pavilhão Brasileiro conforme decreto abaixo:

O Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil:

considerando que as côres da nossa antiga bandeira recordam as lutas e as vitórias gloriosas do nosso exército e da armada na defesa da Pátria;

considerando, pois, que essas côres, independentemente da forma de govêrno simbolizam a perpetuidade e integridade da Pátria entre as outras nações; DECRETA:

Art. 1.—A bandeira adotada pela República mantem a tradição das antigas côres nacionais — verde e amarelo — do seguinte modo: um losango amarelo em campo verde, tendo no meio a esféra celeste azul, atravessada por uma zona branca, em sentido obliquo e descendente da direita para a esquerda, com a legenda —„Ordem e Progresso“ — e pontuada por vinte e uma estrêlas, entre as quais as da constelação do Cruzeiro, dispostas na sua situação astronômica, quanto à distancia e ao tamanho relativos, representando os vinte Estados da República e o Município Neutro, tudo segundo o modêlo debuxado no anexo n. 1.

Sala das Sessões do Govêrno Provisório, 19 de novembro de 1889

Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Govêrno Provisório — Q. Bocayuva — Aristides da Silveira Lobo — Ruy Barbosa — M. Ferraz de Campos Salles — Benjamin Constant Botelho de Magalhães — Eduardo Wandenkolk.

Com a Constituição, decretada em 10 de Novembro de 1937 pelo ilustre Presidente Dr, Getúlio Vargas, foi considerada a unica em todo o território brasileiro.

Hino Nacional Brasileiro

Letra de OSÓRIO DUQUE ESTRADA
Música de E. MANUEL DA SILVA

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da liberdade em raios fúlgidos,
Brilhou no Céu da Patria nesse instante!
Se o penhor dessa Igualdade,
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

O' Pátria amada, idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido,
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido
A imagem do Cruzeiro resplandesce!
Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza!

Terra adorada
Entre outras mil, és tu Brasil,
O' Pátria amada!
Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada, Brasil!

Deitado eternameute em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, Brasil — florão da América —
Iluminado ao sol do Novo Mundo!
Do que a terra mais garrida
Teus risonhos' lindos campos têm mais flores.
„Nossos bosques têm mais vida",
„Nossa vida em teu seio mais amores."

O' Pátria amada, idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro dessa flâmula,
Paz no futuro e glória no passado.
Mas se ergues, da Justiça a clave forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme quem te adore, a própria morte!

Terra adorada
Entre outras mil, és tu Brasil,
O' Pátria amada!
Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada, Brasil!

O titulo „Guia do Estado de Santa Catarina“ está registrado no Departamento de Propriedade Industrial, no Rio de Janeiro, sob termo n. 76.364